JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Colíder 4
Camara Municipal de Cotriguaçu 4
Camara Municipal de Curvelândia 5
Camara Municipal de Dom Aquino 5
Camara Municipal de Tabaporã 6
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 7
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 12
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 16
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 21
Prefeitura Municipal de Alto Garças 43
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 44
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 53
Prefeitura Municipal de Apiacás 53
Prefeitura Municipal de Araguaiana 55
Prefeitura Municipal de Araguainha 77
Prefeitura Municipal de Araputanga 77
Prefeitura Municipal de Aripuanã 77
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 100
Prefeitura Municipal de Cáceres 108
Prefeitura Municipal de Campinápolis 127
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 128
Prefeitura Municipal de Campo Verde 129
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 131
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 132
Prefeitura Municipal de Canarana 158
Prefeitura Municipal de Castanheira 161
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 163
Prefeitura Municipal de Cláudia 166
Prefeitura Municipal de Cocalinho 167
Prefeitura Municipal de Colíder 167
Prefeitura Municipal de Colniza 186
Prefeitura Municipal de Comodoro 187
Prefeitura Municipal de Confresa 188
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 189
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 190
Prefeitura Municipal de Cuiabá 191
Prefeitura Municipal de Diamantino 192
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 193
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 193
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 196
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 200
Prefeitura Municipal de Indiavaí 200
Prefeitura Municipal de Itanhangá 200
Prefeitura Municipal de Itiquira 202
Prefeitura Municipal de Jaciara 204
Prefeitura Municipal de Jangada 204
Prefeitura Municipal de Jauru 205
Prefeitura Municipal de Juara 207
Prefeitura Municipal de Juruena 210
Prefeitura Municipal de Juscimeira 210

Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 212
Prefeitura Municipal de Marcelândia 212
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 213
Prefeitura Municipal de Nobres 215
Prefeitura Municipal de Nortelândia 217
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 217
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 219
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 220
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 220
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 234
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 240
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 241
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 241
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 241
Prefeitura Municipal de Paranatinga 242
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 272
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 275
Prefeitura Municipal de Poconé 335
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 336
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 336
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 339
Prefeitura Municipal de Poxoréu 340
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 346
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 346
Prefeitura Municipal de Rio Branco 346
Prefeitura Municipal de Rondolândia 358
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 359
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 370
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 370
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 370
Prefeitura Municipal de São José do Povo 373
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 375
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 376
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 386
Prefeitura Municipal de Tabaporã 386
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 386
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 400
Prefeitura Municipal de União do Sul 402
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 409
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 416
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 419

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

CÂMARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CAMARA DE VEREADORES DE CANARANA - MT

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CNPJ: 02.575.599/0001-17

EXERCICIO: 2018

PERIODO DE REFERENCIA: 2º QUADRIMESTRE

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a") – **Demonstrativo da Despesa com Pessoal** R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 Meses)	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.803.912,30	0,00
Pessoal Ativo	1.803.912,30	0,00
Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis	1.511.210,01	0,00
Obrigações Patronais	292.702,29	0,00
Benefícios previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)	**0,00**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESAS LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	1.803.912,30	**0,00**
DTP – APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	DTP e Apuração do Cumprimento do limite Legal	
	VALOR	**% Sobre a RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	**72.862.687,64**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V)=(III a + III b	1.803.912,30	**2,48%**
LIMITE MÁXIMO (VI)(incisos I, II, art. 20 da LRF)	**4.371.761,26**	**6,00%**
LIMITE PRUDENCIAL (VII)=(0,95XVI) (§ único do art. 22 da LRF)	**4.153.173,20**	**5,70%**
LIMITE DE ALERTA (VIII)=(0,90XVI)(inciso II do § 1º art. 59 da LRF)	**3.934.585,13**	**5,40%**

FONTE: Portal da Transparência - www.canarana.mt.gov.br

Canarana – MT, 19 de setembro de 2018.

EDERSON PORSCH Presidente	FRANCISCO BRAZ DAS NEVES COSTA Contador CRC MT 016138/O-7

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 009/2018

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2018

Autoria: Ver. Alencar Pereira - DEM

DECRETO Nº 009/2018

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR JANDIR SVIERK"

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Titulo de Cidadã Colidense Titulo de Cidadã Colidense Título de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor JANDIR SVIERK – Brasileiro, Engenheiro Civil, com registro no Crea sob n. 2204086126, formado pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na cidade de São Leopoldo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1980. Neste ato é agraciado em reconhecimento a sua formação intelectual, moral e cultural, pelo seu pioneirismo e os excelentes serviços profissionais prestados, nesta comuna, quando investido junto ao Poder Executivo, bem como, pela parcela de contribuição no desenvolvimento sócio-político e econômico de Colíder-MT.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 17 de setembro de 2018

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 016/2018

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 016/2018

O Vereador JOSÉ ÉLCIO DE MATOS, Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar o expediente de atendimento ao Público da Câmara Municipal de Colider, nos seguintes horários: período matutino das 07:30 ás 11:30 horas e período vespertino das 13:00 as 17:00 horas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colider-MT., 19 de setembro de 2.018.

Vereador JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 035/2018

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 12 (doze) dias, computados a partir do dia 17 de setembro de 2.018, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	**DIAS**	**PERÍODO AQUISITIVO**
ANGELA HELENA DE SOUZA	**01**	**12/07/2016 a 11/07/2017**
	11	**12/07/2017 a 11/07/2018**

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 17 de setembro de 2.018.

LEANI FRIEDRICH RICHTER

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 034/2018

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 02(dois) dias, computados a partir do dia 17 de setembro de 2.018, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
ROSELI INES LUSA	02	27/11/2014 a 26/11/2015

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 17 de setembro de 2.018.

LEANI FRIEDRICH RICHTER

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 45 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

SUMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E POSSE DO VEREADOR JOÃO TEIXEIRA DOS SANTOS.

ROBERTO SERENINI, Presidente da Câmara do Município de Curvelândia/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Edital de Convocação do Suplente de vereador Joao Teixeira de Souza 1° Suplente do partido DEM, tendo em vista a licença por tempo determinado do vereador titular do partido Ericon Mauricio da Silva, pelo período de 19 setembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019.

RESOLVE

Art. 1º - Declarar empossado no cargo de Vereador Senhor João Teixeira de Souza (JOÃO DA VERA), 1° suplente do Partido DEM, conforme estabelece a Lei Orgânica 39 c/c com art. 89 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLICA REGISTRA E CUMPRA –SE

Gabinete do presidente da Câmara do Município de Curvelândia/MT, 19 de Setembro de 2018.

ROBERTO SERENINI

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE JURAMENTO E POSSE DE SUPLENTE DE VEREADOR

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de Dois Mil e Dezoito, nas dependências da câmara municipal de Curvelândia, situada nesta cidade, na Rua São Paulo nº 2870, nos termos do Art 89 do Regimento Interno e Art 39 da Lei Orgânica do Município de Curvelândia, perante a Mesa Diretora , sob a presidência do vereador Roberto Serenini, tomou posse o 1º suplente de vereador eleito pelo partido DEM (Democrata), senhor João Teixeira de Souza, portador do RG: 579.131-0 SSP/MT, e do CPF: 415. 246.671-53 eleito em dois de outubro de dois mil e dezesseis. Ocupando a vaga do vereador titular, senhor Ericon Mauricio da Silva que encontra-se licenciado do cargo por prazo determinado conforme requerimento ° 001/ 2018, devidamente aprovado pelos vereadores por unanimidade na sessão ordinária de 17 de setembro de 2018.

Em seguida o suplente apresentou o diploma e a declaração de bens parte integrante desse termo e proferiu, o seguinte juramento nos termos do art. 3° do Regimento Interno.

"Prometo cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e Constituição Estadual a Lei Orgânica do Município e as demais Leis em vigor, exercer com patriotismo com honestidade com espírito público o mandato de vereadora que me foi concedido e promover quando a mim couber o bem público."

"Assim Prometo"

E para constar, foi lavrado o presente termo que será assinado pelo Presidente da Câmara e pelo vereador empossado.

Câmara do Município de Curvelândia/MT, 19 de setembro de 2018

Roberto Serenini

Presidente

João Teixeira de Souza

Vereador empossado

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 014/2018

Portaria n.º 014/2018 Dom Aquino – MT, 19 de setembro de 2018.

ADELSON MARTINS COIMBRA, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias aos funcionários abaixo relacionado:

Nome	Período de Admissão	Período em Descanso	Dias de Férias
Mariana Caetana Satelis de Souza	29/01/2017 à 29/01/2018	19/11/2018 a 17/12/2018	30 dias
Marcília Ferreira da Cruz	02/02/2017 à 02/02/2018	01/10/2018 à 30/10/2018	30 dias
Weter Euter dos Santos Silva	01/09/2015 à 01/09/2016	01/11/2018 à 30/11/2018	30 dias

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de setembro de 2018.

ADELSON MARTINS COIMBRA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº014/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº014/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhor Marcelo Eduardo Cavalieri, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 12:00, a quem interessar possa os **RELATORIOS DE GESTÃO FISCAL – DO 2.º QUADRIMESTRE**, do exercício financeiro de 2018, do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 19 de Setembro 2018.

MARCELO EDUARDO CAVALIERI

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº013/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº013/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhor Marcelo Eduardo Cavalieri, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 12:00, a quem interessar possa os Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT**, mês de **AGOSTO** de 2018 do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 19 de Setembro 2018.

MARCELO EDUARDO CAVALIERI

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO 1º SEMESTRE DE 2018. (RECIBO SICONFI)

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
	Ministério da Fazenda - MF
	Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Terra Nova do Norte - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Câmara de Vereadores de Terra Nova do Norte - MT (MT)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Periodicidade:	Semestral
Período:	1º semestre
Exercício:	2018
Assinatura(s):	• Nome: ADELAR MARCANTE *Titular do Poder Legislativo* CPF: 604.439.281-34 Data: 19/09/2018 15:43:36

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **19/09/2018, às 15:48:36** , é:

02.DJ.ZB-N

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 19/09/2018 15:48:36 Página 1 de 1

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO 1º SEMESTRE DE 2018. (SICONFI)

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Terra Nova do Norte - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)													755,667.04	
Pessoal Ativo													755,667.04	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis													642,345.76	
Obrigações Patronais													113,321.28	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)													755,667.04	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Terra Nova do Norte - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	31.657.428,94	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	31.657.428,94	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	755.667,04	2,39
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.899.445,74	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.804.473,45	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1° do art. 59 da LRF)	1.709.501,17	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Terra Nova do Norte - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Câmara de Vereadores de Terra Nova do Norte - MT (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS_12/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 012/2018, DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2018
PESSOA JURÍDICA: HOSPITAL OTORRINO LTDA INSCRITA NO CNPJ: 14.347.727/0001-54
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS EM OTORRINO, VISANDO O ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS, DE ACORDO COM AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, **CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I E A PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA**.

LOTE 01 – AQUISIÇÃO DE CONSULTAS ITINERANTES DE OTORRINO.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LOTE 01	ESTIMATIVO ANO	LOCAL DE ATENDIMENTO	Nº PROF. / EMPRESA	MUNICIPIOS A SEREM ATENDIDOS	V. UNIT	V. TOTAL
1	CONSULTA OTORRINOLARINGOLOGIA, DE CABEÇA E PESCOÇO COM OTOSCOPIA. (CONSULTAS ITINERANTES).	4.500	CLÍNICA / HOSPITAL / MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 60,00	R$: 270.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01							**270.000,00**

LOTE 02 – AQUISIÇÃO DE EXAME EM OTORRINO.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LOTE 02	ESTIMATIVO ANO	LOCAL DE ATENDIMENTO	Nº PROF. / EMPRESA	MUNICIPIOS A SEREM ATENDIDOS	V. UNIT	V. TOTAL
1	VIDEOFARINGOLARINGOSCOPIA / VIDEOENDOSCOPIA NASOSINUSAL/ VIDEOLARINGOSCOPIA	500	CLÍNICA / HOSPITAL / CÁCERES / CUIABÁ/ ITINERANTE	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 141,00	R$ 70.500,00
2	TESTE ALERGICO	20	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 70,00	R$ 1.400,00
3	AUDIOMETRIA COMPLETA (TONAL, VOCAL, SRT E IMPEDANCIOMETRIA.	20	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 90,00	R$ 1.800,00
4	AUDIOMETRIA DE TRONCO CEREBRAL - BERA	20	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 220,00	R$ 4.400,00
5	ELETROCOCLEOGRAFIA	20	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 220,00	R$ 4.400,00
6	OTONEUROLÓGICO	20	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 250,00	R$ 5.000,00
7	OTOEMISSÕES ACÚSTICAS	20	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 130,00	R$ 2.600,00
8	TESTE DE SELEÇÃO DE PROTESE	20	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 120,00	R$ 2.400,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01							**92.500,00**

LOTE 03 – AQUISIÇÃO DE CIRURGIAS DE OTORRINO.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ESTIMATIVO ANO	LOCAL DE ATENDIMENTO	Nº PROF. / EMPRESA	MUNICIPIOS A SEREM ATENDIDOS	V. UNIT	V. TOTAL
1	SEPTOPLASTIA COM TURBINECTOMIA E CAUREZIAÇÃO DE COMETOS NASAIS	50	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 2.100,00	R$ 105.000,00
2	SINUSECTOMIA COM USO DE VÍDEO CIRÚRGICO (CIRURGIA DOS SEIOS DA FACE)	15	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 4.500,00	R$ 67.500,00
3	TIMPANOPLASTIA (COM TUBO OTOLQGICO) CIRURGIA DE OUVIDO PARA RECONSTRUÇÃO DO TIMPANO	15	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 4.500,00	R$ 67.500,00
4	RINOSSEPTOPLASTIA	05	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 5.000,00	R$ 25.000,00
5	CORDECTOMIA (TUMOR DE CORDAS VOCAIS / USO DE LASER PARA DISSECÇÃO DE CORDAS VOCAIS	05	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 6.450,00	R$ 32.250,00
6	MASTOIDECTOMIA TIMPANOMASTOIDECTOMIA (GELFOAN / TISSUCONOL / MONITOR / BROCAS)	05	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 9.800,00	R$ 49.000,00
7	ESTAPEDECTOMIA (INCLUSO PRÓTESE)	05	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 9.150,00	R$ 35.750,00
8	ADNOIDECTOMIA COM OU SEM CAUTERIZAÇÃO DE CORNETOS	80	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 1.400,00	R$ 112.000,00
9	AMIGDALECTOMIA DAS PALATINAS COM OU SEM CAUTERIZAÇÃO DE CORNETOS	80	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 1.400,00	R$ 112.000,00
10	ADNOAMIGLECTOMIA COM OU SEM CAUTERIZAÇÃO DE CONRNETOS	80	CLÍNICA / HOSPITAL / CUIABÁ	01 OU MAIS PROFISSIONAL	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISOMT	R$ 1.400,00	R$ 112.000,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$: 1.080,500,00 (UM MILHÃO E OITENTA MIL E QUINHENTOS REAIS).

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT, 30 DE AGOSTO DE 2018.

RONALDO FLOREANDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CISOMT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS_11/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018
PESSOA JURÍDICA: CENTRO DE TRATAMENTO DO RIM LTDA – CNPJ: 02.030.980/0001-09
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS (*NEFROLOGIA*, CIRURGIÃO VASCULAR) PARA ATEN-

DIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

ITEM	LOCAL DE ATENDIMENTO	ESTIMATIVO ANO	Nº PROF. / EMPRESA	MUNICIPIOS A SEREM ATENDIDOS	V. UNIT	V. TOTAL
01	Clinica / Hospital – Cáceres – MT	5.000	01 ou mais Profissional	Municípios Consorciados ao CISOMT	R$ 60,00	300.000,00
TOTAL						**300.000,00**

Valor de R$: R$: 300.000,00 (trezentos mil reais)

São José dos Quatro Marcos - MT, 13 de agosto de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS - Presidente do CISOMT

AVISO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009 E 010 DE 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 009/2018, DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 007/2018
PESSOA JURÍDICA: AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA - CNPJ: 37.472.511/0001-16
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS. Conforme especificações e quantidades discriminadas em Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

VENCEDOR DO LOTE 01 – ABASTECIMENTO NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT.

ITEM 01	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10**	**50.000**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	3,79
TOTAL GERAL		**189.500,00**
ITEM 02	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM**	**30.000**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	3,69
TOTAL GERAL		**110.700,00**
ITEM 03	**COMBUSTIVEL - GASOLINA, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP**	**9.000**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	4,69
TOTAL GERAL		**42.210,00**
ITEM 04	**FLUIDO PARA LIMPEZA - ADITIVO PARA COMBUSTIVEL, ARLA 32 ANTIPOLUICAO, ADICIONADO AO DIESEL**	**90**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	60,00
TOTAL GERAL		**5.400,00**
ITEM 05	**FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	30,00
TOTAL GERAL		**420,00**
ITEM 06	**FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VW, ANOS VARIADOS, GOL E VOYAGE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	15,00
TOTAL GERAL		**210,00**
ITEM 07	**SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO - FILTRO DA CABINE, PARA SISTEMA DO CONDICIONADOR DE AR, GOL VOYAGE VW.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	15,00
TOTAL GERAL		**210,00**
ITEM 08	**FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - MB. RACOR**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	80,00
TOTAL GERAL		**1.280,00**
ITEM 09	**FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - VOLVO, ANO 2008 EM DIANTE. RACOR**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	60,00
TOTAL GERAL		**960,00**
ITEM 10	**FILTRO DE COMBUSTIVEL BLINDADO SECUNDARIO AUTOMOTIVO - VOLARE, MICRO ONIBUS.**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	88,00
TOTAL GERAL		**1.408,00**
ITEM 11	**FILTRO DE OLEO AUTOMOTIVO - VOLARE, MODELO MICRO ONIBUS, 2013, 2014, 2015, 2016.**	**11**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	100,00
TOTAL GERAL		**1.100,00**
ITEM 12	**FILTRO PU SECADOR DE AR, VOLVO, MB, VOLARE E AGRALE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	87,00
TOTAL GERAL		**1.218,00**
ITEM 13	**FILTRO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA, ONIBUS VOLVO, MB, AGRALE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	11,00
TOTAL GERAL		**154,00**
ITEM 14	**FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO BLINDADO AUTOMOTIVO - AGRALE ANOS 2013, 2014, 2015, 2016, MB E VOLARE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	62,00
TOTAL GERAL		**868,00**
ITEM 15	**FILTRO PRIMARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS 2013, 2014, 2015.**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	75,00
TOTAL GERAL		**750,00**
ITEM 16	**FILTRO SECUNDARIO DO AR DO MOTOR DO ONIBUS VOLARE E AGRALE. ANOS 2013, 2014, 2015.**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	73,00
TOTAL GERAL		**730,00**
ITEM 17	**FILTRO DE AR PRIMARIO, VOLVO, MB E AGRALE**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	75,00
TOTAL GERAL		**1.050,00**
ITEM 18	**FILTRO DE AR SECUNDARIO, VOLVO, MB E AGRALE**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	80,00
TOTAL GERAL		**1.120,00**
ITEM 19	**FILTRO DE LUBRIFICANTE, VOLVO, MB E AGRALE.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	80,00
TOTAL GERAL		**1.120,00**
ITEM 20	**FLUIDO - LIQUIDO OLEO DE FREIO, EMBALADOS EM FRASCO COM 500ML.**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	18,00
TOTAL GERAL		**288,00**

ITEM 21	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) BALDE DE 20 LITROS.**	**60**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	229,00
TOTAL GERAL		**13.740,00**
ITEM 22	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 15W40, API CH4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) BALDE DE 20 LITROS.**	**60**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	215,00
TOTAL GERAL		**2.900,00**
ITEM 23	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 15W40, API CI4, VOLARE, MICRO ONIBUS, PARA LUBRIFICACAO DE MOTOR (DIESEL) GALÃO DE 4 LITROS.**	**12**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	56,00
TOTAL GERAL		**672,00**
ITEM 24	**OLEO LUBRIFICANTE - OLEO TOTAL RUBIA 5W40, API SN, 1 LITRO.**	**34**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	50,00
TOTAL GERAL		**1.700,00**
ITEM 25	**OLEO LUBRIFICANTE - FLUIDO HIDRAULICO, PARA DIRECAO HIDRAULICA E TRANSMISSAO AUTOMOMATICA, EMBALAGEM DE 1 LITRO**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	16,00
TOTAL GERAL		**256,00**
ITEM 26	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 20 LITROS.**	**20**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	289,00
TOTAL GERAL		**5.780,00**
ITEM 27	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA DIFERENCIAL, ESPECIFICACAO SAE 85W140 HDCF, EMBALAGEM DE 01 LITRO.**	**16**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	20,00
TOTAL GERAL		**320,00**
ITEM 28	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 20 LITROS**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	230,00
TOTAL GERAL		**2.300,00**
ITEM 29	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO API GL-5 SAE 90, EMBALAGEM DE 01 LITRO.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	19,00
TOTAL GERAL		**266,00**
ITEM 30	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO SAE 80W90 HDCF, EMBALAGEM DE 20 LITROS.**	**10**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	240,00
TOTAL GERAL		**2.400,00**
ITEM 31	**OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE, SINTETICO, PARA TRANSMISSAO, ESPECIFICACAO SAE 80W90 HDCF, EMBALAGEM DE 01 LITRO.**	**14**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	20,00
TOTAL GERAL		**280,00**
ITEM 32	**DISCO DE TACOGRAFO 180 - CAIXA COM 10 UNIDADES**	**100**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	36,00
TOTAL GERAL		**3.600,00**
ITEM 33	**DISCO DE TACOGRAFO 125 - CAIXA COM 10 UNIDADES**	**100**
	AUTO POSTO QUATRO MARCOS - EPP, CNPJ: 37.472.511/0001-16	35,00
TOTAL GERAL		**3.500,00**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 408.410,00 (quatrocentos e oito mil e quatrocentos e dez reais).

São José dos Quatro Marcos-MT, 10 de agosto de 2018.

RONALDO FLOREANDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CISOMT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 010/2018, DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 007/2018
PESSOA JURÍDICA: Paulo Sergio Dias Posto EPP - CNPJ: 09.136.878/0001-23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS. Conforme especificações e quantidades discriminadas em Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

VENCEDOR DO LOTE 02 – ABASTECIMENTO NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE CACERES – MT.

ITEM 01	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10**	**40.000**
	Paulo Sergio Dias Posto EPP, CNPJ: 09.136.878/0002-04	R$: 3,79
TOTAL GERAL		**R$: 151.600,00**

ITEM 02	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM**	**25.000**
	Paulo Sergio Dias Posto EPP, CNPJ: 09.136.878/0002-04	R$: 3,73
TOTAL GERAL		**R$: 93.250,00**

ITEM 03	**COMBUSTIVEL - GASOLINA, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP**	**4.000**
	Paulo Sergio Dias Posto EPP, CNPJ: 09.136.878/0002-04	R$: 4,57
TOTAL GERAL		**R$: 18.280,00**

ITEM 04	**FLUIDO PARA LIMPEZA - ADITIVO PARA COMBUSTIVEL, ARLA 32 ANTIPOLUICAO, ADICIONADO AO DIESEL**	**50**
	Paulo Sergio Dias Posto EPP, CNPJ: 09.136.878/0002-04	R$: 59,00
TOTAL GERAL		**R$: 2.950,00**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 266.080,00 (duzentos e sessenta e seis mil e oitenta reais).

São José dos Quatro Marcos-MT, 10 de agosto de 2018.

RONALDO FLOREANDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CISOMT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS_04_2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 004/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 005/2018			
PESSOA JURÍDICA: CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA - CNPJ: 26.795.401/0001-79.			
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS (*OFTALMOLOGIA*) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA,ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018, QUE CONTÉM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E A PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA, VISANDO O ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CISOMT AOS SEUS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.			
LOTE	**ESTIMATIVO ANO**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
01	**6.500**	**R$ 63.00**	**409.500,00**

R$: 409.500,00 (quatrocentos e nove mil e quinhentos reais)
São José dos Quatro Marcos – MT, 22 de maio de 2018.
Ronaldo Floreano dos Santos - Presidente CISOMT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 042/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: JOSÉ PAULO SPILA EIRELI **CNPJ:** 15.292.061/0001-47

OBJETO: Finalidade de prorrogar o quantitativo total do Contrato n.º 042/2015, previsto em sua Cláusula 4ª, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados na realização de **400 (quatrocentos) Exames de Audiometria (Tonal e Vocal)**, para atender no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$ 13.972,00 (treze mil novecentos e setenta e dois reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o artigo §1º do artigo 2º da Lei 10.192/2001 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 18/09/2018 até 31/12/2018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 189/2018.

CONCORRÊNCIA 008/2018.

O Prefeito Municipal de Água Boa – MT, Mauro Rosa da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve revogar a licitação, Processo Licitatório 189/2018, na modalidade de Concorrência 008/2018, que tem por objeto a Seleção da proposta mais vantajosa apresentada por empresa ou consórcio para contratação de Parceria Público Privada, na modalidade concessão administrativa, para modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública no município de Água Boa, por razões de interesse público e para adequação no edital. A presente revogação está fundamentada no artigo 49 da Lei n°. 8.666/93, art. 53 da Lei nº. 9.784/99 e Súmula 473 do STF.

Água Boa - MT, 19 de setembro de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PORTARIA GS/SMS/AB Nº 009/2018, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

"Dispõe sobre a prestação de contas referente a concessão de passagens para Tratamento Fora do Domicílio – TFD, pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Água Boa/MT"

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais:

Considerando, que a Constituição Federal define em seu artigo 196, que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando, que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade, nos termos do art. 198 da Constituição Federal;

Considerando, a aplicabilidade da Lei Federal nº. 8.080, de 19 de Setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando, Lei Federal nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1º - Instituir a prestação de contas referente a concessão de passagens para Tratamento Fora do Domicílio – TFD pela Secretaria Municipal de Saúde de Água Boa/MT.

Art. 2º - Fica estabelecida a obrigatoriedade dos usuários (paciente/acompanhante) em realizar a devolução dos bilhetes de passagens utilizados ou não, para a Central de Regulação Municipal - CRM, no prazo máximo de 7(sete) dias após retirada.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto culminará na suspensão de novos benefícios por meio de Tratamento Fora do Domicílio - TFD, sem prejuízo da adoção de providências legais e administrativas cabíveis.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde de Água Boa/MT, aos 17 de Setembro de 2018.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto	Contratação de empresa que ofereça a municipalidade gestão e gerenciamento de frotas por sistema de gestão automotiva, o qual reúna diversos módulos operacionais capazes de prestar serviços de controle e intermediação de consumo de combustível, monitoramento e localização via satélite, fiscalização de manutenção preventiva e corretiva de frotas com gerenciamento de fornecimento de peças e serviços por intermediação em rede credenciada, acompanhamento e regulação de contratos com emissão de relatórios bem como geração de tabelas para prestação de contas aos órgãos de controle
Favorecido	Saga Comércio e Serviços Tecnologia e Informática Ltda-ME. CNPJ: 05.870.713/0001-20.
Prazo de Entrega	12 meses.
Valor Global	R$ 1.995.697,00 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais).
Fundamento Legal	Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Inexigibilidade nº. 009/2018.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Inexigibilidade nº. 009/2018 nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa-MT, 19 de setembro de 2018

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 087/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 087/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3.161/2018, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520

de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 087/2018.

OBJETO: Aquisição de materiais para instalação de torre repetidora de sinal de celular .

REALIZAÇÃO**:** 03/10/2018.

INICIO DO CREDENCIAMENTO: 08h00min (horário local).

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min (horário local).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 19 de setembro de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro oficial

LICENÇA DE OPERAÇÃ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona rural do município de ÁGUA BOA/MT.

RH
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 002/2018

EXTRATO DO EDITAL

A Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas, no período de 04 a 16 de outubro de 2018, as inscrições para processo seletivo simplificado, para o cargo de VISITADOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - CRAS. As inscrições serão efetuadas de forma gratuita na sede da Secretaria Municipal de Ação Social de Água Boa/MT, situada na 16, nº 450, Bairro Centro II, de 04 a 16 de outubro de 2018, no período estipulado, exceto sábados, domingos e feriados, no horário de 08h as 11h e das 14:00h as 17:00h. O Edital em seu inteiro teor está à disposição dos interessados na página oficial da Prefeitura Municipal no site **http://www.aguaboa.mt.gov.br e no mural de publicações oficiais da Prefeitura, situado na Avenida Planalto, nº. 410, Centro.**

Água Boa - MT, 19 de setembro de 2018.

SUZY NUNES MEDEIROS

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 002/2018

CODEMA
EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental 'Médio Araguaia' – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Água Boa-MT, 19 de setembro de 2018.

PROCESSO	Nº. LICENÇA	TIPO LICENÇA	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE LICENCIADA	MUNICÍPIO
2942.007.042.0000012/2017	071/2018	Prévia	Antônio Volmir Calegari	Fabricação de outros produtos elaborados de metal	Água Boa-MT
2942.007.042.0000012/2017	071/2018	Instalação	Antônio Volmir Calegari	Fabricação de outros produtos elaborados de metal	Água Boa-MT
2942.007.042.0000012/2017	051/2018	Operação	Antônio Volmir Calegari	Fabricação de outros produtos elaborados de metal	Água Boa-MT
2942.007.043.0000020/2018	066/2018	Prévia	Ivaneide Silva dos Santos	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados.	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000020/2018	066/2018	Instalação	Ivaneide Silva dos Santos	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados.	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000020/2018	046/2018	Operação	Ivaneide Silva dos Santos	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados.	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000023/2018	064/2018	Prévia	J. Bento Filho	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados.	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000023/2018	064/2018	Instalação	J. Bento Filho	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados.	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000023/2018	044/2018	Operação	J. Bento Filho	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados.	Campinápolis-MT

2942.007.043.0000008/2018	065/2018	Prévia	José Roberto Alves da Silva	Fabricação de móveis e outros artefatos com predominância de madeira.	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000008/2018	065/2018	Instalação	José Roberto Alves da Silva	Fabricação de móveis e outros artefatos com predominância de madeira	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000008/2018	045/2018	Operação	José Roberto Alves da Silva	Fabricação de móveis e outros artefatos com predominância de madeira	Campinápolis-MT
2942.002.004.0000001/2018	062/2018	Prévia	Nilson Antônio Mellek	Loteamentos para fins residenciais ou comerciais	Campinápolis-MT
2942.002.004.0000001/2018	062/2018	Instalação	Nilson Antônio Mellek	Loteamentos para fins residenciais ou comerciais	Campinápolis-MT
2942.007.048.0000021/2018	070/2018	Prévia	Weber e Marques Hotelaria Ltda-ME	Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Querência-MT
2942.007.048.0000021/2018	070/2018	Instalação	Weber e Marques Hotelaria Ltda-ME	Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Querência-MT
2942.007.048.0000021/2018	050/2018	Operação	Weber e Marques Hotelaria Ltda-ME	Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Querência-MT
2942.007.048.0000011/2018	069/2018	Prévia	Itambé – Máquinas Ltda	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.007.048.0000011/2018	069/2018	Instalação	Itambé – Máquinas Ltda	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.007.048.0000011/2018	049/2018	Operação	Itambé – Máquinas Ltda	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.007.042.0000004/2018	054/2018	Prévia	I. D. Rezende Neto - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000004/2018	054/2018	Instalação	I. D. Rezende Neto - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000004/2018	036/2018	Operação	I. D. Rezende Neto - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.043.0000015/2018	049/2018	Prévia	Nacymar de Jesus Caldas	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000015/2018	049/2018	Instalação	Nacymar de Jesus Caldas	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000015/2018	032/2018	Operação	Nacymar de Jesus Caldas	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Campinápolis-MT
2942.007.042.0000011/2018	059/2018	Prévia	Kassia Regina Silva	Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo-GLP	Água Boa-MT
2942.007.042.0000011/2018	059/2018	Instalação	Kassia Regina Silva	Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo-GLP	Água Boa-MT
2942.007.042.0000011/2018	040/2018	Operação	Kassia Regina Silva	Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo-GLP	Água Boa-MT
2942.007.042.0000008/2017	050/2018	Prévia	Biguá Sistemas Hidraulicos Ltda-EPP	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000008/2017	050/2018	Instalação	Biguá Sistemas Hidraulicos Ltda-EPP	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000008/2017	033/2018	Operação	Biguá Sistemas Hidraulicos Ltda-EPP	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT

2942.007.048.0000015/2018	055/2018	Prévia	Araguaia Comércio de Medicamentos Eireli-ME	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Querência-MT
2942.007.048.0000015/2018	055/2018	Instalação	Araguaia Comércio de Medicamentos Eireli-ME	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Querência-MT
2942.007.048.0000015/2018	037/2018	Operação	Araguaia Comércio de Medicamentos Eireli-ME	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Querência-MT
2942.007.047.0000004/2018	053/2018	Prévia	Neuri Zuffo e Cia Ltda	Beneficiamento de Arroz	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.0000004/2018	053/2018	Instalação	Neuri Zuffo e Cia Ltda	Beneficiamento de Arroz	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.0000004/2018	035/2018	Operação	Neuri Zuffo e Cia Ltda	Beneficiamento de Arroz	Nova Xavantina-MT
2942.007.048.0000004/2018	034/2018	Prévia	Amanda Santos Teixeira	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Querência-MT
2942.007.048.0000004/2018	032/2018	Instalação	Amanda Santos Teixeira	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Querência-MT
2942.007.048.0000004/2018	024/2018	Operação	Amanda Santos Teixeira	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Querência-MT
2942.007.049.0000001/2018	024/2018	Prévia	Frigo e Correia Ltda	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Ribeirão Cascalheira -MT
2942.007.049.0000001/2018	023/2018	Instalação	Frigo e Correia Ltda	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Ribeirão Cascalheira -MT
2942.007.049.0000001/2018	016/2018	Operação	Frigo e Correia Ltda	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Ribeirão Cascalheira -MT
2942.007.043.0000012/2018	030/2018	Prévia	Regina Borges de Oliveira-ME	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados	Campinápolis -MT
2942.007.043.0000012/2018	029/2018	Instalação	Regina Borges de Oliveira-ME	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados	Campinápolis -MT
2942.007.043.0000012/2018	021/2018	Operação	Regina Borges de Oliveira-ME	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados	Campinápolis -MT
2942.007.043.0000013/2018	032/2018	Prévia	Ligia Francielle Sousa Cardoso	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Campinápolis -MT
2942.007.043.0000013/2018	031/2018	Instalação	Ligia Francielle Sousa Cardoso	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Campinápolis -MT
2942.007.043.0000013/2018	023/2018	Operação	Ligia Francielle Sousa Cardoso	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Campinápolis -MT
2942.007.047.0000003/2018	043/2018	Prévia	Laboratório de Análises Clinicas São Lucas Ltda	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.0000003/2018	042/2018	Instalação	Laboratório de Análises Clinicas São Lucas Ltda	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.0000003/2018	029/2018	Operação	Laboratório de Análises Clinicas São Lucas Ltda	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc	Nova Xavantina-MT
2942.007.043.0000005/2018	042/2018	Prévia	Rubisleia Bernardes Dos Santos Teixeira Silva	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados	Campinápolis –MT
2942.007.043.0000005/2018	041/2018	Instalação	Rubisleia Bernardes Dos Santos Teixeira Silva	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados	Campinápolis –MT

2942.007.043.0000005/2018	028/2018	Operação	Rubisleia Bernardes Dos Santos Teixeira Silva	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria - exceto industrializados	Campinápolis –MT
2942.007.043.0000007/2018	040/2018	Prévia	Elvis Comércio de Medicamentos Ltda	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Campinápolis –MT
2942.007.043.0000007/2018	039/2018	Instalação	Elvis Comércio de Medicamentos Ltda	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Campinápolis –MT
2942.007.043.0000007/2018	027/2018	Operação	Elvis Comércio de Medicamentos Ltda	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Campinápolis –MT
2942.007.047.0000005/2018	063/2018	Prévia	Drogaria Pinheiro Eireli	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Nova Xavantina –MT
2942.007.047.0000005/2018	063/2018	Instalação	Drogaria Pinheiro Eireli	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Nova Xavantina –MT
2942.007.047.0000005/2018	043/2018	Operação	Drogaria Pinheiro Eireli	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas	Nova Xavantina –MT
2942.007.048.0000017/2018	052/2018	Prévia	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Querência	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Querência-MT
2942.007.048.0000017/2018	052/2018	Instalação	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Querência	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Querência-MT
2942.007.048.0000022/2018	068/2018	Prévia	Araújo Silva & Araújo Silva - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.007.048.0000022/2018	068/2018	Instalação	Araújo Silva & Araújo Silva - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.007.048.0000022/2018	048/2018	Operação	Araújo Silva & Araújo Silva - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.007.047.0000009/2018	067/2018	Prévia	Marcia Ferreira da Silva	Serviços de coleta e transporte de efluentes de fossas sépticas (limpa fossa)	Nova Xavantina –MT
2942.007.047.0000009/2018	067/2018	Instalação	Marcia Ferreira da Silva	Serviços de coleta e transporte de efluentes de fossas sépticas (limpa fossa)	Nova Xavantina –MT
2942.007.047.0000009/2018	047/2018	Operação	Marcia Ferreira da Silva	Serviços de coleta e transporte de efluentes de fossas sépticas (limpa fossa)	Nova Xavantina –MT
2942.006.002.0000005/2018	057/2018	Prévia	Prefeitura Municipal de Água Boa-MT	Construção, pavimentação, conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana (galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais)	Água Boa-MT
2942.006.002.0000005/2018	057/2018	Instalação	Prefeitura Municipal de Água Boa-MT	Construção, pavimentação, conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana (galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais)	Água Boa-MT
2942.007.048.0000024/2018	060/2018	Prévia	Alexandra Aparecida Costa - ME	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc	Querência-MT
2942.007.048.0000024/2018	060/2018	Instalação	Alexandra Aparecida Costa - ME	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc	Querência-MT
2942.007.048.0000024/2018	041/2018	Operação	Alexandra Aparecida Costa - ME	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc	Querência-MT
2942.007.042.0000017/2017	061/2018	Prévia	E. M. P. Souza - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000017/2017	061/2018	Instalação	E. M. P. Souza - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000017/2017	042/2018	Operação	E. M. P. Souza - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.	056/2018	Prévia	Angelita Madalena Fábio – ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT

0000016/2017					
2942.007.042.0000016/2017	056/2018	Instalação	Angelita Madalena Fábio - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000016/2017	038/2018	Operação	Angelita Madalena Fábio - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000014/2017	051/2018	Prévia	Valdemir Kaiser	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000014/2017	051/2018	Instalação	Valdemir Kaiser	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000014/2017	034/2018	Operação	Valdemir Kaiser	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminho-netes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000013/2018	048/2018	Prévia	Helenisa T. K. Wi-edtheuper & Cia Ltda	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formu-las	Água Boa-MT
2942.007.042.0000013/2018	047/2018	Instalação	Helenisa T. K. Wi-edtheuper & Cia Ltda	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formu-las	Água Boa-MT
2942.007.042.0000013/2018	031/2018	Operação	Helenisa T. K. Wi-edtheuper & Cia Ltda	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formu-las	Água Boa-MT
2942.007.042.0000012/2018	047/2018	Prévia	Victor R Pina - ME	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formu-las	Água Boa-MT
2942.007.042.0000012/2018	046/2018	Instalação	Victor R Pina - ME	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formu-las	Água Boa-MT
2942.007.042.0000012/2018	030/2018	Operação	Victor R Pina - ME	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formu-las	Água Boa-MT
2942.007.042.0000005/2018	058/2018	Prévia	Liamara F. V. da Sil-va Eireli-ME	Fabricação de gelo comum	Água Boa-MT
2942.007.042.0000005/2018	058/2018	Instalação	Liamara F. V. da Sil-va Eireli-ME	Fabricação de gelo comum	Água Boa-MT
2942.007.042.0000005/2018	039/2018	Operação	Liamara F. V. da Sil-va Eireli-ME	Fabricação de gelo comum	Água Boa-MT
2942.007.042.0000008/2016	INDEFERIDA	Prévia	Gleide Rodrigues Aciole Santos-ME	Preparação do leite (resfriamento e pasteurização) e fabricação de queijo	Água Boa-MT
2942.007.042.0000008/2016	INDEFERIDA	Instalação	Gleide Rodrigues Aciole Santos-ME	Preparação do leite (resfriamento e pasteurização) e fabricação de queijo	Água Boa-MT
2942.007.042.0000008/2016	INDEFERIDA	Operação	Gleide Rodrigues Aciole Santos-ME	Preparação do leite (resfriamento e pasteurização) e fabricação de queijo	Água Boa-MT

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2018

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de**GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, conforme especificações descritas no Edital e anexos**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT,** situada na Av. Serra Nova, 975- centro - inscrita no CNPJ: 37.465.143/0001-89, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE,** *e a empresa DHIENNIFY MARQUES TOBIAS SIPAUBA 04629080112, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 29.682.437/0001-34, com sede na AV MOISES DORNELES MONTIEL – S/N – CENTRO – ALTO BOA VISTA/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) DHIENNIFY MARQUES TOBI-*

AS SIPAUBA, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 25271768 SEJSP/MT, CPF/MF n.º 046.290.801-12, doravante denominado FORNECEDORA, ***ACORDAM*** *proceder, nos termos do Edital de Pregão Nº 006/2018, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total
5	60	AGUA MINERAL GALÃO 20 LT	UN	MORRO ALTO	2750	R$ 12,00	R$ 33.000,00
6	61	AGUA MINERAL 500ML	UN	MORRO ALTO	7750	R$ 1,25	R$ 9.687,50
99	1630	GAS DE COZINHA BOTIJÃO 13 KG	UN	NACIONAL GAS	650	R$ 120,00	R$ 78.000,00
176	3122	REFRIGERANTE DE 2 LTS	UN	ANTARCTICA	5000	R$ 7,80	R$ 39.000,00
227	6404	CARVÃO 3 KG	SACO	CHAMA	265	R$ 7,00	R$ 1.855,00
							R$ 161.542,50

VALOR TOTAL R$ 161.542,50(cento e sessenta e um mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquentas centavos).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT**.

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA QUARTA –DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Alto Boa Vista /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens são variáveis, conforme solicitação dos departamentos junto a essa prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. C**aberá à Prefeitura**promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até o 30º(trigésimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Alto Boa Vista, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2006 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

05– SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONSELHO TUTELAR

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

2014 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0129 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0143 – MATERIAL DE CONSUMO

06– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2015 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2016 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2018 – MERENDA ESCOLAR

3.3.90.30.00.00 – 0115 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

002 – FUNDEB

2025 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

2027 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2031 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

3.3.90.30.00.00 – 0102 – MATERIAL DE CONSUMO

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1120 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS FETHAB

3.3.90.30.00.00 – 0130 – MATERIAL DE CONSUMO

2040 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2023 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0124 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Nº 006/2018, seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Alto Boa Vista - MT, 19 de Setembro de 2018.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	DHIENNIFY MARQUES TOBIAS SIPAUBA 04629080112
Prefeito Municipal	CNPJ nº 29.682.437/0001-34
Contratante	Contratado

Testemunhas

Nome	Nome
Rg	Rg
CPF	CPF

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2018

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de**GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, conforme especificações descritas no Edital e anexos**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT,** situada na Av. Serra Nova, 975- centro - inscrita no CNPJ: 37.465. 143/0001-89, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE,** *e a empresa ANTONIO NETO DIAS COSTA 70694990191, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 26.763.657/0001-02, com sede na RUA GOIAS – S/N – QD 12 LT 08 – SETOR CAMPINAS – ALTO BOA VISTA/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) ANTONIO NETO DIAS COSTA, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 4476560 SSP/GO, CPF/MF n.º 706.949.901-91, doravante denominado FORNECEDORA,* ***ACORDAM*** *proceder, nos termos do Edital de Pregão Nº 006/2018, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total
104	1755	IOGURTE LT	LT	NETO REPRESENTAÇÕES	10350	R$ 8,00	R$ 82.800,00
110	2036	LEITE PASTEURIZADO	LT	NETO REPRESENTAÇÕES	10350	R$ 3,80	R$ 39.330,00
172	3082	QUEIJO CURADO KG	KG	NETO	935	R$ 20,00	R$ 18.700,00
							R$ 140.830,00

VALOR TOTAL R$ 140.830,00(cento e quarenta mil oitocentos e trinta reais).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT**.

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA QUARTA –DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Alto Boa Vista /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens são variáveis, conforme solicitação dos departamentos junto a essa prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. C**aberá à Prefeitura**promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até o 30º(trigésimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Alto Boa Vista, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2006 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

05– SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONSELHO TUTELAR

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

2014 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0129 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0143 – MATERIAL DE CONSUMO

06– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2015 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2016 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2018 – MERENDA ESCOLAR

3.3.90.30.00.00 – 0115 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

002 – FUNDEB

2025 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

2027 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2031 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

3.3.90.30.00.00 – 0102 – MATERIAL DE CONSUMO

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1120 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS FETHAB

3.3.90.30.00.00 – 0130 – MATERIAL DE CONSUMO

2040 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2023 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0124 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Nº 006/2018, seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Alto Boa Vista - MT, 19 de Setembro de 2018.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	ANTONIO NETO DIAS COSTA 70694990191
Prefeito Municipal	CNPJ nº 26.763.657/0001-02
Contratante	Contratado

Testemunhas

Nome	Nome
Rg	Rg
CPF	CPF

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2018

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de**GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, conforme especificações descritas no Edital e anexos**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT,** situada na Av. Serra Nova, 975- centro - inscrita no CNPJ: 37.465. 143/0001-89, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE,** *e a empresa R G DA PAZ EIRELLI – ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 21.058.617/0001-38, com sede na AV ALZIRA SANTANA – IKARAY – VARZEA GRANDE / MT – CEP 78.128-474, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) RODRIGO GARCIA DA PAZ, portador (a) da Carteira de Identidade n. º 1477296-5 SSP/MT, CPF/MF n.º 731.341.201-00, doravante denominado FORNECEDORA,* ***ACORDAM*** *proceder, nos termos do Edital de Pregão Nº 006/2018, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total
7	64	AGUA SANITARIA 2 LT	UN	AUDAX	3300	R$ 4,20	R$ 13.860,00
8	65	AGUA SANITARIA 1 LT	UN	AUDAX	3800	R$ 2,50	R$ 9.500,00
10	88	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 96% 1LT	UN	AUDAX	2370	R$ 7,80	R$ 18.486,00
13	121	AMACIANTE 2 LTS	UN	AUDAX	770	R$ 5,10	R$ 3.927,00
21	279	BACIA DE PLASTICO PEQUENA 12 LITROS	UN	ARQPLAST	50	R$ 6,30	R$ 315,00
22	280	BACIA DE PLÁSTICO GRANDE 30 LITROS	UN	ARQPLAST	87	R$ 12,18	R$ 1.059,66
23	300	BALDE DE PLASTICO 08 LTS	UN	ARQPLAST	180	R$ 4,62	R$ 831,60
24	301	BALDE DE PLASTICO 15 LTS	UN	ARQPLAST	105	R$ 6,30	R$ 661,50
25	302	BALDE DE PLÁSTICO 30 LITROS	UN	ARQPLAST	75	R$ 16,80	R$ 1.260,00
48	736	CESTO DE LIXO 60 LT COM TAMPA	UN	ARQPLAST	90	R$ 28,35	R$ 2.551,50
49	737	CESTO DE LIXO 15 LT PEQUENO SEM TAMPA	UN	ARQPLAST	215	R$ 12,60	R$ 2.709,00
60	891	CONDICIONADOR INFANTIL 500 ML	UN	TRALALA	215	R$ 12,30	R$ 2.644,50
62	925	COPO DESCARTAVEL 100X200ML	PCT	BELLOCOPO	22500	R$ 3,00	R$ 67.500,00
63	926	COPO DESCARTAVEL 100X50ML	PCT	COPOSUL	16200	R$ 1,50	R$ 24.300,00
64	939	CORDA DE AÇO REVESTIDA 15 MT P/ VARAL	MT	GUIRADO	110	R$ 5,60	R$ 616,00
66	1028	DESINFETANTE 01 LT	UN	AUDAX	4350	R$ 4,73	R$ 20.575,50
67	1041	ODORIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL 300 ML	UN	ULTRA	530	R$ 8,40	R$ 4.452,00
68	1064	DETERGENTE 500 ML	UN	TRIEX	8250	R$ 1,70	R$ 14.025,00
71	1252	ESCOVA DE LAVAR ROUPAS	UN	GUIRADO	115	R$ 2,10	R$ 241,50
72	1253	ESCOVA DE LAVAR VASO SANITARIO	UN	GUIRADO	130	R$ 3,68	R$ 478,40
73	1254	ESCOVA PARA CABELO	UN	CONDOR	10	R$ 11,90	R$ 119,00
74	1259	ESCUMADEIRA GRANDE DE ALUMINIO MINIMO 50 CM	UN	ASJ	53	R$ 27,30	R$ 1.446,90
76	1283	ESPONJA DE LAVAR LOUCA	UN	BETANIN	1800	R$ 0,75	R$ 1.350,00
87	1543	FLANELA P/ LIMPEZA 30 X 40	UN	MARTINS	1400	R$ 1,37	R$ 1.918,00
91	1581	FOSFORO CX 400 PALITOS 4 CM	CX	PARANA	170	R$ 3,57	R$ 606,90
93	1585	FRALDA DESCARTAVEL G 26 UND	PCT	CLINOFF	335	R$ 21,00	R$ 7.035,00
96	1622	GARFO DE MESA INOX	UN	HERCULES	235	R$ 4,20	R$ 987,00
102	1698	GUARDANAPO 1X100UND	PCT	TREVO	1450	R$ 2,20	R$ 3.190,00
103	1737	INSETICIDA SPRAY AEROSOL 300 ML	UN	ULTRA	375	R$ 7,80	R$ 2.925,00
106	1779	JARRA PLASTICA 05 LT	UN	PLASUTIL	56	R$ 15,75	R$ 882,00
111	2064	LIMPA ALUMINIO 500ML	UN	TRIEX	775	R$ 2,40	R$ 1.860,00
112	2068	LIMPA VIDRO 500 ML	UN	AUDAX	550	R$ 2,73	R$ 1.501,50
113	2071	LIMPADOR MULTI USO 500 ML	UN	AUDAX	2050	R$ 2,60	R$ 5.330,00
116	2114	LIXO DE PEDAL 12 LT	UN	ARQPLAST	55	R$ 14,70	R$ 808,50
117	2153	LUSTRA MOVEL 500 ML	UN	AUDAX	45	R$ 4,20	R$ 189,00
118	2189	LUVAS DE BORRACHA AMARELA TAMANHO M	PARES	TALGE	1520	R$ 2,73	R$ 4.149,60
119	2193	LUVAS DESCARTAVEIS 100X1	CX	TALGE	130	R$ 2,52	R$ 327,60
140	2457	PA PEQUENA DE PLASTICO P/LIXO	UN	GUIRADO	68	R$ 3,15	R$ 214,20
143	2479	PANELA DE 10 LITROS	UN	ASJ	25	R$ 96,60	R$ 2.415,00
144	2481	PANELA DE 20 LITROS	UN	ASJ	24	R$ 136,50	R$ 3.276,00

146	2483	PANELA DE PRESSAO 07 LT	UN	ASJ	33	R$ 79,00	R$ 2.607,00
147	2486	PANO DE CHAO 30x50CM	UN	MARTINS	1125	R$ 2,31	R$ 2.598,75
148	2490	PANO DE PRATO 30x50CM	UN	MARTINS	500	R$ 2,73	R$ 1.365,00
153	2524	PAPEL HIGIENICO 4x1 DE BOA QUALIDADE	PCT	BRISA	3450	R$ 2,70	R$ 9.315,00
154	2541	PAPEL TOALHA 2X1	PCT	MANNY	1320	R$ 4,10	R$ 5.412,00
155	2626	PEDRA PARA VASO SANITARIO 25 GR	UN	TRIEX	1150	R$ 1,47	R$ 1.690,50
157	2643	PENTE P/ CABELO	UN	STA CLARA	8	R$ 2,73	R$ 21,84
170	2806	PRATO DESCARTAVEL 10X1	UN	BELLOCO	2250	R$ 1,68	R$ 3.780,00
171	2816	PRENDEDOR DE ROUPAS PLASTICO 12 UND	DZ	GUIRADO	160	R$ 2,10	R$ 336,00
174	3101	RASTELO PLASTICO PARA JARDIM C/ CABO	UN	GUIRADO	290	R$ 14,50	R$ 4.205,00
178	3236	RODO 40CM C/ CABO	UN	DSR	220	R$ 7,98	R$ 1.755,60
179	3237	RODO 60CM C/ CABO	UN	DSR	455	R$ 9,87	R$ 4.490,85
181	3296	SABAO EM PO 1 KG	UN	ULTRA	2220	R$ 5,25	R$ 11.655,00
182	3299	SABAO EM PO 500 GR	UN	ULTRA	1120	R$ 4,00	R$ 4.480,00
183	3303	SABONETE INFANTIL 90 GR	UN	TURMA DA MONICA	645	R$ 3,99	R$ 2.573,55
184	3306	SABONETE 90 GR	UN	LUX	680	R$ 1,79	R$ 1.217,20
185	3307	SACO BRANCO P/ LIXO DE 100 LITROS	UN	RC PLASTICO	230	R$ 30,66	R$ 7.051,80
186	3310	SACO LIXO 100 LITROS 5X1	PCT	LAIRE	9000	R$ 2,73	R$ 24.570,00
187	3311	SACO LIXO 15 LITROS 10X1	PCT	LAIRE	1850	R$ 2,73	R$ 5.050,50
188	3312	SACO LIXO 30 LITROS 10X1	PCT	LAIRE	2000	R$ 2,73	R$ 5.460,00
189	3316	SACO LIXO 50 LITROS 10X1	PCT	LAIRE	1300	R$ 2,73	R$ 3.549,00
193	3337	SAQUINHO PARA PIPOCA 100X1	PCT	PLASMEL	1195	R$ 4,80	R$ 5.736,00
194	3338	SAQUINHO PLASTICO P/ CACHORRO QUENTE 100X1	UN	PLASMEL	3250	R$ 4,80	R$ 15.600,00
195	3383	SHAMPOO INFANTIL 500 ML	UN	TRALALA	260	R$ 14,70	R$ 3.822,00
196	3402	SODA CAUSTICA	KG	INDAIA	160	R$ 16,80	R$ 2.688,00
203	3601	TOALHA DE ROSTO 60 X 40 CM	UN	MARTINS	500	R$ 7,98	R$ 3.990,00
204	3602	TOUCA DESCARTAVEL 100X1	PCT	TALGE	270	R$ 9,66	R$ 2.608,20
211	3711	VASSOURA DE PELO C/ CABO	UN	DSR	414	R$ 9,50	R$ 3.933,00
212	3716	VASSOURA PLASTICA	UN	DSR	205	R$ 8,82	R$ 1.808,10
223	5853	LIMPADOR DE PISO 500 ML	UN	AUDAX	1400	R$ 4,20	R$ 5.880,00
225	5948	ESCOVA DENTAL INFANTIL	UN	CONDOR	250	R$ 3,05	R$ 762,50
233	6792	PANELA DE 30 LITROS	UN	ASJ	27	R$ 216,30	R$ 5.840,10
240	9468	BACIA DE PLÁSTICO GRANDE DE 60 LITROS	UN	ARQPLAST	61	R$ 27,30	R$ 1.665,30
250	12116	SABONETE LÍQUIDO 1 LT	UN	DERMOCREAM	150	R$ 13,90	R$ 2.085,00
252	13360	SABONETE LIQUIDO INFANTIL 500 ML	UN	DERMOCREAM	300	R$ 9,87	R$ 2.961,00
254	13362	LIMPA CERAMICA LT	LT	AUDAX	250	R$ 10,40	R$ 2.600,00
							R$ 395.689,15

VALOR TOTAL R$ 395.689,15(trezentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e nove reais e quinze centavos).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT**.

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA QUARTA –DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Alto Boa Vista /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens são variáveis, conforme solicitação dos departamentos junto a essa prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. C**aberá à Prefeitura**promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até o 30º(trigésimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Alto Boa Vista, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2006 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

05– SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONSELHO TUTELAR

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

2014 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0129 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0143 – MATERIAL DE CONSUMO

06– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2015 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2016 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2018 – MERENDA ESCOLAR

3.3.90.30.00.00 – 0115 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

002 – FUNDEB

2025 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

2027 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2031 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

3.3.90.30.00.00 – 0102 – MATERIAL DE CONSUMO

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1120 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS FETHAB

3.3.90.30.00.00 – 0130 – MATERIAL DE CONSUMO

2040 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2023 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0124 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Nº 006/2018, seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Alto Boa Vista - MT, 19 de Setembro de 2018.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	R G DA PAZ EIRELLI – ME
Prefeito Municipal	CNPJ nº 21.058.617/0001-38
Contratante	Contratado

Testemunhas

Nome	Nome
Rg	Rg
CPF	CPF

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2018

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de**GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, conforme especificações descritas no Edital e anexos**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT,** situada na Av. Serra Nova, 975- centro - inscrita no CNPJ: 37.465. 143/0001-89, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE,** *e a empresa N X DA SILVA GONÇALVES – ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 12.648.126/0001-56, com sede na AV 03 DE OUTUBRO – 826 – CENTRO – ALTO BOA VISTA/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr (a) NUBIA XAVIER DA SILVA GONÇALVES, portador (a) da Carteira de Identida-*

de n.º 3943087 2 VIA SSP/GO, CPF/MF n.º 027.810.211-56, doravante denominado FORNECEDORA, ***ACORDAM*** *proceder, nos termos do Edital de Pregão Nº 006/2018, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unit	Vlr. Total
1	2	ABACAXI PEROLA IN NATURA	UN	IN NATURA	1975	R$ 8,40	R$ 16.590,00
2	7	ABOBORA IN NATURA	KG	IN NATURA	850	R$ 5,30	R$ 4.505,00
3	14	ACAFRAO EM PO	KG	PRODUTO GOIA-NO	85	R$ 16,90	R$ 1.436,50
4	35	AÇUCAR CRISTAL 2KG	PCT	TUIUIU	5100	R$ 4,75	R$ 24.225,00
9	87	ALCOOL EM GEL 500 ML	UN	ZUMBI	550	R$ 7,50	R$ 4.125,00
11	94	ALFACE IN NATURA	MAÇO	IN NATURA	1730	R$ 7,90	R$ 13.667,00
12	101	ALHO INATURA	KG	IN NATURA	340	R$ 20,00	R$ 6.800,00
14	129	AMENDOIM 500 GR	KG	ZAELI	465	R$ 8,40	R$ 3.906,00
15	217	APRESUNTADO KG	KG	FRICO	685	R$ 18,90	R$ 12.946,50
16	241	ARROZ TIPO I 5KG	UN	PILAO	3450	R$ 12,90	R$ 44.505,00
18	268	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM 500ML	UN	LA VIOLETERA	110	R$ 20,60	R$ 2.266,00
20	277	BACIA DE PLASTICO RETANGULAR COM TAMPA 50 LT	UN	SOMAX	90	R$ 62,00	R$ 5.580,00
26	306	BANANA MACA IN NATURA	KG	IN NATURA	1975	R$ 7,20	R$ 14.220,00
27	307	BANANA NANICA IN NATURA	KG	IN NATURA	2175	R$ 6,20	R$ 13.485,00
28	341	BATATA INGLESA LISA INATURA	KG	IN NATURA	1375	R$ 5,30	R$ 7.287,50
29	342	BATATA PALHA 500G	KG	YOKI	290	R$ 12,00	R$ 3.480,00
30	368	BETERRABA INATURA	KG	IN NATURA	700	R$ 5,00	R$ 3.500,00
31	395	BOLACHA DE SAL 800 GR	PCT	ADORALI	1825	R$ 9,35	R$ 17.063,75
32	399	BOLACHA MAIZENA 800G	UN	MABEL	1475	R$ 10,50	R$ 15.487,50
33	402	BOLACHA TIPO ROSQUINHA 800GR	UN	ADORALI	1525	R$ 9,30	R$ 14.182,50
34	406	BOLO CONFEITADO	KG	GOYAZ	1130	R$ 54,00	R$ 61.020,00
35	442	BOMBOM CHOCOLATE KG	KG	BEIJINHO	1575	R$ 34,00	R$ 53.550,00
38	567	CAFE MOIDO 250 DE BOA QUALIDADE GR	PCT	DAS SEIS	4450	R$ 4,95	R$ 22.027,50
39	624	CANECO DE ALUMINIO 03 LT	UN	MARLUX	55	R$ 29,00	R$ 1.595,00
40	675	CARNE BOVINA 1ª	KG	CANAA	6750	R$ 18,40	R$ 124.200,00
41	676	CARNE BOVINA MOIDA 2º	KG	CANAA	5850	R$ 13,40	R$ 78.390,00
42	677	CARNE BOVINA SECA	KG	CANAA	2075	R$ 21,70	R$ 45.027,50
43	678	CARNE SUINA	KG	CANAA	1225	R$ 16,40	R$ 20.090,00
44	714	CEBOLA DE CABEÇA IN NATURA	KG	IN NATURA	1300	R$ 5,45	R$ 7.085,00
45	723	CENOURA INATURA	KG	IN NATURA	975	R$ 4,90	R$ 4.777,50
46	726	CERA INCOLOR LIQUIDA 900ML	UN	START	350	R$ 3,00	R$ 1.050,00
47	730	CERA VERMELHA LIQUIDA 900ML	UN	START	50	R$ 3,00	R$ 150,00
50	751	CHEIRO VERDE IN NATURA	MAÇO	IN NATURA	475	R$ 6,00	R$ 2.850,00
51	753	CHOCOLATE GRANULADO 200 GR	PCT	MARATA	345	R$ 8,00	R$ 2.760,00
52	754	CHUCHU INATURA	KG	IN NATURA	240	R$ 6,40	R$ 1.536,00
53	825	COADOR DE PANO PARA CAFÉ	UN	CRISTAL	310	R$ 2,95	R$ 914,50
54	830	COCO RALADO 100 GR	UN	LA VIOLETERA	1025	R$ 4,90	R$ 5.022,50
55	864	COLHER DE MESA INOX	UN	STAR	535	R$ 5,10	R$ 2.728,50
56	866	COLHER DESCARTAVEL 50X1	UN	STAR	1500	R$ 2,20	R$ 3.300,00
57	872	COLORAU EM PO	KG	PRODUTO GOIA-NO	80	R$ 16,95	R$ 1.356,00
58	877	COMINHO 90 GR	PCT	PRODUTO GOIA-NO	60	R$ 4,70	R$ 282,00
59	885	CONCHA DE INOX 30 CM	UN	MARLUX	55	R$ 15,00	R$ 825,00
61	892	CONDIMENTOS PARA CHA 10 GR (Erva-Doce, Canela, Cravo, Camo-mila)	PCT	PRODUTO GOIA-NO	9500	R$ 4,40	R$ 41.800,00
65	975	COUVE IN NATURA	KG	IN NATURA	405	R$ 8,50	R$ 3.442,50
70	1242	ERVILHA EM CONSERVA 200 GR	UN	GOIAS VERDE	270	R$ 2,70	R$ 729,00
75	1282	ESPONJA DE LA DE ACO	UN	ASSOLAN	1550	R$ 1,45	R$ 2.247,50
77	1325	EXTRATO DE TOMATE 390 gr	UN	QUERO	1625	R$ 4,00	R$ 6.500,00
78	1329	FACA DE MESA DE INOX	UN	MARLUX	175	R$ 3,90	R$ 682,50
79	1331	FACA PEIXEIRA 6 POLEGADAS	UN	MARLUX	60	R$ 10,90	R$ 654,00
80	1344	FARINHA DE MANDIOCA KG	KG	PINDUCA	5175	R$ 8,90	R$ 46.057,50
81	1348	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1KG	UN	ARAGUAIA	5325	R$ 3,80	R$ 20.235,00
82	1364	FEIJÃO CARIOCA TIPO 01 KG	KG	REI	1350	R$ 4,50	R$ 6.075,00
83	1374	FERMENTO INSTANTANEO 10G	UN	DONA BENTA	875	R$ 1,39	R$ 1.216,25
84	1376	FERMENTO INSTANTANEO DE 125 G	UN	DONA BENTA	625	R$ 8,20	R$ 5.125,00
85	1378	FERMENTO QUIMICO 100 GR	UN	DONA BENTA	1400	R$ 3,50	R$ 4.900,00
86	1388	FIGADO BOVINO	KG	CANAA	350	R$ 9,30	R$ 3.255,00
88	1566	FOLHA DE LOURO 10 GR	PCT	PRODUTO GOIA-NO	105	R$ 3,90	R$ 409,50
89	1574	FORMA RETANGULAR 30 X 50 X 6 CM	UN	MARLUX	41	R$ 19,90	R$ 815,90
90	1575	FORMA PARA BOLO REDONDA 30 X 6 CM	UN	MARLUX	43	R$ 17,50	R$ 752,50
94	1587	FRANGO GRANJA CONGELADO	KG	SADIA	7500	R$ 7,35	R$ 55.125,00
95	1611	FUBA DE MILHO KG	KG	SINHA	425	R$ 5,60	R$ 2.380,00
97	1624	GARFO DESCARTAVEL 100X1	PC	STAR	1500	R$ 2,30	R$ 3.450,00
98	1628	GARRAFA TERMICA P CAFE 1 LITRO	UN	TERMOLAR	70	R$ 29,90	R$ 2.093,00
100	1642	GELATINA SABORES VARIADOS 35 GR	UN	PARATI	730	R$ 1,25	R$ 912,50
101	1646	GENGIBRE IN NATURA	KG	IN NATURA	1015	R$ 16,00	R$ 16.240,00
105	1770	ISQUEIRO GRANDE DURAÇÃO ATÉ 3000 CHAMAS	UN	BIC	235	R$ 4,45	R$ 1.045,75

107	2023	LARANJA COMUM INATURA	KG	IN NATURA	3750	R$ 3,30	R$ 12.375,00
108	2031	LEITE CONDENSADO 395 GR	LATA	PIRACANJUBA	1875	R$ 5,05	R$ 9.468,75
109	2035	LEITE EM PO 500GR	PCT	OTIMO	495	R$ 13,90	R$ 6.880,50
114	2080	LINGUICA MISTA	KG	PERDIGÃO	2500	R$ 14,30	R$ 35.750,00
115	2081	LINGUIÇA TIPO CALABRESA	KG	PERDIGÃO	530	R$ 19,50	R$ 10.335,00
120	2210	MACARRAO ESPAGUETTI 500GR	PCT	PAULISTA	4375	R$ 2,85	R$ 12.468,75
121	2211	MACARRAO PARAFUSO 500GR	UN	PAULISTA	1475	R$ 3,30	R$ 4.867,50
122	2219	MAIONESE 500GR	UN	MESA	480	R$ 6,60	R$ 3.168,00
123	2223	MAMAO INATURA	KG	IN NATURA	730	R$ 7,10	R$ 5.183,00
124	2227	MANDIOCA	KG	IN NATURA	1625	R$ 5,50	R$ 8.937,50
125	2258	MARGARINA 500 GR	UN	DELICIA	480	R$ 5,90	R$ 2.832,00
126	2260	MARGARINA COMUM DE BOA QUALIDADE KG	KG	DELICIA	680	R$ 10,90	R$ 7.412,00
128	2290	MELANCIA IN NATURA	KG	IN NATURA	6150	R$ 2,60	R$ 15.990,00
129	2328	MILHO PARA CANJICA 500 GR	UN	ZAELI	1225	R$ 2,90	R$ 3.552,50
130	2329	MILHO PARA PIPOCA 500 GR	UN	ZAELI	375	R$ 2,60	R$ 975,00
131	2332	MILHO VERDE EM CONSERVA 200 GR	LATA	FRANCI	1525	R$ 1,80	R$ 2.745,00
132	2333	MILHO VERDE ESPIGA IN NATURA	KG	IN NATURA	825	R$ 9,90	R$ 8.167,50
133	2368	MORTADELA COMUM GRANDE 3,5 KG	UN	FRICO	175	R$ 9,90	R$ 1.732,50
134	2381	MUCILON ARROZ	LATA	NESTLE	270	R$ 11,70	R$ 3.159,00
135	2383	MUSSARELA KG	KG	PIRACANJUBA	1375	R$ 27,00	R$ 37.125,00
137	2424	OLEO DE SOJA 900ML	UN	SOYA	6200	R$ 4,15	R$ 25.730,00
138	2443	OREGANO 90 GR	PCT	PRODUTO GOIA-NO	260	R$ 4,80	R$ 1.248,00
139	2448	OVOS GRANJA EXTRA VERMELHO	DZ	MANTIQUEIRA	2075	R$ 6,50	R$ 13.487,50
141	2470	PALHA DE AÇO	PCT	BOM BRIL	190	R$ 4,50	R$ 855,00
142	2476	PALMITO EM CONSERVA 500 GR	UN	ARAGUAIA	180	R$ 11,95	R$ 2.151,00
145	2482	PANELA DE PRESSAO 04 LT	UN	MERLUX	37	R$ 52,00	R$ 1.924,00
149	2494	PAO DE FORMA	PCT	REI	900	R$ 7,99	R$ 7.191,00
150	2498	PAO FRANCES	UN	GOYAZ	63000	R$ 1,15	R$ 72.450,00
151	2499	PAO PARA CACHORRO QUENTE	UN	REI	23000	R$ 7,90	R$ 181.700,00
152	2502	PAPEL ALUMINIO 0,3 X 7,5 MTS	UN	BOMPARK	175	R$ 4,80	R$ 840,00
156	2627	PEITO DE FRANGO CONGELADO KG	KG	MAROMBI	600	R$ 10,50	R$ 6.300,00
160	2669	PILHA GRANDE	UN	RAIOVAC	480	R$ 3,50	R$ 1.680,00
161	2670	PILHA MEDIA	UN	RAIOVAC	480	R$ 3,40	R$ 1.632,00
162	2674	PIMENTAO VERDE INATURA	KG	IN NATURA	195	R$ 7,50	R$ 1.462,50
163	2718	PIRULITO BIG BIG TUTTI-FRUTTI	PCT	BIG BIG	1550	R$ 11,50	R$ 17.825,00
164	2733	PLASTICO ENSERADO P/ FORRO	MT	SAMAX	110	R$ 29,00	R$ 3.190,00
165	2734	PLASTICO TRANSPARENTE P/ FORRO	MT	SAMAX	110	R$ 25,00	R$ 2.750,00
166	2769	POLPA DE FRUTA NATURAL SABORES VARIADOS	KG	ARAGUAIA	7250	R$ 29,00	R$ 210.250,00
167	2770	POLVILHO AZEDO KG	KG	CAIPIRA	875	R$ 7,30	R$ 6.387,50
168	2771	POLVILHO DOCE KG	KG	CAIPIRA	1245	R$ 7,00	R$ 8.715,00
169	2791	PORTA DETERGENTE PLASTICO TIPO ORGANIZADOR DE PIA	UN	SAMAX	56	R$ 8,50	R$ 476,00
173	3092	RALO METAL PARA PIA	UN	ALTO GIRO	7	R$ 7,50	R$ 52,50
175	3102	RASTELO DE FERRO PARA JARDIM C/ CABO	UN	SAMAX	110	R$ 25,00	R$ 2.750,00
177	3147	REPOLHO VERDE INATURA	KG	IN NATURA	1385	R$ 4,20	R$ 5.817,00
180	3291	SABAO EM BARRA 5X1 UND	PCT	JAPI	1170	R$ 6,80	R$ 7.956,00
190	3324	SAL BRANCO REFINADO IODADO	KG	GARCA	530	R$ 1,75	R$ 927,50
191	3326	SAL BRANCO GROSSO	KG	UNIÃO	155	R$ 2,30	R$ 356,50
192	3333	SALSICHA	KG	PERDIGÃO	2250	R$ 8,25	R$ 18.562,50
197	3434	SUCO EM PO 30 GR SABORES VARIADOS	UN	ICEBEL	3950	R$ 0,70	R$ 2.765,00
198	3436	SUCO DE CAIXINHA 1LT SABORES VARIADOS	UN	ADORELI	1300	R$ 5,98	R$ 7.774,00
199	3478	TAMBOR PLASTICO C/ TAMPA ROSQUEÁVEL 50LT	UN	SAMAX	28	R$ 250,00	R$ 7.000,00
200	3515	TEMPERO BAIANO EM PO KG	UN	PRODUTO GOIA-NO	105	R$ 25,00	R$ 2.625,00
201	3516	TEMPERO COMPLETO COM SAL KG	KG	PRODUTO GOIA-NO	180	R$ 7,50	R$ 1.350,00
202	3517	TEMPERO TIPO CALDO GALINHA 37,5 GR	UN	KNORR	455	R$ 1,75	R$ 796,25
205	3611	TOMATE INATURA 1KG	KG	IN NATURA	2800	R$ 6,90	R$ 19.320,00
206	3668	UVA IN NATURA	KG	IN NATURA	225	R$ 16,50	R$ 3.712,50
207	3669	UVA PASSAS 200 GR	PCT	LA VIOLETERA	200	R$ 6,00	R$ 1.200,00
208	3673	VAGEM INATURA	KG	IN NATURA	125	R$ 13,50	R$ 1.687,50
209	3708	VASSOURA DE PALHA	UN	SAMAX	175	R$ 11,90	R$ 2.082,50
210	3709	VASSOURA DE PALHA P/ TETO CABO 04 MT	UN	SAMAX	54	R$ 18,90	R$ 1.020,60
213	3750	VINAGRE	LT	CASTELO	305	R$ 3,90	R$ 1.189,50
214	4162	COPO PLASTICO 300 ML	UN	SAMAX	625	R$ 4,50	R$ 2.812,50
216	4299	PAO DE QUEIJO CONGELADO PRONTO PARA ASSAR	KG	MINEIRO	150	R$ 20,00	R$ 3.000,00
217	4301	SUCO DE CAIXINHA 200 ML SABORES VARIADOS	UN	ADORELI	750	R$ 1,75	R$ 1.312,50
218	4305	BEIJINHO 1 KG	KG	NESTLE	65	R$ 30,00	R$ 1.950,00
219	4313	ESPONJA DE BANHO	UN	SAMAX	165	R$ 3,40	R$ 561,00
220	4774	ACHOCOLATADO EM PO 1KG	UN	MARANATA	875	R$ 4,10	R$ 3.587,50
221	5028	REFRIGERANTE LATA 350ML	UN	ANTARCTICA	3500	R$ 3,70	R$ 12.950,00
222	5641	ESCOVA DE LAVAR MAMADEIRA	UN	SAMAX	100	R$ 4,50	R$ 450,00
224	5874	BANANA PRATA IN NATURA	KG	IN NATURA	1125	R$ 6,90	R$ 7.762,50
229	6786	AMIDO DE MILHO 500GR	UN	ZAEL	495	R$ 5,60	R$ 2.772,00
230	6787	COPO DE VIDRO 350ML	UN	NADIR	245	R$ 4,40	R$ 1.078,00
231	6789	FORMA PARA BOLO REDONDA 40 X 6 CM	UN	MARLUX	30	R$ 17,50	R$ 525,00
232	6790	FRIGIDEIRA 25 CM	UN	MARLUX	8	R$ 35,00	R$ 280,00

234	6793	TAPETE DE BORRACHA 60 X 40 CM	UN	BORCOL	100	R$ 39,00	R$ 3.900,00
235	6794	TEMPERO COMPLETO EM PO 60 GR DIVIDIDOS EM 10 SACHES	UN	ZAELI	205	R$ 2,99	R$ 612,95
236	6796	PRESUNTO SEM GORDURA KG	KG	FRICO	550	R$ 27,00	R$ 14.850,00
237	7450	FOGUETE 12X3 C/ 06 UNIDADES	CX	CAMPEAO	300	R$ 21,00	R$ 6.300,00
239	7962	MAÇÃ IN NATURA	UN	IN NATURA	1480	R$ 7,40	R$ 10.952,00
241	9991	CREME DE LEITE 200 GR	UN	PIRACANJUBA	850	R$ 3,20	R$ 2.720,00
243	10587	BALA DE COCO 600 GR	UN	ZAZA	500	R$ 12,50	R$ 6.250,00
244	10588	BALA SORTIDA MACIA 600 GR	UN	ZAZA	1750	R$ 9,00	R$ 15.750,00
245	10589	BANDEJA ALUMINIZADA N7 43 X 52 CM	UN	MARLUX	260	R$ 26,50	R$ 6.890,00
246	10590	BANDEJA ALUMINIZADA N3 24 X 29 CM	UN	MARLUX	210	R$ 19,90	R$ 4.179,00
247	10591	CONCHA DE INOX 50 CM	UN	MARLUX	55	R$ 20,50	R$ 1.127,50
248	10592	PALITO DE BAMBU PARA ESPETINHO 50 UNIDADE	PCT	GINA	205	R$ 3,50	R$ 717,50
249	10593	PORTA MANTIMENTOS PLASTICO C/ 5 PEÇAS 8,4/5,6/3,8/1,9/1,2 LT	JG	SANREMO	27	R$ 21,40	R$ 577,80
251	13359	BATATA DOCE IN NATURA	KG	IN NATURA	400	R$ 6,10	R$ 2.440,00
253	13361	ESPANADOR DE PO UND	UN	CONDOR	100	R$ 9,90	R$ 990,00
							R$ 1.863. 550,25

VALOR TOTAL R$ 1.863.550,25(um milhão oitocentos e sessenta e três mil quinhentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E GAS DE COZINHA **para todos as secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT**.

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA QUARTA –DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Alto Boa Vista /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens são variáveis, conforme solicitação dos departamentos junto a essa prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. C**aberá à Prefeitura**promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até o 30º(trigésimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Alto Boa Vista, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2006 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

05– SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONSELHO TUTELAR

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

2014 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0129 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0143 – MATERIAL DE CONSUMO

06– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2015 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2016 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0101 – MATERIAL DE CONSUMO

2018 – MERENDA ESCOLAR

3.3.90.30.00.00 – 0115 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

002 – FUNDEB

2025 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

2027 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 40% - INFANTIL

3.3.90.30.00.00 – 0119 – MATERIAL DE CONSUMO

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2031 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

3.3.90.30.00.00 – 0102 – MATERIAL DE CONSUMO

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1120 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS FETHAB

3.3.90.30.00.00 – 0130 – MATERIAL DE CONSUMO

2040 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2023 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

2038 –MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

3.3.90.30.00.00 – 0100 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.30.00.00 – 0124 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Nº 006/2018, seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Alto Boa Vista - MT, 19 de Setembro de 2018.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	N X DA SILVA GONÇALVES – ME
Prefeito Municipal	Cnpj 12.648.126/0001-56
Contratante	Contratado

Testemunhas

Nome	Nome
Rg	Rg
CPF	CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 070 DE 20 DE AGOSTO DE 2018

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR DE R$ 31.370,26 (TRINTA E UM MIL, TREZENTOS E SETENTA REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1131 de 22 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 31.370,26 (trinta e um mil, trezentos e setenta reais e vinte e seis centavos),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.055	3.3.90.32.00.00.00.00	11.252,16
2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	12.116,05
2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	8.002,05
TOTAL		**31.370,26**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2017, apurado conforme balanço de acordo com o art. 43, inciso I da Lei 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 20 de agosto de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 071 DE 21 DE AGOSTO DE 2018

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 323.116,39 (TREZENTOS E VINTE E TRÊS MIL, CENTOS E DEZESSEIS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1131 de 22 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 323.116,39 (trezentos e vinte e três mil, cento e dezesseis reais e trinta e nove centavos),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.004	4.4.90.52.00.00.00.00	15.000,00
2.006	3.1.90.11.00.00.00.00	300.000,00

2.029	3.1.90.04.00.00.00.00	5.366,85
2.031	3.1.90.04.00.00.00.00	2.749,54
TOTAL		**323.116,39**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.006	3.3.90.35.00.00.00.00	15.000,00
2.110	3.3.90.39.00.00.00.00	300.000,00
2.029	3.1.90.11.00.00.00.00	5.366,85
2.031	3.1.90.11.00.00.00.00	2.749,54
TOTAL		**323.116,39**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 21 de agosto de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 068 DE 14 DE AGOSTO DE 2018

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR DE R$ 69.760,68 (SESSENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1147 de 14 de agosto de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 69.760,68 (sessenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	19.760,68
2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	25.000,00
2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	25.000,00
TOTAL		**69.760,68**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2017, apurado conforme balanço de acordo com o art. 43, inciso I da Lei 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 14 de agosto de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1150, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

"Autoriza o Poder Executivo a Abrir Crédito Adicional Especial e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no inciso IV, do artigo 71, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e faz publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover alteração na Lei Municipal nº 1031 de 22/12/2017 - Estima a receita e fixa a despesa do Município de Alto Garças - MT, para o exercício de 2018, e dá outras providências, Lei Municipal nº 1029 de 22/12/2017 - Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período 2018/2021 e dá outras providências e Lei Municipal nº 1030 de 22/12/2017 - Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Exercício de 2018, e dá outras providências, procedendo abertura de um crédito adicional especial no valor de R$ 279.958,55 (duzentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), para suplementação da seguinte rubrica e programação orçamentária:

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder abertura de um crédito adicional especial no valor de R$ 279.958,55 (duzentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), para atender a seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural

ÓRGÃO	10	Secretaria Municipal do Meio Ambiente. e Desenvolvimento Urbano e Rural	
UNIDADE	01	Secretaria Municipal do Meio Ambiente. e Desenvolvimento Urbano e Rural	
FUNÇÃO	20	**Agricultura**	
SUB-FUNÇÃO	606	**Extensão Rural**	
PROGRAMA	0021	**Incentivo à Produção Agropecuária**	
PROJETO	1.059	**Ampliação e Reforma nas Instalações da Feira Livre**	
ELEMENTO DE DESPESAS	4.4.90.51.00	**Obras e Instalações**	
FONTE	00	**Recursos Ordinários**	**R$ 279.985,55**
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO.....			**R$ 279.985,55**

Art. 3º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes de anulação parcial nos termos do Artigo 43, inciso III da Lei 4.320/64, a seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

ÓRGÃO	10	Secretaria Municipal do Meio Ambiente. e Desenvolvimento Urbano e Rural	
UNIDADE	01	Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública - DAE	
FUNÇÃO	17	**Saneamento**	
SUB-FUNÇÃO	512	**Saneamento Básico Urbano**	
PROGRAMA	140	**Saneamento**	
PROJETO	2.110	**Operação e Manutenção do Sistema de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos**	
ELEMENTO DE DESPESAS	3.3.90.39.00	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	
FONTE	00	**Recursos Ordinários**	**R$ 279.985,55**
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO.....			**R$ 279.985,55**

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT , em 19 de Setembro de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
PORTARIA 264 /2018 - CONTRATO 116/2018

PORTARIA 264 /2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar o servidor, **Sr. JONAS BOTAN,** portador do RG n° **1925253-6 SSP/MT** e do CPF n° **032.253.241-83**, **CREA/MT 034430**, para exercer **a função de FISCAL DA EXECUÇÃO da obra e contrato, abaixo relacionado:**

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n. 116/2018, Construção de Ponte em Concreto, sobre o Rio Paraguai, Etapa II da Rodovia do Peixe, EXTENSÃO 30,50M E LARGURA 8,80M, no Município de Alto Paraguai E EMPRESA AGUIA CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ 07.725.339/0001-02.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 19 de setembro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 249 /2018 - FISCAL CONTRATO 112/2018

PORTARIA 249 /2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar o servidor público, **RONEI RODRIGUES DA SILVA, portador do CPF n°.** 007.450.511.46, lotada junto a Secretaria Municipal de Cultura e Desporto para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO:**

1. ***CONTRATO N° 112/2018 referente à*** **Adesão N. 020/2018 DO Pregão Presencial n° 045/2017 Ata de registro de Preço Pregão Presencial 01/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT***, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa* ***PAULO HENRIQUE ROMAO - ME*****,** inscrita no CNPJ **n°. 97.433.353/0001-17***, tendo por objeto a prestação de serviços de* REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUEL DE SISTEMA DE SOM, LOCAÇÃO DE PALCOS E PROPAGANDA VOLANTE PARA ATENDER A DMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.

2. .**Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se; Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 04 de setembro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
CONTRATO N°. 112/2018 CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT E A EMPRESA PAULO HENRIQUE ROMAO – ME

CONTRATO N°. 112/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT E A EMPRESA PAULO HENRIQUE ROMAO – ME

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. **08176490-4 SSP/RJ** e inscrita no CPF sob o n° **804.435.751-34**, doravante denominada **CONTRATANTE**. De outro lado,a Empresa **PAULO HENRIQUE ROMAO - ME**, inscrita sob o **CNPJ: 97.433.353/0001-17**, situada **na Rua Av. Diamantino,1363, Bairro Centro,CEP: 78400-000**, na cidade de **Diamantino-MT**, neste ato representado pelo Sr. **Paulo Henrique Romão** ,inscrito no CPF n° 468. 434.501-72 doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, com base na **Adesão N. 020/2018 DO Pregão Presencial n° 045/2017 Ata de registro de Preço Pregão Presencial 01/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT,** e nas Leis Federais n.º 8.666/93, e n.º 8.958/94, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUEL DE SISTEMA DE SOM, LOCAÇÃO DE PALCOS E PROPAGANDA VOLANTE PARA ATENDER A DMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, Adesão N. 020/2018 DO Pregão Presencial n° 045/2017 Ata de registro de Preço Pregão Presencial 01/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução do contrato será por preço global, em conformidade com as legislações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Segue abaixo descrição dos itens para adesão referente a **Adesão N. 020*2018 DO Pregão Presencial n° 045/2017 Ata de registro de Preço Pregão Presencial 01/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT,** somente estes itens não são contemplados pela licitação vigente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT:

Item 03 – Sistema de som para publico de aproximadamente 1000 pessoas;

Item 04 – Sistema de som para publico de aproximadamente 3000 pessoas ;

Item 06 – Locação de palco tipo -01

Item 07 – Locação de palco tipo -02

Item 08 – Locação de palco tipo -03

3.2. Este instrumento tem o valor global estimado de **R$ 284.400,00** (duzentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais),pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após **apresentação da Nota Fiscal pela prestação de serviços executados, discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado;**

3.3. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos diversos.

3.4. *Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá*apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser especifica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Alto Paraguai/MT, através de Certidões expedidas pelos ór-

gãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

3.5. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.6. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

CLÁSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços fixados neste Contrato não serão reajustados no período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, sendo 04/09/2018 a 04/09/2019.

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse público e conveniência administrativa, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

5.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos da seguinte classificação orçamentária: **SEC. MUNICIPAL DE CULTURA E DESPORTO**

(755/100) 12.001.13.122.0003.2075-339039

(760/100/124) 12.001.13.392.0012.2076-339039

(763/100) 12.001.27.812.0011.2077-339039

(766/100) 12.001.13.813.0011.2078-339039

CLÁSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.3. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante a prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.4.Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.5. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de 01 (um) dia, caso constatado divergências, emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data NF, órgão/local de entrega , responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos/equipamentos;

7.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.7. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos equipamentos/materiais ou em conexão com ele;

7.8. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.9. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.2. Permitir livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços;

8.3. Fiscalizar a execução dos serviços, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

8.4. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

a) Multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

a) multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

9.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Os casos de rescisão são os previstos nos Arts. 78, 79 e 80 da Lei n° 8.666/93, bem como os previstos neste Contrato, e ainda o presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de ambas as partes, com aviso de antecedência, de no mínimo 30 (trinta) dias, por escrito com recibo das partes.

10.2. Fica reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O presente instrumento resulta do processo de **Adesão N. 020/2018 DO Pregão Presencial n° 045/2017 Ata de registro de Preço Pregão Presencial 01/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT**, sujeitam-se os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

11.2. Para a execução do presente Contrato e especialmente aos casos omissos, aplicam-se os dispostos na Lei n° 8.666/93 e alterações seguintes, e ainda, os princípios gerais de direito.

11.3. Qualquer mudança nos dispostos deste instrumento que possa surgir e houver comum acordo entre as partes, para que a mesma possa ter valor, deverá ser lavrado por termo aditivo.

11.4. São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no Art. 58 da Lei n° 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento da efetivação desse contrato ficará a cargo da **CONTRATANTE**, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações;

12.2. A contratante deverá fiscalizar, através do Gestor do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, afim de que sejam tomadas as devidas providências.

12.3. Fiscal do contrato: A Secretaria Municipal de Cultura e Desporto que designa neste ato, o servidor **RONEI RODRIGUES DA SILVA** .

Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de matérias de reposição, destinado a execução do objeto contratado, principalmente quanto a sua quantidade e qualidade; o) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; p) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; q) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRO - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. **Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionados, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores**.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Diamantino – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, será considerado fora de sua jurisdição.

15.2. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais ao fiel cumprimento de todos dos dispositivos.

ALTO PARAGUAI - MT, 04 de setembro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES Prefeita Municipal	**PAULO HENRIQUE ROMÃO – ME** **CNPJ 97.433.353/0001-17** **PAULO HENRIQUE ROMÃO** Contratado
Fiscal do Contrato: **RONEI RODRIGUES DA SILVA** CPF: 007.450.511.46	
Testemunhas:	
HIOSIANI VANNI MASSAROLO CPF: 690.245.611.91	**MARIA APARECIDA DE ALMEIDA OLIVEIRA** CPF: 411.846.701-10

JURIDICO
EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 113/2018, EM CONFORMIDADE COM PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

EXTRATO PUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA **N° 113/2018,** EM CONFORMIDADE COM **PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, REPRES. PREFEITA MUNICIPAL DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

CONTRATADO: **LUIZ CARLOS PEDROSO PADILHA, CPF N. 274.831.181-72**

OBJETO: **PEDREIRO**

PRAZO: **03/09/2018 A 02/09/2019**

VALOR: **R$ 1.800,00**

DOTAÇÃO: **131-05.002.04.122.0003.2014.3190.04**

SECRETÁRIA INFRA ESTRUTURA, RESP. SEC. GILBERT SOUZA LIMA

FISCAL DO CONTRATO: **ZULEIDE LEITE ROCHA**

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 116/2018/CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO, SOBRE O RIO PARAGUAI, ETAPA II DA RODOVIA DO PEIXE

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 116/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Construção de Ponte em Concreto, sobre o Rio Paraguai, Etapa II da Rodovia do Peixe, EXTENSÃO 30,50M E LARGURA 8,80M, no Município de

Alto Paraguai E EMPRESA AGUIA CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ 07.725.339/0001-02.

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648. 532/0001-28, com sede administrativa na Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **Diane Vieira de Vasconcellos Alves**, brasileira, casada, Odontóloga, portadora da Carteira de Identidade RG nº 08176490.4.11.09 SSP/RJ e CPF N. 804.435.751-34 neste instrumento doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE. De outro lado, a Empresa AGUIA CONSTRUTORA LTDA –P EPP, inscrita sob o CNPJ: **07.725.339/0001-02**, situada na ROD. MS 156 (Amambai/Caarapó), Km 1,8, Zona Rural em Amambai – MS, por intermédio de seu representante legal Sr. GILMAR DE ALMEIDA VINCENTIM, portador do RG n. 530.277 SSP/MS e CPF n. 506.469.901-87, residente e domiciliado na Rodovia MS 156, (Amambai/Caarapó), Km 2,5, Zona Rural em Amambai – MS, CEP 79990-000 em Amambai –MS, neste ato doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Obras e Serviços de Engenharia, com base na **Tomada de Preço n.º 001/2018**, e nas Leis Federais n.º 8.666/93, e n.º 8.958/94, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de **Construção de Ponte em Concreto, sobre o Rio Paraguai, Etapa II da Rodovia do Peixe, EXTENSÃO 30,50M E LARGURA 8,80M, no Município de Alto Paraguai,** que seguem junto ao Edital da **Tomada de Preço n.º 001/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

2.1 - Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

I - efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

II - permitir livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços;

III - fiscalizar a execução dos serviços, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

IV - acompanhar a execução das obras e serviços, por intermédio da Comissão designada pelo Prefeito Municipal, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços ou da parcela a que se referirem;

V - emitir o Termo de Recebimento Provisório por intermédio da Comissão designada, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove o integral cumprimento do objeto, de acordo com os Termos contratuais, a contar da data de comunicação da CONTRATADA informando que o serviço foi executado, após verificar o atendimento das condições contratuais;

VI - recusar, por intermédio da Comissão designada, a expedição do Termo de Recebimento Definitivo, quando não ocorrer o atendimento às especificações constantes da proposta;

VII - emitir o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, após o decurso de 15 (quinze) dias, a contar da emissão do Termo de Recebimento Provisório, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais e desde que não haja pendências a solucionar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Visando à execução dos serviços, a CONTRATADA obriga-se:

I - cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam entregues inteiramente concluídos e acabados, em perfeitas condições de uso e funcionamento;

II - observar, na execução das obras e serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

III - fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, e mão-de-obra necessários à instalação e manutenção do canteiro de obras;

IV - fornecer e utilizar na execução dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequados;

V - executar ensaios, verificações e testes de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico do serviço, quando exigidos pela fiscalização;

VI - manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e da proposta;

VII - realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal e trabalhista, apresentando ao CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;

VIII - responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

IX - Responsabilizar-se ainda:

a) por quaisquer acidentes na execução do serviço, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação dos bens, inclusive aqueles que, na hipótese de mora da CONTRATADA, decorram de caso fortuito ou força maior, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

b) pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva dos serviços;

c) pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e serviços que, não aceitos pela fiscalização devam ser refeitos;

d) pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à execução das obras e serviços, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;

X - remover as instalações provisórias das obras e serviços, ao seu término;

XI - Dar integral cumprimento dos Projetos Executivos, cronograma Físico financeiro, bem como sua proposta, os quais passam a integrar este instrumento independente de transcrição.

XII - Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

XIII - refazer os serviços, sem ônus para ao CONTRATANTE, caso não atendam as especificações, de acordo com Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

XIV - informar ao CONTRATANTE o nome, endereço e telefone do responsável pelo gerenciamento deste contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da sua assinatura;

XV – Garantir pelo prazo de 05 anos consoante dispõe o art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrente disso.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA

4.1 - No prazo estipulado pelo CONTRATANTE, a contar da assinatura do presente contrato a CONTRATADA prestará caução equivalente a 1% (um por cento) do valor global do contrato que será mantida a Garantia apresentada na Sessão de Julgamento, numa das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro;

II - Títulos da dívida pública da União;

III - Fiança bancária; ou,

IV - Seguro garantia.

4.2 - No caso de caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido, em Conta Corrente a ser indicada pelo CONTRATANTE.

4.3 - Na hipótese do valor da garantia vir a ser utilizado para pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada a fazê-lo.

4.4 - A garantia prestada só será liberada ou restituída após o recebimento definitivo de todo o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 - O preço do presente Contrato é **R$ 1.005.110,24 (HUM MILHÃO E CINCO MIL E CENTO E DEZ REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)**, conforme proposta da CONTRATADA que foi classificada e declarada como vencedora na **Tomada de Preço n.º 001/2018**, realizada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DO PREÇO E DA REVISÃO CONTRATUAL

6.1 - O preço da prestação do serviço será fixo e irreajustável, ficando ciente a CONTRATADA que no preço está inclusa todas as despesas necessárias à perfeita execução da obra.

6.2 - A revisão contratual é permitida, desde que objetive a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos exatos termos do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666/93, com redação alterada pela Lei Federal n.º 8.883, de 08 de junho de 1994.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da presente contratação de obras e serviços de engenharia correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento Público Municipal:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			**4490510000**

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será feito de acordo com as medições conforme consta no Edital.

8.2 - Cada Medição deverá vir acompanhada com as fotos em arquivo JPGE em CD ou Pen Drive, juntamente com as planilhas das Medições no Excel, cópia do comprovante de pagamento das Arts. do Engenheiro Responsável pela obra da CONTRATADA, para serem alimentadas no sistema Geo-Obras, deveram ser entregues no setor de licitações;

8.2.1 – Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:

a) Fatura discriminada (Nota Fiscal Eletrônica) devidamente atestada pelo fiscal designado pela Administração;

b) Fotocópia do comprovante de recolhimento de INSS pela guia da GPS;

c) Deverão ser informadas na Nota Fiscal Eletrônica, as empresas que são optantes pelo simples nacional, assim como as alíquotas constantes nos anexos (conforme Art. 21, inciso I, V da Lei Complementar 128);

d) Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples Nacional;

e) Relação dos funcionários, assinada pela Contratada e pelo Fiscal de Contrato, individualizada por local de prestação de serviços ou por órgão da Administração, com nome do funcionário, seu número do CPF, RG e da DTPS;

f) Declaração de quitação dos direitos sociais e trabalhistas dos funcionários;

g) Fotocópia dos holerites dos funcionários;

h) Folha geral de pagamento dos funcionários;

i) Fotocópia da Guia da Previdência Social – GPS, contendo a relação de todos os funcionários;

j) Fotocópia da Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, contendo a relação de todos os funcionários;

k) Sistema de recolhimento do FGTS e INSS – SEFIP, contendo a relação dos trabalhadores constantes do arquivo e com o resumo das informações;

l) Certidão Negativa INSS;

m) Certidão de Regularidade do FGTS;

n) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

o) Cópias do efetivo pagamento (comprovante de deposito e/ou recolhimento) do salário em conta dos empregados mês a mês.

p) No primeiro pagamento deverá constar, cópias de todas CTPS assinadas pela CONTRATADA;

q) Controle de Jornadas (cartão ou livro ponto), mês a mês;

r) Diário de Obras, Conforme Resolução 1024/2009 do Confea;

s) Certidão Trabalhista (CNDT)

8.2.2. Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas pela adjudicatária ou decorrente do contrato;

8.2.3. O pagamento somente efetuar-se-á mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas. Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 - A vigência do Contrato será de 180 (Cento e Oitenta) dias, contados a partir da Assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço.

9.2 - Em casos de prorrogações, essa será de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega do serviço durante os 30 (trinta) primeiros dias e 2% (dois por cento) para cada dia subseqüente;

III - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer outra cláusula contratual, dobrável na reincidência;

IV - Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração; e,

VI – Multas, respectivamente, de 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução, total ou parcial do contrato, mantido o seu caráter não compensatório e incidindo sobre o valor contratual, ou sobre o valor da parcela não executada, conforme o caso.

10.2 - As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe a legislação federal em vigor, sendo que as multas aplicadas sobre o valor do contrato poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, podendo, entretanto, serem inscritas para constituírem dívida ativa do Município, cobrada judicialmente pelo CONTRATANTE, conforme o caso, na forma da lei.

10.3 - A CONTRATADA fica ciente que o recurso à execução da obra, é proveniente de verba pública Federal e Municipal ficando, portanto, sujeita as sanções da Lei Federal n.º 8.666/93, e demais leis aplicáveis a espécie.

10.4 - As multas serão recolhidas, via depósito, à conta do CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, de que recolheu o valor da multa, facultará aquele, dos seus créditos, reter a importância equivalente, corrigida, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

10.5 - As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou ainda, verificada a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito ao CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba ao CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada à defesa prévia.

11.2 - O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

I - transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

II - cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas em registro próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial será providenciada pela CONTRATANTE, correndo as despesas às custas do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As partes estabelecem o Foro da Comarca de Diamantino-MT, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - O Edital **Tomada de Preço n.º 001/2018** é a lei da licitação, e, por conseqüência, da presente contratação, vinculando aos seus termos tanto a CONTRATADA como a Administração CONTRATANTE que a expediu, razão pela qual havendo dúvida, prevalecem às disposições editalícias sobre as contratuais, todavia, as cláusulas do Edital e do presente Contrato coexistem, completando-se e se conformando, um ao outro, como norma a ser seguida por ambas as partes.

14.2 - As partes DECLARAM que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do concerto entre elas celebrado. E, por estar de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 03 (Três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, juntamente com 2 (duas) testemunhas instrumentárias, revestindo o presente instrumento contratual de eficácia executiva nos termos da legislação vigente.

Alto Paraguai-MT, 19 de setembro de 2018.

DIANE VIEIRA DE V. ALVES Prefeita Municipal	**ÁGUIA CONSTRUTORA LTDA – EPP CNPJ 07.725.339/0001-02**
Contratante	**Contratada**
Testemunhas:	
GILBERT SOUZA LIMA CPF:	**ANGELA MARIA CEZIMBRA CPF:**

JONAS BOTAN

ENGENHEIRO MUNICIPAL

FISCAL DO CONTRATO

JURIDICO
CONTRATO N°. 111/2018 CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT E A EMPRESA AMORIM E SILVEIRA LTDA EPP

CONTRATO N°. 111/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT E A EMPRESA AMORIM E SILVEIRA LTDA EPP

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. **08176490-4 SSP/RJ** e inscrita no CPF sob o n° **804.435.751-34**, doravante denominada **CONTRATANTE**. De outro lado,a Empresa **AMORIM E SILVEIRA LTDA EPP**, inscrita sob o **CNPJ: 12.141.988/0001-98**, situada **na Rua A. Dom Alonso,s/ n, Bairro Novo Diamantino,CEP: 78400-000**, na cidade de **Diamantino-MT**, neste ato representado pelo Sr. **JORGE BORGE DE AMORIM**,inscrito no CPF n° 328.989.911-04 doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, com base na **Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial 070/2018 do Pregão Presencial n°038/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino,** e nas Leis Federais n.º 8.666/93, e n.º 8.958/94, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS E SERVIÇOS DE DIÁRIAS DE CAMINHÃO BASCULANTE E CAMINHÃO PIPA, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO PELA EMPRESA CONTRATADA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO E AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT,em conformidade com o Processo de Adesão n. 019/2018, Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial 070/2018 do Pregão Presencial n°038/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução do contrato será por preço global, em conformidade com as legislações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Este instrumento tem o valor global estimado de **R$ 1.032.800,00** (um milhão trinta e dois mil e oitocentos reais),sendo opagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal da prestação de serviços executados, discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado;

3.2. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos diversos.

3.3. *Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá*apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser especifica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Alto Paraguai/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

3.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.5. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

CLÁSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços fixados neste Contrato não serão reajustados no período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, sendo 04/09/2018 a 04/09/2019.

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse público e conveniência administrativa, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

5.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos da seguinte classificação orçamentária: **SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO:**

(140/100) 05.002.04.122.0003.2014-339039

(146/100/124) 05.002.15.451.0014.1013-339039

(157/100) 05.002.15.451.0014.2017-339039

(160/100/124/130) 05.002.15.451.0015.1016-339039

(164/100/124/130) 05.002.15.451.0015.1018-339039

(167/100/124/130) 05.002.15.451.0015.1019-339039

(191/100/130) 05.002.26.782.0017.1012-339039

(196/100/130) 05.002.26.782.0017.2019-339039

(609/100) 09.001.20.122.0003.2069-339039

(635/100/124) 09.002.20.608.0018.2071-339039

(647/100/124) 09.003.18.122.0003.2073-339039

CLÁSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.3. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante a prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.4.Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.5.comunicar à Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.7. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos equipamentos/materiais ou em conexão com ele;

7.8. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.9. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.2. Permitir livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços;

8.3. Fiscalizar a execução dos serviços, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

8.4. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

a) Multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

a) multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

9.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Os casos de rescisão são os previstos nos Arts. 78, 79 e 80 da Lei n° 8.666/93, bem como os previstos neste Contrato, e ainda o presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de ambas as partes, com aviso de antecedência, de no mínimo 30 (trinta) dias, por escrito com recibo das partes.

10.2. Fica reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O presente instrumento resulta do processo de **ADESÃO N. 019/2018 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 070/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT**, sujeitam-se os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

11.2. Para a execução do presente Contrato e especialmente aos casos omissos, aplicam-se os dispostos na Lei n° 8.666/93 e alterações seguintes, e ainda, os princípios gerais de direito.

11.3. Qualquer mudança nos dispostos deste instrumento que possa surgir e houver comum acordo entre as partes, para que a mesma possa ter valor, deverá ser lavrado por termo aditivo.

11.4. São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no Art. 58 da Lei n° 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento da efetivação desse contrato ficará a cargo da **CONTRATANTE**, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações;

12.2. A contratante deverá fiscalizar, através do Gestor do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, afim de que sejam tomadas as devidas providências.

12.3. Fiscal do contrato: A Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento que designa neste ato, a servidora **ZULEIDE LEITE ROCHA** brasileira, servidor público na função de Serviços de Apoio I, inscrito no CPF sob o nº 901.338.541-91.

Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de matérias de reposição, destinado a execução do objeto contratado, principalmente quanto a sua quantidade e qualidade; o) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; p) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; q) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRO - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. **Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionados, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores**.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Diamantino – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, será considerado fora de sua jurisdição.

15.2. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais ao fiel cumprimento de todos dos dispositivos.

ALTO PARAGUAI - MT, 04 de setembro de 2018.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**AMORIM & SILVEIRA LTDA EPP** **JORGE BORGES DE AMORIM** Contratado
Fiscal do Contrato: **ZULEIDE LEITE ROCHA** CPF: 901.338.541-91 Testemunhas:	
GILBERT SOUZA DE LIMA CPF: 551.388.881-53	**Maria Aparecida de Almeida Oliveira** CPF: 411.846.701-10

JURIDICO
EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 114/2018, EM CONFORMIDADE COM PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

EXTRATO PUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA **N° 114/2018,** EM CONFORMIDADE COM **PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, REPRES. PREFEITA MUNICIPAL DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

CONTRATADO: **ANTONIA DARK RIBEIRO DA SILVA, CPF N. 054.175. 823-36**

OBJETO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - **LIMPEZA URBANA**

PRAZO: **03/09/2018 A 02/09/2019**

VALOR: **R$ 954,00**

DOTAÇÃO: **131-05.002.04.122.0003.2014.3190.04**

SECRETÁRIA INFRA ESTRUTURA, RESP. SEC. GILBERT SOUZA LIMA

FISCAL DO CONTRATO: **ZULEIDE LEITE ROCHA**

JURIDICO
PORTARIA 248 /2018 - FISCAL CONTRATO 111/2018

PORTARIA 248 /2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva, ZULEIDE LEITE ROCHA**, portadora do CPF n°. 901.338.541-91**, lotada junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO:**

1. ***CONTRATO N° 111/2018 referente a Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial 070/2018 do Pregão Presencial n°038/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino,*** *celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa* ***AMORIM E SILVEIRA LTDA EPP*****,** inscrita no CNPJ **n°. 12.141.988/0001-98*,*** *tendo por objeto a prestação de serviços de* REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS E SERVIÇOS DE DIÁRIAS DE CAMINHÃO BASCULANTE E CAMINHÃO PIPA, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO PELA EMPRESA CONTRATADA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO E AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.

2. .**Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 04 de setembro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 115/2018, EM CONFORMIDADE COM PROCESSO SELETIVO N. 001/2018

EXTRATO PUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA **N° 115/2018,** EM CONFORMIDADE COM **PROCESSO SELETIVO N. 001/2018**

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, REPRES. PREFEITA MUNICIPAL DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

CONTRATADO: **EDISLAN CLEYTON ALVES DA COSTA**, **CPF N. 048. 973.281-01**

OBJETO: **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**

PRAZO: **03/09/2018 A 02/09/2019**

VALOR: **R$ 2.000,00**

DOTAÇÃO: **131 – 05.002.04.122.0003.2014.3190.04**

SECRETÁRIA INFRAESTRUTURA, RESP. SEC. GILBERT SOUZA DE LIMA

FISCAL DO CONTRATO: ZULEIDE LEITE ROCHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 055/2018, cujo certame se deu início às 13h30min, do dia 12/09/2018, sagrou-se vencedor o preponente: **ADELSO PEREIRA CARVALHO E CIA LTDA,** CNPJ: 24.858.924/0001-91 com o valor de **$ 96.608,00** (noventa e seis mil, seiscentos e oito reais). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, com certame homologado em 19/09/2018. Alto Taquari – MT, 19 de setembro 2018. Renata Fermino de Oliveira – **Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 261/2018

SÚMULA: "NOMEIA A COMISSÃO PARA CUMPRIR A ORDEM JUDICIAL DE FOLHAS 489 À 490 PROFERIDA NO PROCESSO Nº 167-64. 2009.811.0084, CÓDIGO 35223, EM TRÂMITE NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE APIACÁS - MT.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

CONSIDERANDO o disposto na Ordem Judicial de fls. 489 à 490 proferida no processo judicial nº 167-64.2009.811.0084, código 35223, em trâmite na Vara Única da Comarca de Apiacás – MT;

CONSIDERANDO que referida decisão determina a incorporação dos "quintos" nos salários das servidoras ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI e MÁRCIA FREIESLEBEN DIEFENTHAELER **desde a data da sentença que deferiu a incorporação, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais);**

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 536, §3º do NCPC, o Município executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear comissão para calcular e incorporar os "quintos" nos salários das servidoras ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI e MÁRCIA FREIESLEBEN DIEFENTHAELER **desde a data da sentença que deferiu a incorporação,** nos termos da ordem judicial de fls. 489 à 490 proferida no processo judicial nº 167-64.2009.811.0084, código 35223, em trâmite na Vara Única da Comarca de Apiacás – MT .

ARTIGO 2º - A comissão será composta pelos seguintes servidores efetivos:

I – Marizete Andretta;

II – Maria Elicielma Matias Castro;

III – Fábio Germano.

ARTIGO 3º - A servidora Marizete Andretta será a presidente da comissão.

ARTIGO 4º - Determino prazo de 10 (dez) dias para cumprimento.

ARTIGO 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Apiacás – MT, 19 de Setembro de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0277

DECRETO MUNICIPAL

DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Convoca a I Conferência Municipal de Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento na Lei nº 10.362, de 27 de janeiro de 2016, que institui o Sistema Estadual de Cultura.

D E C R E T A:

Art. 1o - Fica convocada a Conferência Municipal de Cultura de Apiacás a ser realizada na data de 25/09/2018, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos: I - discutir a cultura mato-grossense nas suas dimensões cidadã, simbólica e de desenvolvimento; II - promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões; III - propor estratégias para descentralizar e democratizar o acesso dos cidadãos à produção e à fruição dos bens e serviços culturais; IV - propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura; V - aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil; VI - fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais; VII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura; VIII - propor estratégias para o desenvolvimento econômico e social a partir da cadeia produtiva da cultura.

Art. 3o - A Conferência Municipal de Cultura de Apiacás terá como tema geral: **"CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL"**. § 1º A Conferência Municipal de Cultura de Apiacás terá como temas específicos: **EIXO 1 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO -** GT 1 – Gestão e Implantação do CPF – Conselho, Plano e Fundo / GT2 – Financiamentos para a Cultura / GT3 - Economia Criativa e Inovação. **EIXO 2 – POLÍTICA CULTURAL E CIDADANIA -** GT1 – Democracia, Cidadania e Diversidade / GT2 – Patrimônio, Memória e Biblioteca.

Art. 4o - A Secretaria Municipal de Cultura expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto.

Art. 5º - Fica o Secretário Municipal de Educação Apiacás autorizado a: I - aprovar e promover a publicação do Regulamento da Conferência Municipal de Cultura de Apiacás; II - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA CIDADE DE APIACÁS, em 19 de Setembro de 2018.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APIACÁS.

_____

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 072/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 047/2018** no dia 02/10/2018 **às 08:00 (oito) horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LABORATÓRIO COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –230

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT, mediante a Pregoeira Oficial Silvia Pierina Rozza Krizanowski, Ana Maria Fernandes de Andrade Vincenzi, Madalena H. Z. Baumann e Suzana Aparecida de Souza - Equipe de Apoio, instituída pelo Decreto nº 262/2018 de 20 de agosto de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados que na data, horário e local a seguir indicados, em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO, conforme descrição a seguir:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 20/09/2018.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 04/10/2018 às 08:29 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 04/10/2018 às 08:30: horas.

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 08/10/2018 às 09:00 (nove) horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Brasil, n° 1.059, Bairro Bom Jesus – Apia-

cás–MT, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas (HORÁRIO DE MATO GROSSO), ou pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3593-1344 ou email: licitacao@apiacas.mt.gov.br.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Apiacás /MT, 20 de setembro de 2018.

Silvia P.R.Krizanowski

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 116/2018 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

PORTARIA Nº 116/2018

De 10 de setembro de 2018

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 48/2017 de 08/02/2017, que nomeia a Sra. **MARIA APARECIDA FERRAZ DO NASCIMENTO,** portadora da RG **nº 858897** – SSP/MT e inscrita no CPF sob o **nº 550.296.711-53**, no cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 10 de setembro de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ARAGUAIANA

CONTRATADO: CEARÁ DIESEL S/A

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO VAN

VALOR R$171.351,35

DATA: 17/09/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

PROCESSO Nº 00723006/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20180005-PMCE POLICIA MILITAR DO CEARÁ

EMBASAMENTO: art. 22°, do Decreto Federal nº 3931/2011 Lei Federal nº 10.520/02

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO VAN

R$171.351,35

DATA: 04/09/2018

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO 3º QUADRIMESTRE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	19.026.598,00	19.596.598,00	2.721.959,54	13,89	7.680.722,34	39,19	11.915.875,66
RECEITAS CORRENTES	17.864.598,00	17.864.598,00	2.671.959,54	14,96	7.555.444,45	42,29	10.309.153,55
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	1.790.900,00	1.790.900,00	325.559,51	18,18	734.244,97	41,00	1.056.655,03
Impostos	1.402.900,00	1.402.900,00	275.559,25	19,64	569.079,46	40,56	833.820,54
Taxas	28.000,00	28.000,00	1.181,31	4,22	7.400,67	26,43	20.599,33
Contribuição de Melhoria	360.000,00	360.000,00	48.818,95	13,56	157.764,84	43,82	202.235,16
CONTRIBUIÇÕES	505.100,00	505.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	505.100,00
Contribuições Sociais	505.100,00	505.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	505.100,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	94.000,00	94.000,00	1.629,98	1,73	8.336,21	8,87	85.663,79
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	94.000,00	94.000,00	1.629,98	1,73	8.336,21	8,87	85.663,79
Delegação de Serviços Públicos Medinte Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	725,72	14,51	3.838,60	76,77	1.161,40
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	725,72	14,51	3.838,60	76,77	1.161,40
TRANSFERENCIAS CORRENTES	15.388.700,00	15.388.700,00	2.344.044,33	15,23	6.809.024,67	44,25	8.579.675,33
Transferências da União e suas Entidades	8.582.500,00	8.582.500,00	1.196.320,06	13,94	3.497.159,06	40,75	5.085.340,94
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	5.206.200,00	5.206.200,00	847.398,31	16,28	2.451.294,35	47,08	2.754.905,65
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.600.000,00	1.600.000,00	300.325,96	18,77	860.571,26	53,79	739.428,74
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Decorrentes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.898,00	80.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.898,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	55.898,00	55.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.898,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.162.000,00	1.732.000,00	50.000,00	2,89	125.277,89	7,23	1.606.722,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.162.000,00	1.732.000,00	50.000,00	2,89	125.277,89	7,23	1.606.722,11
Transferências da União e de suas Entidades	410.000,00	480.000,00	0,00	0,00	15.277,89	3,18	464.722,11
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	752.000,00	1.252.000,00	50.000,00	3,99	110.000,00	8,79	1.142.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	600.700,00	600.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.700,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	19.627.298,00	20.197.298,00	2.721.959,54	13,48	7.680.722,34	38,03	12.516.575,66

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 31m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	19.627.298,00	20.197.298,00	2.721.959,54	13,48	7.680.722,34	38,03	12.516.575,66
DÉFICIT (VI)					2.312.991,64		
TOTAL (VII) = (V+VI)	19.627.298,00	20.197.298,00	2.721.959,54	13,48	9.993.713,98	49,48	12.516.575,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00			0,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 31m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A JUN		BIMESTRE	JAN A JUN			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	19.256.808,00	19.615.348,00	3.334.751,33	10.106.637,30	9.508.710,70	3.633.477,38	9.580.180,82	10.035.167,18	7.834.491,31	0,00
DESPESAS CORRENTES	15.117.103,00	16.672.414,73	3.048.426,62	9.452.109,18	7.220.305,55	3.276.152,67	8.946.049,11	7.726.365,62	7.453.053,87	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.806.482,00	7.858.322,00	1.328.047,21	4.036.258,32	3.822.063,68	1.328.047,21	4.036.258,32	3.822.063,68	3.906.097,47	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.310.621,00	8.814.092,73	1.720.379,41	5.415.850,86	3.398.241,87	1.948.105,46	4.909.790,79	3.904.301,94	3.546.956,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.459.705,00	2.562.933,27	286.324,71	654.528,12	1.908.405,15	357.324,71	634.131,71	1.928.801,56	381.437,44	0,00
INVESTIMENTOS	3.388.705,00	2.371.933,27	285.987,27	620.597,62	1.751.335,65	356.987,27	600.201,21	1.771.732,06	347.506,94	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	71.000,00	191.000,00	337,44	33.930,50	157.069,50	337,44	33.930,50	157.069,50	33.930,50	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	680.000,00	380.000,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	370.490,00	581.950,00	117.911,88	413.533,16	168.416,84	117.911,88	413.533,16	168.416,84	58.095,85	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	19.627.298,00	20.197.298,00	3.452.663,21	10.520.170,46	9.677.127,54	3.751.389,26	9.993.713,98	10.203.584,02	7.892.587,16	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	19.627.298,00	20.197.298,00	3.452.663,21	10.520.170,46	9.677.127,54	3.751.389,26	9.993.713,98	10.203.584,02	7.892.587,16	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	19.627.298,00	20.197.298,00	3.452.663,21	10.520.170,46		3.751.389,26	9.993.713,98		7.892.587,16	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 31m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Maio a Junho 2018/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.256.808,00	19.615.348,00	3.334.751,33	10.106.637,30	96,07	9.508.710,70	3.633.477,38	9.580.180,82	95,86	10.035.167,18	0,00
Legislativa	897.250,00	897.250,00	0,00	0,00	0,00	897.250,00	0,00	0,00	0,00	897.250,00	0,00
Ação Legislativa	897.250,00	897.250,00	0,00	0,00	0,00	897.250,00	0,00	0,00	0,00	897.250,00	0,00
Administração	2.612.910,00	2.352.510,00	339.828,14	1.564.331,76	14,87	788.178,24	395.912,60	1.437.899,26	14,39	914.610,74	0,00
Administração Geral	1.891.235,00	1.623.935,00	239.009,09	1.150.523,29	10,94	473.411,71	292.108,55	1.035.505,79	10,36	588.429,21	0,00
Administração Financeira	544.825,00	571.425,00	92.817,55	337.508,62	3,21	233.916,38	95.802,55	326.093,62	3,26	245.331,38	0,00
Controle Interno	53.700,00	83.700,00	8.001,50	40.337,92	0,38	43.362,08	8.001,50	40.337,92	0,40	43.362,08	0,00
Lazer	123.150,00	73.450,00	0,00	35.961,93	0,34	37.488,07	0,00	35.961,93	0,36	37.488,07	0,00
Assistência Social	1.010.570,00	974.570,00	134.624,41	475.111,38	4,52	499.458,62	149.608,41	450.095,37	4,50	524.474,63	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	100.900,00	100.900,00	16.601,07	50.282,41	0,48	50.617,59	16.585,07	50.266,41	0,50	50.633,59	0,00
Assistência Comunitária	909.670,00	873.670,00	118.023,34	424.828,97	4,04	448.841,03	133.023,34	399.828,96	4,00	473.841,04	0,00
Previdência Social	819.900,00	819.900,00	0,00	0,00	0,00	819.900,00	0,00	0,00	0,00	819.900,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	819.900,00	819.900,00	0,00	0,00	0,00	819.900,00	0,00	0,00	0,00	819.900,00	0,00
Saúde	3.330.340,00	3.425.780,00	627.967,39	1.964.856,63	18,68	1.460.923,37	662.467,69	1.889.392,10	18,91	1.536.387,90	0,00
Atenção Básica	2.847.030,00	2.974.470,00	592.834,02	1.735.982,15	16,50	1.238.487,85	551.404,23	1.668.927,84	16,70	1.305.542,16	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	350.000,00	330.000,00	11.502,75	152.348,38	1,45	177.651,62	85.432,75	149.146,38	1,49	180.853,62	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	45.000,00	65.000,00	13.834,30	56.516,38	0,54	8.483,62	15.998,64	51.472,42	0,52	13.527,58	0,00
Vigilância Sanitária	88.310,00	56.310,00	9.796,32	20.009,72	0,19	36.300,28	9.632,07	19.845,46	0,20	36.464,54	0,00
Trabalho	146.000,00	130.000,00	0,00	125.000,00	1,19	5.000,00	31.556,40	88.690,99	0,89	41.309,01	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	146.000,00	130.000,00	0,00	125.000,00	1,19	5.000,00	31.556,40	88.690,99	0,89	41.309,01	0,00
Educação	3.868.488,00	4.181.288,00	789.093,48	2.417.584,27	22,98	1.763.703,73	798.427,38	2.384.485,17	23,86	1.796.802,83	0,00
Administração Geral	303.260,00	468.260,00	33.425,63	199.794,62	1,90	268.465,38	37.265,63	193.739,62	1,94	274.520,38	0,00
Alimentação e Nutrição	39.600,00	39.600,00	4.806,73	5.957,14	0,06	33.642,86	4.806,73	5.957,14	0,06	33.642,86	0,00
Ensino Fundamental	3.028.368,00	3.168.668,00	635.505,66	1.876.784,16	17,84	1.291.883,84	640.999,56	1.849.740,06	18,51	1.318.927,94	0,00
Ensino Superior	182.000,00	182.000,00	57.906,04	143.725,98	1,37	38.274,02	57.906,04	143.725,98	1,44	38.274,02	0,00
Educação Infantil	315.260,00	322.760,00	57.449,42	191.322,37	1,82	131.437,63	57.449,42	191.322,37	1,91	131.437,63	0,00
Cultura	495.425,00	888.625,00	601.948,95	679.571,00	6,46	209.054,00	603.527,90	679.570,60	6,80	209.054,40	0,00
Difusão Cultural	495.425,00	888.625,00	601.948,95	679.571,00	6,46	209.054,00	603.527,90	679.570,60	6,80	209.054,40	0,00
Urbanismo	1.188.975,00	2.098.975,00	338.168,29	1.576.983,33	14,99	521.991,67	460.739,46	1.399.648,40	14,01	699.326,60	0,00
Infra-Estrutura Urbana	780.975,00	1.748.975,00	338.168,29	1.400.916,66	13,32	348.058,34	460.739,46	1.243.978,14	12,45	504.996,86	0,00
Serviços Urbanos	408.000,00	350.000,00	0,00	176.066,67	1,67	173.933,33	0,00	155.670,26	1,56	194.329,74	0,00
Saneamento	403.550,00	423.550,00	50.459,73	202.792,27	1,93	220.757,73	52.809,73	201.092,27	2,01	222.457,73	0,00
Saneamento Básico Urbano	403.550,00	423.550,00	50.459,73	202.792,27	1,93	220.757,73	52.809,73	201.092,27	2,01	222.457,73	0,00
Agricultura	373.360,00	279.560,00	9.021,43	29.613,81	0,28	249.946,19	9.021,43	29.613,81	0,30	249.946,19	0,00
Abastecimento	373.360,00	279.560,00	9.021,43	29.613,81	0,28	249.946,19	9.021,43	29.613,81	0,30	249.946,19	0,00
Comércio e Serviços	1.451.790,00	909.290,00	55.394,38	171.061,95	1,63	738.228,05	56.591,22	171.061,95	1,71	738.228,05	0,00
Turismo	1.451.790,00	909.290,00	55.394,38	171.061,95	1,63	738.228,05	56.591,22	171.061,95	1,71	738.228,05	0,00
Energia	198.100,00	275.600,00	185.128,27	195.183,94	1,86	80.416,06	185.128,27	195.183,94	1,95	80.416,06	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 47m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Maio a Junho 2018/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Energia Elétrica	198.100,00	275.600,00	185.128,27	195.183,94	1,86	80.416,06	185.128,27	195.183,94	1,95	80.416,06	0,00
Transporte	1.532.020,00	1.224.920,00	181.497,79	607.666,24	5,78	617.253,76	206.067,82	556.566,24	5,57	668.353,76	0,00
Transporte Rodoviário	1.532.020,00	1.224.920,00	181.497,79	607.666,24	5,78	617.253,76	206.067,82	556.566,24	5,57	668.353,76	0,00
Desporto e Lazer	177.130,00	162.530,00	21.281,63	62.950,22	0,60	99.579,78	21.281,63	62.950,22	0,63	99.579,78	0,00
Desporto Comunitário	177.130,00	162.530,00	21.281,63	62.950,22	0,60	99.579,78	21.281,63	62.950,22	0,63	99.579,78	0,00
Encargos Especiais	71.000,00	191.000,00	337,44	33.930,50	0,32	157.069,50	337,44	33.930,50	0,34	157.069,50	0,00
Serviço da Dívida Interna	71.000,00	191.000,00	337,44	33.930,50	0,32	157.069,50	337,44	33.930,50	0,34	157.069,50	0,00
Reserva de Contingência	680.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00
Reserva de Contingência	680.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	370.490,00	581.950,00	117.911,88	413.533,16	3,93	168.416,84	117.911,88	413.533,16	4,14	168.416,84	0,00
Legislativa	11.750,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00
Ação Legislativa	11.750,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00
Administração	79.640,00	82.640,00	14.254,28	53.656,22	0,51	28.983,78	14.254,28	53.656,22	0,54	28.983,78	0,00
Administração Geral	58.640,00	58.640,00	10.323,14	39.720,04	0,38	18.919,96	10.323,14	39.720,04	0,40	18.919,96	0,00
Administração Financeira	17.200,00	17.200,00	2.785,32	9.454,27	0,09	7.745,73	2.785,32	9.454,27	0,09	7.745,73	0,00
Controle Interno	3.800,00	6.800,00	1.145,82	4.481,91	0,04	2.318,09	1.145,82	4.481,91	0,04	2.318,09	0,00
Assistência Social	7.180,00	27.180,00	7.084,05	25.252,14	0,24	1.927,86	7.084,05	25.252,14	0,25	1.927,86	0,00
Assistência Comunitária	7.180,00	27.180,00	7.084,05	25.252,14	0,24	1.927,86	7.084,05	25.252,14	0,25	1.927,86	0,00
Previdência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Saúde	47.370,00	127.830,00	25.562,36	92.670,13	0,88	35.159,87	25.562,36	92.670,13	0,93	35.159,87	0,00
Atenção Básica	47.370,00	127.830,00	25.562,36	92.670,13	0,88	35.159,87	25.562,36	92.670,13	0,93	35.159,87	0,00
Educação	180.250,00	228.250,00	53.718,07	181.675,67	1,73	46.574,33	53.718,07	181.675,67	1,82	46.574,33	0,00
Administração Geral	7.120,00	7.120,00	0,00	0,00	0,00	7.120,00	0,00	0,00	0,00	7.120,00	0,00
Ensino Fundamental	150.130,00	198.130,00	48.137,84	162.239,91	1,54	35.890,09	48.137,84	162.239,91	1,62	35.890,09	0,00
Educação Infantil	23.000,00	23.000,00	5.580,23	19.435,76	0,18	3.564,24	5.580,23	19.435,76	0,19	3.564,24	0,00
Urbanismo	13.320,00	73.320,00	15.295,42	53.843,17	0,51	19.476,83	15.295,42	53.843,17	0,54	19.476,83	0,00
Infra-Estrutura Urbana	13.320,00	73.320,00	15.295,42	53.843,17	0,51	19.476,83	15.295,42	53.843,17	0,54	19.476,83	0,00
Saneamento	12.450,00	12.450,00	1.210,22	4.589,06	0,04	7.860,94	1.210,22	4.589,06	0,05	7.860,94	0,00
Saneamento Básico Urbano	12.450,00	12.450,00	1.210,22	4.589,06	0,04	7.860,94	1.210,22	4.589,06	0,05	7.860,94	0,00
Agricultura	5.240,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00
Abastecimento	5.240,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00	0,00
Comércio e Serviços	3.210,00	3.210,00	787,48	1.846,77	0,02	1.363,23	787,48	1.846,77	0,02	1.363,23	0,00
Turismo	3.210,00	3.210,00	787,48	1.846,77	0,02	1.363,23	787,48	1.846,77	0,02	1.363,23	0,00
Transporte	9.980,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00
Transporte Rodoviário	9.980,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00	0,00	0,00	9.980,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	19.627.298,00	20.197.298,00	3.452.663,21	10.520.170,46	100,00	9.677.127,54	3.751.389,26	9.993.713,98	100,00	10.203.584,02	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 47m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2017 A JUN/2018

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.941.740,69	1.562.059,18	1.430.526,53	2.001.116,82	1.499.287,14	3.252.027,51	1.458.895,85	1.476.644,53	1.291.660,65	1.410.776,68	1.749.476,63	1.315.480,42	20.389.692,63	20.417.598,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	590.645,22	-153.993,19	263.885,77	-143.076,15	14.670,76	223.587,46	76.067,58	72.232,37	141.500,37	118.885,14	199.888,43	125.671,08	1.529.964,84	1.790.900,00
IPTU	8.000,19	3.937,52	938,12	957,63	1.611,86	1.057,08	3.549,03	915,33	5.071,19	8.163,10	9.746,50	7.484,04	51.431,59	141.000,00
ISS	7.379,99	27.522,82	11.800,72	31.809,65	31.489,71	23.988,89	14.126,49	14.140,37	14.081,16	12.161,45	123.697,47	12.386,82	324.585,54	191.900,00
ITBI	432.215,45	132.572,35	235.120,06	18.703,90	9.920,98	206.882,29	2.300,00	1.584,13	66.657,46	48.199,98	18.235,13	55.001,27	1.227.393,00	1.070.000,00
IRRF	22.340,44	18.248,72	20.372,84	20.805,88	18.852,02	25.824,41	32.344,43	21.676,17	24.611,05	23.938,87	22.434,39	26.573,63	278.022,85	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.709,15	-336.274,60	-4.345,97	-215.353,21	-47.203,81	-34.165,21	23.747,63	33.916,37	31.079,51	26.421,74	25.774,94	24.225,32	-351.468,14	388.000,00
Contribuições	5.674,26	4.892,63	4.522,17	2.893,93	0,00	536.969,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	554.952,98	505.100,00
Receita Patrimonial	5.093,90	4.722,05	3.239,49	3.383,69	2.291,14	204.332,02	2.258,13	1.663,48	1.636,13	1.148,49	844,08	785,90	231.398,50	94.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.093,90	4.722,05	3.239,49	3.383,69	2.291,14	204.332,02	2.258,13	1.663,48	1.636,13	1.148,49	844,08	785,90	231.398,50	94.000,00
Outras Rceitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	18.747,37	23.547,51	17.460,07	22.323,09	24.782,46	22.731,33	1.026,79	532,63	408,86	1.144,60	543,99	181,73	133.430,43	5.000,00
Transferências Correntes	1.321.541,90	1.681.895,11	1.139.451,88	2.113.647,55	1.456.115,12	2.263.494,20	1.379.543,35	1.402.216,05	1.148.115,29	1.289.598,45	1.548.200,13	1.188.841,71	17.932.660,74	17.941.700,00
Cota-Parte do FPM	692.428,59	469.737,94	394.421,66	446.992,31	459.762,90	884.463,60	562.301,69	734.809,64	494.114,29	518.062,73	635.788,83	595.386,01	6.888.270,19	6.911.000,00
Cota-Parte do ICMS	270.487,58	374.063,12	401.606,91	291.595,89	429.691,04	413.350,86	392.318,96	334.240,33	326.215,65	288.281,83	419.937,15	287.900,89	4.229.690,21	3.900.000,00
Cota-Parte do IPVA	9.053,19	6.710,89	5.551,26	6.038,07	3.533,78	3.161,29	7.455,46	8.848,98	7.902,46	12.825,70	15.478,05	7.382,04	93.941,17	85.000,00
Cota-Parte do ITR	830,94	337.625,66	30.557,66	1.078.980,45	238.114,37	177.915,32	88.436,77	380,28	344,75	1.041,00	16,11	5.486,83	1.959.730,14	1.850.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.353,41	1.353,41	1.353,41	1.353,41	1.353,41	1.353,41	1.373,47	1.373,47	1.373,47	1.373,47	1.373,47	0,00	14.987,81	20.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	92.513,27	118.074,95	77.183,84	99.766,91	91.972,43	299.030,92	150.118,56	150.223,76	134.326,98	125.576,00	171.345,45	128.980,51	1.639.113,58	1.600.000,00
Outras Transferências Correntes	254.874,92	374.329,14	228.777,14	188.920,51	231.687,19	484.218,80	177.538,44	172.339,59	183.837,69	342.437,72	304.261,07	163.705,43	3.106.927,64	3.575.700,00
Outras Receitas Correntes	38,04	995,07	1.967,15	1.944,71	1.427,66	912,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.285,14	80.898,00
DEDUÇÕES (II)	168.932,34	170.051,32	166.227,11	364.491,02	225.532,98	763.880,66	209.808,09	215.412,27	165.445,58	163.826,86	213.948,59	179.048,92	3.006.605,74	3.058.200,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	522.472,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	522.472,60	505.100,00
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB													0,00	
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	168.932,34	170.051,32	166.227,11	364.491,02	225.532,98	241.408,06	209.808,09	215.412,27	165.445,58	163.826,86	213.948,59	179.048,92	2.484.133,14	2.553.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.772.808,35	1.392.007,86	1.264.299,42	1.636.625,80	1.273.754,16	2.488.146,85	1.249.087,76	1.261.232,26	1.126.215,07	1.246.949,82	1.535.528,04	1.136.431,50	17.383.086,89	17.359.398,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ Milhares

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018	Jan a Jun 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I+III-II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Em 2018	Em 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 53m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ Milhares
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2018	Em 2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	1.193,54
Investimentos e Aplicações	0,00	1.730.043,47
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018	Jan a Jun 2017
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 53m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)				R$ Milhares
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX+X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 53m"

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ Milhares
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII+XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 53m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		Jan a Jun 2018
RECEITAS CORRENTES (I)	17.864.598,00	7.555.444,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.790.900,00	734.244,97
IPTU	141.000,00	34.929,19
ISS	191.900,00	190.593,76
ITBI	1.070.000,00	191.977,97
IRRF	0,00	151.578,54
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	388.000,00	165.165,51
Contribuições	505.100,00	0,00
Receita Patrimonial	94.000,00	8.336,21
Aplicações Financeiras (II)	94.000,00	8.336,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	15.388.700,00	6.809.024,67
Cota-Parte do FPM	5.529.000,00	2.832.415,76
Cota-Parte do ICMS	3.120.000,00	1.641.944,94
Cota-Parte do IPVA	68.000,00	47.914,25
Cota-Parte do ITR	1.480.000,00	76.564,62
Transferências da LC 87/1996	16.000,00	5.493,90
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.600.000,00	860.571,26
Outras Transferências Correntes	3.575.700,00	1.344.119,94
Demais Receitas Correntes	85.898,00	3.838,60
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	85.898,00	3.838,60
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	17.770.598,00	7.547.108,24
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.732.000,00	125.277,89
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.732.000,00	125.277,89
Convênios	1.732.000,00	125.277,89
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	1.732.000,00	125.277,89
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	19.502.598,00	7.672.386,13

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 54m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	16.672.414,73	9.452.109,18	8.946.049,11	7.453.053,87	128.520,07	323,67	323,67
Pessoal e Encargos Sociais	7.858.322,00	4.036.258,32	4.036.258,32	3.906.097,47	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.814.092,73	5.415.850,86	4.909.790,79	3.546.956,40	128.520,07	323,67	323,67
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	8.814.092,73	5.415.850,86	4.909.790,79	3.546.956,40	128.520,07	323,67	323,67
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	16.672.414,73	9.452.109,18	8.946.049,11	7.453.053,87	128.520,07	323,67	323,67
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.466.479,77	654.528,12	634.131,71	381.437,44	5.163,00	0,00	0,00
Investimentos	2.275.479,77	620.597,62	600.201,21	347.506,94	5.163,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	191.000,00	33.930,50	33.930,50	33.930,50	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	2.275.479,77	620.597,62	600.201,21	347.506,94	5.163,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	476.453,50	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	19.424.348,00	10.072.706,80	9.546.250,32	7.800.560,81	133.683,07	323,67	323,67
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							-262.181,42

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.863.552,80

JUROS NOMINAIS	Jan a Jun 2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-262.181,42

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 54m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2017	Jan a Jun 2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Jun 2018
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	0,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 13h e 54m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2017 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2017 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	204.028,45	133.683,07	0,00	70.345,38	0,00	243.353,44	323,67	323,67	0,00	243.029,77	313.375,15
02	PODER EXECUTIVO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	196.623,07	133.683,07	0,00	62.940,00	0,00	243.353,44	323,67	323,67	0,00	243.029,77	305.969,77
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.185,65	4.185,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	17.436,03	17.436,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0204	SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	66,91	66,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0205	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	18.899,72	18.899,72	0,00	0,00	0,00	24.680,00	0,00	0,00	0,00	24.680,00	24.680,00
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	24.990,03	24.990,03	0,00	0,00	0,00	3.042,03	323,67	323,67	0,00	2.718,36	2.718,36
0207	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	4.226,78	4.226,78	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,09	0,09
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E TI	0,00	2.285,00	2.285,00	0,00	0,00	0,00	109.300,00	0,00	0,00	0,00	109.300,00	109.300,00
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMEN	0,00	91.620,00	31.620,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	32.912,95	29.972,95	0,00	2.940,00	0,00	106.331,32	0,00	0,00	0,00	106.331,32	109.271,32
03	REGIME PROPRIO DE PREV. MUNICIPAL(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	7.405,38	0,00	0,00	7.405,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.405,38
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03	REGIME PROPRIO DE PREV. MUNICIPAL(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	0,00	204.028,45	133.683,07	0,00	70.345,38	0,00	243.353,44	323,67	323,67	0,00	243.029,77	313.375,15

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 32m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	1.402.900,00	1.402.900,00	569.079,46	40,56
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	141.000,00	141.000,00	34.929,19	24,77
1.1.1 - IPTU	72.000,00	72.000,00	21.310,89	29,60
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	69.000,00	69.000,00	13.618,30	19,74
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.070.000,00	1.070.000,00	191.977,97	17,94
1.2.1 - ITBI	1.050.000,00	1.050.000,00	191.977,97	18,28
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	191.900,00	191.900,00	190.593,76	99,32
1.3.1 - ISS	181.900,00	181.900,00	190.593,76	104,78
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	151.578,54	0,00
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.766.000,00	12.766.000,00	5.751.823,78	45,06
2.1 - Cota-Parte FPM	6.911.000,00	6.911.000,00	3.540.463,19	51,23
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	6.500.000,00	6.500.000,00	3.540.463,19	54,47
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	2.048.894,81	52,54
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	6.867,35	34,34
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	1.850.000,00	1.850.000,00	95.705,74	5,17
2.6 - Cota-Parte IPVA	85.000,00	85.000,00	59.892,69	70,46
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.168.900,00	14.168.900,00	6.320.903,24	44,61

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	336,75	0,00
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	0,00	0,00	336,75	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 33m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.553.000,00	2.553.000,00	1.147.490,31	44,95
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.382.000,00	1.382.000,00	708.047,43	51,23
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	780.000,00	780.000,00	406.949,87	52,17
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	1.373,45	34,34
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	370.000,00	370.000,00	19.141,12	5,17
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	17.000,00	17.000,00	11.978,44	70,46
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
12. DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-2.553.000,00	-2.553.000,00	-1.147.490,31	44,95

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	28.900,00	8.900,00	2.130,32	23,94	2.130,32	23,94	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	28.900,00	8.900,00	2.130,32	23,94	2.130,32	23,94	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	28.900,00	8.900,00	2.130,32	23,94	2.130,32	23,94	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	2.130,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)	0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)	0,00
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	100,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 33m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
22. EDUCAÇÃO INFANTIL	316.340,00	306.340,00	180.197,91	58,82	180.197,91	58,82	0,00
22.1 Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 Pré-escola	316.340,00	306.340,00	180.197,91	58,82	180.197,91	58,82	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	316.340,00	306.340,00	180.197,91	58,82	180.197,91	58,82	0,00
23. ENSINO FUNDAMENTAL	2.032.121,00	2.075.921,00	1.064.875,20	51,30	1.064.434,40	51,28	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	28.900,00	8.900,00	2.130,32	23,94	2.130,32	23,94	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.003.221,00	2.067.021,00	1.062.744,88	51,41	1.062.304,08	51,39	0,00
24. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25. ENSINO SUPERIOR	182.000,00	182.000,00	143.725,98	78,97	143.725,98	78,97	0,00
26. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27. OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28. TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	2.530.461,00	2.564.261,00	1.388.799,09	54,16	1.388.358,29	54,14	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-1.147.490,31
30. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²	0,00
35. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)	0,00
36. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+32+33+34+35)	-1.147.490,31
37. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)-36)	2.392.122,62
38. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)x100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	37,84

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
39. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	2.530.461,00	2.564.261,00	1.388.799,09	54,16	1.388.358,29	54,14	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 33m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
45. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	24.680,00	0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	24.680,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	44.513,51	287.624,54
47. (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	860.571,26	64.414,68
48. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	69.753,60
48.1 - Orçamento do Exercício	0,00	68.259,22
48.2 - Restos a Pagar	0,00	1.494,38
49. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	400,97	2.669,98
50. (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	905.485,74	284.955,60
51. (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52. (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	905.485,74	284.955,60

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 33m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Maio - Junho/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.402.900,00	1.402.900,00	569.079,46	40,56
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	72.000,00	72.000,00	21.310,89	29,60
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.050.000,00	1.050.000,00	191.977,97	18,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	181.900,00	181.900,00	190.593,76	104,78
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	151.578,54	0,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.000,00	21.000,00	85,16	0,41
Dívida Ativa dos Impostos	74.800,00	74.800,00	13.533,14	18,09
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.200,00	3.200,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.355.000,00	12.355.000,00	5.751.823,78	46,55
Cota-Parte do FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	3.540.463,19	54,47
Cota Parte do ITR	1.850.000,00	1.850.000,00	95.705,74	5,17
Cota-Parte do IPVA	85.000,00	85.000,00	59.892,69	70,46
Cota-Parte do ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	2.048.894,81	52,54
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	20.000,00	20.000,00	6.867,35	34,34
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	6.867,35	34,34
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	13.757.900,00	13.757.900,00	6.320.903,24	45,94

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	750.000,00	750.000,00	386.669,36	51,56
Provenientes da União	620.000,00	620.000,00	336.433,94	54,26
Provenientes dos Estados	130.000,00	130.000,00	47.870,00	36,82
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	2.365,42	0,00
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	775.000,00	775.000,00	386.669,36	49,89

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Jun 2018 (f)	% (f/e) x 100	Jan a Jun 2018 (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTE	2.988.940,00	3.099.380,00	1.800.004,58	58,08	1.724.540,05	55,64	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	1.564.940,00	1.553.680,00	922.534,13	59,38	922.534,13	59,38	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.424.000,00	1.545.700,00	877.470,45	56,77	802.005,92	51,89	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	305.000,00	270.000,00	120.986,05	44,81	120.986,05	44,81	0,00
Investimentos	305.000,00	270.000,00	120.986,05	44,81	120.986,05	44,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.293.940,00	3.369.380,00	1.920.990,63	57,01	1.845.526,10	54,77	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 35m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Maio - Junho/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Jun 2018 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Jun 2018 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	304,00	0,02	304,00	0,02	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	304,00	0,02	304,00	0,02	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	304,00	0,02	304,00	0,02	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	3.293.940,00	3.369.380,00	1.920.686,63	99,98	1.845.222,10	99,98	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	29,19

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100]	897.086,61

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	3.042,03	0,00	323,67	2.718,36	0,00
Total	3.042,03	0,00	323,67	2.718,36	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 35m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Maio - Junho/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Jun 2018 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Jun 2018 (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	2.810.630,00	2.918.070,00	1.692.116,15	88,09	1.625.061,84	88,05	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	350.000,00	330.000,00	152.348,38	7,93	149.146,38	8,08	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	45.000,00	65.000,00	56.516,38	2,94	51.472,42	2,79	0,00
Vigilância Sanitária	88.310,00	56.310,00	20.009,72	1,04	19.845,46	1,08	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.293.940,00	3.369.380,00	1.920.990,63	100,00	1.845.526,10	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 35m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	19.627.298,00
Previsão Atualizada	20.197.298,00
Receitas Realizadas	7.680.722,34
Deficit Orçamentário	2.312.991,64
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	19.627.298,00
Créditos Adicionais	570.000,00
Dotação Atualizada	20.197.298,00
Despesas Empenhadas	10.520.170,46
Despesas Líquidadas	9.993.713,98
Despesas Pagas	7.892.587,16
Superavit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	10.520.170,46
Despesas Líquidadas	9.993.713,98

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	17.383.086,89

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-262.181,42	0,00
Resultado Primário	0,00	-262.181,42	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 37m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	204.028,45	0,00	133.683,07	70.345,38
Poder Executivo	204.028,45	0,00	133.683,07	70.345,38
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	243.353,44	0,00	323,67	243.029,77
Poder Executivo	243.353,44	0,00	323,67	243.029,77
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	447.381,89	0,00	134.006,74	313.375,15

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	2.392.122,62	25,00	37,84
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	2.130,32	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	276.807,00	2.383.501,59

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despeas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.845.222,10	15,00	29,19

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL(%)	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.286], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, Data/hora da emissão: 19/set/2018 14h e 37m" Portaria Nº 495 de 2017

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 115/2018 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

PORTARIA Nº 115/2018

De 10 de setembro de 2018

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 94/2018 de 24/07/2018, que nomeia o Sr. **JOSÉ PAULO DE SOUZA,** portador da CI RG **nº 5725360** – SSP/MT e inscrito no CPF sob o **nº 814.176.672-49**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 10 de setembro de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RESOLUÇÃO Nº 005/2018

"Dispõe sobre o julgamento das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Araguainha-MT, referente ao exercício de 2014, da gestão da Srª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO."

O cidadão Srº. **ADIEL ALVES FILHO**, Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica, Regimento Interno deste Poder Legislativo, inciso II do artigo 210 da Constituição Estadual e tendo em vista a **ATA nº 016/2018** datada de 17/09/2018, da Sessão Ordinaria desta Augusta Casa de Leis.

Resolve:

Art. 1º - Fica **APROVADA** as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Araguainha/MT, relativas ao exercício de 2014, da gestão da Ex-prefeita Municipal Exmª. Srª. **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO,** que tratam dos **Processos nºs.** 3.253-0/2014, 136-82014 e 722-6/2014 (apensos), que tratam das Contas Anuais de Governo da Prefeitura de Araguainha-MT, relativas ao exercício de 2014, bem como das peças de planejamento, Lei nº. 714/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentaria – LDO), Lei nº. 731/2013 (Lei Orçamentaria Anual) e Lei nº.723/2013 (Plano Plurianual – PPA), **Onde o Tribunal de Contas/MT, Emitiu PARECER PRÉVIO Nº 100/2015 – TP, Favoravel à Aprovação** das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Araguainha, exercício de 2014, gestão da Sra. **Maria José das Graças Azevedo**.

Art. 2º - A **APROVAÇÃO** de que trata o artigo anterior desta Resolução, concretizou-se através de 09 (nove) votos favoraveis a aprovação das Contas/2014, conforme consta na Ata nº 016/2018 datada de 17/09/2018 da Sessão Ordinária desta Augusta Casa de Leis.

Art. 3º - Fica recomendado ao Poder Legislativo Municipal de Araguainha-MT;

1) **-** Adotar medidas preventivas e corretivas a fim de reverter os resultados negativos da última avaliação realizada pelo Tribunal de Contas/MT sobre os resultados de políticas públicas nas áreas de educação e de saúde, conforme **Resolução Normativa 10/2015-TCE/MT**; **2)** - Estabeleça rotina de trabalho necessária ao regular e efetivo funcionamento dos conselhos municipais de Educação e Saúde, os quais possuem, entre outras atribuições, o dever de acompanhar e fiscalizar, simultaneamente, a aplicação dos recursos nessas áreas**.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araguainha-MT. Em, 17 de Setembro de 2018.

_____

Adiel Alves Filho Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N.º 014/2018

A Secretária Municipal de Educação de Araputanga no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a Lei Municipal Nº 852 de 19 de dezembro de 2008, Artigo 16 Parágrafo Primeiro;

Considerando o Anexo da Lei Municipal Nº 852/2008, Tabelas de Cargos e Salários;

RESOLVE:

Art. 1.º - Promover a Elevação de Nível/Classe do Profissional da Educação Municipal, conforme Tabelas de Cargos e Salários do Anexo da Lei Municipal nº 852/2008.

Art. 2.º - Comunique-se ao Departamento de Recursos Humanos, para as devidas anotações e registros.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos (19) dezenove dias do mês de setembro de 2018.

ANEXO I

Elevação de **Classe** do Profissional da Educação Municipal, conforme Dispõe a Lei Nº 852/2008.

NOME	CARGO	DATA ADMISSÃO	CLASSE	VALOR
Hevelli Marques de Souza	Monitora	11/09/2013	B – 02	1.569,26

Araputanga - MT, 19 de Setembro de 2018.

LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.661/2018.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e anulação de dotação orçamentaria no valor de R$ 193.800,00 (cento e noventa e três mil e oitocentos reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1550 de 20 de dezembro de 2017, embasado no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas:

10.001.20.605.0021.1017 – Aquisição Maquinário/Material Permanente

4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), sob fonte de recursos 01.24 – Transferência de Convênios;

4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais), sob fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º. Para cobertura do credito autorizado no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) - fonte de recursos 01.24 - Transferências de Convênios, serão utilizados recursos proveniente de excesso de arrecadação, referente a repasse do Governo do Estado de Mato Grosso, via Secretaria de estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários - SEAF;

Art. 3º. Para cobertura do credito autorizado no valor de R$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais) sob fonte de recursos 01.00 **-** recursos ordinários, será efetuada anulação da seguinte dotação orçamentária, em conformidade com o Art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964:

10.001.20.608.0021.2068 – Desenvolvimento da Piscicultura 4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente - R$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1549 de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 116/2018 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e anulação de dotação orçamentaria, observando a celebração do termo de convênio nº 0546-2018/SEAF/PREF. MUN. DE ARIPUANÃ.

A suplementação no elemento de despesas citado, visa suplementar a previsão orçamentaria atual por meio do crédito vinculado ao objeto de convênio, oriundo de Emenda Parlamentar do Dep. Estadual Pedro Satélite, com objeto pactuado a "Aquisição de um caminhão cabine dupla com carroceria de madeira", destinado a transporte produtos provenientes da agricultura familiar.

Onde o montante do convênio e contrato de repasse perfaz R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), sendo R$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais) a titulo de contrapartida com recursos próprios do munícipio.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pele termo de convênio e contrato de repasse celebrado com o órgão citado e consequentemente o recurso vindouro, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 094- MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 140/2018.

AUTOR: Poder Executivo.

SUMULA

"ALTERA O ARTIGO 102 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 042/09 E ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sancionou a seguinte lei.

Art. 1º - O Art. 102 da Lei Complementar nº 042 de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102 - O repasse dos recursos financeiros será bimestral, tendo como parâmetro o numero de alunos com frequência regular na Unidade Esco-

lar, no montante de R$ 17,60 (dezessete reais e sessenta centavo) por aluno matriculado em meio período (4 horas) e R$ 26,00 (vinte e seis reais) por aluno matriculado em período integral".

Art. 2º - Acrescenta-se o Parágrafo Único no art. 102, da Lei Complementar nº 042 de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 102 – (...)

Paragrafo único – Os valores constantes desta Lei poderão ser reajustados de acordo com o IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses em fevereiro de cada ano.

Art. 3° – Os demais dispositivos constantes na *Lei Complementar Municipal de nº* 081/2013, de 29/11/2013**, permanecem inalterados.**

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 dias de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente

Senhores Vereadores

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei Complementar com a seguinte súmula: **ALTERA O ARTIGO 102 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 042/09 E ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Referido projeto visa dar novos valores repassados pelo Município por quantidade de alunos para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, incluído atualização pelo IGP-M, caso o Prefeito Municipal entenda ser necessário.

Desta forma as alterações propostas não desnaturam a lei original e adaptam as disposições de forma a fazer com que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura possa prestar seus serviços da melhor forma, sem que isso acarrete prejuízos aos alunos da rede municipal de ensino.

Pelo exposto, solicito que seja o presente Projeto de Lei Complementar apreciado em **caráter de urgência** por parte dos Nobres Vereadores.

Apraz-nos, nesta oportunidade, reiterar a Vossa Excelência e aos demais Senhores Vereadores, as expressões de real estima e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 dias de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito de Aripuanã MT

LICITACAO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 057/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 057/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **30/08/2018** a empresa **MANOEL JESUS COSTA 00210150157 - CNPJ Nº: 28.139.819/0001-53** sagrou-se vencedora de 03 itens no valor total de **R$ 15.564,00,** a empresa **SEBASTIÃO BREJENSKI DOS SANTOS 30478359691 - CNPJ Nº: 20.753.151/0001-28** sagrou-se de vencedora de 03 itens no valor total de **R$21.600,00.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT,19 de setembro de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 217/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: BIOTER PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA REALIZAÇÃO DE SOLDA EM MANTA GEOMEMBRANA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DESTE MUNICÍPIO, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2018; VALOR GLOBAL R$ 9.080,00; VIGÊNCIA: 18/09/2018 A 17/10/2018.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.660/2018.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por excesso de recursos vinculados no valor de R$ 45. 230,13 (quarenta e cinco mil duzentos e trinta reais e treze centavos), no Orçamento vigente, Lei n°. 1550 de 20 de dezembro de 2017, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, no elemento de despesa vinculado à fonte de despesa:

07.002.12.365.0009.2034 – Man. do Aprendizado Infantil – Pré-Escola 3390.3200 – Distribuição Gratuita - R$ 45.230,13 (quarenta e cinco mil duzentos e trinta reais e treze centavos). Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras de recursos residuais de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sob fonte de recursos 01.15 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1549 de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 115/2018 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional especial por excesso de arrecadação em projeto atividade na Lei Orçamentária Anual, sob nova fonte de recursos.

O crédito vincula-se ao "Termo de Compromisso PAR 201802441-8 e 201802442-8", referente à emenda Parlamentar do Deputado Federal Vitório Galli, destinados à aquisição de material escolar denominados "kit", destinados aos alunos da Educação Infantil – Pré-Escola.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional especial pretendida, justifica-se pelo termo pactuado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE -, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 093 - MAT

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 057/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **MANOEL JESUS COSTA 00210150157,** inscrita no **CNPJ Nº. 28.139.819/0001-53**, com sede na Avenida D, nº 332, Bairro: Vila Operaria, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, representada por seu proprietário **Sr. Manoel Jesus Costa**, portador do **RG Nº 1327969-6 SSP/MT** e **CPF Nº. 002.101.501-57,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	695698	PRESTACAO DE SERVICO DE CORTE DE GRAMA, PODA DE PLANTAS ORNAMENTAIS E LIMPEZA DO PATIO DA SEMATIC.	UN	12	299,00	3. 588,00
2	680739	PRESTACAO DE SERVICO NO CORTE DE GRAMA, PODA DE PLANTAS ORNAMENTAIS E LIMPEZA DA PRACA DA BIBLIA.	UN	12	299,00	3. 588,00
3	680737	PRESTACAO DE SERVICO NO CORTE DE GRAMA, PODA DE PLANTAS ORNAMENTAIS E LIMPEZA DA PRACA SAO FRANCISCO DE ASSIS.	UN	12	699,00	8. 388,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 19 de setembro de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

MANOEL JESUS COSTA 00210150157

CNPJ Nº. 28.139.819/0001-53

Manoel Jesus Costa

CPF Nº. 002.101.501-57

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 057/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **SEBASTIÃO BREJENSKI DOS SANTOS 30478359691,** inscrita no **CNPJ Nº. 20.753.151-0001-28**, com sede na Rua 15 de Novembro, nº 1461, Bairro: Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, representada por seu proprietário **Sr. Sebastião Brejenski dos Santos**, portador do **RG Nº 2275980-8 SSP/MT** e **CPF Nº. 304. 783.596-91,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/ 2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	695697	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA DE TRILHAS SALTO DAS ANDORINHAS	UN	12	1.000,00	12. 000,00
2	680738	PRESTACAO DE SERVICO NO CORTE DE GRAMA, PODA DE PLANTAS ORNAMENTAIS E LIMPEZA DA PRACA DO JARDIM PLANALTO	UN	12	500,00	6. 000,00
3	689857	PRESTACAO DE SERVICO NO CORTE DE GRAMA, PODA DE PLANTAS ORNAMENTAIS E LIMPEZA DO MIRANTE SALTO DAS ANDORINHAS E ARREDORES DA CASA DE PEDRA.	UN	12	300,00	3. 600,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 19 de setembro de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO BREJENSKI DOS SANTOS 30478359691

CNPJ Nº. 20.753.151/0001-28

Sebastião Brejenski dos Santos

CPF Nº. 304.783.596-91

GABINETE DO PREFEITO
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA 4 BIMESTRE - FAPEMA

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	969.343,46	1.517.791,33	
DESPESAS CORRENTES	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	969.343,46	1.517.791,33	
Pessoal e Encargos Sociais	2.021.600,00	2.021.600,00	366.852,92	1.380.344,74	641.255,26	366.630,95	1.379.203,18	642.396,82	1.379.203,18	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	483.500,00	483.500,00	690,00	243.213,64	240.286,36	42.801,55	156.553,36	326.946,64	138.588,15	
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	969.343,46	1.517.791,33	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	969.343,46	1.517.791,33	
SUPERÁVIT (XIII)				2.960.085,10			3.047.886,94		3.065.852,15	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	4.583.643,48	-2.078.543,48	409.432,50	4.583.643,48	-2.078.543,48	4.583.643,48	
RESERVA DO RPPS	4.068.900,00	4.068.900,00			4.068.900,00			4.068.900,00		

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 19/09/2018 07:37:15
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de 1
Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.915.000,00	3.915.000,00	977.439,83	24,97	3.151.287,22	80,49	763.712,78
RECEITAS CORRENTES	3.915.000,00	3.915.000,00	977.439,83	24,97	3.151.287,22	80,49	763.712,78
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.538.000,00	1.538.000,00	268.133,75	17,43	933.605,94	60,70	604.394,06
Contribuições Sociais	1.538.000,00	1.538.000,00	268.133,75	17,43	933.605,94	60,70	604.394,06
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú							
RECEITA PATRIMONIAL	2.201.000,00	2.201.000,00	659.646,52	29,97	2.154.865,02	97,90	46.134,98
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	2.201.000,00	2.201.000,00	659.646,52	29,97	2.154.865,02	97,90	46.134,98
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.000,00	176.000,00	49.659,56	28,22	62.816,26	35,69	113.183,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			281,10		983,85		-983,85
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes	176.000,00	176.000,00	49.378,46	28,06	61.832,41	35,13	114.167,59
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.659.000,00	2.659.000,00	413.977,93	15,57	1.432.356,26	53,87	1.226.643,74
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	6.574.000,00	6.574.000,00	1.391.417,76	21,17	4.583.643,48	69,72	1.990.356,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	6.574.000,00	6.574.000,00	1.391.417,76	21,17	4.583.643,48	69,72	1.990.356,52
DÉFICIT (VI)[1]							
TOTAL (VII) = (V + VI)	6.574.000,00	6.574.000,00	1.391.417,76	21,17	4.583.643,48	69,72	1.990.356,52

Emissão: 19/09/2018 07:37:15 — Page 1 de 3
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017. — Homolog

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.131.248,80	32.131.248,80					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	32.131.248,80	32.131.248,80					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 19/09/2018 07:37:15 — Page 2 de 3
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017. — Homolog

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.659.000,00	2.659.000,00	413.977,93	15,57	1.432.356,26	53,87	1.226.643,74
RECEITAS CORRENTES	2.659.000,00	2.659.000,00	413.977,93	15,57	1.432.356,26	53,87	1.226.643,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.659.000,00	2.659.000,00	413.977,93	15,57	1.432.356,26	53,87	1.226.643,74
Contribuições Sociais	2.659.000,00	2.659.000,00	413.977,93	15,57	1.432.356,26	53,87	1.226.643,74
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Socia							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 19/09/2018 07:37:15
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017.

Page 3 de 3
Homolog

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	100,00	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	100,00	969.343,46	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	100,00	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	100,00	969.343,46	0,00
Previdência do Regime Estatutário	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	100,00	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	100,00	969.343,46	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.505.100,00	2.505.100,00	367.542,92	1.623.558,38	100,00	881.541,62	409.432,50	1.535.756,54	100,00	969.343,46	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 19/09/2018 07:38:35

Portaria 495 de 06 de Junho de 2,017.

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 19/09/2018 07:38:35
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 2
Homolo

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARÍPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18		
RECEITAS CORRENTES (I)	637.668,83	136.771,32	127.215,74	705.702,47	742.082,47	427.001,03	520.526,88	205.470,26	131.652,31	134.660,49	793.926,89	134.134,48	4.696.813,17	3.739.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria														
IPTU														
ISS														
ITBI														
IRRF														
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria														
Contribuições	126.037,30	126.506,62	118.179,47	366.907,76	2.979,15	123.404,17	142.498,35	133.407,59	130.955,02	132.227,91	134.840,62	133.293,13	1.671.237,09	1.538.000,00
Receita Patrimonial	510.228,52	8.861,69	7.633,26	335.985,53	739.103,32	303.456,31	377.747,43	71.922,12	697,29	2.292,03	658.805,17	841,35	3.017.574,02	2.201.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira					739.103,32	303.456,31	377.747,43	71.922,12	697,29	2.292,03	658.805,17	841,35	2.154.865,02	2.201.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	510.228,52	8.861,69	7.633,26	335.985,53									862.709,00	
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes														
Cota Parte do FPM														
Cota Parte do ICMS														
Cota Parte do IPVA														
Cota Parte do ITR														
Transferência da LC 87/1966														
Transferência LC 61/1989														
Transferências FUNDEB														
Outras Transferências Correntes														
Outras Receitas Correntes	1.403,01	1.403,01	1.403,01	2.809,18		140,55	281,10	140,55		140,55	281,10		8.002,06	
DEDUÇÕES (II)	126.037,30	126.506,62	118.179,47	366.907,76	2.979,15	127.269,88	144.645,41	135.554,65	133.102,08	134.374,97	182.235,73	135.276,48	1.733.069,50	1.714.000,00
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência	126.037,30	126.506,62	118.179,47	366.907,76	2.979,15	123.404,17	142.498,35	133.407,59	130.955,02	132.227,91	134.840,62	133.293,13	1.671.237,09	1.538.000,00
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência						3.865,71	2.147,06	2.147,06	2.147,06	2.147,06	47.395,11	1.983,35	61.832,41	176.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**511.631,53**	**10.264,70**	**9.036,27**	**338.794,71**	**739.103,32**	**299.731,15**	**375.881,47**	**69.915,61**	**-1.449,77**	**285,52**	**611.691,16**	**-1.142,00**	**2.963.743,67**	**2.025.000,00**

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 19/09/2018 07:39:04
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de
Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	6.574.000,00	6.574.000,00	4.583.643,48	5.495.327,63
Receita de Contribuições dos Segurados	1.538.000,00	1.538.000,00	933.605,94	923.737,91
Civil	1.538.000,00	1.538.000,00	933.605,94	923.737,91
Ativo	1.536.000,00	1.536.000,00	933.605,94	923.737,91
Inativo	1.000,00	1.000,00		
Pensionista	1.000,00	1.000,00		
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	2.247.000,00	2.247.000,00	1.270.759,12	1.211.782,50
Civil	2.247.000,00	2.247.000,00	1.270.759,12	1.211.782,50
Ativo	2.247.000,00	2.247.000,00	1.270.759,12	1.211.782,50
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	2.201.000,00	2.201.000,00	2.154.865,02	3.304.744,40
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	2.201.000,00	2.201.000,00	2.154.865,02	3.304.744,40
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	588.000,00	588.000,00	224.413,40	55.062,82
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				54.213,44
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	412.000,00	412.000,00	161.597,14	
Demais Receitas Correntes	176.000,00	176.000,00	62.816,26	849,38
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + (III - II))	**6.574.000,00**	**6.574.000,00**	**4.583.643,48**	**5.495.327,63**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (V)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (VI)	6.574.000,00	6.574.000,00	1.623.558,38	1.245.649,58	1.535.756,54	1.161.881,66		
Benefícios - Civil	6.574.000,00	6.574.000,00	1.623.558,38	1.245.649,58	1.535.756,54	1.161.881,66		
Aposentadorias	1.064.000,00	1.064.000,00	737.522,78	582.952,87	737.522,78	582.952,87		
Pensões	212.800,00	212.800,00	117.242,63	122.042,32	117.242,63	122.042,32		
Outros Benefícios Previdenciários	5.297.200,00	5.297.200,00	768.792,97	540.654,39	680.991,13	456.886,47		

Emissão: 19/09/2018 07:40:34
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À AGOSTO DE 2018 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	**6.574.000,00**	**6.574.000,00**	**1.623.558,38**	**1.245.649,58**	**1.535.756,54**	**1.161.881,66**		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV VII)			**2.960.085,10**	**4.249.678,05**	**3.047.886,94**	**4.333.445,97**		

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDÊNCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	46.479,80
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

Fonte: FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 19/09/2018 07:40:34
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 2 QUADRIMESTRE - FAPEMA

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS													
	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	Maio/2018	Junho/2018	Julho/2018	Agosto/2018	Total dos Últimos 12 Meses	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	149.836,34	157.722,58	168.538,32	262.577,18	95.309,11	104.146,62	103.966,80	106.690,36	107.807,61	112.393,36	113.621,96	117.985,79	1.600.596,03	
Pessoal Ativo					31,71	692,49	1.345,11	1.078,14	1.109,85	1.091,43	951,30	856,17	7.156,20	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis														
Obrigações Patronais														
Benefícios Previdenciários					31,71	692,49	1.345,11	1.078,14	1.109,85	1.091,43	951,30	856,17	7.156,20	
Pessoal Inativo e Pensionistas	149.836,34	157.722,58	168.538,32	262.577,18	95.277,40	103.454,13	102.621,69	105.612,22	106.697,76	111.301,93	112.670,66	117.129,62	1.593.439,83	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	78.615,25	79.820,68	79.862,62	154.468,85	80.423,54	88.785,94	88.027,90	91.018,43	92.103,97	96.629,22	98.037,41	102.496,37	1.130.290,18	
Pensões	15.255,29	15.255,29	15.255,29	30.510,58	14.853,86	14.668,19	14.593,79	14.593,79	14.593,79	14.672,71	14.633,25	14.633,25	193.519,08	
Outros Benefícios Previdenciários	55.965,80	62.646,61	73.420,41	77.597,75									269.630,57	
Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	149.836,34	157.722,58	168.538,32	262.577,18	95.277,40	103.454,13	102.621,69	105.612,22	106.697,76	111.301,93	112.670,66	117.129,62	1.593.439,83	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	149.836,34	157.722,58	168.538,32	262.577,18	95.277,40	103.454,13	102.621,69	105.612,22	106.697,76	111.301,93	112.670,66	117.129,62	1.593.439,83	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	31,71	692,49	1.345,11	1.078,14	1.109,85	1.091,43	951,30	856,17	7.156,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)														7.156,20

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.030.735,73	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	33.030.735,73	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	7.156,20	0,02%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (§ único do art. 22 da LRF)		0,00 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %		0,00 %

FONTE: FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
NOTAS:

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - ARIPUANA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 19 de Setembro de 2018.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ALVORAN PARTICIPACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA	72.637.762/0001-04	9027/00044/2018
ALVORAN PARTICIPACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA	72.637.762/0001-04	9027/00059/2018
ALVORAN PARTICIPACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA	72.637.762/0001-04	9027/00045/2018
ALVORAN PARTICIPACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA	72.637.762/0001-04	9027/00060/2018
EDMAR STIEVEN	159.081.519-04	9027/00109/2018
ERALDO BENJAMIN PELUSO	558.576.399-72	9027/00115/2018
ERALDO BENJAMIN PELUSO	558.576.399-72	9027/00116/2018
FRANCISCO ANTONIO GAZETA SIQUEIRA	318.041.951-20	9027/00027/2018
FRANCISCO ANTONIO GAZETA SIQUEIRA	318.041.951-20	9027/00054/2018
FRANCISCO ANTONIO GAZETA SIQUEIRA	318.041.951-20	9027/00028/2018
GABRIELA FAGUNDES MARQUES	655.099.601-59	9027/00077/2018
GABRIELA FAGUNDES MARQUES	655.099.601-59	9027/00079/2018
GABRIELA FAGUNDES MARQUES	655.099.601-59	9027/00078/2018
GABRIELA FAGUNDES MARQUES	655.099.601-59	9027/00080/2018
GILSON ROCHA DE ALMEIDA	019.849.547-17	9027/00110/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: DENEVAL RODRIGUES DA SILVA	Matrícula: 00003997
Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	Assinatura:

Data de afixação: 19/09/2018

Data de desafixação: 04/10/2018

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - ARIPUANA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, de 19 de Setembro de 2018.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
JOAO MAURICIO MESCOLOTI	082.722.218-10	9027/00052/2018
JOAO MAURICIO MESCOLOTI	082.722.218-10	9027/00053/2018
LAGOA DAS CONCHAS AGROFLORESTAL LTDA	03.538.881/0001-97	9027/00065/2018
LAGOA DAS CONCHAS AGROFLORESTAL LTDA	03.538.881/0001-97	9027/00066/2018
LUCIA EUGENIA ARGENTE	707.631.279-49	9027/00081/2018
LUCIA EUGENIA ARGENTE	707.631.279-49	9027/00082/2018
MARCOS VINICIUS SOUZA DO NASCIMENTO	175.163.901-00	9027/00050/2018
MARCOS VINICIUS SOUZA DO NASCIMENTO	175.163.901-00	9027/00051/2018
THOMAGRAN AGROPECUARIA LTDA	77.530.095/0001-80	9027/00042/2018
THOMAGRAN AGROPECUARIA LTDA	77.530.095/0001-80	9027/00043/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: DENEVAL RODRIGUES DA SILVA	Matrícula: 00003997
Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	Assinatura:

Data de afixação: 19/09/2018

Data de desafixação: 04/10/2018

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.659/2018.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária e alteração de fonte de recursos no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no Orçamento vigente, Lei n°. 1550 de 20 de dezembro de 2017, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados à fonte de despesa:

09.002.10.302.0018.2061 – Manutenção TFD 3390.3300 – Passagens e Despesas com Locomoção – R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Art. 2º. Os créditos adicionais suplementar abertos no artigo 1º estão vinculados á fonte de recursos 01.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde. Art. 3º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulaçãono elemento de despesas sob fonte de recursos 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação 07.002.12.365.0009.2035 – Man. do Aprendizado Infantil - Creche 3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1549 de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 122/2018 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária e alteração de fonte de recursos.

O crédito ora solicitado destina-se a aquisição de passagens ao atendimento fora do domicilio, reforçando o orçamento da Secretária Municipal de Saúde no Projeto atividade 2061 – Manutenção TFD, previsto na Lei Orçamentaria Anual.

Desta forma, a alteração de fonte de recursos pretendida, justifica-se pela anulação em fonte de igual valor nos elementos de despesas mencionados, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 098- MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.658/2018

Autor: Poder Executivo.

SÚMULA:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR OS BENS INSERVÍVEIS, INFRA DESCRITOS, TOMBADOS COMO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder à alienação de forma legal e constitucional dos bens públicos inservíveis a seguir relacionados, tombados como patrimônio Municipal.

Secretaria Municipal de Administração:

Quantidade	Descrição do Bem	Patrimônio
01 (uma)	Moto XLR 125 Honda, Cor Branca, PLACA KAI 4381, Ano/Mod.1999, Chassi: 9C2JD1700XR017278, Renavam: 721665012.	**n° 3212**

Secretaria Municipal de Finanças:

Quantidade	Descrição do Bem	Patrimônio
01 (um)	Veiculo Fiat Uno Placa KAU 9132, Ano/Modelo 2009/2010, Cor Cinza Renavam: 195016181 Chassi: 9BD15844AA6409611.	**n° 17922**
01 (um)	Veiculo Fiat Uno Placa JYQ 1481, Ano/Modelo 2007/2008, Cor Branca Renavam: 925120359 Chassi: 9BD15822784992977.	**n° 9127**

Secretaria Municipal de Saúde:

Quantidade	Descrição Do Bem	Patrimônio
01 (um)	Veículo Caminhonete GM Placa NJU 5421 S10 Rontan AMB. Chassi: 9BG124GF0BC432956, Renavam: 294827862, Gasolina /Alcool Cor Branco 2011/2011.	**n° 13564**
01 (um)	Veiculo Ducato Cargo 2.8 TDI Placa NIZ 0632 Turbo com Intercooler, fiat, ano/modelo 2007, Adapt p/ Ambulância, Renavam 952546574, Chassi 93W244F1382022028, Renavam: 952546574.	**n° 9576**
	Sucatas de Vários Itens (01 Cadeira Longarina 03 lugares, 02 Cadeiras de Rodas, 01 Cadeira de Banho).	
	Sucatas de Vários Itens (01(um) Condicionador de ar Split 12.000 BTUS Yonan, 02 (dois) Ar condicionado Split).	
	Sucatas de Vários Itens 01 (uma) Geladeira, 01 (um) Ventilador de parede Arge 50 e 01 (uma) Centrífuga Muller Nina 1800 rpm preto 110v.	

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Quantidade	Descrição do Bem	Patrimônio
01(um)	Veículo Caminhonete Chevrolet Placa JZE 5075,Cor Branca GM-S/10 2.8 4x4, Renavam: 756025605, Chassi. 9BG138BC01C410660 Ano/Mod 2001.	**n° 6745**
01 (uma)	Motoneta WEB Placa NPF 6217, 100CC Cor Prata Ano/Modelo 2009/2010 Gasolina Chassi: 94J1XFBJ9AM086721, Motor: JBJ9115604 Renavam: 181087197.	**n° 16448**
01 (uma)	Motocicleta Marca Honda Modelo XLR Placa JYN 9532,Cor: Branca, Renavam: 689057733, Chassi: 9C2JD170VVR022946, Ano/Mod 1997	**n° 2101**
01(um)	Trator de Esteira Mar. Komatsu Ano 82 Mod. D 50 Serie: B4035	**n° 2266**
01(uma)	Pá Carregadeira Mar. Michigan F. Mod. 55 Diesel de120 C/ 3 Veloc. Cac. C/ Dentes Ano/Mod. 93.	**n° 1454**
01(um)	Veiculo Kombi Furgao, Placa JYO 8734, Cor Branco, Ano 1997/1998,Renavam:695479377,Chassi:9BWZZZ217VP043256.	**n ° 5960**
01 (um)	Caminhão MB/L1718, Placa KEL 7927, cor branca, Chassi: 9BM6931841B276006, Renavam: 762466375, Ano/Modelo 2001.	**n ° 8032**
01 (um)	Torno mecânico Nardini 300 II	**n° 2604**
01 (um)	Ar condicionado 9.000 Btus Split HI Wall Frio A 09FS ADK F	**n° 11132**

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Departamento de Agua e Esgoto DAE:

Quantidade	Descrição do Bem	Patrimônio
01 (uma)	Motocicleta Marca Honda Modelo XLR 125 Placa JYZ 5014,Ano/Mod. 2000, Cor Preta, Renavam:734411642, Chassi. 9C2JD1700YR010487.	**n° 3924**

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural:

Quantidade	Descrição do Bem	Patrimônio
01 (um)	Trator Agric. De Rodas Exitus Marca New Holland Mod TU 85 4X4 Equip. Com Motor MWM 04 Cil. Turbo 88 CV Transmissão Sincronizada 20 X 12, Vel. Independente, Direção Hidrostática, Arco De Segurança Com Capota de Proteção ao Operador. Serie 68ECR403483, Ano/Mod. 2008.	**nº 10803**
01 (uma)	Camionete Placas JYO 3877 Cabine Dupla Marca Toyota Ano/ Modelo 1997 02(duas) portas Branca	**2071**
01 (um)	Caminhão VW 12.170 Cor Branca Ano/ Modelo 1998 Placas JYR 7765 Chassi 9BWX2TDF6WRBO0545	**2323**
01(um)	Trator Agric. De Rodas Motor 4 cilindros Potencia 85 CV tração 4X4 Câmbio Sincronizado com 08 marchas a frente, tomada de força independente, sistema de levante hidráulico com válvula de controle remoto dupla ação.	**8939**

ARTIGO 2º - Os bens retromencionados são classificados como bens em disponibilidade e desuso, e ainda serão alienados no estado em que se encontram.

ARTIGO 3º - A alienação destes bens públicos dar-se-á por meio de leilão, em hasta pública, cujos critérios de habilitação e seleção constarão detalhadamente no edital e por preço não inferior a avaliação realizada por Comissão designada pela Portaria n. 10.150/2018, constante da Ata de Reavaliação.

ARTIGO 4º - A venda dos bens objeto da presente Lei será realizada somente na forma de pagamento à vista, mediante Documento de Arrecadação ao Município - DAM.

ARTIGO 5º - Os valores arrecadados no referido Leilão serão destinados a despesas de investimento tais como equipamentos e materiais permanentes bem como obras e instalações.

ARTIGO 6º - A presente lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Executivo.

ARTIGO 7° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

MENSAGEM

Exmo. Sr. Presidente de Câmara Municipal e Senhores Vereadores,

Reportamos a esta Casa de Leis, para submeter à apreciação de V. Exa. e demais Edis, projeto de lei que dispõe sobre "***autorização ao Poder Executivo Municipal para alienar os bens inservíveis, infra descritos, tombados como patrimônio municipal e dá outras providências***".

A Comissão instituída para organização e acompanhamento de leilão de bens móveis inservíveis e sucatas da Prefeitura Municipal de Aripuanã promoveu criterioso e pormenorizado levantamento dos veículos, maquinários e equipamentos existentes tombados como patrimônio público recomendando sua alienação, devido aos elevados custos de recuperação e a inviabilidade econômica de sua operação.

Seria inviável a recuperação de tais bens, pois não se justifica comprometer os recursos financeiros com a recuperação de veículos, maquinas e equipamentos em disponibilidade e desuso, sendo recomendável a alienação e substituição dos mesmos por outros novos, a serem adquiridos com os valores arrecadados da própria venda destes complementados com recursos do orçamento vigente, se necessário.

Expostas, assim, as razões determinantes da iniciativa, e solicitando que a tramitação do projeto se dê em **"REGIME DE URGÊNCIA"**, razão pela qual contamos com sua aprovação por essa Egrégia Câmara Municipal.

Aproveitam**o**s a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os protestos de elevado apreço.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 139/2018

Autor: Poder Executivo

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ARIPUANÃ A ALTERAR O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 096/2014, REFERENTE AO CARGO EFETIVO FISCAL TRIBUTÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O número de vagas de Fiscal Tributário será expandido em 01 vaga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 dias de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

Designada

ANEXO I - LOTACIONOGRAMA

	CARGOS	Categoria	Nível Inicial/Final	Númeroldeal	NúmeroExistente	Número de Vagas
Atividades	Agente de Serviços Públicos	I	01-25	35	15	20
	Atendente de Enfermagem	I	01-25	4	4	0
	Cozinheira	I	01-25	4	4	0
	Office Boy	I	01-25	3	2	1
Do	Vigia	I	01-25	6	5	1
	Zelador(a)	I	01-25	31	24	7
	Escriturário	III	01-25	12	11	1
	Carpinteiro	III	01-25	2	0	2
	Marceneiro	III	01-25	1	1	0
Grupo	Construtor	IV	01-25	4	1	3
	Motorista de Automóvel	V	01-25	8	4	4

	Operador de Máquinas Leves	IV	01-25	10	4	6
	Torneiro Mecânico	VII	01-25	1	0	1
	Motorista de Caminhão/Ônibus	VIII	01-25	29	14	15
	Operador de Máquinas Pesadas	VIII	01-25	15	9	6
Fundamental	Mecânico	IX	01-25	4	0	4
Sub-Total	(1)			**169**	**98**	**71**
Atividades De Grupo Médio	Auxiliar de Assistente Social	II	01-25	1	**1**	**0**
	Auxiliar em Saúde Bucal	II	01-25	05	0	05
	Recepcionista	IV	01-25	15	**6**	**9**
	Telefonista	IV	01-25	2	**1**	**1**
	Operador de ETA	V	01-25	11	6	5
	Agente Administrativo	VI	01-25	48	**32**	**16**
	Agente de Fisc. de Obras e Posturas	V	01-25	4	**3**	**1**
	Fiscal de Obras	V	01-25	2	**0**	**2**
	Fiscal Sanitário	V	01-25	2	**2**	**0**
	Auxiliar de Enfermagem	V	01-25	2	**1**	**1**
	Agente Comunitário de Saúde	VI	01-25	48	47	1
	Agente de Combate às Endemias	VII	01-25	15	12	3
	Técnico Agrícola	VIII	01-25	3	**0**	**3**
	Técnico em Raio X	VIII	01-25	3	**3**	**0**
	Técnico em Enfermagem	VIII	01-25	47	**44**	**3**
	Desenhista	XII	01-25	1	1	0
Sub-Total	(2)			**209**	**159**	**50**
Atividades de Nível Superior	Analista Administrativo	X	01-25	2	**1**	**1**
	Auditor Público Interno	XIII	01-25	2	**1**	**1**
	Fiscal Tributário	X	01-25	2	**1**	**1**
	Fisioterapeuta	XIII	01-25	3	**1**	**2**
	Fonoaudiólogo	X	01-25	1	0	**1**
	Nutricionista 20 H	X	01-25	1	**0**	**1**
	Nutricionista 40 H	XIII	01-25	1	**0**	**1**
	Assistente Social	XIV	01-25	4	**4**	**0**
	Bioquímico	XIV	01-25	3	**1**	**2**
	Enfermeiro	XIV	01-25	12	**12**	**0**
	Engenheiro Florestal	XI	01-25	1	**0**	**1**
	Engenheiro Ambiental	XI	01-25	1	1	**0**
	Procurador do Município	XIII	01-25	2	**2**	**0**
	Professor de Educação Física	IX	01-25	2	1	**1**
	Psicólogo 20H	XI	01-25	1	**1**	**0**
	Psicólogo 40H	XIV	01-25	2	0	**2**
	Veterinário	XI	01-25	2	**1**	**1**
	Contador	XV	01-25	1	**1**	**0**
	Engenheiro Agrônomo	XV	01-25	2	**2**	**0**
	Engenheiro Civil	XIII	01-25	2	**2**	**0**
	Dentista 20H	XII	01-25	4	**3**	**1**
	Dentista 40H	XV	01-25	5	**2**	**3**
	Médico	XVI	01-25	6	1	**5**
Sub-Total	(3)			**62**	**38**	**24**
Total Geral	(1+2+3)			**440**	**295**	**145**

M E N S A G E M

É com enorme prazer, que novamente nos reportamos a esta Casa de Leis, para submeter a apreciação e soberana deliberação de Vossa Excelência e demais Edis, projeto de lei que trata sobre: "**ALTERAR O ANEXO I , DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 96/2014, REFERENTE EXPANSÃO DE NÚMERO DE VAGAS DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O presente projeto tem por finalidade a expansão de vagas do cargo de Fiscal Tributário em 01 vaga, para adequação administrativa.

Neste sentido, é que se busca, com apoio deste Augusto Poder, a aprovação do Projeto de Lei em apreço, no menor espaço de tempo possível, valorizando assim, a harmonia entre os Poderes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 19 de setembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º.: 027/2017

Dispensa de Licitação de nº 06/2017

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: DIOCESE DE SÃO LUIZ DE CÁCERES, inscrita no CNPJ nº.:03.192.499/0013-08

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, devido ao término do prazo do contrato principal o qual também se submeteu ao indicie de cálculo baseado no **IGP-M/FGV,** para o reajuste de preço em 8,2624400%**,** referente a Locação de 01 (um) Imóvel , localizado na Av. Airton Senna da Silva, s/nº, Bairro Maracanã – Barra do Bugres – MT, para **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR AS INSTALAÇOES DO**

"CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS-SEDE" PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste município de Barra do Bugres-MT,

DO PRAZO; O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 12 (doze) meses, sendo de **02/08/2018** à **02/08/2019.**

Valor; O valor Global do presente Aditivo e de R$ **34.193,22** (Vinte mil Novecentos e Oitenta e Quatro Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO
SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL - SEMA/MT.

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, **CNPJ nº 03.507.522/0001-72,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente a RENOVAÇÃO da Licença de Instalação (LI), referente ao Loteamento Para Fins Residenciais **"Jardim das Flores"** localizado na Avenida Filinto Muller no perímetro urbano do município de Barra do Bugres/MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE CONTRATO N º.: 058/2018

TOMADA DE PREÇO nº.:01/2018

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, NCB CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº:12.878.273/001-12

DO OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato principal, referente a a contratação de Empresa do ramo pertinente de execução de Obras e Serviços de Engenharia, **PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ANGELO MASSON, PARA ATENDER O CONVENIO Nº 105-2013/SECID/MT"**, em conformidades com o Cronograma Físico-Financeiro**,**parte integrante deste processo licitatório.

DO PRAZO O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 120 (Cento e Vinte) dias, sendo de **03/08/2018 à 01/12/2018**

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º.: 026/2017

Dispensa de Licitação de nº 05/2017

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: DIOCESE DE SÃO LUIZ DE CÁCERES, inscrita no CNPJ nº.:03.192.499/0013-08

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, devido ao término do prazo do contrato principal o qual também se submeteu ao indicie de cálculo baseado no **IGP-M/FGV,** para o reajuste de preço em 8,2624400%**,** referente a Locação de 01 (um) Imóvel , localizado na Rua Boa Esperança, nº 7831, Bairro Maracanã – Barra do Bugres – MT, Fundos da Comunidade São Cristóvão, para **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR AS INSTALAÇOES DO "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS-EXTENSAO" PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** neste município de Barra do Bugres-MT.

PRAZO; O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 12 (doze) meses, sendo de **02/08/2018** à **02/08/2019.**

Valor; O valor Global do presente Aditivo e R$ **20.984,25**(Vinte Mil Novecentos e Oitenta e Quatro Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.335/2018

LEI MUNICIPAL Nº 2.335/2018

"Dispõe Sobre Abertura de Credito Adicional Suplementar e da Outras Providencias"

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 2.307/2017 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 744.000,00 (Setecentos e Quarenta e Quatro Mil)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	12 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos
Unid. Orç.	120.0.3 – Departamento de Serviço Urbanismo
Função	15 – Urbanismo
Sub-Função	452 – Serviços Urbana
Programa	8020 – Cidade Bonita
Proj. /Ativ.	1134 – OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
Elemento	4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Valor R$	**744.000,00**
Fonte	**0124000**

Art. 2º - Para cobertura dos créditos autorizados serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação Recurso Vinculado de Convênios no **R$ 744.000,00 (Setecentos e Quarenta e Quatro Mil),** conforme detalhamento:

Convenio/ Proposta	Objeto	Recurso	Valor R$
856512/ 2017	Recuperação de Estradas Vicinais padrão Alimentadora (PA Cabaças)	Vinculado	744. 000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°.2.306/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e na Lei Municipal nº. 2.305/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 18 dias do mês de setembro do ano de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.333/2018

LEI MUNICIPAL Nº 2.333/2018

Que altera a Lei Municipal nº 2.310/2018, que concede o repasse de subvenção social a Central das Associações do Assentamento Antônio Conselheiro – CENTAAC.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º -Fica alterado o Art.1º da Lei Municipal nº 2.310/2018, que concede repasse de subvenção a Central das Associações do Assentamento Antônio Conselheiro – CENTAAC, acrescendo a importância de R$ 21.280,00 (vinte e um mil, duzentos e oitenta reais), em razão do acréscimo de atividades a serem desenvolvidas pelo subvencionado.

Parágrafo Único - Compete a Secretaria de Saúde a distribuição do valor descrito no “caput” nas parcelas mensais transferidas a subvencionada, em conformidade com as atividades realizadas.

Art. 2° - A importância ora acrescida, será destinada ao pagamento de serviços de transporte de pacientes do Assentamento Antônio Conselheiro até o Município de Tangará da Serra.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO DE CONTABILIDADE

CONVITE

EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Barra do Bugres – MT, Srº. **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, em cumprimento ao disposto no Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº. 101/2000), que trata da elaboração Quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal, e o parágrafo 4º do artigo 9º da mesma Lei, que trata da apresentação em audiência pública, **CONVIDA** a população em geral através dos seus diversos segmentos sociais, a participar de Audiência Pública para prestação de contas referente ao 2º Quadrimestre do Exercício Financeiro do ano de 2.018.

A Audiência será realizada no dia 28 de Setembro (Sexta-Feira), a partir das 9:00 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Barra do Bugres – MT.

Atenciosamente,

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO
Prefeito Municipal

Praça Ângelo Masson, nº 1000 – Centro – Fones: (65) 3361-1921/33611922

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO

Eu, **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, brasileiro, divorciado, portador do RG: 0071541-7-8 SJSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 004.722.981-00, residente e domiciliado na Avenida Hitler Sansão, nº 207, Bairro Centro, nesta cidade, na qualidade de representante legal do Município de Barra do Bugres – MT, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do Município de Barra do Bugres – MT, relativo ao 2º Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2.018, foi publicado com a fixação no mural da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, e encontram-se disponíveis no site oficial do Município através do endereço eletrônico **http://www.barradobugres.mt.gov.br/Transparencia/RGF/.**

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, 20 de Setembro de 2.018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO
Prefeito Municipal

Praça Ângelo Masson, nº 1000 – Centro – Fones: (65) 3361-1921/33611922

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.334/2018

LEI MUNICIPAL Nº 2.334/2018

Dispõe sobre aumento de alíquota para suplementação de dotações orçamentárias.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em mais 5,11% (cinco inteiros e onze centésimos por cento) do total das despesas fixadas no orçamento do Município de Barra do Bugres do exercício de 2018, utilizando para esse fim, os recursos previstos no artigo 43 § 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme anexo I.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 18 dias do mês de setembro do ano de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI MUNICIPAL Nº 2.334/2018

SUPLEMENTAÇÃO

CONTA	PROJETO/ATIVIDADE			VALOR
2.004	**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	447.264,31
2.013	**MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	182.125,86
2.019	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**			
	3.190.110.000	101000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	604.922,08
2.025	**MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**			
	3.190.040.000	101000000	Contratação por Tempo Determinado	270.313,43
	3.190.110.000	101000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	463.101,23
2.029	**MANUTENÇÃO FUNDEB 40%**			
	3.190.110.000	119000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	730.883,40
2.030	**MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	40.301,32
2.094	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**			
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	806.264,09
2.050	**MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL**			
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	734.370,45
2.069	**MANUT. E ENCARGOS - UNIDADE DESCENT. DE REABILITAÇÃO - UDR**			
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	348.253,36
	TOTAL			**4.627.799,53**

ANULAÇÃO

2.004	**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS**			
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.986,97
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	3.437,19
2.005	**MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	79.934,41
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,42
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	833,43
2.006	**MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	69.885,63
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	8.320,16
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	183,88
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	3.851,72
2.007	**MANUTENÇÃO DA SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO**			
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	651,83
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	3.956,21
2.008	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS**			
	3.190.040.000	100000000	Contratação por Tempo Determinado	100,00
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	254.511,22
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	6.324,86
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	32.305,46
2.011	**MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CONTAB. E TESOURARIA**			
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	12.684,73
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.600,00
2.013	**MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO**			
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	1.997,85

2.018	**MANUTENÇÃO DA SEC. PLANEJ. ORÇAMENTO E CONTROLE**			
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	2.124,71
2.091	**MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	106.950,41
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	385,93
2.019	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**			
	3.190.130.000	101000000	Obrigações Patronais	9.670,78
	3.190.940.000	101000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.479,38
	3.191.130.000	101000000	Obrigações Patronais	2.891,83
2.025	**MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**			
	3.190.130.000	101000000	Obrigações Patronais	156.124,38
2.026	**MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**			
	3.190.040.000	101000000	Contratação por Tempo Determinado	525,00
	3.190.110.000	101000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	10.000,00
	3.190.130.000	101000000	Obrigações Patronais	105,00
	3.190.940.000	101000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	500,00
	3.191.130.000	101000000	Obrigações Patronais	105,00
2.028	**MANUTENÇÃO DO FUNDEB - 60%**			
	3.190.110.000	118000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	538.472,57
	3.191.130.000	118000000	Obrigações Patronais	94.662,07
2.029	**MANUTENÇÃO FUNDEB 40%**			
	3.190.040.000	119000000	Contratação por Tempo Determinado	150.411,51
	3.190.130.000	119000000	Obrigações Patronais	976,98
2.030	**MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES**			
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	375,48
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.000,00
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	2.889,42
	3.350.430.000	100000000	Subvenções Sociais	9.150,00
2.032	**MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CULTURA**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	30.638,32
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	1.817,49
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	658,65
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	3.042,79
2.094	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**			
	3.190.040.000	102000000	Contratação por Tempo Determinado	1.000,00
	3.190.130.000	102000000	Obrigações Patronais	50.035,91
	3.191.130.000	102000000	Obrigações Patronais	131.798,60
2.099	**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**			
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	4.200,00
	3.191.130.000	102000000	Obrigações Patronais	3.945,00
2.061	**MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMILIA - ESF**			
	3.190.040.000	142000000	Contratação por Tempo Determinado	1.001,00
2.062	**MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**			
	3.190.040.000	114000000	Contratação por Tempo Determinado	292.871,16
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	1.000,00
	3.190.110.000	142000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	1.000,00
	3.190.130.000	102000000	Obrigações Patronais	18.778,49
2.067	**MANUTENÇÃO DA REDE SAUDE MENTAL**			
	3.190.040.000	102000000	Contratação por Tempo Determinado	1.000,00
	3.190.040.000	114000000	Contratação por Tempo Determinado	1.000,00
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	14.698,89
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	14.291,64
	3.190.130.000	102000000	Obrigações Patronais	17.060,38
	3.190.940.000	102000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.000,00
	3.191.130.000	114000000	Obrigações Patronais	3.708,91
2.066	**MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS**			
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	15.623,57
2.068	**UCT - UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSÃO DE SANGUE**			
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	10.883,42
2.069	**MANUT. E ENCARGOS - UNIDADE DESCENT. REABILITAÇÃO - UDR**			
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	263.038,76
	3.191.130.000	102000000	Obrigações Patronais	11.160,43
2.092	**MANUT. DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA - SAMU**			
	3.190.040.000	102000000	Contratação por Tempo Determinado	500,00
	3.190.040.000	114000000	Contratação por Tempo Determinado	500,00
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	1.000,00
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	1.000,00
2.150	**MANUT. E ENCARGOS - AÇÕES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**			
	3.190.040.000	102000000	Contratação por Tempo Determinado	500,00
	3.190.040.000	114000000	Contratação por Tempo Determinado	500,00
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	300.400,00
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	258.633,00
	3.190.130.000	102000000	Obrigações Patronais	71.960,00
	3.190.130.000	114000000	Obrigações Patronais	51.400,00
	3.190.940.000	102000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	8.000,00
2.074	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS - FARMÁCIA MUNICIPAL**			

	3.190.130.000	102000000	Obrigações Patronais	3.581,66
	3.190.130.000	114000000	Obrigações Patronais	500,00
	3.191.130.000	102000000	Obrigações Patronais	840,00
2.070	**MANUT. E ENCARGOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**			
	3.190.040.000	102000000	Contratação por Tempo Determinado	100,00
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	31.675,94
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	53.736,26
	3.190.130.000	102000000	Obrigações Patronais	420,00
	3.190.940.000	124000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	986,00
	3.191.130.000	102000000	Obrigações Patronais	3.984,15
2.122	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA VIG. EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL**			
	3.190.040.000	102000000	Contratação por Tempo Determinado	1.831,83
	3.190.040.000	114000000	Contratação por Tempo Determinado	87.000,00
	3.190.110.000	102000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	5.000,00
	3.190.110.000	114000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	5.000,00
	3.190.130.000	114000000	Obrigações Patronais	19.297,58
	3.191.130.000	102000000	Obrigações Patronais	5.000,00
	3.191.130.000	114000000	Obrigações Patronais	1.000,00
2.047	**MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**			
	3.190.040.000	100000000	Contratação por Tempo Determinado	21.684,27
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	38.000,00
2.155	**MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**			
	3.190.040.000	129000000	Contratação por Tempo Determinado	60.000,00
	3.190.130.000	129000000	Obrigações Patronais	12.500,00
2.033	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	125.658,76
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00
2.081	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE IND. COM. TURISMO**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	160.588,81
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	949,90
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.000,00
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	21.090,03
2.053	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	11.762,59
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	6.325,41
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.000,00
2.055	**MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	39.053,78
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	24.920,75
2.056	**MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	69.770,95
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	7.000,00
2.059	**MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - D.A.E**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	71.424,94
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	6.000,00
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	20.396,70
2.085	**MANUTENÇAO DO GABINETE DO SECRETARIO**			
	3.190.940.000	100000000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	7.000,00
2.010	**MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS - RH**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	81.251,61
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	12.499,87
2.127	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**			
	3.190.110.000	100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	218.906,93
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	162.889,02
2.012	**T.I - MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**			
	3.190.130.000	100000000	Obrigações Patronais	6.487,16
	3.191.130.000	100000000	Obrigações Patronais	7.671,80
	TOTAL			**4.627.799,53**

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.332/2018

LEI MUNICIPAL Nº 2.332/2018

Regulamenta a coleta seletiva voluntária em todos Órgãos Públicos do Município de Barra do Bugres, e dá outras providencias.

Considerando que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12. 305/2010, Decreto 7.4040/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Considerando a Lei Complementar nº 064/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município Barra do Bugres, de acordo com a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Barra do Bugres, conforme estabelece a Lei nº 2.288/2017 que aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico, de acordo com a Lei 2.

289/2017 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Barra do Bugres.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - Instituir a separação e coleta seletiva voluntária, dos resíduos sólidos nos órgãos públicos do Município de Barra do Bugres, em recipiente diferenciado, cada órgão será responsável de providenciar o recipiente identificando os resíduos em (úmido e secos).

Art.2º - A coleta seletiva prevista nesta lei, consiste na separação dos resíduos (úmidos, secos e/ou descartados). O recolhimento dos resíduos secos nos órgãos públicos do Município de Barra do Bugres, será realizada por catadores de material reciclável que atuam no município.

§1º - Resíduos recicláveis descartados: são materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos públicos e entidades da administração pública direta e indireta. Entende-se por resíduos secos;

I - papéis, papelão, agendas, cadernos, revistas, livros,(estes evite amassar ou rasgar).

II - plásticos, embalagens de produtos de limpeza, (garrafas pet, embalagens tetra park, latinhas), estes deverão ser lavados antes do descarte.

§2º - Não misturar no recipiente de resíduos secos os materiais; papel higiênico, fraldas descartáveis, guardanapos sujos, embalagens pet, copos descartáveis sujos , restos de alimentos, material contaminado, marmitex, isopor de marmita, coador de café, materiais cortantes e contaminantes, resíduos de saúde(seringas, ataduras,

Art.3º - O Poder Público Municipal deverá promover periodicamente campanhas educativas em conjunto com outras secretarias e sociedade civil, Ministério Público, nos meios de comunicação, realizar palestras nas escolas e desenvolver programas de informação, através de cartilhas folhetos explicativos, indicando como realizar a separação correta dos resíduos sólidos, desde a separação até a coleta seletiva .

Parágrafo Único: É vedada a comercialização do material reciclável pelo órgão público gerador, bem como outa forma de destinação que não seja a doação aos catadores de material reciclável.

Art.4º - A coleta dos resíduos secos, será realizada por catador de material reciclável, uma vez na semana, cada órgão público, será responsável por organizar, estabelecer a logística de dia, horário e a melhor forma de realizar a coleta no local.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º.: 028/2017

Dispensa de Licitação de nº 07/2017

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: DIOCESE DE SÃO LUIZ DE CÁCERES, inscrita no CNPJ nº.:03.192.499/0013-08

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, devido ao término do prazo do contrato principal o qual também se submeteu ao indicie de cálculo baseado no **IGP-M/FGV,** para o reajuste de preço em 8,2624400%**,** referente a Locação de 01 (um) Imóvel, localizado na Av. Airton Senna da Silva esquina com a Rua Parecis, Bairro Maracanã – Barra do Bugres – MT, para **INSTALAÇÃO DAS SALAS ANEXAS DA CRECHE MUNICIPAL MENINO JESUS" PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** neste município de Barra do Bugres-MT.

DO PRAZO; O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 12 (doze) meses, sendo de **02/08/2018** à **02/08/2019.**

Valor; O valor Global do presente Aditivo e de **R$ 25.513,08** (Vinte e Cinco Mil Quinhentos e Treze Reais e Oito Centavos),

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 70-2018 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: TODAS AS SECRETARIAS

Objeto Registro de Preçosparafutura e eventualcontratação de empresa para aquisição de recargas de gás de cozinha, para atender todas as Secretarias.

Realização: 08 de outubro de 2018 às 08:00 horário de Cuiabá.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 19 de setembro de 2018.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 286/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 424 DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.

O SECRETARIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 31832, de 24 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de setembro de 2018.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 06.09.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 560 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe pela anulação da posse dos servidores reprovados na perícia médica, inerentes ao cargo para o qual se candidataram na condição de PcD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 32735 de 03 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Anular a posse d*os* servidores*,* em razão do não preenchimento das condições impostas no item 7.15 do Edital do concurso Público de 2017.

a) - Neuzenir Silva de Abreu Oliveira - nomeada através *do* Decreto nº 667 de 28/12/2017;

b) - Aline do Nascimento Ferreira - nomeada através do Decreto nº 002 de 04.01.2018;

c) - Jose Sergio dos Santos Vicente - nomeado através do Decreto nº 503 de 25.09.2017.

d) - Maria Margareth Mendonça - nomeado através do Decreto nº 503 de 25.09.2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de setembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 19.09.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 71/2018 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria de Municipal de Saúde

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de diárias de hotel para hospedagem para eventos institucionais e culturais, de iniciativa própria ou a título de participação, envolvendo solenidade, reuniões, premiações, treinamentos, workshops, festivais, feiras e outros eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com a necessidades da secretaria municipal de Saúde.

Realização: 04 de outubro de 2018 às 09:00 horário de Brasília

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 19 de setembro de 2018.

Ronaldo de Lima

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 286/2018

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 440/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a)**JOILSON ADRIANO RODRIGUES**,brasileiro(a) residente e domiciliado(a) na Rua do Cruzeiro, nº 63, Bairro Vila Irene, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 1132400-7 SJ/MT e CPF n.º 958. 092.951-34, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **JOILSON ADRIANO RODRIGUES,** no cargo de **Guarda**, para exercer suas funções na Escola Municipal Clarinopolis, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais**, em substituição ao servidor Wesley Ronivon dos Santos que foi removido para o noturno para cobrir férias dos servidores Rubens Danciguer Barbosa e Joao de Deus da Silva, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 de setembro de 2018 a 31 de março de 2019.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 671,53 (seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos) e mais complemento salarial de R$ 282,47 (duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** orçamentaria
07	003	12	361	1004	20070	3	1	90	04	00	0	1	19	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico.

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de agosto de 2018.

_____

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 451/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ANA MARIA CRUZ SILVA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Tiradentes, nº 03, LT 1222, Centro, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1095097-4 SJ-MT e CPF n.º 858. 403.271-15, daqui por diante denominada(o) Contratada (o), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ANA MARIA CRUZ SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, para exercer suas funções na Escola Municipal Eduardo Benevides Lindote, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em substituição a professora Angela Maria de Andrade que está de atestado médico por 60 dias, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de agosto de 2018 e término em 19 de outubro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1, 841, 54 (UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de agosto de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N° 009/2018

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N° 009/2018

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, torna pública a contratação da prestação de serviços:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 009/2018

FORNECIMENTO DE VEICULO AUTOMOTIVO, TIPO SEDAN ZERO QUILOMETRO, CONFORME O EDITAL DE LICITAÇÃO 001/2018

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES, CNPJ: 02.332.486/0001-90;

CONTRATADA: DISVECO LTDA, CNPJ: 02.971.360/0001-66;

OBJETO: Constitui-se objeto deste instrumento de contrato, o fornecimento pela CONTRATADA AO CONTRATANTE do item licitado através do Edital de Licitação nº 001/2018, e devidamente homologado no processo em tela, a saber: "Veículo automotivo, tipo sedan, zero quilômetro, no atendimento às necessidades administrativas do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES", nas condições constantes no Termo de Referência nº 009/2018.;

PRAZO: 30 (trinta) dias;

DATA DE INÍCIO: 06/09/2018;

VALOR GLOBAL*:* R$ 107.500,00 (Cento e sete mil e quinhentos reais);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 44.90.52.00 – Aquisição de Veículo.

Cáceres/MT, 06 de Setembro de 2018.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

Afixado em 06.09.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 551 DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 38558 de 10 de setembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o servidor **JOÃO PEDRO SILVA LACE** – Técnico informática, do cargo de Gerência de Avaliação e Controle, concebido através do Decreto nº 343 de 24 de maio de 2018 da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 10 de setembro de 2018.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de setembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 12.09.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 558 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 39426 de 16 de setembro de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora **CÁSSIA INGREDS TOLEDO PEREIRA** – Ouvidora, lotada na Controladoria do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 27 de setembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de setembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 18.09.18

LEI N° 2.687 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Artigo 1º - Fica aberto, ao Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 64.238,00 (sessenta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais).

Artigo. 2º - O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal Educação, pelas inclusões de Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elementos de Despesas, Fonte de Recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	07 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	02 – COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 – Educação
Subfunção:	362 – Ensino Médio
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj/Atividade:	**1.264 – AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL**

Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	0.1.01 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2. 238,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	0.1.22 Transferências de Convênios - Educação	62. 000,00
Total do Crédito Adicional Especial.....		**64. 238,00**

Artigo 3° - Os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos da anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação:

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	02 - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 – Educação
Subfunção:	365 – Educação Infantil
Programa:	1.004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj/Atividade:	**1.243 – AQ MOBIL EQ.E MAT PERM PARA UNIDADES - EDUCAÇÃO INFANTIL**

Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	0.1.22 Transferências de Convênios - Educação	62. 000,00

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	02 - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 – Educação
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental
Programa:	1.004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj/Atividade:	**1.075 – REFORMA, AMPLIACAO OU ADEQUACAO DE UNIDADES ESCOLARES - EF**

Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	0.1.01 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2. 238,00
Total do Crédito Adicional Especial.....	**64.238,00**	

Artigo 4º - A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.627, de 26 de dezembro de 2017 - LOA/2018, Lei nº 2.622, de 26 de dezembro de 2017 - LDO/2018 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017 - PPA/2018-2021 e suas alterações.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cáceres/MT, 14 de setembro 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69, 70, 71, 72, 73 E 74-2018 PREGÃO ELETRONICO N° 19-2018 COM REGISTRO DE PREÇO

Interessada: Secretarias Assistência Social e Turismo e Cultura.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Interessado: Todas as Secretarias desta Prefeitura.

Objeto: Registro de Preço para futura contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços em Locação de Estrutura Geral para o 37º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres-FIPe e demais Eventos Institucionais e Culturais de iniciativa própria ou a título de participação de convênio, envolvendo solenidades, seminários, encontros, palestras, cursos, conferências, reuniões, premiações, treinamento, workshops, festivais, feiras e outros eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da SMTC, para cumprir o calendário e atender a demanda das Secretarias: Assistência Social e Turismo e Cultura..

Empresas Vencedoras:

MC MAIS LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA EVENTOS EIRELLI – ME – CNPJ: 09.625.148/0001-96 – Valor Total R$ 86. 795,00 (oitenta e seis mil setecentos e noventas e cinco reais);

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	Valor Unitário	Valor Total
01	**LOCAÇÃO DE JOGOS DE MESA COM 04 CADEIRAS DE PLÁSTICO** POLIPROPILENO, SEM BRAÇO, NA COR BRANCA E EMPILHÁVEIS.	UND	**5,88**	**8.820,00**
25	**FECHAMENTO LATERAL PARA TENDA 10x10m** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FECHAMENTO LATERAL BRANCO PARA TENDA 10 x 10m TAMANHO 10m x 3m ALTURA, QUE FECHE TODA A TENDA. BORDAS E CORPO	Diária	**76,00**	**11.400,00**
26	**FECHAMENTO LATERAL PARA TENDA 5x5m** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FECHAMENTO LATERAL BRANCO PARA TENDA 5 x5m TAMANHO 5m x 3m ALTURA, QUE FECHE TODA A TENDA. BORDAS E CORPO	Diária	**45,00**	**6.750,00**
35	**LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR EVAPORIZADOR** LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E TRANSPORTE DE CLIMATIZADOR EVAPORIZADOR, PARA USO EM EVENTOS COM NIVEL DE RUÍDO DE 78 DBA, ALCANCE DE 30 METROS, 220V MONOFÁSICO COM IVERSOR DE FREQUENCIA, VAZÃO DE AR 38.000 m³/H.	Diária	**549,00**	**27.450,00**
36	**LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR EVAPORIZADOR PORTÁTIL**: LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E TRANSPORTE, TIPO PEDESTAL OU PENDURADO NO TETO, COM RESERVATÓRIO DE ÁGUA – COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS, AUTONOMIA DE 10 A 12 HORAS POR ABASTECIMENTO, ALCANCE FRONTAL MINIMO DE 15 METROS, NIVEL DE RUÍDO MÁXIMO DE 70DB, FLUXO DE AR 5. 000M³/H 110V OU 220V.	Diária	**249,00**	**24,900,00**
40	**LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PCD** LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL, PORTÁTIL, PARA DEFICIENTES FÍSICOS USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO DIÁRIA E DESMONTAGEM, EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÕES PADRÕES, QUE PERMITAM A MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA DE RODAS DO USUÁRIO NO INTERIOR DO BANHEIRO, COMPOSTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇAS QUE ATENDAM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS EM NORMAS TÉCNICAS APROVADAS PELOS ÓRGÃOS OFICIAIS COMPETENTES. DIÁRIA.	Diária	**299,00**	**7.475,00**

DAINA LIMA DE ALMEIDA EPP – CNPJ: 04.433.214/0001-02 – Valor Total R$ 198.600,00 (cento e noventa e oito mil, seiscentos reais);

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	Valor Unitário	Valor Total
02	**ESTANDE - BÁSICO INTERNO** MONTAGEM BÁSICA, COM PAREDES COM PAINÉIS TS TIPO OCTANORM OU SIMILAR, PISO REVESTIDO COM CARPETE NA COR AZUL, ILUMINAÇÃO TIPO ARANDELA, TESTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO COM NOME, NA MEDIDA DE ACORDO COM O PROJETO, TOMADAS E PONTOS DE LUZ, PONTO DE INTERNET, COM OU SEM FECHAMENTO DE TETO.	M²	**216,00**	**151. 200,00**
03	**ESTANDE - BÁSICO INTERNO** MONTAGEM BÁSICA, COM PAREDES COM PAINÉIS TS TIPO OCTANORM OU SIMILAR, PISO REVESTIDO COM CARPETE NA COR AZUL, ILUMINAÇÃO TIPO ARANDELA, TESTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO COM NOME, NA MEDIDA DE ACORDO COM O PROJETO, TOMADAS E PONTOS DE LUZ, PONTO DE INTERNET, COM OU SEM FECHAMENTO DE TETO.	M²	**216,00**	**43. 200,00**
48	**LOCAÇÃO DE MESAS** CONJUNTO DE MESAS COM 04 CADEIRAS DE PLÁSTICO COM CERTIFICAÇÃO ENORMAS INMETRO.	Diária	**14,00**	**4. 200,00**

BRAVO PRODUÇÕES ARTISITICAS LTDA – CNPJ: 02.435.563/0001-38 Valor Total R$ 256.270,00 (Duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta reais);

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	Valor Unitário	Valor Total
05	**LOCAÇÃO DE CONTAINER CAMARIN** LOCAÇÃO DE CONTAINER MEDINDO 6,00M COMPRIMENTO x 2,30M LARGURA x 2,50M ALTITUDE; 01 PORTA DE ACESSO E COM LUZ DE EMERGENCIA NO INTERIOR; 02 JANELAS MAXIM-AR; 02 PONTOS DE ILUMINAÇÃO; 01 ABERTURA PARA AR CONDICIONADO COM TOMADA DE 220 VOLTS; 01 AR CONDICIONADO DE PARADE 12.000 BTUS 220 VOLTS; 02 TOMADAS ELETRICAS 2P+T 110 VOLTS; 01 FRIGOBAR CAPACIDADE MINIMA 68LITROS 110/220 VOLTS; REVESTIMENTO EM PVC, PISO EM COMPENSADO NAVAL; INSTALAÇÃO ELÉTRICA BIFÁSICA ATÉ A SAÍDA DO CONTAINER, COM ISOLAENTO TÉRMICO.	Diária	**1. 449,00**	**43. 470,00**
17	**PALCO TAMANHO 4 X 7** LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA PARA MONTAGEM DE PALCO, PALCO COBERTO EM TELHAS GALVANIZADAS E OU LONA ANTI EXTINGUÍVEL COM BLACK-OUT NA COR CINZA E PRETA MED.04.00 M DE FRENTE (BOCA DE CENA) POR 07.00 PROFUNDIDADE COM PÉ DIREITO DE ATÉ 8.00 METROS PARA CENÁRIO POR 2.00 DO SOLO AO PISO COM SUSTENTAÇÃO DE LUZ NO TETO DE ATÉ 2.000 KILOS DISTRIBUÍDOS E COM MARCAÇÃO DE LIMITE DE SEGURANÇA DE PALCO FIXADO NO PISO COM FITA FOTO LUMINESCENTE, FECHADO FUNDOS E LATERAIS EM TELAS ORTOFÔNICAS PRETAS COM ART DE MONTAGEM, DEVENDO ESTAR DISPONIBILIZADO EM	Diária	**2. 200,00**	**44. 000,00**

	LOCAL E HORÁRIO DETERMINADOS PREVIAMENTE. **OBS.: COM HOUSE MIX PARA MESA E CONTROLE DE SOM E COM AREA DE SERVIÇO COBERTA LATERAL AO PALCO, PARA SUPORTE DE SHOW E EVENTO.**			
18	**LOCAÇÃO DE PLACAS DE FECHAMENTOS** PLACAS DE FECHAMENTOS EM CHAPAS 19 CORRUGADA COM 20 DOBRAS DE MM, 2,20 METROS DE ALTURA, SENDO 2 METROS DE LARGURA, COM ARMAÇÃO EM VOLTA DE METALÃO NA MEDIDA DE 20 MM X 30 M EM CHAPA 16 SOLDADO COM PÉ LATERAL.	MT LINEAR	**27,80**	**83.400,00**
24	**LOCAÇÃO DE TENDA 5X5M** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA, NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 05 METROS DE FRENTE X 05 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 02 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, FIXADO COM CABO DE AÇO, COBERTURA DO TIPO PIRÂMIDE OU CHAPÉU DE BRUCHA, COM LONA BRANCA, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL.	Diária	**190,00**	**38.000,00**
46	**LOCAÇÃO DE PALCO 10 X 8** LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METALICA PARA PALCO, PALCO COBERTO EM TEHAS GALVANIZADAS E OU LONA ANTI EXTINGUIVEL COM BLACK OUT NA COR CINZA E PRETA MED 10 METROS DE FRENTE (BOCA DE CENA) POR 7 DE PROFUNDIDADE COM PÉ DIREITO DE ATE 8 METROS PARA CENARIO POR 2 DO SOLO AO PISO COM SUTENTAÇÃO DE LUZ NO TETO DE ATE 2000 KILOS DISTRIBUIDOS, FECHADO NOS FUNDOS E LATERAIS EM TELAS ORTOFONICAS PRETAS COM ART DE MONTAGEMN, DEVENDO ESTAR DISPONIBIIZADO EM LOCAL E HORARIO DETERMINADOS PREVIAMENTE.	Diária	**4.740,00**	**47.400,00**

OPÇÃO LOCAÇÃO E COMERCIO DE SOM E LUZ LTDA – CNPJ: 07.655.369/0001-81 Valor Total R$ 1.652.400,00 (Um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos reais);

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	Valor Unitário	Valor Total
06	**LOCAÇÃO DE CONTAINER BANHEIRO** MEDINDO 6,00M COMPRIMENTO x 2,30M LARGURA x 2,50M ALTURA; 01 PORTA DE ACESSO E COM LUZ DE EMERGENCIA NO INTERIOR, 01 ABERTURA PARA AR CONDICIONADO COM TOMADA DE 220 VOLTS; 01 AR CONDICIONADO DE PARADE 12,000 BTUS 220 VOLTS; 06 VASOS SANITÁRIOS COM CAIXA ACOPLADA COM 06 BOX E PORTAS DE ACESSO INTERNO, BANCADA COM PIAS E TORNEIRAS, ESPELHO DE APROXIMADAMENTE 1x2M, PORTA SABÃO LIQUIDO, PORTA PAPEL TOALHA, 02 PONTOS DE LUZ, INSTALAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT COM INTERRUPTOR, ENCANAENTO HIDRÁULICO, ISOLAMENTO TÉRMICO, LIMPEZA DIÁRIA DA CAIXA DE DEJETOS, INSTALAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 1000 LITROS, RAMPA DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	Diária	**2.400,00**	**48.000,00**
14	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P32 3 X 6** LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED P32 INDOOR DISTÂNCIA ENTRE PIXELS: 10 MM, ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 140º, ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL: 140º, DIMENSÕES DO GABINETE: 576 X 576 X 75 MM (LXAXP),- RESOLUÇÃO DO GABINETE: 64 X 64 PIXELS, CONSTRUÇÃO DO GABINETE: ALUMÍNIO,- BRILHO >1100 CD/M2, NÍVEIS DE CINZA: 4096, CORES: 16,7 MILHÕES, REFRESH RATE: 800 HZ, FRAME RATE: 60 HZ, AJUSTE DE BRILHO 256 NÍVEIS. COM ART DE MONTAGEM.	Diária	**2.300,00**	**57.500,00**
16	**PALCO TAMANHO 10 X 10** LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA PARA MONTAGEM DE PALCO, PALCO COBERTO EM TELHAS GALVANIZADAS E OU LONA ANTI EXTINGUÍVEL COM BLACK-OUT NA COR CINZA E PRETA MED.10.00 M DE FRENTE (BOCA DE CENA) POR 10.00 PROFUNDIDADE COM PÉ DIREITO DE ATÉ 8.00 METROS PARA CENÁRIO POR 2.00 DO SOLO AO PISO COM SUSTENTAÇÃO DE LUZ NO TETO DE ATÉ 2.000 KILOS DISTRIBUÍDOS E COM MARCAÇÃO DE LIMITE DE SEGURANÇA DE PALCO FIXADO NO PISO COM FITA FOTO LUMINESCENTE, FECHADO FUNDOS E LATERAIS EM TELAS ORTOFÔNICAS PRETAS COM ART DE MONTAGEM, DEVENDO ESTAR DISPONIBILIZADO EM LOCAL E HORÁRIO DETERMINADOS PREVIAMENTE. **OBS.: COM HOUSE MIX PARA MESA E CONTROLE DE SOM E COM AREA DE SERVIÇO COBERTA LATERAL AO PALCO, PARA SUPORTE DE SHOW E EVENTO.**	Diária	**5.000,00**	**100.000,00**
19	**LOCAÇÃO DE GRADES INIBIDORAS** TUBOS PRODUZIDOS EM AÇO DE 1 ½ CHAPA 16 QUADRO EXTERNO, COM GRADIL INTERNO, PRODUZIDO COM TUBO DE ½ CHAPA 16 FIXADO COM SUPORTE PRODUZIDO EM TUBO DE AÇO DE 2 E CHAPA 14, MEDINDO 2,25 X 1,20M, UTILIZADO PARA INIBIR A TRAVESSIA E/OU A CONDUÇÃO DE PESSOAS. PADRÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DE MATO GROSSO.	MT LINEAR	**9,80**	**29.400,00**
20	**LOCAÇÃO DE MONTAGEM DE PISO** (TIPO TABLADO) MONTAGEM DE PISO EM MADEIRA REFORÇADA, TAMANHO VARIADO, DE ACORDO COM A METRAGEM SOLICITADA, ELEVADO ATÉ 20 CM, COM REVESTIMENTO. COM CONSTRUÇÃO DE RAMPAS EM DECLÍNIO PROPORCIONAIS AO TAMANHO DO PISO MONTADO PARA ENTRADA E SAÍDA DE P.N.E.	MTS	**25,00**	**175.000,00**
27	**COBERTURA ESPECIAL TIPO GEO SPACE** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE COBERTURA TIPO TÚNEL GEODÉSICO - ESTRUTURA GEODÉSICA NO FORMATO DE ARCO TIPO TÚNEL, MEDINDO 18,51M DE FRENTE (BOCA) X 30,00 METROS DE PROFUNDIDADE X 9,225 DE ALTURA INTERNA CENTRAL, PROFUNDIDADE COM MEDIDA MULTIPLA DE 4,31 DISTANCIA ENTRE ARCOS. MATERIAL DA ESTRUTURA FABRICADO EM ALUMÍNIO DO TIPO DURALUMÍNIO LIGA 6351 T6, NO FORMATO DE TRELIÇAS, CONFECCIONADOS COM SOLDA LIGA 5356, CERTIFICADO POR ORGÃO COMPETENTE. ARCOS DE TRELIÇAS TRAVADOS ENTRE SI POR LONGARINAS DE CONTRAVENTAMENTO RETANGULAR, EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO DO TIPO DURALUMÍNIO OBEDECENDO MESMAS ESPECIFICAÇÕES DE LIGA E SOLDA. ARCOS DIMENSIONADOS PARA CARGA DE 30 KGF/M E TRAVESSAS DE LONGARINAS DIMENSIONADOS PARA CARGA DE 10 KGF/. REVESTIMENTO DA ESTRUTURA DE TÚNEL EM LONAS MP 1400F24 NAS OPÇÕES DE TRANSLÚCIDA, BRANCA E PRETA, BANCA E BRANCA, DUAS FACES, ANTI-CHAMA E ANTI-FUNGO. ESTRUTURA FIXADA AO PISO POR MEIO DE SAPATA EM AÇO ESPECIAL DO TIPO AÇO CARBONO LIGA 6013, FIXADOS COM PARAFUSOS DE 5/8" OU ESTACA LONGA. TODA A ESTRUTURA É CONTRA VENTADA EM CABOS DE AÇO DE SUSTENTAÇÃO NO FORMATO DE X, E ESTAIADOS AO SOLO POR PONTEIRAS LONGAS DO TIPO ESTACA ASA, CABOS DE AÇO E ESTICADORES	Diária	**15.000,00**	**300.000,00**
28	**SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDA GALPÃO** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA GALPÃO COM LARGURA DE 15 METROS DE FRENTE (BOCA) E COMPRIMENTO 30 METROS, COM VÃOS DE 05 METROS, PLANEJADO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO EVENTO DEPENDENDO DO NÍVEL DO LOCAL, PÉ DIREITO MEDINDO 06 METROS, PÉS LATERAIS MEDINDO 3,50 METROS DE ALTURA, ESTRUTURA EM FERRO TRILAÇADO GALVANIZADO A FOGO ANTI-FERRUGEM E EXTREMAMENTE RESISTENTE, SISTEMA DE FIXAÇÃO AO SOLO (FITA-CATRACA), AMARRAÇÃO EM CABO DE AÇO, COBERTURA NO FORMATO DE DUAS EM LONA VINÍLICA NA COR BRANCA COM TRATAMENTO ESPECIAL E REVESTIMENTO SINTÉTICO, BLACK OUT (RETENÇÃO DE LUZ SOLAR), ANTI-MOFO, ANTI UV, ANTI IV E AUTO EXTINGUÍVEL.	Diária	**9.000,00**	**180.000,00**
31	**LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR** MÓVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 180KAV	Diária	**2.750,00**	**82.500,00**

	– TRIFÁSICO, TENSÃO440/380/220/110-VAC,60HZ, DISJUNTOR DE PROTEÇÃO, SILENCIADO EM NÍVEL DE RUÍDO SONORO DE 32 DB @ 1.5 METROS, ACOPLADO A UM CAMINHÃO POR MEIO DE GRAMPOS FIXADOS NO CHASSI PARA TRANSPORTE RÁPIDO, COM 02 JOGOS DE CABOS DE 95MM/4LANCES/25METROS FLEXÍVEIS (95MMX4X25M), QUADRO DE BARRAMENTO DE COBRE PARA CONEXÃO INTERMEDIÁRIA COM ISOLARES E CHAVE REVERSORAPARADUASFONTES DE ENERGIA ELÉTRICA DIMENSIONADA DE ACORDO COM A POTENCIA DE GRUPO GERADOR, INCLUÍDO CUSTO DE MONTAGEM COM PONTO DE ATERRAMENTO PARA PROTEÇÃO.			
32	**LOCAÇÃO DE CAMAROTE**: CAMAROTE DE 40X15 MTS, COM 03 NIVEIS DE PISO COM 1,10 DE ALTURA COBERTA COM TENDA PIRAMIDE E CERCADO COM GRADE DE SEGURANÇA DE 1X2 COBERTO COM TENDA. INCLUINDO DESPESAS COM TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM	Diária	**16. 800,00**	**336. 000,00**
33	**LOCAÇÃO DE CAMAROTE**: CAMAROTE 13,50X4,50, COM 02 NIVEIS DE PISO, COM 1,10 DE ALTURA COBERTA COM TENDA PIRAMIDE E CERCADO COM GRADE DE SEGURANÇA DE 1X2 COBERTO COM TENDA. INCLUINDO DESPESAS COM TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM.	Diária	**2. 250,00**	**45. 000,00**
34	**LOCAÇÃO DE CAMAROTE** 09X4,5 COM 02 NIVEIS DE PISO , COBERTO TENDA E 20 BASTÃO, E CERCADO COM GRADE DE SEGURANÇA DE 1X2 COBERTO COM TENDA. INCLUINDO DESPESAS COM TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM	Diário	**2. 080,00**	**41. 600,00**
37	**LOCAÇÃO DE TENDA 4,5 X 4,5** LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, FECHADA, TAMANHO 4,5 X 4,5 METROS, COM COBERTURA EM LONA BRANCA BLACK-OUT ESTILO PIRAMIDAL, COM BASE EM ESTRUTURA METÁLICA, CONSTITUÍDA E COMPOSTA DE CALHAS INTEIRIÇAS LATERAIS PARA CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUA E ABERTURA SUPERIOR COM PROTETOR TRIANGULAR TIPO CHAPÉU PARA EVENTO EVASÃO DO AR QUENTE. ALTURA DE 3,50 METROS EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO LATERAL. DIÁRIA.	Diária	**243,00**	**85. 050,00**
38	**LOCAÇÃO DE TENDA 10X 10** LOCAÇÃO DE TENDAS PIRAMIDAL, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, FECHADA, TAMANHO 10 X 10 METROS COM COBERTURAS EM LONA BRANCA BLACK-OUT ESTILO PIRAMIDAL, COM BASE EM ESTRUTURA METÁLICA CONSTITUÍDA E COMPOSTA DE CALHAS INTEIRIÇAS LATERAIS PARA CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO. DIÁRIA.	Diária	**1. 390,00**	**69. 500,00**
39	**LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO** LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL, PORTÁTIL, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO DIÁRIA E DESMONTAGEM, EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,16M DE FRENTE X 1,22M DE FUNDO X 2,10 DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO, PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL. DIÁRIA.	Diária	**245,00**	**12. 250,00**
43	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 800 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 800 PESSOAS. 01 MESA DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 48 MOVINGS / 160 REFLETORES E 200 CENAS / 1 INTERCOM DE 4 VIAS, 24 REFLETORES – FOCO 1 DE 1000 WATTS, 12 REFLETORES – FOCO 5 DE 1000 WATTS, 8 ACL / 6 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 2 MINI BRUTE DE 6 LAMPADAS, 2 MAQUINAS DE FUMAÇA NO MINIMO 1500 WATTS, 2 VENTILADORES, 24 CANAIS DE DIMMER DIGITAL / 1 MAIN POWER – DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVES DE CHAVE REVERSORA 220/380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125 A / TRELIÇAS E MEIO BOX EM ALUMINIO – 8 MEIO BOX TRUSS, 32 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS, 8 METROS DE LINEAR P30 DE 2 METROS, 8 METROS	Diária	**990,00**	**49. 500,00**
	DE LINEAR DE P30 1 METRO, 4 PEÇAS SLEEVE, 4 PEÇAS PAU DE CARGA, 4 PEÇAS BASE TUBULAR, 8 ALGEMAS DUPLAS, 4 TALHAS 1 TONELADA / CORRENTE DE 10 METROS, 8 CINTAS PAEA SUPORTAR 100 KG CADA CINTA, 4 BALDES Diária			
44	**LOCAÇÃO DE SOM PARA 3000 PESSOAS**. LOCAÇÃO E OPERAÇAO DE SOM PARA 3 MIL PESSOAS. 01 PROCESSADOR DIGITAL / 01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, / 01 ANALISADOR DE ESPECTRO DIGITAL, / M01 CD PLAYER, / 02 CAIXAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MESAS DE P.A E MONITOR, / 01 MESA DIGITAL 32 CANAIS COM 06 GRUPOS DE VCA, 01 MESA DIGITAL32 CANAIS COM 16 VIAS DE MONITOR / P.A, 24 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA , / 08 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATIVEIS COM O SISTEMA / 24 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MINIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS / 04 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATIVEL COM O SISTEMA / SIDE 08 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MINIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA / 02 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATIVEL COM O SISTEMA / 04 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MINIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL COMPATIVEL COM O SISTEMA /MONITOR – 01 CD PLAYER / 01 MULTI CABO 56 VIAS -60. PA 5 MONITORES METROS / 08 GARRAS GLAMP. 20 PEDESTAIS GIRAFA, 06 PEDESTAIS PEQUENOS, 05 SUB SNAKE NO MINIMO 06 VIAS COM CABO DE 20 METROS, 05 REGUAS DE AC EM FERRO / 08 MONITORES CONTENDO NO MINIMO 01 ALTO FALANTE DE 8 E 1 DRIVER DE TITANIUM DE 1 POLEGADA AMPLIFICADOS DIGITAL E PROCESSADOS / 1 CAIXA SUB PROCESSADA E AMPLIFICADA / MICROFONES – 06 SM 58 OU SIMILAR, 08 SM 57 OU SIMILAR, 02 SM 58 UHF SEM FIO OU SIMILAR, 4 MICROFONES CONDENSER 81 OU SIMILAR, 01 D 52 OU SIMILAR, 04 SHOT GUN OU SIMILLAR PARA CORAL, DIRECT BOX, 04 DIRECT BOX ATIVO, 10 DIRECT BOX PASSIVO / 01CABÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS, 01 CAIXA CONTENDO 4 ALTO FALANTES DE 10 POLEGADAS, 01 CAIXA COM 1 FALANTE DE 15 POLEGADAS / 1 CABEÇOTE VALVUADO 800 WATTS COM 1 CAIXA CONTENDO 4 ALTO FALANTES DE 8 POLEGADAS / 8 CANAIS DE POWER PLAY / 8 FONES DE OUVIDO / 01 MAIN POWER COM ESTABILIZADOR DE 5000 WATTS COM CHAVE REVERSORA 220V/380V CONTENDO: 08 TOMADAS 220V, 08 TOMADAS 110V COM DISJUNTOR DE 125 AMPERES.	Diária	**1. 480,00**	**14. 800,00**
45	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 3 MIL PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 3 MIL PESSOAS. 01 MESA DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 48 MOVINGS / 160 REFLETORES E 200 CENAS / 1 INTERCOM DE 4 VIAS, 30 REFLETORES – FOCO 1 DE 1000 WATTS, 18 REFLETORES – FOCO 5 DE 1000 WATTS, 12 ACL / 2 STROBO ATOMIC DMX 300 WATTS, 6 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 4 MINI BRUTE DE 6 LAMPADAS, 2 MAQUINAS DE FUMAÇA NO MINIMO 1500 WATTS, 2 VENTILADORES, 36 CANAIS DE DIMMER DIGITAL / 1 MAIN POWER – DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVES DE CHAVE REVERSORA 220/380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125 A / TRELIÇAS E MEIO BOX EM ALUMINIO – 10 MEIO BOX TRUSS, 36 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS, 8 METROS DE LINEAR P30 DE 2 METROS, 8 METROS DE LINEAR DE P30 1 METRO, 4 PEÇAS SLEEVE, 4 PEÇAS BASE TUBULAR, 14 ALGEMAS DUPLAS, 4 TALHAS 1 TONELADA / CORRENTE DE 10 METROS, 8 CINTAS PAEA SUPORTAR 100 KG CADA CINTA, 4 BALDES. Diaria	Diaria	**1. 630,00**	**16. 300,00**
47	**LOCAÇÃO DE CADEIRAS** CADEIRAS EM PLASTICO COM CERTIFICAÇÃO ENORMAS INMETRO.	Diária	**4,00**	**10. 000,00**

SETTE LOCAÇÃO DE SOM E PALCO LTDA EPP – CNPJ: 08.337.158/0001-63 Valor Total R$ 356.730,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e trinta reais);

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	Valor Unitário	Valor Total
07	**LOCAÇÃO DE SOM PARA 15.000 A 30.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SOM DE 15 A 30 MIL PESSOAS. 01 GERENCIADOR DIGITAL PARA P.A./01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS POR CANAL/01 ANALISADOR DE ESPECTRO COM MICROFONE/02 CABOS XLR 6 VIAS DE SINAL, 60 METROS, 02 MULTI CABO DE 48 VIAS 60 METROS/01 CD PLAYER/01 DECIBELÍMETRO / 04 CAIXAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MESAS DE P.A. E MONITOR/ 02 MESA DIGITAL DE 48 CANAIS COM 08 GRUPOS DE VCA / 02 MESA DIGITAL DE 48 CANAIS COM 08 GRUPOS DE VCA E 24 VIAS DE MONITOR / 36 CAIXAS LINE ARRAY CONFIGURAÇÃO MÍNIMA 01 FALANTE DE 12”, 02 FALANTE DE 6,5” E 02 DRIVER TITÂNIUM DE 02” EM NEO DIMMER POR CAIXA/ 18 AMPLIFICADORES DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA / 24 SUB CONTENDO 02 ALTOS FALANTES DE 18” / 6 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA / FRONT FILL:04 CAIXAS CONTENDO 01 FALANTE DE 12” E 01 DRIVER TITANIUM SISTEMA ANPLIFICADO EPROCESSADO / SIDE:04 CAIXAS DE SUB CONTENDO 02 ALTO FALANTE DE 18” POR CAIXAS ANPLIFICADO E PROCESSADO 08 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 12” E 01 DRIVER DE TITANIUM ANPLIFICADO E PROCESSADO. / 16 MONITORES ANPLIFICADOS E PROCESSADOS CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 8 POLEGADAS E 01 TITANIUM DE 01 POLEGADA NEO DIMMER ./ 16 GARRAS GLAMP, 48 PEDESTAIS GIRAFA, 12 PEDESTAIS PEQUENOS, 16 SUB SNAKE NO MÍNIMO DE 06 VIAS COM CABO DE 20 METROS,/ 16 RÉGUAS DE AC EM FERRO / MICROFONES 16 SM 58 OU SIMILAR, 14 SM 57 OU SIMILAR, 06 SM 58 SEM FIO UHF OU SIMILAR, 12 SM 81 OU SIMILAR, 04 D 52 OU SIMILAR, 08 SHOT GUN OU SIMILAR/02 MAIN POWER COM ESTABILIZADOR DE 5.000 WATTS COM CHAVE REVERSORA 220V/380V CONTENDO: 08 TOMADAS 220V, 08 TOMADAS 110V COM DISJUNTOR DE 125 AMPERES. OBS.: QUE POSSA ATENDER TODO E QUALQUER SHOW NACIONAL E REGIONAL COM TODAS AS EXIGENCIAS NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO	Diária	**2.019,00**	**20.190,00**
08	**LOCAÇÃO DE SOM PARA 10.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SOM 10 MIL PESSOAS. 01 PROCESSADOR DIGITAL/01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO/01 ANALISADOR DE ESPECTRO DIGITAL/01 CD PLAYER, / 02 CAIXAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MESAS DE P.A. E MONITOR,/ 01 MESA DIGITAL 48 CANAIS COM 08 GRUPOS DE VCA, O1 MESA DIGITAL 48 CANAIS COM 24 VIAS DE MONITOR/P.A. - 40 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITÂNIUM DE 01 POLEGADA/08 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA / 40 CAIXAS SUB GRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, / 04 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA, / SIDE 08 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITÂNIUM DE 01 POLEGADA / 02 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA, / 08 CAIXAS SUB-GRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA. / MONITOR - 01 CD PLAYER, / 01 MULTI CABO 56 VIAS – 60. PA 5 MONITOR METROS, / 12 GARRAS GLAMP, 24 PEDESTAIS GIRAFA, 08 PEDESTAIS PEQUENOS, 08 SUB SNAKE NO MÍNIMO 06 VIAS COM CABO 20 METROS, 08 RÉGUAS DE AC EM FERRO, / 12 MONITORES CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 8 E 01 DRIVER DE TITÂNIUM DE 01 POLEGADA AMPLIFICADOS DIGITAL E PROCESSADOS, / 01 CAIXA SUB PROCESSADA E AMPLIFICADA, / MICROFONES - 08 SM 58 OU SIMILAR, 12 SM 57 OU SIMILAR, 04 SM 58 UHF SEM FIO OU SIMILAR, 08 MICROFONES CONDENSER 81 OU SIMILAR, 02 D 52 OU SIMILAR, 08 SHOT GUN OU SIMILAR PARA CORAL, DIRECT BOX, 04 DIRECT BOX ATIVO, 14 DIRECT BOX PASSIVO / 01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS, 01 CAIXA CONTENDO 4 ALTO FALANTES DE 10 POLEGADAS , 01 CAIXA COM 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS, / 01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS COM 01 CAIXA CONTENDO 04 ALTO FALANTES DE 08 POLEGADAS, / 16 CANAIS DE POWER PLAY, / 16 FONES DE OUVIDO, / 01 MAIN POWER COM ESTABILIZADOR DE 5.000 WATTS COM CHAVE REVERSORA 220V/380V CONTENDO: 08 TOMADAS 220V, 08 TOMADAS 110V COM DISJUNTOR DE 125 AMPERES. **OBS.: QUE POSSA ATENDER TODO E QUALQUER SHOW NACIONAL E REGIONAL COM TODAS AS EXIGENCIAS NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO**	Diária	**5.300,00**	**79.500,00**
09	**LOCAÇÃO DE SOM PARA 5.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SOM 5000 PESSOAS. 01 PROCESSADOR DIGITAL / 01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO/01 ANALISADOR DE ESPECTRO DIGITAL/01 CD PLAYER/02 CAIXAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MESAS DE P.A. E MONITOR/01 MESA DIGITAL 32 CANAIS COM 06 GRUPOS DE VCA, O1 MESA DIGITAL 32 CANAIS COM 16 VIAS DE MONITOR/P.A. - 16 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITÂNIUM DE 01 POLEGADA/04 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA/16 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS/02 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA/SIDE 04 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITÂNIUM DE 01 POLEGADA/02 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEL COM O SISTEMA/02 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA. /MONITOR - 01 CD PLAYER/01 MULTI CABO 56 VIAS – 60. PA 5 MONITOR METROS/06 GARRAS GLAMP, 18 PEDESTAIS GIRAFA, 04 PEDESTAIS PEQUENOS, 05 SUB SNAKE NO MÍNIMO 06 VIAS COM CABO DE 20 METROS, 05 RÉGUAS DE AC EM FERRO/ 06 MONITORES CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 8 E 01 DRIVER DE TITÂNIUM DE 01 POLEGADA AMPLIFICADOS DIGITAL E PROCESSADOS/01 CAIXA SUB PROCESSADA E AMPLIFICADA/MICROFONES - 06 SM 58 OU SIMILAR, 08 SM 57 OU SIMILAR, 02 SM 58 UHF SEM FIO OU SIMILAR, 04 MICROFONES CONDENSER 81 OU SIMILAR, 01 D 52 OU SIMILAR, 02 SHOT GUN OU SIMILAR PARA CORAL, DIRECT BOX, 04 DIRECT BOX ATIVO, 10 DIRECT BOX PASSIVO/ 01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS, 01 CAIXA CONT ENDO 4 ALTO FALANTES DE 10 POLEGADAS , 01 CAIXA COM 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS/01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS COM 01 CAIXA CONTENDO 04 ALTO FALANTES DE 08 POLEGADAS/08 CANAIS DE POWER PLAY/08 FONES DE OUVIDO/01 MAIN POWER COM ESTABILIZADOR DE 5.000 WATTS COM CHAVE REVERSORA 220V/380V CONTENDO: 08 TOMADAS 220V, 08 TOMADAS 110V COM DISJUNTOR DE 125 AMPERES. **OBS.: QUE POSSA ATENDER TODO E QUALQUER SHOW NACIONAL E REGIONAL COM TODAS AS EXIGENCIAS NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO.**	Diária	**2060,00**	**41.200,00**
10	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 15.000 A 30.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE 15 A 30 MIL PESSOAS. 02 MESAS DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 48 MOVINGS/144 REFLETORES E 200 CENAS/02 INTERCOM 04 VIAS/96 REFLETORES - FOCO 01 DE 1000 WATTS, 48 REFLETORES - FOCO 05 DE 1000 WATTS/72 ACL/12 STROBO ATOMIC DMX 3000 WATTS/24 ELIPSOIDAL	Diária	**1.800,00**	**18.000,00**

	1000 WATTS/26 PAR LED DE 3 WATTS/ 04 CANHÕES SEGUIDORES DE 1200W/ 12 MINI BRUTE DE 06 LÂMPADAS/04 MÁQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS/04 VENTILADORES/144 CANAIS DE DIMMER DIGITAL /04 MAIN POWER COM CHAVE REVERSORA 220/ 380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125ª POR RACK / TRELIÇAS E MEIO-BOX EM ALUMÍNIO - 30 MEIO-BOX TRUSS/44 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS/16 METROS LINEAR DE P30 - 2 METROS/ 12 METROS LINEAR DE P30 - 1 METRO/ 8 CUBOS/12 PEÇAS SLEEVE/12 PEÇAS PAU-DECARGA/12 PEÇAS BASE TUBULAR/24 ALGEMAS DUPLAS/16 TALHAS 01 TONELADA, CORRENTE DE 10 METROS/32 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA/12 BALDES. OBS.: QUE POSSA ATENDER TODO E QUALQUER SHOW NACIONAL E REGIONAL COM TODAS AS EXIGENCIAS NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO.			
11	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 10.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO 10 MIL PESSOAS. 01 MESA DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 48 MOVINGS/160 REFLETORES E 200 CENAS/01 INTERCOM 04 VIAS, 48 REFLETORES - FOCO 1 DE 1000 WATTS, 24 REFLETORES - FOCO 5 DE 1000 WATTS, 32 ACL 04 STROBO ATOMIC DMX 3000 WATTS, 12 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 02 CANHÕES SEGUIDORES DE 1200W, 06 MINI BRUTE DE 6 LÂMPADAS, 02 MAQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS, 02 VENTILADORES, 72 CANAIS DE DIMMER DIGITAL / MAIN POWER - DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVÉS DE CHAVE REVERSORA 220/380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125A/ TRELIÇAS E MEIO BOX EM ALUMÍNIO - 15 MEIO-BOX TRUSS, 44 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS, 12 METROS LINEAR DE P30, 2 METROS, 12 METROS LINEAR DE P30 - 1 METRO, 06 PEÇAS SLEEVE, 06 PEÇAS PAU-DE-CARGA, 06 PEÇAS BASE TUBULAR, 24 ALGEMAS DUPLAS, 06 TALHAS 01 TONELADA/ CORRENTE DE 10 METROS, 12 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA, 06 BALDES. **OBS.: QUE POSSA ATENDER TODO E QUALQUER SHOW NACIONAL E REGIONAL COM TODAS AS EXIGENCIAS NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO.**	Diária	**3. 990,00**	**39. 900,00**
12	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA 5.000 PESSOAS** LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO 5000 PESSOAS. 01 MESA DIGITAL QUE CONTROLA PELO MENOS 48 MOVINGS/160 REFLETORES E 200 CENAS/ 01 INTERCOM 04 VIAS, 24 REFLETORES - FOCO 1 DE 1000 WATTS, 12 REFLETORES - FOCO 5 DE 1000 WATTS, 08 ACL/06 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 02 MINI BRUTE DE 6 LÂMPADAS, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS, 02 VENTILADORES, 24 CANAIS DE DIMMER DIGITAL/01 MAIN POWER - DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVÉS DE CHAVE REVERSORA 220/380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125A, / TRELIÇAS E MEIO BOX EM ALUMÍNIO - 08 MEIO-BOX TRUSS, 32 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS , 08 METROS LINEAR DE P30, 2 METROS, 08 METROS LINEAR DE P30 – 1 METRO, 04 PEÇAS SLEEVE, 04 PEÇAS PAU-DE-CARGA, 04 PEÇAS BASE TUBULAR, 08 ALGEMAS DUPLAS, 04 TALHAS 01 TONELADA/ CORRENTE DE 10 METROS, 08 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA, 04 BALDES. **OBS.: QUE POSSA ATENDER TODO E QUALQUER SHOW NACIONAL E REGIONAL COM TODAS AS EXIGENCIAS NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO.**	Diária	**2. 099,00**	**20. 990,00**
13	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P10 2 X 4** LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED P10 INDOOR DISTÂNCIA ENTRE PIXELS: 10 MM, ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 140º, ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL: 140º, DIMENSÕES DO GABINETE: 576 X 576 X 75 MM (LXAXP),- RESOLUÇÃO DO GABINETE: 64 X 64 PIXELS, CONSTRUÇÃO DO GABINETE: ALUMÍNIO,- BRILHO >1100 CD/M2, NÍVEIS DE CINZA: 4096, CORES: 16,7 MILHÕES, REFRESH RATE: 800 HZ, FRAME RATE: 60 HZ, AJUSTE DE BRILHO 256 NÍVEIS. COM ART DE MONTAGEM.	Diária	**1. 010,00**	**25. 250,00**
15	**LOCAÇÃO DE TELÕES TRELISADO EM Q 30 4,0 x 3,0m E PROJETORES 3600 LUMES** LOCAÇÃO DE 01 TELÃO MONTADO EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO 4,0 x 3,0m COM PÉ DIREITO DE 6M; PROJETOR MULTIMÍDIA POWER LITE X24+ (V11H553022); 3600 LUMENS, RESOLUÇÃO DE 1024 X 768 XGA, HDMI, USB, ADAPTADOR WIFI, ADAPTADOR LAN WIRELESS INCLUSA, CONTRASTE 15.000:1, COR BRANCO.	Diária	**799,00**	**31. 960,00**
29	**LOCAÇÃO DE TRELICAS Q 30 PARA MONTAGEM DE BANNERS E PORTAIS** ESTRUTURA TRELIÇA EM ALUMÍNIO BOX TRUSS 15 X 15 CM, USADA PARA FIXAÇÃO DE TELAS DE PROJEÇÃO, BANNERS, BACK DROPS E PARA MONTAGEM DE STANDS; ATENDENDO COM EFICIÊNCIA MONTAGENS QUE NÃO REQUEREM SUPORTE À CARGA.	MT LINEAR	**18,47**	**5. 541,00**
30	**ESTRUTURA EM BOX TRUSS OU METALON** ESTRUTURA TRELIÇA EM ALUMÍNIO BOX TRUSS 15 X 15 CM, USADA PARA FIXAÇÃO DE TELAS DE PROJEÇÃO, BANNERS, BACK DROPS E PARA MONTAGEM DE STANDS; ATENDENDO COM EFICIÊNCIA MONTAGENS QUE NÃO REQUEREM SUPORTE À CARGA.	M²	**16,99**	**1. 699,00**
41	**LOCAÇÃO DE 01 TELAO TRELIÇADO Q30 2X4** LOCAÇÃO DE 01 TELÃO MONTADO EM TRELIÇA DE ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO 3M X 3 5M COM PÉ DIREITO DE 6M; PROJETOR MULTIMÍDIA POWER LITE X24+ (V11H553022); 3500 LUMENS, RESOLUÇÃO DE 1024 X 768 XGA, HDMI, USB, ADAPTADOR WIFI, ADAPTADOR LAN WIRELESS INCLUSA, CONTRASTE 10.000:1, COR BRANCO.	Diária	**1. 500,00**	**15. 000.00**
42	**LOCAÇÃO DE SOM PARA ATÉ 800 PESSOAS** LOCAÇÃO DE SOM – 01 MESA DE SOM 12 CANAIS COM O OPERADOR, 01 PROCESSADOR DE EFEITOS, 2 EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS, 08 CAIXAS ACÚSTICAS DE SOM DE 500 WATTS CADA, 08 PEDESTAIS PARA AS CAIXAS DE SOM, 01 CD PLAYER, 01 TAPE DECK, 01 MD PLAYER/REC, COM ATÉ 02 MICROFONES SEM FIO UHF E 12 MICROFONES COM FIO. PARA ATENDER ATÉ 800 PESSOAS.	Diária	**1. 150,00**	**57. 500,00**

BASSIQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES LTDA – CNPJ: 09.643.592/0001-34 Valor Total R$ 296.000,00 (Duzentos e noventa e seis mil reais).

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	Valor Unitário	Valor Total
21	**LOCAÇÃO DE TENDA 15X10m** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA, NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 15 METROS DE FRENTE X 10 METROS DE COMPRIMENTO, COM 02 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, FIXADO COM CABO DE AÇO, COBERTURA DO TIPO PIRÂMIDE OU CHAPÉU DE BRUCHA, COM LONA BRANCA, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL.	Diária	**1. 000,00**	**50. 000,00**
22	**LOCAÇÃO DE TENDA 10X10m** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA, NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 10 METROS DE FRENTE X 10 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 02 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, FIXADO COM CABO DE AÇO, COBERTURA DO TIPO PIRÂMIDE OU CHAPÉU DE BRUCHA, COM LONA BRANCA, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL.	Diária	**980,00**	**196. 000,00**
23	**LOCAÇÃO DE TENDA 10X8m** LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA ABERTA, NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 10METROS DE FRENTE X 08 METROS DE PROFUNDIDADE, COM 02 METROS ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, FIXADO COM CABO DE AÇO, COBERTURA DO TIPO PIRÂMIDE OU CHAPÉU DE BRUCHA, COM LONA BRANCA, ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO, PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL.	Diária	**1. 000,00**	**50. 000,00**

VALOR TOTAL DO PROCESSO R$ 2.846.795,00 (dois milhões oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais)

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 setembro de 2018.

LUIS FERNANDO BERTAGLIA

Município de Cáceres-MT

Secretário Municipal de Administração

MC MAIS LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA EVENTOS EIRELLI – ME

CNPJ: 09.625.148/0001

Representante Legal: Danilo Rodrigues de Almeida

RG: 20.950.752 – SSP/SP - CPF: 069.645.388-60

DAINA LIMA DE ALMEIDA EPP – CNPJ: 04.433.214/0001-02

Representante Legal: Priscila Analu da Silva Previato

RG: 46.283.716-6 SSP/SP – CPF: 384.256.518-67

BRAVO PRODUÇÕES ARTISITICAS LTDA – CNPJ: 02.435.563/0001-38

Representante Legal: Wanderlene Firmino Bravo

RG: 0622.374-5 – CPF: 452.258.931-04

OPÇÃO LOCAÇÃO E COMERCIO DE SOM E LUZ LTDA – CNPJ: 07.655.369/0001-81

Representante Legal: Antônio Marcos de Souza Freitas

RG:0540370-7 SJ/MT - CPF: 513.975.521-15

SETTE LOCAÇÃO DE SOM E PALCO LTDA EPP – CNPJ: 08.337.158/0001-63

Representante Legal: Roberta Deon Sette

RG:04999619856 - CPF: 023.752.341-89

BASSIQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES LTDA – CNPJ: 09.643.592/0001-34

Representante Legal: Priscila Consani das Mercês Oliveira

RG: 10.616.831-8 SSP/SP – CPF: 075.082.869-28

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 49/2018

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n. º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade;

CONSIDERANDO o Edital **Chamada Pública Nº 01/2017-SSAAP**, que tem por objeto o credenciamento de cooperativas ou associações de coleta seletiva de resíduos, autogestionárias e com sede no município de Cáceres/MT, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, que atuem dentro dos princípios do cooperativismo e associativismo, para a prestação de serviço público de coleta, transporte, transbordo, separação e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis, reutilizáveis.

CONSIDERANDO as disposições contidas no item 6 do Edital de Chamada Pública n.º 01/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir **COMISSÃO ESPECIAL DE HABILITAÇÃO**, com a competência e atribuição de receber toda documentação no dia e hora estabelecidos no Edital de Chamada Pública nº 01/2017-SSAAP, procedendo à análise de atendimento ou desatendimento aos requisitos expostos no Edital, para ao final deferir ou indeferir o cadastramento, que atuará sob a responsabilidade de um Presidente.

Art. 2º. DESIGNAR como membros da **COMISSÃO ESPECIAL DE HABILITAÇÃO** a Sr.ª **FERNANDA ILIEZER DA SILVA**, matrícula nº 30, representante do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, na condição de Presidente; o Sr.º **MAURICIO DE CARVALHO**, representante do Conselho Municipal de Saneamento Básico, na condição de Membro; o Sr.º **EXPEDITO MAURICIO PEREIRA**, representante do Observatório Social, na condição de Membro da Comissão Especial de Habilitação.

Art. 3º. Não poderá integrar a Comissão Especial de Habilitação, pessoa que integre ou tenha parentesco até terceiro grau com membro de cooperativa ou associação de catadores proponente.

Art. 4º. Caberá à Comissão Especial de Habilitação a apreciação de recursos do indeferimento.

Art. 5º. A Presidência da Comissão Especial de Habilitação será exercida pelo representante da Águas do Pantanal.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 19 de setembro de 2.018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 454/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SILVIA MARIA SOARES ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Curi, s/nº , Bairro Cohab Nova, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 0725344-3 SESP-MT e CPF n.º 488.707.221-04, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SILVIA MARIA SOARES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em substituição a servidora Alessandra Pedrosa Ferreira que está de atestado médico por 60 dias a partir de 24/08/2018, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 de setembro de 2018 e término em 22 de outubro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1, 841, 54 (UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	365	1004	20069	3	1	90	04	00	0	1	18	077046

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 31 de agosto de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL AVISO DE REALIZAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA N° 01/ 2017-REABERTURA

PROC.ADMINISTR/PROTOCOLO N°177 /2017

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

OBJETO: Chamada Pública para credenciamento de cooperativas ou associações de coleta seletiva de resíduos, autogestionárias e com sede no município de Cáceres/MT, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, que atuem dentro dos princípios do cooperativismo e associativismo, para a prestação de serviço público de coleta, transporte, transbordo, separação e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis, reutilizáveis.

DATA DE REALIZAÇÃO:

24 de outubro de 2018, às 10:00 horas, horário de Brasília-DF

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixada no site www.aguasdopantanal.eco.br.

LOCAL E DATA:

Cáceres, 19 de setembro de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 439/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **GLAUCIO BENEDITO DA SILVA**,brasileiro(a) residente e domiciliado(a) na Rua Dona Albertina, s/nº, Bairro Cavalhada I, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 2112858-8 SSP/MT e CPF n. º 036.325.811-69, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica

Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **GLAUCIO BENEDITO DA SILVA,** no cargo de **Guarda**, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitoria Regia, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais**, em substituição ao servidor Claudio Humberto Santos que está de licença médica e na sequencia entrará de férias até 03/12/2018, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de agosto de 2018 a 03 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 671,53 (seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos) e mais complemento salarial de R$ 282,47 (duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** orçamentaria
07	003	12	361	1004	20070	3	1	90	04	00	0	1	19	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico.

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de agosto de 2018.

_____

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 452/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **VIVIANE LIRA MOTTA NEVES**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Crentes, nº 182, Bairro Cavalhada II, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2650948-2 SEJUSP-MT e CPF n.º 016.669.061-90, daqui por diante denominada(o) Contratada (o), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **VIVIANE LIRA MOTTA NEVES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em EDUCAÇÃO FISICA, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitoria Regia, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** nas turmas do 6º ao 9º ano sendo 12 h/a no período matutino e 08 h/a vespertino, em substituição a professora Jessika Barbosa Belém que está de atestado médico por 90 dias a partir 20/08/2018, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **28 de agosto de 2018 e término em 19 de novembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1, 841, 54 (UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 27 de agosto de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75, 76 E 77-2018 PREGÃO ELETRÔNICO N° 27-2018 COM REGISTRO DE PREÇO

Interessada: Secretarias Assistência Social, Educação e Saúde.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Interessado: Todas as Secretarias desta Prefeitura.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de material de consumo para atender às unidades da Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social e Saúde, de acordo com as especificações e quantitativo do anexo I do termo de referência.

Empresa Vencedora:

MC PEREIRA RIBEIRO ME – CNPJ: 06.911.966/0001-67 – Valor Total R$ 60.029,10 (sessenta mil, vinte e nove reais e dez centavos);

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Toalha de banho branca, PERSONALIZADA, 70x1,40cm, 440 g/m, com fios retorcidos e costura dupla. Composição: 90% algodão + 10% poliéster. Qualidade igual ou superior à DOHLER.	UND	870	MB	38,00	33.060,00
2	Lençol branco avulso com elástico, PERSONALIZADO, para colchonete medida 1,30x0,60x0,05 – em malha penteada 30/1, 100% algodão com estampa na cor amarelo ouro, contendo identificação (nomes) da Prefeitura e da Secretaria Solicitante.	UND	750	MB	9,00	6.750,00
3	Lençol branco avulso com elástico, PERSONALIZADO, para colchonete medida 1,85x0,65x0,05 – em malha penteada 30/1, 100% algodão com estampa na cor amarelo ouro, contendo identificação (nomes) da Prefeitura e da Secretaria Solicitante.	UND	400	MB	14,90	5.960,00
11	FRONHA para travesseiro do tamanho 50X70cm; as medidas da fronha deverão ser adequadas e ajustadas às medidas do travesseiro, confeccionada com 02 (duas) costuras (ponto fixo + overlock); confeccionada em 100% algodão, em percal de, no mínimo, 180 fios, todas as peças personalizadas com o nome da Secretaria solicitante. Cor:branca.	UND	120	MB	10,49	1.258,80
13	TOALHA DE ROSTO- medindo 0,50x0,80cm, em cores variadas, composto por no mínimo 90% algodão.	UND	50	MB	9,99	499,50
17	TOALHA-Tipo de mesa retangular, estampada, tecido 100% algodão, tamanho 1,40x2,20cm. Cor: À escolha da administração.	UND	20	MB	35,00	700,00
18	Lençol hospitalar de tecido percal 100% algodão com elástico para maca medindo (2,50 x1,10) branco, Logomarca da Secretaria Municipal de Saúde-PAM.	UND	50	MB	32,50	1.625,00
19	Lençol para Solteiro medindo (2,10x1,20) na cor branco 100% algodão (logomarca da Secretaria Municipal de Saúde- PAM	UND	100	MB	35,00	3.500,00
20	Toalha de banho cor azul personalizada, 70x1,30cm (com a logomarca da secretaria Municipal de Saúde, CER II)	UND	30	MB	27,10	813,00
21	Toalha de Rosto cor azul 40x70 (com a logomarca da Secretaria Municipal de Saúde e CER II	UND	30	MB	14,26	427,80
22	Lençol para solteiro com elástico medindo (1,90 x0,90 X 0,50) na cor azul, 50% algodão 50 poliésteres (com a logomarca da Secretaria Municipal de Saúde e PAM	UND	70	MB	40,50	2.835,00
23	Toalha de banho branca personalizada, 70x1,30cm 440g/m2, possui fios retorcidos e costura dupla composição 90% algodão + 10% poliéster qualidade igual ou superior. a dohler (logomarca da secretaria municipal de saúde)	UND	100	MB	26,00	2.600,00

OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP – CNPJ: 00.789.321/0001-17 – Valor Total R$ 52.330,00 (cinquenta e dois mil trezentos e trinta reais);

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	Colchão de berço. Colchões para berço, nas medidas de 130cm de comprimentox60 cm de largura e 12 cm de espessura com densidade D18 ou D20 conforme Norma ABNT NBR 13579-2, elaborada no Comitê Brasileiro de Mobiliário (ABNT/CB-15) e pela Comissão e 30Estudo de Colchão (CE-15:002.04). O colchão deverá ser revestido com material têxtil limpo e sem rasgos, conforme tabela 1 das Norma anteriormente citada. O fechamento do colchão pode ser feito com material têxtil tipo viés. O revestimento será feito com matelassê (acolchoado), costurado ou soldado em material têxtil sobre lâmina de espuma 100% poliuretano. Deverá possuir 51% de viscose e 49% de poliéster. O revestimento plástico impermeável, que permita lavagem e secagem rápida, deverá ser utilizado em uma das faces.	UND	36	Ortobom/ Baby Light	110,00	3.960,00

7	Colchonete confeccionado em espuma de alta densidade, revestido em bagum/corano na cor azul royal – medidas 1,30x0,60x0,05.	UND	500	Ortobom / Maca	62,90	31.450,00
8	Colchão de solteiro D33, Dimensões 0,78x1,88x0,18, bordado/forro em courvim.	UND	40	Ortobom / D-33 Hospitalar	423,00	16.920,00

BRIVIA COMERCIO DE MAQUNAS INDUSTRIAIS LTDA – CNPJ: 11.618.579/0001-77 – Valor Total R$ 15.508,00 (quinze mil, quinhentos e oito reais);

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Colchonete para trocador de creche. Colchonete para trocador, nas medidas de 100 cm de comprimento x 60 cm de largura e 3 cm de espessura, com revestimento externo resistente em couro EVA na cor azul royal, que permita lavagem e secagem rápida, deverá ser utilizado nas duas faces. A camada interna deve ser feita com lâmina de fibra de poliéster. O colchonete deverá ser embalado em embalagem plástica própria, de forma a impedir a entrada de poeira e insetos.	UND	30	ORTO	33,14	994,20
6	Colchonete para repouso. Colchonete para salas de repouso, nas medidas de 1,85 cm de comprimento x 0,65 cm de largura e 5 cm de espessura, com revestimento externo resistente em Corino na cor azul royal, que permita lavagem e secagem rápida, deverá ser utilizado nas duas faces. A estrutura interna deve ser feita com lâmina de espuma selada D33.	UND	50	ORTO	81,98	4.099,00
9	Lençol branco avulso com elástico, PERSONALIZADO, para colchão medindo 0,78x1,88, com 18 cm de espessura – em malha penteada 30/1, 100% algodão com estampa na cor amarelo ouro, contendo identificação (nomes) da Prefeitura e da Secretaria Solicitante.	UND	120	CAMESA	17,09	2.050,80
10	JOGO DE CAMA SOLTEIRO- Composição: Um lençol de forração para colchão do tamanho 0,78cm de largura com 1,88cm de comprimento e 18cm de altura; com elástico nas quatro pontas, a fim de fixar o lençol ao colchão; as medidas do lençol deverão ser adequadas e ajustadas às medidas do colchão, de forma que se obtenha um acabamento perfeito; confeccionado em 100% algodão, em percal de, no mínimo, 180 fios; Um lençol para cama de solteiro; sem elástico; com medida mínima (140X220) cm, confeccionado em 100% algodão, em percal de, no mínimo, 180 fios; Uma fronha para travesseiro do tamanho 50X70cm; as medidas da fronha deverão ser adequadas e ajustadas às medidas do travesseiro, confeccionada com 02 (duas) costuras (ponto fixo + overlock); confeccionada em 100% algodão, em percal de, no mínimo, 180 fios, todas as peças personalizadas com o nome da Secretaria solicitante. Cor: A escolha da administração.	UND	06	LILIAN	99,00	594,00
14	TRAVESSEIRO- medindo 40x60x10 cm, com enchimento 100% poliéster, espuma única, antialérgico, antimofo, inodoro, indeformável e lavável; produto revestido em 67% poliéster e 33% algodão.	UND	60	ORTO	29,50	1.770,00
16	EDREDOM- para cama de solteiro, unissex, tecido 100% algodão de no mínimo 140 fios, dupla face, antialérgico, tamanho 1,60x2,45cm. Cor: A escolha da administração.	UND	60	CAMESA	100,00	6.000,00

VALOR TOTAL DO PROCESSO R$ 127.867,10 (Cento e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e dez centavos).

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 setembro de 2018.

LUIS FERNANDO BERTAGLIA

Município de Cáceres-MT

Secretário Municipal de Administração

MC PEREIRA RIBEIRO ME

CNPJ: 06.911.966/0001-67

Representante Legal: Mauro Celso Pereira Ribeiro

Rg: 1158069-0 SSP/MT

CPF: 867.141.711-53

OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP

CNPJ: 00.789.321/0001-17

Representante Legal: Holmes Henrique Ioris

Rg: 1679811-2 SSP/MT

CPF n.º 017.282.171-13

BRIVIA COMERCIO DE MAQUNAS INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 11.618.579/0001-77

Ruidnan Santana de Souza

Rg: 0522104-8 SSP/MT

CPF/MF n.º 393.606.521-72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 445 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº 39757 de 18 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Nomear as servidoras relacionadas abaixo para compor membro representante da **Comissão Permanente de Sindicância Administrativa**, destinada a apurar as irregularidades narradas em processos e documentos da Prefeitura Municipal de Cáceres, a partir de 19 de setembro de 2018, pelo período de 02 (dois) anos.

PRESIDENTE

ELIVÂNIA MARTINS DE SOUZA

MEMBROS TITULARES

ANILCE RIBEIRO DA SILVA

GISLAINE MONTEIRO CLAUDINO

Art.2º Fica a cargo do Secretário Municipal que solicitou a abertura do Processo Administrativo, o envio à Comissão, de todo e qualquer processo, por ato específico, para que a mesma faça a necessária e adequada apuração em cada caso.

Art.3º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos a partir da publicação da Portaria, e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deverá consultar a Procuradoria Geral do Município, para orientação quanto ao procedimento a ser adotado na apuração de cada irregularidade.

Art.4º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art.5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria Nº 417 de 30 de agosto de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de setembro de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 18.09.18

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2018.

O MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS - MT, POR MEIO DE SEU PREGOEIRO, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE ÀS 13H 00MIN DO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2018 REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MAIOR OFERTA POR ITEM, PARA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAGAMENTO DA FOLHA DE SALÁRIO DOS SERVIDORES ATIVOS, COMISSIONADOS, CELETISTAS E CONTRATADOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02. EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.CAMPINAPOLIS.MT.GOV.BR. FONE: (66) 3437-1992. PREFEITURA DE CAMPINÁPOLIS - MT, 19/09/2018.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8003 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018.

PORTARIA DE Nº. 8003 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DA SERVIDORA **KELLY MAMELA GOMES ALMEIDA** DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o teor do Edital de Convocação.

RESOLVE: I – Contratar a servidora abaixo relacionada para exercer as suas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO
KELLY MAMELA GOMES ALMEIDA	ODONTOLOGA

II - Delegar as mesmas todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 18 de Setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de Setembro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8004 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

CONCEDE "LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE" AO SERVIDOR **JOÃO ROQUE DA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor datado de 21 de agosto de 2018. RESOLVE: I – Conceder ao servidor JOÃO ROQUE DA SILVA PROFESSOR, Classe "C", Nível "07", lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, 90 (noventa) dias de "Licença Prêmio por Assiduidade", nos termos da LC nº 001/93, a ser usufruída no período de 19.09.2018 a 17.12.2018, referente ao período aquisitivo de 01.06.2009 a 31.05.2014. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 19 de Setembro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8005 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do Edital de Convocação.

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercer as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCAL
Regiane Batista da Silva Barbosa	AAE/Nutrição	Sede
Rosangila Vieira de Souza	Agente de Comunitario Saúde	Sede
Silvani Rodrigues Barbosa	AAE/Nutrição	Sede
Teonizia Martins Barroso	Professor	Sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 19 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 19 de Setembro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

PORTARIA DE Nº. 8006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O REEQUADRAMENTO DA SERVIDORA **ARMANDA GUEDES PARREIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei Complementar Nº 027 de 05 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a apresentação da nova habilitação do curso profissionalizante PROFUNCIONARIO.

RESOLVE: I – Efetuar o reenquadramento da Srª. ARMANDA GUEDES PARREIRA, que exerce o cargo Técnico Administrativo Educacional Temporário para TAE- Definitivo, lotado junto a Secretaria de Municipal de Educação e Cultura, da Classe "C" Nível "03" para a Classe "C" Nível "03".

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 19 de Setembro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 196/2018

PORTARIA Nº 196/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sr. CLODOALDO LOPES".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. CLODOALDO LOPES**, efetivo no Cargo de PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO, lotado na SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 12/09/2018 e término em 10/12/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.16645R3 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **12 de setembro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 13 de Setembro de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 197/2018

PORTARIA Nº 197/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. SERENITA DE CASTRO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. SERENITA DE CASTRO**, efetiva no Cargo de PROFESSOR(A) MAGISTÉRIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 10/08/2018 e término em 18/09/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.00135R11 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **10 de Agosto de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 13 de Setembro de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 195/2018

PORTARIA Nº 195/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. MARIA LADI NOGUEIRA MOMESSO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. MARIA LADI NOGUEIRA MOMESSO**, efetiva no Cargo de PROFESSOR, lotada na SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 06/09/2018 e término em 05/10/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.18779R1 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **06 de Setembro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 13 de Setembro de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 193/2018

PORTARIA N 193/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais em favor da Sra. ROMILDA VIEIRA DE FARIA MENEZES".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 3º, incisos "I", "II" e "III" e paragrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de Julho de 2005 e Art. 86, inciso "I", "II" e "III", da Lei Municipal nº. 1.170, de 09 de maio de 2007 e anexo "IV" da Lei Municipal nº 1.145/2006, atualizada pelo Decreto Executivo nº 176/2017 *cumulado com o Decreto Executivo nº 34/2018.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, com proventos integrais em favor da servidora Sra. **ROMILDA VIEIRA DE FARIA MENEZES**, brasileira, casada, funcionária pública municipal, matricula nº 543, efetiva no cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0498390-4, SESP/MT e inscrita no CPF sob nº 377.904.801-97, residente e domiciliada na Rua Rodolfo Urich nº 720 NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Campo Novo Do Parecis/MT, contando com um total de 11.681 dias, ou seja, 32 (trinta e dois) anos e 01 (um) dia, contributivos, efetivada no cargo de Professora, especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia, Classe "E", Nível "XIX – 20 anos", conforme o processo nº 2018.04.18804P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 10 de setembro de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 194/2018

PORTARIA Nº 194/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. IRIS FERRAZZO DO CARMO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. IRIS FERRAZZO DO CARMO**, efetiva no Cargo de ENFERMEIRA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a parti de 05/09/2018 e término em 30/11/2018 , conforme processo administrativo **nº** 2018.05.12551R6 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **05 de Setembro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 13 de Setembro de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

AVISO DE SUSPENSÃO PP 102/2018

SUSPENSÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL nº 102/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2018** que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medalhas e troféus para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, que teria sua abertura no dia 20 de setembro de 2018, conforme sua publicações.

Os motivos da **SUSPENSÃO** encontra-se nos autos do processo.

Campo Novo do Parecis, 19 de setembro de 2018.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 063

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 063

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2015, homologado em 09 de Abril de 2015, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 17.7 do Edital de Abertura.

II - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde/MT, 20 de Setembro de 2018.

Cargo: **001 - Auxiliar Administrativo**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
54	0000003611	LEONARDO ALVES DOS SANTOS SILVA	21/01/1997	75
55	0000006165	RENILDA ARTIAGA MOTA	08/01/1982	75
56	0000002584	KELSON RICARDO OLIVEIRA CAMPOS	22/10/1985	75
57	0000002433	LEANDRO ALVES DA COSTA	26/06/1993	74
58	0000001884	LEONARDO SANTOS AIRES	16/09/1994	74
59	0000003777	INGRID BERGAMAN RIBEIRO OLIVEIRA	18/12/1984	74
60	0000006158	ALAN CASTRO MUNIZ	10/12/1994	74
61	0000001966	AMANDA DOS SANTOS PEREIRA	25/03/1994	74
62	0000001741	MARIANE ARRUDA MADUREIRA	06/02/1997	74
63	0000005961	LEANDRO BARROS MATIAS	12/09/1986	73
64	0000000591	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	19/11/1993	73
65	0000004363	THIAGO DA CRUZ BORGES	26/06/1994	73

66	0000000740	**OBEDE RODRIGUES FERREIRA**	07/03/1979	73
67	0000002322	**KELI GIACOMOLLI**	25/10/1982	73
68	0000002818	**JOICE PATRICIA CHAGAS**	06/10/1984	73
69	0000005074	**WANDERLEY BATISTA FERREIRA**	25/07/1996	72
70	0000005533	**CRISTIANE SILVA DE SOUZA**	15/01/1993	72
71	0000004038	**ELAINE MARQUES NASCIMENTO**	18/05/1971	72
72	0000005779	**DAYANE LORRAYNE MARTINS SOARES**	01/04/1987	72
73	0000005438	**FRANCIELE LIPPE**	08/05/1987	72
74	0000002345	**NAARA ZANATTO SANTOS**	10/01/1997	72
75	0000003998	**MARIA RITA GOMES DE SOUZA**	04/06/1990	72
76	0000000195	**DAVISON RIBEIRO MENDES**	19/09/1990	72
77	0000004285	**MARCELO TAVARES UREL**	15/08/1980	72
78	0000005924	**TAUÃ RAFAEL SOARES LIMAS**	15/03/1995	72
79	0000002156	**DEVANA OLIVEIRA SALES**	21/08/1988	71
80	0000004429	**MAYRA DANIELLE DE QUEIROZ**	15/03/1987	71
81	0000003392	**ADRIEL BULHOES CORREA**	05/05/1980	71
82	0000003742	**LIDIANE DA SILVA NUNES SALLES**	03/06/1989	71

Cargo: **024 - Dentista**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
3	0000001422	**PAULA GABRIELLE DE CASTRO**	01/02/1989	80

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Campo Verde-MT, 19 de setembro de 2018.

Referência: Proc. 2266/2018 – Pregão Presencial nº 096/2018 Análise de Recurso Administrativo apresentado pela empresa "LBT – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI e contrarrazões apresentado pela empresa EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA."

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuida-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **LBT – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI** que fora inabilitada do procedimento licitatório por apresentar Certidão Negativa de Débitos Estaduais referente ao seu CPF, onde deveria ter apresentado a **Certidão Negativa Estadual em nome da empresa**, descumprindo o item 6. 2.3 do Edital.

A empresa **EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA** apresentou contrarrazões tempestivamente, requerendo que seja mantida a decisão da Presidente da CPL, pugnando pelo desprovimento do recurso apresentado pela empresa **LBT – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI.**

Consultada a Procuradoria Jurídica do Município, foi opinado pelo **conhecimento e desprovimento** do recurso formulado pela **LBT – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI,** e, consequentemente, pelo seguimento do certame.

Desta forma, **ACOLHO** o parecer jurídico e, na medida em que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, **DECIDO**:

DESPROVER o recurso interposto pela empresa **LBT – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI**, ratificando a decisão exarada no âmbito do Pregão Presencial nº 096/2018;

Por se tratar de Pregão Presencial, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações, para seguimento do certame.

Às providências.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE TOMADA DE PREÇO

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 009/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE,** na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 009/2018**, **dia 08 de OUTUBRO de 2018 às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Edital através do site: www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde, 19 de setembro de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 e 032/2018

REF.: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24. 950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A): COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORRISO-COOPSERVS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. 02.355.192/0001-84, situada na Av. Adolino Bedin, nº. 664, bairro Jardim das Américas, CEP 78.890-000, cidade de Sorriso–MT, representada neste ato pelo Presidente, o Sr. **EDMAR CORREA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°. 21065586 SSP/MT e do CPF n°. 368.578.661-04, residente e domiciliado na cidade de Sorriso-MT, CEP 78.890-000.

Prezado(a) Senhor(a),

Em cumprimento a decisão proferida nos autos, que determinou a instauração deste processo administrativo, considerando, o que consta no Ofício expedido pela Secretaria de Finanças juntamente com o Parecer Jurídico nº 381/2018, fica Vossa Senhoria **NOTIFICADA,** pelo descumprimento das cláusulas pactuadas no Contrato Administrativo, tendo a referida empresa a obrigação contratual de encaminhar mensalmente a documentação prevista no item 4.4 do Contrato Administrativo, do qual não vem cumprindo.

Diante do presente, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis apresente as seguintes documentações desde o início de cada contrato formalizado no ano de 2018, sob pena de rescisão contratual.**

Holerite/Recibo de todos os cooperados que prestam serviços para o Município. com o seu valor corrigido e pago conforme planilha de preços. Holerite/Recibo constando todos os encargos que se sujeita o cooperado. Comprovante de pagamento. Comprovante de Recolhimento do INSS.

O não cumprimento dessa obrigação no prazo estipulado, acarretará ao notificado a imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Por fim, após decorrido o prazo acima, cumprindo ou não sua obrigação, fica facultado a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito.

Campo Verde-MT, 18 de setembro de 2018.

José Luiz Caetano Bernardi

OAB/MT 17.586

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO(ÕES): 125/2017

NOTIFICADO: MERCADÃO DA LIMPEZA COM. E IMP. PROD. LIMPEZA LTDA.

CNPJ 14.689.405/0001-93

CUIABÁ – MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) na(s) NADs – Nota de Autorização de Despesas nº(s): 1149.100.1 (parcial), 1149.103,1; 1149.70.1 (parcial) e 1149.82.1 (parcial), **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 345/2017, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 19 de setembro de 2018.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

RESOLUÇÃO N.º 001/2018 - CMI.

Deliberações do Conselho Municipal do Idoso

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal do Idoso, realizada em 14 de setembro de 2018, conforme a Ata nº.001/2018 CMI;

CONSIDERANDO as atribuições conferidas pela Lei n.º 252 de 18 de abril de 2005.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica definido um passeio com os idosos no dia 02 de outubro de 2018 na prainha da cidade de Sapezal-MT, em comemoração ao Dia do Idoso que tem como data comemorativa o dia 1º de outubro.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio – MT, 14 de setembro de 2018.

Salete Zamo Wingenbach

Presidente do Conselho Municipal do Idoso - CMI

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Deliberações da Conclusão do Pacto Pró Família

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, realizada em 13 de setembro de 2018, conforme Ata nº.006/2018;

Considerando suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 10.523/ 2017, de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concluído a elaboração do Pacto Pró Família e definida a publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos de Júlio, 13 de setembro de 2018.

Nelsa Gonçalves Cardoso **Presidente do Comitê**

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 048/2018

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 048/ 2018, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de **registrar preços para aquisições parceladas de materiais de construção**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **02/10/2018**, às **08h00 (horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br, licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 19 de setembro de 2018.

Marcelo José Batista dos Santos Lino - Pregoeiro

Decreto nº 006/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2018

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.313.826/0001-90, sediada na Avenida Antônio Fidelis, 1158, Parque Amazônia, Goiânia/GO, CEP: 74.840-090, neste ato representado pelo Senhor **Thiago do Egito Araújo,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 12494021999-8 SSP/MA e do CPF nº 006.642.381-30, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica, onde Pública e **HOMOLOGADA nos autos**, referente ao Pregão Presencial n° 038/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando futuras e eventuais à Aquisição parceladas de medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos Medicamentos	Unidade	R$ Unitário	R$ Total
1	85.000	UND	Acido acetilsalicílico 100 mg	Comprimido	R$ 0,04	R$ 3.400,00
2	25.000	UND	Dipirona Sódica 500 mg	Comprimido	R$ 0,13	R$ 3.250,00
3	25.000	UND	Diclofenaco Sódico 50 mg	Comprimido	R$ 0,05	R$ 1.250,00
4	10.000	UND	Diclofenaco Injetável 75 mg/3ml	Ampola	R$ 1,13	R$ 11.300,00
5	15.000	UND	Ibuprofeno Suspensão 50 mg/ml GTS 30ml	Frasco	R$ 2,60	R$ 39.000,00
6	5.000	UND	Amoxicilina-Suspensão Oral 250 mg/5ml	Frasco	R$ 5,22	R$ 26.100,00
7	7.000	UND	Azitromicina 500 mg	Comprimido	R$ 0,93	R$ 6.510,00
8	250	UND	Colagenase + Cloranfenicol 0,6 U/g+ 0,01 g/g 30 gramas	Pomada	R$ 15,73	R$ 3.932,50
9	5.000	UND	Neomicina+Bacitracina 10 g	Pomada	R$ 2,39	R$ 11.950,00
10	5.000	UND	Ivermectina 6 mg	Comprimido	R$ 0,54	R$ 2.700,00
11	25	CX	Cetoconazol 200 mg C/450	Comprimido	R$ 86,00	R$ 2.150,00
12	800	UND	Cetoconazol Xampu 20 mg/g	Frasco	R$ 7,77	R$ 6.216,00
13	6.000	UND	Fluconazol 150 mg	Cápsula	R$ 0,50	R$ 3.000,00
14	1.500	UND	Miconazol-Creme 2% 30g	Tubo	R$ 2,99	R$ 4.485,00
15	5.000	UND	Nistatina-Creme Vaginal 30g	Creme Tubo	R$ 8,54	R$ 42.700,00
16	1.000	UND	Nistatina - Suspensão Oral 100.000 UI/ml	Frasco	R$ 5,49	R$ 5.490,00
17	4.000	UND	Bromoprida 4mg/ml Gotas	Frasco	R$ 1,85	R$ 7.400,00
18	5.000	UND	Metoclopramida-Injetável 5 mg/ml	Ampola	R$ 0,75	R$ 3.750,00
19	20.000	UND	Anlodipino 5 mg	Comprimido	R$ 0,06	R$ 1.200,00
20	500	UND	Carvedilol 3,125 mg	Comprimido	R$ 0,09	R$ 45,00
21	2.000	UND	Carvedilol 6,25 mg	Comprimido	R$ 0,11	R$ 220,00
22	120.000	UND	Enalapril 10 mg	Comprimido	R$ 0,09	R$ 10.800,00
23	1.000	UND	Isossorbida-sublingual 5 mg	Comprimido	R$ 0,44	R$ 440,00
24	20.000	UND	Nifedipino Retard 20 mg	Comprimido	R$ 0,18	R$ 3.600,00
25	2.000	UND	Alopurinol 100 mg	Comprimido	R$ 0,07	R$ 140,00
26	2.000	UND	Simeticona 40 mg	Comprimido	R$ 0,30	R$ 600,00
27	6.000	UND	Metformina 500 mg	Comprimido	R$ 0,11	R$ 660,00
28	30.000	UND	Ranitidina 150 mg	Comprimido	R$ 0,19	R$ 5.700,00
29	40.000	UND	Sinvastatina 20 mg	Comprimido	R$ 0,20	R$ 8.000,00
30	1000	UND	Lidocaína sem vasoconstritor-Injetavel 20 ml	Frasco-Ampola	R$ 4,52	R$ 4.520,00
31	1.500	UND	Aminofilina 100 mg	Comprimido	R$ 0,12	R$ 180,00
32	150	UND	Fenoterol-Solução Inalatoria5 mg/ml	Frasco	R$ 4,75	R$ 712,50
33	200	UND	Budesonida Spray nasal 50 mcg/dose	Frasco	R$ 41,71	R$ 8.342,00
34	5.000	UND	Dexametasona-Creme Tópico 0,1%	Tubo	R$ 1,90	R$ 9.500,00
35	2.000	UND	Dexametasona 4mg	Comprimido	R$ 0,36	R$ 720,00
36	50	UND	Dexametasona 1% Colírio 5ml	Frasco	R$ 21,83	R$ 1.091,50
37	2.500	UND	Espironolactona 25 mg	Comprimido	R$ 0,31	R$ 775,00
38	1.000	UND	Levotiroxina Sódica 50 mcg	Comprimido	R$ 0,26	R$ 260,00
39	40.000	UND	Amitriptilina (Antidepressivo) 25 mg	Comprimido	R$ 0,09	R$ 3.600,00
40	10.000	UND	Clonazepam-(Anticonvulsivante/Ansiolítico) 2 mg	Comprimido	R$ 0,18	R$ 1.800,00
41	50.000	UND	Diazepam (Anticonvulcionante/Ansiolítico) 10 mg	Comprimido	R$ 0,18	R$ 9.000,00
42	8.000	UND	Fenitoína (Anticonvulsivante) 100 mg	Comprimido	R$ 0,45	R$ 3.600,00
43	20	CX	Fenobarbital (Anticonvulsivante/Sedativo) 200mg/2ml C/50	Ampola	R$ 145,00	R$ 2.900,00
44	30.000	UND	Haloperidol (Antipscicotico/Alcoolismo/Delírio Alucinação) 5 mg	Comprimido	R$ 0,23	R$ 6.900,00
45	1.000	UND	Respiridona (Antipsicótico) 2 mg	Comprimido	R$ 0,56	R$ 560,00
46	5.000	UND	Tramadol (Opioide/Analgésico) 50 mg	Comprimido	R$ 0,22	R$ 1.100,00
47	20.000	UND	Ácido Fólico 5 mg	Comprimido	R$ 0,07	R$ 1.400,00
48	3.000	UND	Complexo B Injetável 2 ml	Ampola	R$ 1,23	R$ 3.690,00
					Total	**R$ 276.639,50**

Classificação Final

EMPRESA: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.

CNPJ: 12.313.826/0001-90;

ENDEREÇO: AVENIDA ANTÔNIO FIDELIS, 1158, QUADRA 156, LOTE 08, PARQUE AMAZÔNIA, GOIÂNIA – GO, CEP: 74.840-090;

TELEFONE: (62) 3295-8276 / (62) 9934-6969;

E-MAIL: thiago@retfarma.com

VALOR GLOBAL: R$ 276.639,50 (DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 18 de Setembro de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**. Contratada
Testemunhas	
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34	**Zenilton Augusto da Silva** CPF: 030.767.051-13

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 045/2018

AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITÁTORIO N.º 343/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2018

O Pregoeiro oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT torna público aos interessados, Pregão Presencial 045/2018, com abertura prevista para o dia 25 de setembro de 2018, as 14h30min, cujo objeto é **"Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e produtos de limpeza",** prorroga-se o prazo de abertura do edital, para o dia 02 de Outubro de 2018 às 14h30min.

Canabrava do Norte – MT, 19 de Setembro de 2018.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2018

Aos treze dias do mês de setembro de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Pessoa Jurídica a seguir descrita e qualificada: **Aragás Comércio de Gás Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.180.371/0001-53 sediada na Rua Simião Arraya, 873, Centro, Barra do Garças/MT, CEP: 78.600-000, neste ato representado pelo Senhor **Eilon Silva Resende,** brasileiro, administrador, portador do RG nº 1135030 SSP/GO e do CPF nº 091.465.391-15, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de gás GLP, botijão de 13 Kg, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Pregão Presencial n° 042/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de Gás GLP acondicionado em vasilhames de 13 kg (gás de cozinha), para ser utilizado pelas seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social; pelo período de 12 meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNITARIO	TOTAL
1	Unid	**Gás GLP**: acondicionado em vasilhames de 13 Kg (gás de cozinha).	450	R$ 120,00	R$ 54.000,00

Classificação Final

EMPRESA: ARAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.

CNPJ: 04.180.371/0001-53;

ENDEREÇO: RUA SIMIÃO ARRAYA, 873, CENTRO, BARRA DO GARÇAS – MT, CEP: 78.600-000;

TELEFONE: (66) 3401-4100;

VALOR GLOBAL: R$ 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 13 de Setembro de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**ARAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA**. Contratada
Testemunhas	
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34	**Zenilton Augusto da Silva** CPF: 030.767.051-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2018

Aos dezenove dias do mês de setembro de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **ARAGUAIA TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.787.748/0001-44, sediada na Avenida dos Imigrantes, S/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, CEP: 78.664-000, neste ato representado pelo Senhor **Mauro Carvalho,** brasileiro, empresário, portadora do RG nº 1202734-0 SSP/MT e do CPF nº 969.739.941-72, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual contratação de serviços de acesso à Internet num total de 30 Mb/mês, por meio de transmissão de Rádio com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo Frequência Mínima de 8.5Ghz, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Pregão Presencial n° 043/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando futuras e eventuais contratação de serviços de acesso à internet num total de 30 mb/mês, por meio de transmissão de rádio com link dedicado Full-Duplex, com IP fixo frequência mínima de 8.5ghz, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de prestação de serviços, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para prestação de serviços nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem prestar os serviços pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Execução, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas à prestação de serviços, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAL DE EXECUÇÃO, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada prestação de serviços deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o local para ser realizado, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a execução os serviços dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da execução dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Serviço, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos serviços se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos serviços, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os serviços que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para atendimento da comunidade.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar a execução, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os serviços, objeto desta Ata, deverão ser prestados acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local onde foi realizado, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes da prestação de serviços constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a execução não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de prestação de serviços, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos dos serviços serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente da prestação de serviços do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade da prestação de serviços não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas a execução caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNITARIO	TOTAL
1	Unid	Serviço de acesso à internet por meio de transmissão de Rádio com Link Dedicado Full-Duplex, com IP Fixo, frequência mínima 5.8 Ghz. Sendo MB por mês, com fornecimento dos equipamentos - (antena) em comodato.	360	R$ 300,00	R$ 108. 000,00

Classificação Final

EMPRESA: ARAGUAIA TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ: 24.787.748/0001-44;

ENDEREÇO: AVENIDA DOS IMIGRANTES, S/N, CENTRO, SANTA CRUZ DO XINGU – MT, CEP: 78.664-000;

TELEFONE: (66) 98408-2538;

VALOR GLOBAL: R$ 108.000,00 (CENTO E OITO MIL REAIS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 19 de Setembro de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**ARAGUAIA TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA.** Contratada
Testemunhas	
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34	**Zenilton Augusto da Silva** CPF: 030.767.051-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2018

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.457.348/0001-04, sediada na Avenida Graça Aranha, s/nº, Jardim Nova Era, Aparecida de Goiânia/GO, CEP: 74.916-070, neste ato representado pela Senhora **Camila Christina Silva Salgado,** brasileira, empresária, portadora do RG nº 4003747 DGPC/GO e do CPF nº 942.477.061-87, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica, onde Pública e **HOMOLOGADA nos autos**, referente ao Pregão Presencial n° 038/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando futuras e eventuais à Aquisição parceladas de medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos Medicamentos	Unidade	R$ Unitário	R$ Total
7	25.000	UND	Paracetamol 500 mg	Comprimido	R$ 0,06	R$ 1.500,00
20	25.000	UND	Amoxicilina 500 mg	Capsula	R$ 0,25	R$ 6.250,00
32	15	CX	Gentamicina-Injetável 40 mg/ml C/100 AMP de 2ml	Ampola	R$ 142,30	R$ 2.134,50
36	1.500	UND	Sulfametoxazol+trimetoprima 40 mg + 8 mg/ml	Frasco	R$ 1,69	R$ 2.535,00
57	20.000	UND	Bromoprida 10 mg	Comprimido	R$ 0,26	R$ 5.200,00
68	60.000	UND	Atenolol 50 mg	Comprimido	R$ 0,06	R$ 3.600,00
74	100	CX	Carvedilol 12,5 mg C/30	Comprimido	R$ 10,07	R$ 1.007,00
75	25	CX	Carvedilol 25 mg C/30	Comprimido	R$ 12,85	R$ 321,25
82	15.000	UND	Metildopa 250 mg	Comprimido	R$ 0,54	R$ 8.100,00
85	50.000	UND	Propranolol 40 mg	Comprimido	R$ 0,03	R$ 1.500,00
88	10.000	UND	Digoxina 0,25 mg	Comprimido	R$ 0,10	R$ 1.000,00
107	5.000	UND	Ranitidina-Injetável 25 mg/ml	Ampola	R$ 0,83	R$ 4.150,00
109	5.000	UND	Ciprofibrato 100 mg	Comprimido	R$ 1,23	R$ 6.150,00
112	500	UND	Cloridrato de Lidocaína 2% com 30 g	Bisnaga	R$ 3,99	R$ 1.995,00
119	5.000	UND	Etinilestestradiol+Levonorgestrel 0,03 + 0,15 mg	Comprimido	R$ 0,09	R$ 450,00
124	8.000	UND	Prometazina 25 mg	Comprimido	R$ 0,21	R$ 1.680,00
131	1.000	UND	Salbutamol-Solução Oral 0,25 mg/ml	Frasco	R$ 2,41	R$ 2.410,00
133	2.500	UND	Acebrofilina Xarope Pediátrico 25 mg/5ml	Frasco	R$ 7,39	R$ 18.475,00
134	2.500	UND	Acebrofilina Xarope Adulto 50 mg/5ml	Frasco	R$ 11,35	R$ 28.375,00
135	2.000	UND	Ambroxol Xarope Pediátrico 15 mg/5ml	Frasco	R$ 3,44	R$ 6.880,00
141	3.000	UND	Dexametasona-Injetável 4mg/ml	Ampola	R$ 1,06	R$ 3.180,00
142	500	UND	Dexametasona Xarope 0,1%	Frasco	R$ 2,97	R$ 1.485,00
146	25	CX	Hidrocortisona-Injetável 100 mg/2ml C/50	Ampola	R$ 222,00	R$ 5.550,00
149	300	UND	Cloreto de Sódio+Cloreto benzalcônio-Solução Nasal 0,9%	Frasco	R$ 1,84	R$ 552,00
152	2.000	UND	Espironolactona 100 mg	Comprimido	R$ 0,74	R$ 1.480,00
158	1.000	UND	Levotiroxina Sódica 25 mcg	Comprimido	R$ 0,23	R$ 230,00
160	1.000	UND	Levotiroxina Sódica 100 mcg	Comprimido	R$ 0,39	R$ 390,00
162	1.000	UND	Dobutamina-Injetável 250 mg/ml	Ampola	R$ 10,11	R$ 10.110,00
164	500	UND	Óleo Mineral 100%-Uso Oral 100 ml	Frasco	R$ 4,34	R$ 2.170,00
174	500	UND	Carbonato de Lítio (Antipsicótico) 300 mg	Comprimido	R$ 0,43	R$ 215,00
198	6.000	UND	Sertralina (antidepressivo) 50 mg	Comprimido	R$ 0,64	R$ 3.840,00
201	10.000	UND	Tramadol (Opioide/Analgésico) Injetável 50 mg/ml	Ampola	R$ 1,86	R$ 18.600,00
202	150	UND	Valproato de Sódio Xarope 250 mg/5ml	Frasco	R$ 7,93	R$ 1.189,50
206	500	UND	Estriol Creme Vaginal 1 mg/g	Tubo	R$ 42,80	R$ 21.400,00

208	5.000	UND	Ácido Ascórbico Injetável 100 mg/ml	Ampola	R$ 0,92	R$ 4.600,00
217	5.000	UND	Glicose 25%	Ampola	R$ 0,46	R$ 2.300,00
218	3.000	UND	Glicose 50%	Ampola	R$ 0,47	R$ 1.410,00
223	3.000	UND	Mebendazol 100mg	Comprimido	R$ 0,10	R$ 300,00
238	1.500	UND	Lipidogrel 75 mg	Comprimido	R$ 1,36	R$ 2.040,00
					Total	**R$ 184.754,25**

Classificação Final

EMPRESA: C.A DISTRIBUIDORA E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.

CNPJ: 26.457.348/0001-04;

ENDEREÇO: AVENIDA GRAÇA ARANHA, S/N, QUADRA 29, LOTE 09, SALA 2 E 3, JARDIM NOVA ERA, APARECIDA DE GOIÂNIA – GO, CEP: 74.916-070;

TELEFONE: (62) 3983-2239 / (66) 3983-2238;

E-MAIL: ca.distribuidora@hotmail.com

VALOR GLOBAL: R$ 184.754,25 (CENTO E OITENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 18 de Setembro de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**C.A DISTRIBUIDORA E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** Contratada
Testemunhas	
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34	**Zenilton Augusto da Silva** CPF: 030.767.051-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036/2018

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.250.803/0001-92, sediada na Rua Professor João Félix, 635, Lixeira, Cuiabá/MT, CEP: 78.008-435, neste ato representado pelo Senhor **Andreite Spada,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 143. 4280-4 SSP/MT e do CPF nº 992.663.001-44, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8. 666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica, onde Pública e **HOMOLOGADA nos autos**, referente ao Pregão Presencial n° 038/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando futuras e eventuais à Aquisição parceladas de medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos Medicamentos	Unidade	R$ Unitário	R$ Total
5	300	CX	Dipirona Sódica – Injetável 1g/2ml C/120 amp	Ampola	R$ 76,90	R$ 23.070,00
9	5.000	UND	Cetoprofeno-injétavel 100 mg/ml	Frasco-Ampola	R$ 4,28	R$ 21.400,00
19	4.000	UND	Tenoxicam Injetável 20 mg/2ml	Frasco-Ampola	R$ 6,45	R$ 25.800,00
23	1.000	UND	Amoxicilina+Clavulonato Potássio 50 mg + 12,5 mg	Frasco	R$ 44,00	R$ 44.000,00
27	3.500	UND	BenzilpenicilinaBenzatina 1.200.000 UI	Frasco-Ampola	R$ 15,79	R$ 55.265,00
28	40.000	UND	Cefalexina 500 mg	Comprimido	R$ 0,52	R$ 20.800,00
31	20.000	UND	Ciprofloxacino 500 mg	Comprimido	R$ 0,33	R$ 6.600,00
33	20	CX	Gentamicina-Injetável 80 mg/ml C/100 AMP de 2ml	Ampola	R$ 129,00	R$ 2.580,00
35	5.000	UND	Sulfametoxazol+trimetoprima 400 mg + 80mg	Comprimido	R$ 0,14	R$ 700,00

51	4.000	UND	Itraconazol 100 mg	Cápsula	R$ 1,29	R$ 5.160,00
59	50	CX	Bromoprida5 mg/ml C/100	Ampola	R$ 245,86	R$ 12.293,00
62	2.000	UND	Metoclopramida 10 mg	Comprimido	R$ 0,30	R$ 600,00
64	1.500	UND	Metoclopramida-Solução Oral 4 mg/ml	Frasco	R$ 0,95	R$ 1.425,00
66	50.000	UND	Anlodipino 10 mg	Comprimido	R$ 0,12	R$ 6.000,00
67	40.000	UND	Atenolol 25 mg	Comprimido	R$ 0,06	R$ 2.400,00
70	30.000	UND	Captopril 25 mg	Comprimido	R$ 0,06	R$ 1.800,00
71	25.000	UND	Captopril 50 mg	Comprimido	R$ 0,08	R$ 2.000,00
86	8.000	UND	Amiodarona 200 mg	Comprimido	R$ 0,57	R$ 4.560,00
90	10.000	UND	Cinarizina 75 mg	Comprimido	R$ 0,28	R$ 2.800,00
95	1.500	UND	Simeticona 75 mg/ml	Frasco	R$ 1,98	R$ 2.970,00
96	8.000	UND	Escopolamina-Injetável 20 mg/ml	Ampola	R$ 1,91	R$ 15.280,00
111	25.000	UND	Sinvastatina 40 mg	Comprimido	R$ 0,29	R$ 7.250,00
116	500	UND	Lidocaína Spray 100 ml	Frasco	R$ 91,35	R$ 45.675,00
132	80	UND	Salbutamol-Aerossol 100 mcg-200 doses	Frasco	R$ 27,80	R$ 2.224,00
136	2.000	UND	Ambroxol Xarope Adulto 30 mg/5ml	Frasco	R$ 3,41	R$ 6.820,00
145	25	CX	Hidrocortisona-Injetável 500 mg/2ml C/50	Ampola	R$ 480,00	R$ 12.000,00
147	1.500	UND	Prednisolona-Solução Oral 4,02mg/ml(Equivalente a 3 mg/ml)	Frasco	R$ 6,38	R$ 9.570,00
148	10.000	UND	Prednisona 5mg	Comprimido	R$ 0,17	R$ 1.700,00
153	10.000	UND	Furosemida 40 mg	Comprimido	R$ 0,06	R$ 600,00
154	50	CX	Furosemida-Injetável 10 mg/ml C/60	Ampola	R$ 27,28	R$ 1.364,00
155	100.000	UND	Hidroclorotiazida 25 mg	Comprimido	R$ 0,03	R$ 3.000,00
157	2.000	UND	Permectrina-loção 1%	Frasco	R$ 3,56	R$ 7.120,00
167	1.000	UND	Carbonato de Cálcio+Colecalciferol 500 mg + 400 UI	Comprimido	R$ 0,68	R$ 680,00
172	60.000	UND	Carbamazepina (Anticonvulsivante) 200mg	Comprimido	R$ 0,25	R$ 15.000,00
173	100	UND	Carbamazepina – Suspensão Oral 2%	Frasco	R$ 19,10	R$ 1.910,00
182	5.000	UND	Diazepam Injetável 5 mg/ml	Ampola	R$ 1,18	R$ 5.900,00
184	50.000	UND	Fenobarbital (Anticonvulsivante/Sedativo) 100 mg	Comprimido	R$ 0,17	R$ 8.500,00
185	100	UND	Fenobarbital (Anticonvulsivante/Sedativo) 40 mg/ml	Frasco	R$ 5,19	R$ 519,00
187	30.000	UND	Fluoxetina (Antidepressivo) 20 mg	Cápsula	R$ 0,17	R$ 5.100,00
189	300	UND	Haloperidol (Antipscicotico/Alcoolismo/Delírio Alucinação) Solução Oral 2 mg/ml	Frasco	R$ 4,65	R$ 1.395,00
190	10	CX	Haloperidol Decanoato Injetável (Antipscicotico/Alcoolismo/Delírio Alucinação) 50 mg/ml	Ampola	R$ 58,00	R$ 580,00
192	1000	UND	Midazolam Injetável (Sedativo) 15 mg/3ml	Ampola	R$ 2,44	R$ 2.440,00
195	1.000	UND	Paroxetina (Antidepressivo) 20 mg	Comprimido	R$ 0,58	R$ 580,00
196	2.000	UND	Morfina Injetável (Opióde/Analgésico) 10mg/ml	Ampola	R$ 3,97	R$ 7.940,00
203	800	UND	Valproato de Sódio 250 mg	Comprimido	R$ 0,56	R$ 448,00
204	800	UND	Valproato de Sódio 500 mg	Comprimido	R$ 0,98	R$ 784,00
210	5.000	UND	Complexo B	Comprimido	R$ 0,11	R$ 550,00
215	300	UND	Sulfato Ferroso Solução Oral 125 mg/ml Gotas	Frasco	R$ 1,79	R$ 537,00
219	4.000	UND	Cloreto de Potássio 19,1%	Ampola	R$ 0,45	R$ 1.800,00
220	2.000	UND	Cloreto de Sódio 10%	Ampola	R$ 0,41	R$ 820,00
221	500	UND	Ácido Tranexâmico Injetável 50mg/ml de 5 ml	Ampola	R$ 7,06	R$ 3.530,00
					Total	**R$ 413.839,00**

Classificação Final

EMPRESA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI.

CNPJ: 03.250.803/0001-92;

ENDEREÇO: RUA PROFESSOR JOÃO FÉLIX, 635, LIXEIRA, CUIABÁ – MT, CEP: 78.008-435;

TELEFONE: (65) 3614-2108;

E-MAIL: centermedica@ibest.com.br

VALOR GLOBAL: R$ 413.839,00 (QUATROCENTOS E TREZE MIL OITOCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 18 de Setembro de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI** Contratada
Testemunhas	
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34	**Zenilton Augusto da Silva** CPF: 030.767.051-13

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM – EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 04 de Outubro de 2018, às 14h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade ou no site da Prefeitura Municipal http://www.canabavadonorte.mt.gov.br.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 19 de Setembro de 2018.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 037/2018

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada: **CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.443.348/0001-77, sediada na Avenida Segunda Radial, 363, Setor Pedro Ludovico, Goiânia/GO, CEP: 74.280-090, neste ato representado pela Senhora **Maria Neuza Ramos,** brasileira, empresária, portadora do RG nº 4286811 SSP/GO e do CPF nº 915.814.0001-87, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da Farmácia Básica, onde Pública e **HOMOLOGADA nos autos**, referente ao Pregão Presencial n° 038/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços visando futuras e eventuais à Aquisição parceladas de medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos Medicamentos	Unidade	R$ Unitário	R$ Total
1	15.000	UND	Dipirona Sódica-Solução Oral 500 mg/ml GTS 10ml	Frasco	R$ 0,96	R$ 14.400,00
2	5.000	UND	Paracetamol-Solução Oral 200 mg/ml GTS	Frasco	R$ 0,97	R$ 4.850,00
3	10.000	UND	Cetoprofeno-injétavel 50 mg/ml	Frasco-Ampola	R$ 3,35	R$ 33.500,00
4	40.000	UND	Ibuprofeno 600 mg	Comprimido	R$ 0,21	R$ 8.400,00
5	20.000	UND	Nimesulida 100 mg	Comprimido	R$ 0,14	R$ 2.800,00
6	15.000	UND	Nimesulida Suspensão 50 mg/ml	Frasco	R$ 1,86	R$ 27.900,00
7	5.000	UND	Amoxicilina+Clavulonato Potássio 500mg +125 mg	Comprimido	R$ 2,99	R$ 14.950,00
8	4.000	UND	Azitromicina-Suspensão Oral 40 mg/ml	Frasco	R$ 10,80	R$ 43.200,00
9	3.000	UND	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI	Frasco-Ampola	R$ 10,90	R$ 32.700,00
10	5.000	UND	Cefalexina-Suspensão Oral 250mg/5ml	Frasco	R$ 9,56	R$ 47.800,00
11	1.000	UND	Gentamicina-Colirio5 mg/ml	Frasco	R$ 14,18	R$ 14.180,00
12	10.000	UND	Albendazol 400 mg	Comprimido	R$ 0,74	R$ 7.400,00
13	40	CX	Albendazol-Suspensão Oral 40 mg/ml C/50 de 10ml	Frasco	R$ 79,73	R$ 3.189,20
14	5.000	UND	Metronidazol 250 mg	Comprimido	R$ 0,19	R$ 950,00
15	5.000	UND	Metronidazol 400mg	Comprimido	R$ 0,53	R$ 2.650,00
16	3.000	UND	Secnidazol 1000 mg	Comprimido	R$ 0,79	R$ 2.370,00
17	25	CX	Cetoconazol 20 mg/g C/50 de 30g	Tubo	R$ 161,00	R$ 4.025,00
18	2.000	UND	Metronidazol-Geleia Vaginal 10%	Tubo Gel	R$ 6,54	R$ 13.080,00
19	2.000	UND	Miconazol-Creme Vaginal 2% 50g	Tubo	R$ 7,31	R$ 14.620,00
20	1.000	UND	Dimenidrinato+Piridoxidina 50 mg + 10 mg	Comprimido	R$ 0,85	R$ 850,00
21	2.000	UND	Dimenidrinato+Piridoxidina+Glicose+Frutose DL-Injetável	Ampola	R$ 7,90	R$ 15.800,00
22	5.000	UND	Atenolol 100 mg	Comprimido	R$ 0,13	R$ 650,00
23	15.000	UND	Enalapril 5 mg	Comprimido	R$ 0,12	R$ 1.800,00
24	50.000	UND	Enalapril 20 mg	Comprimido	R$ 0,10	R$ 5.000,00
25	5.000	UND	Isossorbida 40 mg	Comprimido	R$ 0,43	R$ 2.150,00
26	120.000	UND	Losartana Potássica 50 mg	Comprimido	R$ 0,12	R$ 14.400,00
27	15.000	UND	Nifedipino 10 mg	Comprimido	R$ 0,17	R$ 2.550,00
28	2.000	UND	Amiodarona-Injetável 150 mg/3ml	Ampola	R$ 3,35	R$ 6.700,00
29	2.000	UND	Alopurinol 300 mg	Comprimido	R$ 0,24	R$ 480,00

30	1.000	UND	Levodopa+Carbidopa 250 mg + 50 mg	Comprimido	R$ 2,11	R$ 2.110,00
31	10.000	UND	Escopolamina+Dipirona-Injetável 4 mg/ml + 500 mg/ml	Ampola	R$ 2,71	R$ 27.100,00
32	100	CX	Glibenclamida5 mg C/450	Comprimido	R$ 18,23	R$ 1.823,00
33	1.000	UND	Glicazida 30 mg	Comprimido	R$ 0,93	R$ 930,00
34	2.500	UND	Insulina Regular 100 UI/ml	Ampola	R$ 90,00	R$ 225.000,00
35	15.000	UND	Cimetidina 200 mg	Comprimido	R$ 0,32	R$ 4.800,00
36	40.000	UND	Omeprazol 20 mg	Cápsula	R$ 0,12	R$ 4.800,00
37	1.000	UND	Hidróxido de Alumínio+Hidróxido de Magnésio-Solução Oral 40 mg + 60 mg	Frasco	R$ 3,82	R$ 3.820,00
38	1000	UND	Lidocaína com vasoconstritor-Injetavel 20 ml	Frasco-Ampola	R$ 5,10	R$ 5.100,00
39	1000	UND	Lidocaína + Epinefrina 2% com vasoconstritor 20 ml	Frasco-Ampola	R$ 7,00	R$ 7.000,00
40	1.000	UND	Medroxiprogesterona-Injetável 150 mg /ml	Ampola	R$ 32,22	R$ 32.220,00
41	1.000	UND	Norestirenona+Estradiol-Injetável 50 mg + 5 mg	Ampola	R$ 14,55	R$ 14.550,00
42	500	UND	Norestirenona 0,35 mg	Comprimido	R$ 0,37	R$ 185,00
43	5.000	UND	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml	Frasco	R$ 2,13	R$ 10.650,00
44	2.000	UND	Prometazina-Injetavel 50 mg/ml	Ampola	R$ 3,40	R$ 6.800,00
45	10.000	UND	Loratadina 10 mg	Comprimido	R$ 0,22	R$ 2.200,00
46	8.000	UND	Loratadina xarope 1 mg/ml	Frasco	R$ 3,50	R$ 28.000,00
47	150	UND	Ipratrópio 0,25 mg/ml	Frasco	R$ 1,90	R$ 285,00
48	200	UND	Budesonida Spray nasal 32 mcg/dose	Frasco	R$ 38,54	R$ 7.708,00
49	50	UND	Loção Oleosa a base de ácidos Graxos (vitamina A e E+Lecitina de soja) 100 ml	Frasco	R$ 4,72	R$ 236,00
50	30.000	UND	Hidroclorotiazida 50 mg	Comprimido	R$ 0,28	R$ 8.400,00
51	1.000	UND	Dopamina-Injetável 5 mg/ml	Ampola	R$ 2,27	R$ 2.270,00
52	2.000	UND	Epinefrina-Injetável 1/1000	Ampola	R$ 3,96	R$ 7.920,00
53	3.000	UND	Alendronato de Sódio 70 mg	Comprimido	R$ 0,87	R$ 2.610,00
54	1.000	UND	Buspirona (Ansiolítico) 10 mg	Comprimido	R$ 2,47	R$ 2.470,00
55	30.000	UND	Carbamazepina (Anticonvulsivante) 400mg	Comprimido	R$ 0,60	R$ 18.000,00
56	5.000	UND	Clonazepam-(Anticonvulsivante/Ansiolítico) 0,5 mg	Comprimido	R$ 0,19	R$ 950,00
57	300	UND	Clonazepam-(Anticonvulsivante/Ansiolítico) 2,5 mg/ml	Frasco	R$ 4,43	R$ 1.329,00
58	2.500	UND	Clorpromazina (Anticonvulsivante/Ansiolítico) 25 mg	Comprimido	R$ 0,43	R$ 1.075,00
59	200	UND	Clorpromazina Solução Oral 40 mg/ml	Frasco	R$ 8,44	R$ 1.688,00
60	8.000	UND	Diazepam (Anticonvulsionante/Ansiolítico) 5 mg	Comprimido	R$ 0,17	R$ 1.360,00
61	10	CX	Haloperidol Injetável 5 mg/ml	Ampola	R$ 99,50	R$ 995,00
62	1.000	UND	Nortriptilina (Antidepressivo) 50 mg	Comprimido	R$ 1,19	R$ 1.190,00
63	1.000	UND	Olanzapina (Antipscicotico) 5 mg	Comprimido	R$ 3,76	R$ 3.760,00
64	1.000	UND	Tioridazina (Neuroléptico) 100 mg	Comprimido	R$ 1,77	R$ 1.770,00
65	300	UND	Fluocinolona+Neomicina+PolimixinaB+Lidocaína5 ml	Frasco	R$ 10,80	R$ 3.240,00
66	1.000	UND	Fitomenadiona Injetável 10 mg/ml	Ampola	R$ 2,48	R$ 2.480,00
67	5.000	UND	Sais para Reidratação Oral 27,9 g	Sachê	R$ 0,92	R$ 4.600,00
68	15.000	UND	Sulfato Ferroso 40 mg	Comprimido	R$ 0,07	R$ 1.050,00
69	70	CX	Tiamina 300 mg C/30	Comprimido	R$ 11,86	R$ 830,20
70	1.500	UND	Mebendazol-Supensão Oral 100mg/5ml	Frasco	R$ 2,18	R$ 3.270,00
71	3.000	UND	Ampicilina 500mg	Comprimido	R$ 0,37	R$ 1.110,00
72	300	UND	Eritromicina 250 mg/ml 60ml	Frasco	R$ 11,01	R$ 3.303,00
73	4.000	UND	Eritromicina 500 mg	Comprimido	R$ 1,31	R$ 5.240,00
74	1.000	UND	Tiabendazol 250mg/5ml	Frasco	R$ 18,12	R$ 18.120,00
75	4.000	UND	Tiabendazol 500 mg	Comprimido	R$ 2,73	R$ 10.920,00
76	500	UND	Tiabendazol	Tubo	R$ 15,57	R$ 7.785,00
77	300	UND	Tetraciclina 1% Pomada Oftalmológica	Tubo	R$ 19,00	R$ 5.700,00
78	1.500	UND	Cropidogel 75 mg	Comprimido	R$ 1,41	R$ 2.115,00
79	1.500	UND	Crestor 10,4 mg	Comprimido	R$ 5,63	R$ 8.445,00
80	1.500	UND	Monocordil 20 mg	Comprimido	R$ 0,87	R$ 1.305,00
81	2.000	UND	Resuvastatina Cálcia 20 mg	Comprimido	R$ 0,80	R$ 1.600,00
					Total	**R$ 865.561,40**

Classificação Final

EMPRESA: CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 05.443.348/0001-77;

ENDEREÇO: AVENIDA RADIAL, 363, SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA – GO, CEP: 74.280-090;

TELEFONE: (62) 3241-8277;

E-MAIL: centermedica@ibest.com.br

VALOR GLOBAL: R$ 865.561,40 (OITOCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 18 de Setembro de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.** Contratada
Testemunhas	
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34	**Zenilton Augusto da Silva** CPF: 030.767.051-13

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 490/2018

De 14 de Setembro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidor no cargo de Auxiliar de Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 107/2018 – Convite nº 014/2018 – contratação de empresa especializada para serviços gráficos com fornecimento de material**, conforme **anexo I** do edital.

Art. 2º - Nomear **ILSE TERESINHA GOTZ**, servidor no cargo de Agente Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Setembro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 491/2018

De 14 de Setembro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES**, servidor no cargo de Engenheiro Civil**,** para exercer a fiscalização do Processo nº 108/2018 – Carta Convite nº 013/2018**,** cujo objeto é a contratação de empresa **especializada para reconstrução de 01 (uma) ponte de madeira no Município de Canarana-MT**, conforme **anexo I** do edital.

Art. 2º - Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Setembro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE

LEI MUNICIPAL N.º 1.397 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Lei Municipal n.º 1.397 de 18 de setembro de 2018

(Projeto de Lei n.º 059/2018 de autoria do Executivo).

Autoriza doação de área de terras urbanas para fins de regularização do Programa Habitacional Casa Fácil.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a regularidade do Processo Licitatório de Dispensa de Licitação para aquisição do imóvel destinado ao loteamento;

Considerando a execução normal do Contrato Administrativo nº 061/2004, de aquisição dos lotes;

Considerando o cumprimento da Lei municipal nº 605/2004, que autorizou a aquisição de área de terras e da Lei municipal nº 610/2004, que autorizou o município a firmar convênio com instituição financeira e estabeleceu critérios para se adquirir os lotes;

Considerando a celebração de convênio entre o Município de Canarana e a Caixa Econômica Federal para fins de construção das moradias do Programa Casa Fácil;

Considerando que a seleção dos beneficiários feita pela Caixa Econômica Federal atendeu aos critérios previstos no Programa Casa Fácil,

Considerando a aprovação da lei Municipal n.º 1075/2013 de 20 de agosto de 2013, que autoriza doação de áreas de terras urbanas para fins de regularização do Programa Habitacional Casa Fácil.

Considerando, ainda, que alguns beneficiários do Programa Casa Fácil não foram contemplados na referida Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar e doar para os beneficiários do Programa Casa Fácil, área de terras urbanas locados sob os lotes abaixo relacionados, do Loteamento Morar Melhor registradas no Cartório de Imóveis de Canarana – MT, e matrículas anexo a presente Lei.

Lote 03 da Quadra C – matrícula - 17.991

Lote 01 da quadra F – matricula – 18.001

Lote 02 da quadra F – matricula – 18.002

Lote 04 da quadra F – matricula - 18.003

Lote 06 da quadra F – matricula - 18.004

Lote 08 da quadra F – matricula - 18.005

Lote 09 da quadra F – matricula - 18.006

Lote 10 da quadra F – matricula - 18.007

Parágrafo Único. A doação obedecerá aos termos do Art. 17, inciso I, alínea “f” da Lei nº 8.666/93, sendo dispensada de licitação.

Art. 2º A área total, considerando os lotes contemplados na Lei 1.075/2013 e da presente Lei, correspondem a 42 lotes urbanos objeto do Programa Casa Fácil, que foram destinados à construção de Casas Populares para os beneficiários do referido programa, conforme convênio firmado com a Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 18 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL Nº 005/2018

Edital de convocação para Audiência Pública

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público a todos os munícipes, que será realizada **Audiência Pública de Prestação de Contas e Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre de 2018,** no dia 27 de setembro de 2018, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, situada à avenida Rio Grande do Sul nº 217, centro, nesta cidade, em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º, da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (Responsabilidade Fiscal).

Canarana – MT, 17 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 497/2018

Portaria nº 497/2018

18 de setembro de 2018.

Conceder férias a servidora pública municipal **Susana Almeida Cordeiro Ribeiro** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Suzana Almeida Cordeiro Ribeiro,** por um período de 20 dias que serão usufruídas nos períodos abaixo descriminados, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 10/10/2018 a 29/10/2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende à 19/10/2017 a 18/10/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 2914/2018

Decreto Nº 2914/2018

De 13 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a adesão do município de Canarana à I Conferência Intermunicipal de Cultura de Nova Xavantina e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de atende a Portaria SEC n.] 119/SEC/2018, que estabelece as diretrizes para a realização das Conferências Municipais/Intermunicipais/Regionais/Setoriais de Cultura como etapa preparatória da IV Conferência Estadual de Cultura.

DECRETA:

Art.1º - O município de Canarana, Estado de Mato Grosso, adere a I Conferência Intermunicipal de Cultura que será realizada no dia 27 de setembro de 2018 em Nova Xavantina – MT, conforme o Decreto Municipal n.º 3.316 de 10 de setembro de 2018.

Art.2º O tema central da I Conferência Intermunicipal de Cultura é "**A CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL".**

Art.3º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fica autorizada a realizar reunião ou encontro prévio para escolha dos delegados/representantes do município de Canarana – MT.

Art.4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 13 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 496/2018

Portaria Nº 496/2018

18 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. **Fábio Marcos Pereira de Faria**, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Silvia Lopes Torres** ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde. Matricula n°4787 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 24 de dezembro de 2018 à 23 de março de 2019, relativo ao quinquênio de 2013 a 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 18 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº 169 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Lei Complementar nº 169 de 18 de setembro de 2018

(Projeto de Lei Complementar n.º 008/2018 de autoria do Legislativo).

Altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 121/2014 que: "Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Canarana - MT e dá outras providências".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 12 da Lei Complementar nº 121/2014 de 28 de março de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação.

SESSÃO II

Das Vantagens Acessórios

Subseção Única

Do Incentivo ao Ensino Superior

Art. 12 – Os servidores efetivos e os servidores estáveis na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 terão o direito de perceber um adicional de 70% sobre o valor total do curso, como forma de incentivo à busca do ensino superior e pós-graduação para o aprimoramento dos conhecimentos pessoais e do serviço público prestado à coletividade.

§ 1º - (...)

I- (...)

II- (...)

III- (...)

IV- (...)

§ 2º- (...)

I – (...)

II – (...)

III – no final de cada semestre o beneficiário deverá apresentar atestado de frequência e aproveitamento com o mínimo de 70% (setenta por cento) de participação.

IV – (...)

V – O benefício será concedido para a frequência de um único curso superior ou pós-graduação por servidor.

§ 3º- O descumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º deste Artigo acarretará a suspensão do benefício concedido. Caso haja desistência ou reprovação no curso o beneficiário deverá devolver ao erário o valor integral recebido.

§ 4º (...)

§ 5º- Após o término do curso o servidor beneficiado deverá permanecer no quadro de servidores da Câmara Municipal de Canarana – MT, por igual tempo a duração do curso, caso não o faça, deverá ressarcir o valor integral do curso.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 18 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 485/2018

De 14 de Setembro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **RENATA SORAYA REYES**, servidora no cargo de Professora Educação Infantil, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 105/2018 – Inexigibilidade nº 010/2018, objeto é a Contratação de Empresa Promotora de Eventos para realização da Semana Farroupilha em Canarana-MT.

Art. 2º - Nomear **CINTIA DE ALMEIDA RAIMUNDO,** servidora no cargo de Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/09/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Setembro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 494/2018

Portaria nº 494/2018

18 de setembro de 2018.

Conceder férias a servidora pública municipal Lucimar Maria de Aguiare dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Lucimar Maria de Aguiar, por um período de 30 dias, a serem usufruídas de 17 de setembro de 2018 a 16 de outubro de 2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 03/04/2017 a 02/04/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 846/2018

De 14 de Setembro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES**, servidor no cargo de Engenheiro Civil**,** para exercer a fiscalização do Processo nº 098/2018 – Carta convite nº 012/2018**,** cujo objeto é a **prestação de serviços de consultoria técnica, fiscalização, acompanhamento de obras, elaboração de medições e relatórios** ede acordo com os anexos do Edital.

Art. 2º - Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 17 de Setembro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 487/2018

De 14 de Setembro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILSON GOMES DE SOUSA**, servidor no cargo de Assessor de controle de Obras**,** para exercer a fiscalização do Processo nº 106/2018 – Dispensa de Licitação nº 023/2018**,** cujo objeto é o **contratação de empresa para locação de 01 (um) veículo automotor, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Agricultura** e de acordo com as especificações.

Art. 2º - Nomear **ENISIO MELATO** no cargo de Assessor de Planejamento, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação, com efeitos retroativos a 13/09/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Setembro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 488/2018

De 14 de Setembro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, servidor no cargo de Assessor Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 100/2018 – Pregão presencial nº 038/2018 –** objeto é o Registro de preços para futura e eventual **aquisição de pó de brita, sem frete** e de acordo com as necessidades do município de Canarana-MT**,** conforme edital.

Art. 2º - Nomear**ENISIO MELATO** no cargo de Assessor de Planejamento, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Setembro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 489/2018

De 14 de Setembro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **CLAUDIONOR DOS SANTOS**, servidor no cargo de Agente de Serviços I**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 111/2018, Dispensa de Licitação nº 026/2018 - Contratação de empresa para serviços de transporte de envelopes, malotes e mercadorias, conforme anexo.

Art. 2º Nomear **ILSE TERESINHA GOTZ**, servidor no cargo de Agente Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Setembro de 2018**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº495/2018

Portaria nº495/2018

18 de setembro de 2018.

Conceder férias ao servidor público municipal **Rone Clay Ribeiro** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Rone Clay Ribeiro, por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 05 de novembro de 2018 a 04 de dezembro de 2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende à 01/02/2016 a 31/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de setembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2018

CONTRATO N°: 131/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): ROSA PEREIRA DOS SANTOS COMERCIO-ME, CNPJ/MF sob o n.º 02.507.293/0001-23

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

VALOR:R$ 2.127,00(DOIS MIL CENTO E VINTE E SETE REAIS)

VIGÊNCIA: 18/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2018

CONTRATO N°: 133/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): ROSA PEREIRA DOS SANTOS COMERCIO-ME, CNPJ/MF sob o n.º 02.507.293/0001-23

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

VALOR:R$ 1713,00(HUM MIL SETECENTOS E TREZE REAIS)

VIGÊNCIA: 18/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2018

CONTRATO N°: 130/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): ROSA PEREIRA DOS SANTOS COMERCIO-ME, CNPJ/MF sob o n.º 02.507.293/0001-23

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

VALOR: R$ 269,00 (DUZENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS),

VIGÊNCIA: 19/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 19.07.2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2018

CONTRATO N°: 137/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):FERRARI CELL LTDA, CNPJ/MF sob o n.º 11.350. 664/0001-05

OBJETO:AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, ELETRO ELETRONICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT

VALOR:R$ 752,00(SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS)

VIGÊNCIA: 18/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2018

DECRETO Nº 31/2018 DISCIPLINA SOBRE A CONTENÇÃO DE DESPESAS ATRAVÉS DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO PARA MANTER O EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

DECRETO Nº 31/2018

Disciplina sobre a contenção de despesas através da limitação de empenho para manter o equilíbrio financeiro.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e tendo em vista o disposto no artigo **9º Complementar** nº **101,** de 04 de maio de 2000.

CONSIDERANDO que persistem os efeitos gerados pela frustração da arrecadação da receita do FPM e ICMS, em razão da Restituição do IRRF, da crise do agronegócio, madeira, soja, e,

CONSIDERANDO a possibilidade da existência de um resultado orçamentário negativo;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar um resultado primário negativo durante o exercício de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os limites para movimentação de empenhos relativos às dotações constantes da Lei nº 850/2017, de 05 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual – 2018);

Art. 2º Os gastos classificáveis em Material de Consumo, Diárias de Viagens Outros serviços e Encargos de todas as Secretarias, a partir desta data ficam limitados 30% (trinta por cento) dos seus saldos apurados nesta data;

Art. 3º Os investimentos programados para os projetos previstos para todas as Secretarias com recursos próprios ficam limitados 30% (trinta por cento) dos seus saldos apurados nesta data;

Art. 4° Os Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores que não serão mais utilizados serão anulados;

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, em **03** de **Setembro** de **2018**.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** em local costume nesta data.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2018

CONTRATO N°: 134/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):WANDA COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, **CNPJ/MF sob o n.º 12.358.170/0001-21**

OBJETO:AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, ELETRO ELETRONICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT

VALOR:R$ 4470,00(QUATRO MIL QUATROCENTOS E SETENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 18/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2018

CONTRATO N°: 135/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):WANDA COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, **CNPJ/MF sob o n.º 12.358.170/0001-21**

OBJETO:AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, ELETRO ELETRONICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT

VALOR:R$ 1015,00(HUM MIL E QUINZE REAIS)

VIGÊNCIA: 18/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2018

CONTRATO N°: 136/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):WANDA COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, **CNPJ/MF sob o n.º 12.358.170/0001-21**

OBJETO:AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, ELETRO ELETRONICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT

VALOR:R$ 5250,00(CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 18/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2018

CONTRATO N°: 132/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): ROSA PEREIRA DOS SANTOS COMERCIO-ME, CNPJ/MF sob o n.º 02.507.293/0001-23

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

VALOR:R$ 520,00 (QUINHENTOS E VINTE REAIS)

VIGÊNCIA: 18/07/2018 A 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
PORTARIA Nº.: 377/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº.: 377/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a designação do Agente de Desenvolvimento Empresarial do Centro de Atendimento Empresarial do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal em Exercício, em virtude do gozo de férias da Exma. Prefeita Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **DESIGNAR** o Sr. **SANTOS REIS ELOY DA PAIXÃO**, para exercer o cargo de Agente de Desenvolvimento Empresarial do Centro de Atendimento Empresarial do Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 19 de setembro de 2018.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE CONVÊNIO COM O SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAECG Nº 04/2018

TERMO DE CONVÊNIO COM O SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAECG Nº 04/2018

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAECG

O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede localizada na Rua Tiradentes, nº 166, CNPJ/MF nº 03.507.530/0001-19, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira, viúva, enfermeira, portadora do RG 0303000-8 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 171.785.171-15, residente e domiciliada na Rua Cipriano Curvo, Centro, na Cidade de Chapada dos Guimarães/MT, CEP 78.195-000, doravante denominado **CONCEDENTE**, do outro lado a **SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 04.408.208/0001-03, com sede na Rua Aricas, s/n.º, Bairro Santa Cruz, Chapada dos Guimarães/MT, CEP n.º 78195-000, representado por seu Diretor Geral LUIZ LEITE DE OLIVEIRA, portadora de Cédula de Identidade RG n.º 12978922 SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 008.087.858-00, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas de condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo de Convênio tem por objetivo o repasse de recursos Financeiros para viabilizar a aquisição e instalação do Inversor de Frequência Trifásico 380/480 211A/ 125C/175CV para a bomba da captação do Monjolo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DA CONCEDENTE

a) Repassar a importância deste convênio, liberando os recursos financeiros para crédito em conta bancária específica, indicada pela CONVENENTE;

b) Exercer controle e fiscalização sobre a execução, podendo transferir a responsabilidade a terceiros no caso de paralisação ou de fato relevante que venha ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação pactual;

c) Exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos, através da Secretaria de Finanças e da Gerência de Convênios. **d)** Nomear Fiscal de Contrato para acomahamento de execução do objeto pactuado.

II – DA CONVENENTE

a) Informar a conta bancária, **específica para movimentar estes recursos**, de preferência no Banco do Brasil; **b)** Aplicar os recursos recebidos da CONCEDENTE, nas finalidades previstas na Cláusula Primeira do presente termo, e obedecendo ao cronograma de desembolso estipulado na mesma cláusula. **c)** Restituir à CONCEDENTE, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação, nos seguintes casos: **I -** Quando não for executado o objeto pactuado; **II -** Quando não for apresentado no prazo exigido, a prestação de contas; **III -** Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio. **d)** Restituir à CONCEDENTE, eventual saldo de recurso, inclusive, os redimentos de aplicação financeira, conforme o caso na data de sua conclusão ou extinção. **e)** Cumprir as normas estabelecidas na Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993, para a execução do objeto pactuado no presente convênio; **f)** Atender fielmente o objetivo deste termo até o o seu encerramento. **g)** Garantir o livre acesso de servidores da CONCEDENTE e dos Òrgãos dos Sistemas de Controle Interno e Externo, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com este convênio quando em missão de fiscalização ou auditoria; **h)** Fornecer dados relativos á execução do convênio à Secretaria de Finanças e à Gerência de Convênios; **i)** Responsabilizar-se por todos os encargos salariais, fiscais,

sociais e trabalhistas, podendo inclusive, aos Pessoal contratado com relação ao presente convênio serem adimplidos os encargos com o valor do repasse e dentro de seus limites, sendo vedada a atribuição de obrigação dessa natureza á CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor do Presente Convênio é de ***R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).***

Subcláusula Primeira – Os dispêndios do CONCEDENTE, decorrente da execução deste convêmio, correrão á conta de dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O valor será liberado em parcela única.

Subcláusula Primeira – O repasse dos recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio deverá ocorrer de acordo com a disponibilidade financeira do Município.

CLÁUSULAQUINTA- DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos do convênio, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicaçao financeira, devendo ser escolhida a operação que apresentar o melhor rendimento, observada a necessidade de utilização do recurso.

Subcláusula Primeira -- Os rendimentos de aplicaçao serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos ás mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos tranferidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

O convênio somente poderá ser alterado com a devida justificativa, mediante proposta de termo aditivo apresentada à CONCEDENTE através de ofício no prazo de 30 (trinta) dias, antes do término do período de vigência, prazo necessário para análise pela área técnica e decisão.

Subcláusula Primeira – É vedado o aditamento de convênio com o intuito de alterar seu objeto, entendido como tal a modificação – ainda que parcial – da finalidade definida em Lei.

Subcláusula Segunda – Quando se tratar apenas de alteração da NATUREZA DE DESPESA para execução do convênio admitir-se-á à CONVENENTE propor a reformulaçao do Plano de Trabalho, através de oficio, que será previamente apreciada pela área técnica e submetida a aprovação da Autoridade competente do Órgão ou Entidade CONCEDENTE, que poderá aprová-la por ato de ofício, não necessitando a celebraçao de termo aditivo.

Subcláusula Terceira – Quando se tratar de aditamento de novos recursos, o CONVENENTE deverá:

I – Encaminhar a solicitação à CONCEDENTE através de oficio juntamente com o novo Plano de Trabalho;

II – Estar em dia com a prestação de contas das parcelas executadas.

Subcláusula Quarta – A CONCEDENTE, de posse do pedido de aditamento com o repasse de novos recursos, deverá verificar a regularidade fiscal da CONVENENTE ;

Subcláusula Quinta – No aditamento com repasse de novos recursos a Área Técnica do Órgão CONCEDENTE deverá se manisfetar quando á pertinência do pedido, em relação a seu objeto e custo envolvidos, e o Setor Jurídico quanto a sua legalidade, com vistas a embasar a decisão do ordenador de despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá início na data de sua assinatura e término em 15 de outubro de 2018.

Subcláusula Primeira – A prorrogação da vigência deste convênio dar-se-á *"de Ofício"* quando houver atraso na liberação do recurso, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Subcláusula Segunda – Nos casos de prorrogação da vigência do convênio por necessidade do CONVENENTE, o mesmo deverá formalizar o pedido mediante ofício, *com as razões da não execução no período programado* no prazo de 30 (trinta) dias, antes do término de vigência deste instrumento, podendo o Órgão ou Entidade CONCEDENTE, após análise da Área Técnica respectiva e do Setor Jurídico, celebrar o Termo de Prorrogação Simplificado da Vigência, que será assinado pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

É vedado ao CONVENENTE, a inclusão, tolerância ou admissão, sob pena de nulidade do convênio e responsabilização do agente de despesas referente á:

I - Realização de despesas a titulo de administração, de gerência ou similar;

II - Pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes participes, exceto para os casos previstos no art. 37 XVI da CF/88;

III - Aditamento do Convênio para alteração do objeto pactuado;

IV - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de urgência;

V - Realização de despesas em data posterior a vigência deste convênio;

VI - Atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

VII - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamento ou recolhimento fora dos prazos;

VIII - Transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

IX - Realização de despesas com publicidade.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desse Convênio e de seus aditivos, independente de seu valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municipios, que será providenciada pela CONCEDENTE no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura, contendo os elementos, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão deste Convênio, independente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas, principalmente, quando constatadas as seguintes situações:

a) *Aplicação dos recursos no mercado financeiro, em desacordo com o disposto na Cláusula Quinta - Da aplicação dos Recursos Financeiros;* ***b)*** *Omissão da apresentação da Prestação de Contas Final no prazo estabelecido;* ***c)*** *Utilização dos recursos transferidos em desacordo com a Lei Municipal 1.698/2017;* ***d)*** *Falta de aplicação dos recursos da contrapartida, se houver*.

Subcláusula Primeira – A rescisão do convênio, quando motivada por uma das situações explicitadas acima, ensejará a abertura de Tomada de Contas Especial pelo Setor competente do Órgão CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas é a demonstração consolidada da execução física e financeira do Convênio, para se aferir se o objeto pactuado foi efetivamente cumprido pela CONVENENTE.

Subcláusulas Primeira –É considerado saldo do Convênio todos os recursos não utilizados durante sua vigência, oriundos de:

I - Liberação efetuadas pela CONCEDENTE e da contrapartida da CONVENENTE, se houver;

II – Rendimentos de aplicação financeira dos recursos recebidos do CONCEDENTE e da contrapartida do CONVENENTE, se houver.

Subcláusula Segunda – A Prestação de Contas será apresentada ao CONCEDENTE em até 10 (dez) dias após o término da vigência do convênio.

Subcláusula Terceira – A não apresentação da Prestação de Contas Final no prazo estabelecido, acarretará lançamento automático do CONVENENTE como inadimplente.

Subcláusula Quarta – O CONCEDENTE deverá notificar o CONVENENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, para apresentar a prestação de contas, ou devolver os recursos, inclusive os da contrapartida, se houver, e rendimentos de aplicação financeira.

Subcláusula Quinta – Esgotado o prazo de que o parágrafo anterior e não cumpridas as exigências, de verá ser instaurada a Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Sexta – No caso de aprovação da prestação de contas apresentada ou devolução de recursos, o setor de prestação de contas ou equivalente deverá a arquivar, em pasta própria, para posterior análise pelos Órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTA ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, visando apurar os fatos, qualificar o dano e identificar os responsáveis, pelo setor competente do Órgão CONCEDENTE, por determinação do respectivo ordenador de despesas ou, na sua omissão, por determinação do Órgão de Controle Interno do Município ou Tribunal de Contas do Estado, quando:

I – Não for apresentada a prestação de contas no prazo de até 30 (trinta) dias concedidos em notificação pela CONCEDENTE;

II – Não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pela CONVENENTE, em decorrência de:

a) Não execução total do objeto pactuado; **b)** Atingimento parcial do objeto avençado; **c)** Desvio de finalidade; **d)** Impugnação de despesas; **e)** Não aplicação dos recursos da contrapartida, se houver; **f)** Não aplicação de rendimento de aplicação financeiras do objeto pactuado; **g)** Não devolução de eventuais saldos de convênios.

III – Ocorrer qualquer outro fato o qual resulte prejuízo ao erário público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

O Município, através da Secretaria de Finanças, possui a prerrogativa de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros.

Subcláusula Primeira – A CONCEDENTE nomeará Servidor mediante Ato Administrativo para atuar como Fiscal de Contrato quanto ao cumprimento do objeto do presente Convênio.

CLÁUSULAS DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As reclamações, notificações e petições sobre o presente Convênio, serão feitas por escrito e protocolados no endereço constante do preâmbulo deste termo.

Subcláusula Primeira – Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente Convênio serão dirimidas pelas partes, se necessário, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapada dos Guimarães-MT, para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste convênio.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Chapada dos Guimarães, 18 de setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

OSRMAR FRONER DE MELLO

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CONCEDENTE

LUIZ LEITE DE OLIVEIRA

DIRETOR PRESIDENTE DO SAAECG

CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Nome Nome:

RG: RG:

GABINETE
ATO Nº.: 058/2018.

ATO Nº.: 058/2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, LOTADO NA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, em exercício, em virtude do afastamento de férias da Exma. Prefeita Sra. Thelma de Oliveira, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. EVARISTO ALVES GONÇALVES, para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural, lotado na Secretaria de Obras do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 19 de setembro de 2018.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal em Exercício

GABINETE
PORTARIA Nº.: 349/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº.: 349/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a destituição da Agente de Desenvolvimento Empresarial do Centro de Atendimento Empresarial do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal em Exercício, em virtude do gozo de férias da Exma. Prefeita Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **DESTITUIR** a Sra. **LUCIANA DE SOUZA BONFIM**, do cargo de Agente de Desenvolvimento Empresarial do Centro de Atendimento Empresarial do Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o disposto na Portaria nº. : 121/2018.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 19 de setembro de 2018.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal em Exercício

GABINETE
PORTARIA Nº.: 378/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº.: 378/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a destituição do Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal em Exercício, em virtude do gozo de férias da Exma. Prefeita Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **DESTITUIR** o Sr. **LUÍZ SÁVIO FERNANDES DE CAMPOS**, do cargo de Presidente da Comissão Permanente de Licitação no Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

II – Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o disposto na Portaria nº.: 209/2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 19 de setembro de 2018.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE DIÁRIAS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL COM ÁGUAS TERMAIS, PARA LAZER E CONFRATERNIZAÇÃO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE, ATENDIDO PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: Art.25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93

CONTRATADA: L M ORGANIZAÇÃO HOTELEIRA LTDA

CNPJ: 03.372.237/0006-04

Endereço: Rod. BR 364, s/nº, Km 82, S. São Vicente

Santo Antônio do Leverger – MT.

CEP: 78.180-000

VALOR GLOBAL: R$ 38.880,00

VIGÊNCIA:60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Cláudia – MT, 19 de Setembro de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE RX PARA ATENDER A DEMANDA DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **09 de Outubro de 2018,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 19 de Setembro de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT

CONTRATADA:L M ORGANIZAÇÃO HOTELEIRA LTDA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE DIÁRIAS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL COM ÁGUAS TERMAIS, PARA LAZER E CONFRATERNIZAÇÃO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE, ATENDIDO PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT**.

VALOR: **R$ 38.880,00 (trinta e oito mil e oitocentos e oitenta reais).**

VIGÊNCIA: 60 DIAS.

DATA : 19/09/2018.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CERCAMENTO DA NOVA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS E DA DESPOLPADEIRA E DA CASA DO MEL, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO (Cód.TCE 284481-8).

A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT torna público através de sua Presidente que, considerando não haver interessados no certame, fica prorrogada para o dia **10 de Outubro de 2018, às 08H00min,** o recebimento das propostas e abertura da referente licitação, para a obra supracitada. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia - MT, 19 de Setembro de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

Presidente da C.P.L.

SÉTIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **PLC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**

DATA: **19/09/2018.**

OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos itens previstos na tabela abaixo:

ITEM	COD.TCE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE.	MARCA/ DISTRIB.	VALOR UNITÁRIO
01	50028-3	ÓLEO DIESEL COMUM	LITROS	526.000	PETROBRÁS	R$ 3,89
02	399877-0	ÓLEO DIESEL S-10	LITROS	241.000	PETROBRÁS	R$ 4,09
03	3460-6	GASOLINA COMUM	LITROS	135.250	PETROBRÁS	R$ 4,82
04	32943-6	ALCOOL (ETANOL)	LITROS	26.800	PETROBRÁS	R$ 2,68

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

2.1. O valor para os referidos itens passa a ser de:

Item	Produto	Preço Atual	Valor Acrescido ou Suprimido	*Valor Reequilibrado*
01	GASOLINA COMUM	**R$ 4,94**	**+ R$ 0,04**	**R$ 5,03**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040,44 E 45/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT

Data: 25/04/2018

Contratado: M A R SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME. **Objeto:** Contrato a alteração do prazo de execução da obra objeto do Contrato Principal n. 040/2016.

Data da Vigência: 31/04/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT

Data:25/04/2018

Contratado: M A R SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME. **Objeto:** Contrato a alteração do prazo de execução da obra objeto do Contrato Principal n. 044/2016.

Data da Vigência: 31/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT

Data:25/04/2018

Contratado: M A R SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME. **Objeto:** Contrato a alteração do prazo de execução da obra objeto do Contrato Principal n. 045/2016.

Data da Vigência: 31/12/2018.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, torna publico aos interessados, que realizou a Licitação 013/2018 na modalidade Pregão Presencial - para: **Aquisição de materiais Permanente para atender a Secretaria Municipal de Saúde.** E sagrou-se vencedoras as empresas: **RETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; e a empresa: PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR.**

Cocalinho - 19 de Setembro de 2018.

Eldes Ribeiro de Souza

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2018

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 054/2018 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pães, mini salgados, bolos e sanduiches naturais para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Colider/MT.

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

DATA DE ASSUNATURA: 10 de Setembro de 2018.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENDEDORA: **C. V. DE OLIVEIRA BIET - ME** - CNPJ nº 30.740.145/0001-90, Avenida do Colonizador, nº 41, Setor Leste, Centro, CEP 78. 500-000, Colider/MT Fone (66) 3541-2229 / (66) 9.9989-9744 E-mail: soberana.colider@gmail.com						
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UND.**	**QTDE**	**PR. UNITÁRIO**	**PR. TOTAL**

1	200302	**Bolo: Confeitado –** Feito com produtos de primeira qualidade, massa branca obtido com a mistura de leite pasteurizado ou suco de frutas adicionado de fermento químico com recheio e cobertura, sal, açúcar, óleo vegetal, ovos, margarina, contendo glúten, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte	Kilo	160	29,00	4.640,00
4	171313	**Bolo: Recheio de chocolate –** De massa branca, confeitado, recheio de chocolate, feito com produtos de primeira qualidade, tais como leite, óleo vegetal, ovos, margarina, fermento, sal, açúcar, contendo glúten, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte	Kilo	852	33,00	28.116,00
5	171314	**Bolo: Recheio de frutas –** Confeitado, recheio de frutas, feito com produtos de primeira qualidade, massa branca obtido com a mistura de leite, óleo vegetal, ovos, margarina, fermento, sal, açúcar, contendo glúten, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte	Kilo	1.312	29,50	38.704,00
13	200334	**Pão: Francês (50g) –** Feito com produtos de primeira qualidade, obtido da mistura de farinha de trigo, sal, óleo, agua, açúcar, fermento biológico, gordura vegetal, tamanho uniforme de aproximadamente 50g, cor do miolo levemente creme, casca cor dourada, brilhante e crocante, em tamanho uniforme, vida útil de no máximo 06 horas, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte	Kilo	6.420	10,85	69.657,00
14	201432	**Pão: Hambúrguer (70g) -** Arredondado, feito com produtos de primeira qualidade, obtido através da mistura dos ingredientes do tipo farinha de trigo, agua, sal, óleo, fermento biológico, massa não quebradiça, consistente, sedoso, macio, cor do miolo levemente creme, casca cor dourada brilhante e crocante, tamanho uniforme, vida útil de no máximo 04 dias, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, pacote com mínimo 04 unidades, sendo mínimo 70g cada	Pacote	1.150	3,50	4.025,00
15	192486	**Pão: Queijo –** Sem recheio, formato arredondado, feito com produtos de primeira qualidade, obtido com mistura mínima de farinha de trigo, agua, fermento biológico, açúcar, sal, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte	Kilo	850	19,85	16.872,50
		VALOR TOTAL (R$)				**162.014,50**

EMPRESA VENDEDORA: **J. X. ALIMENTOS LTDA – ME** - CNPJ nº 30.290.269/0001-10 Avenida Marechal Candido Rondon, nº 530, Setor Leste, Centro, CEP 78.500-000, Colider/MT Fone (66) 3541-1000 E-mail: jufisiooo@hotmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND.	QTDE	PR. UNITÁRIO	PR. TOTAL
2	192462	**Bolo: Inglês (700g) –** Redondo, feito com produtos de primeira qualidade, mistura de leite pasteurizado, fermento químico, sal, açúcar, óleo vegetal, ovos, margarina, contendo glúten, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, unidade com no mínimo 700g	Kilo	1.370	13,80	18.906,00
3	200304	**Bolo: Recheado –** Confeitado, feito com produtos de primeira qualidade, massa de chocolate obtido da mistura de farinha de trigo com achocolatado, mistura de leite pasteurizado ou suco de frutas adicionado de fermento químico com recheio e cobertura, sal, açúcar, óleo vegetal, ovos, margarina, contendo glúten, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte	Kilo	172	31,30	5.383,60
10	201431	**Pão: Cachorro quente (70g) –** Obtido através da mistura dos ingredientes do tipo farinha de trigo, sal, óleo, ovos, açúcar, leite, fermento químico, assado, cor do miolo levemente creme, casca cor dourada brilhante e crocante, em tamanho uniforme, vida útil de no máximo 04 dias, feito com produtos de primeira qualidade, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, pacote com mínimo 06 unidades, sendo mínimo 70g cada	Pacote	2.440	5,60	13.664,00
11	200374	**Pão: Doce (50g) –** Massa não quebradiça, consistente, sedoso, macio, feito com produtos de primeira qualidade, obtido com mistura mínima de farinha de trigo, sal, óleo, cor do miolo levemente creme, casca cor dourada, brilhante e cobertura com coco ralado, tamanho uniforme de aproximadamente 50g, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte	Kilo	8.550	13,90	118.845,00
12	192485	**Pão: Forma (400g) –** Horizontal, feito com produtos de primeira qualidade, massa não quebradiça, consistente, sedoso, macio, obtido com mistura mínima de farinha de trigo, gordura vegetal, agua, fermento biológico, anti-mofo, sal, embalado em embalagem do tipo saco plástico PVC atóxico, vida útil mínima de 07 (sete) dias, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, pacote com no mínimo 400g	Pacote	1.820	5,45	9.919,00
		VALOR TOTAL (R$)				**166.717,60**

EMPRESA VENCEDORA: **ROSA MARÇAL DA SILVA 84369701104** - CNPJ nº 21.148.035.0001-42 Estrada Farnaum, s/n, Chácara Boa Esperança, Zona Rural - CEP. 78.500-000 – Colider/MT Fone: (66) 9.9901-5256

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND.	QTDE	PR. UNITÁRIO	PR. TOTAL
6	192491	**Mini salgados: Coxinha –** Do tipo coxinha, feito com produtos de primeira qualidade, frito, recheada (carne/frango, será escolhido no ato do pedido pela contratante), acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	495	54,00	26.730,00
7	192492	**Mini salgados: Pastel –** Do tipo pasteizinhos, feito com produtos de primeira qualidade, frito, recheada(carne/frango/queijo/presunto), será escolhido no ato do pedido pela contratante), acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	495	54,00	26.730,00
8	192493	**Mini salgados: Quibe –** Do tipo quibe, feito com produtos de primeira qualidade, frito, sem recheio, acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	495	54,00	26.730,00
9	192494	**Mini salgados: Rissoles –** Do tipo rissoles, feito com produtos de primeira qualidade, frito, recheada(carne/frango/queijo/presunto), será escolhido no ato do pedido pela contratante), acondicionado em embalagem apropriada, livre de danificação no transporte, embalagem com 100 unidades	Cento	495	54,00	26.730,00
16	201435	**Sanduiche: Natural (fatias) -** Contendo os seguintes itens: pão, presunto, queijo (muçarela), alface, cenoura ralada, patê, acondicionado em embalagem apropriada (plástico filme), livre de danificação no transporte, embalagem para 01 unidade	Unidade	1.000	4,55	4.550,00
		VALOR TOTAL (R$)				**111.470,00**

A Ata Integral de Registro de Preços dos lotes das empresas acima citadas se encontram à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider – sito na Travessa dos Parecis, 85 – Setor Leste – CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **179/2018**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **TELMA PLACIDO DE OLIVEIRA PRETO**

MOTIVO: Fica prorrogado o prazo e alterado o valor do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **Licença Gestante**, pelo período de **22 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 714,37 (setecentos e quatorze reais e trinta e sete centavos)

DATA: 19 de setembro de 2019

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 052/2018 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de camisas, camisetas, calças, bonés e uniformes para manutenção das atividades de diversas secretarias do município de Colider/MT.

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

DATA DE ASSUNATURA: 13 de Setembro de 2018.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA: **FILGUEIRA & DAMASCENO COMERCIO E SERVICOS LTDA** – CNPJ n° 30.724.762/0001-00 Rua Trindade, s/n°, Qd. 01, Lt. 01, Bairro Vila Goiany, CEP 75.345-000, Abadia de Goiás/GO Fone: (62) 3503-1974 / (62) 9108-5102 E-mail: hlservicos@hotmail.com / charlesfdamasceno@hotmail.com

LOTE 04 - CAMISETA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508183	**Camiseta: Infantil (Cores claras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1,manga curta, gola redonda, cores em tonalidade clara, gola e punho com cor em tonalidades escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, na costa e/ou mangas 07 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “02-16 anos” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	500	8,72	4.360,00
02	508184	**Camiseta: Infantil (Cores claras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola redonda, cores em tonalidade clara, gola e punho com cor em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 09 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, na costa e/ou mangas 07 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “02-16 anos” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	150	8,72	1.308,00
03	508185	**Camiseta: Infantil (Cores claras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1,manga curta, gola redonda, cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), gola e punho cores com tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, na costa e/ou mangas 07 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “02-16 anos” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	200	8,72	1.744,00
04	508186	**Camiseta: Infantil (Cores escuras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola redonda, cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, na costa e/ou mangas 07 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “02-16 anos” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	260	8,72	2.267,20
05	508188	**Camiseta: Cola redonda (Cores claras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola redonda, cores claras (será escolhida no ato do pedido pela contratante), gola e punho cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, na costa e/ou mangas 06 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	740	9,59	7.096,60
06	508189	**Camiseta: Gola em V (Cores claras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola em V, cores claras (será escolhida no ato do pedido pela contratante), gola e punho cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, na costa e/ou mangas 06 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	800	9,59	7.672,00
07	508190	**Camiseta: Gola redonda (Cores claras) –** Confeccionado em material do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), malha 30.1, penteada 100% algodão, manga curta, gola redonda, cores em tonalidade claras (será escolhida no ato do pedido pela contratante), acabamento com ribana nas mangas e na gola, cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado de até 07 cores, medida de 9,00x5,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	80	11,22	897,60
08	508191	**Camiseta: Gola redonda (Cores claras) –** Confeccionado em material do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), malha 30.1, penteada 100% algodão, manga longa, gola redonda, cores de tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), acabamento com ribana nas mangas e na gola, cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado de até 07 cores, medida de 9,00x5,00cm (Prefeitura/Secretaria), identificação em serigrafia (departamento/setor/unidade/função) na parte superior e centralizada da costa, medida de 30,00x22,00cm, fita refletiva na altura do abdômen e nas mangas, cor em tonalidade clara (será escolhido no ato do pedido pela contratante), medindo 03,00cm, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	180	11,22	2.019,60
09	508192	**Camiseta: Gola redonda (Cores claras) –** Confeccionado em material do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), malha 30.1, penteada 100% algodão, manga curta, gola redonda, na cor branca, cores de tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), acabamento com ribana nas mangas e na gola, cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), frente com serigrafia personalizada com medida de 25,00x15,00cm com até 07 cores, atrás (costa) com serigrafia personalizada com medida de 25,00x15,00cm com até 07 cores, 02 mangas com serigrafias personalizadas de até 02 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	430	9,59	4.123,70
10	508193	**Camiseta: Gola em V (Cores claras) –** Confeccionado em material do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), malha 30.1, penteada 100% algodão, manga curta, gola em V, cores de tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), acabamento com ribana nas mangas e na gola, cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado de até 07 cores, medida de 9,00x5,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	50	10,90	545,00
11	508194	**Camiseta: Gola redonda (Cores escuras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola redonda, cores de tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), gola e punho cores de tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, na costa e/ou mangas 06	Unidade	3165	9,59	30.352,35

		logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)				
12	508195	**Camiseta: Gola redonda (Cores escuras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola redonda, cores de tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, e na costa e/ou mangas 07 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	1650	9,59	15.823,50
13	508196	**Camiseta: Gola redonda (Cores escuras) –** Confeccionado em material 100% algodão, malha em fio 30.1, manga longa, gola redonda, cores em tonalidades escuras (será escolhida no ato do pedido pela contratante), gola e punho cores em tonalidades escuras (será escolhida no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente com medida de 25,00x15,00cm, e na costa e/ou mangas 06 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	150	13,10	1.965,00
14	508197	**Camiseta: Gola redonda (Cores escuras) –** Confeccionado em material do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), malha 30.1, penteada 100% algodão, manga curta, gola redonda, cores em tonalidades escuras (será escolhida no ato do pedido pela contratante), acabamento com ribana nas mangas e na gola, cores em tonalidades clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado de até 07 cores, medida de 9,00x5,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no ato do pedido pela contratante)	Unidade	20	11,22	224,40
15	508198	**Camiseta: Gola em V (Cores escuras) –** Confeccionado em material do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), malha 30.1, penteada 100% algodão, manga curta, gola em V, cores em tonalidades escuras (será escolhida no ato do pedido pela contratante, acabamento com ribana nas mangas e na gola, cores em tonalidades clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado de até 07 cores, medida de 9,00x5,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	20	11,22	224,40
		VALOR TOTAL DO LOTE 04 (R$)				**80.623,35**

EMPRESA VENCEDORA: **IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA** - CNPJ n° 08.952.092/0001-11 Rua das Aroeiras, n° 570, Bairro Setor Comercial, CEP 78.550-000, Sinop/MT Fone: (66) 3532-2099 E-mail: emersonconfeccoes@hotmail.com

LOTE 09 - UNIFORME BOMBEIROS DO FUTURO (AÇÃO SOCIAL)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508168	**Bermuda infantil –** Confeccionado em material do tipo helanca, cores com tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), elástico na cintura, barra lateral amarela de 03,00cm, sem cadarço, arte em serigrafia, logo do distintivo oficial do bombeiro mirim, na medida de 07,00x11,00cm, na parte frontal inferior esquerda, perna esquerda, tamanhos “02-16 anos” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	180	10,93	1.967,40
02	508389	**Boné 06 gomos –** Confeccionado em tecido tactel ou brim, forro em TNT (tecido não tecido), aba curvada, regulador em velcro, na cor branca, forro cinza escuro, com medida de 60x13x07cm (DiâmetroxProfundidadexAba), arte em serigrafia na parte da frente com medidas de 10x05cm (mínimo 07 cores), arte em serigrafia atrás, 02 cores, medida de 02x02cm (sendo 04 logos)	Unidade	600	8,00	4.800,00
03	508176	**Camiseta Gola Polo: Infantil (Cores escuras) –** Confeccionado em tecido 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola polo, 02 botões, cores em tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido), gola e punhos com duas listras de 0,50cm e barra lateral de 03,00cm, cores em tonalidade clara (será escolhido no ato do pedido), arte em serigrafia, máximo 07 cores por arte, frente com medida de 07,00x11,00cm, costas e/ou mangas com 06 logos de 5,00x5,00cm (será escolhido no pedido), tamanhos “02-16 anos” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	90	15,91	1.431,90
		VALOR TOTAL DO LOTE 09 (R$)				**8.199,30**

LOTE 10 - JOGO DE UNIFORME BASQUETE

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508209	**Jogo de uniforme Basquete: Feminino (Calções, camisetas):** Jogo com **14 Camisetas** em regata, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIBA, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm, nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm e **14 calções** em elanca com cordão interno, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIBA, parte da frente da perna esquerda, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Jogo	4	587,50	2.350,00
02	508210	**Jogo de uniforme Basquete: Masculino (Calções, camisetas) -** Jogo com **14 Camisetas** regata, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIBA, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm, nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm e **14 calções** com forro e cordão interno, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIBA na parte da frente da perna esquerda, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Jogo	4	587,00	2.348,00
		VALOR TOTAL DO LOTE 10 (R$)				**4.698,00**

LOTE 11 - COLETE ESPORTIVO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508201	**Colete Esportivo para treino:** Confeccionado em material do tipo 100% poliéster, com ribana, elásticos nas extremidades, dupla face, sendo cores variadas em cada face, tamanho "16, P, M, G e GG" (tamanho e cores serão escolhidos no ato do pedido pela contratante)	Unidade	300	10,03	3.009,00
		VALOR TOTAL DO LOTE 11 (R$)				**3.009,00**

LOTE 12 - JOGO DE UNIFORME FUTEBOL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)

01	508211	**Jogo de uniforme Futebol: Unissex (Calções, camisetas, meiões, camiseta/calça goleiro):** Jogo com **22 camisetas** com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIFA, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **22 calções** com forro e cordão interno, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIFA na parte da frente da perna esquerda; **22 pares de meiões básicos**, confeccionado em 100% algodão, punho em elastano; **02 camisetas para goleiro**, com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIFA, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **02 calças de goleiro**, na cor preta, confeccionada em tecido 100% Poliéster e com estofamento nas coxas, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente inferior esquerda tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Jogo	9	1.288,77	11.598,93
		VALOR TOTAL DO LOTE 12 (R$)				**11.598,93**

LOTE 13 - JOGO DE UNIFORME HANDEBOL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508213	**Jogo de uniforme Handebol: Feminino (Calções, camisetas, meiões, camiseta/calça goleiro) -** Jogo com **16 camisetas** com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, modelo a ser definido no ato do pedido com medida de acordo com a IHF HANDEBOL, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente/superior/esquerda, medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número com medida de 10,00x30,00cm; **16 calções** com forro e cordão interno em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a IHF HANDEBOL na parte da frente da perna esquerda;**16 pares de meiões básicos**, confeccionado em 100% algodão, punho em elastano; **02 camisetas para goleiro**, com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, modelo a ser definido no ato do pedido, personalizada, numerada na parte da frente e costa, com medida de acordo com a IHF HANDEBOL, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **02 calças de goleiro**, na cor preta, confeccionada em tecido 100% Poliéster e com estofamento nas coxas, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente inferior esquerda tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Jogo	4	1.012,50	4.050,00
02	508214	**Jogo de uniforme Handebol: Masculino (Calções, camisetas, meiões, camiseta/calça goleiro) -** Jogo com **16 camisetas** com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, modelo a ser definido no ato do pedido com medida de acordo com a IHF HANDEBOL, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente/superior/esquerda, medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número com medida de 10,00x30,00cm; **16 calções** com forro e cordão interno em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a IHF HANDEBOL na parte da frente da perna esquerda;**16 pares de meiões básicos**, confeccionado em 100% algodão, punho em elastano; **02 camisetas para goleiro**, com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, modelo a ser definido no ato do pedido, personalizada, numerada na parte da frente e costa, com medida de acordo com a IHF HANDEBOL, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **02 calças de goleiro**, na cor preta, confeccionada em tecido 100% Poliéster e com estofamento nas coxas, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente inferior esquerda tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Jogo	4	1.012,20	4.048,80
		VALOR TOTAL DO LOTE 13 (R$)				**8.098,80**

LOTE 14 - JOGO DE UNIFORME VOLEI DE PRAIA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508215	**Jogo de uniforme Vôlei de Praia: Feminino (Calções, camisetas) -** Jogo com 06 **Camisetas** regata, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIVB, com identificação do município (brasão com cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm, **06 Shorts cotton** confeccionados em tecido 96% Algodão e 4% elastano, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIVB na parte da frente da perna, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Jogo	3	329,66	988,98
02	508216	**Jogo de uniforme Vôlei de Praia: Masculino (Calções, camisetas) -** Jogo com 06 **Camisetas** regata, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIVB, com identificação do município (brasão com cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm, **06 calções** com forro e cordão interno, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIVB na parte da frente da perna, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Jogo	2	311,99	623,98
		VALOR TOTAL DO LOTE 14 (R$)				**1.612,96**

LOTE 15 - JOGO DE UNIFORME BASQUETE

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508220	**Quimono para Karatê: Adulto -** Composto de **Blusa** sem costura nas costas e nos ombros das mangas, tecido duplo nas axilas para maior resistência e conforto ao atleta, na cor branca, confeccionado em tecidos do tipo 100% algodão (sarja), pré-encolhido em processo industrial; **calça** com elástico, cordão, confeccionado em tecidos do tipo 100% algodão (sarja), pré-encolhido em processo industrial; **gola** costura alinhada e com enchimento especial, acompanha a faixa, tamanhos “P, M, G e GG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Unidade	60	163,85	9.831,00
02	508219	**Quimono para Karatê: Infantil -** Composto de **Blusa** sem costura nas costas e nos ombros das mangas, tecido duplo nas axilas para maior resistência e conforto ao atleta, na cor branca, confeccionado em tecidos do tipo 100% algodão (sarja), pré-encolhido em processo industrial; **calça** com elástico, cordão, confeccionado em tecidos do tipo 100% algodão (sarja), pré-encolhido em processo industrial; **gola** costura alinha-	Unidade	60	141,48	8.488,80

		da e com enchimento especial, acompanha a faixa, tamanhos “08, 10, 12, 14 e 16” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)				
		VALOR TOTAL DO LOTE 15 (R$)				**18.319,80**

LOTE 16 - JOGO DE UNIFORME FUTEBOL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508223	**Meião para futebol (Unissex) -** Confeccionado em tecido do tipo 82,00% em algodão, 09,00% em poliamida, 06,00% em elastodieno, 03,00% em outras fibras, tamanho 37-42 (será escolhido no ato do pedido pela contratante), cores variadas (será escolhido no ato do pedido pela contratante)	Par	150	9,32	1.398,00
		VALOR TOTAL DO LOTE 16 (R$)				**1.398,00**

LOTE 17 - JOGO DE UNIFORME FUTSAL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508212	**Jogo de uniforme Futsal: Unissex (Calções, camisetas, meiões, camiseta/calça goleiro) -** Jogo com **16 camisetas** com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIFA futsal, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm, nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **16 calções com forro** e cordão interno, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIFA na parte da frente da perna esquerda; **16 pares de meiões básicos**, confeccionado em 100% algodão, punho em elastano; **02 camisetas para goleiro**, com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIFA futsal, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **02 calças de goleiro**, na cor preta, confeccionada em tecido 100% Poliéster e com estofamento nas coxas, com identificação do município (brasão com as cores oficiais) na parte da frente inferior esquerda tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Jogo	5	991,00	4.955,00
		VALOR TOTAL DO LOTE 17 (R$)				**4.955,00**

LOTE 18 - JOGO DE UNIFORME ATLETISMO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508187	**Camiseta Atletismo: Unissex -** Confeccionado em tecido do tipo Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a Federação oficial, arte em sublimação total, regata, gola redonda, cor de tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), brasão do município com cores oficiais, parte da frente superior esquerda, medindo 10,00x05,00cm, nome da modalidade nas costas na parte superior central, 01 cor (será definido no ato do pedido), medindo 10,00x30,00cm, em sublimação total, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Unidade	294	13,08	3.845,52
		VALOR TOTAL DO LOTE 18 (R$)				**3.845,52**

LOTE 19 - JOGO DE UNIFORME NATAÇÃO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508199	**Camiseta Natação: Unissex (Cores escuras) -** Confeccionado em tecido do tipo Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), manga curta, gola redonda, cor em tonalidade escura (será escolhida pela contratante), medidas de acordo com a Federação oficial, arte em sublimação total, brasão do município com cores oficiais, parte da frente superior esquerda, medindo 10,00x05,00cm, nome da modalidade nas costas na parte superior central, 01 cor (será definido no ato do pedido), medindo 10,00x30,00cm, em sublimação total, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Unidade	100	14,84	1.484,00
		VALOR TOTAL DO LOTE 19 (R$)				**1.484,00**

LOTE 20 - JOGO DE UNIFORME VOLEIBOL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508217	**Jogo de uniforme Voleibol: Feminino (Camisetas, shorts, short/camiseta libero):** Jogo com **12 camisetas** com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIVB , com identificação do município (brasão com cores oficiais) na parte da frente/superior/esquerda, medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **12 Shorts** cotton confeccionados em tecido 96% Algodão e 4% elastano, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIVB na parte da frente da perna direita; **02 camisetas** com manga, cor diferente das outras camisetas (libero), gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total de acordo com a FIVB (modelo será escolhido pela contratante), com identificação do município (brasão com cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **02 Shorts** cotton confeccionados em tecido 96% Algodão e 4% elastano, cor diferente dos outros shorts (libero) número de identificação do atleta em sublimação total de acordo com a FIVB, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Jogo	4	743,99	2.975,96
02	508218	**Jogo de uniforme Voleibol: Masculino (Camisetas, calções, camisetas, calções/camiseta libero) -** Jogo com **12 camisetas** com manga, gola redonda, confeccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total, (modelo a ser definido pela contratante), medidas de acordo com a FIVB, identificação do município (brasão com cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **12 calções** com forro e cordão interno, em sublimação total, número de identificação do atleta em com medida de acordo com a FIVB (modelo será escolhido pela contratante), na parte da frente da perna direita; **02 camisetas** com manga, cor diferente das outras camisetas (libero), gola redonda, con-	Jogo	5	815,60	4.078,00

		feccionado em tecido Dry Fit com proteção UV 100% Poliéster, em sublimação total de acordo com a FIVB (modelo será escolhido pela contratante), com identificação do município (brasão com cores oficiais) na parte da frente superior esquerda, com medida de 10,00x05,00cm; nome da modalidade nas costas na parte superior acima do número medindo 10,00x30,00cm; **02 Shorts calções** com forro e cordão interno,cor diferente dos outros shorts (libero) número de identificação do atleta em sublimação total de acordo com a FIVB, tamanhos “16, P, M e G” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)				
		VALOR TOTAL DO LOTE 20 (R$)				**7. 053,96**

EMPRESA VENCEDORA: **S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA** - CNPJ n° 08.711.005/0001-34 Av. Miguel Sutil, n° 14230, Qd. 09 – Lt. 05, Bairro Coophamil, CEP N 78.028-015, Cuiabá/MT Fone: (65) 3637-2577 E-mail: stillusu@terra.com.br / apoio.stillus02@gmail.com

LOTE 01 - CALÇA SOCIAL (FEMININA)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508170	**Calça social: Feminina –** Confeccionado em material do tipo tecido gabardine com elastano, cor azul marinho, 02 balços falsos posteriores, 02 bolsos frontais, 01 botão e zíper frontal e barra, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido)	Unidade	95	38,33	3.641,35
		VALOR TOTAL DO LOTE 01 (R$)				**3.641,35**

LOTE 02 - CAMISA SOCIAL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508171	**Camisa Social 3/4: Feminina (Cores claras) -** Confeccionada em tecido do tipo tricoline com elastano (97% algodão e 3% elastano), manga 3/4, com colarinho e punhos, cores de tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), mínimo 10 botões do lado esquerdo da camisa, bolso na altura do peito do lado esquerdo, bordado de 9,00x5,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, tamanhos "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	50	37,00	1.850,00
02	508172	**Camisa Social 3/4: Masculina (Cores claras) -** Confeccionada em tecido do tipo tricoline com elastano (97% algodão e 3% elastano), manga 3/4, com colarinho e punhos, cores de tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), mínimo 10 botões do lado esquerdo da camisa, bolso na altura do peito do lado esquerdo, bordado de 9,00x5,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, tamanhos "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	30	41,00	1.230,00
03	508173	**Camisa Social: Masculina (Cores escuras) -** Confeccionada em tecido do tipo tecido tricoline com elastano (97,00% algodão, 03,00% elastano), manga curta, do tipo masculina, cores de tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com colarinho e punhos, em cores variadas (será escolhida no ato do pedido), mínimo 10 botões do lado direito da camisa, bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado de 9,00x5,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, tamanhos "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	216	36,24	7.827,84
		VALOR TOTAL DO LOTE 02 (R$)				**10.907,84**

LOTE 03 - CAMISETA GOLA POLO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508174	**Camiseta gola polo: Feminina baby look (Cores claras) –** Confeccionado em tecido do tipo malha pique, manga curta, gola polo, 02 botões, cores em tonalidade claras (será escolhido no ato do pedido pela contratante), viés em ribana nas mangas em cores em tonalidade escuras (será escolhida no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado do logotipo da Prefeitura/Secretaria, medida de 09,00x05,00cm, até 07 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	150	18,50	2.775,00
02	508175	**Camiseta gola polo: Feminina baby look (Cores escuras) –** Confeccionado em tecido do tipo malha pique, manga curta, gola polo, 02 botões, cores em tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), viés em ribana nas mangas com cores em tonalidade clara (será escolhido no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado do logotipo da Prefeitura/Secretaria, medida de 09,00x05,00cm, até 07 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	100	20,10	2.010,00
03	508177	**Camiseta gola polo: Unissex 01 (Cores claras) – Confeccionado em tecido do tipo malha pique,** manga curta, gola polo, 02 botões, cores em tonalidade claras (será escolhido no ato do pedido pela contratante), viés nas mangas em cores escuras (será escolhida no pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo, bordado do logotipo da Prefeitura/Secretaria 09,00x05,00cm, até 07 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	210	19,00	3.990,00
04	508178	**Camiseta gola polo: Unissex 02 (Cores claras) –** Confeccionado em tecido do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), manga curta, gola polo, 02 botões, cor em tonalidade clara, viés nas mangas em cores em tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo, bordado do logotipo da Prefeitura/Secretaria 09,00x05,00cm, até 07 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	170	16,85	2.864,50
05	508179	**Camiseta gola polo: Unissex 01 (Cores escuras) –** Confeccionado em tecido 100% algodão, malha em fio 30.1, manga curta, gola polo, 02 botões, cores com tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), gola e punhos com duas listras de 0,50cm e barra lateral de 03,00cm, cores com tonalidade clara (será escolhido no ato do pedido pela contratante), arte em serigrafia com no máximo 07 cores por arte, frente na medida de 07,00x11,00cm, nas costas e/ou mangas 06 logos de 05,00x05,00cm (será escolhido no pedido pela contratante), tamanhos “P, M, G, GG e XG” (quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	300	18,00	5.400,00
06	508180	**Camiseta gola polo: Unissex 02 (Cores escuras) –** Confeccionado em tecido do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), manga curta, gola polo, com 02 botões, confeccionado em tecido do tipo piquê, fio 30/1, penteada, cores com tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), aberta na parte superior (peitilho), gola e punhos com cores com tonalidade clara, (será escolhido no ato do pedido pela contratante), mercerizada, punho da manga em ribana tipo 01/01, 01 bolso na altura do peito do lado esquerdo, bordado de 09,00x05,00cm (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	130	21,71	2.822,30
07	508181	**Camiseta gola polo: Unissex 03 (Cores escuras) –** Confeccionado em tecido do tipo malha pique, manga curta, gola polo, 02 botões, cores com tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), viés nas mangas e na gola em cores de tonalidade clara (será escolhido no pedido pela contratante), bolso na altura do peito, lado esquerdo, bordado com logotipo da Prefeitura/Secretaria 09,00x05,00cm, arte em serigrafia, até 07 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	50	21,00	1.050,00
08	508182	**Camiseta gola polo: Unissex 04 (Cores escuras) –** Confeccionado em tecido do tipo malha poliviscose (67% poliéster e 33% viscose), manga curta, gola polo, 02 botões, cores em tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), viés em ribana nas mangas, cores em tonalidade clara	Unidade	50	17,22	861,00

		(será escolhido no pedido pela contratante), bolso na altura do peito do lado esquerdo com bordado do logotipo da Prefeitura/Secretaria 09,00x05,00cm, até 07 cores, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)				
		VALOR TOTAL DO LOTE 03 (R$)				**21.772,80**

LOTE 05 - COLETE (SAÚDE)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508200	**Colete –** Confeccionado em material do tipo tecido de brim, 100% algodão, cores em tonalidade escura (será escolhida no ato do pedido pela contratante), resistente, 02 bolsos frontais de cada lado pequenos na parte inferior com fechamento em velcro sobrepondo o bolso grande, 02 bolsos internos grande com zíper na parte inferior frontal, 02 bolsos frontais parte superior na altura do peito com fechamento em velcro, sendo o bolso esquerdo na altura do peito bordado (logotipo da Prefeitura/Secretaria) 09,00x05,00cm, até 07 cores, identificação em serigrafia do departamento, setor ou unidade e função na parte superior e centralizado das costas 30,00x22,00cm, decote em V, barra com 02,00cm de largura, fechamento frontal central através de zíper reforçado na cor do tecido, com fita refletiva da cor prata na parte frontal e nas costas, tamanhos “PP, P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	30	51,88	1.556,40
		VALOR TOTAL DO LOTE 05 (R$)				**1.556,40**

LOTE 07 - JALECO (SAÚDE)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
01	508203	**Jaleco: Feminino (Gabardine) -** Confeccionado em tecido gabardine, 100% poliéster, manga longa, gola tradicional/blazer, cores com tonalidade clara, sem punho, mínimo 05 botões frontais e um reserva, 02 bolsos inferiores embutidos, medida de 13,00x14,00cm, 01 bolso na altura do peito do lado esquerdo, medindo 11,00x12,00cm, bordado (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, medindo 09,00x05,00cm, cinto nas costas, tamanho "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	120	48,30	5.796,00
02	508204	**Jaleco: Feminino (Oxfordine) -** Confeccionado em tecido oxfordine, 100% poliéster, manga longa, gola tradicional/blazer, cores em tonalidade clara, sem punho, no mínimo 05 botões frontais e um reserva, 02 bolsos inferiores embutidos, medida de 13,00x14,00cm, 01 bolso na altura do peito do lado esquerdo, medindo 11,00x12,00cm, bordado (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, medindo 09,00x05,00cm, cinto nas costas, tamanho "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	110	31,85	3.503,50
03	508205	**Jaleco: Feminino (Oxfordine) -** Confeccionado em tecido oxfordine, 100% poliéster, sem manga, sem gola, cores em tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), abertura em V, sem punho, no mínimo 05 botões frontais e um reserva, 02 bolsos inferiores embutidos, medida de 13,00x14,00cm, 01 bolso na altura do peito do lado esquerdo, medindo 11,00x12,00cm, bordado (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, medindo 09,00x05,00cm, cinto nas costas, tamanho "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	50	29,10	1.455,00
04	508206	**Jaleco: Masculino (Gabardine) -** Confeccionado em tecido gabardine, 100% poliéster, manga longa, gola tradicional/blaizer, cores em tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), sem punho, no mínimo 05 botões frontais e um reserva, 02 bolsos inferiores embutidos, medida de 15,00x16,00cm, 01 bolso na altura do peito do lado esquerdo, medindo 13,00x14,00cm, bordado (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, medindo 09,00x05,00cm, cinto nas costas, tamanho "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	40	48,20	1.928,00
05	508207	**Jaleco: Masculino (Oxfordine) -** Confeccionado em tecido oxfordine, 100% poliéster, manga longa, gola tradicional/blazer, cores em tonalidade clara (será escolhida no ato do pedido pela contratante), sem punho, no mínimo 05 botões frontais e um reserva, 02 bolsos inferiores embutidos, medida de 15,00x16,00cm, 01 bolso na altura do peito do lado esquerdo, medindo 13,00x14,00cm, bordado (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, medindo 09,00x05,00cm, cinto nas costas, tamanho "PP, P, M, G, GG e XG" (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	50	31,87	1.593,50
06	508208	**Jaleco: Unissex (Unileve) -** Confeccionado em tecido do tipo unileve, 100% algodão, manga longa, gola tradicional, cores em tonalidade escura (será escolhido no ato do pedido pela contratante), mínimo 05 botões, abotoamento escondido, 03 bolsos, sendo 01 bolso na altura do peito, lado esquerdo, medida de 12,00x15,00cm, serigrafia (logotipo da Prefeitura/Secretaria), até 07 cores, medindo 09,00x11,00cm, outros 02 bolsos localizados na parte lateral direita e lateral esquerda, com medida de 16,00x20,00cm cada, jaleco disponíveis nos tamanhos “P, M, G, GG e XG” (o quantitativo e tamanho será definido no pedido pela contratante)	Unidade	60	31,87	1.912,20
		VALOR TOTAL DO LOTE 07 (R$)				**16.188,20**

A Ata Integral de Registro de Preços dos lotes das empresas acima citadas se encontram à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider – sito na Travessa dos Parecis, 85 – Setor Leste – CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 055/2018 - SRP

OBJETO: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção de placas, plaquetas, letras caixa, adesivos, películas de proteção solar, faixas alusivas e banners para as diversas secretarias do município de Colíder/MT.

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

DATA DE ASSUNATURA: 31 de Agosto de 2018.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA:
A A DAS CHAGAS PAINEIS – ME – CNPJ n° 20.786.733/0001-00
Rua Agenor Sebastião Frasson, 95, Sala Leste, Bairro Industrial, CEP 78.500-000 Colider/MT
Fone: (66) 3541-3665 / (66) 3541-3665

E-mail: db.visualcolider@gmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
12	509180	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (040x60cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 40x60cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	215	18,00	3.870,00
14	509182	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (080x50cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 80x50cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	170	38,00	6.460,00
15	509183	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (120x60cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 120x60cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	120	70,00	8.400,00
16	509184	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (200x120cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 200x120cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	70	190,00	13.300,00
17	509185	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (300x240cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 300x240cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	86	500,00	43.000,00
20	509161	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (030x20cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 30x20cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	370	19,00	7.030,00
21	509162	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (040x30cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 40x30cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	320	28,00	8.960,00
22	509163	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (060x30cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03m de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 60x30cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	290	47,00	13.630,00
23	509164	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (080x50cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 80x50cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	260	70,00	18.200,00
29	509155	**Serviço de confecção em geral (vinil/veículos) –** Confeccionado em material do tipo vinil, do tipo adesivo, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), destinado para envelopamento de veículos, incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	450	100,00	45.000,00
31	509151	**Serviço de confecção em geral em lona (380g) –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 380g, com acabamento em ilhos, do tipo faixa, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	860	29,99	25.791,40
35	509217	**Serviço de confecção em geral em rafia –** Confeccionado em material do tipo rafia, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), com medida de 80cm (largura)	Metro	745	30,00	22.350,00
		TOTAL GERAL (R$)				**215.991,40**

EMPRESA VENCEDORA: **ARDI MOMBELLI DOS SANTOS - ME** – CNPJ n° 17.627.196/0001-41 Av. Marechal Candido Rondon, 1370, Setor Leste, Centro, CEP 78.500-000 – Colider/MT Fone: (66) 3541-3422 / (66) 9921-2311 E-mail: lideradesivos@hotmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
11	509179	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (030x50cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 30x50cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	210	10,50	2.205,00
13	509181	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (070x40cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 70x40cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	187	19,60	3.665,20
28	509149	**Serviço de confecção em geral –** Confeccionado em material do tipo placa em PVC, com 02mm de espessura, com adesivo impresso, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	570	67,90	38.703,00
30	509150	**Serviço de confecção em geral em lona (280g) –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 280g, do tipo outdoor, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	888	28,60	25.396,80
32	509148	**Serviço de confecção em geral em lona (380g) –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 380g, com quadro em metalon, do tipo banner, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	825	40,00	33.000,00
33	509152	**Serviço de confecção em geral em lona (440g) –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 440g, com acabamento em ilhos, do tipo faixa, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	710	35,00	24.850,00
34	509153	**Serviço de confecção em geral em lona (440g) –** Confeccionado em material do tipo lona, gramatura de 440g, com quadro em metalon, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	650	55,00	35.750,00
36	509154	**Serviço de confecção em geral em vinil –** Confeccionado em material do tipo vinil, do tipo adesivo, impressão colorida (as cores serão escolhidas no ato do pedido pela contratante), incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	1110	30,00	33.300,00
37	509230	**Serviço de instalação de acessórios em geral -** Aplicação de película de proteção e controle solar, com taxa de escurecimento (será escolhido no ato do pedido pela contratante), em janela, incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	265	45,00	11.925,00
38	509231	**Serviço de instalação de acessórios em geral -** Aplicação de película de proteção e controle solar, com taxa de escurecimento (será escolhido no ato do pedido pela contratante), em porta, incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	225	45,00	10.125,00
39	509229	**Serviço de instalação de acessórios em geral -** Aplicação de película de proteção e controle solar, com taxa de escurecimento (será escolhido no ato do pedido pela contratante), fachada de vidro, incluído produtos e mão de obra	Metro Quadrado	235	43,00	10.105,00

		TOTAL GERAL (R$)				**229.025,00**

EMPRESA VENCEDORA: **BRUSCO & BRUSCO LTDA - ME** – CNPJ n° 07.539.713/0001-77 Rua Bené, 185, Centro, CEP 78.890-000 - Sorriso /MT Fone: (66) 3545-1260 / (66) 9 9664-1260 E-mail: vendas@plottaradesivos.com.br / contato@plottaradesivos.com.br

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	509175	**Serviço de confecção de letras caixa (005cm) –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho/dimensão de 05cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	125	11,80	1.475,00
2	509176	**Serviço de confecção de letras caixa (010cm) –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 10cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	125	13,80	1.725,00
3	509177	**Serviço de confecção de letras caixa (020cm) –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 20cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	115	27,00	3.105,00
4	509178	**Serviço de confecção de letras caixa (030cm) –** Confeccionadas em material do tipo PVC compostas (rígido), do tipo letra em caixa, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 30cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	145	29,00	4.205,00
5	509169	**Serviço de confecção de letras caixa (040cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 40cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	130	65,00	8.450,00
6	509170	**Serviço de confecção de letras caixa (060cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 60cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	180	42,00	7.560,00
7	509171	**Serviço de confecção de letras caixa (080cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 80cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	100	65,00	6.500,00
8	509172	**Serviço de confecção de letras caixa (100cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 100cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	135	65,00	8.775,00
9	509173	**Serviço de confecção de letras caixa (120cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 120cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	135	95,00	12.825,00
10	509174	**Serviço de confecção de letras caixa (150cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letra em caixa, pintura do tipo automotiva, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 05,00mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 150cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	45	120,00	5.400,00
18	509186	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (500x300cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 500x300cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	96	1.190,00	114.240,00
19	509187	**Serviço de confecção de placas chapa galvanizada (600x300cm) –** Confeccionado em chapa de ferro galvanizado, com adesivo impresso, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 26mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 600x300cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	61	1.490,00	90.890,00
24	509165	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (100x100cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 100x100cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	180	165,00	29.700,00
25	509166	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (150x100cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 150x100cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	155	330,00	51.150,00
26	509167	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (160x80cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 160x80cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	155	265,00	41.075,00
27	509168	**Serviço de confecção de placas e plaquetas (200x150cm) –** Confeccionado em chapa de alumínio composto, do tipo letreiro, pintura incluídos, cores variadas (será escolhida no ato do pedido pela contratante), com borda (relevo) de 03mm de espessura, alta durabilidade e acabamento, tamanho / dimensão de 200x150cm, incluído produtos e mão de obra	Unidade	125	495,00	61.875,00
		TOTAL GERAL (R$)				**448.950,00**

A Ata Integral de Registro de Preços dos lotes das empresas acima citadas se encontram à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider – sito na Travessa dos Parecis, 85 – Setor Leste – CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2018

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Colider/MT

PREGÃO PRESENCIAL: N° 043/2018 - SRP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e materiais de artesanatos para atender os cursos e oficinas realizados no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) do município de Colider/MT.

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

DATA DE ASSUNATURA: 02 de Agosto de 2018.

FORNECEDOR / PREÇO REGISTRADO:

EMPRESA VENCEDORA: COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI - ME - CNPJ nº 28.372.398/0001-06 Rua Acácia, nº 18 (lote Chapéu do Sol), quadra 24, Bairro Petropolis - CEP. 78.144-500 – Várzea Grande/MT Fone: (65) 3362-0410 / 98432-9210 E-mail: compativelcomercio@gmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
5	509495	**Agulha de costura a mão n° 01** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), medida aproximada de 01,00mm, costura a mão, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 100 unidades	Corrente	Caixa	1	37,99	37,99
16	509502	**Agulha de esmirna nº 08 (circulo) –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricada em material do tipo niquelado (aço inox), cabo revestido em plástico, tipo esmirna, acompanhada de régua medidora para cortar fios, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Paramont	Unidade	10	14,30	143,00
28	509626	**Agulha de ponto russo nº 20 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricada em material do tipo cabo em plástico com ponta em metal, ideal para ponto russo, numeração indicada para utilização com lãs, com passador de fios, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Telanipo	Unidade	10	13,00	130,00
41	509077	**Cabeça Plástica de Boneca (07,50x06,00cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do tipo poliestireno, cor pele, com medida aproximada de 07,50x06,00cm (AxD), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 10 unidades	Cia Bonecas	Pacote	50	10,00	500,00
43	509514	**Caixa de madeira (08,00x08,00x10cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, com passa fita, medida aproximada de 08,00x08,00x10cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Destack MDF	Unidade	5	4,70	23,50
45	509516	**Caixa de madeira (15,00x15,00x07cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, com passa fita, medida aproximada de 15,00x15,00x07cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Destack MDF	Unidade	5	12,50	62,50
112	509014	**Pincel Chato (tipo 01) n° 00 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	LeoLeo	Unidade	100	2,90	290,00
123	509557	**Pincel Chato (tipo 02) n° 04 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	LeoLeo	Unidade	10	2,00	20,00
124	509558	**Pincel Chato (tipo 02) n° 06 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	LeoLeo	Unidade	10	2,00	20,00
125	509559	**Pincel Chato (tipo 02) n° 08 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	LeoLeo	Unidade	10	2,00	20,00
126	509560	**Pincel Chato (tipo 02) n° 10 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	LeoLeo	Unidade	10	3,00	30,00
127	509561	**Pincel Chato (tipo 02) n° 12 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	LeoLeo	Unidade	10	3,00	30,00
132	509566	**Pincel Chato (tipo 03) n° 06** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo em madeira natural, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	6,00	60,00
133	509567	**Pincel Chato (tipo 03) n° 08** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo em madeira natural, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	6,00	60,00
179	509030	**Tecido: Chita -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo chita, 100% algodão, pesando de 230 á 240g/m2, com 01,40m de largura, sem estampas, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Fabril	Metro	100	12,00	1.200,00
211	509048	**Tela para pintura de quadros (40x70cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 40,00x70,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Telart	Unidade	100	20,00	2.000,00
		VALOR TOTAL (R$)					**4.626,99**

EMPRESA VENCEDORA: J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME - CNPJ nº 11.073.488/0001-01 Avenida Fernando Correa da Costa, nº 4413, Sala 05, Bairro Coxipó - CEP. 78.080-000 – Cuiabá/MT Fone: (65) 3027-6081 / (65) 9.9981-2274
E-mail: alicesg_garcia@hotmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
69	509526	**Entretela (branco)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, termocolante para pequenas áreas em tecidos leves e médios, 40g, na cor branca, com medidas aproximadas de 0,90x50m (LxC), dupla função (termocolante e autoadesivo), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 50m	Exel	Rolo	3	122,20	366,60
108	509543	**Pincel Chanfrado Angular n° 08 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo cerdas de pelo sintético e cabo curto creme, virola em alumínio, formato chanfrado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	15,78	157,80
109	509544	**Pincel Chanfrado Angular n° 12 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo cerdas de pelo sintético e cabo curto creme, virola em alumínio, formato chanfrado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	23,88	238,80
110	509545	**Pincel Chanfrado Angular n° 16 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo cerdas de pelo sintético e cabo curto creme, virola em alumínio, formato chanfrado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	27,65	276,50
111	509546	**Pincel Chanfrado Angular n° 20 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo cerdas de pelo sintético e cabo curto creme, virola em alumínio, formato chanfrado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	43,89	438,90

168	509083	**Regulador de alça de sutiã -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo policarbonato, transparente, largura do passante em 12,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 100 unidades	Terlizzi	Pacote	5	5,95	29,75
174	509633	**Solvente 100ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo solvente alifático, incolor, destinado a remoção e diluição de tintas, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 100ml	Acrilex	Frasco	30	9,45	283,50
185	509601	**Tecido: Lese/Laise -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, na cor branco, com largura de 01,40m, bordado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Catex	Metro	5	26,65	133,25
217	509053	**Tesoura 21cm (picotar) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo cabo em polipropileno, corte em aço inox, corte picotado, para costura, comprimento de 21,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Aguarela	Unidade	5	48,00	240,00
		VALOR TOTAL (R$)					**2. 165,10**

EMPRESA VENCEDORA: L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - EPP - CNPJ nº 13.498.051/0001-37 Avenida XV de Novembro, nº 734, 1º andar, Bairro Centro Sul, CEP. 78.020-300 – Cuiabá/MT Fone: (65) 3614-8611 / 9 9662-9672 E-mail: fernandoaviamentos@terra.com.br

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
1	508951	**Agulha de bordar nº 22 -** Especificações Técnicas mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), para bordar, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com mínimo 10 unidades	Corrente	Pacote	10	4,60	46,00
2	508954	**Agulha de bordar nº 24 -** Especificações Técnicas mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), para bordar, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com mínimo 10 unidades	Corrente	Pacote	10	4,10	41,00
3	508955	**Agulha de bordar nº 26 -** Especificações Técnicas mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), para bordar, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com mínimo 10 unidades	Corrente	Pacote	10	3,50	35,00
26	509509	**Agulha de ponta redonda n° 17 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta redonda, compatível com máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	5	11,80	59,00
27	509510	**Agulha de ponto russo nº 12 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricada em material do tipo cabo em plástico com ponta em metal, ideal para ponto russo, indicado para utilização de 03 fios (linha), com passador de fios, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Telanipo	Unidade	10	13,00	130,00
29	183780	**Alfinete de Cabeça n º 29 –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), 29mm de comprimento, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 50g	Iara	Caixa	50	4,82	241,00
31	509069	**Arco de Plástico Fechado – Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material plástico, tamanho variados (P, M, G e GG), o tamanho será escolhido pela contratante no ato do pedido, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 100 unidades**	Jowama	Pacote	7	22,00	154,00
34	509511	**Bandeja em MDF (crú) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do tipo MDF, medida aproximada de 24x15x03cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Demetrios	Unidade	5	11,99	59,95
35	509073	**Bojo de sutiã –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material de qualidade, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido, tamanhos variados (P, M, G, GG), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, os tamanhos serão escolhidos no ato do pedido, pacote com 01 par	Conformatec	Par	200	4,57	914,00
36	172417	**Botão: Chaton 22mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo acrílico, redondo, na cor níquel, 22,00mm de circunferência, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 250g	NYBC	Pcte	50	25,90	1. 295,00
37	508976	**Botão: Chaton 25mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo acrílico, redondo, na cores variadas, 25,00mm de circunferência, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 20 unidades	NYBC	Pcte	100	4,42	442,00
38	508975	**Botão: Chaton espelhado -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo acrílico, formato gota, com medidas aproximadas de 02,50x01,50cm, cores variadas (será escolhido no ato pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 20 unidades	NYBC	Pcte	100	4,75	475,00
39	509512	**Botão: Redondo n° 01 (branco) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo resina, cor branca, 28,00mm de circunferência, 04 furos, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, embalagem contendo 10 unidades	Gorozita	Unidade	10	2,81	28,10
40	509513	**Botão: Redondo n° 01 (preto) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo resina, cor branca, 28,00mm de circunferência, 04 furos, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, embalagem contendo 10 unidades	Gorozita	Unidade	10	2,81	28,10
42	509076	**Cabeça Plástica de Boneca (10,00x22,00cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do tipo poliestireno, cor pele, com medida aproximada de 10,00x22,00cm (AxD), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 10 unidades	Demetrios	Pacote	50	14,50	725,00
44	509515	**Caixa de madeira (14,00x09,00x04cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 14,00x09,00x04cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Demetrios	Unidade	5	6,24	31,20
46	509517	**Caixa de madeira (16,00x16,00x10cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 16,00x16,00x10cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Demetrios	Unidade	5	8,69	43,45
47	509518	**Caixa de madeira (20,00x20,00x05cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 20,00x20,00x05cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Demetrios	Unidade	5	8,82	44,10
60	509523	**Cordão: Barbante cru n° 08 –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, fios sem mesclas, macio/suave, para crochê, cor cru, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, espessura de 4/8, rolo com 700g, medida mínima de 593m	Roma	Unidade	5	13,51	67,55
61	508979	**Cordão: Barbante Encerado nº 02 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% Algodão, diâmetro de 02,50mm, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com rolo de 100m de comprimento	Settanyl	Unidade	100	9,05	905,00
64	509525	**Diluente: Solvente para tinta de tecido 120ml** - Especificações Técnicas Mínimas: Do tipo líquido/diluente, branco embaçado, ideal para diluição de tintas e verniz em geral, composto de	Acrilex	Unidade	10	4,53	45,30

		resina de emulsão acrílica, água, solvente aditivos e conservante, capacidade mínima de 120ml, acondicionado em embalagem apropriada para o produto					
67	508980	**Elástico chato 02,00cm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 69% poliéster, 31% látex, alta resistência e durabilidade, destinado para confecção e artesanato, com medidas aproximadas de 02,00x250cm (LxC), cores variadas (será escolhida no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 25m	Zanotti	Rolo	12	5,20	62,40
68	509078	**Elástico para alça para Sutiã 13mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 89% Poliamida, 11% elastano, com medidas aproximadas de 0,013x25m (LxC), cores variadas (será escolhida no ato do pedido), alongamento entre 70% à 90%, tipo fita poliamida, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 25m	Zanotti	Rolo	10	13,90	139,00
71	509081	**Fecho Lagosta 10,00mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inoxidável), 316L, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 20 unidades	Aranha	Pacote	30	6,80	204,00
72	508984	**Fita de Cetim Dupla Face n° 01 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), dupla face, largura de 07,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, com comprimento mínimo de 100,00m	Circulo	Unidade	100	16,00	1.600,00
73	508985	**Fita de Cetim Dupla Face n° 02 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), dupla face, largura de 10,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, com comprimento mínimo de 100,00m	Circulo	Unidade	100	29,50	2.950,00
77	509527	**Fita de Cetim Face Simples n° 01 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), face simples, largura de 07,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, com comprimento mínimo de 100,00m	Circulo	Unidade	10	22,77	227,70
80	508989	**Flor de Acrílico 04,50cm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do tipo acrílico, com 4,55cm, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), para bordar chinelo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com mínimo 50 unidades	Arte e Flor	Pacote	10	37,00	370,00
81	509627	**Gel Envelhecedor acrílico 250ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Em gel, base de água, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), atóxico, solúvel a água, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 250ml	Acrilex	Frasco	10	15,50	155,00
82	509529	**Gel Limpa Pincéis** 60ml - Especificações Técnicas Mínimas: Utilizado em tintas a base de água e óleo, indicado para pincéis de filamentos sintéticos, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 60ml	Acrilex	Frasco	10	7,95	79,50
85	508992	**Linha: Fio de lã (tricô) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado com material do tipo 100% acrílico, para tricô, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, novelo com 100g, com comprimento mínimo de 250m	Paramount	Unidade	200	8,90	1.780,00
86	508993	**Linha: Fio de Nylon nº 0,35mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado com material do tipo nylon, transparente, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, espessura de 0,35mm, tubo com 100m	Dourado	Tubo	50	3,50	175,00
88	508998	**Linha: Fio para costura nº 120 (1.800m) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster fiado, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com medida de no mínimo de 1.800m	Setta	Rolo	500	3,75	1.875,00
90	508983	**Linha: Fio para overlock -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, texturizado, para costura overlock, textura de 17, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, cone com mínimo 4.570m	Kron	Unidade	200	3,96	792,00
91	509532	**Linha: Fio tipo Meada (bordar) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado com material do tipo 100% algodão egípcio, duplamente mercerizado, para bordar, meadas com 06 fios separáveis, leve torção, com medida aproximada de 08,00m de comprimento, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 12 unidades de 08,00m cada	Circulo	Caixa	130	24,70	3.211,00
92	509533	**Massa para modelar 01kg -** EspecificaçõesTécnicas Mínimas: composta por cola branca a base de PVA, amido de milho, vaselina e conservantes, do tipo biscuit, cor branca, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 01,00kg	Spacchi	Pacote	60	19,49	1.169,40
95	509534	**Molde para biscuit (bebê) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo silicone de alta qualidade, muito macio, flexível, com medida aproximada de 02,00x04,50cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Spacchi	Unidade	3	17,45	52,35
96	509535	**Molde para biscuit (bichos) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo silicone de alta qualidade, muito macio, flexível, com medida aproximada de 5,50x04,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Spacchi	Unidade	3	15,85	47,55
97	509536	**Molde para biscuit (bolacha) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo silicone de alta qualidade, muito macio, flexível, com medida aproximada de 03,70x03,70cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Spacchi	Unidade	3	15,85	47,55
98	509537	**Molde para biscuit (Flores) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo silicone de alta qualidade, muito macio, flexível, com medida aproximada de 04,10x03,70cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Spacchi	Unidade	3	21,99	65,97
99	509538	**Molde para biscuit (Frutas) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo silicone de alta qualidade, muito macio, flexível, com medida aproximada de 03,30x03,70cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Spacchi	Unidade	3	24,99	74,97
104	509540	**Passa fita -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 80% poliéster, 20% algodão, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), com medida aproximada de 0,023x13,70m (LxC), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Circulo	Unidade	305	8,85	2.699,25
114	509548	**Pincel Chato (tipo 01) n° 02 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	2,80	28,00
115	509549	**Pincel Chato (tipo 01) n° 04 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	110	3,45	379,50
116	509550	**Pincel Chato (tipo 01) n° 06 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	110	3,75	412,50
119	509553	**Pincel Chato (tipo 01) n° 12 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	110	6,45	709,50

121	509555	**Pincel Chato (tipo 01) n° 16 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	7,59	75,90
131	509565	**Pincel Chato (tipo 02) n° 24 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	9,27	92,70
134	509568	**Pincel Chato (tipo 03) n° 10** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo em madeira natural, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	9,99	99,90
137	509571	**Pincel Chato (tipo 03) n° 16** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo em madeira natural, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	19,99	199,90
140	509574	**Pincel Chato (tipo 04) n° 18 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	14,16	141,60
141	509575	**Pincel Chato (tipo 04) n° 20 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	16,76	167,60
150	509584	**Pincel Chato Curto n° 18 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	25,00	250,00
152	509586	**Pincel Chato Curto n° 22 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	4	26,70	106,80
153	509590	**Pincel Redondo (tipo 01) n° 00 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo de pônei, cabo curto de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato redondo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	2,01	20,10
154	509591	**Pincel Redondo (tipo 02) n° 00** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas alvejada, cabo longo, vermelho, virola em alumínio, formato redondo pituá, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	7,95	79,50
156	509593	**Pincel Redondo (tipo 02) n° 06** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas alvejada, cabo longo, vermelho, virola em alumínio, formato redondo pituá, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tigre	Unidade	10	15,68	156,80
162	509024	**Porta controle -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, com medida aproximada de 10,00x16,00x10,00cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Demetrios	Unidade	100	8,00	800,00
164	509595	**Porta guardanapo –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, com medida aproximada de 14,00x26,00, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Demetrios	Unidade	103	6,85	705,55
175	509596	**Stencil 10x10cm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material de plástico do tipo acetato, com medida de 10,00x10,00cm, figuras diversas (alho, arabesco, cenoura, galinha, maçã, morango, pássaros, pimenta e uva), as figuras serão escolhidos no ato do pedido, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Litoarte	Unidade	3	3,47	10,41
177	509598	**Stencil 20x25cm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material de plástico do tipo acetato, com medida de 20,00x25,00cm, figuras diversas (banana, cerejeira, chaleira, círculos, fazendinha, flor de laranjeira, flor grande, garrafão, listras, peixe e taça), as figuras serão escolhidos no ato do pedido, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Litoarte	Unidade	3	7,45	22,35
181	509037	**Tecido: Felpa -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% Algodão, para bordar, impermeável, gramatura 360g/m linear, largura de 01,40m, cores variadas (será escolhida pela contratada no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Santa Margarida	Metro	200	21,60	4.320,00
183	509687	**Tecido: Flanela fustão -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% Algodão, motivos infantis, gramatura 100g/m2, largura de 00,80m, armação têxtil, estampada (será escolhida pela contratada no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Sãojoanense	Metro	300	11,19	3.357,00
184	509600	**Tecido: Guardanapo (branco) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, cor branco, com medida aproximada de 70x40cm (CxL), cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada	Santa Margarida	Metro	50	5,20	260,00
187	509040	**Tecido: Oxford (liso) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, com largura de 01,40m, cores variadas (será escolhido pela contratada no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada	Adar	Metro	300	12,00	3.600,00
189	509041	**Tecido: Para Fralda -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, gramatura aproximada de 106g/m2, largura de 70cm, cor branca, acondicionado em embalagem apropriada	Incomfral	Metro	700	6,69	4.683,00
195	509604	**Tecido: Tricoline liso (100% algodão) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo tecido de tricoline 100% algodão, pesando 120g/m2, cores fortes (será escolhido pela contratante no ato do pedido), sem estampas, com medida de 01,40m de largura, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Peripan	Metro	330	19,75	6.517,50
197	509635	**Tecido: Tricoline listrado -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo tecido de tricoline 100% algodão, pesando 120g/m2, listrado, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), sem estampas, com medida de 01,40m de largura, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Peripan	Metro	10	20,00	200,00
201	509606	**Tela de Pintura (030x060cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material 100% algodão, ficada em chassi de madeira, com medidas aproximadas de 030x060cm, cor cru, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Guedes	Unidade	15	19,30	289,50
227	509622	**Verniz Acrílico Fosco 250ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Solúvel em água, incolor, acabamento fosco, atóxico, acondicionado em embalagem apropriada para o produto frasco de 250ml	Acrilex	Frasco	5	15,90	79,50
229	509060	**Viés -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material com 100% Algodão, para costura, liso, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), 13mm de largura, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 20m de comprimento	Peripan	Rolo	150	10,30	1.545,00
230	509084	**Viés para sutiã -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material com 99% poliamida, 01% elástano, 10mm de largura, para sutiã, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 25m de comprimento	Peripan	Rolo	5	10,00	50,00
		VALOR TOTAL (R$)					**52.947,50**

EMPRESA VENCEDORA: MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME - CNPJ nº 20.847.096/0001-35 Rua do Livramento, 408, Bairro Centro Sul, CEP. 78.110-133 – Várzea Grande/MT Fone: (65) 3686-1642 / 9 9209-8000 E-mail: mottivacomercio01@gmail.com / tiago.capital@gmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
166	509632	**Porta Papel Toalha –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, medida aproximada de 24,00x12,50x13,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Demetrius	Unidade	3	9,30	27,90
178	509599	**Tecido: Bordado Inglês -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo bordado inglês, 90% Poliéster, 10% Algodão, com medida mínima de 0,05x13,70m, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Merita	Unidade	305	28,05	8.555,25
190	509042	**Tecido: Para Fralda (estampada) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, gramatura aproximada de 106g/m2, largura de 70cm, estampa infantil (será escolhido pela contratante no ato do pedido), cor branca, acondicionado em embalagem apropriada	Mascarenhas	Metro	700	6,10	4.270,00
196	509605	**Tecido: Tricoline liso (estampado) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo tecido de tricoline 100% algodão, pesando 120g/m2, cores fortes (será escolhido pela contratante no ato do pedido), estampas variadas (bichos, bolinhas, frutas, floral), com medida de 01,40m de largura, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Tessana	Metro	50	19,90	995,00
200	509636	**Tela de Pintura (009x012cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material 100% algodão, ficada em chassi de madeira, com medidas aproximadas de 009x012cm, cor cru, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Guedes	Unidade	20	3,89	77,80
202	509607	**Tela de Pintura (100x100cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material 100% algodão, ficada em chassi de madeira, com medidas aproximadas de 100x100cm, cor cru, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Guedes	Unidade	10	52,80	528,00
226	509621	**Verniz 500ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em materiala base de cobalto, tipo secante (cobalto), acelera o tempo de secagem da tinta óleo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 500ml	Acrilex	Frasco	105	24,70	2.593,50
		VALOR TOTAL (R$)					**17.047,45**

EMPRESA VENCEDORA: RUIZ & PAIXAO LTDA - ME - CNPJ nº 23.350.742/0001-42 Avenida Marechal Candido Rondon, 126, Setor Leste, Bairro Centro, CEP. 78.500-000 – Colider/MT Fone: (66) 3541-1936 / (66) 9.9904-5176 E-mail: ruiz.pat@hotmail.com

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNIDADE	QTDE	VL. UNIT. (R$)	VL. TOTAL (R$)
4	14806	**Agulha de costura a mão (agulheiro cestinha) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), 19 agulhas, tamanhos variados, do nº 06 à 12, 01 passador de linha de costura, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Luli	Unidade	100	1,38	138,00
6	509496	**Agulha de costura a mão n° 03** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), medida aproximada de 03,00mm, costura a mão, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 100 unidades	Aquarela	Caixa	1	14,90	14,90
7	509497	**Agulha de costura a mão n° 06** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), medida aproximada de 06,00mm, costura a mão, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 100 unidades	Aquarela	Caixa	1	14,90	14,90
8	509498	**Agulha de costura a mão n° 09** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), medida aproximada de 09,00mm, costura a mão, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 100 unidades	Aquarela	Caixa	1	14,90	14,90
9	509499	**Agulha de costura a mão n° 14** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), medida aproximada de 14,00mm, costura a mão, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 100 unidades	Aquarela	Caixa	1	89,90	89,90
10	509500	**Agulha de crochê 00,60mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, nº 12, caixa com 100 unidades	Luli	Caixa	1	173,60	173,60
11	509501	**Agulha de crochê 00,75mm –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), para crochê, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 100 unidades	Luli	Caixa	1	173,60	173,60
12	508943	**Agulha de crochê 02,00mm –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo alumínio, para crochê, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Luli	Unidade	50	2,10	105,00
13	508949	**Agulha de crochê 03,00mm –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo alumínio, para crochê, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Luli	Unidade	50	2,10	105,00
14	508944	**Agulha de crochê 04,00mm –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo alumínio, para crochê, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Luli	Unidade	50	2,10	105,00
15	508945	**Agulha de crochê 05,00mm –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo alumínio, para crochê, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Luli	Unidade	50	2,10	105,00
17	509503	**Agulha de ponta fina n° 08 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta fina, compatível com máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	5	4,60	23,00
18	509504	**Agulha de ponta fina n° 11 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta fina, compatível com máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	30	4,60	138,00
19	509696	**Agulha de ponta fina n° 14 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta fina, compatível com máquina de costura SINGER, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	25	4,60	115,00
20	509505	**Agulha de ponta fina n° 16 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta fina, compatível com máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	5	4,60	23,00
21	509506	**Agulha de ponta fina n° 17 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta fina, compatível com máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	5	4,60	23,00
22	509625	**Agulha de ponta redonda n° 08 –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta arredondada, compatível para máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	5	11,90	59,50

23	509507	**Agulha de ponta redonda n° 11 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta redonda, compatível com máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	30	11,90	357,00
24	509640	**Agulha de ponta redonda n° 14 –** Especificações Técnicas Mínimas:Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta redonda, compatível com máquina de costura SINGER, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	25	11,90	297,50
25	509508	**Agulha de ponta redonda n° 16 –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), orifício aberto no centro, ponta redonda, compatível com máquina de costura SINGER PP418B, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 10 unidades	Singer	Caixa	5	11,90	59,50
30	508961	**Alfinete de Segurança n º 02 –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo aço niquelado (aço inox), tamanho aproximado de 38mm de comprimento, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 100 unidades	Luli	Pacote	10	5,99	59,90
32	508966	**Argola de artesanato (blusa/alça de sutiã) –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material plástico, cores variadas (que serão escolhidas no momento do pedido), com medida aproximada de 12,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 100 unidades	Terlizze	Pacote	10	3,10	31,00
33	508965	**Argola de artesanato (pano de prato) –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material plástico, cores variadas (que serão escolhidas no momento do pedido), com medida aproximada de 11,50x00,80cm (DxE), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 12 unidades	Ritas	Pacote	40	7,22	288,80
48	509519	**Caixa de madeira (20,00x20,00x07cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 20,00x20,00x07cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	5	10,20	51,00
49	508969	**Caixa de madeira (20,00x20,00x10cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 20,00x20,00x10cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	100	5,10	510,00
50	509520	**Caixa de madeira (20,00x30,00x07cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 20,00x30,00x07cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	5	13,50	67,50
51	509521	**Caixa de madeira (25,00x15,00x07cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 25,00x15,00x07cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	5	11,90	59,50
52	509522	**Caixa de madeira (25,00x25,00x10cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 25,00x25,00x10cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	5	12,75	63,75
53	508970	**Caixa de madeira (35,00x35,00x10cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 35,00x35,00x10cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	100	11,90	1.190,00
54	508968	**Caixa de madeira (45,00x45,00x10cm)** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do MDF, lisa, cor natural, MDF com 00,30cm de espessura, com tampa solta, medida aproximada de 45,00x45,00x10cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	100	17,10	1.710,00
55	190196	**Carbono para costura -** Especificações Técnicas Mínimas: Acessório para corte e costura, com medidas aproximadas de 60,00x40,00cm, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 10 unidades de 01 única cor	Luli	Pacote	15	13,50	202,50
56	508977	**Chinelo anatômico** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo borracha de alta qualidade, com tiras de ajustamento aos pés, solado anatômico, tamanho de 35-44 (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, embalagem com 01 par	Havaianas	Par	300	15,70	4.710,00
57	264361	**Cola: Bastão de silicone (fino) –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo silicone, transparente, para cola quente, medida aproximada de 0,08x30cm (DxC), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com no mínimo 01kg	Luli	Caixa	65	26,70	1.735,50
58	264362	**Cola: Bastão de silicone (grosso) –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo silicone, transparente, medida aproximada de 0,11x30cm (DxC), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com no mínimo 01kg	Luli	Caixa	65	28,80	1.872,00
59	508978	**Cola: Liquida para tecidos 120g -** Especificações Técnicas Mínimas: Do tipo multicolage, para decoupage, na cor branca, secagem rápida, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 120g	Acrilex	Unidade	150	8,24	1.236,00
62	194168	**Cordão: Barbante nº 06 –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 90% (algodão), 10% (outras fibras), cores variadas (será escolhida no ato do pedido), para crochê, espessura 4/6, tipo cone, mínimo 700m, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Euro Roma	Unidade	200	10,45	2.090,00
63	509524	**Cordão: Barbante nº 08 –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 85% (algodão), 15% (outras fibras), cores variadas (será escolhida no ato do pedido), para crochê, espessura 4/8, tipo cone, mínimo 450m, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Euro Roma	Unidade	215	9,99	2.147,85
65	509079	**Elástico bico de pato 12mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 77% poliamida, 23% elastano, com medidas aproximadas de 0,012x50m (LxC), cores variadas (será escolhida no ato do pedido), alongamento entre 120% à 150%, tipo fita poliamida, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 50m	Zanotti	Rolo	6	19,50	117,00
66	508981	**Elástico chato 00,90cm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 69% poliéster, 31% látex, alta resistência e durabilidade, destinado para confecção e artesanato, com medidas aproximadas de 0, 0,90x1000cm (LxC), cores variadas (será escolhida no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 100m	Jaragua	Rolo	3	10,36	31,08
70	509080	**Fecho Extra V900/30 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo tecido 100% poliamida, linha 100% poliéster, arame de ferro galvanizado, 02 travas de regulagens, cores variadas (será escolhido no pedido), com medidas aproximadas de 0,90x50m (LxC), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 100 unidades	Vanity	Pacote	10	25,20	252,00
74	508986	**Fita de Cetim Dupla Face n° 03 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), dupla face, largura de 15,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, com comprimento mínimo de 100,00m	Najar	Unidade	100	36,00	3.600,00

75	508987	**Fita de Cetim Dupla Face n° 05 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), dupla face, largura de 22,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, com comprimento mínimo de 100,00m	Najar	Unidade	100	40,00	4.000,00
76	509082	**Fita de Cetim Dupla Face n° 09 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), dupla face, largura de 38,00mm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, com comprimento mínimo de 100,00m	Najar	Unidade	100	73,00	7.300,00
78	509528	**Fita decorativa (passamanaria) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo cetim, tipo passamanaria, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), com medida aproximada de 0,023x10,00m, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	São José	Unidade	5	5,90	29,50
79	508988	**Fita Métrica -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricada em material do tipo 95,00% PVC, 05,00% fibra de vidro, 01,50m de comprimento, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, caixa com 12 unidades	Luli	Caixa	1	12,60	12,60
83	509628	**Goma Laca (incolor) 500ml -** Especificações Técnicas Mínimas: impermeabilizantes de materiais porosos e absorventes, incolor, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 500ml	Acrilex	Frasco	3	13,90	41,70
84	508991	**Guardanapo de papel (decopagem) -** Especificações Técnicas Mínimas: Do tipo para decopagem e técnicas de arte e artesanato, modelos variados (será escolhido pela contratante no ato do pedido), estampas coloridas, com medida de aproximadamente 33,00x33,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com no mínimo 02 unidades	Toke Crie	Pacote	500	3,30	1.650,00
89	509531	**Linha: Fio para crochê -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material 100% algodão mercerizado, espessura de 8/2, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com medida de no mínimo de 1000m	Circulo	Unidade	630	11,04	6.955,20
93	509007	**Miçanga 11/0 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado com material do tipo 100% vidro, com medida aproximada de 1,50x3,00mm, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com no mínimo 500g	Luli	Pacote	10	29,50	295,00
94	509009	**Miçangão 18 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado com material do tipo 100% vidro, tipo leitosa, com medida aproximada de 4,10mm, cores variadas (será escolhida no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com no mínimo 500g	Luli	Pacote	10	37,50	375,00
101	509012	**Olho Móvel 06,00mm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo plástico, para Artesanato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com mínimo 100 unidades	Luli	Pacote	3	3,90	11,70
102	508990	**Papel Manteiga (folha) -** Especificações Técnicas Mínimas: Papel do tipo manteiga, cor branca, medida aproximada de 100,00x70,00cm, gramatura de 41g/m², acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Luli	Unidade	100	0,45	45,00
103	509013	**Papel Termocolante -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% copoliamida, 90cm de largura, possui uma folha siliconada que o acompanha permitindo que as marcações, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Estilotex	Metro	100	7,24	724,00
105	505705	**Pinça com pescador -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo metal, para máquina de overloque, passa elástico e outros, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Luli	Unidade	5	5,85	29,25
106	509541	**Pincel Broxinha n° 02** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas gris, cabo curto de madeira natural, virola em alumínio, formato redondo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	4	6,70	26,80
107	509542	**Pincel Broxinha n° 04** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas gris, cabo curto de madeira natural, virola em alumínio, formato redondo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	4	8,90	35,60
117	509551	**Pincel Chato (tipo 01) n° 08 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	110	2,95	324,50
118	509552	**Pincel Chato (tipo 01) n° 10 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	110	5,35	588,50
120	509554	**Pincel Chato (tipo 01) n° 14 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural na cor branca, cabo longo de madeira, amarelo, virola em alumínio, formato chato, aparado e lixado, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	6,45	64,50
122	509556	**Pincel Chato (tipo 02) n° 02 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	2,00	20,00
128	509562	**Pincel Chato (tipo 02) n° 14 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	3,95	39,50
129	509563	**Pincel Chato (tipo 02) n° 16 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	3,95	39,50
130	509564	**Pincel Chato (tipo 02) n° 18 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo natural, cabo longo de plástico, amarelo, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	4,99	49,90
135	509569	**Pincel Chato (tipo 03) n° 12** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo em madeira natural, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	9,90	99,00
136	509570	**Pincel Chato (tipo 03) n° 14** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo em madeira natural, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	14,90	149,00
138	509572	**Pincel Chato (tipo 03) n° 18** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo em madeira natural, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	19,90	199,00
139	509573	**Pincel Chato (tipo 04) n° 10 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	10,83	108,30
142	509576	**Pincel Chato Curto n° 02 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	7,56	75,60

143	509577	**Pincel Chato Curto n° 04 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	7,70	77,00
144	509578	**Pincel Chato Curto n° 06 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	9,71	97,10
145	509579	**Pincel Chato Curto n° 08 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	11,13	111,30
146	509580	**Pincel Chato Curto n° 10 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	14,04	140,40
147	509581	**Pincel Chato Curto n° 12 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	16,94	169,40
148	509582	**Pincel Chato Curto n° 14 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	20,72	207,20
149	509583	**Pincel Chato Curto n° 16 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	21,73	217,30
151	509585	**Pincel Chato Curto n° 20 -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material filamentos e cerdas do tipo pelo especial de orelha de boi, cabo longo vermelho, virola em alumínio, formato chato curto, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	26,80	268,00
155	509592	**Pincel Redondo (tipo 02) n° 04** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas alvejada, cabo longo, vermelho, virola em alumínio, formato redondo pituá, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	14,18	141,80
157	509594	**Pincel Redondo (tipo 02) n° 08** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material nos filamentos e cerdas alvejada, cabo longo, vermelho, virola em alumínio, formato redondo pituá, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Condor	Unidade	10	19,40	194,00
158	509021	**Pistola G** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo plástico resistente, com gatilho, acionamento continuo, destinado a aplicação de cola quente, tamanho G, bivolt, potencia de 40w, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Westermann	Unidade	50	20,70	1.035,00
159	509022	**Pistola P** - Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo plástico resistente, com gatilho, acionamento continuo, destinado a aplicação de cola quente, tamanho G, bivolt, potencia de 15w, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Westermann	Unidade	50	11,85	592,50
160	509023	**Porta chaves -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, capacidade para 05 chaves, com medida aproximada de 20,00x25,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	100	13,10	1.310,00
161	509629	**Porta condimento e papel toalha -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, com medida aproximada de 12,00x31,00x20,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	3	23,80	71,40
163	509630	**Porta fraldas -** Especificações Técnicas Mínimas: Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, com medida aproximada de 24,50x16,00x21,00cm (LxPxA), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	3	15,90	47,70
165	509631	**Porta Maquiagem –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, 02 gavetas, medida aproximada de 26,00x15,00x14,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	3	29,00	87,00
167	509026	**Porta talheres –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, cor natural/crú, com medida aproximada de 15,00x18,00, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	100	18,50	1.850,00
169	509027	**Revista Crochê:** Especificações Técnicas Mínimas: Produto do tipo revista que contenha gráficos para crochê	Mania da Arte	Unidade	15	6,50	97,50
170	509688	**Revista EVA:** Especificações Técnicas Mínimas: Produto do tipo revista que contenha informações/aulas de forma clara para manuseio de materiais do tipo EVA	Mania da Arte	Unidade	15	6,50	97,50
171	509689	**Revista pintura de tecidos:** Especificações Técnicas Mínimas: Produto do tipo revista que contenha aulas de fácil entendimento de pintura em tecidos	Mania da Arte	Unidade	15	6,50	97,50
172	509690	**Revista Ponto Cruz:** Especificações Técnicas Mínimas: Produto do tipo revista que contenha gráficos para bordado de ponto cruz e vagonite	Mania da Arte	Unidade	15	6,50	97,50
173	509691	**Revista Ponto Oitinho:** Especificações Técnicas Mínimas: Produto do tipo revista que contenha gráficos para bordado de ponto oitinho	Mania da Arte	Unidade	15	6,50	97,50
176	509597	**Stencil 14x14cm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material de plástico do tipo acetato, com medida de 14,00x14,00cm, figuras diversas (borboleta, bule, cebola, flor, laranja, ninho, poá, rosa e salsa), as figuras serão escolhidos no ato do pedido, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Opa	Unidade	3	3,50	10,50
180	14275	**Tecido: Etamine (branca) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% Algodão, para bordar, impermeável, gramatura padrão, largura de 01,40m, cor branca, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Estilotex	Metro	50	14,52	726,00
182	508982	**Tecido: Feltro -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, cores variadas (será escolhida pelo contratante no ato do pedido), largura de 01,40m, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Santa Fé	Metro	50	11,40	570,00
186	509006	**Tecido: Manta Acrílica -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado com material do tipo 100% poliéster, cor branca, gramatura 60, com largura de 01,40m, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Pegorari	Metro	100	5,71	571,00
188	509044	**Tecido: Pano de Prato -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, largura mínima de 70cm, cor branca, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Itatex	Metro	2800	4,91	13.748,00
191	509032	**Tecido: Patchwork -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo patchwork, tricoline 100% algodão, com largura de 01,40m, com estampas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Estilotex	Metro	300	21,90	6.570,00
192	509602	**Tecido: Talagarça Grossa -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, pesando 167g/m2, armação tela grossa, cor crú, com medida aproximada de 01,00x01,40m (CxL), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Estilotex	Unidade	50	26,47	1.323,50
193	509603	**Tecido: Tecido não tecido (TNT) –** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material com gramatura mínima de 40g/m linear; composto de 100% em fibra de polipropileno, cores variadas (será escolhido pela contratante no ato do pedido), com medida mínima de 01,40m de largura, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Santa Fé	Metro	2300	1,31	3.013,00
194	509634	**Tecido: Tricoline liso -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo tecido de tricoline de algodão liso, misto 65% poliéster e 35% algodão, cores fortes (será esco-	Estilotex	Metro	50	21,90	1.095,00

		lhido pela contratante no ato do pedido), sem estampas, com medida de 01,40m de largura, acondicionado em embalagem apropriada para o produto					
198	509046	**Tecido: Viscose -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% viscose, largura de 1,40m, pesando 105g/m2, armação de tela, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Jaragua	Metro	300	19,90	5.970,00
199	509047	**Tecido: Voil -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, largura de 03,00m, pesando 128g/m2, armação de tela, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Jaragua	Metro	100	24,90	2.490,00
203	509608	**Tela para pintura de quadros (11x11cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 11,00x11,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	6,20	37,20
204	509609	**Tela para pintura de quadros (15x15cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 15,00x15,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	7,10	42,60
205	509610	**Tela para pintura de quadros (16x16cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 16,00x16,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	7,90	47,40
206	509611	**Tela para pintura de quadros (20x20cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 20,00x20,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	9,30	55,80
207	509612	**Tela para pintura de quadros (21x21cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 21,00x21,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	10,10	60,60
208	509613	**Tela para pintura de quadros (25x25cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 25,00x25,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	12,90	77,40
209	509614	**Tela para pintura de quadros (26x26cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 26,00x26,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	13,90	83,40
210	509615	**Tela para pintura de quadros (30x30cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo MDF, com medida aproximada de 30,00x30,00cm, borda de 02,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	JJ	Unidade	6	14,90	89,40
214	509616	**Terebintina 100ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Do tipo diluente vegetal, natural de tinta óleo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 100ml	Acrilex	Unidade	10	6,01	60,10
215	509617	**Termolina 100ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Solúvel em água, indicado para proteger costuras e bordados, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 100ml	Acrilex	Unidade	210	4,39	921,90
216	509052	**Tesoura 21cm -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo cabo em polipropileno, corte em aço inox, corte reto, para costura, comprimento de 21,00cm, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	Acrilex	Unidade	15	11,50	172,50
220	509619	**Tinta Acrílica Fosca 250ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material com composição a base de látex PVA, a base de água, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), para pintura artesanal, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 250ml	Acrilex	Frasco	250	9,59	2.397,50
222	509620	**Tinta dimensional relevo 35ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo resina acrílica, água, aditivos, peguimentos, utilizada para qualquer tipo de material poroso e aderente, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 35ml	Acrilex	Frasco	20	2,78	55,60
223	509637	**Tinta para tecido -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material com composição a base de resina acrílica, não tóxica, solúvel em água, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 250ml	Acrilex	Frasco	680	9,99	6.793,20
224	509055	**Tinta PVA 100ml -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material de composição a base de resina de PVA, para artesanato, cores variadas (será escolhida pelo contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco com 100ml	Acrilex	Frasco	500	4,77	2.385,00
225	509058	**Toalha de mão (24x40cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% algodão, para bordado, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, com medida aproximada de 24x40cm	Dohler	Unidade	500	3,82	1.910,00
228	509623	**Verniz Vitral 100ml -** Especificações Técnicas Mínimas: À base de solvente, incolor, acabamento transparente e brilhante, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, frasco de 100ml	Acrilex	Frasco	5	11,26	56,30
231	509061	**Viés Patchwork -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material com 100% Algodão, largura inicial de 35mm, largura parte externa 23mm, estampada (será escolhido pela contratante no ato do pedido), acondicionado em embalagem apropriada para o produto, rolo com 20m de comprimento	Destaque	Rolo	150	9,90	1.485,00
232	509062	**Zíper Fixo (15cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, trava automática, nylon, com medida aproximada de 15cm, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), fixo, fino, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 10 unidades	ZR	Pacote	10	5,90	59,00
233	509063	**Zíper Fixo (18cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, trava automática, nylon, com medida aproximada de 18cm, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), fixo, fino, acondicionado em embalagem apropriada para o produto, pacote com 10 unidades	ZR	Pacote	10	6,90	69,00
234	509064	**Zíper Fixo Invisível (30cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, trava automática, nylon, com medida aproximada de 30cm, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), fixo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	ZR	Unidade	200	0,80	160,00
235	509065	**Zíper Fixo Invisível (50cm) -** Especificações Técnicas Mínimas: Fabricado em material do tipo 100% poliéster, trava automática, nylon, com medida aproximada de 50cm, cores variadas (será escolhida pela contratante no ato do pedido), fixo, acondicionado em embalagem apropriada para o produto	ZR	Unidade	200	0,99	198,00
		VALOR TOTAL (R$)					**107.857,83**

A Ata Integral de Registro de Preços dos lotes das empresas acima citadas se encontram à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider – sito na Travessa dos Parecis, 85 – Setor Leste – CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **248/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **ALCIONE PINTO DA SILVA**

MOTIVO: Fica prorrogado o prazo e alterado o valor do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **Licença Gestante**, pelo período de **22 de dezembro de 2017 a 26 de janeiro de 2019,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 36.495,58 (trinta e seis mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

DATA: 19 de setembro de 2019

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **120/2017**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **DALVA ANGELITA DA SILVA**

MOTIVO: Fica alterado o prazo e alterado o valor do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **Licença Gestante**, pelo período de **22 de dezembro de 2017 a 26 de janeiro de 2019,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 36.483,88 (trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos)

DATA: 19 de setembro de 2019

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 309/GP/2018

PORTARIA Nº 309/GP/2018, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonera **Joseb Lande Bispo,** matricula nº. 6432, portador RG nº. 36172388-X SSP/SP e do CPF nº. 006.946.596-73, conforme relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 223/GP/2018, de 03 de Julho de 2018, por infração ao artigo 154, inciso XII, (acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas), da Lei 499/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos de Colniza).

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 19 de setembro de 2018.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 19 de setembro de 2018.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº. 305/2018

ERRATA DA PORTARIA Nº. 305/2018, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre:

"Revogar em inteiro teor a Portaria nº. 239/GP/2017, de 03 de abril de 2017".

Onde se lê:

17 DE **AGOSTO** DE 2018.

Leia-se:

17 DE **SETEMBRO** DE 2018.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 19 de setembro de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária de Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº. 304/2018

ERRATA DA PORTARIA Nº. 304/2018, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre:

"Exonerar a pedido Juliano Schulze da Silva, do Cargo de Diretor de Departamento".

Onde se lê:

17 DE **AGOSTO** DE 2018.

Leia-se:

17 DE **SETEMBRO** DE 2018.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 19 de setembro de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária de Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº. 306/2018

ERRATA DA PORTARIA Nº. 306/2018, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre:

"Designar Gesse James Lins Adams, para desempenhas as atribuições de Coordenador de Vigilância Sanitária".

Onde se lê:

17 DE **AGOSTO** DE 2018.

Leia-se:

17 DE **SETEMBRO** DE 2018.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 19 de setembro de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária de Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº. 308/2018

ERRATA DA PORTARIA Nº. 308/2018, de 18 de agosto de 2018, que dispõe sobre:

"Exonera a pedido Wesley de Oliveira Pego, do Cargo de Assessor de Departamento".

Onde se lê:

18 DE **AGOSTO** DE 2018.

Leia-se:

18 DE **SETEMBRO** DE 2018.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 19 de setembro de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2018

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 14/09/2018 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 072/2018, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT,** consagrou-se vencedora a empresa licitante**: CREATIVE SEGURANÇA E INFORMATICA LTDA.**

Comodoro – MT, 14 de Setembro de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

PREGOEIRA

EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2018

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 17/09/2018 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 073/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES E FRETES DE ENCOMENDAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,** consagrou-se vencedora a empresa licitante**: RODRIGO NAZARIO MARTINS DUARTE 90434110191.**

Comodoro – MT, 17 de Setembro de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

PREGOEIRA

PORTARIA Nº 035/2018 DE 18/09/2018

PORTARIA Nº 035/2018 DE 18/09/2018

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando, a realização das provas do Concurso Público nº 001/2018 da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Comodoro-PREVI,

Considerando, que todas as exigências do regulamento e do Edital do Concurso Público nº 001/2018 de 28/05/2018 foram cumpridas,

R E S O L V E

Art. 1º. Homologar o resultado final do Concurso Público nº 001/2018 da Câmara Municipal de Comodoro, realizado em conjunto com a Prefeitura Municipal e Comodoro-PREVI, conforme consta no Edital Complementar nº 024/2018 de 30/08/2018, que foi devidamente publicado na rede Internet e afixado no átrio da sede da Prefeitura e da Câmara Municipal, nas datas correspondentes, os quais são partes integrantes desta Portaria, referente aos cargos abaixo descritos:

Cargo: Contador – Câmara Municipal (Cód. 13)			
Nº Ord.	Candidato	Média Final	Resultado
01	**ELISSON SANCHES DE LIMA**	**7,91**	**APR**
02	**ROSELAINE BELUSSI**	**7,57**	**RES**
03	**DRIELLI RECH DE CAMARGO**	**5,25**	**RES**
Cargo: Procurador Jurídico Legislativo – Câmara Municipal (Cód. 14)			
Nº Ord.	Candidato	Média Final	Resultado
01	**ARIANE STEICA RODRIGUES PERES**	**9,63**	**APR**
02	**VANIA DE JESUS ALVES BARBOSA**	**9,50**	**RES**
03	**JOSUÉ ALVES RODRIGUES DOS SANTOS**	**9,25**	**RES**
04	**ANNE ELIEZE GUNTZEL**	**9,25**	**RES**
05	**GUNTHER SCHULZ**	**9,14**	**RES**
06	**ALINE TOSTES CORREA**	**7,98**	**RES**
07	**SUZI MIDORI NAKAHARA NAKANO**	**7,94**	**RES**
08	**LEILIANE SOARES DE OLIVEIRA**	**7,46**	**RES**
09	**UILIAM ALVES STOPA**	**6,96**	**RES**
10	**JHONE FERREIRA ALVES**	**6,72**	**RES**
Cargo: Agente Legislativo de Copa e Limpeza – Câmara Municipal (Cód. 38)			
Nº Ord.	Candidato	Média Final	Resultado
01	**JOSIANE GONÇALVES MENDES**	**7,00**	**APR**
02	**DANY HELLEN CRISTINE RODRIGUES LOPES**	**7,00**	**RES**
03	**SIMONE PEREIRA SIMONETE**	**7,00**	**RES**
04	**ADRIELE FRANCO DE SOUZA**	**7,00**	**RES**
05	**JACSON NEGRELLO**	**7,00**	**RES**
06	**JÉSSICA POLIANA GOMES FERREIRA**	**6,50**	**RES**
07	**MARIA IDERLANYS DA SILVA ALVES**	**6,50**	**RES**
08	**QUEZIA DOS SANTOS ALMEIDA**	**6,00**	**RES**
09	**CRISTIANE LIMA DE ARAUJO HEGNER**	**6,00**	**RES**
10	**FERNANDA PATRICIA RODRIGUES**	**6,00**	**RES**
11	**ROSIMAR LIMA DA ROCHA**	**6,00**	**RES**
12	**APARECIDA RAMOS DA SILVA MACHADO**	**5,50**	**RES**
13	**GILVANIA SOARES DO NASCIMENTO LIMA**	**5,50**	**RES**
14	**SANDRA SOARES BORGES**	**5,50**	**RES**
15	**LUCIANA DOS SANTOS**	**5,00**	**RES**
Cargo: Técnico em Informática – Câmara Municipal (Cód. 48)			
Nº Ord.	Candidato	Média Final	Resultado
01	**MARCOS KENNEDY RIBEIRO CARRIJO OLEGÁRIO**	**8,50**	**APR**
02	**LENILTON MOURA DE SOUZA**	**7,50**	**RES**
03	**NAIANE GAJO SILVA**	**7,25**	**RES**
04	**LUIZ ANTONIO GONZAGA DE OLIVEIRA**	**6,50**	**RES**
05	**HORTENCIO CESAR MOREIRA DE ALENCAR**	**6,50**	**RES**
06	**EDUARDO ALVES LIMA**	**6,00**	**RES**
07	**ISAQUE DA SILVA FARIAS**	**5,75**	**RES**
08	**DIEGO TERTO SILVA**	**5,75**	**RES**

09	**JOHNNY DA SILVA SANTOS**	**5,25**	**RES**
10	**LETÍCIA FERNANDA FERREIRA DE SOUZA**	**5,25**	**RES**
11	**IURI RIBEIRO MARIANO DA SILVA**	**5,00**	**RES**

Art. 2º. As convocações dos aprovados no número de vagas estipuladas dar-se-ão mediante Edital próprio, atendidos os critérios de disponibilidade orçamentária financeira e o interesse público, a critério de oportunidade e conveniência da Administração.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito.

Antônio Carmos Pinheiro de Oliveira - **Presidente Biênio 2017/2018**

Registre-se e Publique-se:

***Aparecida Almeida Dias de Sá* -** 1ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 077/2018

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 77/2018

EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 077/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público aos interessados, que o Pregão Presencial 077/2018, **com abertura prevista para o dia 25 de setembro de 2018, as 08h00min**, **fica prorrogado o prazo de abertura** do certame, para **05 de outubro de 2018** às 08hrs00min, assim como a inclusão de itens exclusivos para MEI/ME/EPP, conforme previsto Lei Complementar nº. 123/2006. Art. 48, Inciso I. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014/2018.

Confresa-MT, 19 de Setembro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL N°35/2018

O MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Centro Oeste, n. º286 Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº34.464.716/0001-50, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **Saga Comércio Serviço Tecnologia e Informática Ltda,** CNPJ: 05.870.713/0001-20 e Inscrição Municipal 13.334808-3 estabelecida na Rua Oriente Tenuta (Lot.Consil), nº09, casa 09 quadra 01 Bairro Alvorada Cidade Cuiabá- U.F MT Cep: 78.048-450, neste ato representada pelo Sócio Senhora Eleide Maria Correa, brasileira, portador da Cédula de Identidade RG. Nº.06.07983-0 SSP-MS e CPF Nº 317.873.121-00, considerando o constante no **Processo Licitatório** Nº076/2018, em observância na Lei Federal n° 10.520 de 17/07/2002, nos Decretos Municipais n° 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, na Lei Federal n° 123/2006 alterada pela lei complementar n° 147/2014 e no Decreto Federal n° 7.892/13 sem excluir as demais disposições normativas pertinente à matéria, farão licitação na Modalidade **Inexigibilidade 02/2018** para a contratação de empresa que ofereça ao município de Confresa a Gestão Automotiva, o qual reúna diversos módulos operacionais integrado capazes de Prestar Serviços de Controle e intermediação de Consumo de Combustível, monitoramento e localização via Satélite, fiscalização de Manutenção Preventiva e corretiva de Frotas com Gerenciamento de Fornecimento de Peças e Serviços por intermediação em rede credenciada, acompanhamento e regulação de contratos com emissão de relatórios bem como geração de tabelas para prestação de contas aos Órgãos de Controle. Para uso pela as Secretarias do poder executivo Municipal, junto ao Município de Confresa- MT, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objetivo do presente aditivo é o acréscimo do valor contratual de 11,29%, tendo em vista a majoração de 10% dos quantitativos dos itens 01, 02 e 06, bem como a majoração de 10% do valor dos itens 03, 04 e 05 por mais 04 meses, da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Serviço de rastreamento veicular por GPRS/satélite integrado ao sistema de gerenciamento eletrônico com fornecimento de diário de bordo on-line e identificador do condutor;	48 unid.	R$ 167.00	R$ 8.016,00
02	Serviços de gerenciamento eletrônico via web por meio de cartão magnético com sisaplic/ leiaute com controle de notas de empenho;	48 unid.	R$ 42.00	R$ 2.016,00
03	Serviço de intermediação no fornecimento de combustível, lubrificantes e filtros em rede de postos conveniados.	36.700,00 mensal (+ 4 meses setembro a dezembro)	Percentual de 3,5 %	R$ 146.800,00
04	Sistema de gerenciamento Eletrônico Intermediação de Peças	11.400,00 mensal (+ 4 meses setembro a dezembro)	Percentual de 3,5 %	R$ 45.600,00
05	Sistema Eletrônico com Intermediação Serviço Mecânicos	1.900,00 mensal (+ 4 meses setembro a dezembro)	Percentual de 3,5 %	R$ 7.600,00
06	Sistema Eletrônico de Rastreamento com Tecnologia Satelitalmachin tom achine/iot - Satelital	24 sv	R$ 350.00	R$ 8.400,00
TOTAL				R$ 218.432,00

1.1 As Despesas decorrentes da Execução do Objeto ocorreram por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05- Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO

Unidade Administrativa: 05.003 –TRANSPORTE ESCOLAR

Projeto Atividade: 2047 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar

Código Reduzido: 0168 –Material de Consumo

Fonte: 001

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Valor R$ 80.000,00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E DESPORTO

Unidade Administrativa: 05.003 –TRANSPORTE ESCOLAR

Projeto Atividade: 2047 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar

Código Reduzido: 0174 –Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 001

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Valor R$ 80.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de SAUDE

Unidade Administrativa: 06.007 – VISA

Projeto Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com Vigilância Sanitária

Código Reduzido: 1069– Material de consumo

Fonte: 0014

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Valor R$ 22.860,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de SAUDE

Unidade Administrativa: 06.007 – VISA

Projeto Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com Vigilância Sanitária

Código Reduzido: 1073– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 0014

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Valor R$ 35.572,00

CLÁUSULA SEGUNDA –DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O presente aditivo está embasado legalmente na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** do contrato CPL 35/2018, e no art. 65 §1° da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 as demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas;

3.2 fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Esse presente termo foi aprovado pela assessoria Jurídica do Município, o Sr. Manoel Antônio de Rezende David.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 04 (Quatro) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Confresa – MT, 03 de Setembro de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

CONTRATANTE

_____

SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 05.870.713/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EXTRADO DE PUBLICAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 001/2018

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018

(Aquisição de produtos da Agricultura Familiar)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2782/2018

A Secretaria Municipal de Educação torna público para conhecimento dos interessados, que o resultado da chamada pública 001/2018, publicada em 27 de julho de 2018, considerando que não foi incluso no extrato de publicação um dos fornecedores/projeto selecionado, dessa forma, faz constar neste ato, a inclusão do mesmo: Fornecedor: DANILO KATITAURLU, com o valor total vencido de R$ 6.264,00 (dois mil duzentos e sessenta e quatro reais); e na proposta de LUIZ C. BIANCO, onde se lê R$ 19.848,20 (dezenove mil oitocentos e quarenta e oito reis e vinte centavos, lê-a-se R$ 19. 801,40 (dezenove mil oitocentos e um reais e quarenta centavos). Dessa forma, fica assim, retificado.

Conquista D'Oeste, 19 de setembro de 2018.

Ogleice Lorraine G. Paes Vargas

Secretária de Educação

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3038/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2018, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, teve como vencedoras as empresas: **BRANCHER MOTORES MAQUINAS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 32.940.439/0001-90, que venceu um total de itens consignando um valor de R$ **22.870,000** (vinte e dois mil oitocentos e setenta reais), e **SOLUÇÕES PRÁTICAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ 27.222.285/0001-61, consignando o valor total de R$ 16.150,22 (dezesseis mil cento e cinquenta reais e vinte e dois centavos.) dos itens adjudicados. Os itens registrados serão solicitados conforme a necessidade. A ata de registro de preço terá validade de 12 meses.

Conquista D'Oeste, 19 de setembro de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2762/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2018, que tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO, COM A FINALIDADE DE ATENDER OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE, teve como vencedoras as seguintes empresas: CONTATOS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o nº **01.046. 464/0001-00**, totalizando o valor de **R$ 29.838,30** (vinte e nove mil oitocentos e trinta e oito reais e trinta centavos); CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELI - EPP inscrita no CNPJ sob o nº 20.357.366/0001-20, totalizando o valor de R$ 50.494,10 (cinquenta mil quatrocentos e noventa e quatro reais e dez centavos); LUASI PAPEIS E LIVROS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 08.371.036/0001-93, totalizando o valor de R$ 73.894,33 (setenta e três mil oitocentos e noventa e quatro reais e trin-

ta e três centavos); R G DA PAZ EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº **21.058.617/0001-38,** totalizando o valor de **R$ 12.150,65** (doze mil cento e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos); SIMONE CRISTINA RODRIGUES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.073.418/0001-50, totalizando o valor de R$ 51.351,96 (cinquenta e um mil trezentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos).

Conquista D'Oeste, 19 de setembro de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 045/2018 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3075/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2018, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 500 (QUINHENTAS) HORAS TRABALHADAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, teve como vencedora a empresa V.L. MORETTO & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 04.746.603/0001-98, que apresentou melhor oferta com o valor R$ 305,00 (trezentos e cinco reais) por hora, totalizando o valor de R$ 152.500,00 (cento e cinquenta e dois mil e quinhentos reais). As horas serão contratadas de acordo com a necessidade. A validade da ata de registro será de 12 meses.

Conquista D'Oeste, 19 de setembro de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 046/2018 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3078/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018, que tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais para atendimento da rede municipal de saúde, teve como vencedora as seguintes empresas: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME inscrita no CNPJ 03.250.803/0001-92, venceu itens totalizando um valor de R$ 469.975,597 (quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos); e MIX COMERCIO LTDA ME inscrita no CNPJ 02.921.711/0001-24, venceu itens totalizando um valor de R$ 545.320,80 (quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte reais e oitenta centavos). Os itens registrados serão solicitados conforme a necessidade. A ata de registro de preço terá validade de 12 meses.

Conquista D'Oeste - MT, 19 de setembro de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE DECLARAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 172/2018 PARA CERTAME DESERTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2018.

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT usando de suas atribuições legais de acordo com a lei 8.666/93, DECLARA DESERTO o processo licitatório 172-2018 Pregão Presencial 116-2018, referente à "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA METALICA SOLDADA MF113, PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE". A sessão foi iniciada as 14:00 horas do dia 18/09/2018 pela comissão especial de licitação, onde não compareceram interessados em participar do certame. A primeira chamada do deu-se dia 03/09/2018, não havendo interessados nessa data a mesma foi prorrogada conforme demanda a lei 8.666/93 para a presente data de 18/09/2018, onde também não compareceu interessados em participar da licitação. Nesses termos DECLARO a licitação DESERTA.

Cotriguaçu/MT, 19 de Setembro de 2018.

JULIANO MATEUS DE ALMEIDA

Pregoeiro

EXTRATO DO CONTRATO N° 079/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA JAMIRO PEREIRA SIQUEIRA CNPJ: 28.057649/0001-68, "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA: CONSERTO E TROCAS DE PNEUS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS COM ESTIMATIVA DE 12 MESES."O presente contrato tem o valor global de R$: R$ 89.009,00 (OITENTA E NOVE MIL E NOVE CENTAVOS).O presente contrato vigorará a partir 20 de Setembro de 2018 válido até 31 de Dezembro de 2018. O presente instrumento contratual advém ATA DE REGISTRO 056/2017, PROCESSO DE COMPRA *Nº 101/2017* na modalidade de PREGÃO *Nº 065/2017*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO 122/2018 PROCESSO 180/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 122/2018 obteve os seguintes resultados:

A empresa **MUDAR COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA,** CNPJ 14.888.303/0001-05, foi vencedora dos itens **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44,** com valor global de **R$ 105.263,50** (CENTO E CINCO MIL E DUZENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 19 de Setembro de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
DESPACHO - INSTRUÇÃO SUMÁRIA SERVIDOR GALVANE RIBEIRO MACEDO

Vistos, etc.

GALVANE RIBEIRO MACEDO, devidamente qualificado nos autos foi averiguado suas condutas por meio da portaria nº 220/2018 de 29 de junho de 2017, para apuração dos fatos descritos no ofício n. 028/DETRAN/2018 (fls 001), ofício n. 027/DETRAN/2018 (fls 002), ofício n. 025/DETRAN/2018 (fls 003), boletim de Ocorrência nº 2018.201151 (fls. 004).

Diante dos fatos narrados, foi instaurada a instrução sumária pela comissão processante (fls. 006).

Juntou-se os documentos arrolados na presente instrução sumária (fls. 016/017/018/019/020/021/022/023/024/025/026/027/028/029).

É o relatório. Decido.

Em consonância com o relatório da comissão processante de fls. 032 no sentido de Abertura de Processo Administrativo em face do averiguado. Assim, considerando que foram encontrados indícios suficientes que atesta a autoria do denunciado, julgo procedente o pedido de Abertura de Processo Administrativo desta instrução nos termos do art. termos do art. 31, inciso IV, da Lei Municipal n. 522/2007.

À vista do presente julgamento determino que seja procedida a publicação na imprensa oficial da presente decisão.

Publique-se

Registre-se

Intime-se

Cumpra-se

Cotriguaçu – MT, 19 de Setembro de 2018.

_____

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 180/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 122/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 180/2018

b) Licitação Nr.: 122/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 18/09/2018

e) Objeto da Licitação: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E LAVADORAS DE PRESSÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA "ETA" (ESTAÇÃO TRATAMENTO DE ÁGUA) DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU".**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012851 – MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA (41 ITENS) totalizando (41) itens no valor global de R$ 105.263,50 (CENTO E CINCO MIL E DUZENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 309/2018

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto no art. 28 da Lei Municipal 522/2007, de 22 de Outubro de 2007, que dispõe sobre o Código Disciplinar.

Considerando a Portaria 239/2018 de 16 de Julho de 2018.

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR a Portaria 239/2018 de 16 de Julho de 2018, pelo prazo de 60 dias, de 16 de Setembro até 16 de Novembro de 2018 a qual dispõe sobre abertura de Instrução Sumária.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 19 de Setembro de 2018

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO/SRP nº 052/2018

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada cujo objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transportes de gêneros alimentícios para as unidades escolares da rede municipal de Cuiabá,** com abertura das propostas para 03/09/2018 às 10:00 hs (Horário de Brasília) no site www.licitacoes-e.com.br.

Informamos que encontra-se disponibilizado no site da Prefeitura de Cuiabá www.cuiaba.mt.gov.br o 2º caderno de respostas aos pedidos de esclarecimentos e a 2ª retificação ao edital.

Cuiabá, 19 de setembro de 2018.

Priscila. R.N.M.Berber

Pregoeira

IV AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 057/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72.588/2018)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Hospitalares para atender o Hospital e Pronto Socorro de Cuiabá-MT, na forma do Edital, Pregão Eletrônico e seus Anexos.

Data/Horário: 03/10/2018 às 11h00min (onze horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Tal prorrogação se dá para que haja tempo hábil para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnações.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 19 de setembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018, do tipo "Menor Preço Global", tendo como objetivo TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NAS RUAS PADRE JOSÉ MATHIAS ORTH E RUA PADRE ALOYSIO PETRY NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 14/09/2018, onde sagrou-se vencedora a empresa QUINTINO CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA-ME, que apresentou o valor de R$ 513.541,24 (Quinhentos e treze mil, quinhentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 19 de Setembro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

GABINETE
ERRATA DECRETO Nº 141/2018

Decreto n.º 141/2018 de 30 de Agosto de 2018, publicado no Diário Oficial Ed. n.º 3.056 de 03 de Setembro de 2018.

Considerando que houve erro material nos nomes dos membros do Conselho Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB,

Alínea "a".- Na Representação da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: onde se lê DONATA GLORINHA FERREIRA NASCIMENTO, leia-se DONATA GLORINHA FERREIRA.

Alínea "b".- Na Representação da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: onde se lê ROSE CARRIS MONTINI, leia-se ROSILEI CARRIS MONTINI.

Suplente: onde se lê JAMIL RODRIGUES BARROSO, leia-se JAMIL RODRIGUES BARROSO.

Alínea "e".- Na Representação dos Servidores Técnicos Administrativos:

Titular: onde se lê KELMA PATRÍCIA HENRIQUETA, leia-se KELMA PATRÍCIA HENRIQUETA DE MORAES,

Suplente: onde se lê MIRIAM REGINA LOPES, leia-se MIRIAN REGINA PEREIRA LOPES.

Diamantino/MT, 14 de setembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2018

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 038/2018, e autorizo a contratação direta da empresa **VANILDO MATIAS LOURENÇO - ME,** inscrito no **CNPJ: 31.103.809/0001-72,** objetivando **a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LAVAGEM DE DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO À VAPOR E À SECO, PARA DESCONTAMINAÇÃO INTERNA E LAVAGEM EXTERNA NAS AMBULÂNCIAS, MICRO ONIBUS E VAN DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** no valor de R$ 19.200,00 (Dezenove Mil e Duzentos reais)**.** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 14 de Setembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH 217/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal, senhora **ANDREA SILVA DUARTE** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 09/12/2008 a 08/12/2013**;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio à senhora **ANDREA SILVA DUARTE,** ocupante do cargo de Agente Público Municipal na função de Atendente de Cidadania, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de 19/09/2018 á 17/12/2018.

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino, 17 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2017

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT, E A EMPRESA EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTE LTDA.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, bairro Centro, nes-

ta cidade, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **EMAM – EMULSOES E TRANSPORTE LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.420.916/0003-13, com sede à Rod. Imigrantes, s/n, km 09, Trevo do Capão Verde, Várzea Grande-MT, doravante denominada **FONECEDORA**, ajustam e acordam o **CANCELAMENTO** da Ata de Registro de Preços nº 088/2017, nos termos seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

O presente **TERMO** tem por finalidade o **CANCELAMENTO DA ATA DE RESGITRO DE PREÇOS** supracitada, tendo em vista a solicitação de cancelamento, feita pela secretaria Municipal de Obras Viação e Serviços Publicos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As partes, nos termos da cláusula décima segunda da referida Ata de Registro de Preço, resolvem na presente data, dissolverem, em comum acordo, quaisquer direitos e obrigações oriundas do instrumento firmado;

PARÁGRAFO SEGUNDO

Todas as cláusulas e condições contidas na referida ata de registro de preços, restam desde já, **CANCELADAS.**

Diamantino – MT, 06 de Setembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal	**EMAM-EMUSOES E TRANSPORTE LTDA** Fornecedora
Testemunhas: Nome: RG:	Nome: RG:

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°093/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE SUPER POSTE 18/200DAN, BEM COMO BUSTITUIÇÃO DE SUPORTE, PETALAS OU TODA LUMINARIA, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, COM MOTORISTA ELETRICISTA, AUXILIAR E GUINDASTE TIPO MUCK MINIMA DE 8T, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$ 32.960,00 (TRINTA E DOIS MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/12/2018.

CONTRATADO: K. V. A. CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 14 DE SETEMBRO DE 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH Nº 218/2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Legislação Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º; **Licença Maternidade**, de 180 (cento e oitenta) dias à servidora **EVELYN DA ROCHA AGULHARE,** matricula3955-1no Cargo de Agente Auxiliar de Serviços Técnicos na função de Auxiliar de Consultório Dentário da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, contados a partir de 10/09/2018 a 08/03/2019 devendo retornar ao trabalho no dia 09/03/2019.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor com efeito retroativo a 10/09/2018, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Diamantino, 17 de Setembro de 2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

Órgãos: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO.

Identificação: Pregão Presencial nº 019/2018

Objeto: "registro de preços para futura e eventual aquisição de um COLETOR COMPACTADOR DE LIXO para utilização na coleta de lixo do município," conforme condições e especificações constantes no edital e seus anexos.

Data: 03/10/2018

Horário: credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 19 de setembro de 2018.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 292/2018.

DATA: 18 de setembro de 2018.

MAURO RIBOLDI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **ANETTE INGRIT BENCKE SCHNEIDER,** ocupante do cargo Comissionado de **ASSISTENTE SOCIAL**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 18/09/2018 a 17/10/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2015/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2018.

MAURO RIBOLDI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº287/2018.

DATA: 11 DE SETEMBRO DE 2018.

MAURO RIBOLDI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Municipal, **JAIR GEUDA JUNIOR,** brasileiro, solteiro**,** inscrito no CPF sob nº021.177.981-44**,**ocupante do cargo de Engenheiro Civil, CREA/MT nº 028418, matrícula nº 1781 para responder pela Fiscalização da Obra de Reforma da Escola Municipal Mario Ciro Silva Rosa e pela fiscalização do Contrato n°058/2018.

Art.2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando–se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2018.

MAURO RIBOLDI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 291/2018.

DATA: 17 de setembro de 2018.

MAURO RIBOLDI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **EDUARDO FERREIRA ROSA,** ocupante do cargo Comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 17/09/2018 a 16/10/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2018.

MAURO RIBOLDI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 288/2018.

DATA: 12 de setembro de 2018.

MAURO RIBOLDI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **MARCIA ADRIANE WEISS,** ocupante do cargo Efetivo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 12/09/2018 a 11/10/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2018.

MAURO RIBOLDI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 053/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 053/2018.

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 960.135,02 (NOVECENTOS E SESSENTA MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS E DOIS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 960.135,02 (novecentos e sessenta mil, cento e trinta e cinco reais e dois centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 1.600,00

03.000.0.1.04.122.0002.1.007.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 50.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 10.500,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 11.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 25.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 65.000,00

03.000.0.1.04.123.0002.1.005.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 4.800,00

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.3.90.14.00.00 0101000000 R$ 500,00

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 230,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.37.00.00 0101000000 R$ 51.700,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.39.00.00 0101000000 R$ 10.000,00

04.000.0.2.12.306.0005.2.049.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 8.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.4.4.90.52.00.00 0115000000 R$ 3.300,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 1.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 10.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0130000000 R$ 12.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.39.00.00 0130000000 R$ 1.520,00

04.000.0.2.12.365.0005.2.053.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

04.000.0.2.12.367.0005.2.048.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.200,00

04.000.0.2.12.367.0005.2.048.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 900,00

04.000.0.4.27.813.0007.1.024.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 9.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 700,00
04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.260,00
04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 13.700,00
04.000.0.5.13.392.0008.1.026.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 10.000,00
04.000.0.5.13.392.0008.1.026.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 7.000,00
04.000.0.5.13.392.0008.2.019.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 5.000,00
04.000.0.5.13.392.0008.2.020.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.500,00
05.000.0.1.08.122.0002.2.021.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 300,00
05.000.0.1.08.122.0002.2.021.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 1.140,00
05.000.0.1.08.244.0009.1.032.3.3.90.36.00.00 0329000000 R$ 3.100,00
05.000.0.2.08.122.0009.2.056.4.4.90.52.00.00 0129000000 R$ 1.000,00
05.000.0.2.08.122.0009.2.057.3.3.90.39.00.00 0129000000 R$ 5.010,00
05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 700,00
05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.36.00.00 0129000000 R$ 1.900,00
05.000.0.2.08.244.0009.2.022.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 1.000,00
05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 13.300,00
05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 3.400,00
05.000.0.3.08.243.0009.2.025.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 1.600,00
06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 16.500,00
06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 4.000,00
06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 2.700,00
06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 3.700,00
06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.37.00.00 0102000000 R$ 27.000,00
06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 3.200,00
06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.39.00.00 0114000000 R$ 76.000,00
06.000.0.2.10.301.0011.2.030.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 1.304,00
07.000.0.1.15.122.0002.2.036.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 5.500,00
07.000.0.1.15.451.0013.1.040.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 11.865,58
07.000.0.1.15.451.0013.1.040.3.3.90.39.00.00 0124000000 R$ 8.094,43
07.000.0.1.15.451.0013.1.040.3.3.90.39.00.00 0324000000 R$ 95.955,57
07.000.0.2.26.782.0013.1.041.3.3.90.30.00.00 0130000000 R$ 36.300,00
07.000.0.2.26.782.0013.1.041.3.3.90.39.00.00 0130000000 R$ 57.239,50
07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 89.000,00
07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 81.400,00
07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 22.346,00
07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 3.500,00
07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 26.523,62
08.000.0.1.20.606.0014.1.051.3.3.90.39.00.00 0124054000 R$ 346,32
08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 10.300,00
08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 6.500,00
08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 10.000,00
08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 8.000,00

Total da Suplementação: 960.135,02

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.1.003.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 15.000,00
03.000.0.1.04.122.0002.1.008.4.4.90.51.00.00 0100000000 R$ 5.000,00
03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.35.00.00 0100000000 R$ 9.385,69
03.000.0.1.04.123.0002.1.005.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 24.800,00
04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.36.00.00 0101000000 R$ 10.000,00
04.000.0.2.12.306.0005.2.049.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 28.900,00
04.000.0.2.12.306.0005.2.050.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 25.000,00
04.000.0.2.12.361.0005.1.015.4.4.90.51.00.00 0101000000 R$ 19.950,00
04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0122000000 R$ 20.000,00
04.000.0.2.12.365.0005.1.018.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 9.998,25
04.000.0.2.12.365.0005.2.053.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 10.000,00
04.000.0.2.12.366.0005.2.051.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 5.000,00
04.000.0.2.12.366.0005.2.051.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 9.000,00
05.000.0.2.08.122.0009.2.056.3.3.90.36.00.00 0129000000 R$ 12.000,00
05.000.0.2.08.122.0009.2.057.3.3.90.36.00.00 0129000000 R$ 2.000,00
05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 10.000,00
05.000.0.3.08.243.0009.2.025.3.3.90.39.00.00 0129000000 R$ 5.000,00
06.000.0.1.10.122.0002.2.027.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 5.000,00
06.000.0.1.10.302.0011.1.037.3.3.70.41.00.00 0102000000 R$ 30.000,00
06.000.0.1.10.302.0011.2.062.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 9.000,00
06.000.0.2.10.301.0011.2.029.3.3.90.39.00.00 0114000000 R$ 25.000,00
06.000.0.2.10.301.0012.1.048.4.4.90.51.00.00 0102000000 R$ 10.000,00
06.000.0.2.10.303.0011.2.031.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 50.000,00
07.000.0.1.15.451.0013.2.038.3.3.90.30.00.00 0117000000 R$ 25.000,00
07.000.0.1.15.451.0013.2.038.3.3.90.39.00.00 0117000000 R$ 10.000,00
07.000.0.1.15.451.0013.2.038.4.4.90.51.00.00 0117000000 R$ 10.000,00
07.000.0.1.15.451.0013.2.038.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 68.810,00
07.000.0.3.15.451.0013.1.042.4.4.90.52.00.00 0124000000 R$ 300.000,00
07.000.0.3.15.451.0013.1.049.4.4.90.51.00.00 0324000000 R$ 95.955,57
07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 80.000,00
07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.92.00.00 0100000000 R$ 375,50
07.000.0.3.15.451.0013.2.039.4.4.90.51.00.00 0100000000 R$ 19.960,01

Total da Redução: 960.135,02

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2018.

rafael pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 054/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 054/2018.

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 271.416,62 (DUZENTOS E SETENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 271.416,62 (duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.90.04.00.00 0100000000 R$ 4.500,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.04.00.00 0119000000 R$ 12.522,89

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.11.00.00 0119000000 R$ 96.139,36

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.13.00.00 0119000000 R$ 757,44

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 2.500,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.90.11.00.00 0119000000 R$ 25.737,49

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.91.13.00.00 0119000000 R$ 4.330,76

04.000.0.3.12.365.0005.2.047.3.1.90.04.00.00 0119000000 R$ 5.500,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 790,58

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.1.90.11.00.00 0129000000 R$ 3.493,74

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.04.00.00 0102000000 R$ 108.053,29

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.91.13.00.00 0102000000 R$ 1.819,72

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.91.13.00.00 0142000000 R$ 3.525,82

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 1.745,53

Total da Suplementação: R$ 271.416,62

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 4.500,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 150.369,59

04.000.0.3.12.361.0005.2.012.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 5.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.1.90.04.00.00 0129000000 R$ 850,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.1.90.11.00.00 0129000000 R$ 2.643,74

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.11.00.00 0114000000 R$ 42.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.13.00.00 0114000000 R$ 17.831,17

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.13.00.00 0142000000 R$ 40.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.91.92.00.00 0102000000 R$ 8.222,12

Total da Redução: R$ 271.416,62

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2018.

rafael pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 289/2018

DATA: 17 DE SETEMBRO DE 2018.

MAURO RIBOLDI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sr.ª **PATRICIA FISCHER,** do seu cargo Comissionado de **ASSESSORIA I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Cultura e Esportes do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE setembro DE 2018.

MAURO RIBOLDI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 072/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0*58*/2018

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição para ***AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS)*** **CAMIONETES PICK UP 4X4 AUTOMÁTICA 0 KM DIESE**L*,* conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município e Gabinete do município de*Gaúcha Do Norte-Mt,*as especificações estão descritas no edital**,** na modalidade **Pregão Presencial – SRP,** que será realizado no dia **02/10/2018 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e demais alterações aplicáveis. A retirada do Edital será disponibilizada no site; www.gauchadonorte.mt.gov.br ou ainda no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com, podendo também ser retirado no departamento de licitações da prefeitura municipal de gaúcha do norte-MT.

Gaúcha do Norte, 19 de setembro de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N.03/2018

A Câmara Municipal de Gaúcha do Norte/MT e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n.01/2018, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a necessidade de retificação de determinadas informações no Edital de Abertura do Concurso Público n. 01/2018 da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte/MT, amparados conforme o disposto no Item 18.5, objetivando maior clareza nas informações.

RESOLVEM

1º - **RETIFICAR** parcialmente o Item 2.3.1.1. "**a**":

Onde se lê:

a) **Obtiver um percentual igual ou maior que 40% (vinte por cento) em cada uma das provas objetivas não específicas (Português, Matemática, Conhecimentos Gerais e Informática);**

Leia – se:

a) **Obtiver um percentual igual ou maior que 40% (quarenta por cento) em cada uma das provas objetivas não específicas (Português, Matemática, Conhecimentos Gerais e Informática);**

2º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte/MT, e no

endereço eletrônico: **www.camaragauchadonorte.com.br,** a partir desta data.

Gaúcha do Norte - MT, 19 de Setembro de 2018.

AGENOR DA ROCHA CORREA DEISE CLECIANE FOLLMANN

Presidente da Câmara Municipal Presidente da Comissão

VANESSA DE SOUZA WIEBBELLINGVERA NICE SCHUCK REGELMEIER

Membro Membro

CONTRATO Nº 091/2018

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E MADEREIRA TROPICAL NORTE LTDA, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **MADEREIRA TROPICAL NORTE LTDA**, denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 06.163.560/0001-43 estabelecida na Rua Brasília S/nº em Gaúcha do Norte neste ato representado por **OLIDE LUIZ SORANZO** Carteira de Identidade nº. 12R-2.230.859 SSP/SC CPF nº 637.475.709-25 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº 086/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº. 0049/2017**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a contratação de empresas para a secretaria de obras deste município**,** conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UN	VALOR TOTAL
1.	**viga serrada 6 metros dimensões de 25 cm x 30 cm (cambara/canela)**	**20 mÂ³**	1. 591,66	31. 600,00
2.	**viga serrada 6 metros dimensões de 20 cm x 20 cm (cambara/canela**	**10 mÂ³**	1. 570,00	15. 800,00
3.	**viga serrada 6 metros dimensões de 8 cm x 30 cm (cambara/canela**	**25 mÂ³**	1. 550,00	39. 500,00
4.	**viga serrada 6 metros dimensões de 6 cm x 30 cm (cambara/canela**	**25 mÂ³**	1. 608,33	39. 500,00
VALOR TOTAL				**126. 400,00**

1.2 - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial- SRP n°. 049/2017 e da Ata SRP nº067/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2.1 - Os materiais serão solicitados de acordo com as necessidades da municipalidade, de forma fracionada, diariamente e de acordo com as necessidades e serão entregues.

3.2.2 - A partir da entrega e/ou execução, os produtos e/ou serviços serão recebidos e submetidos ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

3.2.3 - Na hipótese de rejeição do produto e/ou serviço recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias da comunicação pelo Departamento de compras. Após este prazo, reserva-se o direito de devolver o produto rejeitado ao fornecedor, com frete a pagar.

3.2.4 - De acordo com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.2.5 - O material e/ou serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação pelo Setor requisitante.

3.3 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal cumprimento do calendário escolar decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

3.4 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

3.5 – O fornecimento dos materiais será de **até cinco dias no máximo podendo ser aplicado as leis cabíveis.**

3.6 – O período de contratação será **de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de ***R$ 126.400,0 (cento e vinte e seis mil quatrocentos reais)***cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pelo Gabinete do município de Gaúcha do Norte MT.

4.3 - O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2018 e anos seguintes nas dotações orçamentárias:

órgão 09 unidade 001 proj ativ 20042 elemento 3.3.90.30 cod red 263

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie

do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo **fiscal** designado por, pela Secretaria competente, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial nº 049/2017** é a Secretaria Municipal de Obras.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Pregão Presencial nº. 049/2017**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 18 de Setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MADEREIRA TROPICAL NORTE LTDA

CNPJ: 06.163.560/0001-43

CONTRATADO

MARLI GONÇALVES CONSTANTE

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS: 1)_____

2)_____

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº073/2018

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 059/2018

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP ‘‘

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o sistema de registro de preços para futura contratação de empresa para***FORNECIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE PARA ATENDER MUNÍCIPES DE BAIXA RENDA, DE GAÚCHA DO NORTE A CUIABÁ E OUTROS MUNICÍPIOS, DE FORMA CONTÍNUA E FRACIONADA***para atender a Secretaria Municipal de As. Social no dia **02/10/2018 às 13h30min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do espaço municipal das 07h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 19 de setembro de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2018.

Ratificada a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e controle interno. **OBJETO**: Estimativo para pagamento de despesas de serviços de fornecimento de **água tratada** para a secretaria Municipal de **Assistência Social** representada pela Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT. FAVORECIDO: **ÁGUAS DE GUARANTÃ LTDA.** VALOR **R$ 4.000,00 (quatro mil reais).** PERÍODO/PRAZO**: IMEDIATO.** FUNDAMENTO LEGAL: "caput" do artigo 25 da Lei nº 8. 666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico, parecer da controladoria interna e justificativa anexos ao processo compra nº 2365/2018. Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de setembro de 2018. Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2018

OBJETO: prorrogação de prazo de vigência para mais 90 (noventa) dias e prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias para todos os itens do contrato PMGN/MT/Nº 139/2018.

DATA: 14/09/2018

CONTRATADO: CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI - EPP

Guarantã do Norte, 14 de setembro de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados, que o **Pregão Presencial nº 073/2018** cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE 100% DA FOLHA SALARIAL E OUTRAS INDENIZAÇÕES A SERVIDORES ATIVOS, E QUALQUER PESSOA QUE MANTENHA VÍNCULO DE REMUNERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT PELO PRAZO DE 60 MESES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, não houve nenhum interessado em participar do certame, ocasionando em uma licitação **DESERTA.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em ***02/10/2018 às 08h00min (horário de mato grosso).*** O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã do Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 19 de setembro de 2018. ***Gutenberg Xavier Alves Dos Santos /Pregoeiro.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE ANULAÇÃO

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Arthur Mezanini.

... Na publicação do dia 22/08/2018 no jornal oficial dos municípios de mato grosso, edição 3.048 pag. 90, retifica se a data onde **"**Indiavaí-MT, 20 de junho de 2018" PASSA A LER-SE, Indiavaí-MT, 20 de Julho de 2018.

Os teor dos demais dizeres continuam inalterados.

.

Indiavaí-MT, 19 de setembro de 2018.

Cleber Pereira dos Santos

Supervisor de Licitação e Contratos

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 045/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Arthur Mezanini.

MOTIVO: Considerando o teor do parecer jurídico emitido pela assessoria jurídica e termo de rescisão unilateral de contrato administrativo 045/2017, que dá se a rescisão contratual entre a Prefeitura Municipal de Indiavaí e a Empresa Denilson Conceição Cardoso - EIRELI, por razão de descumprimento de clausulas contratuais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8. 666/93 e alterações posteriores resolve:

1. RESCINDIR, o presente Contrato 045/2017.

Indiavaí-MT, 20 de julho de 2018.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EDITAL CONVOCAÇÃO 002/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2018 realizado no período de **18/06/2018 a 10/08/2018**.

CONVOCA os candidatos em Cadastro Reserva para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Rua Florianópolis, Centro, 200, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 20 dias (vinte dias) a contar da data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

Item I

CARGO		CARGA HORÁRIA	
Psicóloga		***40 Horas***	
Candidato	*Nº Inscrição*	*Data de Nascimento*	*Classificação*
FRANCIELI CAPPELLARI	316621	18/11/1993	1º

Itanhangá - MT, 18 setembro de 2018.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

Item II

CÓPIA E ORIGINAL



1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação)

Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovantes);

5. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

6. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

14. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

SOMENTE ORIGINAL



15. FOTO 3X4 (atual, colorida);

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera

Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

17. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

18. Certidão de Quitação Eleitoral;

19. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de

Renda atualizado;

22. Declaração para IRFF e salário família;

23. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

24. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso;

25. Exame Médico Admissional;

Itanhangá - MT, 18 setembro de 2018.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO

ELMUCIO JACINTO MOREIRA, Oficial do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Tapurah, Estado de Mato Grosso (1º Oficio), na forma da Lei, faz público, em cumprimento ao disposto no artigo 2º c/c art. 19 da Lei 6766/79, que o proprietário: **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ. nº 07.209.225/0001-00, com sede na Rua Florianópolis, Centro, Itanhangá-MT, apresentou o REQUERIMENTO, inclusive memorial, planta e demais documentos necessários, para o registro do LOTEAMENTO aprovado pela Prefeitura Municipal na forma da Lei, referente ao imóvel localizado na área de expansão urbana do município de Itanhangá-MT, com a área equivalente a 1.016.934,00m², denominado LOTEAMENTO URBANO – ETAPA II, com as demais características constantes da matricula nº 2.353 deste Registro Imobiliário, cujo imóvel foi havido pelo loteador nos termos do R-02 da matrícula nº 7.248 do CRI de Lucas do Rio Verde-MT, cuja área será dividida em 42 Quadras, subdivididas em 774 Lotes urbanos, 01 Área destinada a equipamento comunitário, 01 Área verde, Área de preservação permanente no total de 7.495,40m², cujo loteamento se denominará "**LOTEAMENTO URBANO – ETAPA II"**. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do referido imóvel deverão ser apresentadas dentro do prazo de 15(quinze) dias a contar da data da terceira e última publicação do presente edital. Findo o prazo e não havendo reclamação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados, neste Cartório, durante o horário de expediente ao público. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Tapurah-MT, aos 18 de Setembro de 2018.

ELMUCIO JACINTO MOREIRA- OFICIAL

Para acessar o mapa entre no link

http://www.itanhanga.mt.gov.br/imprensa/noticia/edital-de-loteamento-urbano/1586

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 056/2018**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos (Classe IIA e IIB NBR 10.004 ABNT)".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **03 de outubro de 2018, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 19 de setembro de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO

Retifico a publicação do dia 17 de setembro de 2018 – Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XIII | N° 3.065,

da página 199, referente ao Contrato de Pessoal Nº 030/2018. **Onde se lê:**

VALOR GLOBAL: O valor global para a prestação do serviço é de R$ 4. 260,09 (quatro mil e duzentos e sessenta reais e nove centavos);

Deve-se ler:

VALOR GLOBAL: O valor global para a prestação do serviço é de R$ 3. 229,42 (três mil e duzentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos);

Itanhangá – MT, aos 19 dias do mês de setembro de 2018.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N° 005/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Florianópolis, n° 200, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78. 579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 212/2018, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às **08h00-min (Horário Oficial de Itanhangá – MT),** do dia **09 de outubro de 2018,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura da **Tomada de Preços nº 005/2018**, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para realizar reforma da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos Município de Itanhangá-MT.".**

Maiores informações bem como o edital, poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (66) 3578-2500ou através do e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br e do site oficial www.itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá – MT, 19 de setembro de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 115, DE 10 DE MAIO DE 2018.

Nomeia os Membros (Titulares e Suplentes) do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, inciso XII da Lei Orgânica do Município, combinado com art. 4º da Lei Municipal n° 542, de 20 de outubro de 2005 e,

CONSIDERANDO que é política dos Governos Federal e Estadual instituir e implementar organismos que viabilizem o desenvolvimento econômico e;

CONSIDERANDO que o Município de Itiquira possui uma atividade agropastoril, inclusive de agroindústria consistente, em expansão, portanto passível de medidas para facilitar o acesso a recursos financeiros aos munícipes que desejam contribuir com tal expansão, sobretudo os de menor poder aquisitivo, cumpridas as exigências e formalidades legais que disciplinam a matéria, em vigor,

CONSIDERANDO que foramindicados os respectivos representantes e seus suplentes, dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, e também das associações da agricultura familiar, para comporem o do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear os Representantes e seus respectivos Suplentes, dos órgãos públicos, sociedade civil e da agricultura familiar, para comporem a plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Itiquira que constituem os órgãos governamentais e não governamentais, com a paridade e as atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, os quais terão seus mandatos de 07 de março de 2017 à 07 de março de 2019, como segue:

I – Entidades Representantes do Poder Público e Sociedade Civil:

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

THIERRY APARECIDO BERNARDES BORTOLINI - TITULAR

CPF Nº 010.213.521-52

TELEFONE: 65*9.9954-3134

EMAIL: thierryagronomo@gmail.com

JOSE CARLOS BATISTA - SUPLENTE

CPF Nº 432.772.411-49

TELEFONE: 65*9.9976-2274

EMAIL: batista_maio1968@hotmail.com

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

MARCIO ALVES FONTES - TITULAR

CPF Nº 532.607.755-87

TELEFONE: 66*9.9951-8226

EMAIL: marcioitiquira@hotmail.com

RONIVON DA SILVA MINGOTI - SUPLENTE

CPF Nº 617.259.431-15

TELEFONE: 65*9.9812-2159

EMAIL: ronivonsilvamingoti@hotmail.com

BANCO DO BRASIL S.A

CLEBSON CARNEIRO RAMOS - TITULAR

CPF Nº 934.624.841-68

TELEFONE: 65*9.9262-3366

EMAIL: age2186@bb.com.br

CARLOS ALBERTO DE CASTRO MIRANDA - SUPLENTE

CPF Nº 352.168.161-00

TELEFONE: 65*9.9209-3892

EMAIL: age2186@bb.com.br

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA-MT

RICIERI LUCHESI CORDEIRO - TITULAR

CPF Nº 771.955.311-04

TELEFONE: 65*9.9621-0067

EMAIL: ule_itiquira@indea.mt.gov.br

EDGAR KNORR - SUPLENTE

CPF Nº 259.574.650-20

TELEFONE: 65*9.9621-0072

EMAIL: ule_itiquira@indea.mt.gov.br

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTENCIA E EXTENSÃO RURAL – EMPAER-MT

ROBERTO ASSEF DE SOUZA - TITULAR

CPF Nº 283.896.381-34

TELEFONE: 65*9.9621-0321

EMAIL: robertoempaer@hotmail.com

ANDRE LUIZ AVILES Q. GONGORA - SUPLENTE

CPF Nº 033.154.689-23

TELEFONE: 65*9.9638-3037

EMAIL: andreaqgongora@hotmail.com

COOPERATIVA DE CREDITO SICREDI

JANETE MOREIRA DE FARIAS - TITULAR

CPF Nº 939.753.171-91

TELEFONE: 65*9.9965-9730

EMAIL: Janete_farias@sicredi.com.br

LEIDIANE CHIODI CARVALHO - SUPLENTE

CPF Nº 702.857.051-72

TELEFONE: 65*9.9954-7226

EMAIL: leidiane_carvalho@sicredi.com.br

COOPERATIVA MISTA DOS AGROPECUARISTAS DE ITIQUIRA E REGIAO-COOPER-UNA

CARLOS JOSE DE SOUZA - TITULAR

CPF Nº 013.632.091-08

TELEFONE: 65*9.9912-3160

EMAIL: carlos.smac@gmail.com

CRISLANE DE JESUS SANTOS - SUPLENTE

CPF Nº 043.071.375-40

TELEFONE: 65*9.9979-9597

EMAIL: cooperuna.mt@gmail.com

SINDICATO RURAL DE ITIQUIRA

SERGIO FERREIRA TUNES - TITULAR

CPF Nº 270.777.698-01

TELEFONE: 65*9.9998-1939

EMAIL: sergiofetule@hotmail.com

ELVIS PEDROSO DA SILVA - SUPLENTE

CPF Nº 812.827.611-53

TELEFONE: 65*9.9615-1962

EMAIL: elvispedroso@hotmail.com

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RONDONOPOLIS, ITIQUIRA E SÃO JOSE DO POVO-MT

VALDIVINO TOMAZ DE AQUINO - TITULAR

CPF Nº 353.374.191-53

TELEFONE: 66*9.9625-0811

EMAIL: aquino_dino@hotmail.com / sagricultoresfamiliares@gmail.com

PEDRO PEREIRA CAMPOS - SUPLENTE

CPF Nº 514.138.091-20

TELEFONE: 65*9.9696-4606

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

COOPERATIVA DE SERINGUEIROS DE OURO BRANCO – COOPSOB

RUBENS SOARES RIBEIRO - TITULAR

CPF Nº 003.880.781-54

TELEFONE: 66*9.9997-5731

EMAIL: coopsob@gmail.com

VALDINEI FRANCISCO SIMPLICIO - SUPLENTE

CPF Nº 905.600.191-49

TELEFONE: 65*9.9621-4488

EMAIL: coopsob@gmail.com

COOPERATIVA DE PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DE OURO BRANCO-COOPRAOB

KATIA DE ARRUDA CAMPOS - TITULAR

CPF Nº 615.490.451-72

TELEFONE: 65*9.9975-5155

EMAIL: coopraob@gmail.com

MARIA DE LOURDES DA SILVA SIQUEIRA - SUPLENTE

CPF Nº 511.670.181-68

TELEFONE: 65*9.9663-8084

EMAIL: coopraob@gmail.com

II – Entidades Representantes da Agricultura Familiar

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ITIQUIRA-ASPLI

MARCOS PAULO QUIRINO - TITULAR

CPF Nº 011.478.041-25

TELEFONE: 65*9.9601-9649

EMAIL: marcos.iti@hotmail.com

SALUSTIANO SEBASTIAO GOMES LIMA - SUPLENTE

CPF Nº 048.635.998-03

TELEFONE: 65*9. 9621-0924

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO SAPÉ - APROSA

NOENY TEODORO RODRIGUES - TITULAR

CPF Nº 267.768.391-15

TELEFONE: 65*9.9973-3481

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

WILMER MARQUES PINHEIRO - SUPLENTE

CPF Nº 615.701.171-87

TELEFONE: 65*9.9266-9123

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS PA NOSSA SENHORA DO CARMO-APRUSAN

EDIFALDO FERREIRA DA SILVA - TITULAR

CPF Nº 241.117.241-91

TELEFONE: 65*9.9951-7507

EMAIL: edifaldoferreira@hotmail.com

ALDO REZENDE MENDONÇA - SUPLENTE

CPF Nº 035.111.111-53

TELEFONE: 65*9.9993-8074

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ITIQUIRA –APRI-I

ELENO LINO DE ARAUJO - TITULAR

CPF Nº 263.799.291-34

TELEFONE: 65*9.9915-1367

EMAIL: elenolinoaraujo@hotmail.com

GENESIO SCHIAVÃO - SUPLENTE

CPF Nº 276.228.439-20

TELEFONE: 65*9.9696-2237

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ITIQUIRA –APRI-II

JOSE DAVI DA SILVA - TITULAR

CPF Nº 580.571.961-49

TELEFONE: 65*9.9699-1884

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

LUZIMAR DANIEL DETHE - SUPLENTE

CPF Nº 005.070.571-71

TELEFONE: 65*9.9698-5148

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NOSSA SENHORA APARECIDA I

NATALICIA OLIVEIRA DA SILVA - TITULAR

CPF Nº 284.067.701-63

TELEFONE: 65*9.9663-0361

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

MARIA CRISTINA PEREIRA VIEIRA - SUPLENTE

CPF Nº 934.966.301-59

TELEFONE: 65*9.9928-2439

EMAIL: cristinapv4.2@hotmail.com

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS GRUPO AMIGOS

ARTUR MORAES - TITULAR

CPF Nº 208.077.591-04

TELEFONE: 65*9.9947-6748

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

DENISE APARECIDA DE MOURA - SUPLENTE

CPF Nº 110.799.238-96

TELEFONE: 65*9.9635-9454

EMAIL: cmdrsitiquira@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DE OURO BRANCO – AAGRIFOB

MARCELO DE SOUZA SILVA - TITULAR

CPF Nº 017.279.261-45

TELEFONE: 65- 9.9998-1789

EMAIL: aagrifob@hotmail.com

SIDELIA ALVES DO NASCIMENTO - SUPLENTE

CPF Nº 693.003.211-53

TELEFONE: 65-9.9628-0197

EMAIL: aagrifob@hotmail.com

Art. 2º - Fica criado o Cargo de Secretaria Executivo do CMDRS, conforme art. 4°, § 1º, 2º e 3º da Lei Municipal n° 542, de 20 de outubro de 2005, que será exercido pela funcionária efetiva **Valéria Furquim.**

§ 1º. A Servidora de que trata o Art. 2°, não será remunerada, mas receberá apoio logístico para executar suas funções, inclusive para deslocamentos exigidos, bem como o exercício da correspondente função, enquadrar-se-á nas disposições formais e legais vigentes, que disciplinam a matéria, para os demais Servidores, de acordo com o regime de vinculação e estará vinculado a Secretaria de Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3°- O mandato para os Representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Itiquira, será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por iguais períodos sucessivos a contar da sua posse, conforme art. 3° da Lei Municipal 542, de 20 de outubro de 2005.

Parágrafo Único: As atribuições dos Membros Conselheiros e o funcionamento do Conselho estão estabelecidos na legislação municipal pertinente em vigor, e estes não serão remunerados, por tratar-se de atribuições consideradas de relevante interesse público, com direito a dispensa da assinatura do ponto, quando for o caso, para a execução das mesmas, e do apoio logístico necessário, direto, por regime de adiantamento, diárias ou reembolso.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2017.

Art. 5° - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 10 de maio de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 003/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA n.º 003/2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de **PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS E APLICADOS NO MUNICÍPIO REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2018**, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões, que se realizará no dia **26 de Setembro de 2018, às 14:00 horas no Plenário da Anfiteatro Jonas Pinheiro ao lado da Promotoria, Rua Potiguaras-Centro.**

Jaciara - MT, 19 de Setembro de 2018.

Abduljabar Galvin Mohammad

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO CARTA CONVITE Nº 004/2018

Termo de Adjudicação Carta/Convite 4 / 2018

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Art. 43 inciso VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s):

Participante(s) e vencedora(s) da			
5058	**G.L COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP**		**26.795.021/0001-34**
		TOTAL DO VENCEDOR	**R$ 288.192,970**

Objeto

CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARACUMPRIMENTO DOS SERVICOS DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM TSD DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZACAO EM VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

JANGADA - MT, quarta-feira, 19 de setembro de 2018

FAGNER VIEIRA DE GODOES

Presidente Comissão Licitação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE Nº 004/2018

Termo de Homologação

Carta/Convite N° 4 /2018

Caixa de texto: CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARACUMPRIMENTO DOS SERVICOS DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM TSD, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZACAO EM VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROC ESSO DE LIC ITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

Vencedor(es)

Código

Nome

CPF/CNPJ

5058 G.L COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP 26.795.021/0001-34

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

JANGADA - MT quarta-feira, 19 de setembro de 2018

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar de audiência pública para apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2018

A audiência será realizada no dia 26/09/2018 a partir das 15h, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida Joao Ponce de Arruda, S/N, centro, Jangada/MT

Jangada, 20 de setembro de 2018

Ederzio de Jesus Mendes

Prefeito

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art.48 parágrafo único da Lei Complementar Federal 101/2000 (LRF), a Prefeitura Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, convida toda população deste Município para participar da Audiência Pública que discutirá o projeto de Lei de Orçamentária para o exercício 2019

A audiência será realizada no dia 26/09/2018 a partir das 15:00h, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida João Ponce de Arruda, S/N, centro, Jangada/MT

Jangada 20 de setembro de 2018

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DECRETO Nº 078/2018

DECRETO Nº. 078 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES NO MUNICÍPIO DE JAURU PARA A ARRECADAÇÃO DE BENS IMÓVEIS URBANOS ABANDONADOS, COM PREVISÃO LEGAL NO ART. 64, DA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017, VISANDO OS FINS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E O QUE LHE CONFERE O ARTIGO 63 VI DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

DECRETA:

ART. 1 - O procedimento para arrecadação de imóveis urbanos privados abandonados dar-se-á conforme o disposto neste Decreto, no artigo 64, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e aplicando-se nos casos omissos, as normas previstas no Código de Processo Civil que regulam a herança jacente, no que couber.

ART. 2 - Os imóveis urbanos privados abandonados cujos proprietários não possuam a intenção de conservá-los, em seu patrimônio ficam sujeitos à arrecadação pelo Município na condição de bem vago.

§1º. A intenção referida no caput será presumida quando o proprietário, cessados os atos de posse sobre o imóvel, não adimplir os ônus fiscais instituídos sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos.

§2º. Considera-se como intenção de conservar os imóveis urbanos, a realização de limpeza periódica e construção sobre o imóvel, bem como a feitura de calçadas como indicador de conservação.

ART. 3 - O procedimento para arrecadação de bens imóveis, nos termos deste Decreto, deverá ter início com o respectivo Processo Administrativo, o qual terá como primeira providência, uma vez constatado haver imóvel nas condições de abandono, a elaboração de relatório de vistoria pormenorizado e acompanhado de fotos, o qual deverá conter ainda as seguintes informações:

I - localização do imóvel, com seu endereço completo e croqui a ser elaborado pelo setor competente;

II - registro do requerimento ou denúncia e ou matéria jornalística que motivou a instauração do procedimento de arrecadação, quando houver;

III - descrição do tipo de imóvel, ou seja, se bem para fins comerciais, residenciais ou outro de qualquer natureza;

IV - descrição detalhada do estado de abandono do imóvel quanto ao seu exterior;

V - informação se há indícios de que o imóvel encontra-se ou não na posse do proprietário ou terceiras pessoas;

VI - constatação junto ao setor competente se o bem se encontra com IPTU e eventuais outros tributos em aberto perante a Municipalidade, relativos ao imóvel, devidamente lançados, juntando-se a respectiva certidão positiva nos autos;

VII - termo declaratório dos confinantes, quando houver, acerca do estado do imóvel;

VIII - certidão de matrícula atualizada acerca do registro do bem.

§ 1º - O relatório de vistoria deverá ser elaborado pelo setor de fiscalização de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, podendo utilizar-se de estagiários como apoio;

§ 2º - Os imóveis enquadrados como em estado de abandono serão identificados e cadastrados no setor competente, contando nos respectivos cadastros informações sobre sua situação fiscal.

ART. 4 - Após a elaboração do relatório de vistoria e abertura do processo respectivo, será realizada vistoria do imóvel, em datas diversas, pelo período de 15 (quinze) dias, a fim de constatar o abandono e a inexistência de qualquer ato de posse sobre o bem.

PARÁGRAFO ÚNICO. Cada vistoria realizada deve ser registrada em relatório acompanhado de fotos do imóvel a fim de comprovar o estado de abandono em que este se encontra.

ART. 5 - Cumpridas as diligências e sendo constatado que o imóvel encontra-se em estado de abandono, inclusive em decorrência do Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU em aberto, será remetida notificação ao titular do domínio para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da notificação.

PARÁGRAFO ÚNICO. A ausência de manifestação do titular do domínio será interpretada como concordância com a arrecadação.

ART. 6 - Constituído o estado de abandono, o Chefe do Poder Executivo decretará a arrecadação do bem imóvel, ficando este sob a guarda do município.

§ 1º - Será o Decreto publicado na Imprensa Oficial e/ou jornal de circulação local, bem como fixada sua cópia no átrio do Paço Municipal.

§ 2º - A publicação do Decreto não eximirá o proprietário de manter, conservar o bem e arcar com o pagamento dos respectivos tributos, até a incorporação do imóvel ao patrimônio do Município.

ART. 7 - Deverá ainda ser realizada a publicação do edital informando aos interessados que o bem imóvel encontra-se em estado de abandono e que, conforme Processo Administrativo específico fora realizada sua arrecadação pelo Poder Público Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Edital deverá ser publicado por 2 (duas) vezes na Imprensa Oficial, com intervalo de 05 (cinco) dias entre cada publicação, fixando-se ainda uma cópia no próprio imóvel arrecadado em local visível.

ART. 8 - O Município poderá realizar, diretamente ou por meio de terceiros, os investimentos necessários para que o imóvel urbano arrecadado atinja prontamente os objetivos sociais a que se destina.

PARÁGRAFO ÚNICO. O imóvel arrecadado poderá ser utilizado para a implantação de serviços públicos, unidades da Administração, ou serem destinados à implantação de programas habitacionais populares e de regularização fundiária e urbanística, ou ainda serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município.

ART. 9 - A intenção do proprietário em manter o bem em seu patrimônio, se dará através da imediata realização das benfeitorias e do pagamento dos tributos em aberto, com as respectivas correções e multas devidas ao erário, bem como mediante o ressarcimento de eventuais despesas realizadas pelo Poder Público.

ART. 10 - Caberão as Secretaria Municipal de Planejamento e Administração e Procuradoria do Município a adoção de todos os atos que se fizerem necessários a fim de ser concretizada a arrecadação, a regularizar a propriedade do bem em favor do Município junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

ART. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Jose Perez”, em Jauru-MT, 19 de Setembro de 2018.

PEDRO FEREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº. 002 de 08 de janeiro de 2018 “ADJUDICA” aEmpresa **GASPAR DE SOUZA MATOS - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº.10.866.985/0001-96, visto que a mesma foi vencedora desta Licitação na Modalidade Pregão Presencial **Nº. 022/2018**, porque a mesma sagrou-se vencedora do referido certame no valor de **R$ 270.535,97 (Duzentos e setenta mil quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos)** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta/Termo de Referencia deste Edital.

Jauru - MT, aos 19 dias do mês de setembro de 2018.

Rafaela Borges da Costa.

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Pregão **N° 022/2018**, Contratação de empresa para **Aquisição de Kits de Irrigação por gotejamento e por aspersão para horta comunitária do Município de Jauru, conforme contrato de Repasse nº. 814063/2014/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa/Processo nº. 2628.1021717/2014, sendo 05 (cinco) kits gotejamento e 04 (quatro) Kits por aspersão,** conforme anexo I – Termo de Referencia, de conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria nº. 002/2018, FAÇO SABER, que nesta data fica “HOMOLOGADO” o processo licitatório modalidade Pregão n° **022/2018**, tendo como vencedor a Empresa **GASPAR DE SOUZA MATOS - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº. 10.866.985/0001-96, por sagrar-se vencedora da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 19 dias do mês de setembro de 2018.

Pedro Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 077/2018

DECRETO Nº. 077, DE 14 DE SETEMBRO DE 2.018

“DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE SERVIÇO DA SERVIDORA ANDRÉIA APARECIDA DO CARMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o artigo 135, da Lei Complementar nº.045/2006, Estatuto dos Servidores Público Municipal –, que prevê a necessidade de declaração da necessidade do serviço para a interrupção de férias;

Considerando o teor do ofício circular nº. 013/COFTES/ESP/SES/MT, de 05 de agosto de 2018, que define o período da realização de módulo curricular do Curso Técnico em Análises Clínicas;

Considerando a necessidade de interromper as férias da servidora Andréia Aparecida do Carmo, conforme solicitação realizada por meio do ofício nº. SMS nº. 219/2018, de 11 de setembro de 2018;

Considerando que as servidoras foram matriculadas pelo município no Curso Técnico em Análises Clínicas desde o ano de 2011, e a ausência dela no curso ocasiona prejuízo à administração pública.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Declarado a necessidade de serviço, da servidora Aparecida do Carmo, no período de 17 a 21 de setembro de 2018, para participar de módulo curricular do Curso Técnico em Análises Clínicas.

Artigo 2º - Fica autorizado à interrupção das férias da servidora Andréia Aparecida do Carmo, no período mencionado no *caput* do artigo anterior.

Parágrafo único – o período de férias interrompido será gozado em uma única vez após o término do Curso referido no *caput* do artigo anterior.

Artigo 3º - Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Jose Perez", em Jauru-MT, 14 de setembro de 2018.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

AUDIÊNCIA PUBLICA DA LOA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

N° 013/2018.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019.

O Excelentíssimo Senhor PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, em cumprimento aos princípios Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal, convoca todos os munícipes para participar da Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Exercício Financeiro de 2019, a ser realizada no dia 27 de Setembro do corrente ano, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, 19 de Setembro de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO REF. MÊS 08/2018

ADITIVO Nº.	**085/2018**	***ADITIVO Nº.***	**086/2018**
CONTRATO Nº	**086/2018**	***CONTRATO Nº***	**238/2017**
NOME	Tamiris Silverio Braga	***NOME***	Luzia Cassenote
CARGO	Apoio Adm. Educacional	***CARGO***	Enfermeiro
LOTAÇÃO	Sec. Mun. de Educação	***LOTAÇÃO***	Sec. Munc. De Saude
PERIODO	01/08/2018 a 21/12/2018	***PERIODO***	01/08/2018 a 15/08/2018
ADITIVO Nº.	**087/2018**	***ADITIVO Nº.***	088/2018
CONTRATO Nº	186/2018	***CONTRATO Nº***	186/2017
NOME	Elisangela Fernanda da Rocha Silva	***NOME***	Ana Paula Ferreira Belo
MUDOU PARA O CARGO	Professor Nivel Medio	***CARGO***	Professor
LOTAÇÃO	Sec. Mun. de Educação	***LOTAÇÃO***	Sec. Municipal de Educação
PERIODO	02/07/2018 a 21/12/2018	***PERIODO***	10/08/2018 a 10/09/2018
ADITIVO Nº.	089/2018	***ADITIVO Nº.***	090/2018
CONTRATO Nº	227/2017	***CONTRATO Nº***	023/2016
NOME	Rosangela Francisca da Silva Pereira	***NOME***	Valeria de Araujo Carneiro
CARGO	Tec. Adm. Educacional	***CARGO***	Professor
LOTAÇÃO	Sec. Mun. de Educação	***LOTAÇÃO***	Sec. Mun. de Educação
PERIODO	15/08/2018 a 13/09/2018	***PERIODO***	
ADITIVO Nº.	091/2018	***ADITIVO Nº.***	092/2018
CONTRATO Nº	139/2018	***CONTRATO Nº***	109/2018
NOME	Josiane Pereira de Souza	***NOME***	Jusceleide Bernades dos Santos
CARGO	Apoio Adm. Educacional	***CARGO***	Apoio Adm. Educacional
LOTAÇÃO	Sec. Mun. de Educação	***LOTAÇÃO***	Sec. Munc. De Educação
PERIODO	21/08/2018 a 18/11/2018	***PERIODO***	03/09/2018 a 21/12/2018
ADITIVO Nº.	093/2018	***ADITIVO Nº.***	094/2018
CONTRATO Nº	204/2018	***CONTRATO Nº***	067/2018
NOME	Simone Vedovetto Leandro	***NOME***	Maricelia do Nascimento Ferreira de Almeida
CARGO	Apoio Adm. Educacional	***CARGO***	Apoio Adm. Educacional
LOTAÇÃO	Sec. Munc. De Educação	***LOTAÇÃO***	Sec. Munc. De Educação
PERIODO	03/09/2018 a 21/12/2018	***PERIODO***	03/09/2018 a 21/12/2018

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 27/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 27/2018

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Interino do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE VEÍCULO COLETOR (4X2) E COMPACTADOR DE LIXO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15M³**, em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, no período de 02 (meses) com Valor Mensal de ***R$ 9. 950,00 (nove mil novecentos e cinqüenta reais)***, e Valor Global de ***R$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais)***, da empresa: **FERNANDO PEREIA DA ROCHA - EPP**, estabelecida na Rodovia Emanuel Pinheiro, n.º 70856, km 07, Zona Rural, CEP: 78.055-799, no Município de Cuiabá/MT.

Juara - MT 19 de setembro de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO REF. MÊS 08/2018

DISTRATO Nº.	**042/2018**	***DISTRATO Nº.***	**043/2018**
CONTRATO Nº	**180/2018**	***CONTRATO Nº***	**188/2018**
NOME	Claudemir Fernandes Pedroti	***NOME***	Valdineia do Nascimento
CARGO	Professor	***CARGO***	Agente de Combates a Endemias
LOTAÇÃO	Sec. Municipal de Educação	***LOTAÇÃO***	Sec. Municipal de Saúde

DISTRATO Nº.	044/2018	***DISTRATO Nº.***	045/2018
ADITIVO Nº	047/2018	***CONTRATO Nº***	193/2018
NOME	Daline Begnini	***NOME***	Wytina Sant´Ana de Oliveira
CARGO	Técnico de Desenvolvimento Infantil	***CARGO***	Agente de Combates a Endemias
LOTAÇÃO	Secretaria Municipal de Educação	***LOTAÇÃO***	Secretaria Municipal de Saúde
DISTRATO Nº.	046/2018	***DISTRATO Nº.***	047/2018
CONTRATO Nº	184/2018	***ADITIVO Nº***	086/2018
NOME	Lais Nara Silva Volpato	***NOME***	Luzia Cassenote
CARGO	Professor	***CARGO***	Enfermeiro
LOTAÇÃO	Sec. Municipal de Educação	***LOTAÇÃO***	Secretaria Municipal de Educação
DISTRATO Nº.	048/2018		
CONTRATO Nº	065/2018		
NOME	Ester Barbosa Cordeiro		
CARGO	Professor		
LOTAÇÃO	Secretaria Municipal de Educação		

PREV-JUARA
RESOLUÇÃO CONSELHO PREVIDENCIARIO PREV-JUARA

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece o Regimento Interno do Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juara, PREV-JUARA.

O **Conselho Previdenciário** do PREV-JUARA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juara, Estado de Mato Grosso, usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelo Artigo nº 67, Inciso I, da Lei Municipal nº 1.656 de 20 de Abril de 2005 e Artigo nº 66 da Lei 2.701 de 30 de Julho de 2018, estabelece e aprova o Regimento Interno do órgão, o qual consta dos seguintes termos:

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREV-JUARA

Capítulo I

DOS OBJETIVOS, FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Previdenciário é um órgão de deliberação superior do PREV-JUARA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juara.

Art. 2º São competências do Conselho Previdenciário, entre outras que lhe são atribuídas por lei ou deliberação, as seguintes:

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – eleger seu presidente;

III – decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhes sejam submetidas;

IV – julgar os recursos interpostos das decisões do Secretário Municipal de Administração;

V – acompanhar a execução orçamentária do PREV-JUARA;

VI – apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificação na Lei que rege o PREV-JUARA, bem como resolver os casos omissos.

Parágrafo Único: As deliberações do Conselho Previdenciário serão promulgadas por meio de Resoluções e publicadas em diário oficial.

Capítulo II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Previdenciário do PREV-JUARA é composto por 02 (dois) representantes do Poder Executivos, 02 (dois) do Legislativo, e 06 (seis) representantes dos Segurados.

§ 1º Os membros do Conselho Previdenciário, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais.

§ 2º Os membros do Conselho Previdenciário terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução em 50% (cinquenta por cento) de cada representação de seus membros.

§ 3º O Presidente do Conselho Previdenciário será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano vedada a reeleição.

§ 4º A função do Secretário do conselho Previdenciário, será exercida por um servidor efetivo do quadro da Prefeitura Municipal e membro do conselho.

Art. 4º O Conselho Previdenciário se reunirá com a totalidade de seus membros, pelo menos 03 (três) vezes ao ano, em caráter ordinário e extraordinário, sempre que convocado.

Parágrafo Único: A convocação para reunião ordinária e extraordinária será feita pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência com a pauta definida e publicação de edital de convocação.

Art. 5º - As reuniões ordinárias do Conselho Previdenciário, obedecerão a um calendário previamente aprovado pelos membros.

Art. 6º - Os membros do Conselho Previdenciário nada receberão pelo desempenho do mandado.

Art. 7º - O conselho Previdenciário é a instância máxima de recurso do PREV-JUARA, de âmbito administrativo.

Art. 8º - Não estando presente o Presidente do Conselho, será escolhido dentre seus membros, o " Presidente do dia ", ao qual caberá a presidência dos trabalhos, com direito além do voto de disputa, também do voto de minerva para desempate.

Art. 9º - Ausente o secretário do Conselho, o Presidente designará um dos conselheiros como Secretário do dia.

Art. 10º - Inexistindo o "quórum" mencionado no Art. 4º, os membros aguardarão 15 (quinze) minutos para completa-lo e, persistindo a falta de "quórum", a reunião será iniciada com plenos poderes aos conselheiros presentes.

Art. 11º - O conselheiro que deixar de comparecer em 03 (três) reuniões consecutivas sem motivo justificável, será substituído, não podendo mais ocupar cargo no Conselho Previdenciário.

Parágrafo Único: Para efeitos de justificativa da falta, serão aquelas que o conselheiro deverá protocolar junto ao Presidente ou Secretário, documento assinado em até 12 (doze) horas antes do início da reunião.

Art. 12º - Após ser comunicado pelo secretário do conselho, do afastamento definitivo de seu membro representante por falta injustificada ou outro motivo, conforme Art. 11º, o PREV-JUARA deverá notificar o órgão que indicou o mesmo, para que no prazo de 15 (quinze) dias efetue a substituição.

Art. 13º - As faltas por motivo de doença, justificadas dentro de 72 (setenta e duas) horas após a reunião não serão computadas.

Art. 14º - Outros casos de afastamento de membro do conselho, serão definidos em resolução.

Capítulo III

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 15º - Todas as matérias passíveis de deliberação do Conselho Previdenciário do PREV-JUARA, deverão ser protocoladas na sua própria secretaria.

Art. 16º - Protocolada a matéria, a secretaria do conselho previdenciário encaminhará ao Presidente para providências de leitura, convocação de reunião para discussão e aprovação de matéria.

Art. 17º - Será considerado aprovada a matéria que obtiver votação favorável de maioria dos conselheiros presentes na reunião.

Art. 18º - A matéria rejeitada pelos conselheiros, poderá ser reapresentada, dentro de qualquer prazo, desde que atendidas as sugestões propostas pelo Conselho, ou definidas em regulamentações.

Art. 19º - Aprovada uma matéria pelo conselho, a qual deverá ser registrada em ata e/ou resolução, o Presidente terá 03 (três) dias úteis para tornar público as matérias aprovadas pelo Conselho.

Art. 20º - As resoluções serão divulgadas através de publicações em sites oficiais, devendo obrigatoriamente, ser encaminhadas cópias da mesma a Secretaria Municipal de Administração e PREV-JUARA.

Art. 21º - Nenhuma reunião poderá ultrapassar 02 (duas) horas de duração, salvo deliberação contrária aprovada pelos membros.

Art. 22º - A qualquer momento o Conselho Previdenciário poderá instituir comissão interna permanente ou temporária, composta por conselheiros escolhidos através de votação, para as seguintes finalidades:

I – fiscalizar a execução orçamentária;

II – relator e analisar situação de recursos interpostos de decisões administrativas;

III – reestruturação das leis previdenciárias, instruções normativas, decretos, portarias e demais atos administrativos;

IV- ?averiguar dados de matérias oriundas das reuniões;

Art. 23º - as ações a serem realizadas pela comissão definida no Art. 22, deverá conter um plano de trabalho a ser elaborado por esta, definindo qual a periodicidade para início e conclusão dos trabalhos.

Art. 24º - A comissão temporária instituída tem por objetivo apresentar os dados elencados ao que foi proposta e somente terão validade após apresentação ao Conselho Previdenciário, que terá poder soberano sobre a validação da conclusão dos trabalhados realizados.

Parágrafo Único: Após ciência e aprovação do Conselho Previdenciário sobre o resultado dos trabalhos apresentada pela comissão, o mesmo poderá ser normatizado através de resolução ou ato administrativo a ser solicitado ao órgão de competência.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º - Este regimento poderá ser alterado pelo Conselho sempre que a proposta de alteração for aprovada pela votação mínima de 2/3 (dois terços) do “quórum” total de seus membros.

Juara-MT, 17 de Setembro de 2018.

LUIZ FREDERICO SERPA CHORMIAK

Presidente do Conselho Previdenciário

Gestão 2018/2019

Membros

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO REF. MÊS 08/2018

CONTRATO Nº	**201/2018**	***CONTRATO Nº***	**202/2018**
NOME	MARIA LUCIA SANTANA	***NOME***	MARIA SOLANGE GONÇALVES
CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL	***CARGO***	APOIO ADM. EDUCACIONAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO	***LOTAÇÃO***	SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO
PERIODO	01/08/2018 A 22/12/2018	***PERIODO***	01/08/2018 A 05/10/2018
CONTRATO Nº	**203/2018**	***CONTRATO Nº***	**204/2018**
NOME	ROSA MARIA BARBOSA DA SILVA	***NOME***	SIMONE VEDOVETTO LEANDRO
CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL	***CARGO***	APOIO ADM. EDUCACIONAL
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO	***LOTAÇÃO***	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PERIODO	01/08/2018 A 28/10/2018	***PERIODO***	
CONTRATO Nº	**206/2018**		
NOME	EDILSON MONTEIRO DOS SANTOS		
CARGO	EMFERMEIRO		
LOTAÇÃO	SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO		
PERIODO	15/08/2018 A 31/12/2018		

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°27/2018 DE 19 DE SETEMBRO 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017, COM HOMOLOGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO N°2879 DE 20/12/2017, CONFORME DECRETO N°1235/2017 DE 19/12/2017.

O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de 10 (DEZ) dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2017, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA

ÁREA DE ABRANGENCIA: JUARA-MT

Item	Nome	Inscr nº	Classificação
01	LUCELIA CAETANO FERNANDES	65	40°
02	LUCIANA DA SILVA	79	41º
03	THAIS THAMIRIS ROSINKE DOS SANTOS	799	42º

Art. 2º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 19 de Setembro de 2018.

Marcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO Nº. 2809, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

ALTERA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, GESTÃO 2017/2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados os membros do "**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"**, gestão 2017/2019 de acordo com a Lei nº. 835, de 30/04/2010, sem ônus para os cofres públicos municipais, como seguem abaixo:

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

PRESIDENTE: Manoel Roberto Teixeira

CPF: 419.881.081-87

RG: 4175974-7 SSP/PR

Suplente: Diliana Rodrigues dos Santos

CPF: 983.643.591-34

RG: 3821510 SSP/GO

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Tutelar: Ana Leticia Nazatto

CPF: 003.717.531-98

RG: 8.709.227-5 SSI/PR

Suplente: Marluce Guedes de Lima

CPF: 888.987.334-53

RG: 1.225.434 SSP/AL

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular: Claudia Regina Stein

CPF: 019.003.411-40

RG: 1858623-6 SSP/MT

Suplente: Alcione Valério Dias da Costa

CPF: 048.820.266-35

RG: 2929523-8 SSP/MT

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

Tutelar: Ana Camila de Jesus

CPF: 046.001.391-27

RG:2288885-3 SSP/MT

Suplente: Adriana Tavares de Amorim Bordim

CPF:021.612.881-13

RG: 2015163-2 SSP/MT

5. IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS:

Titular: Carme Olivo Vendrame

CPF: 408.845.089-68

RG: 213157-4 SSP/PR

Suplente: **Jequélia Antonia dos Santos**

CPF: 631.573.062-00

RG: 000689130 SSP/MT

6. IGREJA CATÓLICA:

Titular: Célia Aparecida Neto Ramos

CPF: 626.505.052-49

RG: 812.917 SSP/RO

Suplente: Marivalda da Silva Souza

CPF: 022.837.303-41

RG: 000124106899-0 SSP/MA

7. ASSOCIAÇÃO DO IDOSO:

Titular: Neuza Socreppa Nazatto

CPF: 961.593.089-04

RG: 2369747-4 SSP/MT

Suplente: Irma Ana Hoffmann

CPF: 916.522.941-04

RG: 615.899 SSP/MT

8. PASTORAL DA CRIANÇA:

Titular: Maria Nestor Pereira Vicenssotti

CPF: 938.945.891-91

RG: 140409231 SSP/MT

Suplente: Giseli Cristina Dileli Aguiar

CPF: 067.199.196-52

RG: 4238813-0 SSP/PR

ARTIGO 2º - A vigência do presente Decreto encerra-se em 31/12/2019.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente o Decreto Municipal nº. 2700, de 01/03/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 19 de Setembro de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

***RODOLFO PEREIRA DIAS* Secretário Municipal de Administração e Finanças**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO N° 037/2018

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Francisco Ferreira Dos Santos - Me.

OBJETO: "Contratação em Prestação de Serviços em Reforma de Ponte em Madeira; sob o Rio Areia, Com Extensão De 60 Metros, Conforme Planilha Orçamentária Elaborada Pelo Setor de Projetos e Convênios, Para Atender a Secretaria de Infra Estrutura."

VALOR: R$ 27.559,10 (Vinte Sete Mil, Quinhentos Cinquenta Nove Reais, Dez Centavos)

PRAZO: 60 (Sessenta) dias

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Francisco Ferreira Dos Santos - Me – CNPJ: 12.202.478/0001-83.

LEI Nº 1.133/2018

DE: 11 DE SETEMBRO DE 2018

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, vem nos termos do Artigo 83, § 2º da Lei Orgânica do Município **PROMULGAR,** a Lei, resultante do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2018 de 08 de Agosto de 2018.

"ACRESCENTA O ARTIGO 109-A À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA, DISPONDO SOBRE A EMENDA PARLAMENTAR ORÇAMENTÁRIA IMPOSITIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Acrescenta-se à Lei Orgânica Municipal de Juscimeira, o art. 109-A, com a seguinte redação:

"Art. 109-A - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de **1,2% (um inteiro e dois décimos por cento)** da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 1° - É obrigatória à execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o caput deste artigo, em montante correspondente a **1, 2% (um inteiro e dois décimos por cento)** da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 2° - As programações orçamentárias previstas deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

§ 3° - No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, serão adotadas as seguintes medidas:

I- até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento; **II-** até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; **III-** até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; e

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Poder Legislativo não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implantado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 4° - Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EM, 11 DE SETEMBRO DE 2018

RONIVAL SOARES SANTOS LINDOMAR DUARTE DA SILVA

PRESIDENTE VICE-PRESIDENTE

VALDINEI JOSÉ DA COSTA MANOEL FAGUNDES DE SOUZA

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

LEI Nº 1.133/2018

DE: 11 DE SETEMBRO DE 2018

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, vem nos termos do Artigo 83, § 2º da Lei Orgânica do Município **PROMULGAR,** a Lei, resultante do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2018 de 08 de Agosto de 2018.

"ACRESCENTA O ARTIGO 109-A À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA, DISPONDO SOBRE A EMENDA PARLAMENTAR ORÇAMENTÁRIA IMPOSITIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Acrescenta-se à Lei Orgânica Municipal de Juscimeira, o art. 109-A, com a seguinte redação:

"Art. 109-A - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de **1,2% (um inteiro e dois décimos por cento)** da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 1° - É obrigatória à execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o caput deste artigo, em montante correspondente a **1, 2% (um inteiro e dois décimos por cento)** da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 2° - As programações orçamentárias previstas deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

§ 3° - No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, serão adotadas as seguintes medidas:

I- até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento; **II-** até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; **III-** até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; e

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Poder Legislativo não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implantado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 4° - Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EM, 11 DE SETEMBRO DE 2018

RONIVAL SOARES SANTOS LINDOMAR DUARTE DA SILVA

PRESIDENTE VICE-PRESIDENTE

VALDINEI JOSÉ DA COSTA MANOEL FAGUNDES DE SOUZA

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2018

O Prefeito Municipal, Senhor Moisés Dos Santos, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § IV, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 27.559,10 (Vinte Sete Mil, Quinhentos Cinquenta Nove Reais, Dez Centavos), tendo como objeto a Prestação de Serviço de Reforma de Ponte de Madeira, sobre o Rio Areia, com extensão de 60 metros, conforme planilha orçamentária elaborada pelo setor de Projetos e Convênios. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor da empresa FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS - ME, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 do supracitado diploma legal

Juscimeira – MT, 14 De Setembro 2018.

Moisés Dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 634/2018,

De 19 de setembro de 2018.

Autor: Poder Executivo.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo de Lambari D'Oeste/MT a celebrar Termo de Convênio com os Municípios de Salto do Céu/MT e Rio Branco/MT, e dá outras providências."

O **PREFEITO LAMBARI D'OESTE/MT,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo de Lambari D'Oeste/MT autorizado a celebrar Termo de Convênio com os Municípios de Salto do Céu/MT e Rio Branco/MT, visando o custeio de despesas com a locação de imóvel comercial e de seu funcionamento.

Art. 2º. A locação do imóvel comercial de que trata o artigo anterior será destinada a utilização pelos advogados nomeados como defensores dativos pelo Poder Judiciário para o atendimento das partes hipossuficientes.

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo de Lambari D'Oeste/MT, autorizado a utilizar a dotação orçamentária Órgão: 02 gabinete do prefeito; Projeto/Ativ.:2005 – manutenção e encargos com gabinete prefeito; CODE. REDUZ. (032) – Outros Serv. De Terc. – Pessoa Física, suplementando-o, inclusive, se necessário, até o montante de R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA

OBJETO: O objeto do presente é Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia fixa pós, a ser instalada no endereço: Rua Guaíra, 777, Centro. Marcelândia - MT. CEP: 78535-000.

CONTRATADA: OI MÓVEL S.A

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR: R$1.722,84 (Hum mil, setecentos e vinte e dois e oitenta e quatro centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/09/2019

DATA ASSINATURA: 17/09/2018

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 02 de outubro de 2018, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de pães, salgados, tortas e bolos para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Marcelândia/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, em 17 de setembro de 2018.

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI Nº 986/2018, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

*Autoriza o Município de Marcelândia a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços - "**CONSUSMT**" e a ratificar o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios de Acorizal, Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica e dá outras providências.*

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Marcelândia-MT, no Consórcio Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços , denominado **"**CONSUSMT", ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 10 de julho de 2017 entre os municípios de Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do

Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica com a finalidade de instituir o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/ Medicamentos e serviços- “CONSUSMT”, sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei 11.107/ 2015, Decreto 6.017/2007 assim como as leis 13.019/2014 e 13.204/2015 leis das Organizações Civis.

Parágrafo único. Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções a cooperação entre os partícipes a gestão associada de saúde com a finalidade específica de operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica por meio da aquisição e distribuição de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços com destinação exclusiva à população usuária do Sistema Único de Saúde nos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º. O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, “CONSUSMT” disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, “CONSUSMT” previsto no art. 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n°. 6.017/2007, deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar em suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, “CONSUSMT”.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007 e a Lei n° 13.019/2014e 13.204/2015.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 18 de setembro de 2018.

_____

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 180 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D’OESTE, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária realizada em 17 de setembro de 2018, APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Altera a redação do artigo 18 da Lei Complementar 157/2016 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Mirassol D´Oeste, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 18. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que:

a) o servidor tenha solicitado a reversão;

b) a aposentadoria tenha sido voluntária;

c) estável quando na atividade;

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;

e) haja cargo vago.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º O servidor de que trata o inciso II somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos cinco anos no cargo. "

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reeditar a Lei Complementar nº 157/2016 com a alteração imposta pela presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 19 de setembro de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.487 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

"Dispõe sobre autorização para transpor e remanejar recursos e dá outras providências".

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o artigo 187 da Lei Orgânica do Município e Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária realizada em 17 de setembro do corrente ano **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares, através de Decreto, até o Limite de 25% (Vinte e Cinco por Cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Artigo 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 19 de setembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.488 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

802 12.361.0005.2017.0000 MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR R$ 200.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

803 12.361.0005.2017.0000 MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR R$ 100.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação no valor de R$ 300. 000,00 (trezentos mil reais)

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sede Provisória da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Gabinete do Prefeito, em 19 de setembro de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

EDITAL Nº 079/2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste - MT, **Euclides da Silva Paixão**, visando aplicar o disposto no Artigo 48 e o seu Parágrafo Único, da Lei nº 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que diz: **Artigo 48** - "São instrumentos de transparência da **GESTÃO FISCAL**, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**; e as versões simplificadas desses documentos". **Parágrafo Único**: "A **transparência** será assegurada também mediante incentivo à **participação popular** e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos", vem convidar a todos os membros da sociedade organizada ou a quem este interessar, que no dia **28 de setembro de 2018**, às 9:00 **(nove horas)**, nas dependências da Camara Municipal localizada à R. Juscelino Kubitscheck, 3226, estará sendo realizada a **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, envolvendo os diversos segmentos da sociedade, para discussão e apreciação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, **do 2º quadrimestre de 2018.**

Mirassol D'Oeste - MT, 19 de setembro de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito Municipal

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

DESIGNA SERVIDOR PARA EFETUAR ANOTAÇÕES DE POUSO E DECOLAGENS DE AERONAVES NO AERODROMO DE MIRASSOL D´OESTE, DURANTE O PERIODO ELEITORAL.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e,

Considerando o Oficio 889/2018 da Promotoria Eleitoral da 18ª Zona Eleitoral, que trata do Procedimento Administrativo SIMP 001354-041/2018, resolve baixar a seguinte

PORTARIA

Artigo 1º- Fica o Servidor **ANTONIO MARCOS DE CARVALHO**, designado para efetuar anotações referente a pouso e decolagens de aeronaves no aeródromo municipal, durante o período eleitoral, até o dia 28 de outubro do corrente ano das 12 às 18 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Parágrafo Único: Nas planilhas de anotações deverá constar o prefixo da aeronave, dia e horário do pouso e decolagem que deverá ser encaminhada à Secretaria de Administração para arquivo pelo prazo de 90 dias após as eleições.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 18 de setembro de 2018.

Danilo Cézar Ochiuto

Secretario de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.490/2018

LEI MUNICIPAL Nº. 1.490/2018

"Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público pela Administração Pública Municipal de Nobres/MT, estabelece critérios para realização de processo seletivo simplificado e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de pessoal, por tempo determinado, mediante Processo Seletivo Simplificado, em conformidade com o que estabelece o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, bem como nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O excepcional interesse público decorre do fato de que Município de Nobres/MT realizou concurso público para preenchimento de cargos vagos no âmbito da Administração Pública Municipal no ano de 2012, contudo, teve sua legalidade questionada perante o Poder Judiciário e, até o momento presente, encontra-se *sub judice*.

Art. 2º. A realização de Processo Seletivo Simplificado, cujas regras e critérios serão estabelecidos em edital, deverá atender aos seguintes pressupostos mínimos de validade:

I - ampla divulgação em órgão oficial ou em jornal de ampla circulação, além de publicação nas páginas da internet do Município;

II - estabelecimento de critérios objetivos de julgamento e avaliação;

III - inexistência de critérios que dificultem a recorribilidade das decisões da comissão de avaliação e julgamento, por parte dos candidatos, bem como pelo controle externo social;

IV - vinculação às regras do edital e à classificação final do certame.

Art. 3º. A vinculação dos profissionais descritos no Anexo I desta Lei com a Administração Municipal de Nobres/MT se dará mediante celebração de contrato individual temporário, regido pelo direito administrativo.

Parágrafo único. As contratações de que tratam esta Lei serão pelo prazo de vigência de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, no interesse da administração.

Art. 4º. Os contratos firmados de acordo com esta Lei extinguir-se-ão:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - imediatamente, quando o contratado incorrer em infração aos deveres e proibições estabelecidas no Estatuto dos Servidores;

IV - imediatamente, pelo término da causa que originou a contratação temporária;

V - por interesse público do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O término do contrato em razão do disposto no inciso III deste artigo implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo simplificado pelo período de 05 (cinco) anos, contados da data de encerramento do contrato.

Art. 5º. O pessoal contratado estará sujeito, naquilo que seja compatível com a precariedade da contratação temporária, aos preceitos contidos na Lei Municipal nº. 992/2006, em seus respectivos PCCS's (Leis Municipais nº. 1.197 e 1.297) e ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. O pessoal contratado para os cargos de Professor (Médio e Superior), Técnico Administrativo Educacional – Não Profissionalizado e Técnico em Desenvolvimento Infantil – Não Profissionalizado, naquilo que seja compatível, estarão submetidos à Lei Municipal nº. 1.197. Os demais, naquilo que seja compatível, estarão submetidos à Lei Municipal nº. 1.297.

Art. 6º. Os cargos, respectivas quantidades e remunerações, são os estabelecidos na planilha em anexo, que fica sendo parte integrante desta Lei.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 8º. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 12 de setembro de 2018.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ANEXO I

ZONA URBANA

CARGO	VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO
MERENDEIRA	00	04	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	01	03	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 1.958,60 (mil, novecentos e cinquenta e oitenta reais e sessenta centavos)
PROFESSOR	25	60	20 horas semanais	Ensino Superior (Pedagogia)	R$ 2.346,38 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NÃO PROFISSIONALIZADO	01	06	30 horas semanais	Habilitação específica de Ensino Médio e comprovação de profissionalização especifica da área.	R$ 1.525,14 (mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos)
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – NÃO PROFISSIONALIZADO	10	30	30 horas semanais	Habilitação em Magistério ou Ensino Médio, com comprovação de profissionalização específica na área.	R$ 1.525,14 (mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos)

ZONA RURAL – BOM JARDIM

CARGO	VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO
MERENDEIRA	00	03	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	00	05	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 1.958,60 (mil, novecentos e cinquenta e oitenta reais e sessenta centavos)
PROFESSOR	05	10	20 horas semanais	Ensino Superior (Pedagogia)	R$ 2.346,38 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)
SERVIÇOS GERAIS	00	04	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NÃO PROFISSIONALIZADO	01	03	30 horas semanais	Habilitação específica de Ensino Médio e comprovação de profissionalização especifica da área.	R$ 1.525,14 (mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos)
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – NÃO PROFISSIONALIZADO	00	06	30 horas semanais	Habilitação em Magistério ou Ensino Médio, com comprovação de profissionalização específica na área.	R$ 1.525,14 (mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos)
VIGIA	00	03	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)

ZONA RURAL – RODA D'ÁGUA

CARGO	VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO
MERENDEIRA	00	03	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	02	08	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 1.958,60 (mil, novecentos e cinquenta e oitenta reais e sessenta centavos)
PROFESSOR	07	20	20 horas semanais	Ensino Superior (Pedagogia)	R$ 2.346,38 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)
SERVIÇOS GERAIS	00	04	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NÃO PROFISSIONALIZADO	01	03	30 horas semanais	Habilitação específica de Ensino Médio e comprovação de profissionalização especifica da área.	R$ 1.525,14 (mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos)
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – NÃO PROFISSIONALIZADO	00	12	30 horas semanais	Habilitação em Magistério ou Ensino Médio, com comprovação de profissionalização específica na área.	R$ 1.525,14 (mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos)
VIGIA	00	03	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)

ZONA RURAL – ALDEIA SANTANNA

CARGO	VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO
AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	01	01	40 horas semanais	Fundamental Incompleto	R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)

PROFESSOR	01	05	20 horas semanais	Ensino Superior (Pedagogia)	R$ 2.346,38 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)
PROFESSOR	00	05	20 horas semanais	Ensino Médio (Magistério)	R$ 1.564,25 (mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 12 de setembro de 2018.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 055/2018

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 122/2018, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 055/2018**, do tipo ***MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO***, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia **02/10/2018**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS, PELO CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO COM BASE NO VALOR DE PEÇAS DAS MONTADORAS, CONSULTADAS POR INTERMÉDIO DE SISTEMA DE PESQUISA DE MERCADO, PARA VEÍCULOS LEVES, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT**. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4219.

Nobres, 19 de Setembro de 2018.

QUEZIA DA ROSA FERREIRA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS AGOSTO 2018

EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS AGOSTO 2018

5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2016 - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nobres – MT e a empresa MARISTELA WEBER90093097115, CNPJ sob o nº 23.145.736/0001-53. Objeto: Prorrogação de Prazo de execução de serviços de Assessoria Contábil e Financeira. Valor: R$ 15.390,00 (Quinze Mil Trezentos e Noventa Reais). Data: 15/08/2018. Prazo: 06 (Seis) meses. Assinam – NADIR DA SILVA – Diretora Executiva – Contratante e MARISTELA WEBER proprietária – Contratada.

4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2016 - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nobres – MT e a empresa ARICELA DA SILVA PEREIRA92643280172, CNPJ sob o nº 19.664.552/0001-22. Objeto: Prorrogação de Prazo de execução de serviços de arquivo, preenchimento de formulários do MPS (DAIR-DIPR-DPIN), lançamentos de APR's, CTC (Certidão de Tempo de Contribuição), recadastramento de ativos, inativos e pensionistas. Valor: R$ 9.103,68 (Nove Mil Cento e Três Reais e Sessenta e Oito). Data: 15/08/2018. Prazo: 06 (Seis) meses. Assinam – NADIR DA SILVA – Diretora Executiva – Contratante e ARICELA DA SILVA PEREIRA proprietária – Contratada.

Nobres - MT, 06 de Setembro de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N.º 347/2018, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

PORTARIA N.º 347/2018, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre nomeação da obra referente a tomada de preços 004/2018, que tem como objetivo a prestação de serviços de aplicação de Pavimentação asfáltica em tsd com capa selante e drenagem em águas na rua nossa senhora santana, rua geraldo marques e rua josé l. De oliveira no município de Nortelândia, de acordo com o Convênio 017/2013, proveniente da Secretaria de Estado de infraestrutura e logística – SINFRA e o município de Nortelândia – MT

O Prefeito Municipal de Nortelândia JOSSIMAR JOSÉ FERNADES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Senhor SAMUEL SALGADO, Engenheiro Civil, CREA nº 1712755742-1, CPF: 070.215.409-14, para fiscalizar a obra referente ao CONTRATO nº 019-2018– TOMADA DE PREÇO nº 004/2018, que tem como objetivo a prestação de serviços de aplicação de Pavimentação asfáltica em tsd com capa selante e drenagem em águas na rua Nossa Senhora Santana, rua Geraldo Marques e Rua José L. De oliveira no município de Nortelândia, de acordo com o Convênio 017/2013, proveniente da Secretaria de Estado de infraestrutura e logística – SINFRA e o município de Nortelândia – MT, em consonância com Projeto Básico – desenhos, planilhas orçamentárias e memoriais descritivos, realizado pela empresa PERSAN PERFURAÇÃO SONDAGENS E SANEAMENTOS EIRELLI EPP – CNPJ**:** 17.004.147/0001-52

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 03º dia do mês de Setembro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa, 03/09/2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

- Prefeito Municipal –

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 344/2018

Portaria nº 344/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 072/2018**-Contratação de empresa especializada visando serviços de fornecimento de urnas funerárias com higienização de corpo e translado com carro es-

pecializado, aos munícipes em vulnerabilidade social que reside no município para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa MARQUES E MENDONÇA LTDA, a partir de 24/08/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 19 de Setembro de 2018.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 340/2018

PORTARIA Nº 340/2018

"Designa servidores Municipais de acordo com a Portaria n° 193/2018, para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de empresa participante de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências."

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS, S**ecretário Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT**, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo descritos para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de Empresas participantes de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências, conforme solicitação do setor de licitação através da CI nº 073/2018, em anexo.

Carmen Lucia Silva Correia de Brito;

Marco Antônio de Figueiredo Silva;

Reinaldo Rodrigues de Almeida.

Relação das Empresas:

1 –**G. MANOEL DA SILVA – ME, CNPJ: 12.514.236/0001-25, na Cidade de Várzea Grande-MT**.

2 – **FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI-ME –** CNPJ 26.511.522/0001-41 – Cidade de Várzea Grande-MT.

Art. 2º A presente comissão deverá proceder:

a) Atribuição de verificar IN LOCO, se o endereço descrito na documentação apresentado pela empresa participante do processo licitatório neste município é o mesmo. b) Telefones e email; c) Constatar IN LOCO, Localização, o endereço, Rua, Avenida, o nº, a Quadra, o Bairro, a Cidade, a fachada da empresa, é compatível com o CNPJ, registrar com fotografias as fachadas; d) Verificar se a empresa possui estoque de mercadorias, e/ou locais de recepção e guarda de mercadorias que caracterizam prática de comércio. e) Após as verificações/vistorias IN LOCO é necessário registrar todos os procedimentos realizados e apresentar relatório assinado pela comissão ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 19 de Setembro de 2018.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS

Sec. Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 343/2018

Portaria nº 343/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG:04598652, CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 071/2018**- Contratação de empresa especializada em serviços de colagem e troca de pneus de veículos leves, pesados e máquinas em geral, para atender toda frota da Prefeitura Municipal– Empresa CLOVIS CLAUDIONOR DA SILVA ME, a partir de 22/08/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 19 de Setembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 342/2018

Portaria nº 342/2018

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Empresa contratada P1 Engenharia e Assessoria, **INÊS ANTÔNIA DOS SANTOS**, brasileiro, RG: 1305175-0, CPF: 963.657.731-53, CREA- MT 030016 residente na Rua Marabá nº 67, Bairro Santo Antônio do Pedregal – Cuiabá -MT**,** como **fiscal** do objeto do Contrato **nº 070/2018 -** Contratação de empresa especializada em execução de Obras e serviços de engenharia para reforma e ampliação da Escola Municipal Eliete Pedrosa da Costa na comunidade Rural de Pedro neste município - **Empresa FABIO ALBUQUERGUE DA SILVA - ME**, a partir de 31/08/2018.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 19 de Setembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 339/2018

PORTARIA Nº. 339/2018

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença prêmio a servidora Publica Municipal **Roselim Santana da Silva**, lotada na Sec. Municipal de Educação Esporte e Lazer no cargo de Apoio Educacional, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo 1501/2015, compreendido de 19/09/2018 a 17/12/2018. Conceder 03 (três) períodos de Licença prêmio a **Joselina de Campos Curado**, lotada na Sec. Municipal de Saúde no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 2001/2006; 2006/2011; 2011/2016, conforme processo 3048/2017, compreendido de 17/09/2018 a 13/06/2019. Conceder 60 dias de licença prêmio ao servidor Publico Municipal **Marionei Edson dos Santos**, lotado na Sec. Municipal de Obras no cargo de Apoio Municipal, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo 1800/2015, compreendido de 17/09/2018 a 15/11/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de Setembro de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0042/2018.

Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público a prorrogação da data de abertura do **Pregão Presencial 042/2018**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) MOTOCICLETAS, SENDO; 03 (TRÊS) MOTOCICLETAS COM NO MÍNIMO 150 CILINDRADAS E PERFIL DE TRANSITAR EM ESTRADAS SECUNDARIAS E RUDIMENTAR, E 02 (DUAS) MOTOCICLETAS COM NO MÍNIMO 110 CILINDRADAS E PERFIL DE TRANSITAR NA ÁREA URBANA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES E DESPORTO E LAZER DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - *MATO GROSSO*

Sessão de julgamento data anterior: 19/09/2018 –08:00 HORAS

Sessão de julgamento nova data: 02/10/2018 – 08:00 HORAS

Informações pelo telefone (66)98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 19 de setembro de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 0250/2017

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL N. º 042/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **042/2018, cujo REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) MOTOCICLETAS, SENDO; 03 (TRÊS) MOTOCICLETAS COM NO MÍNIMO 150 CILINDRADAS E PERFIL DE TRANSITAR EM ESTRADAS SECUNDARIAS E RUDIMENTAR, E 02 (DUAS) MOTOCICLETAS COM NO MÍNIMO 110 CILINDRADAS E PERFIL DE TRANSITAR NA ÁREA URBANA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES E DESPORTO E LAZER DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - *MATO GROSSO*** conforme termo de referência constante do Edital de Licitação, ***c***ujo certame foi declarado deserto.

Nova Bandeirantes-MT, 19 de setembro de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2018

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 068/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT E A CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA.

O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236. 135.139-00, e do outro o SR: **CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA**, pessoa Fisica **CONTRATADA**, representada neste ato, **CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA**, pessoa física**,** portador do RG nº 1072166-5 e do CPF nº 616.746.051-53, residente na Estrada Eretama, Setor Ceará, lote 03, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, doravante denominada **CONTRATADO**, tem justo e contratado entre si o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente distrato tem como objeto, a rescisão de comum acordo do **Contrato nº 068/2018**, **celebrado em 08 de Julho de 2018** regulamentado, o qual tinha por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENCHER 30.000.00 (TRINTA MIL) BALAINHOS PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ DO VIVEIRO MUNICIPAL E ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

2.1. Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira a partir do dia 19/09/2018, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

2.2. O presente distrato se dá por iniciativa do CONTRATADO, alegando motivos pessoais, sendo que todo o período contratado a mesma realizou os serviços muito aquém do pactuado no contrato, não havendo nada que a desabone.

2.3. Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços nº 068/2018, a partir da data de assinatura deste Termo de Rescisão.

2.4. Em virtude do não cometimento de culpa ou mesmo inadimplência de qualquer clausula contratual do instrumento primitivo entre as partes, fica pactuado o presente termo de rescisão amigável ao contrato, que é regido em todos os seus termos, pelas normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o fórum da Comarca de Nova Monte Verde-MT.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Nova Bandeirantes/MT, 19 de Setembro de 2018..

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 112/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 112/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **AGNALDO CARVALHO DE OLIVEIRA**

CPF nº 987.448.011-49

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n. º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

VALOR: **R$ 10.580,50 (dez mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos)**

ASSINATURA**: 05 de Setembro de 2018.**

VIGENCIA: **05 de Setembro de 2018 a 05 de Setembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 114/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 114/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JOÃO PAULO FANINI DOURADINHO EPP**

CPF nº **24.613.818.0001/48**

OBJETO:**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017 DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO –MT PARA AQUISIÇÃO DE GRAMAS PARA JARDINAGEM E MUDAS DE ARVORES, PAISAGISTICAS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNUCIPAL DE INFRA ESTRUTURA.**

VALOR: **R$ 21.269,00 (vinte e um mil duzentos e sessenta e nove reais).**

ASSINATURA**: 06 de Setembro de 2018.**

VIGENCIA: **06 de Setembro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 111/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 111/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ROSIVALDO FRANCISCO DOS ANJOS**

CPF nº **865.888.931-91**

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n. º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

VALOR: **R$ 11.573,00(Onze mil, quinhentos e setenta e três reais)**

ASSINATURA**: 05 de Setembro de 2018.**

VIGENCIA: **05 de Setembro de 2018 a 05 de Setembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 113/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 113/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **MARIO SEBASTIÃO DE SOUZA**

CPF nº 411.565.101-63

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n. º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

VALOR: **R$ 6.412,00 (seis mil quatrocentos e doze reais)**

ASSINATURA**: 05 de Setembro de 2018.**

VIGENCIA: **05 de Setembro de 2018 a 05 de Setembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO MUNICIPAL Nº 020/2018 DIA: 19 DE SETEMBRO DE 2018 ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL OU DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, ASSIM COMO PARA POSSE EM CARGO DE PROVI

DECRETO MUNICIPAL Nº 020/2018

Dia: 19 de setembro de 2018

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL OU DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, ASSIM COMO PARA POSSE EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DECORRENTES DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DE NOVA MARILÂDIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO MUNICÍPIO – PCCS - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 725/2016 DE 14 (QUATORZE) DE MARÇO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS)

DECRETA:

Art. 1º. Os candidatos a ingresso no Serviço Público Municipal, através do Concurso Público nº 001/2018, deverão submeter-se a exame médico admissional, e firmar declaração sobre seu histórico de saúde.

§ 1º O exame médico admissional tem por objetivo avaliar o estado de saúde física e mental do candidato, o qual deverá apresentar capacidade laborativa para o desempenho do cargo ou função a ser exercida, não podendo apresentar patologia que possa vir a resultar em prejuízo à saúde do candidato ou incapacidade para o exercício de suas funções.

§ 2º A declaração a que se refere o "caput" será firmada sob as penas da lei e, caso comprovada sua não veracidade, será decretada a nulidade do ato de nomeação, ainda que já tenha ocorrido o início de exercício.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto considera-se:

I - Exame Médico: procedimento médico realizado por profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina, regulamentado, para estabelecer a capacidade laborativa quanto à saúde do candidato aprovado no referido concurso, para provimento de cargos, funções e empregos públicos, nos casos dos exames: Admissionais ou de Ingresso.

Art. 3º. O exame médico admissional será composto de avaliação médica realizada pelo Médico do Município, de avaliação psicológica quando solicitada, de exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e de exames obrigatórios complementares caso sejam solicitados pelo Médico do Município e da apresentação do Cartão Nacional de Vacinação.

Art. 4º. A avaliação médica será realizada por Médico do Município, os quais deverão registrar, objetivamente, os dados observados na respectiva ficha médica.

§ 1° A critério do profissional de saúde, poderá ser solicitado ao candidato à realização de outros exames laboratoriais e complementares, que deverão ser apresentados no prazo de até 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado este prazo caso haja necessidade devido à complexidade do mesmo.

§ 2° Se na análise do exame clínico, dos exames laboratoriais e complementares for evidenciada alguma alteração clínica, o profissional de saúde deverá determinar se a mesma é:

I - compatível ou não com o cargo pleiteado;

II - potencializada com as atividades a serem desenvolvidas;

III – determinante de frequentes ausências;

IV – capaz de gerar atos inseguros que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outras pessoas;

IV – potencialmente incapacitante em curto prazo.

§ 3º Evidenciadas quaisquer das alterações descritas no § 2° do Artigo 4°, o candidato será considerado inapto permanentemente.

Art. 5º. Durante a avaliação médica deverão ser apresentados pelos candidatos, os exames ambulatoriais já pré-definidos por cargo pleiteado conforme Anexo I deste Decreto.

Art. 6º. No decorrer da avaliação médica poderão ser solicitados, a expensas do candidato e conforme julgamento do médico, exames complementares a serem apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias em uma nova avaliação médica.

Art. 7º. O Cartão Nacional de Vacinação deverá ser apresentado ao médico no dia da avaliação médica para que ele possa constatar se o candidato está com todas as vacinas solicitadas no Anexo I, recebidas e dentro do prazo de proteção preconizado pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo Único. Na impossibilidade de apresentação do documento Cartão Nacional de Vacinação será aceito o comprovante individual de cada vacina tomada pelo candidato e/ou similar emitido por 02 (dois) profissionais da sala de vacinação que ateste que este está em dia com as vacinas exigidas.

Art. 8º. O resultado da avaliação feita pelo Médico do Município dará origem ao parecer que julgará o candidato apto ou inapto, para assumir a função.

Art. 9º. O candidato considerado inapto terá prazo de 5 (cinco) dias para solicitar acesso ao laudo médico. Recebido o laudo, ele terá prazo de mais 5 (cinco) dias para agendar nova avaliação com médico perito.

Parágrafo Único. Nesta nova avaliação o candidato tem direito a levar, para que o acompanhe no momento da nova perícia, um médico de sua escolha e confiança.

Art. 10. Os exames laboratoriais e complementares mencionados neste Decreto deverão ser realizados a expensas do candidato e nele deverá constar o nome completo do candidato, que deverá ser conferido quando da avaliação médica.

Art. 11. Em todos os exames laboratoriais e complementares, além do nome do candidato, deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o registro no órgão de classe especifico do profissional responsável, sendo motivo de inautencidade deste a inobservância ou a omissão do referido número.

Art. 12. Os exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e os exames obrigatórios complementares terão validade de no máximo 90 (noventa) dias anteriores a data da avaliação médica.

Art. 13. Nos exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e nos exames obrigatórios complementares deverão obedecer aos critérios dos artigos 10, 11 e 12.

Art. 14. Caberá ao profissional de saúde a interpretação e análise dos exames, bem como a emissão dos laudos necessários para que seja feito o devido parecer.

Art. 15. Caso o candidato seja considerado inapto, deverá o médico fundamentar tal inaptidão.

Art. 16. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento do presente Decreto.

Art. 17. As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos neste Decreto serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Administração..

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário;

ANEXO I

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames por área do cargo	Exame
Para todos os cargos	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Psicológica; § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna.
Profissionais da Saúde	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Hepatite B; § HIV; § Exame Urina (EAS); § avaliação Psicológica; § avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.
Motorista de Máquinas Pesadas	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Audiometria; § Exame Urina (EAS); § avaliação Psicológica; § avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário;

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2018 (dois mil e dezoito).

_____

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E PROVAS DE TÍTULOS, PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA PREFEITURA MUN

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

De 19 de setembro de 2018

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E PROVAS DE TÍTULOS, PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA.

O Senhor **Juvenal Alexandre da Silva**, Prefeito **Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso**, por meio da sua **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO,** nomeada pela **Portaria nº 179 de 17 de setembro de 2018**, em cumprimento ao disposto no artigo 37, incisos I, II e VIII, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais referentes ao assunto, torna pública a realização do **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E PROVAS DE TÍTULOS**, destinado a selecionar candidatos para o ingresso e efetivação do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente concurso público será regido por este Edital, executado pela empresa ATAME Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós-graduação Ltda - EPP, com auxílio da Comissão Examinadora do Concurso Público, que ficará instalada na sede da **Prefeitura de Municipal de Nova Marilândia**, localizada na **Av. Tiradentes, 211-NT – Centro – Nova Marilândia – MT – CEP 78.415-000**, telefone **(65) 3352-1135 / 3352-1135-1122 / 3352-1139**, segunda a sexta-feira, das **07h00 às 13h00**. **1.2.** O presente concurso público se destina a selecionar candidatos para o provimento dos cargos vagos, constantes do **ANEXO I** deste Edital, verificado o preenchimento de todos os requisitos, necessários à sua investidura. **1.3.** A **COMISSÃO EXAMINADORA** publicará avisos de todas as etapas deste Concurso através de Editais Complementares que serão publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso - https://diariomunicipal.org/mt/amm/, no mural da Prefeitura Municipal, no site oficial da Prefeitura Municipal - www.novamarilandia.mt.gov.br e no site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso/. **2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA DO CARGO: 2.1.** Para a investidura do cargo pretendido, o Candidato deverá preencher todos os requisitos previstos no **ANEXO I**, que lhes sejam respectivos, além de: a) Ser aprovado neste Concurso Público; b) Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei; c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; d) Provar sua plena quitação com as obrigações militares, se homem; e) Provar sua plena quitação com as obrigações eleitorais; f) Apresentar título de eleitor e Cadastro de Pessoa Física (CPF); g) Apresentar declaração se exerce ou não cargo, emprego ou função pública remunerada, incluídos, empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista; h) Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade e os demais requisitos específicos de habilitação legal, exigidos para o exercício do cargo, conforme especificado no **ANEXO I** deste Edital; i) Realizar exames exigidos, conforme **ANEXO VI,** e passar por perícia ocupacional realizada por profissional habilitado da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, que comprove ter o candidato aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, e não ser pessoa com deficiência incompatível com o exercício do cargo; j) Todos os exames estão previstos no Anexo VI e correrão às expensas do candidato; k) Comprovar outros requisitos, que sejam essenciais ao exercício do cargo pretendido, objeto deste concurso público. **3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DESTE CONCURSO PÚBLICO 3.1.** Para a execução deste concurso público, ficam estabelecidas as seguintes datas, que por se tratarem de mera previsão, estão sujeitas à confirmação nos Editais Complementares:

CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO	
Das Inscrições	**Data Prevista**
Publicação do Edital	19/09/2018
Período geral de realização das inscrições	De 25/09/2018 a 09/10/2018
Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição	De 25/09/2018 e 28/09/2018
Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas	Até o dia 03/10/2018
Protocolo do Requerimento de Inscrição de Candidato como Pessoa com Deficiência-PcD, nos termos do item 6.6, deste Edital.	Até o dia 28/09/2018
Data de vencimento dos boletos de inscrição	**10/10/2018**
Publicação da Lista de Inscritos Deferidos e Indeferidos	15/10/2018
Publicação da Lista de Homologação dos Candidatos inscritos	Até o dia 18/10/2018
Das Provas e Entrega de Títulos	**Data Prevista**
Publicação do local e horário de realização das provas escritas e práticas, bem como a entrega de títulos.	Até o dia 18/10/2018
Data da realização das provas escritas e práticas, bem como a entrega de títulos.	**25/11/2018**
Dos Resultados	**Data Prevista**
Publicação do gabarito das provas escritas	Até às 16h00 do dia 26/11/2018
Publicação da pontuação dos títulos e provas práticas	Até o dia 05/12/2018
Publicação do Resultado Preliminar	Até o dia 11/12/2018
Publicação do resultado final deste concurso público	Até o dia 17/12/2018
Do Prazo de Interposição de Recursos	
Recurso contra omissões ou erros materiais nas seguintes etapas: (I) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (II) divulgação das listas de candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (III) publicação dos gabaritos de provas; (IV) divulgação da relação dos candidatos classificados para a segunda fase (se houver); (V) divulgação da pontuação de títulos deferidos e indeferidos, e resultado das provas práticas; e (VI) divulgação do resultado preliminar do concurso.	2 dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação das respectivas etapas, no período das 00h00 do primeiro dia às 23h59 do último dia.

4. DAS INSCRIÇÕES 4.1. As inscrições **somente serão realizadas via internet**, através do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/, **durante o período compreendido entre às 07h (sete horas) do dia 25/09/2018 e às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 09/10/2018**, considerado, para tanto, o horário oficial do Estado do Mato Grosso. **4.2.** Para efetuar sua inscrição, o Candidato deverá observar o seguinte procedimento: a) Ler atentamente os termos deste Edital e seus Anexos, certificando-se que possui todos os requisitos necessários à investidura do cargo; b) Acessar o endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/; c) Preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição e confirmar a transmissão dos dados pela Internet; d) Imprimir o boleto bancário da taxa de inscrição correspondente e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, até a data indicada como de vencimento. **4.3.** Caso o Candidato necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova escrita, **sendo ou não Pessoa com Deficiência-PcD**, deverá preencher os campos específicos do formulário de inscrição, discriminando o tratamento

diferenciado de que necessita. Não indicando sua necessidade, será impossível atendê-lo. **4.4.** Para a inscrição não será exigido o envio de qualquer documentação, **exceto** se o Candidato requerer a isenção prevista no **item 5** e seus respectivos subitens, deste Edital, quando deverá observar os ditames ali estabelecidos. **4.5.** Somente será considerado válido o pagamento realizado via boleto bancário, não sendo considerada, para fins de inscrição do Candidato, nenhuma outra forma de pagamento da taxa de inscrição. **4.6.** Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que assim o requererem e comprovarem os requisitos, nos termos do **item 5** e seus respectivos subitens, deste Edital. **4.7.** Em hipótese alguma haverá alteração do cargo pretendido, após o pagamento da taxa de inscrição. Caso o Candidato assim o deseje, deverá realizar nova inscrição, efetuando seu respectivo pagamento. **4.8. Para cada participante, será permitida apenas uma inscrição.** Caso o Candidato tenha efetuado, duas ou mais inscrições observando os procedimentos, **somente a última inscrição realizada será válida**. **4.9.** Ao se inscrever, o Candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar o seu desconhecimento, vez que, a sua inscrição, importará na aceitação tácita das condições deste concurso público. **4.10.** O Candidato será responsável pela atualização de seus dados cadastrais, durante a validade deste concurso, em especial, do endereço residencial. **4.11.** Se posteriormente, restar constatado que o Candidato se utilizou de má-fé, a **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia** tem o direito de excluí-lo do concurso, não havendo que indenizá-lo ou ressarci-lo, a qualquer título. **4.12.** A **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia** e a **ATAME**, não se responsabilizarão por inscrições via internet, que não forem recebidas em virtude de falhas de comunicação, tais como: congestionamento das linhas, falta de energia elétrica ou quaisquer outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados. **4.13.** Encerrado o período de inscrições, não serão admitidas alterações, **exceto** quando constatadas incorreções nos dados pessoais do Candidato, hipótese em que poderão ser alterados mediante requerimento à **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO,** ou ainda, mediante apresentação de documento original e registro na Ata de Ocorrência de Sala, na data de realização da prova escrita. **4.14.** A **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO** publicará aviso de homologação das inscrições nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO 5.1.** Os valores correspondentes às respectivas taxas de inscrição estão discriminados no **ANEXO I** deste Edital. **5.2.** O valor da taxa de inscrição paga, não será devolvido, **exceto em caso de cancelamento deste Edital, por conveniência da Administração. 5.3.** Os candidatos que atenderem um dos seguintes requisitos poderão requerer isenção no pagamento da taxa de inscrição, observado o período estabelecido no item 3.1 deste Edital: a) Ser considerado de extrema pobreza e enquadrar-se nas determinações do Decreto n° 6.593, de 11 de dezembro de 2008, de estar regularmente inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; b) Ser doador regular de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 7.713/2002, comprovando que já tenha realizado no mínimo três doações antes do lançamento deste Edital; c) Candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados, conforme estabelece a Lei Estadual nº 8.795/08. **5.4.** Para requerer a isenção da taxa de inscrição, os Candidatos deverão observar suas respectivas condições, procedendo da forma abaixo prevista: a) **Para o Candidato considerado de extrema pobreza**: preencher o Requerimento de Isenção, no período compreendido entre o início das inscrições e **às 13h00** do último dia do prazo estabelecido no **item 3.1 deste Edital**, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico da ATAME – www.grupoatame.com.br/concurso/, indicando **obrigatoriamente**, o seu **Número de Identificação Social – NIS,** atribuído ao Candidato pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo Candidato no Requerimento de Isenção; b) **Para o Candidato doador regular de sangue:** entregar na sede da **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT**, situada na **Av. Tiradentes, 211-N – Centro – Nova Marilândia – MT – CEP 78.415-000**, **conforme prazo estabelecido no item 3.1**, no horário de seu respectivo expediente – **das 07h00 às 13h00**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/, e cópia dos seguintes documentos:

b.1)Documento de identidade do Candidato, observado o item 9.7, “a”, deste Edital;

b.2)Cadastro de Pessoa Física – CPF do Candidato;

b.3)Documento comprobatório de sua condição de doador regular de sangue, expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que o Candidato faça a doação. Em referido documento, é imprescindível, a comprovação de que o Candidato já tenha feito, no mínimo, três doações antes do lançamento deste Edital. c) **Para os candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados:** entregar na sede da **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT**, situada na **Av. Tiradentes, 211-N – Centro – Nova Marilândia – MT – CEP 78.415-000**, **conforme prazo estabelecido no item 3.1**, no horário de seu respectivo expediente – **das 07h00 às 13h00**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/, e cópia dos seguintes documentos, conforme o caso:

c.1) empregados de empresas privadas: cópia do último Holerite recebido;

c.2) servidores públicos: cópia do último contracheque recebido ou declaração do órgão ou entidade pública onde trabalha, sendo aceito apenas documento emitido com data máxima de 30 (trinta) dias a contar da data do início das inscrições;

c.3) autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.4) servidores públicos, exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, ou declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); ou cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.5) pensionistas: cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela Instituição pagadora; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.6)estagiários: cópia do Contrato de Estágio; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.7) desempregados: declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; ou a cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco.

5.5. As informações prestadas no Requerimento de Isenção, bem como na documentação apresentada para tal fim, serão de inteira responsabilidade do Candidato, que pode, a qualquer momento, responder por crime contra a fé pública, acarretando sua eliminação deste concurso. **5.6.** Não será concedida isenção da taxa de inscrição aos candidatos que: a) Não entregarem o respectivo Requerimento de Isenção devidamente preenchido e assinado, no prazo estabelecido, observado o item 5.4; b) Omitirem informação e/ou torná-las inverídicas, fraudar e/ou falsificar documentos; c) Não observarem os locais, prazos e horários, estabelecidos no item 5.4; d) Não atenderem aos requisitos estabelecidos para a isenção do pagamento, conforme termos deste Edital. **5.7.** Após a entrega do Requerimento de Isenção e da documentação respectiva, não será permitida complementação de documentos ou revisão. **5.8.** Toda a solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá obrigatoriamente ser requerida via internet, no ato da inscrição, impressa e protocolada juntamente com os demais documentos previstos no item 5.4 à Comissão Examinadora do Concurso. Quaisquer outras formas de requerimento não serão admitidas. **5.9.** Cada pedido de isenção será analisado e julgado pela **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO. 5.10.** A relação dos pedidos de isenção **deferidos ou indeferidos,** será divulgada até a data prevista no item 3.1, mediante publicação nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **5.11.** Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção **indeferidos** deverão, observados os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital, acessar o endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/, imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição correspondente. Caso assim não proceda, estará automaticamente excluído deste concurso. **6. DOS CANDIDATOS INSCRITOS COMO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-PcD. 6.1.** Para efeito deste concurso, considera-se deficiência somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com a Classificação Internacional de Doença – CID. **6.2.** Em observância à Lei Complementar Estadual n° 114/2002 é assegurado 10% das vagas ao Candidato inscrito como pessoa com deficiência. Para tanto, deverá declarar a deficiência física de que é portador e, se convocado, submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, que dará decisão terminativa sobre sua qualificação e/ou o grau de deficiência capacitante, para o exercício do cargo pretendido. **6.2.1.** Neste concurso não haverá reserva de vaga para pessoa com deficiência-pcd, vez que, da aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas destinadas para cada cargo, não resultou em um número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), sendo que para haver reserva, cada cargo teria que ofertar um número de vagas igual ou superior a 7 (sete). **6.3.** A Pessoa com Deficiência, para efeito de prova especial, deverá declarar, no ato da inscrição e em campo próprio, o tipo de deficiência de que é portadora, o código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas. **6.4.** A Pessoa com Deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, não havendo assim, distinção quanto o conteúdo das provas, critérios de avaliação e de aprovação, dos locais e horários de realização das provas e da pontuação mínima exigida. **6.5.** À Pessoa com Deficiência que necessitar de tempo adicional, nos termos do §2° do art. 40, do Decreto Federal n° 3.298/99, será concedido um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de tempo adicional, contabilizado do tempo total de prova. **6.6.** Os candidatos inscritos como pessoa com deficiência-pcd deverão protocolar, **pessoalmente, por terceiros ou via correio,** até as **13h00** do dia **28/09/2018**, na sede administrativa da **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia**, situada na **Av. Tiradentes, 211-N – Centro – Nova Marilândia – MT – CEP 78.415-000**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo: o Requerimento de Inscrição como Pessoa com Deficiência-PcD – conforme modelo do **ANEXO III** deste Edital, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau/nível da deficiência do Candidato, fazendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal n° 3.298/99. **Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos. 6.7.** O Candidato que, no ato da inscrição se declarar pessoa com deficiência física e atender ao disposto no item anterior, se classificado nas provas, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação. **7. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO 7.1.** Compete ao Candidato: a) Acompanhar todas as publicações, referentes a este Edital e demais Editais Complementares, feitas nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3, deste Edital; e b) Nas listas a serem divulgadas, conferir especialmente os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, cargo para o qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o Candidato deverá requerer a devida correção, através dos prazos recursais, acessando o portal do candidato, ou requerendo junto a Comissão Examinadora do Concurso. **7.2.** O Candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas, como justificativa de sua ausência. Independente de qual seja o motivo, a ausência do Candidato, caracterizará sua desistência, resultando em sua eliminação do concurso. **8. DAS MODALIDADES DE PROVAS 8.1. Das Provas Escritas e entrega de Títulos 8.1.1.** Para fins de avaliação do Candidato, este concurso será constituído por **PROVAS ESCRITAS** para todos os cargos e para os cargos de nível superior, haverá também **PROVA DE TÍTULOS,** sendo esta, sua apresentação facultativa. **8.2. Das Provas Práticas 8.2.1.** Para fins de avaliação do Candidato, haverá provas práticas, que serão classificatórias e eliminatórias, para aqueles cargos estabelecidos no **Anexo I** deste Edital. **8.2.2.** Se o número de inscritos for superior ao número de vagas classificatórias previsto no Anexo I, a prova prática poderá ser realizada em data posterior àquela estabelecida no item 3.1, a ser confirmada por Edital Complementar. **9. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS E PRÁTICAS 9.1.** As provas escritas serão realizadas no dia **25/11/2018**, com tempo de duração de 3 (três) horas ininterruptas, sendo que o local e horário para cada função serão divulgados posteriormente em Edital Complementar. **9.1.1.** Para o cargo que tiver prova prática, esta será realizada no mesmo dia da prova escrita, **no período da tarde**, a partir das **13h00, observada a regra prevista no item 8.2.2**. **9.1.2.** Somente poderão participar da prova prática, aqueles candidatos que de fato realizarem a prova escrita. **9.2.** Os locais das provas, escritas e práticas, serão divulgados por Edital Complementar e publicados no Diário Oficial do Município. **9.2.1.** Os Candidatos poderão ainda consultar, nos sites da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - www.novamarilandia.mt.gov.br e da ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso/, na Área do Candidato, o local e a sala onde irão realizar a prova escrita. **9.3.** Não será admitida a entrada de Candidato que se apresentar ao local de prova após o horário determinado para o início. Neste caso, o Candidato será considerado ausente e eliminado do concurso, nos termos do item 7.2. **9.4.** Não será permitida a entrada, nos locais de aplicação das provas, de Candidato que não estiver em condições para realização das mesmas, tais como: alcoolizado, com trajes inadequados (roupa de praia, seminu, etc.) e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas. **9.5.** Não será admitida a permanência de acompanhante do Candidato ou de pessoas estranhas ao concurso, nas dependências dos locais onde forem celebradas as provas, **salvo** com a devida autorização da **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO. 9.6.** Para realização das provas escritas, o Candidato

deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de **1h (uma hora)** do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do **documento de identidade original (observado o subitem "a") e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta.** a) Para fins deste concurso, são considerados documentos de identidade: (I) as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; (II) cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a do CREA, do CRC, etc.; (III) a Carteira de Trabalho e Previdência Social; e (IV) a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei n° 9.503/97. **9.7.** Somente ao Candidato que apresentar um dos documentos discriminados acima, e desde que o documento permita, com clareza, a sua identificação, será permitida a realização das provas escritas. **9.7.1.** Caso o Candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar cópia do documento, expedido em, no máximo, trinta dias antes à data da prova, que ateste o registro da respectiva ocorrência em órgão policial. **9.8.** Ao chegar ao local de prova, o Candidato deverá procurar o número de sua sala nas listagens afixadas no Mural, localizando-a, a ela deverá se dirigir. **9.9.** A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo nos termos da Lei Estadual nº 10.269/15. **9.9.1.** A Candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período. **9.9.2.** A Candidata deverá solicitar atendimento diferenciado para tal fim ao Fiscal da sala. Deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança, em local reservado. A falta de acompanhante impossibilitará a Candidata de realizar a prova. **9.10.** Será sumariamente eliminado do concurso, o Candidato que: (I) utilizar meios ilícitos para a execução das provas; (II) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, auxiliares ou autoridades; (III) afastar-se da sala, sem o acompanhamento do fiscal e antes de ter concluído a prova; (IV) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro Candidato ou pessoa, ou utilizando-se se máquinas de calcular ou similares, telefone celular, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações; (V) tiver constatada, por meio de perícia e após a realização da prova, a utilização de meios ilícitos para a realização da mesma. **9.11.** Por motivo de segurança, iniciada a prova, **nenhum candidato poderá se retirar da sala, antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do seu efetivo início,** caso o faça, terá seu nome registrado na Ata de Registro de Sala, e submetido a julgamento da Comissão Examinadora do Concurso, que poderá eliminá-lo do concurso. **9.12.** Os candidatos poderão se retirar da sala, **levando o caderno de provas, somente após decorridas 2h00 (duas horas), do efetivo início da prova**. **9.13.** Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos tenham concluído a prova, quando então, serão liberados. **9.14.** Não haverá segunda chamada para as provas, seja qual for o motivo alegado pelo Candidato para justificar sua ausência. **10. DA FOLHA DE RESPOSTA 10.1.** A folha de resposta (folha óptica) do Candidato deverá ser preenchida com caneta esferográfica, com tinta de cor azul ou preta, hipótese em que deverá ser marcada uma única alternativa, aquela julgada como sendo a resposta da questão. **10.2.** Não serão atribuídos pontos às questões da prova escrita, que contiverem quaisquer emendas, rasuras e/ou mais de uma ou nenhuma resposta assinalada na folha de resposta (folha óptica) do Candidato. **11. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS 11.1.** As provas escritas serão de múltipla escolha, com caráter classificatório e eliminatório, contendo questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas, sendo que apenas uma responderá a questão, obedecendo ao seguinte quadro de pontuação:

Cargos Conforme Anexo I	Tipo de Prova	Nº Questões	Peso	Pontuação Prova Prática	Total Pontos
Ensino Fundamental Completo + Prova Prática					
06-Motorista Categoria C 07-Motorista Categoria D 08-Motorista/Saúde 11-Operador de Maq. Pesada - Escavadeira Hidráulica - PC 12-Operador de Máquinas II - Trator Pneu 13-Operador de Retroescavadeira Pneu	-Língua Portuguesa -Matemática -Conhecimentos Gerais	10 10 10	2,0 2,0 2,0	0 a 40	100
	- Prática				
Ensino Médio Completo					
01-Agente Administrativo 02-Agente de Fiscalização Tributaria 19-Técnico em Enfermágem	-Língua Portuguesa -Matemática -Conhecimentos Gerais -Conhecimento Específico	10 05 05 15	2,0 2,0 2,0 4,0	-	100
Ensino Superior Completo					
03-Biomedico 04-Enfermeiro 05-Fisioterapeuta 09-Nutricionista 10-Odontólogo 14-Prof. Letras Inglês 15-Prof. Letras Português 16-Prof. Matemática 17-Prof. Pedagogia 18-Psicólogo	-Língua Portuguesa -Conhecimentos Gerais -Conhecimento Específico	10 10 15	2,0 2,0 4,0	-	100
	-Títulos				

11.2. Os pontos correspondentes às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, independente de formulação de recursos. **12. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO 12.1.** A divulgação dos gabaritos preliminares das provas escritas, será feita no 1° dia útil, posterior à data de aplicação das provas, a partir das 16h00, sendo disponibilizada nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **13. DA PONTUAÇÃO E ANÁLISE DOS TÍTULOS 13.1.** Os títulos serão avaliados de acordo com a seguinte tabela abaixo:

Títulos	Pontos	Documentos Comprobatórios
a) Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de **especialização**, carga horária mín. 360 h.	**1,0**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.
b) Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de **mestrado**.	**2,0**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.
c) Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de **doutorado**.	**3,0**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.

13.2. Os títulos apresentados, sendo deferidos total ou parcialmente pela **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO,** terão sua pontuação publicada em uma lista específica. **13.3.** Os títulos serão somados à pontuação final do Candidato, valendo exclusivamente para efeito de classificação, razão pela qual sua apresentação é facultativa. **13.4.** Os títulos não são cumulativos, só serão computados pontos a um único título, sendo considerado, para tal fim, o de maior pontuação. **13.4.1.** Somente serão considerados títulos relacionados à respectiva área de atuação. **13.5.** A comprovação dos títulos será feita mediante a apresentação de fotocópia, nítida e **devidamente autenticada em cartório** - frente e verso, dos certificados

e/ou diplomas oficiais, expedidos por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida pelo MEC. **13.6.** O Título deverá ser entregue, acompanhado do Requerimento de Pontuação devidamente preenchido **(ANEXO IV, deste Edital)**, **na data da realização da prova escrita**, ao fiscal da sala em que o Candidato for designado, acondicionados em envelope devidamente lacrado e identificado com o nome do Candidato e Cargo. **13.6.1.** Para fins de protocolo, o Candidato poderá levar uma segunda cópia do Requerimento de Pontuação de Títulos **(ANEXO IV, deste Edital)**, devidamente preenchida, na qual o fiscal atestará o recebimento da documentação. **13.7.** O Candidato também deverá assinar a lista de entrega de títulos, sendo de sua exclusiva responsabilidade, a entrega da documentação respectiva, em observância aos procedimentos ora fixados. **13.7.1.** Títulos entregues fora do prazo estabelecido não serão aceitos. **13.8.** Serão recusados liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências deste Edital. **14. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO 14.1.** Será **considerado aprovado** ou classificado, o Candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita e para a prova prática (se houver), e não obtiver 0 (zero) em nenhuma das disciplinas. **14.1.1.** Será **considerado reprovado**, o candidato que não alcançar 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita e para prova prática (se houver). **14.1.2.** Havendo cargos com segunda etapa, será considerado classificado o número de candidatos previstos no **ANEXO I deste Edital**, mais os empatados na última nota de corte. a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n° 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos; c) Que obtiver maior número de acertos na Prova Prática (se houver); d) Que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa; e) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais; f) Que obtiver maior pontuação de títulos; g) Que tiver mais idade; h) Sorteio público. **15. DOS RECURSOS 15.1.** O Candidato que desejar interpor recurso contra as fases deste Concurso, disporá de 2 (dois) dias úteis, contados do dia imediatamente subsequente ao da divulgação dos Editais Complementares, devendo fazê-lo no horário das 00h00 do primeiro dia, às 23h59 do último dia, computado ininterruptamente e em observância ao horário oficial do Mato Grosso. **15.2.** Caberá recurso contra omissões ou erros materiais verificados nas etapas de: (I) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (II) divulgação das listas de candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (III) publicação dos gabaritos de provas; (IV) divulgação da relação dos candidatos classificados para a segunda fase (se houver); (V) divulgação da pontuação de títulos deferidos e indeferidos, e resultado das provas práticas; e (VI) divulgação do resultado preliminar do concurso. **15.3.** A interposição de recurso será exclusivamente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, ao qual o Candidato terá acesso mediante login e senha, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/, devendo o Candidato seguir as instruções ali contidas. **15.4.** Recurso contra a prova escrita deverá ser individual para cada questão, devidamente fundamentado, sucinto, com a indicação daquilo em que o Candidato se julgar prejudicado, comprovando suas alegações com citação de artigos, legislação, itens, livros, nome de autores, etc. **15.4.1.** Serão rejeitados liminarmente sem análise do mérito os recursos enviados fora do prazo ou sem fundamentação. **15.5.** Os recursos julgados serão divulgados nos meios estabelecidos no item 1.3 deste Edital, bem como na Área do Candidato, no endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso/, não sendo possível o conhecimento do resultado, via telefone, e-mail ou fax. **15.6.** Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, exceto no caso de comprovado erro material, com manifestação posterior ou de ofício. **15.7.** Os recursos cujo teor desrespeite a **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO** serão indeferidos sem análise do mérito. **15.8.** Se do exame de recursos contra questões da prova escrita resultar anulação ou alteração de alternativa, a pontuação ou alteração valerá para todos os candidatos que realizaram o mesmo tipo de prova, independente de terem recorrido. **16. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO 16.1.** Após a divulgação do resultado final, o concurso será homologado**, por Decreto, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,** mediante publicação resumida nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **17. DA NOMEAÇÃO E POSSE 17.1.** O processo de nomeação e posse dos candidatos aprovados neste concurso público, será efetivado em observância às normas da legislação vigente. **17.2.** No ato da posse, o servidor deverá apresentar, obrigatoriamente: (I) declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio; (II) declaração sobre o exercício do cargo, emprego ou função pública; (III) certidão de tempo de serviço anterior, se houver; (IV) certidão de antecedentes criminais; e (V) demais documentos pertinentes exigidos no edital de convocação. **17.3.** Os candidatos aprovados neste concurso público deverão entregar os comprovantes de preenchimento dos requisitos exigidos para o provimento do cargo pleiteado, tão logo sejam convocados, observada rigorosamente a ordem de classificação publicada. **17.4.** A convocação dos candidatos aprovados será processada de acordo com as necessidades da **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia** dentro da validade do Concurso. **17.5.** A nomeação dos candidatos que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos, será efetivada por ato do próprio do Prefeito Municipal de Nova Marilândia. **17.6.** Os candidatos serão nomeados sob o regime jurídico estatutário, tendo como regime previdenciário, o **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**, administrado pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Marilândia. **17.7.** Para efeito de posse, o Candidato aprovado, classificado e convocado, ficará sujeito à aprovação em exame médico pericial, devendo apresentar atestado de aptidão física e mental, emitida por profissional habilitado, em conformidade com a legislação vigente, de acordo com o **ANEXO VI**. **17.8.** Todos os exames estão previstos no **Anexo VI** e correrão às expensas do candidato. **17.9.** Poderá não tomar posse, o Candidato inscrito como pessoa com deficiência-pcd, aprovado, classificado e convocado, cuja incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício do cargo, for comprovada. **17.10.** Não será efetivada a posse do Candidato aprovado quando, condenado em processo criminal, com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público deste Município, observado o prazo de prescrição. **17.11.** Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo Edital de convocação, não se apresentar para tomar posse no prazo fixado ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo. **17.12.** Inobstante todas as disposições contidas neste Edital, sobre a posse do Candidato aprovado, os órgãos competentes aplicarão, no que couber, as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes. **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 18.1.** O período de validade deste concurso público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação de seu resultado, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período, a critério da autoridade competente. **18.2.** Durante a vigência do concurso, na hipótese de abertura de novas vagas, por vacância ou necessidade do Órgão, ficam considerados, os candidatos classificados que excederem a quantia de vagas neste Edital, como **Cadastro de Reserva,** obedecida rigorosamente, a ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei. **18.3.** A impugnação administrativa e/ou judicial a este Edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos. **18.4.** Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação neste concurso público, valendo para este fim, a publicação efetuada no Diário Oficial estabelecido no item 1.3 deste Edital **18.5.** A verificação, em qualquer época, de declaração ou apresentação de documento falso ou a prática de ato doloso pelo Candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais cabíveis. **18.6.** A **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia**, através da **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO,** fará divulgar, sempre que necessário, editais complementares referentes ao presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do Candidato acompanhar tais publicações. **18.7.** Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos: **ANEXO I -** Quadro de Cargos, com as respectivas vagas; **ANEXO II -** Conteúdo Programático das Provas Escritas e Práticas;

ANEXO III - Modelo de Requerimento de Inscrição de Pessoa com Deficiência-PcD; **ANEXO IV -** Modelo de Requerimento de Pontuação de Títulos e **ANEXO V –** Atribuições básicas dos cargos; e **ANEXO VI –** Relação de Exames Médicos. **18.8.** Quaisquer informações sobre este concurso público poderão ser obtidas nos dias úteis, durante o período do concurso, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00, na sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (65) 3352-1135 / 3352-1135-1122 / 3352-1139. **18.9.** No site da ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso/, o Candidato poderá obter a íntegra deste Edital e demais Editais Complementares, podendo consultar ainda, os locais de realização das provas escritas, entre outras informações necessárias ao conhecimento do andamento deste concurso. **18.10.** Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO.**

Nova Marilândia/MT, 19 de setembro de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT

KARINE DE SOUZA FERREIRA PIOVEZAN

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS

Cód. Cargo	Nome do Cargo	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Vagas	Vagas Port. Nec. Espec.	Nº vagas Classificatórias	Carga Horária semanal	Venc. Base (R$)	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	Local de Trabalho
01	Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	CR	-	-	40h	1.500,00	75,00	No Município
02	Agente de Fiscalização Tributaria	Ensino Médio Completo	2	-	-	40h	1.500,00	75,00	No Município
03	Biomédico	Superior Completo em Biomedicina + Registro no Conselho de Classe	1	-	-	40h	3.000,00	120,00	Secretaria de Saúde
04	Enfermeiro	Superior Completo em Enfermagem + Registro no Conselho de Classe	CR	-	-	40h	4.629,29	120,00	Secretaria de Saúde
05	Fisioterapeuta	Superior Completo em Fisioterapia + Registro no Conselho de Classe	1	-	-	30h	2.500,00	120,00	Secretaria de Saúde
06	Motorista Categoria C	Ensino Fundamental Completo + Carteira de Habilitação C + Curso de Transporte Coletivo de Passageiros	1	-	15	40h	1.600,00	50,00	No Município
07	Motorista Categoria D	Ensino Fundamental Completo + Carteira de Habilitação D + Curso de Transporte Coletivo de Passageiros	3	-	25	40h	1.600,00	50,00	No Município
08	Motorista/Saúde	Ensino Fundamental Completo + Carteira de Habilitação D + Primeiros Socorros	1	-	15	40h	1.600,00	50,00	Secretaria de Saúde
09	Nutricionista	Superior Completo em Nutrição + Registro no Conselho de Classe	1	-	-	30h	2.468,96	120,00	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
10	Odontólogo	Superior Completo em Odontologia + Registro no Conselho de Classe	1	-	-	40h	3.500,00	120,00	Secretaria de Saúde
11	Operador de Maq. Pesada - Escavadeira Hidráulica - PC	Ensino Fundamental Completo + Carteira de Habilitação Cat. C. + Curso de Máquina Pesada Escavadeira Hidráulica P/C	1	-	15	40h	2.500,00	50,00	Secretaria de Infraestrutura
12	Operador de Máquinas II - Trator Pneu	Ensino Fundamental Completo + Carteira de Habilitação Cat. C	1	-	15	40h	1.500,00	50,00	Secretaria de Infraestrutura
13	Operador de Retroescavadeira Pneu	Ensino Fundamental Completo + Carteira de Habilitação Cat. C	1	-	15	40h	1.700,00	50,00	Secretaria de Infraestrutura
14	Prof. Letras Inglês	Superior Completo em Letras Inglês	1	-	-	30h	2.762,25	120,00	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
15	Prof. Letras Português	Superior Completo “Formação Especifica em Letras Português”	1	-	-	30h	2.762,25	120,00	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
16	Prof. Matemática	Superior Completo - Formação Especifica em Matemática”	1	-	-	30h	2.762,25	120,00	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
17	Prof. Pedagogia	Superior Completo - “Formação Especifica em Pedagogia”	5	-	-	30h	2.762,25	120,00	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
18	Psicólogo	Superior Completo em Psicologia + Registro no Conselho de Classe	1	-	-	40h	3.703,45	120,00	No Município
19	Técnico em Enfermagem	Curso Completo em Técnico em Enfermagem + Registro no Conselho de Classe	5	-	-	40h	1.591,77	75,00	Secretaria de Saúde

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGOS: 06-Motorista Categoria C; 07-Motorista Categoria D; 08-Motorista/Saúde; 11-Operador de Maq. Pesada – Escavadeira Hidráulica – PC; 12-Operador de Máquinas II - Trator Pneu; e 13-Operador de Retroescavadeira Pneu.

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica.

MATEMÁTICA: Conjuntos numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais; Operações no conjunto dos números Reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; Múltiplos e divisores de um número Real; Máximo Divisor Comum (MDC) e Mínimo Múltiplo Comum (MMC) de um número natural; Grandezas e medidas: definição de grandezas, medidas de comprimento, de superfície, de capacidade, de volume, de massa e de tempo; transformações de unidades de medida; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Geometria plana: classificação dos polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), área e perímetro de polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), Trigonometria no triângulo retângulo; Equações do 1º grau; Sistema de equações do 1º grau; Equações do 2º grau; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Introdução à estatística: gráficos, média aritmética, média aritmética ponderada; Resolução de problemas no conjunto dos números Reais.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado de Mato Grosso e do Município; As regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos; História do Brasil: Período Getulista; A Revolução de 1930; O Governo Constitucional; O Governo Ditatorial; Nacionalismo e Trabalhismo; O Fim do Estado Novo e a Volta de Getúlio Vargas (1945 – 1954); Ditadura Militar: Instalação do Regime Militar, os Governos Militares; O Milagre Econômico; A Alta da Inflação e da Dívida Externa; A Divisão do Estado de Mato Grosso. Brasil Contemporâneo: O Fim da Ditadura Militar, o Governo de Sarney (1985 – 1990), o Governo de Collor (1990-1992), o Governo de Itamar Franco (1992-1994), o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os governos da Presidente Dilma Rousseff e do Presidente Michel Temer; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais do País, do Estado e do Município de Nova Marilândia/MT.

PROVAS PRÁTICAS:

CARGO: 06-Motorista Categoria C: serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato relativos a máquina relacionada ao respectivo cargo, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento. **Este cargo tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação-CNH "C" VÁLIDA, sob pena de não poder realizar a prova prática sendo assim eliminado do concurso público.**

CARGO: 07-Motorista Categoria D: serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato relativos a máquina relacionada ao respectivo cargo, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento. **Este cargo tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação-CNH "D" VÁLIDA, sob pena de não poder realizar a prova prática sendo assim eliminado do concurso público.**

CARGO: 08-Motorista/Saúde: serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato relativos a máquina relacionada ao respectivo cargo, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento. **Este cargo tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação-CNH "D" VÁLIDA, sob pena de não poder realizar a prova prática sendo assim eliminado do concurso público.**

CARGO: 11-Operador de Maq. Pesada – Escavadeira Hidráulica – PC; 12-Operador de Máquinas II - Trator Pneu; e 13-Operador de Retroescavadeira Pneu: serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato relativos a máquina relacionada ao respectivo cargo, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento. **Este cargo tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação-CNH "C" VÁLIDA, sob pena de não poder realizar a prova prática sendo assim eliminado do concurso público.**

NÍVEL MÉDIO COMPLETO

CARGOS: 01-Agente Administrativo; 02-Agente de Fiscalização Tributária; e 19-Técnico em Enfermagem.

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica. Interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Grafia da palavra Porquê. Concordâncias Nominal e Verbal. Crase. Pontuação. Semântica: Sinônimo e Antônimo, Período Composto por Coordenação e Subordinação.

MATEMÁTICA: Conjuntos numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais; Operações no conjunto dos números Reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; Múltiplos e divisores de um número Real; Máximo Divisor Comum (MDC) e Mínimo Múltiplo Comum (MMC) de um número natural; Grandezas e medidas: definição de grandezas, medidas de comprimento, de superfície, de capacidade, de volume, de massa e de tempo; transformações de unidades de medida; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Geometria plana: ângulos, classificação dos polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), área e perímetro das figuras geométricas planas (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), Trigonometria no triângulo retângulo; Equações do 1º grau; Sistema de equações do 1º grau; Equações do 2º grau; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Introdução à estatística: gráficos, média aritmética, média aritmética ponderada; Resolução de problemas no conjunto dos números reais Reais; Função Polinominal do 1o e 2oGraus; Função Modular; Função Exponencial (logaritmos); Progressões Aritmética e Geométrica; Matrizes; Determinantes; Sistemas Lineares; Teoria das Probabilidades; Equações Polinomiais; Relações de Triângulos Quaisquer; Geometria Espacial: Retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações); Geometria Analítica: Estudo Analítico do Ponto, da Reta e da Circunferência (elementos e equações). Números Complexos: Operações. Forma algébrica e trigonométrica.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado de Mato Grosso e do Município; Globalização; Blocos Econômicos; A Crise na América Latina; Problemas Ambientais; A Crise no Oriente Médio; As Políticas Populistas de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; Governos Militares: Direitos Políticos Censurados e Anulados; A Ocupação do Interior de Mato Grosso por Empresas Colonizadoras; Nova República: A Nova Constituição, Taxas de Inflação Elevadas, os vários Planos Econômicos: Plano Cruzado, Plano Collor, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Real, a Corrupção, A Estabilidade da Economia, A Divisão de Mato Grosso e Crescimento de Mato Grosso da Década de 80 aos dias atuais. Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais Atuais do Mundo, País, Estado e do Município de Nova Marilândia/MT.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

CARGO: 01-Agente Administrativo: Conhecimento de legislação: serão cobrados conhecimentos básicos sobre princípios constitucionais, princípios administrativos e lei orgânica municipal; Conhecimento em informática: de Sistemas Operacionais (Windows, Linux); Noções gerais do pacote Office; Software Livre; Noções de rede, impressão em rede, dispositivos de armazenamento e transporte de dados; Manipulação de arquivos através do Windows Explorer (Encontrar arquivos, copiar, apagar, renomear, recuperar apagados); Funções de Sistema (Painel de Controle e configurações); Editor de texto; Utilização de Mala Direta; Impressão; Planilhas eletrônicas: Elaboração de fórmulas simples; Uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos; Utilização de gráficos; Impressão; conhecimentos básicos de Internet e Intranet; Envio e recebimento de E-mails, segurança digital, antivírus, firewall, backup; Conhecimentos básicos de Hardware.

CARGO: 02-Agente de Fiscalização Tributária: Conhecimentos básicos em Direito Administrativo, Legislação Tributária Municipal. Conhecimentos básicos sobre Constituição Federal: Emendas Constitucionais nº 19 e 20, de 04/06/98 e 15/12/98 - Const. Federal – art. 19 do ADCT - Const. Federal – Capítulo I do Título II – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: art.5º - Const. Federal – Capítulo II do Título II – Dos Direitos Sociais – art. 6º e 7º - Const. Federal – Capítulo IV do Título III – Dos Municípios: art 29 a 31 - Const. Federal – Capítulo VII do Título III – Da Administração Pública: art. 37 a 40. Código Tributário Nacional: Crédito Tributário – Conceitos, características. Constituição, modalidades de lançamento, suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios. Receita Pública e Despesa Pública: Conceitos, classificações quanto à natureza, quanto à repercussão patrimonial e quanto à categoria econômica. Características por grupos, por elementos e fases. Noções de tributos municipais, tributos estaduais e tributos federais, IPTU, ICMS, IRPJ, IRPF, IPVA, ISSQN, IVV, ITR, ITBI, IPI, periodicidade dos impostos, contribuição de melhorias. Ética profissional. Noções básicas de administração pública municipal de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia-MT. Conhecimento em informática: de Sistemas Operacionais (Windows, Linux); Noções gerais do pacote Office; Software Livre; Noções de rede, impressão em rede, dispositivos de armazenamento e transporte de dados; Manipulação de arquivos através do Windows Explorer (Encontrar arquivos, copiar, apagar, renomear, recuperar apagados); Funções de Sistema (Painel de Controle e configurações); Editor de texto; Utilização de Mala Direta; Impressão; Planilhas eletrônicas: Elaboração de fórmulas simples; Uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos; Utilização de gráficos; Impressão; conhecimentos básicos de Internet e Intranet; Envio e recebimento de E-mails, segurança digital, antivírus, firewall, backup; Conhecimentos básicos de Hardware.

CARGO: 19-Técnico em Enfermagem: Processo de trabalho em Enfermagem. Ética e Legislação em Enfermagem. Registros de Enfermagem. Fundamentos básicos do cuidado em Enfermagem: Preparo e administração de medicamentos e suas legislações; Interações medicamentosas; Nebulização, oxigenioterapia e aspiração das vias aéreas superiores; Cuidados com cateterismo vesical; Cuidados com sondas nasogástrica e nasoenteral; Cuidados com drenos; Tratamento de feridas; Sinais vitais; Processamento de artigos hospitalares; Medidas de higiene e conforto; Processamento de artigos e superfícies hospitalares; Manuseio de material estéril. Segurança no ambiente de trabalho: Controle de infecção hospitalar e normas de biossegurança; NR 32/2005 – Saúde e Segurança Ocupacional em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde e suas atualizações; Riscos e acidentes ocupacionais e suas formas de prevenção; Ergonomia; Medidas de proteção à saúde do trabalhador; Organização do ambiente e da unidade hospitalar; Programa nacional de imunização. Cuidados de Enfermagem a clientes com distúrbios: oncológicos, respiratórios, cardiovasculares, neurológicos, hematológicos, gastrintestinais, geniturinários, endócrinos, metabólicos hidroeletrolíticos, ginecológicos, obstétricos e de locomoção. Concepções sobre o processo saúde-doença. Cuidados de Enfermagem em urgência e emergência. Cuidados de Enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Políticas de Saúde no Brasil. Cuidados de Enfermagem em Saúde Mental. Medidas de Educação em saúde. Noções de Epidemiologia geral e regional. Assistência à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do homem, do idoso e do trabalhador. Prevenção de doenças infectocontagiosas. Estratégia de Saúde da Família.

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

CARGOS: 03-Biomedico; 04-Enfermeiro; 05-Fisioterapeuta; 09-Nutricionista; 10-Odontólogo; 14-Prof. Letras Inglês; 15-Prof. Letras Português; 16-Prof. Matemática; 17-Prof. Pedagogia; e 18-Psicólogo.

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto verbal e/ou não verbal, literário e/ou não literário; Tipologia textual; Funções da linguagem; Coesão e Coerência; Sintaxe: frase, oração, período (termos de orações), concordância verbal e nominal; Morfologia: Classes de palavras, letras e formas; Pontuação; Acentuação gráfica; Ortografia; Semântica; Noções de literatura (conceito e linguagem literária: figuras de linguagem); emprego da Crase; significação das palavras; empregos das classes de palavras.

CONHECIMENTOS GERAIS: Conhecimentos sobre fatos atuais no mundo, no País, no Estado de Mato Grosso e do Município; Conhecimentos sobre fatos históricos do País, do Estado e do Município; Globalização e Blocos Econômicos; Problemas Ambientais Regionais; As Crises Mundiais Econômicas e Militares; História Política do Brasil e seus governos; Milagre Econômico, Períodos Inflacionários, Dívida Externa, Planos Econômicos no Brasil, A Estabilidade da Economia, A Divisão de Mato Grosso; O Crescimento de Mato Grosso nas Décadas 80 e 90; O Fim da Ditadura Militar e os Governos democráticos. Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais do Município de Nova Marilândia-MT.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

CARGO: 03-Biomedico: Princípios e técnicas de microscopia. Técnicas de análise citológica e histológica. Biologia Celular e Molecular: Princípios básicos de biologia celular e molecular; Técnicas laboratoriais empregadas em genética e biologia molecular. Preparação de soluções e tampões empregados em análises clínicas. Princípios e técnicas laboratoriais de análise toxicológica. Princípios e métodos para isolamento e identificação de microrganismos. Diagnóstico laboratorial dos distúrbios hematológicos. Métodos laboratoriais aplicados às dosagens bioquímicas. Dosagens hormonais. Imunoensaios. Diagnóstico laboratorial das parasitoses humanas. Análise e processamento dos líquidos cavitários humanos. Coleta e conservação de amostras biológicas. Biossegurança em laboratórios de análises clínicas. Controle de qualidade dos exames laboratoriais. Fundamentos em biotecnologia. Métodos de análise e produção de bioderivados. Princípios de imagenologia. Fundamentos técnicos de análises ambientais e bromatológicas. Código de ética e legislação do profissional Biomédico.

CARGO: 04-Enfermeiro: Sistema Único de Saúde (SUS). Administração aplicada à Enfermagem: gerência e liderança. Ética e Legislação em Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Fundamentos básicos do cuidado em Enfermagem. Cuidados de Enfermagem com o ambiente, o cliente e o trabalhador: Controle de infecção hospitalar e normas de biossegurança; Assistência de enfermagem na prevenção de doenças infecto-parasitárias e crônico-degenerativas; Riscos e acidentes ocupacionais e suas formas de prevenção; Ergonomia; Medidas de proteção à saúde do trabalhador; Programa nacional de imunização. Doenças relacionadas ao trabalho e sua prevenção. Assistência de Enfermagem a clientes com distúrbios:

oncológicos, respiratórios, cardiovasculares, neurológicos, hematológicos, gastrintestinais, geniturinários, endócrinos, metabólicos, hidreletrolíticos, ginecológicos, obstétricos e de locomoção. Processo saúde-doença. Enfermagem em urgência e emergência. Assistência de Enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Segurança do paciente e Qualidade do Cuidado. Políticas de Saúde no Brasil. Saúde Mental. Educação em saúde. Epidemiologia geral e regional. Assistência à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do homem, do idoso e do trabalhador. Estratégia da Saúde da Família.

CARGO: 05-Fisioterapeuta: Fisioterapia geral: efeitos fisiológicos, indicações e contraindicações, indicações de termoterapia; fototerapia; massoterapia; cinesioterapia; hidrocinesioterapia; eletroterapia; avaliação funcional - biomecânica. Fisioterapia aplicada em traumatologia: fraturas; luxações; entorses; distensões; lesões ligamentares; artroplastias; ligamentoplastias patológicas. Fisioterapia em Reumatologia: bursites; tenossinovites; tendinites; osteoporose; artrose; artrites em geral; febre reumática; algias vertebrais; DORTs (LER). Fisioterapia em ortopedia: luxação congênita de quadril; pé tortocongênito; deformidades da coluna vertebral; deformidades adquiridas nos pés e joelhos; doenças de Osgood-Schlater. Fisioterapia em neurologia: acidente vascular cerebral; lesões medulares; paralisia. Diretrizes do SUS e Pacto pela Vida. Legislação: Leis Federais: nº 8.080/1990, nº 8.142/1990 e Decreto Lei nº 938 de 13 de outubro de 1969. Código de Ética profissional.

CARGO: 9-Nutricionista: Princípios de nutrição: nutrientes: definição, propriedades, funções, digestão, absorção, metabolismo e fontes alimentares. Controle de peso. Erros inatos do metabolismo. Nutrição materno-infantil: alimentação da gestante (adolescente e adulta); alimentação da nutriz; Lactação, Leite humano e considerações nutricionais; Alimentação do lactente (aleitamento natural, artificial e misto). Alimentação da criança no primeiro ano de vida, pré-escolar. Técnica diabética: conceitos, objetivos, relevância. Alimentos: conceito, classificação e composição química. Caracteres organolépticos: seleção, conservação e custo; pré-preparo e preparo dos alimentos: operações preliminares de divisão, operações para união, perdas e fator de correção, métodos e técnicas de cocção. Planejamento de cardápios e requisição de gêneros alimentícios. Administração de serviços de nutrição: estrutura administrativa de serviços: características, objetivos, planejamento, organização, comando, controle, avaliação; unidades do serviço de nutrição: funcionamento e controle; material e equipamento; administração de pessoal; orçamento e custos. Nutrição e saúde pública: diagnóstico do estado nutricional de populações; nutrição e infecções; epidemiologia da desnutrição. Nutrição Normal, Dietoterapia, Avaliação Nutricional, Nutrição Enteral e Parenteral, IDR, Nutrição Materno Infantil, Administração de Serviços de Alimentação, Imunonutrição, Produção de Lactário, Higiene dos Alimentos, Tecnologia dos Alimentos, Técnica Dietética, Microbiologia, Bromatologia e Lei n° 8.234 de 17 de setembro de 1991. Código de Ética profissional.

CARGO: 10-Odontólogo: Processo Saúde-doença: Epidemiologia; Conceito; Levantamentos epidemiológicos em saúde bucal. Biossegurança: Assepsia, desinfecção, esterilização, antissepsia; Acidentes de trabalho. Farmacologia: Farmacologia e terapêutica medicamentosa. Cariologia: Etiopatogenia, prevenção e tratamento. Dentística: Preparos cavitários; Proteção do complexo dentino-pulpar; Materiais restauradores diretos e indiretos; Lesões não cariosas. Periodontia: Diagnóstico; Prevenção das doenças periodontais; Periodontia médica (inter-relação com as doenças cardiovasculares, gravidez, diabete mellitus, tabagismo); Tratamento supragengival (raspagem, alisamento, polimento e manutenção); Controle químico e mecânico da placa bacteriana; Gengivite, periodontite. Estomatologia: Diagnóstico e tratamento de lesões de tecido mole e duro; Lesões cancerizáveis, câncer bucal; Semiologia e patologia oral. Endodontia: Alterações pulpar e periapical; Diagnóstico e tratamento em endodontia. Radiologia: Técnicas intraorais; Método de localização radiográfica; Aspecto radiográfico das lesões pulpares e periapicais. Anestesia odontológica: Técnicas, acidentes e complicações; Anatomia aplicada à anestesiologia; Farmacologia dos anestésicos locais. Prótese: Diagnóstico, planejamento e tratamento. Odontopediatria: Semiologia e diagnóstico; Traumatismo bucodentário; Práticas preventivas e restauradoras; Técnica de restauração atraumática. Urgência e Emergência: Urgência em Odontologia; Trauma dental, hemorragia, pericoronarite, abcessos dentoalveolares, pulpite e alveolite; Suporte básico de vida. Lei do Exercício Profissional: Prontuário odontológico; Receitas; Atestados; Código de ética odontológico. Cirurgia: Princípios cirúrgicos; Planejamento e técnicas cirúrgicas; Cirurgia dos dentes inclusos ou impactados; Complicações pós-cirúrgicas. Atenção à Saúde: Atenção básica em Odontologia; Pessoas com necessidades especiais; Coagulopatias hereditárias; Pacientes grávidas ou com doenças crônicas. Odontogeriatria: Alterações sistêmicas com comprometimento bucal no idoso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS AS CARGOS DE PROFESSOR: O Professor: Concepções da aprendizagem e do ensino escolar mais habitual entre os docentes; Os mecanismos, técnicas e instrumentos de exercício do poder na relação professor-aluno, tanto em seus aspectos mais concretos quanto em seus aspectos simbólicos; Relação teoria x prática: momentos constitutivos de uma mesma totalidade; Plano de aula: como elaborar?; Estrutura da aula; A Avaliação: A Avaliação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96; A Avaliação mediadora e prática de ensino; Contribuições da teoria Piagetiana à perspectiva mediadora; As três avaliações: diagnóstica, formativa e somativa; Avaliação como instrumento de poder; Processo de Recuperação de alunos ou de conteúdos?; A avaliação no cotidiano escolar; A construção do fracasso escolar; Visão do erro numa perspectiva construtivista no contexto escolar.

CARGO: 14-Prof. Letras Inglês: Modelos representacionais e derivacionais; Relações de interface; Interação entre morfologia e sintaxe; Estrutura argumental e realização sintática; A noção de categoria em sintaxe; Testes de constituência; Prosódia; Primitivos de análise fonológica; Processos fonológicos; Representação e realização. **Língua Portuguesa**: Norma, diversidade e ensino; Variação e mudança; Teoria da variação linguística; Variação linguística no português do Brasil; Método e dado na Teoria Variacionista; Processos de referenciação; O texto e o sujeito da enunciação; Gêneros discursivos e tipos textuais; A articulação do texto; Texto, textualidade e discurso. **Gramática tradicional**: Perfil histórico dos estudos gramaticais. Conceitos de gramática. Organização das principais gramáticas normativas do português, **Morfologia e sintaxe do português**: gramática normativa x ruptura Classes de palavras: perspectiva tradicional e inovações. Tradição e ruptura no estudo da formação e estrutura das palavras. Tradição e ruptura na análise da sintaxe do português, **Gramática normativa e norma culta escrita:** Correção gramatical e ortografia. Gramática normativa e desenvolvimento da escrita padrão. Adequação linguística**. Literatura**. A dimensão estética da linguagem; instâncias de produção e de legitimação da produção literária; pactos de leitura: leitor e obra; a literatura e sua história: paradigmas estéticos e movimentos literários em língua portuguesa; teatro e gênero dramático; romance, novela, conto e gêneros narrativos; poema e gêneros líricos; intertextualidade e literatura. O ensino do vocabulário e da gramática da língua inglesa; Inglês escrito e falado: contrastes principais; Conteúdo léxico-gramatical; Verbos: tempo, voz, aspecto e modo; Verbos preposicionados; Discurso direto e relatado; Substantivos, pronomes, artigos, adjetivos, possessivos, numerais; A metodologia de Língua Estrangeira; Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; O ensino de língua para a comunicação; dimensões comunicativas no ensino de inglês; construção da leitura e escrita da Língua Estrangeira; a escrita e a linguagem oral do Inglês; a natureza sociointeracional da linguagem; o processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

CARGO: 15-Prof. Letras Português: Variação Linguística, Norma e Ensino da Língua. Modalidades, variedades, registros; concepções de gramática: normativa ou prescritiva, descritiva, internalizada; diferenças entre padrões do oral e do escrito; norma culta; conexão entre orações e períodos: parataxe, coordenação e subordinação. Literatura. A dimensão estética da linguagem; instâncias de produção e de legitimação da produção literária; pactos de leitura: leitor e obra; a literatura e sua história: paradigmas estéticos e movimentos literários em língua portuguesa; teatro e gênero dramático; romance, novela, conto e gêneros narrativos; poema e gêneros líricos; intertextualidade e literatura. Práticas de Leitura e de Produção de Texto. O texto como unidade de sentido: mecanismos de coesão e fatores de coerência; texto e leitor: procedimentos de leitura; tipos de atividades de escrita (transcrição, reprodução, paráfrase, resumo, decalque, criação). Linguagem, Interlocução e Dialogismo. Língua e linguagem: função simbólica (representação de mundo) e função comunicativa (interação social, ação linguística); dimensões da linguagem (semântica, gramatical e pragmática); discurso e texto; texto e elementos constitutivos do contexto de produção; gêneros do discurso: estrutura, sequências discursivas predominantes e marcas linguísticas recorrentes, dialogia e intertextualidade.

CARGO: 16-Prof. Matemática: Matemática, Sociedade e Currículo: Currículos de Matemática e recentes movimentos de Reforma. Os objetivos da Matemática na Educação Básica. Seleção e organização dos conteúdos para o Ensino Fundamental e Médio. Tendências em Educação Matemática (resolução de problemas, modelagem, etnomatemática, história da matemática e mídias tecnológicas). Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. Álgebra; Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. Espaço e Forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabelas.

CARGO: 17-Prof. Pedagogia: Legislação Educacional: A Educação na Constituição Federal; O Estatuto da Criança e do Adolescente. PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola); PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais); Os Projetos de Trabalho; Competências e práticas sociais; A transferência e a integração dos conhecimentos; O Sujeito cognoscente; O desenvolvimento infantil nos aspectos: Intelectuais, Sociais e Emocionais; A Escola e o desenvolvimento do pensamento; Desenvolvimento e Aprendizagem; Pensamento e Linguagem; Processos de Socialização; Psicologia genética: estudo do desenvolvimento das estruturas cognitivas da criança e do adolescente e em suas implicações prático-pedagógicas; Organização dos esquemas; Inteligência: uma ou múltiplas; Conhecimentos prévios; Variáveis afetivas; Variáveis socioeconômicas; Formas de pensar o desenho infantil; Desenvolvimento do grafismo infantil; O corpo e o grupo na escola; A formação do pensamento lógico matemático; Eco pedagogia - Educação planetária; A Ciência e o desenvolvimento do pensamento científico; Alfabetização como processo de conquista da autonomia; A alfabetização como um ato criador - Tema Gerador; Letramento; A criança e o adolescente em exercício do poder - Seus recursos, suas armas. A violência simbólica, a violência física. A submissão. O medo e a incompreensão. Concepções de Educação: O paradigma educacional emergente; Mudança na missão da escola; Currículo em ação; Educação: um diálogo aberto; A importância do contexto; Inter e transdisciplinaridade; Instrumentações eletrônicas e redes temáticas.

CARGO: 18-Psicólogo: Desenvolvimento humano: As diferentes fases da vida: infância, adolescência e juventude, idade adulta e velhice; Desenvolvimento cognitivo; Desenvolvimento afetivo; Desenvolvimento social; Desenvolvimento moral. Teorias e técnicas psicoterápicas. Estratégias de Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico. Psicopatologia: Compreensão e classificação dos transtornos mentais e comportamentais segundo o CID 10; História da classificação e tratamento dos transtornos mentais e reforma psiquiátrica. Psicologia e Políticas Públicas em Educação: Psicologia Escolar; A construção do diálogo escola-família-estudante; As dificuldades e os distúrbios de aprendizagem; Modos de atuação e prevenção do fracasso e da evasão escolar. Psicologia e Políticas Públicas em Saúde Mental: A atuação do Psicólogo no serviço público; A Psicologia, o SUS e a interdisciplinaridade; A Estratégia de Saúde da Família e a Psicologia; Reabilitação psicossocial e rede substitutiva em saúde mental; O paradigma da redução de danos. Psicologia e Políticas Públicas na Assistência Social: Psicologia e Políticas de Proteção Social; Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Psicologia; Norma Operacional Básica do SUAS; Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Pesquisas em Psicologia. Psicologia organizacional e do Trabalho e Saúde mental do trabalhador. Resoluções do Conselho Federal de Psicologia e Código de Ética Profissional do Psicólogo.

ANEXO III

REQUERIMENTO INSCRIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA-PcD – CONCURSO 001/2018

Nome do Candidato: _____

Cargo: _____

O Candidato supracitado, vem por através deste **REQUERER VAGA ESPECIAL COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS:

- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:

- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL(discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário)

_____
_____
_____

Declaro, para os devidos fins, que sou pessoa com deficiência, conforme acima mencionado, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde do Município de Nova Marilândia, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

_____, ___ de _____ de _____

_____

Assinatura Candidato

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

CONCURSO 001/2018

Requerente:_____

Cargo:_____Código do cargo:_____

N.º RG_____N.º CPF:_____

Requeiro a atribuição de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Item 13.1 do Edital n.º 001/2018, LETRA_____ para fins de classificação no Concurso Público.

(Obs.: Os títulos constantes do item 13.1 **não são cumulativos entre si,** sendo considerado somente o de maior pontuação. Só serão considerados os títulos que tiverem correlação com a respectiva área de atuação do cargo.)

Nestes termos peço deferimento.

_____, ____ de _____ de____

_____

Assinatura do Requerente

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao item 13.1 do Edital do Concurso Público n.º 001/2018.

Deferimos o requerimento;

Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Presidente da Comissão Membro Comissão Membro Comissão

_____ _____ _____

Membro Comissão Membro Comissão Membro Comissão

ANEXO V

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS CARGOS

CARGO: 01-Agente Administrativo:

Compreende as atividades inerentes aos cargos que se destinam a executar e coordenar tarefas de apoio administrativo, caracterizados por ações de alguma complexidade, exigindo conhecimento de processador de textos e de planilha eletrônica e domínio de conceitos mais amplos.

CARGO: 02-Agente de Fiscalização Tributária

Fazer o cadastro tributário, fiscalização; lançamento dos créditos tributários; cobrança dos tributos municipais; fazer e aplicar notificações e encaminhar aos contribuintes; proceder a avaliação de bens, verificar a correta aplicação do Código de Postura do Município, emitir laudos, aplicar auto de infração administrativa, fazer toda e qualquer tipo de fiscalização do município que for requerida pela autoridade superior.

CARGO: 03-Biomedico:

Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e executar as atividades do Laboratório Municipal, enviar informações virtuais por meio de sistemas de informação ao ministério da Saúde, coordenar e monitorar a equipe de técnicos de laboratório, realizar toda e qualquer coleta de materiais e amostras biológicas para realização dos mais diversos exames, realizar, analisar e interpretar exames de análises clínicas, processamento de sangue e sorologias, emitir e assinar laudos/resultados de exames, manter o bom funcionamento dos equipamentos do laboratório, realizar coleta de amostra em domicílio sempre que solicitado, atuar em equipe multidisciplinar, realizar e promover educação em saúde a nível individual ou coletivo e a critério da SMS poderá ser nomeado (a) responsável técnico (a) da referida estrutura sem necessidade de remuneração.

(alterado pela Lei Complementar Municipal 807/2018 de 08 de agosto de 2018).

CARGO: 04-Enfermeiro:

Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e executar os programas da atenção básica da UBS, enviar informações virtuais por meio de sistemas de informação ao Ministério da Saúde, realizar, acompanhar e executar atividades/procedimentos de enfermagem em visitas domiciliares e atendimentos em zona rural, executar plantões noturnos, diurnos, finais de semana e feriados no Pronto Atendimento Municipal, estar preparado sempre que solicitado para realizar acompanhamento de pacientes em regulações, supervisionar, coordenar e monitorar a equipe de técnicos de enfermagem a agentes comunitários de saúde, realizar a administração de vacinas, realizar eletrocardiogramas e coletas de CCO, atuar em equipe multidisciplinar, administrar medicamentos, realizar curativos e passagem de sondas uretrais e nasogástricas, relatar em prontuário, desenvolver ações preventivas em nível individual e coletivo, executar junto à vigilância em saúde processos de investigação, notificar doenças em formulários específicos e manter o sigilo de informações que envolvam o diagnóstico de pacientes. Na UBS e PAM a critério da SMS poderá ser nomeado (a) responsável técnico (a) da referida estrutura sem ônus a municipalidade.

(alterado pela Lei Complementar Municipal 807/2018 de 08 de agosto de 2018).

CARGO: 05-Fisioterapeuta:

Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e executar as atividades do Centro de Fisioterapia, enviar informações virtuais por meio de sistemas de informação ao ministério da Saúde, traçar plano e preparar ambiente terapêutico, indicar conduta terapêutica, prescrever adaptar atividades, realizar avaliação funcional, elaborar o fisiodiagnóstico com o objetivo de detectar as alterações, analisar os aspectos sensório-motores, avaliar funções neuropsicomotor, neuro-musculo-esquelética, sensibilidade, dolorosas, motricidade geral, habilidades motoras e alterações posturais, realizar visitas domiciliares e atendimento em zona rural, atuar em equipe multidisciplinar, realizar educação em saúde a nível individual ou coletivo e a critério da SMS poderá ser nomeado (a) responsável técnico (a) da referida estrutura sem necessidade de remuneração.

(alterado pela Lei Complementar Municipal 807/2018 de 08 de agosto de 2018).

CARGOS: 06-Motorista Categoria C; 07-Motorista Categoria D; e 08-Motorista/Saúde (Cat. D)**:**

Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros eletivos ou graves, obedecer o comando de seus superiores, recolher os veículos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente, manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue, encarregar-se do transporte e entrega de correspondência que lhe for confiada, promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo, verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção, verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus, caso o motorista lotado na Secretaria de Saúde, auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas, e até mesmo imobilizações caso tenha o curso de APH, auxiliar de Portadores de Necessidades Especiais (PNES), idosos, pessoas doentes, no embarque e desembarque do veículo, bem como acomodação de cadeiras de rodas, muletas e outros, tratar os passageiros com respeito e urbanidade e manter atualizado o documento de habilitação profissional.

CARGO: 09-Nutricionista:

Realizar a avaliação, diagnóstico e monitoramento nutricional do escolar, com base nas recomendações e necessidades nutricionais específicas.

Identificar escolares ou estudantes com doenças e deficiências associadas à nutrição, para atendimento por meio de cardápio específico e encaminhamento para assistência nutricional adequada.

Elaborar os cardápios de acordo com as necessidades nutricionais, com base no diagnóstico de nutrição da clientela, adequando-os à faixa etária e respeitando os hábitos alimentares regionais, culturais e étnicos.

Planejar e supervisionar as atividades de seleção de fornecedores e procedência dos alimentos.

Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas, mantendo-o atualizado.

Implantar e supervisionar Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) e métodos de controle de qualidade de alimentos, em conformidade com a legislação vigente.

Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência social, ecológica e ambiental.

Elaborar e implantar fichas técnicas das preparações, mantendo-as atualizadas.

Implantar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição e transporte de refeições e/ou preparações.

Realizar teste de aceitabilidade de preparações/refeições.

Elaborar informação nutricional do cardápio e/ou preparações, contendo valor energético, ingredientes, nutrientes e aditivos que possam causar alergia ou intolerância alimentar.

Elaborar relatórios técnicos de não conformidades, impeditivas da boa prática profissional e que coloquem em risco a saúde humana, encaminhando-os ao superior hierárquico e às autoridades competentes, quando couber.

Realizar treinamento e orientação de funcionários, atuantes nas atividades relacionadas aos serviços de alimentação. Código de ética profissional.

CARGO: 10-Odontólogo:

Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e executar os programas da atenção básica da UBS, enviar informações virtuais por meio de sistemas de informação ao Ministério da Saúde, atender e orientar pacientes a executar tratamento odontológico de maneira qualificada, realizar radiografia odontológica, aplicação de anestesia, extração de dentes e tratamento de doenças gengivais, diagnosticar, avaliar, e planejar tratamento odontológico dos pacientes, supervisionar, coordenar e monitorar a equipe de técnicos de higiene bucal, atuar em equipe multidisciplinar, desenvolver ações preventivas em nível individual e coletivo e realizar, acompanhar e executar atividades/procedimentos odontológicos em visitas domiciliares e atendimentos em zona rural. Na UBS a critério da SMS poderá ser nomeado (a) como Coordenador (a) da Saúde Bucal Municipal sem necessidade de remuneração.

(alterado pela Lei Complementar Municipal 807/2018 de 08 de agosto de 2018).

CARGOS: 11-Operador de Maq. Pesada - Escavadeira Hidráulica – PC; 12-Operador de Máquinas II - Trator Pneu; e 13-Operador de Retroescavadeira Pneu:

O objetivo do Operador de Maquinas é desempenhar sua tarefa de forma segura e eficaz, sem comprometer sua integridade, do equipamento e de terceiros. Além da responsabilidade em relação à segurança do equipamento, é preciso ter em mente que o desenvolvimento do serviço depende do trabalho das máquinas. Além disso, é responsabilidade do operador prezar pelo bom funcionamento do equipamento, efetuando verificações periódicas dos níveis dos óleos e da água, vistoria em busca de vazamentos, trincas ou fissuras na estrutura, porcas e parafusos soltos, engraxamento das articulações.

CARGOS: 14-Prof. Letras Inglês; 15-Prof. Letras Português; 16-Prof. Matemática; 17-Prof. Pedagogia:

Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica, elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico da sua atuação, participar da elaboração do Plano Político – Pedagógico, desenvolver a regência efetiva, controlar e avaliar o rendimento escolar, executar tarefa de recuperação de alunos, participar de reunião de trabalho, desenvolver pesquisa educacional e participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade.

CARGO: 18-Psicólogo:

O trabalho do psicólogo tem natureza psicossocial, promovendo a saúde e a qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades, estando atento para a prevenção das situações de risco da pessoa, tendo como foco a garantia dos direitos do usuário. A partir da prestação de serviços psicológicos em casos de identificação de outras demandas que requeiram outros atendimentos, o profissional deve acessar outros pontos da rede de serviços públicos existentes no seu território de abrangência, fornecendo, a quem de direito, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional, compartilhando somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

CARGO: 19-Técnico em Enfermagem:

Executar os programas da atenção básica da UBS, verificar sinais vitais, administrar medicamentos, realizar curativos, verificar medidas antropométricas, realizar vacinas, acompanhar e executar procedimentos de enfermagem em visitas domiciliares e atendimento em zona rural, auxiliar médicos e enfermeiros durante a realização de procedimentos e alimentar o sistema de informação da saúde.

ANEXO VI

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames por área do cargo	Exame
Para todos os cargos	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Exame Urina (EAS); § Avaliação Psicológica; § Avaliação Postural Fisioterapeuta; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna.
Profissionais da Saúde	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Hepatite B; § HIV; § Exame Urina (EAS); § avaliação Psicológica; § avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.
Motorista de Máquinas Pesadas	§ Hemograma; § Glicemia; § Colesterol Total; § Tipagem Sanguínea; § Creatinina; § VDRL; § TGP; § Audiometria; § Exame Urina (EAS); § avaliação Psicológica; § avaliação Postural Fisioterapeuta; § Raio X do Tórax - PA e perfil e RX de coluna; § Eletrocardiograma com laudo; § Carteira de vacinação atualizada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº084/2018

SÚMULA: ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL FUNDEB .

Beatriz de Fátima Sueck Lemes, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA :

ARTIGO 1º - Ficam nomeados para representar e compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, os seguintes abaixo relacionados:

Representante do Poder Executivo

Titular: Lucimar Barbosa Martins - CPF: 27274850857

Suplente: Elizangela Francisca da Rocha - CPF: 006.641.861-57

Titular: Juvenal da Silva - CPF: 823.367.841-49

Suplente: Maria de Fátima da Silva Negrão - CPF: 38743698972

Representante dos Professores Municipais

Titular: Cleide Cristina Garcia - CPF: 726.910.189-20

Suplente: Maria Aparecida Torralbo - CPF: 76533140159

Representante dos Diretores das Escolas Publicas

Titular: Anderson Christen Tenfen - CPF: 960.447.211-91

Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Titular: Luciana Bazani - CPF: 916.658.761-15

Suplente: Adriana Bazani - CPF: 002.266.981-73

Representante dos Pais de alunos

Titular: Cirene Aparecida da Rosa - CPF: 795.415.009-78

Suplente: Mileide Dutra Mascarello - CPF: 016.083.869-02

Titular: Sandra Maria da Costa - CPF: 005.681.921-84

Suplente: Eliane Kestring dos Santos - CPF: 010.470.891-30

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Poliana Costa dos Santos - CPF: 058.813.481-33

Suplente: Irenilda de Lurdes da Silva da Costa - CPF: 616.866.971-04

Titular: Andressa dos Santos Rodrigues - CPF: 092.277.611-36

Suplente: Zoraide Barbosa - CPF: 910.892.041-91

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Ademar Boing - CPF: 602.343.009-06

Suplente: Neire Helena Nunes Rocha - CPF: 539.005.616-72

Representante do Conselho Tutelar

Titular: Reginaldo Gomes Martins - CPF: 965.046.688-68

Suplente: Angela Harmatiuk Campos - CPF: 017.625.121.90

Representante do Poder Legislativo

Titular: Julio Cesar Paranhos da Silva - CPF: 811.290.681-53

Suplente: Anderson Rodrigues dos Santos - CPF: 913.273.771-87

Titular: Eliana Klitzke Lauvers - CPF: 831.901.042-04

Suplente: Gilberto Cassimiro - CPF: 446.054.041-04

ARTIGO 2º- O prazo de validade é de 02 (dois) anos podendo ser renovado.

ARTIGO 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 19 de Setembro de 2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 271/2018

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA TANIA REGINA GUILHERME ULCHAK, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda considerando o Art. 150 da Lei Municipal nº 830/2016,bem como requerimento do servidor datado de 14 de Setembro de 2018.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica concedido a servidora pública efetiva, Tania Regina Guilherme Ulchak, no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 02(dois) anos sem remuneração.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 14 de Setembro de 2018, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 19 de Setembro de 2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 65/2017/ DEPTO/ADM/ COMPRAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 65/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465.556/0001-63, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra***BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES***, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n. 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira nº 88, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa **M R BARRETO & CIA LTDA - ME,** inscrita no **CPNJ** nº. **27.886.979/0001-01,** com sede na Rua Arlindo Nossol**, nº. 21, Bairro Centro, na cidade de Nova Monte Verde,** Estado de Mato Grosso; neste ato representada pelo Sr. **Daniel Rocha de Albuquerque**, brasileiro, maior e capaz, portador do RG 000817334 SSP/RO e CPF 820.812.982-87, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº. 65/2017/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, Aditar o Contrato Administrativo firmado em 19 de Setembro de 2017, cujo objeto trata da ***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER OS PLANTÕES NOTURNOS E DIURNOS NO REGIME DE SOBREAVISO, E REALIZAÇÃO DE EXAMES GINECOLÓGICOS E DE ULTRASONOGRAFIA NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE (IGNÁCIO KONOPKA), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO***, *para fins de prorrogação do* ***PRAZO DE VIGÊNCIA,*** *estabelecido na Cláusula Décima Segunda, parágrafo segundo.*

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO POR 30(Trinta) DIAS APARTIR DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2018, conforme solicitação apresentada pela **CONTRATADA** e aceita pela administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 19 de Setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES** **PREFEITA MUNICIPAL**	**M R BARRETO & CIA LTDA - ME**, **CNPJ: 27.886.979/0001-01** **CONTRATADA**

Testemunhas:

VANUZA APARECIDA ONOFRE TENFEN CPF: 012.818.481-74 RG: 1602658-6 SSP/*MT*	ALESSANDRA MARTA DO NASCIMENTO CPF 984.401.601-00 RG 1438360-8 SSP/MT

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

PROCESSO Nº. 4739/2018

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTES COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE PELO PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 39/2018 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 18 de Setembro de 2018, ás 08:00 horas á seguinte empresa:

EMPRESA:

Ø ***TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI, CNPJ: 14.421.118/0001-06*****,** no valor total de R$ 659.152,44 (seiscentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos),para um período de 12 meses, haja visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 19 de Setembro de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 33 - PASSAGENS TERRESTRES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 33

PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4739/2018

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa ***TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI, CNPJ: 14.421.118/0001-06***, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 39/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8. 666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTES COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE PELO PERÍODO DE 12 MESES*****,*** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 39/2018.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais participantes desse processo licitatório, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: *TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI*

CNPJ: *14.421.118/0001-06*

ENDEREÇO: Av. Governador João Ponce de Arruda, S/N, Bairro Centro-Norte, Várzea Grande - MT

Seq.	Cod.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	28588	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A COLIDER	Unid.	50	R$ 44,89	R$ 2.244,50
2	23371	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A CUIABA	Unid.	388	R$ 215,00	R$ 83.420,00
3	38573	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A GUARANTA DO NORTE	Unid.	13	R$ 82,27	R$ 1.069,51
4	48516	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A JANGADA	Unid.	3	R$ 196,30	R$ 588,90
5	48517	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A MATUPA	Unid.	5	R$ 71,50	R$ 357,50
6	23355	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A NOVA MONTE VERDE	Unid.	399	R$ 59,09	R$ 23.576,91
7	38575	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A RONDONOPOLIS	Unid.	10	R$ 271,58	R$ 2.715,80
8	38571	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A SINOP	Unid.	30	R$ 83,00	R$ 2.490,00
9	48518	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A TANGARA DA SERRA	Unid.	3	R$ 284,10	R$ 852,30
10	28590	PASSAGEM TERRESTRE DE ALTA FLORESTA A TERRA NOVA DO NORTE	Unid.	13	R$ 61,65	R$ 801,45
11	28589	PASSAGEM TERRESTRE DE COLIDER A ALTA FLORESTA	Unid.	44	R$ 44,00	R$ 1.936,00
12	23357	PASSAGEM TERRESTRE DE COLIDER A NOVA MONTE VERDE	Unid.	54	R$ 103,54	R$ 5.591,16
13	23372	PASSAGEM TERRESTRE DE CUIABA A ALTA FLORESTA	Unid.	389	R$ 218,81	R$ 85.117,09
14	23361	PASSAGEM TERRESTRE DE CUIABA A NOVA MONTE VERDE	Unid.	660	R$ 276,00	R$ 182.160,00
15	38574	PASSAGEM TERRESTRE DE GUARANTA DO NORTE A ALTA FLORESTA	Unid.	13	R$ 83,21	R$ 1.081,73
16	48519	PASSAGEM TERRESTRE DE JANGADA A ALTA FLORESTA	Unid.	3	R$ 194,12	R$ 582,36
17	48523	PASSAGEM TERRESTRE DE MATUPA A ALTA FLORESTA	Unid.	5	R$ 73,14	R$ 365,70
18	23898	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA BANDEIRANTES A NOVA MONTE VERDE	Unid.	25	R$ 20,90	R$ 522,50
19	23354	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A ALTA FLORESTA	Unid.	398	R$ 56,20	R$ 22.367,60
20	23356	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A COLIDER	Unid.	54	R$ 100,00	R$ 5.400,00
21	23360	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A CUIABA	Unid.	660	R$ 272,28	R$ 179.704,80
22	23897	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A NOVA BANDEIRANTES	Unid.	25	R$ 18,68	R$ 467,00
23	35752	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A PARANAITA	Unid.	3	R$ 75,46	R$ 226,38
24	48509	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A RONDONOPOLIS	Unid.	10	R$ 325,00	R$ 3.250,00
25	23358	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A SINOP	Unid.	63	R$ 139,66	R$ 8.798,58
26	23895	PASSAGEM TERRESTRE DE NOVA MONTE VERDE A SORRISO	Unid.	74	R$ 161,36	R$ 11.940,64

27	35753	PASSAGEM TERRESTRE DE PARANAITA A NOVA MONTE VERDE	Unid.	3	R$ 75,46	R$ 226,38
28	38576	PASSAGEM TERRESTRE DE RONDONOPOLIS A ALTA FLORESTA	Unid.	10	R$ 270,00	R$ 2.700,00
29	48510	PASSAGEM TERRESTRE DE RONDONOPOLIS A NOVA MONTE VERDE	Unid.	10	R$ 330,00	R$ 3.300,00
30	38572	PASSAGEM TERRESTRE DE SINOP A ALTA FLORESTA	Unid.	30	R$ 85,27	R$ 2.558,10
31	23359	PASSAGEM TERRESTRE DE SINOP A NOVA MONTE VERDE	Unid.	64	R$ 144,00	R$ 9.216,00
32	48520	PASSAGEM TERRESTRE DE SORRISO A ALTA FLORESTA	Unid.	5	R$ 105,52	R$ 527,60
33	23896	PASSAGEM TERRESTRE DE SORRISO A NOVA MONTE VERDE	Unid.	69	R$ 164,55	R$ 11.353,95
34	48521	PASSAGEM TERRESTRE DE TANGARA DA SERRA A ALTA FLORESTA	Unid.	3	R$ 283,00	R$ 849,00
35	28591	PASSAGEM TERRESTRE DE TERRA NOVA DO NORTE A ALTA FLORESTA	Unid.	13	R$ 61,00	R$ 793,00
					TOTAL R$ 659.152,44	

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, ou da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Os Serviços deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

5.17. Arcar com custo de deslocamento de veículos a serem concertados quando a CONTRATADA não for da sede do município da CONTRATANTE.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

ASSISTÊNCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0058 – Gestão de Assistência Social

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência social

427 - 33.90.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

EDUCAÇÃO

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Gabinete do Secretario de Educação, Cultura e Esporte

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

100 - 33.90.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

AGRICULTURA

06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

001 – Gabinete da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 036 – Manutenção do **Gabinete do Secretario de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento**

209 - 33.90.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

SECRETARIA DE SAÚDE 15%

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica

2 026 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

277 - 33.90.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

MAC BLOCO II

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033 – Atenção de Media e Alta Complexidade

2 035 – Manutenção da Central de Regulação MAC – Bloco I

345 – 33.90.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

ADMINISTRAÇÃO

04 – Secretaria Municipal de Finanças

001 – Gabinete do Secretário de Finanças

04 – Administração

122 – Administração Geral

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 006 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração Planejamento

54 - 33.90.33.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 39/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 19 de Setembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI

CNPJ: 14.421.118/0001-06

CONTRATADA

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 41/2018, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **02/10/2018 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2018 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde - MT, 19 de Setembro de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 042/2017

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
CANCELAMENTO DE TERMO ADITIVO 032/2018

Fica cancelado por legalidade de ofício o Segundo Termo Aditivo 032/2018, referente ao contrato 033/2017 da Tomada de Preços 004/2017, da empresa **MAB ENGENHARIA - CONSULTORIA E PROJETOS EIRELI,** cadastrada no CNPJ 08.337.625.0001-55, Rua Antônio José da Silva, 766-W, Anexo Ed. Capri na cidade Tangará da Serra-MT, a seguir designada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo senhor **Marcelo Albuquerque Bastos**, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG N.º M-6.360.994-SSP/MG e CPF 028.764.636-01, CREA-MT 11.125/DRNP 1205029265; publicado na edição nº. 287 do dia 17/09/2018.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2018/PMNO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2018/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 044/2018/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLÍMPIA – MT. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 05 de outubro de 2018**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado Rua Wilson de Almeida n.º 60, Bairro Jardim Ouro verde, CEP 78370-000 cidade de Nova Olímpia/MT no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 hr, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 19 de setembro de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 105/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 045/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA: **OI S.A** - **"Em Recuperação Judicial"** inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43

OBJETIVO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor global e também o prazo do Contrato n° 045/2017.

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de Serviço de internet de link dedicado (IPCONNECT) - Velocidade 20 MBPS.

VALOR: R$: 48.001,32

VIGÊNCIA: 19/09/2018 até 19/09/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 038/2018

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 038/2018

PROCESSO Nº. **052/2018/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital devidamente publicado, referente ao Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 19 de Setembro de 2018, onde se consagrou vencedor a Empresa ***A. R. FARIAS EIRELI***

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA SANTA HELENA/MT

NOVA SANTA HELENA/MT, 19 de Setembro de 2018.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 021/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA: **TECNESANI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME**

OBJETIVO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o Prazo na Clausula Quarta e Quinta do **Contrato nº. 021/2016**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), TIPO COMPLETA COM CAPACIDADE DE 5 l/s, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS, NESTE MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

VIGÊNCIA: 18/19/2018 até 14/03/2019.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA N° 84/2018 CONSELHO CURADOR DO FUMPS

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito ás dez horas da manhã, teve-se inicio a reunião designada pelo gestor da previdência municipal para conhecimento e aprovação do P.A.I Política Anual de Investimentos. Na ocasião estiveram presentes economistas da empresa Agenda Assessoria, que prestam assistência ao FUMPS, nesta oportunidade foi esclarecido duvidas dos membros do conselho e orientando a diversificações das aplicações com a apresentação dos gráficos, ficou evidente que o mercado financeiro encontra-se instável, não havendo qualquer possibilidade de resgate de cotas. Sendo assim ficou determinado pelos membros do conselho e comitê de investimentos que não haverá resgates de cotas, ficando ainda aprovado a P.A.I Política Anual de Investimentos para o ano de dois mil e dezenove. Nada mais a acrescentar lavrei a presente ata Andre Gomes Razine. No presente os seguintes membros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

RESOLUÇÃO Nº 005/2018.

RESOLUÇÃO Nº 005/2018.

Dispõe sobre a alteração da composição dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Santo Antônio - MT

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições, e;

CONSIDERANDO: a deliberação da plenária realizada no dia 18 de Setembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a substituição da Conselheira Maura Gody portadora do RG nº 59288 e CPF nº 175.385.972-67 pela Conselheira Solange Lira Fon-

seca Sandes portadora do RG nº 060.927 2ª Via e CPF sob o nº 785.484. 021-04.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Novo Santo Antônio – MT: 18 de Setembro de 2018.

_____

Tielly Sousa Oliveira

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2018.

RESOLUÇÃO Nº 004/2018.

Dispõe sobre a aprovação para Criação da Lei Municipal de Benefício Eventual e Lei Municipal do SUAS – Sistema único de Assistência Social do Município de Novo Santo Antônio – MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições, e;

CONSIDERANDO: a deliberação da plenária realizada no dia 18 de Setembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a criação da Lei Municipal de Benefícios Eventual e a Lei Municipal do SUAS- Sistema Único da Assistência Social.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Novo Santo Antônio – MT: 18 de Setembro de 2018.

_____

Tielly Sousa Oliveira

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 85/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **AMP HOSPITALAR EIRELI - ME, CNPJ: 16.698.619/0001-51**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: R$ 245.590,20 (duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e noventa reais e vinte centavos).** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495595	ADAPTADOR DE ALTA PARA BAIXA ROTAÇAÕ- mandril de aco inox, adaptador, contra angulo, para broca de alta rotaçao.	UNIDADE	60,00	20,00	1.200,00
2	495520	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL CALIBRE G -30 CURTA, BISEL CURTO - Trifacetado, sem rebarbasou sinais de oxidacao, confeccionada em aco inoxidavel, parede fina, siliconixada embalada individualmente com lacre em plastico resistente. Caixa Com 100Undades	CAIXA	180,00	34,00	6.120,00
3	495525	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL CALIBRE G -30 EXTRA CURTA - Agulha com Bisel Trifacetado, Confeccionada em aco inoxidavel, siliconixada embalada individualmente com lacre em plastico resistente. Caixa C 100 Unidades	CAIXA	120,00	31,00	3.720,00
4	495526	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL CALIBRE G -30 LONGA - Agulha com Bisel Trifacetado, Confeccionada em aco inoxidavel,com raio gama- cobalto siliconizada embalada individualmente com lacre em plastico resistente. Caixa C 100 Unidades	CAIXA	120,00	31,00	3.720,00
5	495437	ALAVANCA DE POTT DIREITA- de pott direita, cabo reto, ponta ativa direita, polido, confeccionada em aço inoxidavel, passivel de esterialização, meios quimicos e fisicos, embalagem individual, conetendo externamente alavanca de pott direita.	UNIDADE	20,00	34,00	680,00
6	495438	ALAVANCA DE POTT RETA ESQUERDA- pott esquerda, cabo reto,ponta ativa esquerda,polido confeccionada em aço inoxidavel,pasivel de esterilização meios quimicos e fisicos. embalagem individualmente.	UNIDADE	20,00	34,00	680,00
7	495431	ALAVANCA INOX APICAL N 305	UNIDADE	20,00	20,00	400,00
8	495435	ALAVANCA INOX INFANTIL- alavanca infantil, aco inox, tamanho 15cm, autoclavel. jogo com (nº1,nº2,nº3)- extraçaõ dentaria.	UNIDADE	20,00	50,00	1.000,00
9	495433	ALAVANCA INOX SELDIN 1R- alavanca apical direita, cabo anatomico, contendo inscriçaõ no numero , marca e extremidade.	UNIDADE	20,00	21,00	420,00
10	336352	ALAVANCA SELDIN ADULTO N2-seldin adulto, confeccionada em aço inoxidavel,pasivel de esterialização, embalagem com 03 unidades.	UNIDADE	20,00	24,00	480,00
11	495527	ALGODAO ROLETE PARA ISOLAMENTO N 1(confeccionado com fibras 100% algodao; macias e com ótimo poder de absorçaõ) algodao em rolos, uso odontologico, embalado em pacotes c/ 100 roletes.	PACOTE	360,00	1,90	684,00
12	495528	ALGODAO ROLETE PARA ISOLAMENTO N 2- algodao hidrofilo, cor branca, boa absorcao,macio inodoro,em camada uniforme,rolete,compacto,(com 04cm de compr.x01cm de diam. aprox.) plastico atoxico	PACOTE	360,00	1,85	666,00
13	495531	ANESTESICO LIDOCAINA 3% COM VASOCONSTRITOR- a base de lidocaina 3% e norepinefrina ,nestesico local injetavel,apresentaçao tubetes de cirstal 1,8 m, embal. em caixa de 50 tubetes,identificaçao constando extrem marca coemrcial e	CAIXA	120,00	56,00	6.720,00
14	352593	APLICADOR PARA CIMENTO (DUPLO)-aplicador de hidroxido de calcio- cabo contendo inscriçaõ do nº e marca,em aço inox com acabamento e polimento perfeitos, passivel de esterilização em	UNIDADE	36,00	6,30	226,80
15	495441	BANDEJA DE ACO 22X17X1.5 CM- em aço inox, retangular aprox. (22x17x1.5),acabamento polido(perfeito e alinhado), passivel de esterelização meios fisicos e quimicos, embalada individualmente.	UNIDADE	100,00	30,00	3.000,00
16	495538	BICARBONOTO DE SÓDIO EM PÓ PARA PROFILAXIA- bicarbonato de sodio em po para uso odontologico,em envelopes com 500 gramas,acondicionado em unidade,constando exrternamente marca comercial e procedencia.	UNIDADE	60,00	17,00	1.020,00
17	22314	BLOQUEADOR SOLAR- FATOR DE PROTECAO SOLAR FPS 50, PARA USO PROFISSIONAL FPS 50, COM PROTECAO UVA E UVB FORMA FARMACEUTICA LOCAO CREMOSA, 200 ML, FORMULACAO COM INGREDIENTESNAO PERIGOSOS A PELE E A SAUDE.	UNIDADE	480,00	21,00	10.080,00
18	495628	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 151	UNIDADE	120,00	19,00	2.280,00
19	495632	BROCA CARBIDE ENDO Z- utilizacao para caneta de alta rotacao, tamanho broca endo z 25 mm, matria-prima, aco carbide com extremidade inativa, embalagem individualmente.	UNIDADE	180,00	23,00	4.140,00

20	495638	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO ESFERICA Nº 02- broca para uso odontologico- baixa rotacao, em carbide, nº 2, haste curta.	UNIDADE	120,00	5,50	660,00
21	495641	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO ESFERICA Nº 02- broca para uso odontologico, esferica,carbide de baixa rotacao, em carbide ,nº 02, haste longa.	UNIDADE	120,00	7,00	840,00
22	495639	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO ESFERICA Nº 04- broca para uso odontologico- baixa rotacao, em carbide, nº 4, haste curta.	UNIDADE	120,00	3,60	432,00
23	495642	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO ESFERICA Nº 04- broca para uso odontologico, esferica,carbide de baixa rotacao, em carbide ,nº 04, haste longa.	UNIDADE	120,00	6,00	720,00
24	495643	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO ESFERICA Nº 06- broca para uso odontologico, esferica,carbide de baixa rotacao, em carbide ,nº 06, haste longa.	UNIDADE	120,00	7,00	840,00
25	495644	BROCA DE ACO MULTI LAMINADA PARA AKALGAMA- JOGO- broca para uso odontologico, para baixa rotacao,aco carbide,multilaminada, para acabamento de amalgama, numero sem numero, conforme as normas iso existentes p/ instrumentos rotativos.	UNIDADE	180,00	50,00	9. 000,00
26	16207	BROCA DIAMANT 1090	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
27	13884	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFÉRICA Nº 1012	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
28	495596	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CILINDRICA Nº 1092- par alta rotaçao, diamantada, esteril, aco inoxidavel, cap.p/ minimo 05 preparos ,cilindrica, n 1092.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
29	495605	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONE INVERTIDO Nº 1032-alta rotacao, diamantada,conica invertida, n 1032.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
30	495607	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONE INVERTIDO Nº 1033	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
31	495606	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONE INVERTIDO Nº 1034-	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
32	495608	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO CONE INVERTIDO Nº 1064-alt arotacao, diamantada,conica plana, nº 1064.	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
33	336119	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFERICA Nº 1011	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
34	495732	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFERICA Nº 1012	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
35	495597	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFÉRICA Nº 1013	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
36	495598	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFÉRICA Nº 1014	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
37	321130	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTACAO ESFERICA Nº 1016	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
38	495601	BROCA DIAMANTADA AR CILINDRICA Nº 1090- alta rotacao cilindrica, nº 1090	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
39	495602	BROCA DIAMANTADA AR CILÍNDRICA Nº 1091- alta rotacao, diamantada, cilindrica palna, n] 1091.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
40	495612	BROCA DIAMANTADA AR PARA TÉCNICA INVASIVA N° 2137- alta rotacao,materia-prima, aco inoxidavel com ponta diamantada, formato conica.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
41	495600	BROCA DIAMANTADA AR PEDIÁTRICA CILÍNDRICA Nº 1342- alta rotaçao,diamanrada cilindrica, nº 1342, haste curta	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
42	495599	BROCA DIAMANTADA AR PEDIATRICA ESFERICA Nº 1302- diamantada, esferica, para odontopediatria, nº 1302,haste curta, conforme as normas ISO existente.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
43	495604	BROCA DIAMANTADA CÔNICA Nº 2137-alta rotacao,materia-prima, aco inoxidavel com ponta diamantada,formato conica,finalidade para acabamento e restauraçoes n 2137.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
44	495603	BROCA DIAMANTADA CONICA TOPO DE CHAMA Nº 1190- alta rotacai,diamantada,conica chma, n] 1190, conforme as normas iso existente para os instrumentos rotativos.	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
45	495615	BROCA DIAMANTADA CONICA TOPO INATIVO Nº 4083-	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
46	495609	BROCA DIAMANTADA ESFERICA HASTE LONGA- ENDO Nº 1016	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
47	495610	BROCA DIAMANTADA ESFERICA HASTE LONGA Nº 1012	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
48	495611	BROCA DIAMANTADA ESFERICA HASTE LONGA Nº 1014	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
49	495613	BROCA DIAMANTADA PERA Nº 3118- alta rotacao,diamantada,forma chama, nº 3118,esterelizavel em meio fisico-quimico.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
50	495614	BROCA DIAMANTADA PERA Nº 3168- alta rotacao, diamantada, chama nº 3168.	UNIDADE	120,00	1,80	216,00
51	495629	BROCA PARA REMOÇÃO DE AMÁLGAMA CILINDRICA Nº 1557.	UNIDADE	120,00	7,00	840,00
52	495636	BROCA SHOFU PEDRA TIPO CHAMA-broca para uso odontologico, alta rotacao shofu, oxido de aluminio, tipo chama, para acabamento de resina, numero sem numeracao, haste curta.	UNIDADE	120,00	14,0	1. 680,00
53	495637	BROCA SHOFU PEDRA TIPO CONICA-broca para uso odontologico, alta rotacao shofu, em oxido de aluminio, tipo conica, para acabamento de resina, sem numera, haste curta.	UNIDADE	120,00	14,00	1. 680,00
54	16208	BROCA SHOFU PEDRA TIPO PERA	UNIDADE	120,00	13,90	1. 668,00
55	336337	BRUNIDOR 29	UNIDADE	36,00	4,90	176,40
56	350073	CABO BISTURI, ACO INOXIDAVEL, N° 3.	UNIDADE	36,00	8,00	288,00
57	495443	CAIXAS CIRURGICAS EM ACO INOX 30X15X06CM -Com formato retangular com dimensao de 30 X 15 X 06 CM .	UNIDADE	40,00	150,00	6. 000,00
58	495444	CAIXAS INOX PARA ESTERILIZAÇÃO 12X26X08 CM- em aço inox, com formato retangula, com dimensão de 12x26x08 cm com profundidade, com perfeito ajuste da tampa e aço inox (sem alças)	UNIDADE	40,00	90,00	3. 600,00
59	495540	CAPSULAS DE AMÁLGAMA 2 PORÇÃO- em capsula sem fase gama 2, com particulas esferoidais irregualres,controle de tempo de trabalho e quantidade das porçoes, caixa com 50 capsulas de 2 porcao de tempo de presa regular.	CAIXA	180,00	125,00	22 500,00
60	493389	CARBONO PARA ODONTOLOGIA - REGISTRO DE ARTICULACAO, 280 FOLHAS DUPLAS, PAPEL COM 300 MICRAS DE ESPESSURA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO.	UNIDADE	150,00	130,00	19. 500,00
61	495411	COLAR CHUMBO PROTETOR PARA TIREOIDE-(borracha plumbífera 0,25 pb maleável)	UNIDADE	12,00	97,00	1. 164,00
62	495460	COLGADURA SIMPLES PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA- prendedor de filmes radiograficos- colgadura em aço inox, individual, tamanho	UNIDADE	36,00	4,50	162,00
63	16209	COLTOSOL- obturador de equipamento medico-massa provisoria com fluo,p/ fechamento temporario da cavidades dentais.emb.20g.	UNIDADE	90,00	11,00	990,00
64	495458	CONDENSADORES CLEV- DENT 21 -condensadores amalgama- tipo n 21, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,20	259,20
65	495459	CONDENSADORES EAMES- condensadores amalgama- infantil, tipo n1, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie polida, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,00	252,00
66	495446	CONDENSADORES HOLLEMBACK N1-condensadores amalgama- tipo n1, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,20	259,20
67	495447	CONDENSADORES HOLLEMBACK N2-condensadores amalgama- tipo n2, cabo contendo inscrição do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,00	252,00

68	495448	CONDENSADORES HOLLEMBACK N3-condensadores amalgama- tipo n3, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregular, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,20	259,20
69	495449	CONDENSADORES HOLLEMBACK N4-condensadores amalgama- tipo n4, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,20	259,20
70	495450	CONDENSADORES HOLLEMBACK N5-condensadores amalgama- tipo n5, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,20	259,20
71	495451	CONDENSADORES HOLLEMBACK N6-condensadores amalgama- tipo n6, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	7,20	259,20
72	495453	CONDENSADORES WARD N2-condensadores amalgama- tipo n2, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	6,00	216,00
73	495454	CONDENSADORES WARD N3-condensadores amalgama- tipo n3, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	6,00	216,00
74	495455	CONDENSADORES WARD N4-condensadores amalgama- tipo n4, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	6,00	216,00
75	495456	CONDENSADORES WARD N5-condensadores amalgama- tipo n5, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	6,00	216,00
76	495457	CONDENSADORES WARD N6-condensadores amalgama- tipo n6, cabo contendo inscriçaõ do num e marca, extremidade de superficie irregualr, ponta ativa com angulos precisos, aço inox, c/ acabamento e polimento pefeito.	UNIDADE	36,00	6,20	223,20
77	495473	CUBA 9 X6 CM- CUBA REDONDA EM AÇO INOX, COM DIMENSÃO DE 9X6CM.	UNIDADE	30,00	13,50	405,00
78	495546	CUNHA INTERPROXIMAL- cunha indental, confeccionada em amdeira,pacote contendo no minimo 100 unidades, constando externamente quantidade, marca comercial,procedencia de	PACOTE	60,00	9,50	570,00
79	495471	CURETA ALVEOLARES CURETAS DE PERIODONTIA PONTA MORSE 0-00- cureta- de morse nº 00-0, cabo cont.inscriçaõ do nº e marca,com rugosidades ou similiar, em aço inox,emb. individualmente,constando externamente marca comercail.	UNIDADE	48,00	9,00	432,00
80	495474	CURETA DE LUCA N86- de luca n 86, cabo contendo inscrição do numero e marca, extremidade de superficie irregular,com rugosidades ou similair,em aço inox,acabamento e polimento perfeito, constando externamente marca comercail.	UNIDADE	36,00	7,20	259,20
81	495461	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 1/2- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
82	495467	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 11/12- cureta periodontal- GRACEY G11/G12- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
83	495468	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 13/14- cureta periodontal- GRACEY G13/G14- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
84	495469	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 15/16- cureta periodontal- GRACEY G15/G16- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
85	495470	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 17/18- cureta periodontal- GRACEY G17/G18- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
86	495462	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 3/4- GRACEY G3/G4- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada individual.	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
87	495463	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 5/6- cureta periodontal- GRACEY G5/G6- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
88	495464	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 7/8- cureta periodontal- GRACEY G7/G8- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
89	495465	CURETAS ALVEOLARES CURETA DE PERIODONTIA GRACEY N 9/10- cureta periodontal- GRACEY G9/G10- cabo oco,com ranhuras ou rugosidades, ponta ativa com cortes precisos, aço inox,extremidade de superficiei irregular denteada,embalada	UNIDADE	48,00	24,50	1.176,00
90	495475	ESCAVADORES DE DENTINA (Nº 05)- escavador n 5, cabo contendo inscrição do numero e marca, ponta ativa com angulos e corte precisos, com acabamento e polimento perfeito, aço inox,passivel de esterilização em meios fisicos-quimicos	UNIDADE	48,00	6,20	297,60
91	495476	ESCAVADORES DE DENTINA (Nº 11,5)- escavador n 11,5, cabo contendo inscrição do numero e marca, ponta ativa com angulos e corte precisos, com acabamento e polimento perfeito, aço inox,passivel de esterilização em meios fisicos-quimicos	UNIDADE	48,00	6,30	302,40
92	495478	ESCAVADORES PARA PULPOTOMIA N.2	UNIDADE	60,00	6,20	372,00
93	336342	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S	UNIDADE	36,00	6,00	216,00
94	495479	ESCULPIDORES HOLLEMBACK N 6-	UNIDADE	36,00	6,00	216,00
95	493419	ESFIGMOMANOMETRO - aneroide, aparelho de pressao arterial, com bracadeira (s) adulto, trabalhando na faixa de escala de 0 a300mm/hg de alta precisao, com resolucao de hg, com pera em latex, com manguito (s) de borracha sintetica, em bracadeira.	UNIDADE	240,00	75,00	18.000,00
96	495481	ESPATULA DE CERA N7- espatula para cera n7,cabo contendo inscrição do numero e marca, extremidade de superficie irregular,em aço inox com acabamento e polimento perfeito,passivel de esterilização em meios fisico-quimicos.	UNIDADE	36,00	7,50	270,00
97	495480	ESPATULA DE CIMENTO Nº 24- ESPATULA EM AÇO INOX, MALEAVEL, 24X200MM	UNIDADE	36,00	7,50	270,00
98	495483	ESPATULA PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL N3- espatula de inserção de resina composta, modelo thompson, numero 3, confeccionada em aço inox e revestida de titaneo.	UNIDADE	60,00	45,00	2.700,00
99	495482	ESPATULA PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL N6- espatula de inserção de resina composta, modelo thompson, numero 6, confeccionada em aço inox e revestida de titaneo.	UNIDADE	60,00	45,00	2.700,00
100	495550	FILME PLASTICO PVC 0,30 - 15 MT- filme transparente em pvc, medindo 38,mm, plastico nº 7,apresentaçao em rolo oi bobina.	UNIDADE	36,00	9,50	342,00

101	495555	FLÚOR TÓPICO 1,23 GEL- 200ML- luoreto de sodio, fluor em gel,com 2% de fluor neutro, podendo ser de diversos sabores, frasco de 200ml, constando externamente validade.	FRASCO	180,00	4,50	810,00
102	321102	FORCEPS ADULTO N. 16, AÇO INOX NBR 7153-1	UNIDADE	36,00	67,00	2.412,00
103	495504	FORCEPS ADULTO nº 18L	UNIDADE	36,00	50,50	1.818,00
104	495506	FORCEPS ADULTO nº 23	UNIDADE	36,00	60,00	2.160,00
105	495507	FORCEPS ADULTO nº 32	UNIDADE	36,00	65,00	2.340,00
106	495509	FORCEPS ADULTO nº 53R	UNIDADE	36,00	68,00	2.448,00
107	495508	FORCEPS ADULTO,nº 53 L	UNIDADE	36,00	68,00	2.448,00
108	495498	FORCEPS INFANTIL 18 R	UNIDADE	12,00	68,00	816,00
109	495497	FORCEPS INFANTIL MOLAR INFERIOR	UNIDADE	12,00	60,00	720,00
110	495496	FORCEPS INFANTIL MOLAR SUPERIOR- AÇO INOX	UNIDADE	12,00	68,00	816,00
111	495489	FORCEPS INFANTIL N2	UNIDADE	12,00	67,00	804,00
112	495502	FORCEPS INFANTIL nº 101	UNIDADE	12,00	68,00	816,00
113	495501	FORCEPS INFANTIL nº 151	UNIDADE	12,00	65,00	780,00
114	495491	FORCEPS INFANTIL Nº 17	UNIDADE	12,00	65,00	780,00
115	495492	FORCEPS INFANTIL Nº 23	UNIDADE	12,00	68,00	816,00
116	495493	FORCEPS INFANTIL nº 27	UNIDADE	12,00	60,00	720,00
117	495494	FORCEPS INFANTIL nº 65	UNIDADE	12,00	65,00	780,00
118	10093	FORCEPS N 69	UNIDADE	36,00	65,00	2.340,00
119	321105	FORCEPS N.203	UNIDADE	36,00	60,00	2.160,00
120	495503	FORCEPS nº 17- aço em inox NBR 7153-1, N17	UNIDADE	36,00	64,00	2.304,00
121	495556	FORMOCRESOL- em solução, formula BUCKLEY, em frasco c/ 100ml, embalado individualmente.	FRASCO	60,00	6,30	378,00
122	495594	GORRO- (sanfonada e c elastico, gramtura 20, cor branca)- gorro descartavel para cirurgia em falso tecido(100% polipropeno) c/ elastico, com formato anatomico c/ diametro minimo de 45cm e garamtura 30g,emb. apropriada p/ produto, em pacote.	PACOTE	120,00	6,60	792,00
123	495563	HIDROXIDO DE CALCIO P.A 12GR- padrao analitico especifico p/ laboratorio	UNIDADE	36,00	6,40	230,40
124	495511	LIMAS ÓSSEAS- lima para osso tipo seldin 11	UNIDADE	12,00	30,00	360,00
125	495559	PAPEL HOSPITALAR GRAU CIRURGICO- filme laminado,tubular descartavel, termoselavel p/ esterelizacao de mat. medico- hospitalar em autoclaves a vapor. dupal face sendo umas das faces em papel cirurgico e a outra em filme laminado	UNIDADE	60,00	62,00	3.720,00
126	495560	PAPEL HOSPITALAR GRAU CIRURGICO- filme laminado,tubular descartavel, termoselavel p/ esterelizacao de mat. medico- hospitalar em autoclaves a vapor. dupal face sendo umas das faces em papel cirurgico e a outra em filme laminado	UNIDADE	60,00	82,00	4.920,00
127	495561	PAPEL HOSPITALAR GRAU CIRURGICO- filme laminado,tubular descartavel, termoselavel p/ esterelizacao de mat. medico- hospitalar em autoclaves a vapor. dupal face sendo umas das faces em papel cirurgico e a outra em filme laminado	UNIDADE	60,00	120,00	7.200,00
128	18933	PINCA HALSTEAD MOSQUITO 12 CM CURVA	UNIDADE	48,00	16,00	768,00
129	18934	PINCA HALSTEAD MOSQUITO 12,8 CM RETA	UNIDADE	48,00	16,00	768,00
130	495633	PONTA DE ACABAMENTO 1111 FF- broca para uso odontológico- alta rotacao,diamantada,chama nº 1111.	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
131	495631	PONTA DE ACABAMENTO 2135 F F- alta rotacao,diamantada,conica arredondada,para acabamento, nº 2135FF, granulaçao ultra-fina.	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
132	495634	PONTA DE ACABAMENTO FORMATO DE CHAMA- 3118 FF- broca par auso odontologico para alta rotacao,diamantada,chama n° 3118-F, conforme as normas iso existentes p/ instrumentos rotativos odontologicos.	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
133	495635	PONTA DE ACABAMENTO FORMATO DE PERA 3168 FF- broca para uso odontologico alta rotacao, diamantada, forma de chama,para acabamento, nº 3168 ff, granulaçao ultra-fina.	UNIDADE	120,00	2,00	240,00
134	495515	PORTA AGULHA COM VÍDEA- porta agulha em aço inox, castroviejo com videa reto com trava, 16 cm.	UNIDADE	60,00	204,00	12.240,00
135	495516	PORTA ALGODÃO METALICO- 8X8 -Estilete em aço inox AISI 400,porta algodão, 15cm	UNIDADE	60,00	50,00	3.000,00
136	11232	PORTA MATRIZ TOLFLEMIRE	UNIDADE	60,00	25,00	1.500,00
137	495517	REMOVEDOR DE BROCAS- saca broca para caneta de alta rotação odontológica, cabe padrao, tipo universal, utilizado par aremoção e fixação de brocas na caneta de alta rotação, confeccionado em plastico de alta resist.autoclave.	UNIDADE	36,00	19,00	684,00
138	16178	REVELADOR DE RADIOGRAFIA ODONTOLOGICO	UNIDADE	90,00	10,00	900,00
139	8561	SERINGA CARPULE- confeccionada em aço inoxidavel martensitico do tipo AISI 420,isento de rebarbas, fabric. de acordo com padrões internacionais de qualidade.normas abnt,ce,com registro no Ministerio da Saúde.	UNIDADE	90,00	28,00	2.520,00
140	495729	SOLUCAO FISIOLOGICA NASAL- CLORETO DE SÓDIO 0,9 %, SOLUCAO NASAL, FRASCO COM 50 ML	FRASCO	1.200,00	3,50	4.200,00
141	495588	SOLUCAO HEMOSTATICA- hemostatico local em solucao de cloreto de aluminio, em veiculo aquoso, embalado em frasco com 15ml,	FRASCO	60,00	40,00	2.400,00
142	495589	TACA DE BORRACHA PARA POLIMENTO- taca de borracha para profilaxia, montada em mandril para contra angulo, com protecao, embalada individualmente.	UNIDADE	90,00	1,30	117,00
143	31378	TESOURA STANDARD- 11,5 CM,EM ACO INXO	UNIDADE	90,00	13,00	1.170,00
144	495591	TIRA DE LIXA MÉDIA/FINA PARA RESINA- de poliester, c/ oxido de aluminio, 2 granulaçoes. fina numa extremidade e oposta media,com centro neutro,para acabamento e poliemnto de restauraçoes interproximas, em caixa de 150 unidades, medindo	CAIXA	120,00	7,00	840,00
145	495593	TRICRESOL FORMALINA-composta basicamente por formol, compostos fenolicos, em frasco com 20 ml, embalada individualmente,constando externamente marca comercial e	FRASCO	36,00	5,75	207,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 91/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P. LABORTORIO LTDA - EPP, CNPJ 05.895.525/0001-56**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: R$ 34.735,44 (trinta e quatro mil e setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495385	APARELHO DE ULTRASSON PARA PROFILAXIA E TARTARECTOMIA- aparelho conjugado de ultra-som piezoeletrico e jato de bicarbonato para profilaxia e tartarectomia, filtro de ar, valvula dupla pneumatica, reservatorio de bicarbonato de sodio,bomba	UNIDADE	12,00	2.275,00	27.300,00
2	495505	FORCEPS ADULTO nº 18R	UNIDADE	36,00	50,00	1.800,00
3	495510	FORCEPS ADULTO,Nº 101	UNIDADE	36,00	55,90	2.012,40
4	495499	FORCEPS INFANTIL 18 L	UNIDADE	12,00	50,00	600,00
5	495490	FORCEPS INFANTIL Nº 05	UNIDADE	12,00	50,000	600,00
6	495500	FORCEPS INFANTIL nº 150	UNIDADE	12,00	62,50	750,00
7	495731	FORCEPS INFANTIL ODONTOLOGICO N.1	UNIDADE	12,00	81,50	978,00
8	336234	OCULOS DE PROTECAO- EM ACRILICO, TIPO PARAMEDICO,LENTES INCOLORES, TAMANHO PADRAO.	UNIDADE	48,00	4,48	215,04
9	342526	SUPORTE PARA DESCARPACK13 LITROS- ALUMINIO, PARA COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE,CAPACIDADE 13 LITROS.	UNIDADE	24,00	20,00	480,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 84/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **ALL LAB COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 19.880.964/0001-08**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: R$ 6.878,40 (seis mil e oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos). Preços Registrados:** Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495409	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO- refrigeracao por spray quadruplo, microfiltro intercambiável, acoplamento, 4 spray,18 w de potn.rolamentos de esferas ceramicas,troca brocas pb,cabeça em aço inox,micro filtro de agua, bucha guia em metal duro. marc.kavo	UNIDADE	24,00	286,60	6.878,40

OUVIDORIA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 009/2018 - APROVA O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018/2021

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1035/13

Rua João Pessoa, 636 – Bairro Concórdia, anexo ao CRAS

Telefone: 66-3573-2563 Paranatinga - MT

RESOLUÇÃO Nº 009/2018

"Aprova o plano municipal de Assistência Social 2018/2021."

A Plenária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS alterada pela Lei 12.435/2011, e Lei Municipal nº 1035/2013, em reunião extraordinária realizada no dia 06 de setembro de 2018, durante a 179ª plenária no ano,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, para o quadriênio 2018/2021.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação e publicação.

Sala das reuniões, aos seis dias do mês de setembro de 2018.

Fatima Rosane Ritter Pereira

Presidente do CMAS

SUMÀRIO

1.... IDENTIFICAÇÃO.. 6

2.... DADOS DA PREFEITURA.. 6

3. DADOS DO ÓRGÃO/ GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 6

4.... FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.. 7

5.... CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.. 7

6.... INTRODUÇÃO.. 9

7.... PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.. 9

7.1 ASPECTOS LEGAIS E TÉCNICOS DO PLANO.. 9

8.... DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.. 10

8.1..... HISTÓRIA DO MUNICÍPIO.. 10

8.2 DADOS DEMOGRÁFICOS.. 12

8.3 POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA.. 12

8.4 INDICADORES DA EDUCAÇÃO.. 12

8.5. INDICADORES DA SAÚDE.. 22

8.6. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO.. 23

8.7. DADOS SOCIAIS.. 24

8.7.1 Previdência. 24

8.7.2 Serviços Públicos no município de Paranatinga/MT.. 24

9. UNIDADES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.. 31

9.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS.. 32

9.2. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA PAIF. 32

9.3. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV.. 33

9.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICILIO PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA E IDOSAS.. 35

9.5. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E AÇÕES EXECUTADAS PELA EQUIPE VOLANTE.. 36

9.6. GESTÃO DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CADASTRO ÚNICO – GOVERNO FEDERAL. 36

9.7. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC.. 37

10. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.. 38

10.1. SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIBILIDADE 38

10.2. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL. 39

10.3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDAE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC) 39

10.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS. 40

10.5. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.. 41

11. SERVIÇOS DA PROTEÇAO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE.. 42

11.1. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CASA DE PASSAGEM TRANSITÓRIA LAFAYETTE EUSTÁQUIO DE SOUZA.. 42

11.2. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS- CASA LAR ESPERANÇA. 43

11.3. INSTÂNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – AUTÔNOMA – CONSELHO TUTELAR.. 45

11.4. REDE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO.. 45

12. OBJETIVOS.. 46

12.1. OBJETIVOS GERAIS.. 46

12.2. OBJETIVOSESPECÍFICOS.. 46

13. DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS.. 47

14. DETALHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS: 2018 – 2021. 47

14.1. EIXO 1 - GESTÃO.. 47

14.2. EIXO 2- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.. 51

14.3. EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE.. 55

14.4. EIXO 4- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ALTA COMPLEXIDADE.. 58

14.5. EIXO 5 – CONTROLE SOCIAL. 59

15. FINANCIAMENTO.. 61

15.1 TABELA DE VALORES ORÇADOS GERAL - 2018/2021. 61

16. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.. 62

REFERÊNCIAS.. 64

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Objeto: Plano Municipal de Assistência Social;

1.2 Vigência: 2018-2021;

1.3 Período de Elaboração: junho de 2018 até agosto de 2018.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

1.4.Representante da Gestão Municipal: Leidiane Barbosa Pereira;

1.5. Representante dos Trabalhadores do SUAS: Fabiana Serafim do Nascimento e Maria José Pereira Saldanha;

1.6 Representante do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS): Fátima Rosane Ritter Pereira e Márcia Regina Pata;

1.7.Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração: Katiane Marques de Oliveira Fonseca;

1.8 Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Fernanda Cristina de Melo;

1.9 Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Janaína Souza Menezes.

2. DADOS DA PREFEITURA

2.1 Prefeito: Josimar Marques Barbosa

2.2 RG: 0305291-5 SSP/MT CPF: 550.450.651-49

2.3 Mandato: Início 01/01/2017Término 31/12/2020

2.4 Prefeitura:Av. Brasil, 1900, Centro, Paranatinga-MT

2.5 CEP.: 78870-000

2.6.Telefone: (66) 3573-1329 / (66)3573-1756

2.7.Site: www.paranatinga.mt.gov.br

3. DADOS DO ÓRGÃO/ GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 Órgão Gestor:Secretaria Municipal de Assistência Social

3.2 Secretária da Assistência Social: Vera Lucia Gonzaga Zartori

3.3 Nomeação: 01/01/2017

3.4 Endereço: Av. Brasil, 1822, Centro, Paranatinga - MT

3.5 Bairro:CentroCEP: 78870-000

3.6.Telefone: (66) 3573-1330

3.7.E-mail: secretariaptga12@gmail.com

4. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 Lei/ Data de Criação:Nº 76/95

4.2 CNPJ: 14.793.068/0001-80

4.3 Nome do gestor do FMAS: Vera Lúcia Gonzaga Sartori

4.4 Secretaria Municipal de Assistência Social: SecretáriaVera Lúcia Gonzaga Sartori

4.4.Nome do ordenador de despesas do FMAS: Vera Lúcia Gonzaga Sartori

5. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

5.1 Lei/ DatadeCriação: 075/95

5.2 Alteração/ Data de Alteração: Lei nº 1035/2013 - 30/09/2013

5.3 Nome do(a) Presidente(a): Fátima Rosane Ritter Pereira

5.4 Nome do(a) Vice Presidente(a): Arlene de Souza Pinto

5.5 Nº total de membros: 20 (10 titulares e 10 suplentes)

5.6 Endereço do CMAS: Rua João Pessoa, 636, Vila Concódia, CEP: 78870-000

Telefone:(66) 3573-2573

Representantes Governamentais

Nome do Conselheiro(a)	Representatividade	Titularidade
Luciana Souza Carvalho	Sec.Mun.Assist.Social	Titular
Nádia Marina Rosado dos Santos	Sec.Mun.Assist.Social	Suplente
Eliara Priscila Andrade da Mata	Sec.Mun.de Educação	Titular
Vicência Paula Ferreira da Silva	Sec.Mun.de Educação	Suplente
Marcia Regina Pata	Sec.Mun.de Saúde	Titular
Fernanda Cristina Melo	Sec.Mun.de Saúde	Suplente
Claudecy Barreto dos Santos	Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos	Titular
Joel Dourado de França	Sec.Mun.de Obras e Serviços Urbanos	Suplente
Arlene de Souza Pinto	Sec.Mun.de Agricultura	Titular
Diego da Silva Nascimento	Sec.Mun.de Agricultura	Suplente

Representantes da Sociedade Civil

Nome do Conselheiro(a)	Representatividade	Titularidade
Geralda Policeno da Silva	APAE	Titular
Iveti Antônias Stacke	APAE	Suplente
Simone Catarina Rizzi Ribeiro	Entidades Religiosas	Titular
Neide Cavalcante Fabian	Entidades Religiosas	Suplente
Fátima Rosane Ritter Pereira	Trabalhadores do SUAS	Titular
Elenita Celant Marcon	Trabalhadores do SUAS	Suplente
Adelaide Wolf dos Santos	Usuários do SUAS – SCFV/ Idosos	Titular
Sonia Maria Bezerra	Usuários do SUAS – SCFV/ Idosos	Suplente
Iracema Ferreira dos Santos	Usuários do SUAS – Bolsa Família	Titular
Maria Francisca do Nascimento	Usuários do SUAS – Bolsa Família	Suplente

6. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2018-2021 é uma ferramenta de planejamento e gestão da Política Municipal de Assistência Social. A base deste plano contém sobretudo dados gerais do município, a descrição da rede de assistência; as normas de procedimentos e prioridades definidas; as atividades estratégicas apropriadas para sua realização; os objetivos estabelecidos; os recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis e indispensáveis; as fontes e os mecanismos de financiamento; a proteção da rede prestadora de serviços; a avaliação a fiscalização e o espaço temporal de realização para um período de quatro anos, compreendidos entre o segundo ano do mandato atual e o primeiro ano do mandato subsequente.

7. PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PMAS é uma importante ferramenta de gestão que vem organizar e consolidar a execução das legislações contidas no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no Plano Plurianual – PPA e no Plano Diretor Municipal – PDM.

“O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da Política que submete à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo.” (PNAS/04:119)

O Plano Municipal de Assistência Social é uma das ferramentas que possibilita aos gestores e trabalhadores a adesão de práticas programadas por meio da leitura da realidade local pactuando assim o compromisso de mudança dos índices que envolvem a proteção social dos usuários e suas famílias. Para os demais atores desta Política traduz transparência nas ações pretendidas e permite que o controle social acompanhe o desenvolvimento, das mesmas.

7.1 ASPECTOS LEGAIS E TÉCNICOS DO PLANO

Na constituição de 1988, a Assistência Social é elevada ao status de política pública, compondo o Tripé da Seguridade Social, juntamente com Saúde e Previdência Social. Contudo, mesmo que na constituição estivessem previstos direitos sociais e socioassistenciais, estes ainda careciam de regulamentação e ordenamento.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, promulgada em 1993, vem regulamentar a Assistência Social enquanto política pública, estabelecendo normas e critérios para sua organização. A LOAS “(...) estabelece um novo desenho institucional, com comando único, conselhos partidários de gestão e fundos financeiros em cada instância de governo, colocando os Planos de Assistência Social – PAS como instrumentos impulsionadores de novas e planejadas práticas interventivas”. (Capacita SUAS vol.3,p.6).

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela resoluçãoaprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 18 de dezembro de 2012, em seu Capítulo III, art. 18, define os Planos de Assistência Social como “[...]instrumentos de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS”. (NOB/SUAS, 2012).

Além disto, é instrumento de planejamento importante para a Política de Assistência Social, a existência de PMAS passa a ser condição para o repasse de recursos aos municípios, propõe-se a estabelecer uma nova cultura de planejamento para a Política Municipal de Assistência Social e para todos que a compõem.

8. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

8.1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

O município de Paranatinga tem suas origens na abertura de fazendas isoladas do século XIX. A formação do município se acelerou com a descoberta de diamante pelo fazendeiro Abraão Bezerra.

Em 1963, veio a corrida pelo diamante. Não demorou e foi criado o distrito de Simões Lopes, a noroeste dos garimpos do Rio Paranatinga. Formaram-se duas corrutelas garimpeiras.Uma na nascente do Rio Paranatinga e outra mais abaixo. A que se formou na nascente teve vida relativamente curta, enquanto que a de baixo prosperou e tornou-se o núcleo da futura cidade.

O nome Paranatinga vem de acidente geográfico, o Rio Paranatinga, que banha o município e a cidade.Pela lei nº 2.908, de 6 de janeiro de 1969, foi criado o distrito de Paranatinga. A lei nº 3.140, de 14 de dezembro de 1971, alterou a denominação para Alto Paranatinga.

Algum tempo depois, uma lei estadual extinguiu o distrito de Simões Lopes, sendo seu território encampado pelo de Alto Paranatinga. Em 17 de dezembro de 1979, pela Lei Estadual nº 4.155, foi criado o município, com o nome simplificado para Paranatinga.

As Irmãs da Divina Providência chegaram em Paranatinga na data 21/02/67, a irmã Teodora Krause foi responsável pela saúde, a Irmã Julita Kuhsler, para o encaminhamento dos serviços sociais e auxiliar na saúde e a Irmã Anete (Albina Pedó) para os trabalhos da Educação e Pastoral.

O município de Paranatinga está localizado a 380 km da capital Cuiabá, na Mesorregião Norte do Estado, integrando a microrregião de Paranatinga, composta pelos Municípios de Gaúcha do Norte, Nova Brasilândia, Paranatinga e Planalto da Serra. Faz divisa com os Municípios de Campinápolis, Novo São Joaquim, Primavera do Leste, Planalto da Serra, Rosário Oeste, Feliz Natal, Nova Ubiratã, Querência e Gaúcha do Norte.

A extensão do município é de 24.178 km², e população estimada em 2017 segundo o IBGE é de 21.612 habitantes.

Paranatinga teve seus períodos de avanços e retrocessos, decorrentes das características próprias de sua origem, ou seja, o extrativismo e o latifúndio. Na primeira fase de sua constituição, a base econômica predominante foi a extração mineral de diamante, que como exploração não sustentável teve seu declínio nas décadas de 80 e 90, criando sérios problemas sociais.

A grande parte dos trabalhadores do garimpo eram andarilhos movidos pela busca do diamante. Com o declínio do mesmo, e já com idade avançada e falta de instrução, essas pessoas não se adaptaram em outra atividade de subsistência, agravando mais as condições para o município na busca de alternativas para estas pessoas. Na década de 80 a base econômica predominante passa a ser a agricultura, sendo o arroz, principal cultivo, associada à formação de pastagens de braqueárias voltada à criação bovina, com predomínio destas culturas em grandes propriedades.

No final da década de 90, a soja começa a ser cultivada, ocupando áreas já formadas de pastagens e outras ainda inexploradas.

Em decorrência do crescimento acelerado da cidade nos últimos anos e da má distribuição de renda que caracteriza o país, a população Paranatinguense conta com um considerável número de famílias de baixa renda. Muitas pessoas chegaram à cidade atraída pela oportunidade de emprego, mas infelizmente nem todas conseguem trabalho, enquanto que outras, apesar de conseguirem, não ficam por muito tempo. Paranatinga é um município muito grande em extensão territorial, existem quatro etnias indígenas (*Bakairi, Xavante*, *Waurá, Ykpeng*.), assentamentos e distritos.

8.2 DADOS DEMOGRÁFICOS

Código do Município: 5106307

Gentílico: Paranatinguense

Prefeito: Josimar Marques Barbosa

POPULAÇÃO	
População estimada [2017]	21.612 pessoas
População no último censo [2010]	19.290 pessoas
Densidade demográfica [2010]	0,80 hab/km²

Os habitantes residentes na zona urbana estimada é de 16.426 e na zona rural é 5.186.

A população estimada de homens é de 11.454 (53%), e de mulheres 10.157 (47%)

8.3 POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

IDADE	QUANTIDADE DE PESSOAS
0 a 4 anos	1.964
5 a 9 anos	1.952
10 a 14 anos	1.922
15 a 19 anos	1.826
20 a 29 anos	3.730
30 a 39 anos	3.428
40 a 49 anos	2.895
50 a 59 anos	1.978
60 a 69 anos	1.088
70 a 79 anos	648
80 anos +	181

8.4 INDICADORES DA EDUCAÇÃO

No município de Paranatinga – MT, atualmente há o total de 30 escolas, distribuídas entre as redes municipal, estadual, particular e filantrópica, que ofertam educação nos níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

TOTAL DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA

Escolas	Municipais	Estaduais	Particular	Filantrópica
Urbanas	08	03	02	01
Rurais	05	-	-	-
Indígenas	05	03	-	-

A Educação Infantil é ofertada pela rede municipal, particular e filantrópica:

TOTAL DE ESCOLAS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL

Modalidade/	Municipais	Particular	Filantrópica
Creche	02	-	-
Pré Escola	18	02	01

O Ensino Fundamental é ofertado pelas redes municipal, estadual, particular e filantrópica:

Total de Escolas que ofertam Ensino Fundamental

Escolas	Municipais	Estaduais	Particular	Filantrópica
Ensino Fundamental	18	05	01	01

O Ensino Médio é ofertado pelas redes estadual e particular.

Total de Escolas que ofertam Ensino Médio

Escolas	Estaduais	Particular
Ensino Médio	05	01

Atualmente no Município de Paranatinga – MT, não há Instituições que ofereçam Escolas Profissionalizantes.A Educação tem trabalhado em parceria, agregando as políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

Para a Rede de Proteção, os encaminhamentos da saúde são para a equipe multidisciplinar: fonoaudióloga e psicóloga, no quais entendemos que se faz necessário ampliar o atendimento, pois não consegue atender toda a demanda existente. Outro encaminhamento é para o Programa Saúde na Escola – PSE que desenvolve aplicação de flúor, escovação, e prevenção da saúde dentária.

Na Assistência Social os encaminhamentos mais constantes são com a Equipe do CREAS, que atendem as crianças e adolescentes e após a visita *inloco,* passam o acompanhamento familiar para a superação da vulnerabilidade social. Esse serviço acontece concomitantemente com o Conselho Tutelar, que quando os serviços de educação necessitam são prontamente atendidos.Com a “Busca Ativa Escolar”, intensificam ainda mais a rede de Proteção, firmando nova parceria com a saúde, através das agentes comunitárias, no programa “Fora da Escola Não Pode”, onde elas fazem a busca ativa para a identificação das crianças fora da escola.

Ainda tem escolas na Sede do Município necessitando de ampliação e adequação as normas de acessibilidade. Mas ja apresentam avanços como: climatização, mobiliários e material didáticos.

As escolas urbanas, em duas tem salas de recursos equipadas e condições positivas para a realização do trabalho do professor e desenvolvimento do aluno.

Quanto a formação: na sede do município é trabalhado com um quadro de professores com formação em nível superior, as escolas urbanas possuem gestão, composta por Diretor, Coordenador, Secretário Escolar e Professor Articulador de aprendizagem, escolas essas que possuem entre 115 a 350 alunos.

As escolas do Campo possuem características, diferenciadas tendo em vista as distâncias e a dificuldade de formação de turmas, trabalha com salas multiseriadas, sendo em algumas localidades tem a presença do professor sem a formação profissional para exercer a função.

No entanto o município de Paranatinga tem uma realidade muito complexa, pela sua extensão territorial, dificultando o acompanhamento dessas políticas.Conta também a Educação Indígena e atende atualmente quatro diferentes etnias, sendo: *Bakairis, Xavante, Waurá, Ykpeng*. O atendimento a educação indígenas em algumas localidades tem a Escola polo e as salas anexas.

ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS COM RESPECTIVOS DIRETORES E COORDENADORES

Secretaria Municipal de Educação

Telefone: 66-3573-1331

Endereço: Avenida Mato Grosso, 893, Bairro Centro

Nome: Arlinda Barbosa de Arruda Vian

E-mail: arlindaptga@yahoo.com.br

Celular: 66-999625-1943

Equipe de Coordenadores da Secretaria Municipal de Educação

Coordenadora Pedagógica Ensino Fundamental e Educação Infantil:

Nome: Vanda Fernandes Soares

E-mail: vandafsoares@hotmail.com

Celular: 66-99953-6628 / 66-98442-3903

Coordenadora Pedagógica do Campo e Indígena que não possuem direção:

Nome: Francisca Moreira Braga

E-mail: francismsantos@hotmail.com

Celular: 66-99689-3268

Obs: O Coordenador Pedagógico do Campo e Indígena é o responsável pelas Escolas do Campo e Indígenas

ESCOLAS URBANAS:

Nome da Escola	Endereço	Direção/Celular	Coordenação/celular
Escola Municipal de Educação Infantil Menino Jesus – INEP 51017342	Rua João Pessoa, s/n Bairro: Vila Concórdia	Vicência Paula Ferreira da Silva Celular: 66-9689-3268	Ivanete Oliveira Soares Silva Celular: 66-99684-6400
Escola Municipal de Educação Infantil Meu Pequeno Lar – INEP 51060248	: Rua Apolônio Bouret de Melo, s/n Bairro: Centro	Vera Lucia Alves da Silva Celular: 66-99689-9996	Sinara Silva de Quadros Celular: 66-99695-2580
Escola Municipal 03 de Maio – INEP 51017695	Rua José Nilo Ferreira nº 157 Telefone: 66-3573-3019 Bairro: Bica D'água	Leila Minatto Gomes Celular: 66-99654-6343	Joana Darc da Silva Borges Celular: 66-99662-6441
Escola Municipal 17 de Dezembro – INEP 51017350	Rua Xavante, nº 313 Bairro: União	: Marinei Vilela de Souza Celular: 66-9636-4300	Maria Antônia Mesquita Da Silva Costa Celular: 66-99649-8128
Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho – INEP 51017750	Rua: João Pessoa nº 624 Bairro: Vila Concórdia	Jileuza Reis Vieira Celular: 066 – 99931-0765	Franciane Cavalcante Teza Celular: 66-99612-6641
Escola Municipal Rui Barbosa – INEP51017580	Endereço: Rua Alice Marques nº 185 Bairro: Rui Barbosa	Eva Auxiliadora da Silva Dantas Celular: 66-99645-6445	Eliara Priscila Andrade da Mata Celular: 66-99642-6604
Escola Municipal Vista Alegre – INEP 51017733	Rua Videira nº 219 Bairro: Vista Alegre	Laura Maria Rodrigues Nascimento Celular: 66-9976-0382	Rosineya Araujo Mazutti Ferreira Celular: 66-99958-6178
Escola Municipal Teles Pires – INEP	Rua Videira nº Rua 05, Residencial Colina Verde Bairro: Teles Pires	Rosangela Alves dos Santos Celular: 66-9979-7019	Joana Moreira de Faria Celular: 066 – 99958-1376

ESCOLAS RURAIS:

Nome da Escola	Endereço	Direção/Celular	Coordenação/celular
Escola Municipal do Campo Euzébio de Queiroz – INEP 51017440	Rua dos Imigrantes s/n Telefone: 066 – 3444-1012 Salto da Alegria Zona Rural Distância: 205 km	Maria Adelia da Silva Celular: 66-99964-6540	Cirlei Roesler Vargas
Escola Municipal do Campo Alcides Visoni – INEP 51017547	Comunidade de Santiago do Norte Telefone: 66-3444-1003 (contato) Zona Rural Distância: 160 km	Manuela Sarda Danguy Lustosa Pacheco Celular: 66-99617-6797	-
Sala Anexa Agrochapada - Escola Municipal do Campo Alcides Visoni	Fazenda Agrochapada MT 130 Zona Rural Distância: 136 km	Coordenadora Pedagógica Francisca Moreira Braga Celular: 66-99689-3268	-
Sala Anexa Boa Vista - Escola Municipal do Campo Alcides Visoni	Endereço: Assentamento Boa Vista Telefone: 4400-7282 Zona Rural Distância: 180 km	Coordenadora Pedagógica: Francisca Moreira Braga Celular: 66-99689-3268	-
Escola Municipal do Campo Valter Ribeiro de Souza – INEP 51053497	Assentamento Pontal do Piranha Telefone: 4400-7283 Zona Rural Distância: 160 km	Ivania Gomes de Souza Silva Celular: 66-99238-8201	-
Escola Municipal do Campo Geraldo Jose Delai – INEP 51058642	: Fazenda Carajás Zona Rural Distância: 80 km	Fabricia Aroma Celular: 66 99684-9321	-
Escola Municipal do Campo Lucio Catarino Valverde - INEP 51091143	Assentamento Colorado MT 130 + 40 km a esquerda Zona Rural Distância: 80 km		Carminha Ferreira dos Santos Celular: 66-99667-5733

ESCOLAS INDÍGENAS:

Nome da Escola	Endereço	Direção/Celular	Coordenação/celular
Escola Municipal Indígena Novo Progresso– INEP - 51017458	Etnia indígena Xavante Aldeia Indígena Novo progresso Zona Rural Distância: 90 km	-	Coordenadora Pedagógica: Francisca Moreira Braga Celular: 66-99689-3268
Escola Municipal Indígena Ceremece Cerepse – INEP 51017466	Endereço: Etnia indígena Xavante Aldeia Indígena Marechal Rondon Zona Rural Distância: 70 km	-	Coordenadora Pedagógica: Francisca Moreira Braga Celular: 66-99689-3268
Escola Municipal Indígena Arimatéia - INEP 51086581	Endereço: Etnia indígena Xavante Aldeia Arimatéia Zona Rural Distância: 50 km	-	Coordenadora Pedagógica: Francisca Moreira Braga Celular: 66-99689-3268
Escola Municipal Indígena Otavio Kurewe – INEP51017482	Etnia Indígena Bakairi Zona Rural Distância: 70 km	-	Coordenadora Pedagógica: Francisca Moreira Braga Celular: 66-99689-3268
Escola Municipal Indígena José Pires Uluko – INEP51017520	: Etnia Indígena Bakairi Zona Rural Distância: 65 km	-	Paulo Kavopi Celular: 66 99215-7746
Sala Anexa Vicente Kaiawa	Etnia Indígena Bakairi Zona Rural Distância: 50 km	-	-
Sala Anexa Indígena Paikum	Etnia Indígena Bakairi Zona Rural Distância: 60 km	-	-

ESCOLAS ESTADUAIS

Assessora Pedagógica:Luciana Visoni Scafuro

Celular: 66 99605-0553

Nome da Escola	Endereço	Direção/Celular	Coordenação/celular
Escola Estadual Osvaldo Cândido Pereira	Av. Mato Grosso, 690 - Centro	Claudinete Botelho Klein Celular: 66 99654-1193	-
Escola Estadual Apolônio Bouret de Melo	Av. Bandeirantes, 2529 - Centro	Renato Serrano da Costa Celular: 66 99956-7315	-
Escola Estadual 29 de Junho	R. João Pessoa, 794, Vila Concórdia	Maria de Fátima Silva Lima Celular: 66 99651-8720	-
Escola Estadual Indígena Paihitwara	Aldeia Uirapuru Etnia indígena Xavante	Natal Waawe Celular: 66 99921-6935	-
Escola Estadual Indígena Kura Bakairi	Aldeia Pakuera Etnia Indígena Bakairi	: Marinho Uluko Xerente Celular: 66 99665-5730	-
Escola Estadual Indígena Aturua	Etnia Indígena Bakairi	Gilberto Sapenague Paroca	

PARTICULARES

Nome da Escola	Endereço	Direção/Celular	Coordenação/celular
Colégio Acácia – Centro Integrado de Ensino	Rua Lirio Dos Vales, 89, Jd. Primavera Diretor:Elizeth Leopici Arantes	Elizeth Leopici Arantes Celular: (66) 99902-6934	-
Centro de Estimulação Infantil Despertar	Rua 17 de Dezembro, 540 - Centro Diretor: Salete Mendes Visoni	Salete Mendes Visoni Celular: (66) 98127-2849	-
Educandário Espírita Paulo de Tarso		Cleia Amorim Rodrigues Celular: (66) 99920-9923	-
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	: Bakairis, S/N - Novo Horizonte Telefone:(66) 3573-3642	Geralda Policeno da Silva Celular: (66) 99978-3084	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação; junho/2018

ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO MUNICÍPIO DE PARANATINGA – MT

O atendimento da modalidade EJA no município é feita pelas redes municipal e estadual.

A rede municipal oferta o 1º Segmento da EJA Ensino Fundamental, na Escola Municipal 03 de Maio, localizado na zona urbana, no período noturno.

A rede estadual oferta o 2º e 3º Segmento da EJA Ensino Fundamental, e a EJA Ensino Médio, nas escolas: Escola Estadual Osvaldo Candido Pereira, localizada na zona urbana e nas salas anexas localizadas na zona rural; Escola Estadual Indígena *Aturua* e *Kura Bakairi* localizada na terra indígena *bakairi*; Escola Estadual Indígena *Pahitwara*, localiza na terra indígena *xavante*.

ESCOLASQUE OFERTAM EJA NO MUNICÍPIO DE PARANATINGA

Rede	Municipal	Estadual	Particular
1º Segmento	01	-	-
2º e 3º Segmento e Ensino Médio	-	04	-

Fonte: Censo Escolar/INEP. www.qedu.org.br

ALUNOS DA EJA NO MUNICÍPIO DE PARANATINGA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS.

Matrículas	2014	2015	2016	2017
EJA	585	555	484	378

Fonte: Censo Escolar/INEP. www.qedu.org.br

NÚMERO DE ALUNOS QUE ESTÃO FORA DA ESCOLA.

De acordo com informações contidas no site "*Fora da Escola Não Pode!" (http://www.foradaescolanaopode.org.br),* queé uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para garantir que cada criança e adolescente esteja na escola e aprendendo, atualmente no município de Paranatinga – MT existem 683 crianças, da faixa etária de 4 a 17 anos, fora da escola.

Na escola – 4.276 (86,2%)

Fora da escola – 683 (13,89%)

Renda média domiciliar
Até 1/2 salário mínimo: 50.3%
De 1/2 a 1 salário mínimo: 29.0%
Mais de 1 salário mínimo: 20.5%

Fonte:http://www.foradaescolanaopode.org.br

Perfis das crinaças fora da escola (4 a17 anos)	
Sexo	
Masculino: 56.4%	Feminino: 43.6%
Cor / raça	
Brancos: 22.3%	Negros: 77.7%
Localização	
Rural: 41.9%	Urbana: 58.1%

MATRÍCULAS DAS REDES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS

Matrícula	2014	2015	2016	2017
Creches	415	408	415	415
Pré Escolas	610	646	704	674
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	1.838	1.808	1.782	1.812
Ensino Fundamental - Anos Finais	1.413	1.377	1.430	1.491
Ensino Médio	954	957	886	912
EJA	585	555	484	378
Educação Especial	-	-	-	230
TOTAL	5.815	5.751	5.701	5.912

Fonte: Censo Escolar/INEP. www.qedu.org.br

8.5. INDICADORES DA SAÚDE

Nome	2015	2016	2017	Observação
Esperança de vida ao nascer	80	80	84	SINASC
Número total de nascidos vivos	306	271	295	SINASC
Número total de unidades básicas de atendimentos em saúde	5	5	5	CNES/DATA-SUS
Número total de leitos hospitalares	35	35	35	CNES/DATA-SUS
Número total de óbitos com menos de um ano de idade	7	5	4	SIM
Número total de óbitos por doenças do aparelho respiratório	3	2	10	SIM
Número total de óbitos por doenças do aparelho circulatório	26	12	15	SIM
Número total de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré natal	99	80	101	SINASC
Número total de internações	901	753	802	DATASUS/ SIHD
Número total de consultas médicas (atenção básica – especialidade – urgências – emergências)	43.165	40.479	67.741	DATASUS/ SIA
Número total de atendimento pronto socorro	17.040	16.419	15.443	DATASUS
Número total pacientes em lista de espera para cirurgia			83	REGULAÇÃO
Número total de pacientes em lista de espera para consulta especializada			1399	REGULAÇÃO
Número de cobertura vacinal em <2 anos (Pentavalente 3ºdose, Pneumocócica 10 valente 2ºdose, Poliomielite 3ºdose, Triplice Viral 1º dose)		22,22%	100%	DATASUS/ PNI
Quantidade de registros de IST (Infecção sexualmente transmissíveis)	2	1	4	SINAN NET
Percentual da cobertura da atenção primária da população (Postos de saúde)	80,92%	80,92%	80,92%	CNES/DATA-SUS
Número total de nascidos vivos cujas as mães tinham 19 anos ou menos	26,79%	21,77%	26,44%	SINASC
Número total de crianças com baixo peso ao nascer menor que 2.500 gramas	13	7	16	SINASC
Número total de crianças menores de 5 anos desnutridas	3	4	5	SISVAN
Número total de mortes por homicídio de jovens com idade de 15 a 29 anos	3	7	3	SIM
Número total de óbitos por homicídio	9	13	16	SIM
Total de mortes de ocupantes de automóveis e caminhonetes	2	3	2	SIM
Número de adultos com obesidade	564	455	307	SISVAN

8.6. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

Situação no mercado de trabalho	Masculino	Feminino	Total
Empregador	79	21	100
Assalariado com carteira de trabalho	1.114	362	1.476
Assalariado sem carteira de trabalho	291	183	474
Autônomo com previdência social	189	72	261
Autônomo sem previdência social	338	96	434
Aposentado/Pensionista	311	292	603
Desempregado	147	83	230
Não trabalha	366	681	1.047
Outro	207	286	493

8.7. DADOS SOCIAIS 8.7.1 Previdência

UNIDADE ORGÂNICA: APS PARANATINGA	BENEFÍCIOS ATIVOS	BENEFÍCIOS CESSADOS	BENEFÍCIOS SUSPENSOS	BENEFÍCIOS BLOQUEADOS PARA CONTROLE DE PAGAMENTOS	BENEFÍCIOS CESSADOS PARA *SISOBI
TOTAL	3.166	5.843	45	5	840

Fonte: Agência da Previdência Social de Paranatinga – MT

*Sistema de Informação de Controle de óbitos

8.7.2 Serviços Públicos no município de Paranatinga/MT

Sistema de água, esgoto e drenagem

A prefeitura municipal de Paranatinga através da Lei 1.350/2016 fez a concessão/licitação dos serviços de água, saneamento e esgoto, na qual à empresa Nascente do Xingu - Águas de Paranatinga é responsável desde então pelos serviços prestados em todo município.

Fornecimento de água:

Ligações na rede	Ligações residências	Ligações comerciais	Ligações públicas
5.541	5.197	297	87

Total de ligações:	1.200
População atendida:	pessoas
Aproximadamente	3.672

Contendo 2 (duas) estações de tratamento de água, sendo: Esgotamento sanitário e Sistema de drenagem. A manutenção e de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

É importante ressaltar que a empresa da concessão, Nascente do Xingu - Águas de Paranatinga implementou a Tarifa Social, projeto no qual beneficiam pessoas inscritas no Cadastro Único, ou seja, famílias que recebam até 2 (dois) salários mínimos, ou renda per capita de ½ (meio) salário mínimo mensal.

Energia elétrica

A Energisa é a empresa concessionada para fazer o fornecimento de energia elétrica para o município de Paranatinga. A empresa fez uma parceira com o município, onde a mesma cobra a taxa de iluminação publica, porem é devolvida para a prefeitura, então executar as manutenções necessárias de postes e lâmpadas da cidade.

Total arrecadado (Valor aproximado em R$):

Janeiro/2018	Fevereiro/18	Março/18	Abril/18	Maio/18	Junho/18
76 mil	75 mil	76 mil	75 mil	82 mil	87 mil

Repasse para o município (Valor aproximado em R$):

Janeiro/2018	Fevereiro/18	Março/18	Abril/18	Maio/18	Junho/18
47 mil	39 mil	44 mil	44 mil	52 mil	52 mil

Fonte: Energisa –MT.

Coleta de Lixo

A coleta de lixo realizada no município é de responsabilidade pública, ou seja da prefeitura municipal. A área de cobertura é de todo perímetro urbano, a forma de cobrança é através do IPTU. O total arrecadado com o IPTU em 2017: R$ 3.543.328,97 (Três milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos). O valor aproximado repassado para coleta de lixo foi de R$ 67.433,00 (Sessenta e sete mil e quatrocentos e trinta e três reais), aproximadamente 5%.

Pavimentação asfáltica

A pavimentação é realizada com recursos próprios do município e indicação parlamentar.

- Levantamento Topográfico Realizado em 2018:

Total de ruas:	Não pavimentadas:	Pavimentadas:
132,72km	52,84km	79,88km

Transporte municipal

Realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, possuindo 52 (cinqüenta e dois) linhas de ônibus atendendo toda a zona rural e urbana do município, tendo como veículos: microônibus, ônibus e vans.

- Transporte escolar

Onibus Proprio:	Rota urbana/rural	Rota urbana	Rota rural	Rota Paranatinga x Primavera
16	10	06	31	05

Transporte público

O município possui transporte coletivo privado, sendo realizado pela Empresa Paranatinga-Tur que conta com uma frota de 7 (sete) ônibus, suficientes e acessíveis para atender a toda a comunidade, com uma tarifa de R$ 3,50 (três reais e cinqüenta centavos), disponibilizando 10 (dez) pontos de ônibus.

Poder Judiciário

O município possui uma Comarca, fundada no dia 06 de setembro de 1996 e possui em seu quadro dois magistrados, funcionando de forma regular, com duas varas de justiça comum.

1° Vara Cível Criminal

Assesor de gabinete I	Assessor de gabinete II	Auxiliar Judiciária /gestora	Auxiliar Judiciária	Técnica Judiciária	Analistas judiciarios	Estagiários
01	01	01	01	01	03	05

2° Vara Cível Criminal

Assesor de gabinete I	Assessor de gabinete II	Auxiliar Judiciária /gestora	Auxiliar Judiciária	Técnica Judiciária	Analistas judiciarios	Estagiarios
01	01	01	01	01	03	05

Juizado Especial

Auxiliar Judiciária /gestora	Técnica Judiciária	Central de Apoio Profissional Ag. da Infância e Juventude	1 Ag. da Infância e Juventude Central de Administração	Técnica Judiciária /gestora	Técnica Judiciária /gestora Administrativa 2 e 3	Auxiliar judiciária
01	01	01	01	01	02	01

CEJUSC – Centro Judiciário de Solução e Conflito

Oficiais de justiça	Técnico Judiciário	Tecnico Judiciario/ Gestora 2	Conciliadora CEJUSC e Juizado	Psicologa	Tercerizados Telefonista, Recepcionista, Copeiro, limpeza
05	01	01	02	01	06

1° Magistrado

1 Dr.º Jorge Hassib Ibrahim

Defensória Pública

Advogado do Estado que atende as pessoas carentes, com exceção de causas trabalhistas e contra o INSS. A defensoria pública atende mensalmente 250 (duzentos e cinqüenta) pessoas.

Defensor	Secretário	Estagiário
01	01	02

Ministério Público

A promotoria foi fundada em junho de 2008, e contem 2 (dois) setores, Promotoria de Justiça Cível de Paranatinga e Promotoria de Justiça Criminal de Paranatinga. Contando atualmente com a seguinte equipe de trabalho:

Promotoras		Técnico Adminitrativo
Área Criminal	Área Civil	
01	01	01

Policia Militar

A companhia da Polícia Militar conta com 29 (vinte e nove) policiais e 3 (três) viaturas, sendo 2 (dois) pálios e 1 (um) L200.

Servidores da companhia da 3ª Cia:

Comandante	Sub. Comandante	Operacionais	Guarda Fórum	Auxiliar Administrativo – Sistêmica	Copom 190
01	01	21	04	01	01

Segundo estatística da PM houve uma redução de 5% nos casos de homicídio e de roubo no primeiro semestre de 2018 se comparado ao ano de 2017.

A violência conta mulheres de janeiro a junho de 2018, segundo estatísticas alcançou um índice de 46 casos registrados.

Polícia Judiciária Civil

O município conta com uma delegacia da Policia Judiciária Civil que faz uso de 2 (duas) viaturas:

Equipe – Policia Judiciaria Civil:

Delegado	Investigadores		Escrivãs	
01	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	07	01	01	01

Ø Espaço Físico

Cartórios		Salas				Celas
Escrivã	Gabinete	Investigadores	B.O	reconhecimento	Arquivos	
04	01	01	01	01	02	02

*Não atende a demanda do município.

Fonte: Polícia Judiciária Civil - junho 2018.

Cadeia Pública Municipal

A cadeia publica municipal possui capacidade para 54 (cinqüenta e quatro) detentos, tendo disponível 8 (oito) celas com capacidade para 8 presos, e 2 (duas) viaturas. Porem a população carcerária atualmente conta com 66 (sessenta e seis), com idades entre 18 à 74 anos. Contando com uma equipe de trabalho, com plantões de 24x72 horas e 1 folga mensal, composta da seguinte forma:

Diretor	Agentes Penitenciarios	
	Homens	Mulheres
01	11	04

Espaço Físico

Celas	Sala Direção	Sala dos Agentes	Sala de monitoramento	Cela Triagem
08	01	01	01	01

Rodoviária

As empresas que atuam no município com viagens intermunicipais e interestaduais são:

EMPRESAS			
RUBI	**SOL NASCENTE**	**NOVO HORIZONTE**	**PARANATINGA TUR**
Linhas	Linhas	Linhas	Linhas
Rondonopolis, Primavera do Leste, Poxoréo .	Primavera do Leste, Campo Verde, Cuiabá	Primavera do Leste, Ronodonopolis.	Gaucha do Norte, Santiago do Norte e Salto da Alegria

9. UNIDADES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A estrutura do Sistema único de Assistência Social- SUAS em 2018 se apresenta da seguinte forma:

EQUIPAMENTO DA REDE SOCIOASSISTÊNCIAL DO SUAS

	Qtd. de Equipamentos Ativos	Cofinanciado(s) pelo
CRAS	1	1 (abr/2018)
CREAS Municipal	1	1 (abr/2018)
Unidades de Acolhimento	2	*- vagas em unidades (out/2018)

Fonte: MDS, CadSUAS (base corporativa) (mai/2018); MDS, Dados Consolidados PSB/PSE; MDS, Censo SUAS 2018.

9.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, os programas, os projetos e os benefícios socioassistenciais, materializam as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social. Evidenciar as especificidades das ações e refletir sobre os pressupostos da articulação entre o PAIF e o SCFV é algo essencial no Plano de Assistência Social, sobretudo se considerarmos que nos últimos anos ambos os serviços têm se tornado referência na garantia de proteção social.

No tocante à proteção social básica, o referenciamento visa, sobretudo, tornar factível a articulação dos demais serviços ao PAIF. Tal articulação possibilita a operacionalização e a organização do atendimento e/ou acompanhamento das famílias dos usuários do SCFV e dos participantes de outros programas, projetos e benefícios da proteção social básica.

Assim, é preciso que as unidades que ofertam tais serviços estejam referenciadas ao CRAS e que sejam estabelecidos fluxos de encaminhamento e de repasse de informações sobre as famílias entre o PAIF e esses serviços.

9.2. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA PAIF

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O trabalho social continuado do PAIF deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. Os termos fortalecer, prevenir e promover, presentes na descrição do PAIF, apontam para seu caráter antecipador à ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a ofertar às famílias uma forma de atendimento que, como a própria denominação traz, proteção as famílias.

Proteção que, além do enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, atua também no desenvolvimento de potencialidades, a partir do reconhecimento de que ninguém está desprovido de tudo, uma família que está sobrevivendo na vulnerabilidade detém ativos importantes.

Nessa direção, é preciso identificar e fortalecer os recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, participação social, sociabilidade e redes sociais de apoio, entre outros, bem como dos territórios onde vivem. Um dos objetivos do PAIF é o fortalecimento da função protetiva da família, compreendendo-a como o lugar do cuidado, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais e de pertencimento, mas sem perder de vista que ela pode também configurar um espaço de reprodução de desigualdades e de violência.

As oficinas com famílias e as ações comunitárias suscitam a reflexão sobre vulnerabilidades, riscos ou potencialidades das famílias e agregam diferentes grupos, a partir do estabelecimento de um objetivo comum, essas ações passam a contribuir significativamente para o desenvolvimento de projetos coletivos e o protagonismo da comunidade. Paranatinga tem previsão de atendimento de 2.500 famílias referenciadas.

9.3. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV

A fim de complementar o trabalho social com famílias realizado pelo PAIF, o SCFV, em Paranatinga com 250 metas pactuadas, também compõe a proteção social básica, com vistas a prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O SCFV organiza-se em grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade. A formação dos grupos deve respeitar as necessidades dos participantes, levando em consideração as especificidades do seu ciclo de vida.

Dessa maneira, no serviço podem ser organizados grupos de crianças, de adolescentes, de adultos e de pessoas idosas, a depender da demanda existente no Município.

É importante que a composição desses grupos preserve a diversidade existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias, gêneros, entre outros, além de garantir a participação das pessoas com deficiência. O serviço tem como objetivo assegurar a qualidade e a efetividade do trabalho, principalmente no que diz respeito ao necessário acompanhamento dos usuários que compõem os grupos.

É fundamental não perder de vista o caráter preventivo e proativo desse serviço que, como os demais serviços de Proteção Social Básica, antecipam- se às situações de desproteção familiar e àquelas constatadas no âmbito público, oferecendo aos usuários alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Os encontros do SCFV são situações de convivência para diálogos e fazeres que constituem algumas dessas alternativas.

Nessa direção, esses encontros são espaços para promover processos de valorização e reconhecimento, estratégias que consideram as questões e os problemas do outro como procedentes legítimos, dentre eles: a escuta, a produção coletiva, o exercícios de escolhas, a tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo, o diálogo para a resolução de conflitos e divergências, o reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas, as experiências de decisões coletivas, o aprendizado e ensino de forma igualitária, o reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas, o reconhecimento e admiração da diferença.

Os encontros dos grupos do SCFV devem criar oportunidades para que os usuários vivenciem as experiências anteriormente mencionadas. Isso pode ser efetivado mediante variadas ações. Entre elas, as oficinas, que consistem na realização de atividades, porém as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso, os temas transversais e os objetivos a serem alcançados nos grupos.

9.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICILIO PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA E IDOSAS

O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltado ao caráter preventivo do serviço.

O planejamento das ações é realizado pelo município de acordo com a territorialização e a identificação da demanda. Esse serviço é referenciado ao CRAS e coordenado pelo órgão gestor, sendo que o trabalho realizado é sistematizado e planejado por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Usuário – PDU, que é um instrumento de observação, planejamento e acompanhamentos das ações realizadas.

O trabalho social essencial para o desenvolvimento do serviço é: Proteção social proativa; a segurança de acolhida; visita familiar; escuta; encaminhamento para o cadastramento socioeconômico; orientação e encaminhamentos; orientação familiar; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; elaboração de instrumentos técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário; mobilização para a cidadania; documentação pessoal.

No município o trabalho vendo sendo desenvolvido com as famílias dos Idosos e as pessoas com Deficiências, atendidas pelo programa de transferência de renda BPC.

9.5. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E AÇÕES EXECUTADAS PELA EQUIPE VOLANTE

A Equipe Volante é uma equipe adicional, que integra o CRAS, e está em funcionamento. Tem como objetivo executar serviços de proteção social básica no território de abrangência do CRAS, para atendimento a famílias que já são referenciadas a esta unidade, porém vivem em locais de difícil acesso e/ou estão dispersas em território com peculiaridades tais como extensão territorial, isolamento, áreas rurais e, ou de difícil acesso. Os serviços estão organizados e disponíveis de forma que a população que deles necessita possa acessá-los.

A relevância desse serviço é para a ampliação do acesso a população em extrema pobreza e que vive distante do CRAS, aos serviços e benefícios de Proteção Social Básica, priorizando o PAIF, sempre são necessários, e também a inserção na Proteção Especial ou encaminhamento para serviços de outros setores.

Principais atribuições da Equipe Volante - Ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; - Ofertar demais serviços de Proteção Social Básica, conforme necessidade; - Realizar busca ativa (saber onde estão as famílias em situação de extrema pobreza); - Apoiar a inclusão e atualização cadastral, no CadÚnico, das famílias que moram em áreas dispersas; e possibilitar o acesso à renda (BPC e Bolsa Família) - Realizar encaminhamentos para a rede socioassistencial e setorial.Previsão de atendimento de 150 famílias ao ano.

9.6. GESTÃO DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CADASTRO ÚNICO – GOVERNO FEDERAL

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

Em Paranatinga, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em junho de 2018 é de 3.072, porém somente 2.398 tem perfil de Cadastro Único, do total cadastrados esta distribuídas da seguinte forma:

298 com renda per capita familiar de até R$85,00; 443 com renda per capita familiar entre R$ 85,01 e R$170,00; 1.157 com renda per capita familiar entre R$ 170,01 e meio salário mínimo; 1.174 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família - PBF é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de junho de 2018, 698 famílias, representando uma cobertura de 40,65% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R$ 155,49 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 108.529,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de junho de 2018, atingiu o percentual de 87,36 %, para crianças e adolescentes entre 6 e17anos, o que equivale a 1.071alunos. A média Nacional é de 91,07% de acompanhamento na educação.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de primeiro semestre de 2018, atingiu 88,44 %, percentual equivale a 566 famílias de um total de 640; sendo que a média Nacional de acompanhamento na saúde é de 72,76%, o município está acima da média nacional.

A taxa de Atualização Cadastral (TAC) em Paranatinga é de 83,78%, enquanto a média Nacional encontrasse em 73,16%. Existe uma estimativa de 2.398 famílias com renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa, no município, porém ainda faltam 499 cadastros a serem incluídos para que a estimativa de famílias pobres esteja devidamente coberta pelo Cadastro Único.

9.7. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

É um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e que garante o pagamento mensal de 01 (um) salário mínimo à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

Em junho de 2018, o número de beneficiários do BPC, no município de Paranatinga totalizava 460 pessoas, sendo 226 idosos e 234 pessoas com deficiência e da RMV 08 pessoas, sendo que o valor correspondente ao mês de março/2018, totalizou R$ 438.418,71 de BPC e R$ 7.632,00 de RMV.

10. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Os serviços de Proteção Social Especial destinam-se a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou ameaçados. São serviços que requerem o acompanhamento de famílias e indivíduos que necessitam de apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva, demandando atendimento de forma efetiva e monitorada, por este motivo na Proteção Social Especial estão previstos níveis de complexidade diferenciados: média e alta complexidade.

Os serviços de Proteção Social especial têm estreita interface com o sistema de Garantia de Direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos.

10.1. SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIBILIDADE SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVÍDUO - PAEFI

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI de acordo com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é o serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violações de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Deve garantir atendimento sistemático, continuado e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar direitos.

O trabalho é realizado com famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: Violência Física, psicológica e negligência;Violência Sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas socioeducativas ou medidas de proteção; Tráficos de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminação/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar; Descumprimento de condicionalidades do PBF e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI em decorrência da violação de direitos.

O serviço deve ser ofertado exclusivamente no CREAS e deverá funcionar no período mínimo de cinco dias por semana, oito horas diária.

Dentre as atividades essenciais do PAEFI estão: Entrevistas de acolhida e avaliação inicial; Atendimento psicossocial (individual, familiar e em grupo); Construção do Plano de Atendimento; Orientaçãojurídico-social; Elaboração de relatórios técnicos sobre o acompanhamento realizado; Ações de mobilização e enfrentamento; Acompanhamento dos encaminhamentos; Visita domiciliar, quando necessário; Articulação com arede.

O acesso ao serviço do PAEFI as famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos se dá através da identificação e encaminhamento dos serviços de proteção e vigilância social; por encaminhamento de outros serviços sócio assistenciais, das demais políticas públicas setoriais, dos demais órgãos do SGD e do Sistema de Segurança Pública - SSP; e por demanda espontânea.

10.2. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, no território, a incidência de trabalho Infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva de garantia dos direitos.

10.3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDAE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos a para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com a legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acres-

cidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

O trabalho social que deve ser desenvolvido são: Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contrarreferência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

10.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS.

É um serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/ capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla “cuidador e dependente”. Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.

A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

10.5. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O Serviço é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

11. SERVIÇOS DA PROTEÇAO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE

11.1. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CASA DE PASSAGEM TRANSITÓRIA LAFAYETTE EUSTÁQUIO DE SOUZA

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem- -se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.

Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

O serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”.

Em Paranatinga o atendimento é em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 12 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade tem os educadores/ cuidadores que trabalham em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Conta com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

A Casa Lar está situada a Rua Araçatuba, nº 29, no Bairro Vista Alegre, onde tem a capacidade de acolher 12 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos.

Distribuição por faixa etária e sexo:

CRIANÇAS	04	MASCULINO
ADOLESCENTES	05	03 FEMININOS
		02 MASCULINOS

Dados do CREAS de Paranatinga –MT em julho 2018.

11.2. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS- CASA LAR ESPERANÇA.

O serviço de acolhimento em Paranatinga é para pessoas idosas com 60 anos e/ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deveria ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. Está previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Idosos com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. Idosos com deficiência também são incluídos nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento.

O atendimento é em unidade institucional com característica de domicilio, que acolhe os idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. Devendo assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade. A capacidade de atendimento da unidade é de 39 pessoas idosas, sendo que em julho de 2018 estão acolhidos 28 idosos, devendo seguir as normas da Vigilância Sanitária, devendo ser assegurado o atendimento de qualidade, personalizado, com até cinco idosos por quarto. Está localizado a Rua Ivone Rosa de Souza, 120, Bairro Vila Nova em Paranatinga – MT.

Distribuição por Sexo:

SEXO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
MASCULINO	21	ACOLHIDOS
FEMININO	07	ACOLHIDOS

VALORES REPASSADOS PELO FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome	Repassado em jul/2018	Repassado em 2018	Repassado em 2017
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	R$ 2.379,56	R$ 14.355,91	R$ 60.633,45
COMPONENTE - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 40.393,32
Total	R$ 2.379,56	R$ 14.355,91	R$ 101.026,77

Serviços

Nomes	Repassado em Jul/2018	Repassado em 2018	Repassado em 2017
APOIO FINANCEIRO AO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R$ 0,00	R$ 55.576,59	R$ 0,00
COMPONENTE – PISO BÁSICO FIXO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 78.000,00
COMPONENTE – PISO BÁSICO VARIÁVEL III – EQUIPE VOLANTE	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 63.000,00
COMPONENTE – PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 96.000,00
COMPONENTE – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 179.482,80
TOTAL	R$ 0,00	R$ 55.576,59	R$ 416.482,80

Fonte: MDS, Fundo Nacional de Assistência Social, Relatório de Parcelas Pagas (0rdem bancária) - Atualizado em: **11/07/2018** (Rede SUAS, Relatório Financeiro de Parcelas Pagas)

11.3. INSTÂNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – AUTÔNOMA – CONSELHO TUTELAR

Os Conselhos Tutelares constituem um dos instrumentos mais importantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, como órgãos públicos encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Previstos pelo ECA (Lei 8.069/1990), são criados por lei para garantir que, nos municípios, a política de atendimento à população infanto-juvenil seja cumprida.

Quando comprovada a suspeita ou denúncia de violação dos direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, cabe ao conselheiro tutelar acionar os demais atores da rede de proteção à infância e adolescência, como as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, e as instâncias do Poder Judiciário, como o Ministério Público e os Juizados da Infância e Juventude.

Além de atender as denúncias, o conselheiro tutelar também deve estar atento à realidade de sua comunidade, atuando na prevenção de situações que ponham em risco os direitos de crianças e adolescentes.

Os conselheiros tutelares são escolhidos pela própria comunidade em processo eleitoral conduzido pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Para concorrer ao cargo, é necessária que o cidadão tenha reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos, tenha concluído o Ensino Médio e resida no município.

Em Paranatinga o Conselho Tutelar funciona em sede própria e teve sua última eleição em outubro de 2015 para o mandato no quadriênio 2016-2019, sua composição é de 5 pessoas. A manutenção das atividades é custeada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

11.4. REDE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

A Rede Privada de Assistência Social é composta por entidades não governamentais estabelecidas no município, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. Para o SUAS, tais instituições são parceiras imprescindíveis para a execução da Política de Assistência Social.

Paranatinga tem hoje uma instituição inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, órgão que acompanha, avalia e fiscaliza as mesmas, sobretudo quando existe cofinanciamento de ações com recursos públicos.

A Associação de Pais e Amigos das Pessoas com Deficiência de Paranatinga – APAE, fundada em 14 de janeiro de 1992, está localizada a Rua *Bakairis*, nº 800, Bairro Novo Horizonte, com telefone(66) 3573-2047, são atendidos 60 pessoas sendo crianças, adolescentes e adultos. O poder público através do reconhecimento de utilidade pública municipal pela Lei 020/1993 de 18 de outubro de 1993; coofinacia alimentação, material didático, combustível e manutenção para o ônibus, também o pagamento de energia elétrica, internet e alguns funcionários, sendo esses, 5 são cedidos pelo órgão gestor e 07 são contratados pela própria entidade.

12. OBJETIVOS 12.1. OBJETIVOS GERAIS

Consolidar o Sistema Único de Assistência Social no município de Paranatinga de forma a viabilizar a garantia de direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº.8.742/93).

12.2. OBJETIVOSESPECÍFICOS

- Aprimorar as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidades no município de Paranatinga, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS;

- Implantar novas ações e serviços de acordo com a tipificação e demandas do município tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº.8.742/93);

- Apoiar os conselhos enquanto instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, como forma de democratizar agestão;

- Aprimorar as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Política Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção;

Valorizar os Trabalhadores do SUAS.

- Valorizar os trabalhadores do SUAS

- Prevenir o abrigamento institucional de pessoas com deficiência e/ou pessoas com vistas a promover a sua inclusão social;

- Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;

- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem a ruptura com a prática de ato infracional;

13. DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

I. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; II. Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo; III. Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV. Matricialidade sociofamiliar; V. Territorialização; VI. Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; VII. Controle social e participação popular.

14. DETALHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS: 2018 – 2021

14.1. EIXO 1 - GESTÃO

	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2018	2019	2020	2021	MUNICIPIO	ESTADO	UNIÃO
MODALIDADE/ SERVIÇOS	- Produzir para os/as trabalhadores/as do SUAS: uniformes; crachás	100% dos funcionários usando uniformes e crachás		X		X	X		
	Suprir os serviços públicos de Assistência Social com mobiliário, equipamentos, e veículos.	Setores Equipados	X	X	X	X	X	X	X
	- Garantir profissionais para operacionalização da Politica Municipal de Assistência Social, de acordo com a NOB-RH/SUAS	Todos os serviços cobertos	X	X	X	X	X	X	X
	- Elaborar e implantar o Plano Municipal de capacitação da SMAS, contemplando todos os trabalhadores do SUAS.	Plano elaborado e implantado		X			X	X	
	- Garantir a revisão da Lei municipal referente aos Benefícios Eventuais	Lei Revisada		X	X		X		
	- Elaborar e implantar a Politica Municipal de Assistência Social(Lei do SUAS)	Política elaborada e implantada		X			X		
	- Estabelecer parcerias com as demais Secretarias para a construção de ações conjuntas das demandas	Rede funcionando	X	X	X	X	X		
	-Garantir sistema de informação que interligue os serviços da SMAS	Sistema garantido	X	X	X	X	X	X	
	- Realizar parceria com a Secretaria de Educação em prol dos idosos analfabetos	Parceria efetivada		X	X	X	X		
	- Garantir a realização dos casamentos comunitários para o público inscrito no cadastro Único	Ação realizada		X			X	X	
GESTÃO DA SMAS	- Firmar parcerias com Secretaria de Educação e Esporte, para realização de ações do SCFV de todas as faixas etárias	Parceria concluída e funcionando	X	X	X	X	X		
	- Garantir manutenção dos veículos da frota da SMAS	Veículos revisados	X	X	X	X	X		
	-Garantir recursos para realização de mutirões, campanhas e projetos	Recursos alocados	X	X	X	X	X	X	

MODALIDADE/ SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2018	2019	2020	2021	MUNICIPIO	ESTADO	UNIÃO

GESTÃO DO TRABALHO	Manter cursos de geração de emprego e renda para o público do PAIF e Bolsa Família, observando perfil e vocação do município.	Cursos em funcionamento	X	X	X	X	X	X	X
	Promover parcerias com Empresas Privadas para estágios de Adolescente Aprendiz	Parcerias realizadas	X	X	X	X	X		

MODALIDADE/ SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FINANCIAMENTO**		
			2018	**2019**	**2020**	**2021**	**MUNICIPIO**	**ESTADO**	**UNIÃO**
GESTÃO DE HABITAÇÃO	Garantir Regularização Fundiária, visando os Programas habitacionais existentes no município.	Setor de Habitação regulamentado			X	X	X	X	
	Reestruturar o Conselho da Cidades, para estudo dos casos municipais de habitação.	Conselho atuando		X	X	X	X		
	Realizar convênios com o Governo Federal para implantação de novos unidades habitacionais.	Construção de novos Imóveis		X	X	X	X		X
	Regulamentar o setor de Habitação desvinculando-o da Assistência Social.	Setor desvinculado			X		X		

MODALIDADE/ SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FINANCIAMENTO**		
			2018	**2019**	**2020**	**2021**	**MUNICIPIO**	**ESTADO**	**UNIÃO**
GESTÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	Garantir o atendimento emergencial (compra dos insumos: cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade)	Serviço garantido	X	X	X	X	X		
	Garantir a vinculação da concessão dos Benefícios Eventuais ao Cadastro Único com exceção do Auxilio Funeral.	Garantir a equidade.	X	X	X	X	X		
	Implantar Lei Municipal que garanta recurso para o pagamento de passagem em transporte terrestre, para o migrante em situação de vulnerabilidade social	Lei Implantada		X			X		

14.2. EIXO 2- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

MODALIDADE/ SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FINANCIAMENTO**		
			2018	**2019**	**2020**	**2021**	**MUNICIPIO**	**ESTADO**	**UNIÃO**
CRAS/PAIF	Manutenção e reforma do espaço físico do CRAS	Conservação e segurança do Patrimônio	X	X	X	X	X		X
	Melhorar a infraestrutura do CRAS. – Adquirindo mobiliários novos, computadores, impressoras e aparelhos de telefone (PABX e aparelho simples) e instalação da rede nas salas.	Instrutora do setor adequada		X	X	X	X	X	
	- Construir o fluxo de atendimento aos/às Usuários/as. - Implementar o fluxo de atendimento e acompanhamento dos/as Usuários/as. - Padronizar os instrumentos de referência e contrarreferência.	Parceria formalizada e em funcionamento.	X	X	X	X	X		X
	Potencializar as ações de busca ativa como a principal forma de acesso na oferta do PAIF.	Oferta do serviço	X	X	X	X	X	X	X
	Adequar à oferta das ações do PAIF, priorizando as formas de atendimento coletivo, superando as formas de atendimento individualizado.	Readequação dos serviços.	X	X			X	X	X
	Implementar as ações do PAIF, com famílias do Cadastro único, PBF e BPC.	Famílias acompanhadas	X	X	X	X	X	X	X
	Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda	Taxa de acompanhamento de 20%.	X	X	X	X	X	X	X
CRAS/PAIF	Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujo motivo seja da assistência social.	Acompanhamento de condicionalidades garantido	X	X	X	X	X		X
	Promover ações de caráter socioeducativo, acesso aos serviços, projetos e benefícios.	Atendimento social descentralizado	X	X	X	X	X	X	X
	Reuniões com a Unidade de Proteção de Média e Alta complexidade. Encaminhamentos para a rede socioassistencial.	Fortalecimento da Rede	X	X	X	X	X		X
	Garantir equipe técnica de acordo com NOB-RH/SUAS e demanda apresentada	Equipe técnica garantida	X	X	X	X	X		
	Garantir veículo específico para o CRAS	Veículo garantido	X	X	X	X	X	X	X
	Criar instrumentos permanentes de divulgação dos direitos socioassistenciais para a comunidade em geral, e em particular para os Usuários da política.	implantar o Sistema de Comunicação do SUAS		X			X		X
	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações dos Trabalhadores do SUAS, disponibilizando recursos financeiros.	Capacitações realizadas e equipe qualificada	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir meio de arquivamento para efetivação de uso do Prontuário do SUAS.	Prontuário em uso	X	X	X	X	X		X
	Manter e garantir os serviços, da Equipe Volante para atendimento das comunidades rurais.	Serviço implantado	X	X	X	X	X	X	X
	Implantar e garantir uma equipe para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio para idosos e PCDs.	Constituir a equipe			X	X	X	X	X
	Implantar mais um CRAS no município priorizando território de maior vulnerabilidade social	Novo CRAS implantado				X		X	X
	Implantar serviço/equipe de extensão do CRAS em território Urbano de maior vulnerabilidade social.	Serviços estendidos aos territórios.		X	X	X	X	X	X

MODALIDADE/ SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FINANCIAMENTO**		
			2018	**2019**	**2020**	**2021**	**MUNICIPIO**	**ESTADO**	**UNIÃO**
CRAS /SCVF CRAS/SCFV CRAS/SCFV	Ampliar espaço físico para execução das atividades de SCFV	Espaço físico ampliado		X		X	X	X	
	Manter e garantir serviço continuados conforme tipificação e orientação do SCFV	Serviço mantido e garantido	X	X	X	X	X		X
	Manter equipado o espaço físico com mobiliários, adequadamente ao serviço ofertado	Serviço equipado	X	X	X	X	X		

	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações dos profissionais	Treinamentos realizados	X	X	X	X	X	X	
	Garantir profissional com o perfil do público alvo (dança, música, artesanato, teatro, Capoeira, dentre outros)	Profissional garantido	X	X	X	X	X		X
	Garantir equipamentos eletrônicos (aparelho de som, computador, Data show e outros) necessários para um serviço de qualidade	Equipamentos adquiridos		X	X		X		X
	Garantir material Pedagógico, de expediente, de artesanato e outros, necessário para execução dos serviços	Aquisição de material		X	X	X	X		X
	Garantir uniformes para todas as faixas etárias e modalidades, anualmente	Uniformes adquiridos.		X	X	X	X		X

MODALIDADE/ SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2018	2019	2020	2021	MUNICIPIO	ESTADO	UNIÃO
CADASTRO ÚNICO CADASTRO UNICO	Manter equipado adequadamente o serviço do Cadastro Único	Serviço equipado	X	X			X		X
	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações para os profissionais	Treinamentos realizados	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir o acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias em fase de advertência e bloqueio	Acompanhar 100% das famílias	X	X	X	X	X		X
	Garantir visita domiciliar para inclusão e buscas ativas conforme orientação do MDS	Visitar 100% das famílias	X	X	X	X	X		X
	Ampliar número de entrevistadores e operadores	Atendimento a toda demanda	X	X	X	X	X		X
	Garantir manutenção do veículo do Cadastro Único	Veículo em boas condições de uso	X	X	X	X	X		
	Garantir divulgação dos serviços e programas do Cadastro Único por mídia local e volante.	Divulgação realizada	X	X	X	X	X		
	Manter parcerias com a Secretaria de Saúde e Educação nas ações de divulgação e condicionalidades.	Parcerias funcionando	X	X	X	X	X		
	Qualificar a base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais, por meio da intensificação do trabalho de busca ativa objetivando a atualização e inserção de novas famílias.	Direitos garantido		X	X	X	X		X
	Manter o CMAS, informado de todos os procedimentos referentes as famílias que serão desligadas do PBF.	Controle social em atuação	X	X	X	X	X		X

14.3. EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE

MODALIDADE/ SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2018	2019	2020	2021	MUNICIPIO	ESTADO	UNIÃO
PAEFI/CREAS	Garantir a conclusão da obra do CREAS(cobertura)	Unidade concluida e segura		X			X		
	Garantir a manutenção do espaço físico do CREAS	Maior segurança e condições de trabalho	X	X	X	X	X		X
	Garantir veículo exclusivo para o CREAS e sua manutenção.	Veiculo disponivel	X	X	X	X	X	X	
	Manter o Creas equipado adequadamente em conformidade com o Plano de Ação	Serviços equipados	X	X	X	X	X	X	
	Garantir equipe técnica de acordo com a NOB-RH/SUAS para cada serviço	Serviços adequados conforme legislação	X	X	X	X	X		X
	Garantir participação permanente em treinamentos e capacitaçãoes dos trabalhadores do SUAS dentro e fora do Municipio	Trabalhadores capacitados	X	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer fluxo de atendimento para funcionamento da Rede em cada seguimento.	Manter serviço organizado	X	X	X	X	X		X
	Manter e fortalecer os grupos de atendimento a familias das crianças e adolescentes do PAEFI	Grupo Funcionanndo	X	X	X	X	X	X	X
	Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.	Direitos assegurados e familias atendidas	X	X	X	X	X	X	X
	Organizar e garantir atendimento em grupos para mulheres vítimas de violencia	Grupo Funcionanndo	X	X	X	X	X	X	X
PAEFI/MSE	Elaboração e aprovação do Plano Municipal de Atendimento socioeducativo	Plano elaborado e aprovado	X	X			X		
	Ampliar o campo de cumprimento de medida Socioeducativa de PSC	Rede Funcionando	X	X	X	X	X		X
	Fomentar a realização de eventos votados ao publico prioritario da LA e PSC	Eventos realizados	X	X	X	X	X		X
	Garantir capacitação da Rede sobre socioeducação	Capacitação disponibilizada continuamente	X	X	X	X	X	X	X
CREAS- Abordagem Social	Implantar o Serviço de Abordagem Social, para população em situação de rua.	Serviço Funcionando	X	X			X		
	Garantir a implantação da “Casa de Passagem” equipada adequadamente.	Casa implantada		X	X				
	Garantia de alimentação de forma emergencial	Fornecimento de Alimento ao Público alvo		X	X	X			
	Garantir recursos para aquisição de passagens	Passagens garantidas		X	X	X			
	Capacitar equipe específica para este atendimento	Equipe capacitada		X	X	X			

14.4. EIXO 4- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ALTA COMPLEXIDADE

MODALIDADE/ SERVIÇOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2018	2019	2020	2021	MUNICIPIO	ESTADO	UNIÃO

ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Garantir equipe técnica de acordo com NOBRH/ SUAS.	Desenvolvimento e qualidade dos serviços		X	X	X	X		
	Garantir bens e serviços necessários ao atendimento dos acolhidos	Garantia de atendimento	X	X	X	X	X		
	Fomentar a convivência familiar e comunitária-execto casos recomendados pela justiça	Desenvolvimento socio-familiar	X	X	X	X	X		
	Manutenção da casa lar			X	X	X			
ACOLHIMENTO DE PESSOAS IDOSAS	Garantir a manutenção do espaço físico de acordo com as orientações técnicas.	Espaço físico conservado				X	X		
	Capacitação e treinamentos para os servidores da unidade	Equipe treinada	X	X	X	X			
	Aquisição de veículos e mobiliarios		X	X	X	X			

14.5. EIXO 5 – CONTROLE SOCIAL

MODALIDADE/ SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FINANCIAMENTO**		
			2018	**2019**	**2020**	**2021**	**MUNICIPIO**	**ESTADO**	**UNIÃO**
CMAS E DEMAIS CONSELHOS	Fortalecer a secretaria executiva dos conselhos	Secretaria executiva fortalecida	X	X	X	X	X		X
	Equipar espaço da sala da secretaria executiva dos conselhos(ar condicionado, arqivos, dentre outros)	Serviço equipado	X	X	X	X	X		X
	Garanatir recursos para a participação dos conselheiros em atividades/capacitações/eventos fora do municipio	Recursos garantidos	X	X	X	X	X		X
	Auxiliar o planejamento anual da destinação do recurso financeiro para a manutenção do CMAS e da secretaria Executiva dos Conselhos	Efetivar o controle orçamentário do Setor.	X	X	X	X	X		
	Garantir recursos para realizar as confêrencias relativas as politicas vinculadas a Assistencia Social	Conferencias realizadas	X	X	X	X	X		
	Planejar, orientar e acompanhar o processo de preparação e realização das Conferências de Assistência Social e do CMDCA.	Garantia de realização	X	X	X	X	X		
	Adquirir telefone móvel com linha para atender aos trabalhos da secretaria executiva	Agilizar os trabalhos		X			X		
	Apoiar os conselhos na realização de atividades educativas visando a sensibilização e mobilização da sociedade acerca do Controle Socal	Atividades realizadas	X	X	X	X	X		X
	Garantir transporte na promoção de visitas as entidades	Visitas realizadas	X	X	X	X	X		
	Garantir interface entre os Conselhos (CMAS, CMDCA, CMI, Saúde, Educação, Direitos Humanos), visando uma atuação integrada e qualificada;	Realização de encontros		X	X	X	X		
	Divulgar conta do FMDCA, para arrecadação de recursos do Imposto de Renda, para cofinanciar projetos voltados para crianças e adolescentes	Sociedade parceira	X	X	X	X	X		
	Realizar orientação permanente do CMAS, para o cumprimento de suas funções.	Ampliar a efetividade do CMAS na proposição de políticas de assistência social.	X	X	X	X	X		X

MODALIDADE/ SERVIÇOS	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FINANCIAMENTO**		
			2018	**2019**	**2020**	**2021**	**MUNICIPIO**	**ESTADO**	**UNIÃO**
	Garantir reforma e manutençao do espaço físico	Conservação do patrimonio publico	X	X	X	X	X		
	Manter o espaço equipado adequadamente	Serviço equipado	X	X	X	X	X		
CONSELHO TUTELAR	Garantir equipe de apoio(recepcionista, motorista, administrativo e serviços gerais)	Equipe de apoio garantida	X	X	X	X	X		
	Manter protocolo e fluxo de atendimento	Serviço organizado	X	X	X	X	X		
	Realização de eleição de novos conselheiros	Cumprimento da Lei		X			X		
	Elaborar Plano de Ação Anual e relatórios mensais.	Planejaento de serviço	X	X	X	X	X		
	Requerer uma linha de ligação direta (0800) disque denúncia	Garantir o acesso e o anonimato		X					
	- Realizar campanhas educativas nas seguintes datas: 18 de maio: contra o abuso e exploração sexual; 12 de junho: contra o trabalho infantil; 13 de julho: data comemorativa do ECA; Outras.	Ampliar o conhecimento da sociedade sobre os temas afins à situação da Criança e do Adolescente.	X	X	X	X	X		
	Estabelecer parcerias para aprimorar o atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias.	Identificão da rede de Proteção de atendimento à criança e ao adolescente	X	X	X	X			

15. FINANCIAMENTO 15.1 TABELA DE VALORES ORÇADOS GERAL - 2018/2021

0015- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

ESFERA	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**TOTAL**
Orçamento fiscal e Seguridade Social	755.000,00	795.000,00	815.000,00	825.000,00	**3.190.000,00**
Despesas correntes	690.000,00	730.000,00	760.000,00	820.000,00	**3.000.000,00**
Despesas de capital	65.000,00	65.000,00	55.000,00	5.000,00	**190.000,00**
TOTAL	**3.190.000,00**				

0016- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ESFERA	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**TOTAL**

Orçamento fiscal e Seguridade Social	892.000,00	837.000,00	1.052.000,00	1.162.000,00	**3.943.000,00**
Despesas correntes	797.000,00	822.000,00	837.000,00	862.000,00	**3.318.000,00**
Despesas de capital	95.000,00	15.000,00	215.000,00	300.000,00	**625.000,00**
TOTAL	**3.943.000,00**				

0017- GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ESFERA	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Aquisição de veículos e equipamentos para Sec. Assist. Social e departamentos	10.000,00	110.000,00	10.000,00	10.000,00	**140.000,00**
Manutenção das atividades da Sec. de Ass. Social e departamentos	600.000,00	620.000,00	640.000,00	650.000,00	**2.510.000,00**
Manutenção das atividades do Conselho Tutelar	250.000,00	260.000,00	270.000,00	280.000,00	**1.060.000,00**
Aquisição de veículos e equipamentos para Conselho Tutelar	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	**40.000,00**
TOTAL	**3.750.000,00**				

ORÇAMENTO MUNICIPAL – PPA-2018

ANO	ORÇAMENTO TOTAL MUNICIPIO	ORÇAMENTO DA ASISTENCIA SOCIAL	PERCENTUAL ORÇAMENTÁRIO
2018	63.700.000.00	2.517.000,00	**3.95%**

Quadro 2 – Previsão Orçamentária para a Assistência Social 2018-2021

16. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social requer avaliação e reajuste constantes, seja em face de novos acontecimentos ou situações, seja para a correção dos objetivos e estratégias anteriormente definidos ou redefinidos, ao longo de sua implementação.

Este Plano é um instrumento político utilizado como meio de melhorar as ações existentes, aprimorar o conhecimento sobre a realidade e sobre as formas de intervenção, contribuindo para o planejamento futuro, com garantia de continuidade e permanência, superando assim descontinuidade e transitoriedade.

O monitoramento e a avaliação são instrumentos estratégicos para a execução do Plano, identificando seus ganhos e dificuldades, além de prover os agentes sociais de informações que levem ao seu contínuo ajuste e aperfeiçoamento, bem como possibilitando o exercício do controle social.

Na fase de execução das diretrizes, o monitoramento e a avaliação assumem uma função retroalimentadora do Plano, enquanto acompanham os avanços e produtos intermediários que indicarão os ajustes e adequações necessárias às etapas posteriores.

No monitoramento serão utilizados como instrumentais os diversos sistemas de informação da assistência social, próprios e do Ministério de Desenvolvimento Social para mensuração da eficiência e eficácia das ações previstas .

A primeira ferramenta para monitoramento e avaliação do Plano é o Relatório Mensal de Atividades – RMA, que informa os atendimentos realizados segundo tipos de público em todas as unidades de atendimento do SUAS. Suas informações são primordiais para que sejam acompanhadas as ações, públicos específicos e que demandam serviços, programas e benefícios específicos, oferecendo informações que serão a base para análises recorrentes da evolução da quantidade de serviços oferecidos.

A partir do estabelecimento das metas locais o monitoramento atualizará periodicamente as informações em relação às populações dos territórios de referencia, provendo indicações integradas sobre a atuação dos diferentes equipamentos, de territórios específicos.

Ao longo dos quatro anos de vigência será possível conhecer os avanços por meio de análises simplificadas que mostrem as metas pactuadas e o estágio alcançado, bem como fazendo indicativos sobre os desafios que estão sendo enfrentados para o cumprimento das metas.

O monitoramento das diretrizes e objetivos traçadas visa apoiar as ações das diferentes instâncias decisórias e participativas do SUAS. Apresentado de forma pública e acessível permitirá que este sistema seja valorizado de forma mais explicita por toda a população cumprindo assim seu papel de atendimento aos cidadãos, segundo suas demandas e necessidades sociais.

Destaca-se, ainda, o papel do Conselho de Assistência Social, bem como das Conferências de Assistência Social no acompanhamento e controle das diretrizes e metas pactuadas no Plano, pois é de vital importância a valorização da gestão democrática no SUAS e a participação popular na efetivação do controle social.

REFERÊNCIAS Cadernos SUAS – Vol. 3 – Planos Municipais de Assistência Social: Diretrizes para elaboração; Cartilha 1: SUAS – Orientações acerca dos conselhos e do controle social da política pública de assistência social; Constituição Federal de1988; Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993; Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB- RH/SUAS2006; Orientações Técnicas Centro de Referências de Assistência Social – CRAS; Plano Municipal de Assistência Social2010 – 2013; Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; PPA – Plano Plurianual Municipal de Paranatinga - MT – Lei Orçamentária; SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – MDS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL N°25/2018

Aos dezoito (18) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre os fatos que deu origem ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal 025/2018 referente o Auto de Infração nº 0711, que trata do estabelecimento O Verdurão, CNPJ: 03.814.646/0001-09, situada na Avenida Bandeirantes, 1938, Centro, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. A Ata na integra está anexa ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 025/2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 55/2018

ARP Nº 83/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **SIMONE CRISTINA RODRIGUES - ME, CNPJ 25.073.418/0001-50**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Esportivos, Materiais para Jogos Recreativos e Material Permanente (Placar Eletrônico) - II Etapa,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Esporte e Lazer de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 28/08/2018 A 28/08/2019. Valor Global: 16.343,46 (dezesseis mil e trezentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos).** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495326	JOGO BRINQUEDO DE ENGENHEIRO	UNIDADE	16,00	14,90	238,40
2	495306	BLOCO EDUCATIVO	UNIDADE	40,00	13,92	556,80
3	21619	BOLA DE PINGUE-PONGUE	UNIDADE	40,00	0,6700	26,80
4	344083	BOLA DE VOLEI - (PENALTY OU SUPERIOR) matrizada com 18 gomos,confeccionada com microfibra. Bola aprovada pela Federacao Internacionalde Volei(FIVB). Embalagem	UNIDADE	20,00	114,99	2.299,80
5	495368	BOLA OFICIAL DE BASQUETE - (PENALTY OU SUPERIOR) ,confeccionda com microfibra. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete(FIBA). Bola com selo da Confederação Brasileira de Basquete(CBB). Circunferencia 560 - 590 mm 300 a 320gr	UNIDADE	20,00	133,22	2.664,40
6	494647	CARTAS DE BARALHO COM 52 CARTAS	UNIDADE	6,00	12,31	73,86
7	494645	CORDA DE ESTOPA	METRO	100,00	4,50	450,00
8	495314	CUBOS DE ENCAIXE	UNIDADE	40,00	14,04	561,60
9	495315	DADOS GRANDES DE ALMOFADAS	UNIDADE	20,00	42,44	848,80
10	495316	FAMILIA TERAPEUTICA BRANCA	UNIDADE	40,00	128,60	5.144,00
11	495324	GLOBO MAPA MUNDI	UNIDADE	8,00	130,00	1.040,00
12	495313	JOGO CONTE ASSOCIE	UNIDADE	20,00	45,50	910,00
13	23553	JOGO DE DAMA	UNIDADE	40,00	7,50	300,00
14	10313	JOGOS DE DOMINO	UNIDADE	30,00	3,00	90,00
15	4893	PEGA VARETA	UNIDADE	20,00	1,75	35,00
16	495325	PETECA	UNIDADE	60,00	3,00	180,00
17	332639	QUEBRA CABECA PETER PAN 60 PC	UNIDADE	60,00	15,40	924,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 55/2018

ARP Nº 80/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MÔNICA REGINA DE MELLO FARIA - ME, CNPJ: 17.353.208/0001-97**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Esportivos, Materiais para Jogos Recreativos e Material Permanente (Placar Eletrônico) - II Etapa,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Esporte e Lazer de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 28/08/2018 A 28/08/2019. Valor Global: R$ 20.098,80.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495303	ABACO	UNIDADE	20,00	14,13	282,60
2	495304	ALFABETE RECORTADO NO MDF	UNIDADE	20,00	31,80	636,00
3	16979	BANCO IMOBILIARIO	UNIDADE	15,00	91,00	1.365,00
4	495305	BIG CONSTRUTOR GIGANTE ESPUMADO	UNIDADE	40,00	179,19	7.167,60
5	495307	BRINCADEIRA DE FAZENDINHA	UNIDADE	40,00	38,23	1.529,20
6	495309	CARIMBOS INFANTIL VARIADOS	UNIDADE	20,00	20,75	415,00
7	495310	CASINHA DE BONECA EM MDF	UNIDADE	20,00	101,00	2.020,00
8	495311	CASINHAS EM FORMAS	UNIDADE	20,00	50,59	1.011,80
9	495312	CONJUNTO DE ALMOFADAS EM CUBO	UNIDADE	20,00	58,00	1.160,00
10	495319	FLAUTA	UNIDADE	40,00	8,30	332,00
11	495328	JOGO DA HORA DO HUCH	UNIDADE	20,00	51,00	1.020,00
12	495320	JOGO DA VELHA DE MADEIRA	UNIDADE	40,00	11,99	479,60
13	495322	JOGO QUITE DE EXPERIÊNCIA	UNIDADE	40,00	67,00	2.680,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
CERTIDÃO

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, as treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, devidamente publicada no Jornal Oficial dos Municípios AMM, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o Processo Administrativo Sanitário Fiscal em desfavor do estabelecimento Supermercado Kruger , CNPJ 13.437.821/0001-31, situada na Avenida Bandeirantes,1090,Vila Concordia , Paranatinga/MT, CEP: 788870-000, Proprietário: Vilmar Kruger . **CERTIFICO** e dou fé para os devidos fins que o proprietário e ou responsável pelo estabelecimento, recebeu o mandado de citação em 26/07/2018, o mesmo **APRESENTOU DEFESA.**

Para constar, lavrou-se a presente certidão.

Paranatinga/MT, 18/09/2018.

Adriana Alves de Oliveira Salazar

Presidente da Comissão Permanente de Processo

Administrativo Sanitário Fiscal | Portaria 220/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 88/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 88/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **DENTAL OESTE EIRELI EPP, CNPJ: 05.412.147/0001-02**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: 15.534,84 (quinze mil e quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495536	ALVEOLEX- curativo alveolar,composto por propolid,isento de eugenol, forma de apresentaçao em frasco com 10 gramas.	FRASCO	60,00	19,99	1.199,40
2	495558	BICARBONATO DE SODIO- em sache para ultra-som odontologico, em sache com no minimo 40g, acondicionado em caixa com minimo de15 envelopes.	UNIDADE	48,00	33,95	1.629,60
3	495623	BROCA CARBIDE ALTA ROTACAO CONE INVERTIDO Nº 35-	UNIDADE	120,00	5,19	622,80
4	495616	BROCA CARBIDE ALTA ROTACAO ESFERICA Nº 02-	UNIDADE	120,00	5,49	658,80
5	495617	BROCA CARBIDE ALTA ROTACAO ESFERICA Nº 03	UNIDADE	120,00	4,69	562,80
6	495618	BROCA CARBIDE ALTA ROTACAO ESFERICA Nº 04	UNIDADE	120,00	4,89	586,80
7	495619	BROCA CARBIDE ALTA ROTACAO ESFERICA Nº 05	UNIDADE	120,00	7,27	872,40
8	495622	BROCA CARBIDE ALTA ROTACAO Nº 245- alta rotacao,aco carbide, conica invertida, nº 245	UNIDADE	120,00	5,09	610,80
9	495624	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA ESFÉRICA HASTE LONGA Nº 06.	UNIDADE	120,00	7,15	858,00
10	495625	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA HASTE LONGA Nº 701- alta rotacao e contra angulo,em aco carbide(carboneto de tungstenio), cilindrica,para alargamento de canais e abertura de nucleo, nº FG	UNIDADE	120,00	7,66	919,20
11	495626	BROCA CARBIDE CIRURGICA HASTE LONGA Nº 702	UNIDADE	120,00	7,87	944,40
12	495640	BROCA DE ACO BAIXA ROTACAO ESFERICA Nº 06- broca para uso odontologico- baixa rotacao, em carbide, nº 6, haste curta.	UNIDADE	120,00	5,49	658,8
13	495543	CONDICIONADOR ÁCIO(ACIDO FOSFORICO 37% EM GEL)- embalado em seringa,rotulo, n, lote, data de fabricaçao/validade.	UNIDADE	480,00	1,32	633,60
14	495487	FRASCO DE DAPPEN PLÁSTICO- pote dappen em plastico esterilizavel, para manipulação de materiais dentarios,embalado	UNIDADE	12,00	2,52	30,24
15	495569	MATRIZ DE ACO PARA AMALGAMA- 0,5 mm - matriz de aco para restauraçoes de almagama, em rolo de 5 mmx50cm, embalado individualmente	UNIDADE	90,00	1,21	108,90
16	495570	MATRIZ DE ACO PARA AMALGAMA- 0,7 mm - matriz de aco para restauraçoes de almagama, em rolo de 7 mmx50cm, embalado individualmente	UNIDADE	90,00	1,45	130,50
17	327165	PASTILHA EVIDENCIADORA DE PLACA DENTAL- CX 120 unid	CAIXA	180,00	14,44	2.599,20
18	493391	PORTA AMALGAMA ADULTO, CORPO CONTENDO INSCRICAO DE MARCA CONFECIONADO EM PLASTICO / SIMILAR ATOXICO POSSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIO FISICOS-QUIMICOS	UNIDADE	60,00	8,59	515,40
19	495587	SOLUCAO EVIDENCIADORA- evidenciador de placa bacteriana- em solucao , em frasco c/ 10 ml	FRASCO	120,00	5,69	682,80
20	335565	TIRA DE LIXA DE ACO 4 MM USO ODONTOLOGICO PARA AMALGAMA CAIXA COM 12 TIRAS	CAIXA	120,00	5,92	710,40

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 87/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 87/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ: 26.240.632/0001-16**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: R$ 26.576,40 (vinte e seis mil e quinhentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495439	ALAVANCA HEIDIBRINK KIT (DIREITA,ESQUERDA E RETA)- alavanca aço inox, autoclavel, adulto jogo com nº 01, nº 2, nº 03, para extração dentaria.	UNIDADE	20,00	97,00	1.940,00
2	495530	ANESTESICO CITOCAINA 3% VASOCONCTRITOR- a base de citociana a 3%, com vaso constutor,apresentaçao tubetes de cirstal 1,8 ml, embal. cx 50 tubetes,identificaçao constando extrem marca coemrcial e procedencia.	CAIXA	120,00	71,99	8.638,80
3	495534	ANESTESICO MEPIVACAINA sem vasoconstritor- a base de mepicavania 3% sem vasoconstritor,isento de metilparabeno,tubetes com 1,8 ml,emb. em caixa com 50 tubetes,constando extremamente marca comercial,procedencia	CAIXA	120,00	78,00	9.360,00
4	495535	ANESTESICO SPRAY XYLESTESIN 10%- anestesico topico em forma de spray lidocaina a 10% com sabores diversos, tubo com 50ml, constando marca comercial,procedencia de fabricaçao.	UNIDADE	60,00	51,99	3.119,40
5	495545	CREME DENTAL FLUORETADO- creme dental em gel,uso adulto, 100g, menta, composto de fluor,lauril,sulfato de sódio,sacarina,agua,sorbitol,metilparabeno ,corantes,monofluorfo sfato de sodio.	UNIDADE	200,00	8,30	1.660,00
6	324878	CREME DENTAL INF. 50G	UNIDADE	200,00	1,59	318,00
7	22475	ESPELHO PLANO N. 05 SEM CABO	UNIDADE	360,00	2,41	867,60
8	495572	PASTA PROFILATICA-60G- pasta profilatica, contendo abrasivos suaves ae aroma artificial, com fluor, em bisnagas de 50g embalada individualmente.	UNIDADE	36,00	4,35	156,60
9	495590	TIRA DE LIXA DE ACO (6MM) P/ AMALGAMA PACOTE (C/ 12 UNID)	CAIXA	120,00	4,30	516,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 027/2018

Aos dezoito dias (18) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o Auto de Infração nº 0741 referente o estabelecimento Destak Supermercado, CNPJ 26.521.467/0001-70, situada na Avenida Bandeirantes,1436, Centro, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. A Ata na integra está anexa ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 027/2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 86/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.652.030/0001-70**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: R$ 28.980,00 (vinte e oito mil e novecentos e oitenta reais).** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	26768	ESPIRONOLACTONA - concentracao/dosagem 50mg, forma farmaceutica comprimido, via de administracao oral.	UNIDADE	36.000,00	0,25	9.000,00
2	494455	FENITOINA - CONCENTRACAO / DOSAGEM 100MG FORMA COMPRIMIDO	UNIDADE	48.000,00	0,24	11.520,00
3	494458	HIDROCORTISONA SUCCINATO SODICA Concentracao /dosagem 500 mg form po liofilizado solucao injetavel FRASCO- AMPOLA	UNIDADE	1.800,00	4,70	8.460,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 55/2018

ARP Nº 82/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **P.MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 21.395.275/0001-41**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Esportivos, Materiais para Jogos Recreativos e Material Permanente (Placar Eletrônico) - II Etapa,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Esporte e Lazer de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 28/08/2018 A 28/08/2019. Valor Global: R$ 47.131,10 (quarenta e sete mil e cento e trinta e um reais e dez centavos). Preços Registrados:** Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	490134	APITO PROFISSIONAL PARA ARBITRAGEM PROFISSIONAL, com qualidade igual ou superior ao FOX 40	UNIDADE	20,00	9,80	196,00
2	16641	BOLA DE BORRACHA RESISTENTE PEQUENA	UNIDADE	100,00	7,99	799,00
3	322189	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY	UNIDADE	10,00	34,36	343,60
4	21574	BOLA DE GUDE	DUZIA	40,00	0,48	19,20
5	490133	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL SOCIETY - (PENALTY OU SUPERIOR)Costurada a mão com 32 gomos confeccionada com microfibras. Diametro 68-69cm peso 425 - 445g Camara Airbility : costurada, material microfibra miolo miolosliop system removivel e lubrificado	UNIDADE	10,00	99,99	999,90
6	494643	CONE DE TARTARUGA	UNIDADE	100,00	2,50	250,00
7	495317	JOGO DA MEMORIA	UNIDADE	40,00	14,43	577,20
8	323838	JOGO DE XADREZ - CONFECCIONADO EM MDF	UNIDADE	40,00	12,99	519,60
9	495329	JOGOS DE UNIFORME (CAMISA, CALÇAO E MEIAO) EM TECIDO DRY, 100% POLIÉSTER, CORES VARIADAS, LOGOMARCA, NUMERAÇÃO, COM 22 UNIDADES CADA JOGO.	UNIDADE	50,00	817,90	40.895,00
10	23548	RAQUETE PING PONG	UNIDADE	80,00	4,23	338,40
11	333514	REDE DE FUTEBOL SOCIETY DE NAYLON TRAVE DE 6M	UNIDADE	10,00	129,90	1.299,00
12	344113	REDE DE VOLEI OFICIAL 4 FAIXAS (ALGODAO) FIO 2	UNIDADE	10,00	82,07	820,70
13	494646	REDE PARA MESA DE PING-PONG	UNIDADE	10,00	7,35	73,50

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 90/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS - LTDA, CNPJ 07.897.039/0001-00**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: R$ 184.612,00 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e doze reais). Preços Registrados:** Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495401	CADEIRA ODONTOLOGICA COMPLETA (cad/equip/unid) movimentos automáticos,ambidestra,com regulagem de altura, com movimentos , apoio dos braços,unid de agua pa uso odontologico, cuba em aço inox, removíveis,dois suctor, sel e 60 hertz.	UNIDADE	10,00	9.190,00	91.900,00
2	495413	COMPRESSOR COM VÁLVULA DE SEGURANÇA-compressor de ar odont. para consultorio, isento de oleo, montado sobre reservatorio vertical. vol de ar deslocado de 160 a 180 L/min.tamanho: comp690mmxalt. 620 mmx larg. 300, peso de 38,5 a 40 kg, reser 24 a 30L	UNIDADE	12,00	2.600,00	31.200,00
3	495419	MOCHO ODONTOLÓGICO- cadeira mocho regulável, giratorio com encosto, estrutura em aço preta, regulagem de altura a gas, assento e encosto revestidos em courin de cores variadas.	UNIDADE	24,00	313,00	7.512,00
4	495425	RX ODONTOLÓGICO- para exame radiografico montado em coluna sobre rodizios, gerador com rendimento de 60kv e 10ma, tubos de raios x gradeado,controle de exposiçaõ eletronico para comando a distancia com fio espeiralado de no minimo 5m, c/sinal audiovi	UNIDADE	12,00	4.500,00	54.000,00

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 07/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Presidente da CPL **Devenilson da Silva,** nomeado pela portaria 125/2018 de 20 de março de 2018, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 07/2018** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamento Pregão, Decreto Municipal nº 1005/2014, Lei Municipal 1.485/2017, 1.492/2017 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto:** a Contratação de Empresa Especializada visando a **Retomada de Execução Física da Obra da Escola Municipal Moreira Cabral – Santiago do Norte, Termo de Compromisso Plano de Ações Articuladas - PAR 7509/2013**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Obteve – se o seguinte resultado: Empresa Vencedora **MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA – ME. CNPJ 09.666.823/0001-25. R$ 326.387,07.** Em 19 de setembro de 2018. Presidente da CPL Devenilson da Silva.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
PARECER

PARECER

A Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro**,** com incumbência de apurar os fatos e analisar os relatórios, autos/termos e notificações apresentados a esta Comissão por meio de Relatório de Inspeção Sanitária elaborado pela equipe de Fiscalização da Vigilância Sanitária formada pelas servidoras Marli T. Silva, Marlene Schaefer e Antônio Marcos Gomes. O relatório ora apresentado a esta Comissão tem objetivo de instaurar Processo Administrativo Sanitário Fiscal em desfavor Supermercado Kruger , CNPJ 13.437.821/0001-31, situada na Avenida Bandeirantes,1090,Vila Concórdia , Paranatinga/MT, CEP: 788870-000, Proprietário: **Vilmar Kruger**, CNAE 47.11.3-02, nesta cidade de Paranatinga, e aplicar a punição ou multa cabível nos termos e determinações das leis municipais 003/2002, Código Sanitário do Município e suas alterações, lei 1068/2013, lei 1069/2014, o Código Tributário do Município Lei 098/2004 e o Código de Postura do Município, Lei 1063/2013 e Decreto Federal 70.235 de 6 de março de 1972 que dispõe do Processo Administrativo Fiscal e da outras providências, bem como o Código de Processo Civil e o Código de defesa do Consumidor.

Faz prova documental:

Termo de Notificação nº 0704; Termo de Apreensão n°0316; Termo de Infração n° 0706; Relatório de inspeção Sanitária de 25/06/2018.

CONCLUSÃO

A Comissão processante concluiu que o estabelecimento Supermercado Kruger, CNPJ 13.437.821/0001-31, situada na Avenida Bandeirantes,1090, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000, Proprietário: **Vilmar Kruger** CNAE 47.11.3-02, nesta cidade de Paranatinga, opinando pela aplicação da penalidade de MULTA ao proprietário ou responsável do estabelecimento, conforme a lei municipal 003/2002 capitulo XVI, sessão I, artigo 204 e 205, II (graves). Portanto, após analisar este processo com base legal na lei municipal 003/2002, bem como o código de processo civil, artigo 334 (*se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo o autor*), fica determinado MULTA DE 05 a 50 UPF/UPM- Paranatinga. Por fim, que seja publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Para constar, lavrou-se a presente.

Com relação aos demais órgãos que se faz necessário ter conhecimento será encaminhado cópia do Parecer para o Departamento Tributário/Financeiro da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Vigilância Sanitária, Sistema de Informação da Secretaria de Saúde para inserir dados no SIA-Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e Secretaria Municipal de Saúde.

Ante ao exposto, a comissão publica o Parecer notificando de quem é de interesse saber a respeito da decisão, após, a Comissão Processante procederá a arquivamento do presente Processo e encaminhará copia a Secretaria Municipal de Saúde.

É o Parecer que submetemos a apreciação de Vossa Excelência.

Paranatinga/MT, 18 de setembro de 2018.

Adriana Alves de Oliveira Salazar - Presidente

Francielle Figueiredo Silva - Secretária

Benvinda Rodrigues Galdino - Membro

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

ARP Nº 89/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES - EIRELI, CNPJ 21.504.525/0001-34, tendo por objeto:** o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 06/09/2018 A 06/09/2019. Valor Global: R$ 75.370,24 (setenta e cinco mil e trezentos e setenta reais e vinte e quatro centavos).** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495529	ANESTESICO ARTICAINA 4% COM EPINEFRINA 1: 100 000- a base de aticaina 4% com vaso constutor,apresentaçao tubetes de cirstal1,8 m, embal.50 tubetes,identificaçao constando extrem marca coemrcial e procedencia.	PACOTE	120,00	114,00	13.680,00
2	495533	ANESTESICO MEPIVACAINA 2% com vasoconstritor- a base de mepicavania 2% com levonordefrina,apresentaçao tubetes de cirstal 1,8 m, embal. em caixa com 5 blisters de 10 tubetes,constando externamente marca comercial, procedencia de	CAIXA	120,00	92,15	11.058,00
3	495532	ANESTESICO PRILOCAINA 3% COM FELIPRESINA- anestesico local injetavel,cloridato de prilocaina 35 com felipressina,apres. em tubetes de criatal 1,8 ml, emb. em pacotes com 50 tubetes.	PACOTE	120,00	95,00	11.400,00
4	495537	BENZOCAINA 20% ANESTICO TOPICO- em forma de gel,aminobenzoato de etila em base hidrossiluvel,com sabores diversos, em pote com aprox. 12g,constando externamente marca comercial,procedencia de fabricaçao.	UNIDADE	60,00	7,14	428,40
5	495539	CAPSULAS DE AMÁLGAMA 1 PORÇÃO- em capsula sem fase gama 2, com particulas esferoidais irregualres,controle de tempo de trabalho e quantidade das porçoes, caixa com 50 capsulas de 1 porcao de tempo de presa regualr.	CAIXA	180,00	66,50	11.970,00
6	495541	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL RESTAURADOR(KIT PO E LIQ)- A base de ionomero de vidro reforçado com resina p/restauracao,apresenta alta liberacao de fluor,adesao a estrut. dental e boa estetica,restauraçoes cervicais,nucleo.	UNIDADE	60,00	70,00	4.200,00
7	26145	CIMENTO HIDROXIDO DE CALCIO	UNIDADE	120,00	14,25	1.710,00
8	495547	ESCOVA DENTAL INFANTIL- no minimo 20 tufos de cerdas macias e arredondadas, cerdas no minmo em 3 fileiras,cabo anatomico com identificaçao clara do fabricante, embalada individualmente em caixa ou saco plastico resistente.	UNIDADE	5.000,00	0,35	1.750,00
9	495551	FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO- filme radiografico odontologico periapical caixa c/ 100- 31x41 mm- tamanho 1/4	UNIDADE	36,00	120,64	4.343,04
10	495552	FIO CIRURGICO PARA SUTURA SEDA 3-0- fio de sutura de seda- de seda preto trancada com revestimento n. 3.0, 1 agulha,1,7 cm, 1/2 circulo, traumatica, fio com comprimento de 45 cm,rotulagem respeitando o decreto lei 79094/77 art. 31.	UNIDADE	90,00	25,20	2.268,00
11	495553	FIO CIRURGICO PARA SUTURA SEDA 4-0- fio de sutura de seda- de seda preto trancada com revestimento n. 4.0, 1 agulha,1,7 cm, 1/2 circulo, traumatica, fio com comprimento de 45 cm,rotulagem respeitando o decreto lei 79094/77 art. 31.	UNIDADE	120,00	25,20	3.024,00
12	17514	FIO DENTAL 500 MM	UNIDADE	60,00	9,88	592,80
13	495554	FIXADOR DE RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICO	UNIDADE	90,00	11,40	1.026,00
14	18939	MICROBRUSH MEDIO-aplicador descartavel c/100 unidade	CAIXA	120,00	8,55	1.026,00
15	495571	OLEO PARA LUBRIFICAÇÃO SPRAY PARA ALTA E BAIXA ROTACAO- n toxico, de baixa viscosidade,par aprotecao e lubrificacao de instrumentais de alta e baixa rotacao.	UNIDADE	60,00	14,72	883,20
16	495574	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR A1- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	10,45	627,00
17	495575	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR A2- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
18	495576	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR A3- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
19	495577	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR A3,5- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita, embalada em caixa individualmente, cor A-3,5	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
20	495578	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR A4- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
21	495580	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR B2- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
22	495583	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR C1- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
23	495584	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR C2- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
24	495585	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR C3- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20
25	495582	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL- COR C4- fotopolimerizavel, mnicrihibrida para restauração de anteriores e posterirores,reposicao,resina em seringa de 4g.escala vita,	UNIDADE	60,00	9,97	598,20

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2018

PREGÃO ELETRÔNICO 55/2018

ARP Nº 81/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **TECNOLAR LTDA – ME, CNPJ: 12.464.652/0001-66**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Esportivos, Materiais para Jogos Recreativos e Material Permanente (Placar Eletrônico) - II Etapa,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Esporte e Lazer de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 28/08/2018 A 28/08/2019. Valor Global: R$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais). Preços Registrados:** Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de setembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495338	PLACAR ELETRONICO POLIESPORTIVO - Com med. 3.00 metros do comprimento po 1.25, de altura x 6cm de espessura, 02 contadores de ponto, pedido de tempo.2 contadores de sts/faltas, 1 mostrador de periodo de jogo, Cronometro, painel de comando nomes das	UNIDADE	1,00	8.050,00	8.050,00

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 72/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de **Bombas e Bicos Injetores Com e/ou sem Material Incluso e Serviços Eletrônicos** para Manutenção da Frota Municipal de Veículos**,** atendendo as necessidades das Secretarias solicitantes de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **02/10/2018**, terça-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/ 1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 19 de setembro de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECISÃO ADMINISTRATIVA 006/2018 DISCIPLINAR

DECISÃO ADMINISTRATIVA 006/2018 DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº. 003/2017.

Portaria nº. 622 de 20 de Dezembro de 2017.

O presente Processo Administrativo Disciplinar nº. 003/2017, instaurado de Oficio pela Comissão de Sindicância instituída pela Portaria nº. 622 de 20 de Dezembro de 2017, tendo intuito de diligenciar na seara administrativa prováveis irregularidades na Dispensa de Licitação nº. 012/2017, conforme Oficio nº. 232/2017/GCN de 14/10/2017, envolvendo os servidores Publico do Município **JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO GOES, REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS, JOSÉ ROBERTO SOUZA E VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA**, todos já qualificada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017.

Sendo as partes envolvidas notificadas a apresentarem suas defesas exercendo o contraditório e a ampla defesa, bem como documentação atinente aos autos, acarreando depoimentos das partes envolvidas

Neste contexto, ao analisar aos autos do referido processo de dispensa a CGM constatou a existência diversas inconformidades que constituem fortes indícios da prática de conluio entre as empresas **WDL CONSTRUÇÕES LTDA, BDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA**, assim como de direcionamento do resultado da referida dispensa a empresa **WDL CONSTRUÇÕES LTDA**, todas em conluio.

Os autos que consta com 100 páginas, devidamente autuada, onde foram produzidas de forma a possibilitar que todos os envolvidos tivessem ciência dos termos, permitindo aos envolvidos o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Ressalta-se que a instauração do presente processo Admirativo nº 003/2017 fora recomendação da CGM nº. 232/2017, em virtude do recebimento de denúncia formulada pela empresa MARCIONE ALVES PERROT ME, na data de 28/08/2017, quando da realização da Dispensa de Licitação nº 012/2017, objetivando a reforma de ponte de madeira localizada na zona rural deste município.

Narra a denuncia da CGM conforme abaixo e acarreados as folhas 01/05:

"**INDICIOS DA FORMAÇÃO DE CONLUIO ENTRE AS EMPRESAS:**

1. As propostas orçamentárias apresentadas pelas empresas WDL CONSTRUÇÕES LTDA, ABDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA possuem exatamente os mesmos layout, fonte e formatação. Além disso, as três propostas orçamentárias apresentam os mesmos erros gramaticais. Neste sentido, cita-se que todas as propostas apresentam como título a expressão **"PROPOSTA DE ORÇAMENTARIA"** ao invés de PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, como seria a grafia correta da referida expressão. Destaca-se, ainda, que nas três propostas deixou-se de acentuar a palavra orçamentária;

2. De igual forma, os cronogramas físico-financeiros apresentados pelas empresas WDL CONSTRUÇÕES LTDA, ABDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA possuem exatamente os mesmos layout, fonte e formatação. Além disso, os três cronogramas apresentam os mesmos erros gramaticais. Neste sentido, cita-se que, ao estabelecer local e data nos referidos cronogramas, a localidade Rondonópolis-MT foi grafada erroneamente como "**Rondonópoli-MT**", sem a letra "s" no final da palavra;

3. A descrição do objeto, tanto nas propostas orçamentárias quanto nos cronogramas físico-financeiros, apresenta os mesmos erros de acentuação. Neste sentido, cita-se que na descrição do objeto existem cinco palavras que exigem acentuação gráfica, sendo elas: EXTENSÃO, CÓRREGO, ÁGUA, REGIÃO e MUNICÍPIO. No entanto, em todas as propostas orçamentárias e cronogramas apresentados pelas três empresas deixou-se de acentuar as palavras CÓRREGO E MUNICÍPIO;

4. Os valores inseridos nas propostas orçamentárias e nos cronogramas físico-financeiros, unitários e totais, apresentam a mesma proporcionalidade entre eles. Neste sentido, destaca-se que os valores apresentados pelas empresas WDL CONSTRUÇÕES LTDA, ABDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA apresentam, entre si, variação proporcional linear de 0,50% (meio ponto percentual) de um para outro, ou seja, houve uma variação linear de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) de uma proposta para outra, conforme demonstrado na planilha anexa. É necessário destacar que o presente indício indica, de forma clara, que os valores presentes nas três propostas apresentadas foram produzidos através da utilização de lógica matemática, indicando, de forma substancial, que as referidas propostas orçamentárias foram produzidas por um só autor;

5. Todas as três propostas e cronogramas apresentados são datados do dia 11/09/2017, mesma data em que a Secretaria de Obras expediu o Memorando nº 350/2017 solicitando a contratação dos serviços;

Os indícios elencados nos itens 1 a 5 configuram forte evidência de que as propostas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros apresentados pelas empresas WDL CONSTRUÇÕES LTDA, ABDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA tiveram a mesma origem. Evidenciando, desta forma, a provável formação de conluio entre as citadas empresas."

"INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DA DISPENSA 012/2017:

6. Considerando que o Memorando 350/2017 foi expedido pela Secretaria de Obras na data de 11/09/2017, causa estranheza que as três propostas

orçamentárias apresentadas também estejam datadas do dia 11/09/2017, uma vez que dificilmente haveria tempo hábil para que o setor responsável pelas cotações selecionasse as empresas, encaminhasse as solicitações de propostas orçamentárias e às recebesse de volta, todas elas, em um único dia;

7. Os indícios de formação de conluio, relacionados nos itens 1 a 5, são de fácil percepção e, em virtude disso, chama à atenção o fato de que tais indícios tenham passado totalmente desapercebidos pela Comissão de Licitações que realizou o processo de Dispensa 012/2017;

8. O parecer jurídico acostado ao processo expressa, de forma clara, que o procedimento realizado não se amoldurava nas hipóteses previstas para a realização de dispensa de licitação;

9. O parecer jurídico apontou, na data de 14/09/2017, a ausência de projeto básico, o que coloca sob suspeita as propostas orçamentárias apresentadas em 11/09/2017;

10. O serviço contratado foi empenhado no dia 26/09/2017, através do empenho nº 4273/2017, e liquidado totalmente em 28/09/2017, através da nota de liquidação nº 5436/2017. Ou seja, houve um interstício de apenas um dia entre a data de empenhamento e data de liquidação total dos serviços contratados;

11. Na data de 28/08/2017 a CGM recebeu denúncia encaminhada pela empresa MARCIONE ALVES PERROT ME, a qual noticiava que a Prefeitura Municipal iria realizar processo de dispensa de licitação para contratação de serviços de reforma de ponte de madeira localizada na região do Buriti. Na citada denúncia a empresa denunciante relatou que tinha conhecimento de informações no sentido que o processo seria realizado com direcionamento à empresa WDL CONSTRUÇÕES LTDA. Posteriormente, confirmaram-se os fatos de que realmente a Prefeitura Municipal de Pedra Preta realizou dispensa de licitação para reforma de uma ponte de madeira na região conhecida como Buriti e que a empresa que veio a ser contratada para a realização dos serviços foi, de fato, a empresa WDL CONSTRUÇÕES LTDA;

12. A Prefeitura Municipal já havia realizado, no mês de junho de 2017, o Convite 008/2017 cujo objeto consistiu na reforma de diversas pontes de madeira na zona rural do Município, inclusive em regiões próximas à região do Buriti. Tal fato, somado ao fato de que a degradação da ponte objeto da dispensa 012/2017 se deu de forma gradual, em função da falta de manutenção e não em função de acontecimento súbito e imprevisível, **descaracteriza a situação emergencial alegada pela Administração Municipa**l;

13. Não foi encaminhada solicitação de proposta orçamentária para nenhuma empresa sediada no município de Pedra Preta. Tal fato, considerando a suposta necessidade emergencial dos serviços e considerando, ainda, o fato de que no Convite 08/2017 houve a participação de três empresas locais, pode indicar uma possível intenção de que não houvesse a participação de nenhuma empresa localizada neste Município;

Os indícios elencados nos itens 6 a 13 configuram evidência de que, de fato, pode ter havido direcionamento da DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2017 para a empresa WDL CONSTRUÇÕES LTDA e, além disso, **os indícios apontam para a possibilidade de que houve "fabricação de emergência" afim de que fosse possível a contratação da citada empresa sem que fosse necessário a realização de processo licitatório."**

É o relatório. Decido.

Inicialmente requer definir o Processo Administrativo, e segundo Hely Lopes Meirelles, processo administrativo disciplinar é **"meio de apuração de punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimentos da Administração"** (MEIRELLES. 1998. p.567). Ou seja, é utilizado em casos excepcionais em que haja efetiva ofensa à Administração Pública.

Já Cláudio Roza, ao falar sobre a importância do processo administrativo disciplinar indica **que "o ilícito administrativo não apenas ofende a disciplina e a ordem hierárquica, mas sobretudo manifesta falta de lealdade para com o espírito público relativo à finalidade que inspirou a própria formação do Estado, e também falta de lealdade para com a instituição a que, por seu cargo, estiver vinculado."** (ROZA, p. 166).

Portanto o servidor público que pratica um ilícito administrativo deve receber um punição adequada e proporcional a sua conduta, cuja aplicação é feita com discricionariedade pela autoridade julgadora que considerará a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, etc. (BITTENCOURT, 2005. p. 107).

Definido a natureza do Processo Administrativo observemos a sua legalidade e vale ressaltar que foram verificados todos os princípios constitucionais e em especial ao da legalidade, que obviamente remete à instauração do processo dentro das normas pré-estabelecidas na legalidade, onde segue o rito adequado, sem que haja subtração a princípios, direitos e garantias dos acusados, sob a égide da penalização de invalidação do ato.

Neste sentido é o entendimento jurisprudencial, como segue abaixo:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. INAFASTABILIDADE. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS AOS LITIGANTES EM GERAL.

1. A ampla defesa e o contraditório são garantias constitucionalmente asseguradas também aos litigantes em processo administrativo (CF, art. 5º, LV). 2. É nulo o ato administrativo que se aparta dessas garantias. 3. A participação efetiva do sindicato em procedimentos periciais e oitiva de testemunhas que apurariam a suposta falta funcional, é imprescindível à regularidade do procedimento. 4. Apelação e remessa oficial improvidas. Sentença mantida. (TRF -1- AC 32853 MG 1997.01.00.032853-5, Relator JUIZ ALOISIO PALMEIRA LIMA, Data Julgamento 30 de Outubro de 2000, PRIMEIRA TURMA, data **Publicação** 13/11/2000 DJ p.8).

Desta feita observados os requisitos legais do procedimento administrativo, mediante a oferta de possibilidades de defesa e ainda o acesso irrestrito aos autos, é de se reconhecer a legalidade dos atos administrativos em tela.

Vale ressaltar que a lei Municipal nº. 459 de 2006 dispões de maneira genérica sobre a aplicação da Lei federal nº. 9.784 de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal nos processos administrativos do Município.

Além disso, recentemente a Lei Municipal nº. 999/2017 que instituiu o *"processo Administrativo para apuração e aplicação de eventuais sanções em virtude de descumprimento de contratos administrativos*" regula tão somente os atos praticados após o termo inicial da constatação, não nos resguardando quanto as praticas anteriores, como é o dos autos.

Valemos então do que dispões a Lei licitatória:

*Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou **visando a frustrar os objetivos da licitação** sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.*

Art. 83. Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

Quanto aos tipos de sanção administrativa, enumerou o dispositivo federal:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos*;*

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade*, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

§ 1o Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2o As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Cabe ainda ventilar os ditames do artigo 193 da lei Municipal 075/1998 onde elenca as penalidades disciplinares quais sejam: ***I – advertência; II - suspenção; III - demissão; IV – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria; V – destituição do cargo de comissão.***

Passando a analisar o caso concreto, verificando o ato em apartado e a conduta da Servidora Municipal efetiva **JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GOES**, há de salientar que não há indícios de conduta delitiva que venha a ser punido dentro o ordenamento jurídico.

Haja vista que em seu depoimento (fls 52), alega que "...a documentação foi avaliada pela presidente da licitação; ...que estava apenas auxiliando e toda conferencia era realizada pela presidente da licitação..."

Assim, não há como garantir o envolvimento da referida Serventuária Municipal efetiva no ato delitivo em questão, por não ensejar provas robustas que venha a configurar um ato delituoso punível por lei.

A Servidora não tinha o condão de condução do processo licitatório, sendo responsabilidade de conferencia dos documentos da presidente da Licitação.

Sendo cristalina a falta de materialidade delitiva quanto a Servidora Pública Municipal efetiva JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GOES.

Quanto denunciada VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA, compulsando os autos verifica-se que em seu depoimento (fls. 50), "Com relação as datas e emissão dos orçamentos X memorando possivelmente houve erro material na data do memorando".

Verifica-se que a denunciada não foi vigilante, nem observou os referidos documentos, mesmo que sendo confeccionados em outra localidade e ou órgão que não o que representava.

Sendo de sua responsabilidade a averiguação, analise técnica dos referidos orçamentos, e de outro lado os erros são grosseiros de fácil detecção conforme acostado as fls 12/17.

Não ensejando outro norte a não ser a vigilância, a atenção, a cautela, zelo e a diligencia em observar os referidos documentos, já que competia denunciada VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA a frente da presidência da licitação.

A denunciadaREJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS e JOSÉ ROBERTO SOUZA, em analise detida aos autos vislumbra a falta de participação e ou dolo, culpa e negligencia que possa ensejar uma cognição delitiva.

Quanto aos atos das empresas WDL CONSTRUÇÕES LTDA, BDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA, verifica-se que houve intenção delitiva quanto à elaboração dos orçamentos (fls 12/18) onde em conluio elaboraram **"propostas orçamentárias, e os cronogramas físico-financeiros"** apresentados pelas denunciadas tiveram a mesa origem.

Tal ato tinha o objetivo de corromper o Certame favorecendo em conluio a empresa WDL CONTRUTORA LTDA, que ao final consagrou-se vencedora, conforme depoimento as fls 59.

Verifica-se também que os denunciados WDL CONSTRUÇÕES LTDA, BDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA, incorreram no delito descrito nos artigos 90 da Lei 8.666/93.

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

O tipo delitivo esta configurado ***em fraudar, mediante ajusta, combinação ou qualquer outro expediente***, o caso em tela perfila-se em obter vantagem indevida para ter competitividade privilegiada na Dispensa de Licitação n°. 012/2017. (grifo nosso).

A infração penal disposta no art. 90 da Lei 8.666/93 viola de maneira frontal a finalidade da licitação (possibilitar a igualdade de oportunidades em competição entre terceiros para contratar com a Administração Pública, evitando apadrinhamentos, favoritismos e perseguições).

Portanto, aquele que frustra ou frauda, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, pratica crime e está sujeito à pena de detenção, de 02 (dois) a 04 (quatro) anos, e multa.

No caso deste artigo, não há dúvidas de que se trata de crime formal, bastando conduta dolosa, e o tipo penal exige a intenção de obter a vantagem, portanto, temos o dolo específico. De acordo com a 2º Turma do STF:

Ementa: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ART. 90 DA LEI 8.666/1993. FORMAÇÃO DE QUADILHA. ART. 288 DO CÓDIGO PENAL. INÉPCIA DA INICIAL. FALTA DE INDICAÇÃO INDIVIDUALIZADA DAS CONDUTAS DELITIVAS. NÃO OCORRÊNCIA. FRAUDE À LICITAÇÃO. CRIME FORMAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA VIA DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que a extinção da ação penal, de forma prematura, pela via do habeas corpus, somente se dá em hipóteses excepcionais, nas quais seja patente (a) a atipicidade da conduta; (b) a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas; ou (c) a presença de alguma causa extintiva da punibilidade. 2. A inicial acusatória narrou de forma individualizada e objetiva as condutas atribuídas ao paciente, adequando-as, em tese, aos tipos descritos na peça acusatória. 3. O Plenário desta Corte já decidiu que o delito previsto no art. 90 da Lei 8.666/1993 é formal, cuja consumação dá-se mediante o mero ajuste, combinação ou adoção de qualquer outro expediente com o fim de fraudar

ou frustar o caráter competitivo da licitação, com o intuito de obter vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do seu objeto, de modo que a consumação do delito independe da homologação do procedimento licitatório. 4. Não há como avançar nas alegações postas na impetração acerca da ausência de indícios de autoria, questão que demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é inviável em sede de habeas corpus. Como se sabe, cabe às instâncias ordinárias proceder ao exame dos elementos probatórios colhidos sob o crivo do contraditório e conferirem a definição jurídica adequada para os fatos que restaram devidamente comprovados. Não convém, portanto, antecipar-se ao pronunciamento das instâncias ordinárias, sob pena de distorção do modelo constitucional de competências. 5. Ordem denegada. (STF, HC 116680 / DF, Segunda Turma, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 12-02-2014). (Destacamos).

Pelo exposto nos autos do Processo Administrativo em tela configura-se a conduta delitiva contra as Empresas **WDL CONSTRUÇÕES LTDA, BDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA,** cabendo a Administração Publica Municipal aplicar as sanções que melhor aprouver e esteja em consonância legal.

Assim, não havendo indícios de autoria e materialidade quanto aos atos envolvendo os agentes públicos nomeados e de carreira **REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS, JOSÉ ROBERTO SOUZA e JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GOES**, absolvo de todas as condutas narrada no presente Processo Administrativo, não ensejando materialidade delitiva nos atos praticados.

A serventuária **VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA**, por todo o exposto nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº. 003/2017, aplico a pena de exoneração.

Porém, tendo a pena a meta de reeducar o individuo por meio de um tratamento rico de conteúdo humano e de justiça social, a aplicabilidade da pena atinge o objetivo que é a reeducação do individuo, e no caso em tela verifica-se que a denunciada fora exonerada pela Portaria 543/2017 de 20 de Outubro de 2017, assim a pena aplicada perde alcance.

Quanto as Empresas **WDL CONSTRUÇÕES LTDA, BDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA**, cabe à penalização pelos delitos acima descritos.

Desta feita esta Comissão Processante agindo de forma a buscar a certeza jurídica aplica a pena de suspensão de participar das Licitações com a Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT pelo prazo de 01 (um) ano pelos crimes cometidos na obtenção de vantagem indevida pela Empresa **WDL CONSTRUÇÕES LTDA.**

Quanto às empresas **BDL CONSTRUÇÕES LTDA e VALCOM CONSTRUÇÕES LTDA,** aplica-se a penalizaçãosuspensão de participar das Licitações com a Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT pelo prazo de 02 (dois) meses pelos crimes cometidos na obtenção de vantagem indevida.

Informe as denunciadas da pena aplicada pelos meios disponíveis de comunicação disponibilizados pelo Departamento de Licitação, abrindo prazo de recurso, após não havendo recuso arquive-se.

P.R.I.

Pedra Preta/MT 14 de setembro de 2018.

_____

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA Nº 457/2018 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA Nº 457/2018 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre **Retificação de Portaria de licença Prêmio** a Funcionária Pública Municipal, senhora **Rosana de Oliveira Freitas** dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 *caput* da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de **05/01/2001 à 05/01/2006;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora **Rosana de Oliveira Freitas,** ocupante do cargo de **Auxiliar Administrativo,** lotadajunto à Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas com a Concessão da Licença Prêmio no período de 10/10/2018 à 07/01/2019.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

_____

LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES PEREIRA

Sec. Geral e Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1477, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1477, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 35,00% (trinta e cinco por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **LINDALVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7689, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1380, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1380, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FRANCIELLI DA SILVA SANTOS,** matricula funcional nº 7906,ocupante do cargo temporário de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 21.08.2018 à 20.09.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1379, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1379, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CRISTIANE BENTO,** matricula funcional nº 7419,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 90 (noventa) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 17.08.2018 à 14.11.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1378, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1378, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROSANGELA FATIMA DE LIMA,** matricula funcional nº 7956,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 91 (noventa e um) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 18.08.2018 à 16.11.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1377, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1377, de 23 de AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, a Servidora **GLEYVIA SILVINO DA SILVA,** matricula funcional nº 7572, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração para Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1376, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1376, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ARIENE FRANCIANY DE ABREU,** matricula funcional nº 6742,ocupante do cargo efetivo de Advogado 40 Horas, lotada na Assessoria Jurídica, no Gabinete do Prefeito, 115 (cento e quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 05.08.2018 à 27.11.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1375, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1375, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1335, de 15 de Agosto de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **MARCOS ALEX DA SILVA ARAUJO,** matricula funcional nº 7028, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social 40 Horas**,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1374, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1374, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1556, de 22 de Setembro de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **JORGE LUIZ BARROS DO VALE,** matricula funcional nº 1469, ocupante do cargo efetivo de ASS Motorista**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1366, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1366, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE POUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **WILLIAN MARIA DA SILVA,** matrícula funcional nº 6718, admitida em 15 de Julho de 2011, nomeada através da Portaria nº 212/2011 e do Termo de Posse nº 037/2011, ocupante do cargo efetivo de Professor de I a IV**,** exercendo sua função na Escola Municipal “Paulo Freire”, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, **Licença para Trato de Interesses Particulares** por um período de 24 (meses) meses, nos termos do disposto no Artigo 118 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1365, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1365, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARINES GUINZANI FLORENCIO,** matricula funcional nº 6639,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (ESPOSO),** conforme atestado médico no período de 31.07.2018 à 09.08.2018, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1364, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CLEIDE NUNES DE SOUZA,** matricula funcional nº 1743,ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 08.08.2018 à 22.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1363, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1363, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LUCILEIA RODRIGUES DE SOUZA,** matricula funcional nº 6993,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 09 (nove) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 14.08.2018 à 22.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1362, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1362, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ALDIKELLE RODRIGUES DA SILVA,** matricula funcional nº 6830,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 45 (quarenta e cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 16.07.2018 à 29.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1361, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1361, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA CELIA BRAGA,** matrícula funcional nº 5717, ocupante do cargo efetivo de ES Enfermeira 40 Horas,admitida em 24 de Novembro de 2008, nomeada através da Portaria nº 997/2008 e do Termo de Posse nº 236/2008, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2008/2013**, no período de 13.08.2018 à 11.11.2018, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23

de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1360, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1360, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA RITA SOUZA,** matrícula funcional nº 1587, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais,admitida em 10 de Janeiro de 2003, nomeada através da Portaria nº 158/2002 e do Termo de Posse nº 007/2003, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2008/2013**, no período de 15.08.2018 à 13.11.2018, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23

de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1359, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1359, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **PATRICIA SOUTO LIMA PARANHOS,** matrícula funcional nº 5563, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem,admitida em 24 de Abril de 2008, nomeada através da Portaria nº 343/2008 e do Termo de Posse nº 126/2008, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2008/2013**, no período de 1º.08.2018 à 30.10.2018, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23

de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1358, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1358, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LENICE GUIMARÃES SILVA,** matricula funcional nº 5702,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 15.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1357, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1357, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **AILTON DE JESUS SOUZA,** matricula funcional nº 4535, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 14.08.2018 à 15.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1332, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1332, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **APARECIDO GARCIA DA SILVA,** matricula funcional nº 4537, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 12 (doze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 09.07.2018 à 20.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1331, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1331, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARISA SALETE CARBOLIM,** matricula funcional nº 1749,ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 27.07.2018 à 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1330, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1330, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ANDRESSA APARECIDA VARGAS ROCHA,** matricula funcional nº 6929,ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 03.08.2018 à 17.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1329, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1329, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **HEIDE ERLI ALVES DE OLIVEIRA,** matrícula funcional nº 7433,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 38 (trinta e oito) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 24.08.2018 à 1º.10.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1328, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1328, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **EDUARDO SOUSA PERALTA,** matricula funcional nº7625, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.08.2018 à 30.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1327, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1327, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DO SOCORRO DA SILVA BALBINO,** matricula funcional nº 1588, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.08.2018 à 17.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 13 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1326, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1326, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FLAVIA LOPES PACHECO,** matricula funcional nº 5657,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 06. 08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1325, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1325, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **KAROLINE APARECIDA PEREIRA,** matricula funcional nº 5567,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 07.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1324, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1324, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JAIME LUCAS ROCHA,** matricula funcional nº 2933,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 06.08. 2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1323, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1323, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOSÉ MARCOS DE OLIVEIRA**,matricula funcional nº 7624,ocupante do cargo de efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 08 (oito) dias consecutivos de **LICENCA PATERNIDADE**, conforme certidão de nascimento no período de 02.08.2018 à 09.08.2018, nos termos do disposto no artigo 121 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1322, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1322, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GISLENE LIMA SOUSA,** matricula funcional nº 7606,ocupante do cargo em efetivo de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1321, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1321, de 09 de AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, a Servidora **SILVANIA MATOS SOUSA,** matricula funcional nº 8061, ocupante do cargo temporário de TS Técnico em Enfermagem,lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (Programa de Saúde da Família) para Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento(Hospital Regional), em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1320, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1320, de 09 de AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - Relotar, a Servidora **ERICA DOS SANTOS BARBOSA,** matricula funcional nº 7903, ocupante do cargo temporário de TS Técnico em Enfermagem,lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (Programa de Saúde da Família/PSF-02) para Secretaria Municipal de Saúde

e Saneamento(Hospital Regional), em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1319, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1319, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE POUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **FABIANA DE SOUZA RODRIGUES,** matrícula funcional nº 6883, admitida em 08 de Fevereiro de 2013, nomeada através da Portaria nº 124/2013 e do Termo de Posse nº 083/2013, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física**,** exercendo sua função na Escola Municipal "Dom Helder Câmara", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, **Licença para Trato de Interesses Particulares** por um período de 24 (meses) meses, nos termos do disposto no Artigo 118 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1318, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1318, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DA DORES COSTA HENRIQUE,** matricula funcional nº 6882,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 16 (dezesseis) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 30.07.2018 à 15.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1317, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1317, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARISA SALETE CARBOLIN,** ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira,matrícula funcional nº 1749, admitida em 05 de Fevereiro de 2003, nomeada através da Portaria nº 158/2003 e do Termo de Posse nº 132/2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 1º.08.2018 à 30.10. 2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1316, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1316, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **IVONILCE OLIVEIRA SOARES,** matricula funcional nº 5498,ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico Administrativo Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 59 (cinquenta e nove) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (ESPOSO),** conforme atestado médico no período de 07.07.2018 à 03.09.2018, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1315, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1315, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DINALEILA DA SILVA LIMA,** matricula funcional nº 5566,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 10 (dez) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 23.07.2018 à 1º.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1314, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1314, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **ANTONIO JOSÉ CARDOSO MENDES,** matricula funcional nº 6625,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 03 (três) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 31.07.2018 a 02.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1313, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1313, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOSÉ MARCOS DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7624,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA,** conforme atestado médico no período de 31.07.2018 à 1º.08.2018, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1312, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1312, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARISTER DA SILVA SAMPAIO,** matricula funcional nº 294,ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (FILHA),** conforme atestado médico no período de 25.06.2018 à 29.06.2018, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1311, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1311, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **CLAUDIOMIRO PEREIRA DA LUZ,** matricula funcional nº 5474,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 02.08.2018 à 30.11.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1310, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1310, DE 09 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROSANGELA FATIMA DE LIMA,** matricula funcional nº 7956,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 15 (quinze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 03.08.2018 à 17.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1306, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1306, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CLAUDIA MENDES OLIVEIRA COSTA,** matrícula funcional nº 5661, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Readaptação Funcional Temporária,** no período de 17.07.2018 à 16.01.2019, de conformidade com Laudo e Relatório de Exame Médico Pericial, em virtude de quadro Dorsalgia, nos termos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1305, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1305, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **EVELLYN BEGAIL WRONSKI,** matricula funcional nº 5457,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 06 (seis) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 03.07.2018 à 08.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1304, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1304, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ROSANGELA PINHEIRO DA SILVA NASCIMENTO,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Zelador,matrícula funcional nº 5536, admitida em 24 de Abril de 2008, nomeada através da Portaria nº 308/2008 e do Termo de Posse nº 154/2008, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 10.08.2018 à 08.11.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1303, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1303, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ANDREIA MONTEIRO DA SILVA LUCAS,** ocupante do cargo efetivo de Professor,matrícula funcional nº 5480, admitida em 24 de Abril de 2008, nomeada através da Portaria nº 467/2008 e do Termo de Posse nº 097/2008, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 1º.08.2018 à 30.10.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe

sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1302, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1302, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **VALTERLAN OLIVEIRA DE SOUSA,** ocupante do cargo efetivo de Professor,matrícula funcional nº 6912, admitido em 08 de Fevereiro de 2013, nomeado através da Portaria nº 152/2013, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 1º.08.2018 à 30.10.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1301, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1301, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DALVERLANDIA CHAVES DA SILVA KOTIKOSKI,** ocupante do cargo efetivo de Professor,matrícula funcional nº 6949, admitida em 1º de Março de 2013, nomeada através da Portaria nº 121/2013 e do Termo de Posse nº 116/2013, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 19.08.2018 à 17.11.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1300, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1300, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **EVA ADVINCULA SÃO MIGUEL,** ocupante do cargo efetivo de Professor,matrícula funcional nº 6635, admitida em 04 de Abril de 2011, nomeada através da Portaria nº 205/2011 e do Termo de Posse nº 014/2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2011/2016**, no período de 30.07.2018 à 28.10.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1299, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1299, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CECILIA ALVES MORAIS,** ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza,matrícula funcional nº 1412, admitida em 02 de Setembro de 2002, nomeada através da Portaria nº 069/2002 e do Termo de Posse nº 093/2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2002/2007**, no período de 1º.08.2018 à 30.10.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1298, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1298, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SIRLEI SUMIKO NOMURA TEIXEIRA,** ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira,matrícula funcional nº 296, admitida em 03 de Julho de 2000, nomeada através da Portaria nº 055/2000 e do Termo de Posse nº 020/2000, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2010/2015**, no período de 1º.08.2018 à 30.10.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1297, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1297, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA,** matricula funcional nº 356,ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 26.07.2018 à 27.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1296, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1296, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **EDILENE DAUFEMBACK CRONEMBAUER,** ocupante do cargo efetivo de Professor,matrícula funcional nº 5454, admitida em 24 de Abril de 2008, nomeada através da Portaria nº 450/2008 e do Termo de Posse nº 076/2008, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio Por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 1º.08.2018 à 30.10.2018, nos termos do disposto no artigo 107 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1295, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1295, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **GEBETIZ FERNANDES MONTEIRO,** matricula funcional nº 5414,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 25.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1294, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1294, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JESSICA CRISTINA TEIXEIRA ERRAN,** matricula funcional nº 7938,ocupante do cargo temporário de ES Odontólogo 40 Horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 19.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre

o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1293, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1293, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DINALEILA DA SILVA LIMA,** matricula funcional nº 5566,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 19.07.2018 a 20.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1292, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1292, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOEZER PONCIANO DE JESUS,** matricula funcional nº 6178,ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 27.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1291, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1291, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LUCIANE RAQUEL ELEUTHERIO,** matricula funcional nº 7165,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 30. 07.2018 à 26.01.2019, nos termos do disposto no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1290, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1290, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LUCIANE RAQUEL ELEUTHERIO,** matricula funcional nº 6944,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** conforme atestado médico no período de 30. 07.2018 à 26.01.2019, nos termos do disposto no artigo 84 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1289, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1289, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 935, de 06 de Junho de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FG)** Função Gratificada, ao Servidor **WALMIR LAURENTINO SILVA,** matricula funcional nº 425, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Desenho**,** na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1288, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1288, de 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, o Servidor **WALMIR LAURENTINO SILVA,** matricula funcional nº 425, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Desenho, do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos, do Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 934/2017, nós termos do disposto no artigo 19, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 934/2017, de 06 de Junho de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1287, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1287, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **NILCEIA DA SILVA CORREA DE SOUZA,** matrícula funcional nº 6915, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais,admitida em 08 de Fevereiro de 2013, nomeada através da Portaria nº 171/2013 e do Termo de Posse nº 070/2013, lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio por Assiduidade,** referente ao **Quinquênio 2013/2018**, no período de 1º.08.2018 à 30.10.2018, nos termos do disposto no Artigo 90, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01

de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1286, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1286, de 01 de AGOSTO de 2018

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do artigo 10 do Plano de Cargos e Carreira do Município - Lei Complementar 002/2005.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Art. 10 da Lei Complementar 002/2005 de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Progressão Funcional, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado 12 (doze) meses ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS D**E **JULHO DE 2018**, nos termos do art. 10 da Lei Complementar 02, de 26 de agosto de 2005.

Mat.	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
7579	ACASSIO CAVALCANTE	01	07	A	02	A	03
5658	ADRIANA CANTANHEDE COSTA	15	07	C	09	C	10
7569	ANDERLEI ALTMAYER	01	07	A	02	A	03
7629	ATILA WESLEY PORTIL DE ARAUJO	01	07	A	02	A	03
7589	BRUNO DE SOUZA SERQUEVITOS	01	07	A	02	A	03
7582	BRUNO RAFAEL RODRIGUES FERNANDES	01	07	A	02	A	03
7836	CALEBE VIEIRA SILVA	05	07	A	01	A	02
7560	CLAUDIO JOSE CARVALHO BESSA	01	07	A	02	A	03
7571	CLEITON FRANCISCO MOHR	01	07	A	02	A	03
7559	EDILAINE DE FATIMA BAGNARA GRANDINI	01	07	A	02	A	03
7841	ELIS DAIANE SIQUEIRA DOS SANTOS	05	07	A	01	A	02
7558	ERICA PEREIRA SENA	01	07	A	02	A	03
7590	EVANDRO CIRINO DOS SANTOS	01	07	A	02	A	03
5040	FRANCISNALDO LEITE BEZERRA	13	07	C	10	C	11
7837	GLACIANE DOS REIS LIMA	05	07	A	01	A	02
7592	GLAUBER SILVA ARRAIS	01	07	A	02	A	03

7572	GLEYVIA SILVINO DA SILVA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
268	GELITON PEREIRA CAMELO	**03**	**07**	**D**	**17**	**D**	**18**
4653	GEREMIAS CARDOSO	**07**	**07**	**D**	**11**	**D**	**12**
5039	GILVAN FERREIRA SOUZA	**13**	**07**	**C**	**10**	**C**	**11**
7839	IVAN MANOEL NUNES CANGERANA	**05**	**07**	**A**	**01**	**A**	**02**
7583	JANICE FERREIRA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
305	JOAO BATISTA RODRIGUES	**03**	**07**	**D**	**17**	**D**	**18**
7635	JOÃO DA SILVA GARCIA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7566	JHONY BRUNO DE JESUS SOUSA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7838	JOSEPH FRANKLIN PAIVA NERES	**05**	**07**	**A**	**01**	**A**	**02**
7637	JOSEMAR BAU	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7633	LIDIEL PALHANO DA SILVA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
5681	LEANDRO DE OLIVEIRA LIMA	**15**	**07**	**C**	**09**	**C**	**10**
7556	MARCELA PORTIL DE OLIVEIRA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7636	MARCO AURELIO LUCIO DE SOUZA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7564	MARCOS ALVES DE OLIVEIRA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7843	MARCOS ANTONIO DE SOUSA SOARES	**05**	**07**	**A**	**01**	**A**	**02**
7593	MARILENE PEREIRA DA SILVA	**01**	**07**	**A**	**01**	**A**	**03**
7555	MARISA GIMENES DE MORAIS POMMER	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7630	PAULO CESAR DA SILVA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7570	RAIMUNDO NONATO ARAUJO	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7588	RAONNA HOLANDA MORAES GASTALDI	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7587	REGIARIA SOUSA ALMEIDA LUZ	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7585	REGINA MARIA DA SILVA PEREIRA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7584	ROSELI DOS SANTOS	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
270	SAMUEL LEITE CORREA	**03**	**07**	**E**	**17**	**E**	**18**
7591	SOMULO HERON DA SILVA FREITAS	**04**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7594	SORAYA LIMA PASSOS SANTOS	**01**	**07**	**A**	**01**	**A**	**03**
7565	SOSTENES AQUILA SILVA PINHEIRO	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7562	TAYNARA CRISTINA CARVALHO MARQUES	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7586	TEREZINHA BOEING	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7563	THIAGO VIEIRA DO NASCIMENTO	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7595	VANDERLEI FARIAS BARBOSA	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7844	WEBERTY SOUZA LIMA	**05**	**07**	**A**	**01**	**A**	**02**
7840	WILLIAM JOHN LIMA DOS SANTOS	**05**	**07**	**A**	**01**	**A**	**02**
7631	WILLIAN DIAS ANTONIO	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**
7580	WRIALES FERREIRA MELO	**01**	**07**	**A**	**02**	**A**	**03**

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1285, DE 01 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1285, de 01 de AGOSTO de 2018

Dispõe sobre progressão e elevação do servidor na carreira, nos termos do no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhor **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando Artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder Elevação de Nível, ao grau imediatamente superior àquele que pertence, aos servidores que tenham completado a cada 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício no cargo, no **MÊS DE JULHO DE 2018**, nos termos do disposto no artigo 73 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Matricula	Nome	Dia	Mês	C	N	C	N
4662	CECILIA PEREIRA DA SILVA	07	**07**	B	4	B	5
290	EDINA DE MASCENA BORGUETTI	03	**07**	A	6	A	7
4664	FRANCISCO ADMIR PEREIRA DA SILVA	07	**07**	A	4	A	5
5657	FLAVIA LOPES PACHECO	07	**07**	C	3	C	4
308	GERCINA FERREIRA LEMES	03	**07**	A	6	A	7
313	LINDOMAR GOMES DE SOUSA	03	**07**	A	6	A	7

2186	MARIA DE ABREU COSTA	03	**07**	A	5	A	6
292	MARIA ELZA OLIVEIRA AGUIAR	03	**07**	A	6	A	7
293	MARIA FRANCISCA LEITE SANTOS	03	**07**	A	6	A	7
294	MARISTER DA SILVA SAMPAIO	03	**07**	A	6	A	7
314	MINERVINA PINHEIRO DE SOUZA	03	**07**	A	6	A	7
283	SELÇO DE SOUZA LEAL	03	**07**	A	6	A	7
296	SIRLEI SUMIKO NOMURA TEIXEIRA	03	**07**	A	6	A	7
4663	VANDERLEIA ROSSETTO	07	**07**	A	4	A	5

A**rt. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Agosto de 2018.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1580, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1580, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DO SOCORRO DA SILVA BALBINO,** matrícula funcional nº 1588, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Readaptação Funcional Temporária,** de conformidade com Laudo e Relatório de Exame Médico Pericial, em virtude de quadro de síndrome manguito rotador, outras entesopatias, nos termos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 28 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1579, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1579, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DO SOCORRO DA SILVA BALBINO,** matricula funcional nº 1588,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 11 (onze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 20.08.2018 à 30.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1578, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1578, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARINETE MARQUES DE JESUS,** matricula funcional nº 8036,ocupante do cargo temporário de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 30 (trinta) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 06.08.2018 à 06.09.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 28 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1577, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1577, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, a Pedido do Servidor **JOSIAS SILVA DO CARMO,** matricula funcional nº 7626, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº 912/2016 e do Termo de Posse nº 014/2016, nos termos do disposto no artigo 35, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018, revogando-se especialmente os efeitos da Portaria nº 912/2016, de 29 de Junho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 28 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1576, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1576, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **NORBELIA PEREIRA DA SILVA,** matricula funcional nº 7123,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (MÃE),** conforme atestado médico no período de 20. 08.2018 à 24.08.2018, nos termos do disposto no artigo 92, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 28 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1575, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1575, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DAS DORES COSTA HENRIQUE,** matricula funcional nº 6882,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 31 (trinta e um) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 15.08.2018 à 14.09.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 28 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1574, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1574, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **FRANCIELI MARCHIORI DE CARLI,** matricula funcional nº 8008,ocupante do cargo temporário de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.08.2018 à 14.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1573, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1573, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **JESSICA CRISTINA TEIXEIRA ERRAN,** matricula funcional nº 7938,ocupante do cargo temporário de ES Odontólogo 40 Horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 07 (sete) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 30.07.2018 à 05.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1572, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1572, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LUCI CONCEIÇÃO PERERIA FLORÊNCIO,** matricula funcional nº 6979,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 18 (dezoito) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (ESPOSO),** conforme atestado médico no

período de 26.06.2018 à 13.07.2018, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1571, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1571, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LUCI CONCEIÇÃO PERERIA FLORÊNCIO,** matricula funcional nº 6946,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 18 (dezoito) dias de **LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMILIA (ESPOSO),** conforme atestado médico no período de 26.06.2018 à 13.07.2018, nos termos do disposto no artigo 92 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1570, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1570, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **JOÃO LORENCON BERTINETTI**, matricula funcional nº 5539, ocupante do cargo efetivo de Médico Clinico Geral 40 Horas**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Ajuda de Custo no percentual de 20,00% (vinte por cento), Auxílio Transporte no percentual de 30,00% (trinta por cento), Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento), Auxílio Moradia no percentual de 30,00% (trinta por cento), nos termos do disposto no inciso I, IV, V, VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1569, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1569, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 180, de 30 de Janeiro de 2017, que concedeu 20,00% (vinte por cento) de Auxilio Transporte e Auxilio Alimentação, ao Servidor **JOÃO LOURENCON BERTINETTI**, matricula funcional nº 5539, ocupante do cargo efetivo de Médico Clinico Geral 40 Horas,na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1568, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1568, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 173, de 26 de Janeiro de 2017, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de (FE) Função de Encarregado, ao Servidor **JOÃO LORENCON BERTINETTI,** matricula funcional nº 5539, ocupante do cargo efetivo de Médico Clinico Geral 40 Horas**,** na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1567, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1567, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 10,00 (dez) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **TANIA DE CASSIA DA SILVA FERRARI,** matrícula funcional nº 5450, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal "Jardim das Flores" e "Paulo Freire", nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários

dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1566, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1566, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **CECILIA PEREIRA DA SILVA,** matricula funcional nº 4662, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico Administrativo Escolar**,** lotada na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1565, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1565, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **WRIALES FERREIRA MELO,** matricula funcional nº 7580, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1564, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1564, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **WOLNEI PINTO DA CRUZ,** matricula funcional nº 4546, ocupante do cargo efetivo de ASS Motorista**,** lotado na Secretaria de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1563, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1563, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **WELTON DE SOUZA MARQUES,** matricula funcional nº 7791, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1562, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1562, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **VANILZA RIBEIRO CHAGAS,** matricula funcional nº 6983, ocupante do cargo efetivo de Contador**,** lotada na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1561, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1561, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **VALDECI PAULO PANTALEAO JUNIOR,** matricula funcional nº 7434, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto**,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1560, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1560, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **VANESSA CRISTINA SANTANA,** matricula funcional nº 2863, ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1559, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1559, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **THIAGO VIEIRA DO NASCIMENTO,** matricula funcional nº 7563, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1558, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1558, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **THIAGO PEREIRA DA SILVA,** matricula funcional nº 5575, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 20,00% (vinte por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso III, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1557, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1557, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **TAYNARA CRISTINA CARVALHO MARQUES,** matricula funcional nº 7562, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 20,00% (vinte por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso III, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1556, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1556, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **SOSTENES AQUILA SILVA PINHEIRO,** matricula funcional nº 7565, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1555, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1555, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **SILAS RODRIGUES COSTA,** matricula funcional nº 5407, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Multimeio Didático**,** lotado na Secretaria de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1554, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1554, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **MARCIO SANTANA FRANCOSO,** matricula funcional nº 6910, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais**,** lotado na Secretaria de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1553, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1553, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **MARISA GIMENES DE MORAES POMMER,** matricula funcional nº 7555, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributo**,** lotada na Secretaria de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1552, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1552, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **MARCOS ALVES DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7564, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1551, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1551, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **LURDILENE DA SILVA,** matricula funcional nº 5499, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1550, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1550, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **JULIANE SEMENSATE SILVA,** matricula funcional nº 6930, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1549, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1549, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **HALLISON DA SILVA CONCEIÇÃO,** matricula funcional nº 5704, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1548, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1548, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **GILVAN FERREIRA SOUZA,** matricula funcional nº 5039, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais**,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA- 2019

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOA- 2019

Dia: 21 /09/2018 (Sexta Feira-15:00 hs)

Prezado (a) Senhor (a),

A ***PREFEITURA E A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT*** têm a honra de convidar Vossa Senhoria que representa esse importante segmento da Sociedade Peixotense, para participar da Audiência Pública a ser realizada no dia **21 de Setembro**, das **15:00hs,** no Plenário "Itamar Dias" na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo onde será discutido sobre a **Lei Orçamentária Anual – LOA/2019,** que estima a receita e fixa a despesa do Município para o Exercício de 2019.

A presença de V.Sª será de fundamental importância para o sucesso da referida Audiência a fim de propiciarmos o pleno direito da discussão democrática e participativa da sociedade e o seu comprometimento com o desenvolvimento de Peixoto de Azevedo.

Contamos com a sua presença!

Prefeitura Municipal Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE/2018

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

2º QUADRIMESTRE/2018

Realização: 21/09/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, CONVIDA Vossa Senhoria, que representa esse importante seguimento da Sociedade, para participar da Audiência Pública, que realizar-se-à no Plenário da Câmara Municipal, no dia **21 de Setembro do ano em curso, com início previsto às 14:00h.**

A REFERIDA AUDIÊNCIA PÚBLICA TERÁ A SEGUINTE PAUTA

Análise dos cumprimentos das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2018 – Período de Maio a Agosto do Município de Peixoto de Azevedo – MT.

METAS FISCAIS-2018

Salientamos que sua presença será de fundamental importância para o sucesso da referida audiência, a fim de propiciar o pleno desenvolvimento de nossa cidade. E sabedores de vosso comprometimento com a sociedade e na certeza de vosso comparecimento desde já externamos votos de estimas e apreços.

Atenciosamente,

Em, 19 de Setembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

PORTARIA Nº 1547, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1547, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **EDIMIR TEIXEIRA DOS SANTOS,** matricula funcional nº 277, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem**,** lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1546, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1546, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **EDIVALDO RIBEIRO GOMES,** matricula funcional nº 6984, ocupante do cargo efetivo de Controlador Interno**,** lotado na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1545, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1545, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **ELIANE SILVA SOUSA,** matricula funcional nº 4260, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Junta de Serviço Militar, Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1544, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1544, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **EMERSON NUNES FREITAS,** matricula funcional nº 6181, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1543, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1543, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **EDILAINE DE FATIMA BAGNARA GRANDINI,** matricula funcional nº 7559, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1542, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1542, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **DEBORA GONÇALVES LOPES,** matricula funcional nº 5690, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Multimeio Didático**,** lotada na Secretaria de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1541, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1541, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **DANIEL OLIVEIRA COSTA,** matricula funcional nº 6808, ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1540, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1540, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **SELMA FERREIRA DE SOUZA,** matricula funcional nº 7742, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1539, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1539, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **WECHINTON GOMES DE BRITO,** matricula funcional nº 7955, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1538, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1538, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **WANDERSON PEDRINHO VIEIRA DE MEDEIROS,** matricula funcional nº 7692, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão**,** lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxí-

lio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1537, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1537, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **VANDERLEI FERRARI,** matricula funcional nº 7675, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Departamento**,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1536, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1536, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **UELEN PELISSARI,** matricula funcional nº 7683, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1535, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1535, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matricula funcional nº 7952, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1534, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1534, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **ROSICRER MOREIRA DA SILVA,** matricula funcional nº 7686, ocupante do cargo em comissão de Instrutor de Cursos Livres, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1533, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1533, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **ROSANE MACHADO VIEIRA,** matricula funcional nº 7700, ocupante do cargo em comissão de Monitor de Cursos Livres, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1532, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1532, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **PATRICIA SOARES DA SILVA,** matricula funcional nº 7875, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1531, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1531, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **NEIDE DE SOUSA ROCHA DUARTE,** matricula funcional nº 7799, ocupante do cargo em comissão de Instrutor de Cursos Livres, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1530, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1530, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **NATALIA FERNANDES DA SILVA,** matricula funcional nº 7895, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1529, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1529, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **MAYKON BORGES RIBEIRO,** matricula funcional nº 7893, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor**,** lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1528, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1528, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **MARISA JOSELIANE SOARES DA SILVA,** matricula funcional nº 7691, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão**,** lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1527, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1527, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **MARINALVA LOPES DE AMORIM,** matricula funcional nº 7688, ocupante do cargo em comissão de Instrutor de Cursos Livres, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1526, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1526, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **MARCILENE FERREIRA ORGANISTA,** matricula funcional nº 7695, ocupante do cargo em comissão de Assessor Administrativo de Gabinete**,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1525, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1525, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **LUIS ROGERIO MENA,** matricula funcional nº 7690, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Imprensa e Comunicação Social**,** lotado na Secretaria Municipal de Governo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1524, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1524, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **LUIS FELIX DA SILVA,** matricula funcional nº 7758, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1523, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1523, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **LINDALVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7689, ocupante do cargo em comissão de Instrutor de Cursos Livres, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1522, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1522, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **LENILTON MARDINE NETO,** matricula funcional nº 7702, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1521, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1521, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **LELIA LAURA DA SILVA,** matricula funcional nº 7953, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1520, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1520, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **JOSIANY ARRUDA MELHADO,** matricula funcional nº 7894, ocupante do cargo em comissão de Assessor Administrativo de Gabinete**,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1519, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1519, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **JOSE MAURICIO PEREIRA,** matricula funcional nº 7740, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1518, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1518, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **JOSE GONZAGA JORGE VASCONCELOS,** matricula funcional nº 7674, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1517, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1517, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **JONAS SEBASTIAO FARIAS,** matricula funcional nº 7679, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1516, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1516, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **JACSON MACIEL DA SILVA,** matricula funcional nº 7677, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1515, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1515, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **IVONETE BENEDITA DAS CHAGAS OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7741, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1514, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1514, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **GRASIELA BAGNARA DE BORJA SANTOS,** matricula funcional nº 8004, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Gestão Pública**,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1513, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1513, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **FRANCISCO FERNANDO OLIVEIRA SOUZA,** matricula funcional nº 7682, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1512, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1512, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **FLAVIO REBOUCAS RAMOS,** matricula funcional nº 7685, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1511, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1511, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **EUDCLEIA SANTOS PINHEIRO,** matricula funcional nº 8005, ocupante do cargo em comissão de Assessor Administrativo de Gabinete**,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1510, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1510, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **ELOIR PEDRALLI,** matricula funcional nº 8062, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1509, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1509, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **ELIANE MARIA DINIZ,** matricula funcional nº 8046, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1508, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1508, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **EDSON ALVES TRINDADE,** matricula funcional nº 7706, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1507, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1507, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **DEBORA EUFLOZINA SANTANA,** matricula funcional nº 7816, ocupante do cargo em comissão de Instrutor de Cursos Livres, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1506, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1506, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **CLEIBCESAR LOPES DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7796, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1505, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1505, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **CIMÔNIA DAUFENBACH VIEIRA,** matricula funcional nº 7684, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1504, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1504, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **CARLOS ROGERIO NERES DE SOUSA,** matricula funcional nº 7678, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1503, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1503, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **CARLOS ABRAAO GAIA,** matricula funcional nº 7954, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Departamento**,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1502, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1502, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **ARGEMIRO ALCANTARA,** matricula funcional nº 7672, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00%

(quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1501, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1501, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **ANTONIO OLIVEIRA E SILVA,** matricula funcional nº 7865, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1356, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1356, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **OTILIA CRISTINA DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 6162,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 14.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1355, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1355, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **OTILIA CRISTINA DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 6162,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 09.08.2018 à 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1354, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1354, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **WELLITON JUNIOR DA SILVA,** matricula funcional nº 7055,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 08 (oito) dias **LICENCA POR FALECIMENTO (AVÓ)**, conforme certidão de óbito no período de 12.08.2018 à 19.08.2018, nos termos do disposto no inciso III, b, do Artigo 122 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1353, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1353, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **NELCI DEFENTE DA SILVA,** matricula funcional nº 1738,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 08 (oito) dias **LICENCA POR FALECIMENTO (MÃE)**, conforme certidão de óbito no período de 12.08.

2018 a 19.08.2018, nos termos do disposto no inciso III, b, do Artigo 122 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1352, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1352, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **VANDERLEI FRANCOSO,** matricula funcional nº 4545,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 16.08.2018 à 17.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1351, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1351, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **VANDERLEI FRANCOSO,** matricula funcional nº 4545,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1350, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1350, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SILVIA BARBARA PRISCILA VACARIO,** matricula funcional nº 5449,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1349, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1349, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SILVIA CARLA SCHIMITT,** matricula funcional nº 5546,ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 09.08.2018 à 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1348, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1348, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **TEREZINHA VILIBALDA DA SILVA,** matrícula funcional nº 1730, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Muni-

cipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Creche Escola Municipal “Irma Dulce”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1347, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1347, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **TANIA MARA FERREIRA BRANDAO SANTOS,** matrícula funcional nº 6951, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal “Vida e Esperança”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1346, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1346, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **SILVIA BARBARA PRISCILA VACARIO,** matrícula funcional nº 5449, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal “Dom Helder Câmara”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1345, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1345, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **MIRIAN MOTA GONÇALVES,** matrícula funcional nº 6212, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal “Dom Helder Câmara”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 à 14 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1344, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1344, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **MARIA APARECIDA DA SILVA,** matrícula funcional nº 7130, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal “Cecilia Meireles”, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de Junho à 13 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1343, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1343, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **GEANINI SALETI HECKLER,** matrícula funcional nº 1726, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal "Vida e Esperança", nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1342, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1342, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** a Servidora **ELIENE TELES SOUSA DA SILVA,** matrícula funcional nº 7247, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo a função na Escola Municipal "São Pedro", nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1341, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1341, DE 14 de AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARGARIDA QUEIROZ DE CARVALHO**, matrícula funcional nº 1716, ocupante do cargo efetivo de AAE Agente de Nutrição Escolar Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 31 (trinta e um) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.08.2018 à 31.08. 2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1340, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1340, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **SEVERINO AQUINO DUARTE**, matricula funcional nº 8051, ocupante do cargo temporário de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Moradia no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso V, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1339, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1339, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **LUIS CARLOS DE LIMA**, matricula funcional nº 5712, ocupante do cargo efetivo de ASS Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Moradia no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso V, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1338, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1338, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **JOSE LINO COELHO**, matricula funcional nº 6920, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Moradia no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso V, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1337, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1337, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **FRANCISCO ADMIR PEREIRA DA SILVA**, matricula funcional nº 4664, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Moradia no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso V, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1336, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1336, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **FABIO SULIVAN FERNANDES DA CRUZ**, matricula funcional nº 7622, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Moradia no percentual de 30,00% (trinta por cento) nos termos do disposto no inciso V, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1335, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1335, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **RAIMUNDO SINFRÔNIO COELHO JUNIOR,** matricula funcional nº 7254, ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1334, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1334, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARIA DO CARMO SILVA,** matricula funcional nº 6217,ocupante do cargo em comissão de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 03 (três) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 1º.08.2018 a 03.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1333, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1333, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **JOEZER PONCIANO DE JESUS,** matricula funcional nº 6178,ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, 01 (um) dia de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 14 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1500, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1500, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, ao Servidor **ANTONIO DE CARVALHO SOUZA,** matricula funcional nº 7699, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1499, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1499, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **ANNI KARINI REINA,** matricula funcional nº 7951, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1498, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1498, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **ANA MARIA SCABENI,** matricula funcional nº 7694, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1497, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1497, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, a Servidora **ALINE VANESSA MOCHI,** matricula funcional nº 7847, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009, e no inciso I, do artigo 5º, do Decreto nº 52/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1496, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1496, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Função de Encarregado (FE) de 20,00% (vinte por cento) nos termos do parágrafo único do Artigo 22, e Anexo X, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **SILAS RODRIGUES**

COSTA, matrícula funcional nº 5407, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Multimeio Didático**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1495, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1495, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Função de Encarregado (FE) de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do Artigo 22, e Anexo X, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **MARISA GIMENES DE MORAES POMMER,** matrícula funcional nº 7555, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributo**,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1494, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1494, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Função de Encarregado (FE) de 10,00% (dez por cento) nos termos do parágrafo único do Artigo 22, e Anexo X, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **EMERSON NUNES FREITAS,** matrícula funcional nº 6181, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1493, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1493, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Função de Encarregado (FE) de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do Artigo 22, e Anexo X, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **EDILAINE DE FATIMA BAGNARA GRANDINI,** matrícula funcional nº 7559, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1492, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1492, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Função de Encarregado (FE) de 10,00% (dez por cento) nos termos do parágrafo único do Artigo 22, e Anexo X, da Lei Complementar 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **DANIEL OLIVEIRA COSTA,** matrícula funcional nº 6808, ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1491, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1491, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1010, de 28 de Junho de 2018, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de Auxílio Alimentação, ao Servidor **EDIMIR TEIXEIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 277, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1490, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1490, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 70,00% (setenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, à Servidora **SELMA FERREIRA DE SOUZA,** matricula funcional nº 7742, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Cultura,** do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso,

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1489, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1489, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **WECHINTON GOMES DE BRITO,** matricula funcional nº 7955, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** do Departamento de Desporto e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso,

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1488, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1488, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **WANDERSON PEDRINHO VIEIRA DE MEDEIROS,** matricula funcional nº 7692, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Fiscalização Ambiental,** do Departamento de Análise Ambiental, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1487, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1487, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matricula funcional nº 7952, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Gerencia da Frota Municipal,** do Departamento de Gerencia da Frota Municipal da Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1486, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1486, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 35,00% (trinta e cinco por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **ROSICRER BALDUINO MOREIRA,** matricula funcional nº 7686, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1485, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1485, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 10,00% (dez por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **ROSANE MACHADO VIEIRA,** ocupante do cargo em comissão de **Monitor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso,

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1484, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1484, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **PATRICIA SOARES DA SILVA,** matricula funcional nº 7875, para exercer o cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1483, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1483, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 35,00% (trinta e cinco por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, à Servidora **NEIDE DE SOUSA ROCHA DUARTE,** matricula funcional nº 7799, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1482, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1482, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **NATALIA FERNANDES DA SILVA,** matricula funcional nº 7895, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1481, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1481, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **MARISA JOSELIANE SOARES DA SILVA,** matricula funcional nº 7691, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Educação Ambiental,** do Departamento de Projetos e Assistência Ambiental, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1480, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1480, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 35,00% (trinta e cinco por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **MARINALVA LOPES DE AMORIM,** matricula funcional nº 7688, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1479, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1479, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **LUIS ROGERIO MENA,** matricula funcional nº 7690, ocupante do cargo em comissão de **Assessor de Imprensa e Comunicação Social,** da Secretaria Municipal de Governo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1478, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1478, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 20,00% (vinte por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **LUIS FELIX DA SILVA,** matricula funcional nº 7758, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Serviços Urbanos,** do Departamento de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1476, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1476, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **LENILTON MARDINE NETO,** matricula funcional nº 7702, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Desporto e Lazer,** do Departamento de Desporto e Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso,

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1475, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1475, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 70,00% (setenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **LELIA LAURA DA SILVA,** matricula funcional nº 7953, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Planejamento e Gestão,** do Departamento de Planejamento e Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1474, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1474, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **JOSIANY ARRUDA MELHADO,** matricula funcional nº 7894, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Administrativo de Gabinete,** do Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1473, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1473, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **JOSE GONZAGA JORGE VASCONCELOS,** matricula funcional nº 7674, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Fiscalização,** do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1472, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1472, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **JACSON MACIEL DA SILVA,** matricula funcional nº 7677, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento Rodoviário,** do Departamento Rodoviário da Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1471, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1471, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 20,00% (vinte por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **GRASIELA BAGNARA DE BORJA SANTOS,** matricula funcional nº 8004, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Técnico em Gestão Pública,** no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1470, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1470, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 50,00% (cinquenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **FRANCISCO FERNANDO OLIVEIRA SOUZA,** matricula funcional nº 7682, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor do Centro de Atendimento Empresarial (CAE),** da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1469, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1469, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 20,00% (vinte por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **FLAVIO REBOUÇAS RAMOS,** matricula funcional nº 7685, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Assistência Social,** do Departamento de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1468, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1468, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **EUDCLEIA SANTOS PINHEIRO,** matricula funcional nº 8005, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Administrativo de Gabinete,** no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1467, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1467, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (RTIDE) de 50,00% (cinquenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **ELOIR PEDRALLI,** matricula funcional nº 8062, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1466, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1466, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 40,00% (quarenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **ELIANE MARIA DINIZ,** matricula funcional nº 8046, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1465, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1465, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 35,00% (trinta e cinco por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, à Servidora **DEBORA EUFLOZINA SANTANA,** matricula funcional nº 7816, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1464, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1464, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 30,00% (trinta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **CIMÔNIA DAUFENBACH VIEIRA,** matricula funcional nº 7684, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Apoio Educacional,** do Departamento de Apoio Educacional, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1463, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1463, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **CARLOS ROGERIO NERES DE SOUSA,** matricula funcional nº 7678, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Gestão de Bens Municipais,** do Departamento de Gestão de Bens Municipais da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1462, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1462, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 70,00% (setenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **ARGEMIRO ALCANTARA,** matricula funcional nº 7672, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Compras,** do Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1461, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1461, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 10,00% (dez por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Senhor **ANTONIO OLIVEIRA E SILVA,** matricula funcional nº 7865, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Análise Ambiental,** do Departamento de Análise Ambiental, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1460, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1460, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, ao Servidor **ANTONIO DE CARVALHO SOUZA,** matricula funcional nº 7699, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** da Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1459, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1459, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 60,00% (sessenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **ANNI KARINA REINA,** matricula funcional nº 7951, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Projetos e Assistência Ambiental,** do Departamento de Análise Ambiental, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1458, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1458, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 10,00% (dez por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Servidora **ANA MARIA SCABENI,** matricula funcional nº 7694, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1457, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1457, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Conceder, Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva **(RTIDE)** de 70,00% (setenta por cento) nos termos do parágrafo único do artigo 26, Anexo X, da Lei Complementar nº 002, de 26 de Agosto de 2005, a Senhora **ALINE VANESSA MOCHI,** matricula funcional nº 7847, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Administração de Pessoal,** do Departamento de Administração de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1456, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1456, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 432, de 21 de Março de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **WECHINTON GOMES DE BRITO,** matricula funcional nº 7955, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1455, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1455, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1236, de 01 de Agosto de 2017, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **WANDERSON PEDRINHO VIEIRA DE MEDEIROS,** matricula funcional nº 7692, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Fiscalização ambiental,** lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1454, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1454, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 107, de 24 de Janeiro de 2018, que concedeu 40,00% (quarenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **VANDERLEI FERRARI,** matricula funcional nº 7675, ocupante do cargo em comissão de **Diretor de Depar-**

tamento de Planejamento e Gestão, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1453, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1453, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 192, de 30 de Janeiro de 2017, que concedeu 30% (trinta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **UELEN PELISSARI,** matricula funcional nº 7683, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Programas e Projetos,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1452, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1452, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 444, de 21 de Março de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matricula funcional nº 7952, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Gerencia da Frota Municipal,** lotada na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1451, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1451, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 430, de 21 de Março de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **SELMA FERREIRA DE SOUZA,** matricula funcional nº 7741, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Cultura,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1450, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1450, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 154, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 75,13% (setenta e cinco virgula treze por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **ROSICRER BALDUINO MOREIRA,** matricula funcional nº 7686, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1449, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1449, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 358, de 01 de Março de 2017, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **ROSANE MACHADO VIEIRA,** matricula funcional nº 7700, ocupante do cargo em comissão de **Monitor de Cursos Livres,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1448, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1448, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1741, de 27 de Outubro de 2017, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **PATRICIA SOARES DA SILVA,** matricula funcional nº 7875, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1447, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1447, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 772, de 09 de Maio de 2017, que concedeu 75,13% (setenta e cinco virgula treze por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **NEIDE DE SOUSA ROCHA DUARTE,** matricula funcional nº 7799, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1446, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1446, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 106, de 24 de Janeiro de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **NATALIA FERNANDES DA SILVA,** matricula funcional nº 7895, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1445, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1445, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1859, de 05 de Dezembro de 2017, que concedeu 40,00% (quarenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **MAYKON BORGES RIBEIRO,** matricula funcional nº 7893, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1444, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1444, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **DAVID MARTINS VIEIRA JUNIOR,** matricula funcional nº 5415, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 46 (quarenta e seis) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 24.07.2018 à 08.09.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1443, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1443, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **CELINA DA CONCEIÇÃO SILVA DO CARMO,** matricula funcional nº 1413,ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 61 (sessenta e um) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 20.08.2018 à 20.10.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1442, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1442, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **DIOMAR NUNES DE SOUSA,** matricula funcional nº 4660,ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 11 (onze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 24.07.2017 à 04.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1441, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1441, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º - **Conceder**, aos Servidores abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Auxílio Alimentação no percentual de 10,72% (dez virgula setenta e dois por cento) nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 57, da Lei Complementar nº 14/2009.

Matricula	Nome
8025	ADELINO PROIS
5507	ADRIANA ALVES DE ARAUJO
8057	ADRIANA ALVES TOLEDO
7933	ADRIELE RODRIGUES DE ANDRADE
5501	AILSON MACHADO DA SILVA
4535	AILTON DE JESUS DE SOUZA
1440	AIRTON DA SILVA CRUZ
5444	ALCINO FERREIRA ARAUJO
7601	ALENE PEREIRA DE ARAUJO
7983	ALINE DA COSTA ALVES
5666	ALZIRA ANANIAS
7998	ANA PAULA RIBEIRO
2850	ANA PAULA TELES DOS REIS
7619	ANDREI ALTMAYER
7600	ANDREIA ALVES DE OLIVEIRA
6167	ANDRESSA ALTMAYER
4536	ANEZIO SANTANA DA SILVA
5705	ANGELICA DE SOUSA COSTA
7981	ANTONIA DOS SANTOS DOS REIS
5421	ANTONIA EVA RODRIGUES DA SILVA
7599	ANTONIA KATIA NERES
1409	ANTONIA LIMA
5052	ANTONIO JOSE DOS SANTOS
4537	APARECIDO GARCIA DA SILVA
8020	AUDENIR BORGE PEREIRA
5710	BELIZARIO ARAUJO GONÇALVES
5679	BRUNO ALTMAYER
5045	CARLOS HENRIQUE PIRES DE ARAUJO
4662	CECILIA PEREIRA DA SILVA
1413	CELINA DA CONCEIÇÃO SILVA DO CARMO
5674	CHARLENE OLIVEIRA COSTA
7623	CICERO DE SOUZA
1456	CICERO RODRIGUES DOS SANTOS
5528	CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS
5661	CLAUDIA MENDES OLIVEIRA COSTA
1743	CLEIDE NUNES DE SOUZA
1747	CLEIS COELHO FERREIRA
326	CLEONICE INES SOUSA
1583	CRISTIANE PEREIRA CAMELO
7628	CRISTIANO OLIVEIRA DA SILVA
5574	DAIANE MELO DE SOUSA
4711	DALVINA DE JESUS RODRIGUES
8022	DANIEL DE SOUSA MARQUES
7609	DANIELLY FACUNDO DE SOUZA
7608	DAVID MARTINS VIEIRA NETO
5690	DEBORA GONÇALVES LOPES
6901	DERLANE PEREIRA DA SILVA
1753	DEUSELINA CARDOSO DA SILVA
7617	DIONY LEONEL
4538	DISNEY LOPES DE SOUSA
290	EDINA DE MASCENA BORGUETI
2788	EDNA LEANDRO SALDINA ALVES
6886	EDNEI DA SILVA
5558	ELIENE DE OLIVEIRA MENDES
4237	ELIZABETE MARIA SCHONS
5493	ELIZABETHE RODRIGUES SILVA
7980	ELIZANGELA COSTA E SILVA
7925	ELIZANGELA OLIVEIRA COSTA ALMEIDA
1416	ELZA BRITO DA SILVA
1756	ELZA PEREIRA ALVES
7602	ERIKA JODELLE PEREIRA MACHADO
5527	ERIVANIA ALVES DOS SANTOS
6881	EUNICE PEREIRA DA SILVA
1742	EVA LIMA
7622	FABIO SULIVAN FERNANDES DA CRUZ
5060	FRANCELIA MARIA ALMEIDA SILVA
8008	FRANCIELI MARCHIORI DE CARLI
8038	FRANCILDA DE SOUSA
7598	FRANCILDA MEDEIROS DE SOUSA
403	FRANCISCA BONIFACIO DA SILVA
1452	FRANCISCA DAS CHAGAS MAXIMO SAMPAIO
4913	FRANCISCA PEREIRA DA CRUZ
148	FRANCISCA SANTOS DO VALE
4664	FRANCISCO ADMIR PEREIRA DA SILVA
5437	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS DA SILVA
1601	FRANCISCO SILVA BARROSO
8050	GENIVALDO APARECIDO FARIAS

5533	GERCINA DOS SANTOS SILVA
308	GERCINA FERREIRA LEMES
7959	GIANNELLI DA SILVA PELLEGRINI
6171	GILMA ALVES DE SOUSA
7606	GISLENE LIMA SOUSA
7614	GLAUCIA DIAS ANTONIO
8052	GLEISQUELLI FERNANDA DOS SANTOS
6902	GUIMARA MONTEIRO DE ARRUDA OLIVEIRA
8026	ILDENER DE SOUSA ALMEIDA
1461	IRACEMA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA
5568	IRANI FERNANDES DOS SANTOS CONCEIÇÃO
6180	IRIS DE FATIMA PEDROSA DE ARAUJO
2914	IZABEL DA CONCEIÇÃO
8026	JAIR JOSE DE OLIVEIRA
5673	JANEIDE PEREIRA
5488	JANETE SOUSA PEREIRA
6880	JANILDE MARIA VIEIRA
5696	JESSICA BARBARA GARCIA OLIVEIRA
7833	JESSICA CLARO DA SILVA
7946	JOANDERSON SILVA RODRIGUES
4922	JOÃO CARLOS ANDRADE BATISTA
5422	JOÃO SILVA COSTA
5425	JOAQUIM CAMPOS DA SILVA
7653	JOCELI SOBOLESKI
7761	JOELMA DE MOURA SANTOS D ARAUJO
6922	JOELMA FERNANDES TEIXEIRA
6920	JOSE LINO COELHO
7624	JOSE MARCOS DE OLIVEIRA
6175	JOSE RIVALDO FERREIRA DE CARVALHO
1465	JOSE ROBERTO DE MORAES SANTOS
7762	JOSELIA SILVA FRAZAO
7659	KAREN MARQUES DE SOUZA
7610	KELY DOS SANTOS PESSOA
7962	KONGRATI METUKTIRE
7961	KROIRE METUKTIRE
1744	LEILIANE SOUSA SANTOS CARNEIRO
1383	LENILDA BRITO GONÇALVES
313	LINDOMAR GOMES DE SOUSA
4954	LINDOMAR PEREIRA DOS SANTOS
7658	LUANNA DE MORAES SOUSA SANTOS
1621	LUCIA MARIA GONÇALVES
5662	LUCIANI CARDOSO
8023	LUCILENE DE CARVALHO SOUZA
8000	LUCINEIA DAVID
7944	MAGNA FERNANDES RAIMUNDO
6905	MAIARA COSTA SILVA
8049	MARCIA DE SOUSA LIMA
5064	MARCIENE PEREIRA DE ARAUJO
8013	MARIA ANDREA SILVA PEREIRA NEU
4527	MARIA APARECIDA ALVES DE SOUSA
2895	MARIA AURILENE GOMES DA SILVA
1757	MARIA BONFIM FERREIRA GAMA
7596	MARIA CICERA RODRIGUES
6908	MARIA DA PENHA DE FREITAS
2186	MARIA DE ABREU COSTA
1740	MARIA DE FATIMA DE ARAUJO NASCIMENTO
5048	MARIA DE NAZARE CONCEIÇÃO ARAUJO
347	MARIA DEUSA FARIA
1588	MARIA DO SOCORRO DA SILVA BALBINO
7997	MARIA DO SOCORRO MENESES
1451	MARIA DORALICE RIBEIRO DA SILVA ALEXANDRE
1605	MARIA EDNA SANTOS SILVA
292	MARIA ELZA OLIVEIRA AGUIAR DOS SANTOS
293	MARIA FRANCISCA LEITE SANTOS
1584	MARIA GORETE DARIO DE SOUZA
8017	MARIA GORETE ZUCHI DE OLIVEIRA
7650	MARIA IRACI SOUSA BARBOSA
337	MARIA ISAUDA RIBEIRO BARBOSA
2090	MARIA JOSE SOUSA
7605	MARIA JULCILEIA LIMA DE OLIVEIRA
7982	MARIA LUCIA CUSTODIO OLIVEIRA
8054	MARIA LUISA GUERINO
1615	MARIA LUISA SILVA DE ARAUJO
2889	MARIA ROSELY DE ARRUDA LOBO
7611	MARIA SANTA ALVES DA SILVA
1606	MARIA VALDELICI PEREIRA DA SILVA
1449	MARILENE VASCONCELOS DE SOUSA
4914	MARINALVA BARBOSA DA SILVA DOS SANTOS
6170	MARINETE TOMAZ DA SILVA
6193	MARIO DO NASCIMENTO SILVA
294	MARISTER DA SILVA SAMPAIO
8053	MARLI OLIVEIRA COSTA
5046	MARLI TEREZINHA PEREIRA DA LUZ
1617	MATEUS ESTEVAO DE SOUZA
346	MATILDE SOARES DA SILVA
8044	MEIRILAINE DE SOUSA CAMPOS
7607	MICIELI FERSTER BATISTA BARBOSA
314	MINERVINA PINHEIRO DE SOUZA
1618	MIRACY AIRES DE SOUZA
5065	MIRIAM ABREU DOS SANTOS
7604	MIRIAN SILVA COSTA
1478	NILTON PAIXAO DE ALMEIDA
6165	NILVA BATISTA DA SILVA
7940	NUBIA SOARES DA SILVA
6162	OTILIA CRISTINA DE OLIVEIRA
4543	PEDRO DA ROSA FERNANDES
8016	RAFAEL SANTOS PASSOS
7990	RAIANE DOS SANTOS
6885	RAIMUNDA DELGADO DE SOUZA
6998	RAIMUNDA TAVEIRA BISPO
7258	RAIMUNDO ALENCAR DE SOUSA
1642	RAIMUNDO ALVES DA SILVA
1620	RAIMUNDO DA SILVA LIMA
8006	REBECA MIRANDA SILVA
6163	REGIANE MACIEL DA SILVA
7618	REGINALDO ROSIN
1454	ROBERTO BARROSO SAID
1612	ROBERVAL MARTINS DE SOUSA
7942	ROGEANE BARROS SOUSA
5055	ROGERIA DA SILVA SANTOS DO NASCIMENTO
1627	ROMILDO FERREIRA PADILHA
1575	RONALDO KENIS FERREIRA SOUZA
7834	ROSANA AQUINO DA SILVA
8009	ROSANA DE SOUZA PASSARIN
5536	ROSANGELA PINHEIRO DA SILVA NASCIMENTO
4918	ROSEMEIRE DA SILVA NASCIMENTO
2855	ROSENI LIMA DA SILVA
5061	ROSIANE FONSECA SANTOS
7832	ROSICLEUDE GUIMARAES DE SOUZA
4915	ROSIE IREDE VIANA VITOR
5660	ROSILDA FERREIRA DOS SANTOS
7945	ROSIMEIRE DE BARROS MENDES
8015	ROSENEIDE DE MELO COSTA
5056	ROSITA DA SILVA SANTOS
5059	ROZIRENE RIBEIRO DOS SANTOS
5504	SANDRA PAULA BURATI
283	SELCO DE SOUZA LEAL
8051	SEVERINO AQUINO DUARTE
4267	SILVANA ROCHA SOUSA DOS SANTOS
1607	SILVANA TEIXEIRA
1473	SIRLEUZA SILVEIRA FLORES
2849	SONIA ALVES VASCONCELOS
4531	SUELI CONCEIÇÃO DOS SANTOS
8018	SUSANA PEREIRA DA SILVA
369	TARLEI DE SOUZA
7651	TATIANA DA CONCEIÇÃO GUIMARAES CASTRO
7926	TCHERE METUKTIRE
5578	TERESINHA APARECIDA SOARES DA SILVA
4270	UDILIA VARGAS
7620	VALDEIR GONÇALVES PASSOS
1748	VALDELICE DA SILVA
959	VALDELICE RESPLANDES DE OLIVEIRA
8019	VALDIRENE CARMO NASCIMENTO
1603	VALDIRENE DOS SANTOS SILVA
7927	VALTER GONÇALVES PASSOS
4545	VANDERLEI FRANCOSO
4663	VANDERLEIA ROSSETTO
8055	VANEZA LEAO DE SOUZA
1391	VANIA CONCEIÇÃO DE SOUZA CHAMBO
7934	VANILDA DE SOUZA
1576	VANILUCIA PINTO DA SILVA
4917	VERLENE GOMES
6168	WALDENIA DE JESUS SANTOS
6913	WALTER RODRIGUES DINIZ
7621	WILLIAMS ALVES DE SOUZA
7627	WILLIAN FARIAS

2885	ZENILDE CALDAS LIMA
2789	ZULEMAR NUNES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1440, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1440, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1237, de 01 de Agosto 2017, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **MARISA JOSELIANE SOARES DA SILVA,** matricula funcional nº 7691, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Educação Ambiental,** lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 027/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** torna público a retificação da publicação do AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 027/2018, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Edição 3.063, Pag. 168 do dia 13 de setembro de 2018. **Onde se-lê** "Sagrou-se vencedora a empresa A. LEANDRO DOS SANTOS-EPP, com o valor global de R$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)", **ler-se-á** "**Sagrou-se vencedora a empresa PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES-EPP, com o valor global de R$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)**". Peixoto de Azevedo-MT, 18 de Setembro 2018.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PORTARIA Nº 1439, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1439, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 153, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 75,13% (setenta e cinco virgula treze por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **MARINALVA LOPES DE AMORIM,** matricula funcional nº 7688, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1438, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1438, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 143, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 40,00% (quarenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **MARCILENE FERREIRA ORGANISTA,** matricula funcional nº 7695, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Administrativo de Gabinete,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1437, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1437, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 428, de 21 de Março de 2018, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **LUIS ROGERIO MENA,** matricula funcional nº 7690, ocupante do cargo em comissão de **Assessor de Impresa e Comunicação Social,** lotado na Secretaria Municipal de Governo de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1436, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1436, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1165, de 19 de Julho de 2018, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **LUIS FELIX DA SILVA,** matricula funcional nº 7758, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Serviços Urbanos,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1435, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1435, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 152, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 75,13% (setenta e cinco virgula treze por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **LINDALVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7689, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1434, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1434, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 426, de 21 de Março de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **LENILTON MARDINE NETO,** matricula funcional nº 7702, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Desporto e Lazer,** lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1433, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1433, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 438, de 21 de Março de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **LELIA LAURA DA SILVA,** matricula funcional nº 7953, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Planejamento e Gestão,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1432, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1432, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 061, de 12 de Janeiro de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **JOSIANY ARRUDA MELHADO,** matricula funcional nº 7894, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Administrativo de Gabinete,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1431, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1431, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 427, de 14 de Março de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **JOSE MAURICIO PEREIRA,** matricula

funcional nº 7740, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Promoção Social,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1430, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1430, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 149, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **JOSE GONZAGA JORGE VASCONCELOS,** matricula funcional nº 7674, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Fiscalização,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1429, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1429, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 150, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 40,00% (quarenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **JONAS SEBASTIÃO FARIAS,** matricula funcional nº 7679, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Vigilância e Inspeção Sanitária,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1428, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1428, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 135, de 23 de Janeiro de 2017, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **JACSON MACIEL DA SILVA,** matricula funcional nº 7677, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento Rodoviário,** lotado na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1427, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1427, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 428, de 14 de Março de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **IVONETE BENEDITA DAS CHAGAS OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7741, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Habitação,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1426, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1426, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 622, de 27 de Abril de 2018, que concedeu 61,00% (sessenta e um por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **GRASIELA BAGNARA DE BORJA SANTOS,** matricula funcional nº 8004, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Técnico em Gestão Pública,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1425, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1425, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 156, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 80,00% (oitenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **FRANCISCO FERNANDO OLIVEIRA SOUZA,** matricula funcional nº 7682, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor do Centro de Atendimento Empresarial (cae),** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1424, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1424, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1333, de 15 de Agosto de 2017, que concedeu 57,00% (cinquenta e sete por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **FLAVIO REBOUCAS RAMOS,** matricula funcional nº 7685, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Assistência Social,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1423, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1423, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 621, de 27 de Abril de 2018, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **EUDCLEIA SANTOS PINHEIRO,** matricula funcional nº 8005, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Administrativo de Gabinete,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1422, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1422, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1237, de 19 de Julho de 2018, que concedeu 80,00% (oitenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **ELOIR PEDRALLI,** matricula funcional nº 8062, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1421, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1421, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 952, de 25 de Junho de 2018, que concedeu 80,00% (oitenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **ELIANE MARIA DINIZ,** matricula funcional nº 8046, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1420, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1420, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 635, de 12 de Abril de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **EDSON ALVES TRINDADE,** matricula funcional nº 7706, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Infraestrutura Física e Transporte Escolar,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1419, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1419, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 274, de 26 de Fevereiro de 2018, que concedeu 75,13% (setenta e cinco virgula treze por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **DEBORA EUFLOZINA SANTANA,** matricula funcional nº 7816, ocupante do cargo em comissão de **Instrutor de Cursos Livres,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1418, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1418, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1476, de 18 de Setembro de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **CLEIBCESAR LOPES DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7796, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Trânsito,** do Departamento de Transito, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1417, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1417, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 452, de 15 de Março de 2017, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **CIMONIA DAUFENBACH VIEIRA,** matricula funcional nº 7684, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Apoio Educacional,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1416, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1416, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 676, de 18 de Abril de 2017, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **CARLOS ROGERIO NERES DE SOUSA,** matricula funcional nº 7678, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Gestão de Bens Municipais,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1415, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1415, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 441, de 21 de Março de 2018, que concedeu 40,00% (quarenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **CARLOS ABRAÃO GAIA,** matricula funcional nº 7954, ocupante do cargo em comissão de **Diretor de Departamento de Tributação,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1414, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1414, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 145, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **ARGEMIRO ALCANTARA,** matricula funcional nº 7672, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Compras,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1413, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1413, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1539, de 19 de Setembro de 2017, que concedeu 45,00% (quarenta e cinco por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **ANTONIO OLIVEIRA E SILVA,** matricula funcional nº 7865, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Análise Ambiental,** lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1412, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1412, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 314, de 20 de Fevereiro de 2017, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, ao Senhor **ANTONIO DE CARVALHO SOUZA,** matricula funcional nº 7699, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotado na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1411, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1411, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 435, de 21 de Março de 2018, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **ANNI KARINA REINA,** matricula funcional nº 7951, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Projetos e Assistência Ambiental,** lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1410, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1410, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 359, de 01 de Março de 2017, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **ANA MARIA SCABENI,** matricula funcional nº 7694, ocupante do cargo em comissão de **Coordenador de Setor,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1409, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1409, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1178, de 19 de Julho de 2017, que concedeu 100,00% (cem por cento) de **(RTIDE)** Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a Senhora **ALINE VANESSA MOCHI,** matricula funcional nº 7847, ocupante do cargo em comissão de **Chefe de Departamento de Administração de Pessoal,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1408, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1408, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 070, de 15 de Janeiro de 2018, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FG)** Função Gratificada, ao Servidor **VALDECI PAULO PANTALEÃO JUNIOR,** matricula funcional nº 7434, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1407, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1407, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 148, de 05 de Fevereiro de 2018, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FG)** Função Gratificada, a Servidora **JULIANE SEMENSATE SILVA,** matricula funcional nº 6930, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotadana Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1406, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1406, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 141, de 25 de Janeiro de 2017, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(FG)** Função Gratificada, a Servidora **AFONSINA APARECIDA FIRMINO CRESCENCIO,** matricula funcional nº 5419, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1405, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1405, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 432, de 15 de Março de 2017, que concedeu 40,00% (quarenta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **SOSTENES AQUILA SILVA PINHEIRO,** matricula funcional nº 7565, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1404, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1404, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 690, de 19 de Abril de 2017, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **SILAS RODRIGUES COSTA,** matricula funcional nº 5407, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Multimeio Didático**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1403, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1403, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1238, de 01 de Agosto de 2017, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **MARISA GIMENES DE MORAES POMMER,** matricula funcional nº 7555, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributo**,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1402, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1402, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 412, de 13 de Março de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **MARCOS ALVES DE OLIVEIRA,** matricula funcional nº 7564, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1401, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1401, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1368, de 18 de Agosto de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **TAYNARA CRISTINA CARVALHO MARQUES,** matricula funcional nº 7562, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1400, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1400, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 963, de 14 de Junho de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **MARCIO SANTANA FRANCOSO,** matricula funcional nº 6910, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais**,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1582, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1582, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **ANDRESSA ALTMAYER,** matrícula funcional nº 6167, ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Readaptação Funcional Temporária,** de conformidade com Laudo e Relatório de Exame Médico Pericial, em virtude de quadro de gravidez de risco, nos ter-

mos do disposto no Artigo 23, da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que Dispõe, na Forma da Constituição Federal, Sobre Alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 28 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1581, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1581, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **IZABEL DA CONCEIÇÃO,** matricula funcional nº 2914,ocupante do cargo efetivo de AAE Técnico em Infraestrutura Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 22 (vinte e dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 30.07.2018 à 20.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 28 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1399, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1399, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 677, de 18 de Abril de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **LURDILENE DA SILVA,** matricula funcional nº 5499, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1398, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1398, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1532, de 19 de Setembro de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **VANESSA CRISTINA SANTANA,** matricula funcional nº 2863, ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1397, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1397, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 944, de 13 de Junho de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **WRIALES FERREIRA MELO,** matricula funcional nº 7580, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1396, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1396, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 190, de 30 de Janeiro de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **HALLISON DA SILVA CONCEIÇÃO,** matricula funcional nº 5704, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1395, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1395, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 996, de 23 de Junho de 2017, que concedeu 31,00% (trinta e um por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **GILVAN FERREIRA SOUZA,** matricula funcional nº 5039, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais**,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1394, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1394, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 339, de 24 de Fevereiro de 2017, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **EMERSON NUNES FREITAS,** matricula funcional nº 6181, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1393, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1393, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 678, de 18 de Abril de 2017, que concedeu 30,00% (trinta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **ELIANE SILVA SOUSA,** matricula funcional nº 4260, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada no Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1392, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1392, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1009, de 28 de Junho de 2018, que concedeu 10,00% (dez por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **EDIMIR TEIXEIRA DOS SANTOS,** matricula funcional nº 277, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1391, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1391, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1592, de 03 de Outubro de 2017, que concedeu 70,00% (setenta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **EDILAINE DE FATIMA BAGNARA GRANDINI,** matricula funcional nº 7559, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1390, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1390, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 411, de 13 de Março de 2017, que concedeu 33,33% (trinta e três virgula trinta e três por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **DEBORA GONÇALVES LOPES,** matricula funcional nº 5690, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico de Multimeio Didático**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1389, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1389, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 025, de 02 de Janeiro de 2017, que concedeu 50,00% (cinquenta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, ao Servidor **DANIEL OLIVEIRA COSTA,** matricula funcional nº 6808, ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo**,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1388, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1388, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 1378, de 21 de Agosto de 2017, que concedeu 60,00% (sessenta por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **CLARICE VIEIRA DE BONFIM,** matricula funcional nº 6826, ocupante do cargo efetivo de ES Assistente Social 40 Horas**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1387, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1387, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Revogar, a Portaria nº 331, de 22 de Fevereiro de 2017, que concedeu 33,33% (trinta e três virgula trinta e três por cento) de **(FE)** Função de Encarregado, a Servidora **CECILIA PEREIRA DA SILVA,** matricula funcional nº 4662, ocupante do cargo efetivo de TAE Técnico Administrativo Escolar**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1386, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1386, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matricula funcional nº 7952,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário, 05 (cinco) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 30.07.2018 à 03.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1385, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1385, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **SIMONE DE ALMEIDA RAMOS PAIANO,** matricula funcional nº 7952,ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário,

04 (quatro) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 25.07.2018 à 28.07.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de Julho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1383, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1383, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **LUCILEIA RODRIGUES DE SOUZA,** matricula funcional nº 6993,ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 14 (quatorze) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 23.08.2018 à 05.09.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1382, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1382, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** a Servidora **MARLI OLINDA ALMEIDA,** matricula funcional nº 5448,ocupante do cargo de efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 134 (cento e trinta e quatro) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 20.08.2018 à 31.12.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1381, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 1381, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder,** ao Servidor **OSNI FRANCISCO DELVOSS,** matricula funcional nº 7202, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (dois) dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme atestado médico no período de 09.08.2018 à 10.08.2018, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Complementar 003, de 26 de Agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Agosto de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Agosto de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.***

Foi:

ANTONIO DA SILVA DALLA NORA -ME - CNPJ: 07.266.247/0001-01

MERCADO ARRUDON - CNPJ: 04.132.141/0001-19

E MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA - CNPJ: 14.242.422/0001-88

Poconé-MT, 19 de Setembro de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 053/2018

Ata de Registro de Preços n° 053/2018.

Pregão 21/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **D. C. FREITAS - ME**, CNPJ nº 13.624.769/0001-22

Objeto: Através da presente Ata, ficam registrados os preços **PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO ONIBUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Dotação: 050012, 050078, 050047, 050123

– Secretaria Municipal de Assistência Social

Valor Registrado: **TOTAL R$ 114.252,00 (Cento e quatorze mil duzentos e cinquenta e dois reais)**

Período: 12 meses

Poconé/MT, 17 de Setembro de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 053/2018

Ata de Registro de Preços n° 053/2018.

Pregão 21/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **D. C. FREITAS - ME**, CNPJ nº 13.624.769/0001-22

Objeto: Através da presente Ata, ficam registrados os preços **PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO ONIBUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Dotação: 050012, 050078, 050047, 050123

– Secretaria Municipal de Assistência Social

Valor Registrado: **TOTAL R$ 114.252,00 (Cento e quatorze mil duzentos e cinquenta e dois reais)**

Período: 12 meses

Poconé/MT, 17 de Setembro de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 032/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GENERO ALIMENTÍCIO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA DA ASSINATURA: 19 DE SETEMBRO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 29.200,00 (VINTE E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS)

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 032/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: SUPER PONTAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GENERO ALIMENTÍCIO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA DA ASSINATURA: 19 DE SETEMBRO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 303,803,50 (TREZENTOS E TRES MIL OITOCENTOS E TRES REAIS E CINUQNETA CENTAVOS)

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018

Itens Exclusivos ME/EPP e itens Ampla Participação

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE UMA PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA POR UM TRATOR AGRÍCOLA, COLHEDORA DE FORRAGENS E GUINCHO AGRÍCOLA, PARA O MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA-MT, PARA ATENDER O CONVENIO Nº. 853207/2017 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando a Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de uma Patrulha Mecanizada composta por Trator Agrícola e Guincho Agrícola, para o Município de Ponte Branca-MT, para atender o Convênio Nº. 853207/2017 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 03/10/2018, às 08h00min**,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 19 de Setembro de 2018.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

EDITAL DE LEILÃO Nº 003/2018 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leilão PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA/MT – MT

Dia do leilão: 05 de outubro de 2018 – 6ª feira – 09:00 horas*(horário de Cuiabá/MT)*

Local do Leilão: Escritório Kleiber Leilões – ***Auditório Antônio & Lizandra***

Avenida São Sebastião nº 1.447- Bairro Goiabeiras - Cuiabá/MT

EDITAL DE LEILÃO Nº 003/2018 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leilão somente on-line pelo site: www.kleiberleiloes.com.br

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA/MT, CNPJ 03.503.638/0001-33, com sede na Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva nº 300, Bairro centro, Cep 78.610-000, Ponte Branca/MT, neste ato denominado simplesmente Prefeitura ou Vendedor, torna público para conhecimento dos interessados, que em data, horário e local acima estabelecido,

e através do **Leiloeiro Público Oficial KLEIBER LEITE PEREIRA JUNIOR**, portador da Matricula nº 031/2015/Jucemat, com escritório a Avenida São Sebastião nº 1.447, Bairro Goiabeiras em Cuiabá/MT, devidamente autorizado neste instrumento, e neste ato denominado simplesmente Leiloeiro, realizará o presente leilão público de forma on-line pela internet, a fim de receber lances, para a venda dos bens móveis diversos conforme relacionados no **Anexo I** do presente Edital.

O presente leilão realizar-se-á com estrita observância do princípio da Licitação, nos termos da Lei N°. 8.666/93 de 21/06/93, Lei N°. 8.883/94 de 08/06/94, Decreto nº 21.981/32, e suas alterações, IN nº 17/2013/DREI, Lei nº 13.138/2015 e pelo presente Edital e demais legislações aplicáveis, sendo que os documentos expedidos pelo Leiloeiro Público Oficial são **revestidos de Fé Pública** para os seus devidos fins e efeitos.

As visitas e vistorias estarão abertas aos interessados no local do leilão, pátio da Secretaria Municipal de Obras, perimetro urbano da cidade, a partir do dia 01/10/2018, no horário de 07h30m as 11h00m e das 13h30m as 17h00m.

Descrição dos bens móveis diversos, fotos ilustrativas e de âmbito geral encontram-se para apreciação virtual e meramente de caráter de divulgação no site do Leiloeiro. Edital completo está disponível aos interessados, e informações e outros detalhes poderão ser obtidos com a Comissão (66) 3466.1311 ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 e 99289.8092.

Veja também no site do Leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br e no Portal da Transparência no site da Prefeitura.

01 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO – habilitação, lances e pagamento.

1.1. DA HABILITAÇÃO GERAL E DA OFERTA DE LANCES ON-LINE:

Poderão participar e oferecer lances no leilão os licitantes que se habilitarem na forma disciplinada por este Edital, tanto pessoas físicas ou jurídicas, portadoras dos originais de RG e CPF; se empresa, cópia do Contrato Social e cartão do CNPJ; e se representante, Procuração objetiva passada por Cartório (firma reconhecida). Não podem arrematar no leilão os funcionários e servidores do Vendedor. O Vendedor poderá optar por cobrar caução antecipada para interessados participarem do leilão.

1.1.2. **Participação on-line** – para participar e oferecer lances via eletronicamente, ou seja, on-line pela internet, os licitantes interessados deverão se habilitar antecipadamente em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data do leilão, no site www.kleiberleiloes.com.br, janela “cadastre-se” preenchendo todos os dados exigidos e clicando em “envio de documentos” para remeter os documentos de habilitação.

1.1.2.1. Ao enviar a ficha cadastral preenchida e os documentos completos, o interessado já receberá “login e senha”, entretanto, só poderá acessar ao sistema e oferecer lances, após consulta do cadastro sem restrições para ser liberado. O interessado será responsável pela guarda, pelo sigilo e pela utilização dos dados necessários de acesso ao sistema, não sendo oponível, em nenhuma hipótese, a alegação de uso indevido.

1.1.2.2. Pessoas físicas ou jurídicas já cadastradas no sistema kleiberleiloes poderão ser dispensadas da habilitação para o presente leilão, mediante liberação pelo leiloeiro.

1.1.2.3. Mesmo estando cadastrado/habilitado no site kleiberleiloes, será liberada a participação do licitante exclusivamente para o presente leilão, findo o qual, será bloqueado o acesso, sendo necessário novo pedido de liberação para participar de outros leilões.

1.1.2.4. Após a aprovação para participação on-line, os interessados já poderão registrar seus lances, renovando-os se desejar, e no dia e horário do leilão estar conectado no site do leiloeiro para disputar simultaneamente com os lances presenciais.

1.1.2.5. Os lances oferecidos via on-line são registrados e disponibilizados no sistema, cuja participação de forma eletrônica é considerada apenas como uma ferramenta facilitadora de ofertas, reconhecendo os licitantes habilitados que a eficiência de lances on-line no ato do leilão poderá sofrer interferências ou qualquer outra circunstância alheias a vontade do Comitente Vendedor e do leiloeiro, como: instabilidades de conexão da internet, fuga de sinal, falhas no funcionamento do sistema, incompatibilidade de software, lentidão, queda de energia, intempéries do tempo, linha telefônica, enfim, imprevisões gerais, e em ocorrendo, prevalecerá o último lance oferecido registrado.

1.1.2.6. O fechamento de lances pelo leiloeiro serão precedidos intervalos de 30 (trinta) segundos, tempo em que os lances on-line devem ser registrados/enviados pelo licitante. Em ocorrendo a situação ou imprevisões descritas no parágrafo anterior, o leiloeiro aguardará no máximo 03 (três) minutos, findo os quais fará o fechamento do lote na batida do martelo pelo último lance oferecido registrado.

1.1.2.7. Em qualquer dos casos previstos, ou mesmo em outra situação imprevista, não cabe ao licitante on-line reclamar direitos, fazer interpelações, recursos ou requerer indenizações de quaisquer espécie no sentido.

1.1.2.8. O lance vencedor oferecido via eletrônica, o arrematante já saberá automaticamente ou será comunicado imediatamente devendo proceder o pagamento conforme condições dispostas no presente Edital não podendo ultrapassar o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o leilão, findo o qual será declarada pelo leiloeiro a inadimplência do arrematante.

1.1.2.9. A habilitação feita e aprovada através do portal www.kleiberleiloes.com.br, implica na aceitação irrevogável e irretratável das regras do presente leilão dispostas no Edital completo, e autoriza e outorga poderes ao leiloeiro para rubricar a Nota de Arrematação em nome do arrematante, conferindo e dando fé ao ato para seus devidos fins e efeitos.

1.2. DOS LANCES E DO PAGAMENTO:

1.2.1. Os lances começam com o valor da avaliação dos bens, de forma somente on-line, através do site: www.kleiberleiloes.com.br, sendo declarado vencedor na batida do martelo o licitante habilitado que maior preço oferecer.

1.2.2. O arrematante pagará, alem do valor da arrematação e da comissão do leiloeiro, o valor correspondente a atualização do licenciamento anual e seguro DPVAT e multas, conforme consta do Anexo I, valor que será atualizado até a data do leilão.

1.2.1.1. Excepcionalmente, algum lote não vendido no leilão poderá ser novamente apregoado com um desconto, entre 10% (dez por cento) até no máximo, 15% (quinze por cento) sobre o valor da avaliação, cujo percentual será decido pela Comissão responsável.

1.2.2. As vendas serão efetuadas somente com lances para pagamento exclusivamente **À VISTA** em até 48 horas.

1.2.3. O acerto de contas do Arrematante será efetuado imediatamente após a arrematação e à vista, quando será expedido a Nota de Arrematação em Leilão Público exclusivamente em nome do arrematante habilitado.

1.2.3.1. O recolhimento do pagamento da arrematação e da comissão do leiloeiro, serão informadas no ato do leilão, podendo ser através de DAM, deposito/transferência/TED, em conta do Leiloeiro ou do Vendedor, sendo que a liberação e entrega do bem arrematado só será efetuada pela Comissão responsável após comprovado pagamento total.

1.2.3.2. Não realizado o pagamento pelo arrematante do preço à vista, em até 48 horas, será declarado a inadimplência da arrematação com o cancelamento e nulidade da venda, sendo o lote oferecido aos ofertantes de lances anteriores ou não.

1.2.3.3. O lance vencedor oferecido via eletrônica, o arrematante deverá proceder o pagamento conforme ficar convencionado /decidido no item 1. 2.3.1., cujo pagamento não poderá ultrapassar o prazo de 48 (quarenta e

oito) horas após o leilão, findo o qual será declarada pelo Leiloeiro a inadimplência do arrematante.

1.2.4. A incidência de ICMS ou quaisquer outros tributos e taxas, serão por conta e suportados pelo Arrematante.

1.2.5. A comissão do Leiloeiro Público Oficial é de **10% (dez por cento)** a ser paga pelo Arrematante. Em nenhuma hipótese o Leiloeiro devolve a comissão recebida. O Vendedor não paga comissão e não tem qualquer despesa autorizada com o Leilão ou Leiloeiro.

1.2.6. Havendo inadimplência no pagamento, o arrematante será penalizado com a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da arrematação conforme disposto no § 2º, artigo 53 da Lei das Licitações. O Vendedor poderá optar ainda por aplicar as demais penalidades e sanções dispostas na Lei de Licitações e Contratos. Não pagando também a multa, o Leiloeiro emitirá Certidão de Título Executivo para cobrança pelo Vendedor, assim como da sua comissão.

1.2.7. O leilão é uma operação liquida e certa onde o licitante habilitado participa de livre e espontânea vontade, e a desistência, a frustração do caráter competitivo, o não pagamento, a sustação ou bloqueio do cheque da comissão, configura fraude, dolo e prejuízo ao certame, aos cofres públicos e ao Leiloeiro, e em ocorrendo, será registrado BO Policial.

02 - DOS BENS MÓVEIS DIVERSOS E DA TRANSFERÊNCIA:

2.1. **Todos os bens serão vendidos no estado em que se encontram quando de sua exposição.**

2.2. O licitante deverá se certificar das características e circunstâncias que envolvem os bens descritos no Anexo I, inclusive, ano, cor, número de motor e chassis, número de série, e outros detalhes, não podendo alegar desconhecimento das condições e estado físico ou de conservação dos lotes ofertados e adquiridos por livre e espontânea vontade, dos prazos para transferência e registro, das possíveis restrições ou obrigações impostas por leis vigentes.

2.2.1. As visitas, vistorias, levantamentos, consultas, "in loco' aos bens disponibilizados para leilão, deverão ser realizadas com antecedência e estão liberadas a exclusiva vontade e decisão dos interessados, não cabendo após a arrematação, reclamações, arrependimentos, indenizações ou qualquer outro procedimento não previsto neste Edital.

2.2.2. Será de responsabilidade do Arrematante as providências de retirada do lote adquirido do local onde se encontra, reformas e consertos, desmontagens, remoção, fretes, perícia, remarcação de chassis ou motor, impostos e demais efeitos pertinentes, e todos os atos, ações, custos e despesas tradicionais como transferência e/ou regularização de documentos.

2.2.3. Veículo vendido em estado de sucata, se houver, não tem documento para transferência, o número do chassis é recortado para ser baixado pelo Vendedor junto ao DETRAN.

2.2.4. Os arrematantes de lotes de veículos terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do leilão, para realizar as reformas e consertos necessários, fazer a vistoria obrigatória no Detran e demais providencias para efetivar a transferência de propriedade junto ao órgão.

2.2.4.1. Toda a regularização e/ou transferência de propriedade de veículos arrematados neste leilão poderão ser processadas exclusivamente através de Despachante profissional da cidade do Vendedor e que estará disponível no local do leilão.

2.2.6. O Vendedor fará o comunicado de venda ao Detran e entregará o Certificado de Registro de Veículo - Autorização para Transferência, devidamente datado e preenchido em nome do arrematante ou na forma necessária para efetivar o compromisso. O Arrematante assume o compromisso de não circular com o veiculo antes de consolidada a transferência de propriedade.

2.2.7. Vencido o prazo concedido para transferência no item 2.2.4. o Arrematante autoriza desde já a busca e apreensão judicial do veículo que ficará depositado no local onde se realizou o leilão até a consolidação da obrigação.

03 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1 É vedado ao Arrematante ceder, permutar, vender, penhorar, dar em garantia, prometer, ou de qualquer outra forma, negociar os bens adquiridos antes do acerto de contas, pagamento total da arrematação e transferência de propriedade para seu nome.

3.2 Fica sob a inteira responsabilidade do Arrematante a retirada dos bens móveis no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a confirmação do pagamento da arrematação, observados os demais requisitos previstos neste Edital. Após esse prazo será cobrado taxa de depósito a base de R$ 10,00 (dez reais) por dia.

3.3 Após decorridos 30 (trinta) dias sem providência de retirada do bem, o lote retoma ao patrimônio do Vendedor, independentemente de aviso ou notificação, perdendo o Arrematante as quantias pagas, a qual não caberá recursos.

04 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1 O Vendedor se reserva ao direito de vincular a venda a sua aprovação ou não, fazer alterações, colocar lotes, de retirar no todo ou em parte, desdobrar, agrupar ou reunir bens em lotes a seu exclusivo critério, necessidade ou interesse da administração, inclusive, no momento ou após o leilão até a sua homologação pela autoridade superior, sem que caiba qualquer reclamação ou indenização.

4.2. O Leiloeiro Público Oficial está apto e autorizado, em conjunto como a Comissão responsável, a introduzir modificações, proceder alterações, fazer correções de eventuais erros ou omissões e demais atos necessários a correção, transparência e ao aperfeiçoamento do presente leilão.

4.3. Encerrado o leilão, o Leiloeiro lavrará e assinará a ATA circunstanciada com os registros indispensáveis, relação dos bens, avaliação, valor de venda, respectivos Arrematantes, contendo os acontecimentos e fatos relevantes. Qualquer alteração posterior a emissão da Ata deverá ser efetuada mediante Certidão Aditiva do Leiloeiro, ou no que couber, por Ata da Comissão responsável.

4.4. A prestação de contas pelo Leiloeiro ao Vendedor ocorrerá em até 10 (dez) dias, passíveis de prorrogação, entregando cópia original de uma via das Nota de Arrematação e da Ata contra-recibo, dando plena e rasa quitação encerrando o trabalho do Leiloeiro.

4.5. O arrematante de qualquer lote responde civil e criminalmente por danos que vier a causar ao Vendedor, Leiloeiro e/ou terceiros, em face do não cumprimento dos termos deste Edital.

4.6. O Leiloeiro Público Oficial é o consignatário ou mandatário para operacionalizar, preparar e realizar o leilão, devendo cumprir as formalidades legais, não tendo autoridade, responsabilidade e nem respondendo pela transferência de propriedade, documentos fiscais ou atos equivalentes, bem como, por quaisquer falta, falha ou omissão do Vendedor, antes, durante e após o leilão.

4.7. Fica eleito o Fórum da Comarca deste Município, renunciando a qualquer outro.

Ponte Branca/MT, 18 de setembro de 2018

Visto: HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES Stuart Nogueira e Silva

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

ANEXO I

Relação de bens disponibilizados para leilão, avaliados e que

serão vendidos no estado em que se encontram:

Lote 01 – 01 Motoniveladora HWB 140-S, série 140s1649, dianteiro, parou funcionando. Avaliação **R$ 8.500,00**

Lote 02 – 01 Veículo Volks Kombi, ano 1998/99, placa**JYY-4552**, chassis 9712497900. Avaliação **R$ 4.500,00**

*NOTA – junto com o pagamento do valor da arrematação, o arrematante pagará mais a importância de **R$ 975,00***

referente a atualização do licenciamento anual e seguro DPVAT e multas, valor que será atualizado até a data do leilão.

Lote 03 – 01 Veículo Mercedes Benz Sprinter, ano 1999, placa **JZE-9626**, chassis 8AC690330YA538059, cor branca, odontomóvel sem equipamentos, caixa de câmbio ruim, sem pára-choque, parada..... Avaliação **R$ 3.200,00**

*NOTA – junto com o pagamento do valor da arrematação, o arrematante pagará mais a importância de **R$ 984,61***

referente a atualização do licenciamento anual e seguro DPVAT e multas, valor que será atualizado até a data do leilão.

Lote 04 – 01 Veículo Fiat Ducato 10, ano 1997, placa **JYV-3482**, chassis 2FA230000V5485667, cor branca,

adaptada com bancos, motor parcial .... Avaliação **R$ 3.000,00**

*NOTA – junto com o pagamento do valor da arrematação, o arrematante pagará mais a importância de **R$ 984,61***

referente a atualização do licenciamento anual e seguro DPVAT e multas, valor que será atualizado até a data do leilão.

Lote 05 – 01 Veículo Fiat Ducato Cargo, ano 2005/06, placa **KAK-1942**, chassis 93W244F1362006630,

cor branca, adaptado ambulância, parada …….... ..... Avaliação **R$ 7.900,00**

*NOTA – junto com o pagamento do valor da arrematação, o arrematante pagará mais a importância de **R$ 984,61***

referente a atualização do licenciamento anual e seguro DPVAT e multas, valor que será atualizado até a data do leilão.

Lote 06 – 01 Veículo Fiat Uno Vivace 1.0, ano 2011/12, placa **NJT-0533**, chassis 9BD1952C0187446,

4 portas, cor branco, flex, rodando..... ..... Avaliação **R$ 7.900,00**

*NOTA – junto com o pagamento do valor da arrematação, o arrematante pagará mais a importância de **R$ 1.232,01***

referente a atualização do licenciamento anual e seguro DPVAT e multas, valor que será atualizado até a data do leilão.

Lote 07 – 01 Camionete Toyota Hilux SR, cabina dupla, diesel, ano 2013, placa **OBL-5825**,

chassis 8AJFY22G6D8007050, motor retificado, cor branca, rodando.Avaliação **R$ 65.000,00**

*NOTA – junto com o pagamento do valor da arrematação, o arrematante pagará mais a importância de **R$ 1.968,93***

referente a atualização do licenciamento anual e seguro DPVAT e multas, valor que será atualizado até a data do leilão.

Lote 08 – 01 Trator agricola CBT 8440, ano 1994, funcionando.Avaliação **R$ 10.000,00**

AVALIAÇÃO TOTAL DE 08 LOTES PARA LEILÃO .... R$ 110.000,00

(importa a presente avaliação de 08 lotes para leilão em cento e dez mil reais).

AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO PÚBLICO Nº 003/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA / MT.

AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO PÚBLICO Nº 003/2018

BENS MÓVEIS DIVERSOS - LEILÃO SOMENTE ON-LINE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA/MT, através da Comissão responsável comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, leilão do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis diversos de sua propriedade e no estado em que se encontram.

- Dia do leilão: 05 de outubro de 2018, 6ª feira, às 09:00 horas, *(horário de Cuiabá/MT),*

- Local do Leilão: Escritório Kleiber Leilões – *Auditório Antônio & Lizandra* - Avenida São Sebastião, 1.447 - Goiabeiras - Cuiabá/MT.

- Leiloeiro Público Oficial Kleiber Leite Pereira Junior, portador da Matricula nº 031/2015/Jucemat.

- Leilão somente on-line. Os interessados em participar via internet deverão se habilitar em até 24 horas antes do leilão para aprovação de cadastro e liberação de acesso ao sistema no site: www.kleiberleiloes.com.br.

- Visitas aos bens no local do leilão a partir do dia 01/10/2018, no horário de 07h30m as 11h00m e das 13h30m as 17h00m.

- Edital completo e relação dos bens com a Comissão (66) 3466.1311 ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 – 99289.8092.

- Veja mais no Portal da Transparência da Prefeitura e no site do Leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br.

Ponte Branca/MT, 18/09/2018

Stuart Nogueira e Silva

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2018, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 43/2018**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COM MOTORISTA - VEICULO TIPO ONIBUS PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT Teve como vencedoras as empresas: **D P G Lopes EIRELI – EPP** inscrito no CNPJ: 20.267.922/0001-77, item 01 R$ 4,40 o km.

Porto Alegre do Norte/MT, 19 de Setembro 2018.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 39/2018**, Objeto: Contratação de empresa para **Fornecimento de** Equipamentos/Materiais Permanente/consumo para atender as unidades de Saude – PSFs de

Porto Alegre do Norte/MT, conforme proposta nº 14362.357000/1180-01 – Ministério da Saúde. Teve como vencedoras as empresas: Ret Farma Dist. De med. Prod. Hosp. LTDA CNPJ: 12313826/0001-90 R$ 42.040,00; Amplamedic Produtos e Serviços para a Saúde EIRELI CNPJ: 26391476/0001-94 R$ 30.237,00; Leite e Ribeiro LTDA – ME CNPJ: 18.849.143/0001-38 R$4.420,00; C. E. Carvalho Comercial ME CNPJ: 24.864.422/0001-73 R$ 5.707,50. Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 40/2018**, Objeto: Contratação de empresa para **Fornecimento de** Brinquedos Educativos e Recreativos para atender a Secretaria de Educação processo 23400017160201311 Recurso do FNDE. Licitação fracassada.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 37/2018**, Objeto: Contratação de empresa para **Fornecimento de** Equipamentos Materiais Permanente para atender a secretaria de saúde da Família PSF Buriti conforme proposta nº 14362.357000/1140-01 – Ministério da Saúde e outros . Teve como vencedoras as empresas: Ret Farma Dist. De med. Prod. Hosp. LTDA CNPJ: 12313826/0001-90 R$ 19.174,00; Amplamedic Produtos e Serviços para a Saúde EIRELI CNPJ: 26391476/0001-94 R$ 37.500,00. Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 049/2018

AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 049/2018

EMENTA: O SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU/MT PUGNA POR PARECER SOBRE PEDIDOS DE ELEVAÇÃO DE CLASSE. ATOS DE MERO EXPEDIENTE. SIMPLES CUMPRIMENTO DE REQUISITOS. ANÁLISE ESTRITA ACERCA DA RELAÇÃO JURÍDICA QUE ADVÉM DA MATÉRIA. PARECER MERAMENTE OPINATIVO. PELA **POSSIBILIDADE JURÍDICA** DAS ELEVAÇÕES, NOS TERMOS DO PARECER. **OPINIÃO FAVORÁVEL**.

Fora encaminhado a este Setor Jurídico, pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Poxoréu/MT, através do Memorando n.º 22/2018, de 17/09/2018, protocolado diretamente com este Advogado signatário, requerimento de Parecer Jurídico quanto à possibilidade de Elevação de Classe dos servidores **Edivaldo Silva de Oliveira**; **Frannçoise Cristhinne Mazzetto de Castro**; **Laura Giovana Silva de Brito**; **Lucilene Pereira Domingos**; **Pablo Batemarque Pereira** e **Rose Flávia de Matos Raimundo**.

Junto com o referido Memorando vieram, também, as pastas funcionais dos servidores interessados.

É o relatório.

A princípio, cabe a este Advogado explanar à Administração Pública municipal acerca da diferenciação entre Parecer Jurídico Vinculante e Parecer Jurídico Não-vinculante, termos já analisados, inclusive, pelo STF, que norteiam os pareceristas e os tomadores de pareceres nas responsabilidades assumidas.

Vejamos:

Controle externo. Auditoria pelo TCU. Responsabilidade de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico de natureza opinativa. Segurança deferida. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: ***(i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir.*** *No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. Controle externo:* ***é lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário.*** *Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cave a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. [****MS 24.631****, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 9-8-2007, P. DJ de 1.º-2-2008]*

Neste contexto, o julgado acima traz segurança jurídica ao parecerista que emite sua opinião em atos, muitas vezes, de mero expediente, que não detém qualquer divergência interpretativa, mas que são requeridos por gestores que, na intensão de se valerem do mesmo para se escusarem de suas responsabilidades, o pleiteiam, vislumbrando uma espécie de escudo.

Afirme-se, portanto, que em casos desta natureza, a covardia do responsável pela tomada de decisão não o exime das responsabilidades pelas consequências do ato praticado, nem torna o parecerista responsável junto consigo mesmo, eis que, nos termos do entendimento jurisprudencial do STF, o Parecer Jurídico Não-vinculante não traz responsabilidade àquele que o emite.

Feitas estas considerações iniciais, de caráter genérico e contextual, acerca da responsabilidade do Parecerista pela opinião explanada, passo à manifestação, afirmando que, pela matéria sob análise, o presente Parecer é **NÃO-VINCULATIVO**, não sendo obrigatório seu acatamento.

DO CASO EM CONCRETO

Trago à baila, para uma melhor identificação dos servidores, a Tabela abaixo, que servirá para individualizá-los de acordo com a documentação atrelada à pasta funcional de cada um:

Nome do Servidor	PCCS a que está vinculado	Cargo	Data de posse	Data de conclusão do Estágio Probatório	Data do pedido de elevação de Classe	Curso realizado e carga-horária
ROSE FLÁVIA DE MATOS RAIMUNDO	1.500/2012	Fiscal Sanitário	07/04/2015 – Termo de Posse n.º 012/2015	07/04/2018 – Decreto n.º 012/2018	21/08/2018 – Protocolo n.º 36.562	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – 1.680 horas
LUCILENE PEREIRA DOMINGOS	1.500/2012	Técnico em Enfermagem	22/05/2015 – Termo de Posse n.º 032/2015	22/08/2018 – Decreto n.º 041/2018	24/05/2018 – Protocolo n.º 35.897	Curso Superior em Enfermagem – 4.090 horas
FRANNÇOISE CRISTHİNNE MAZZETTO DE CASTRO	1.500/2012	Fisioterapeuta	10/08/2015 – Termo de Posse n.º 040/2015	10/08/2018 – Decreto n.º 041/2018	09/08/2018 – Protocolo n.º 36.469	Pós-graduação *latu sensu* em Gestão em Saúde do Trabalhador – 400 horas
EDIVALDO SILVA DE OLIVEIRA	1.500/2012	Motorista	15/05/2006 – Termo de Posse n.º 010/2006	NÃO CONSTA NA PASTA FUNCIONAL / Dispensado por intermédio do § 2.º, do Art. 52, da Lei n.º 905/2003	08/04/2009 – Protocolo n.º 16.001 e, reiterando em: 21/08/2018 – Protocolo n.º 36.556	Curso livre de Mecânica à Diesel – primeiro protocolo / Curso livre de Mecânica à Diesel + Curso de Primeiros Socorros e Curso de Direção Defensiva – segundo protocolo / 320, 24 e 16 horas
PABLO BATEMARQUE PEREIRA	1.512/2012	Professor – Educação Física	03/08/2015 – Termo de Posse n.º 038/2015	03/08/2018 – Decreto n.º 041/2018	24/08/2018 – Protocolado em mãos com a Secretária de Educação	Especialização em Educação Física Escolar – 495 horas
LAURA GIOVANA SILVA DE BRITO	1.512/2012	Professor – Pedagogia	08/04/2015 – Termo de Posse n.º 017/2015	08/04/2018 – Decreto n.º 012/2018	02/05/2018 – Protocolo n.º 35.703	Pós-graduação *latu sensu* em Psicopedagogia Educacional – 480 horas

Feita esta primeira condensação das informações trazidas pelas pastas funcionais dos servidores, numa triagem mais acurada, separarei os servidores que são vinculados, atualmente, à Lei Municipal n.º 1.500/2012 e, posteriormente, à Lei Municipal n.º 1.512/2012.

DOS SERVIDORES REGIDOS PELA LEI N.º 1.500/2012

São quatro os servidores vinculados à Lei Municipal n.º 1.500/2012 que pleiteiam elevação de Classe, sendo que três deles tomaram posse após a entrada em vigor da referida Lei, por intermédio do concurso público de 2013, e um deles advém da época em que vigia a Lei Municipal n.º 904/2003.

Assim, cabe, aqui, outra divisão.

Dos servidores que tomaram posse na vigência da Lei n.º 1.500/2012

Os servidores: **ROSE FLÁVIA DE MATOS RAIMUNDO**, **LUCILENE PEREIRA DOMINGOS** e **FRANNÇOISE CRISTHINNE MAZZETTO DE CASTRO** tomaram posse já na vigência da Lei Municipal n.º 1.500/2012, pairando, portanto, sobre os mesmos, a totalidade das regras trazidas pela mencionada lei.

Assim, ao compulsarmos o PCCS sob análise, temos em seu artigo 29 e seguintes, a redação abaixo transcrita:

Art. 29. *A movimentação funcional do servidor público dar-se-á em duas modalidades:*

I. *por promoção de classe;*

II. *por progressão funcional.*

Art. 30. *A promoção do servidor público, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, observado o interstício de 03 (três) anos.*

[...]

§ 2.º *A progressão por classe obedecerá, obrigatoriamente, o interstício mínimo e formação específica na área de atuação do cargo, conforme readequação das tabelas do anexo IV da Lei 1.500, de 20/01/2012, constantes desta Lei.* ***(Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.515, de 03 de abril de 2012)***

Observemos, nos dispositivos mencionados, que a regra trazida se refere a anos, não havendo qualquer menção à conclusão do Estágio Probatório para a elevação de uma Classe para outra. Neste contexto, caso seja feita a pergunta: *- É possível obter promoção da Classe A para a B antes de concluído o estágio probatório?* A resposta seria: ***- Sim!*** Tendo em vista que inexiste regra, no Plano de Cargos, Carreiras e Salários trazido pela Lei Municipal n.º 1.500/2012 que vede esta situação.

A Lei Municipal n.º 1.776/2015, que regulamenta o estágio probatório em âmbito municipal também não veda em seu texto a promoção de Classe dentro da carreira e cargo que ocupa.

Da mesma forma a Lei Municipal n.º 905/2003 [Estatuto dos Servidores Públicos Municipais] em nada impede que o servidor eleve de Classe por conta de ainda cumprir estágio probatório.

Os ***prêmios*** pelo cumprimento do estágio probatório e pela nova habilitação escolar do servidor efetivo são totalmente distintos: **no estágio probatório**, após trinta e seis meses de exercício no cargo de provimento, o servidor, caso aprovado, recebe a **ESTABILIDADE**; já no caso da **promoção de Classe**, a exigência é apenas de três anos e, neste interstício obrigatório, que seja realizado novo curso de habilitação.

Frise-se, aqui, que a estagnação do servidor em um determinado Nível da Tabela Remuneratória o impede de progredir de Classe. Um exemplo seria no caso de afastamento para tratar de interesses particulares, onde o servidor permanecerá, até o seu retorno, no Nível em que estava quando se afastou. Assim, se estava no Nível 4 e ficou três anos afastado, não poderá, enquanto permanecer no Nível 4, ser elevado à Classe B.

Resta, portanto, nos termos das leis municipais apontadas, possível a elevação de Classe de um servidor que ainda esteja em estágio probatório, eis que em nenhuma norma municipal se afirma que a promoção de Classe é exclusiva de servidor estável, nem mesmo é vedada a promoção ao servidor que esteja neste período.

Buscando melhor respaldar a resposta fui em busca de como tem se comportado a jurisprudência nacional acerca da matéria.

Vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. APROVAÇÃO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. EXIGÊNCIA. EFEITOS FINANCEIROS. RETROAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECRETO NÚMERO 14. 647/1993. SENTENÇA MANTIDA. 1. O servidor integrante do Quadro de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN/DF somente fará jus à progressão funcional após doze meses de efetivo exercício, contudo condicionada à aprovação no estágio probatório. ***O Decreto número 14.647/1993, aplicável ao caso em questão, é cristalino ao vedar a progressão funcional na carreira durante o período do estágio probatório****. Contudo, a referida legislação não autoriza a aplicação de efeitos financeiros à progressão funcional, mas tão somente concede ao servidor o direito à movimentação na carreira relativamente ao período laborado durante o estágio probatório, não havendo que se falar em retroação dos efeitos dos padrões concedidos. 3. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. (TJ-DF 20160110959649 DF 0034180-60.2016.6.07.0018, Relator: EUSTÁQUIO DE CASTRO, Data de Julgamento: 14/12/2017, 8.ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicação no DJE: 23/01/2018. Pág.: 1190/1203)*

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. VEDAÇÃO. ART. 31 DA LEI N.º 6677/94. REVISÃO DO ATO. RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. PRELIMINAR DE FALTA DE PRESSUPOSTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO. SÚMULA 481 DO STJ. RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. ATO ATACADO. JUNTADA AOS AUTOS. PREFACIAL REJEITADA. MÉRITO. VIOLAÇÃO À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. FALTA DE NOTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PROCESSADOS. ART. 5.º LV DA CF. NULIDADE. PREDIDO SUCESSIVO. OBSTENÇÃO À COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. EVENTO INCERTO E FUTURO. OCORRÊNCIA DE NOVO PROCEDIMENTO. SEGURANÇA CONCEDIDA, EM PARTE. 1. Supera o indicado vício processual do não recolhimento, correlato ao irregular deferimento da assistência judiciária gratuita, em afronta à Súmula 481 do STJ, o superveniente recolhimento das custas do processo pelo impetrante. 2. Impõe-se, ainda, não se acolher a arguição de ausência do ato atacado, uma vez que este se encontra encartado nos autos, sendo incontroversa a sua existência. Preliminar rejeitada. 3. Para compreensão da demanda, volta-se a presente ação mandamental à proteção a direito líquido e certo dos servidores substituídos pelo sindicato impetrante, insculpido no art. 5.º, LV da Constituição Federal, uma vez que não foram notificados para apresentarem defesa nos autos do Processo Administrativo n.º 15.845/ 2008, destinado a rever suas progressões funcionais concedidas enquanto se encontravam em estágio probatório, ao arrepio do art. 31 da Lei Estadual n.º 6.677/94, bem como buscar o ressarcimento ao erário dos valores indevidamente pagos. 4. Cabível o presente remédio heroico, admitido como ação civil constitucional pois destinado a proteção de direito líquido e certo, não amparável por habeas corpus ou habeas data, em caso de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente no exercício de atribuições do Poder Público, conforme o art. 1.º da Lei n.º 12.016 de 07 de agosto de 2009. 5. No caso em apreço afigura-se incontroverso que, embora o PA 15845/2008 se destinasse a rever o ato de progressão funcional concedido, de ofício, aos servidores substituídos, inclusive com vistas a futuro ressarcimento ao erário de parcelas adimplidas indevidamente, não logrou a autoridade coatora facultar aos servidores o exercício da ampla defesa e do contraditório, preceitos constitucionais inalienáveis. 6. Inconteste que o procedimento administrativo, nada obstante ingressar na esfera subjetiva dos funcionários substituídos, não lhes facultou, oportuna e tempestivamente, o exercício da ampla defesa e do contraditório, somente tendo se atentado a Administração Pública de notifica-los para compeli-los a devolução da quantia que entende credor, a violar o direito líquido e certo estampado no art. 5.º, LV da Carta Magna. 7. A declaração de nulidade de ato atacado e do processo administrativo que lhe rendeu ensejo, extirpando-os do universo jurídico, inclusive do comando de ressarcimento dos valores indevidamente pagos, impossibilita a procedência do pedido de proibição de cobrança das parcelas atinentes à progressão em virtude da natureza alimentar destas verbas. 8. Inviável se vetar a atuação futura e incerta da Administração Pública em relação a superveniente busca pelo reembolso de valores em decorrência de processo administrativo que observe a ampla defesa e o contraditório. (Classe: Mandado de Segurança, Número do Processo: 0007812-93. 2014.8.05.0000, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Tribunal Pleno, Publicado em: 30/01/2015) (TJ-BA – MS: 00078129320148050000, Relator: José Edivaldo Rocha Rotondano, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 30/01/2015)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. EC 19/98. PROGRESSÃO FUNCIONAL. LEI VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. LEI 10.593/2002. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. 1. 'O STJ sufragou o entendimento de que, após a Emenda Constitucional 19/98, o prazo do estágio probatório passou a ser de 3 anos, acompanhando a alteração para aquisição da estabilidade, não obstante tratar-se de institutos distintos" (AgRg no REsp 1.172.008/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maria Filho, Quinta Turma, DJe 7/4/2011). ***2. Em homenagem ao princípio tempus regit actum, o direito a que a progressão funcional do servidor substituído se dê conforme os parâmetros ora perseguidos não pode ser concedido, uma vez que, quando completado o período de estágio probatório havia***

manifesta prescrição na Lei 10.593/2002 em sentido contrário, sendo certo que esta restrição só veio a ser abolida a partir da vigência da Lei 11.457/2007*. Precedentes: REsp 1.222.324/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 5/5/2011; REsp 1.120.190/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 27/4/2012. 3. A Administração, por ser submissa ao princípio da legalidade, não pode levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa. Precedentes: REsp 1.229.833/PR, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 12/5/2011; AgRg no REsp 1.231.752/PR, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 11/4/2011. 4. No que toca ao dissídio jurisprudencial, a parte então recorrente, ora agravante, limitou-se a transcrever as ementas dos acórdãos paradigmas, sem fazer o necessário cotejo analítico com o acórdão recorrido. 5. Agravo regimental não provido. (STJ – AgRg no REsp: 1253770 SC 2011/0108336-0, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 20/05/2014, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/05/2014)*

Pelos julgados acima transcritos, é de se observar que o impedimento de progressão funcional quando o servidor ainda estiver em avaliação probatória deve vir acompanhada de lei municipal neste sentido.

Assim, a interpretação que faço acerca da situação é que há possibilidade de se conceder progressão funcional ao servidor que cumpra os requisitos legais, ainda que não tenha concluído seu estágio probatório, tendo em vista que não há qualquer vedação legal neste sentido.

Quanto aos requisitos para a promoção por Classe, temos:

*** Interstício de 3 anos; e**

*** Nova habilitação específica.**

De forma complementar, notamos que os Grupos de Subsídios trazidos pela Lei Municipal n.º 1.500/2012, traduzem mais claramente o que seria esta *"...nova habilitação específica..."*.

Considerando, portanto, que os servidores que têm seus requerimentos sob análise estão empossados nos cargos de *Fiscal Sanitário*, *Técnico em Enfermagem* e *Fisioterapeuta*, podemos transcrever os seguintes trechos para melhor elucidação:

ANEXO I (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.800/2016)

QUADRO DE CARGOS

N.º	Cargo	Escolaridade Mínima	Carga Horária	Grupo de Cargos	Grupo de Subsídios	Vagas
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
25	Fiscal Sanitário	Ensino Médio	40	III	D	10
26	Fisioterapeuta	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe	30	V	G	08
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
44	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio, mais curso técnico na área, profissionalizante de acordo com normas do CEE-MT e MEC	40	IV	E	30
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]

Tragamos, agora, os Grupos de Subsídios III, IV e V:

ANEXO III (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.515, de 03 de abril de 2012)

QUADRO DE CLASSES E NÍVEIS DOS CARGOS

[...]	[...]	[...]	[...]
III – GRUPO DE CARGOS III (FISCAL SANITÁRIO)			
Classe	Coeficiente	Escolaridade Mínima	Níveis
A	1,00	Ensino Médio, mais curso técnico ou profissionalizante na área, com carga horária mínima de 180 horas	0 a 35
B	1,20	Ensino Superior	03 a 35
C	1,40	Pós-graduação	06 a 35
D	1,50	Mestrado/Doutorado	09 a 35
IV – GRUPO DE CARGOS IV (TÉCNICO EM ENFERMAGEM)			
A	1,00	Ensino Médio, mais curso técnico ou profissionalizante na área, com carga horária mínima de 180 horas	0 a 35
B	1,20	Ensino Superior	03 a 35
C	1,40	Pós-graduação	06 a 35
D	1,50	Mestrado/Doutorado	09 a 35
V – GRUPO DE CARGOS V (FISIOTERAPEUTA)			
A	1,00	Ensino Superior, (bacharelado) com registro no conselho de classe, quando exigir	0 a 35
B	1,20	Pós-graduação	03 a 35
C	1,30	Mestrado	06 a 35
D	1,50	Doutorado	09 a 35

Devemos rememorar, ainda, que, em que pese os Grupos de Cargos não tragam a exigência específica de que as habilitações sejam correlacionadas aos cargos ocupados, esta regra está explícita no § 2.º, do artigo 30, da Lei Municipal n.º 1.500/2012:

Art. 30. *A promoção do servidor público, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, observado o interstício de 03 (três) anos.*

[...]

§ 2.º *A progressão por classe obedecerá, obrigatoriamente, o interstício mínimo e formação específica* ***na área de atuação do cargo****, ...*

Assim, a nova habilitação deve trazer correlação com as atribuições do cargo ocupado pelo servidor.

Neste contexto, por todo o aparato argumentativo trazido acima, levando-se em conta, ainda, que os servidores sob análise cumprem os requisitos da lei, eis que os cursos apresentados detêm correlação com área em que atuam, sou de parecer **favorável** à promoção por Classe dos mesmos, desde a data do protocolo do pedido, independentemente de terem, na data do protocolo, concluído o estágio probatório.

Do servidor que tomou posse na vigência da Lei n.º 904/2003

O servidor ***Edivaldo Silva de Oliveira***, pela análise da pasta, possui situação específica, eis que fora realizado um pedido de elevação de Classe em 2009 que não fora respondido, sendo o mesmo reiterado em 2018.

Quanto ao Requerimento de Protocolo n.º 16.001, de 08/04/2009, por ter sido intentado na vigência da Lei Municipal n.º 904/2003, deve ser analisado sob a ótica desta norma, visando não ferir, eventualmente, algum direito adquirido do servidor.

Consoante a pasta funcional do servidor Edivaldo, este realizou o protocolo requerendo sua elevação de Classe na data de 08/04/2009, apresentando o curso livre de Mecânica à Diesel, com a carga horária de 320 horas. Tendo em vista que a posse do servidor ocorreu em 15/05/2006, o mesmo ainda não tinha completado três anos no exercício do cargo. Neste contexto, trago o que dizia a Lei Municipal n.º 904/2003 acerca da matéria:

Art. 16. *O cargo de Técnico Operacional – TO é estruturado em linha horizontal de acesso, identificado por letras maiúsculas, conforme anexo X, da presente Lei.*

§ 1.º *As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:*

I. *classe A – habilitação em grau de ensino fundamental incompleto;*

II. *classe C**[1]** – habilitação em grau médio completo; (redação dada pela Lei Municipal n.º 1.350, de 12/03/2010)*

III. *classe C – habilitação em grau médio completo e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração e especificidade da área de atuação.*

§ 2.º *A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da classe A para B e 3 (três) anos da classe B para C.*

Notemos, então, que levando como base a data de posse do servidor: 15/05/2006, o mesmo só poderia migrar para a classe B em 15/05/2009 e para a classe C em 15/05/2012, porém, nesta última data, em que o demandante poderia utilizar de seu curso, já havia entrado em vigência a lei municipal n.º 1.500/2012.

Em consulta ao setor de RH, fora informado que o servidor está enquadrado na Classe C, nos termos dispostos na Lei Municipal n.º 1.500/2012. Vejamos o que está firmado na atual legislação municipal:

ANEXO I (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.800/2016)

QUADRO DE CARGOS

N.º	Cargo	Escolaridade Mínima	Carga Horária	Grupo de Cargos	Grupo de Subsídios	Vagas
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
34	Motorista	Ensino Fundamental Incompleto, mais habilitação na Categoria A, B, C, D, E	40	I	C	45

O Grupo de Cargos I traz a seguinte regra:

ANEXO III (Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.515, de 03 de abril de 2012)

QUADRO DE CLASSES E NÍVEIS DOS CARGOS

[...]	[...]	[...]	[...]
I – GRUPO DE CARGOS I (MOTORISTA)			
Classe	Coeficiente	Escolaridade Mínima	Níveis
A	1,00	Ensino Fundamental Incompleto	0 a 35
B	1,20	Ensino Fundamental Completo	03 a 35
C	1,40	Ensino Médico	06 a 35
D	1,50	Curso de qualificação na área de 360 horas	09 a 35

Compulsando a pasta funcional do servidor, observamos que constam anexadas cópias de certificados de três cursos livres: *Curso livre de Mecânica à Diesel, com carga-horária de 320 horas; Curso de Primeiros Socorros, com carga-horária de 24 horas e Curso de Direção Defensiva, com carga-horária de 16 horas.*

Levando-se em conta que os curso ainda não foram utilizados para a mesma finalidade, bem como que inexiste limitação temporal para a expedição dos mesmos, é de se deferir, também, a elevação de classe do servidor à D de sua tabela remuneratória.

DOS SERVIDORES REGIDOS PELA LEI N.º 1.512/2012

É o ditame fixado na Lei Municipal n.º 1.512/2012:

Art. 3.º *O cargo de Professor é estruturado em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas.*

§ 1.º *As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com seguinte:*

I – *Classe A – habilitação específica de nível médio, magistério;*

II – *Classe B – habilitação de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena;*

III – *Classe C – habilitação de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional de Educação;*

IV – *Classe D: habilitação de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação;*

§ 2.º *Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 30 que constituem a linha vertical de progressão.*

Assim, os cursos apresentados pelos Requerentes Pablo e Laura Giovana suprem os requisitos da lei, merecendo o deferimento do pedido para elevação à Classe C, eis que ingressaram já com curso superior e já ultrapassaram, na data de seu requerimento, os três anos de interstício exigidos pela lei municipal 1.512/2012. Vejamos:

Art. 46. *A promoção do Profissional da Educação Básica Municipal, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, observada o interstício de 03 (três) anos.*

Neste contexto, tendo os Requerentes ingressado na Carreira já na Classe B e ultrapassados os três anos exigidos pela lei, é de se conceder a elevação à Classe C.

Feitas tais considerações, por tudo o que fora exposto, concluo da seguinte maneira:

DA CONCLUSÃO

I – OPINO pelo **DEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe da servidora ROSE FLÁVIA DE MATOS RAIMUNDO, Fiscal Sanitário, da A para a B, a partir da data de seu protocolo: dia **21/08/2018** – Protocolo n.º 36.562, por cumprir os requisitos da Lei Municipal n.º 1.500/2012;

II – OPINO pelo **DEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe da servidora LUCILENE PEREIRA DOMINGOS, Técnico em Enfermagem, da A para a B, a partir da data de seu protocolo: dia **24/05/2018** – Protocolo n.º 35.897, ainda que não concluído, naquela oportunidade, o estágio probatório, por cumprir os requisitos da Lei Municipal n.º 1.500/2012 e não haver qualquer vedação legal para elevação de classe neste período;

III – OPINO pelo **DEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe da servidora FRANNÇOISE CRISTHINNE MAZZETTO DE CASTRO, Fisioterapeuta, da A para a B, a partir do dia posterior à data de seu protocolo: dia 09/08/2018 – Protocolo n.º 36.469, por cumprir, no dia **10/08/2018**, os requisitos da Lei Municipal n.º 1.500/2012;

IV – OPINO pelo **DEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe do servidor EDIVALDO SILVA DE OLIVEIRA, Motorista, da C para a D, a partir da data de seu protocolo: dia **21/08/2018** – Protocolo n.º 36.556, por cumprir os requisitos da Lei Municipal n.º 1.500/2012;

V – OPINO pelo **DEFERIMENTO** do pedido de elevação de Classe do servidor PABLO BATEMARQUE PEREIRA, Professor – Educação Física, da B para a C, a partir da data de seu protocolo: dia **24/08/2018** – Protocolado em mãos com a Secretária de Educação, por cumprir os requisitos da Lei Municipal n.º 1.512/2012;

VI – OPINO pelo **deferimento** do pedido de elevação de Classe da servidora LAURA GIOVANA SILVA DE BRITO, Professora – Pedagogia, da B para a C, a partir da data de seu protocolo: dia **02/05/2018** – Protocolo n.º 35.703, por cumprir os requisitos da Lei Municipal n.º 1.512/2012;

É a manifestação. À consideração superior.

Encaminho em anexo as pastas funcionais dos servidores, conforme me fora entregue.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 19 de setembro de 2018.

_____

WILLIAN XAVIER SOARES

Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249/O

Matrícula n.º 2452

[1] Erro meramente formal, a intenção do legislador era, em verdade, substituir o inciso II, portanto, a classe B.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 053/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2018

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 24 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **Aquisição de utensílios e equipamentos hospitalares em geral e outros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 05/10/2018, A PARTIR DAS 07h:30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 19 de setembro 2018.

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 039/2018

REGISTRO DE PREÇOS 036/2018

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 039/2018, Registro de Preço n° 036/2018**, tendo como objetopor **Objeto Aquisição Futura de medicamentos da Atenção Básica, Injetáveis e outros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde,** cuja a abertura ocorreu as sete horas e trinta minutos do dia 13 de setembro de 2018 , na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagraram-se vencedoras da presente licitação as seguintes Empresas:

1 – FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME inscrita no CNPJ n° 03.250.803/0001-92 com Valor global de **R$ 687.047,00** (seiscentos e oitenta e sete mil e quarenta e sete reais);

2 – RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI - ME inscrita no CNPJ n° 12.313.826/0001-90 com o Valor global de **R$ 161.778,50** (cento e sessenta e um mil setecentos e setenta e oito reais e cinqüenta centavos);

3 – ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME inscrita no CNPJ n° 02.192.932/0001-09 com o Valor global de **R$ 31.440,20** (trinta e um mil quatrocentos e quarenta reais e vinte centavos);

4 – LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ n°19.391.064/0001-99 com o Valor global de **R$ 155.034,00** (cento e cinqüenta e cinco mil e trinta e quatro reais)

5 – MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ n° 15.031.173/0001-44 com o Valor de **R$ 552.465,20** (quinhentos e cinqüenta e dois mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos);

6 – CENTERMÉDICA PROD. HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ n° 05.443.348/0001-77 com o Valor de **R$ 8.720,00** (oito mil setecentos e vinte reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 18 de setembro de 2018.

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, **representada pelo Prefeito Municipal Sr.** TARCISIO FERRARI**, DECLARA Inexigibilidade de licitação a empresa P. C. REBULLI CONSULTORIA**, **ASSESSORIA E EVENTOS EIRELI ME** cadastrada no CNPJ nº 26.753.300/0001-35 com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 2.000, sala 1012, Edifício Centro Empresarial Cuiabá, Bairro Bosque da Saúde na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Sócio proprietário Sr. Paulo Cezar Rebuli, brasileiro, divorciado, Advogado, cadastrado no RG nº 684194 SSP/MT e no CPF nº 354.056.511-68, residente domiciliado a Rua Almerindo de Almeida nº 35, Apto 623, Bloco 6, Bairro Alvorada na cidade Cuiabá – MT, CEP – 78048-550para Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica na defesa do Processo nº 17.661-3/2017 junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **nos termos do processo de Inexigibilidade 09/2018 e torna público que firmará CONTRATO com a mesma para a Prestação desse serviço no valor de R$ 7.000,00 (Sete Mil reais)**

Reserva do Cabaçal-MT, 20 de setembro de 2018.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA RGF – 2º QUADRIMESTRE 2018.

AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA-2019

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal juntamente com a Câmara Municipal de RESERVA DO CABAÇAL, Estado de mato Grosso, convida toda comunidade para participar da **audiência pública** para discussão da proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2019.

A audiência será realizada no dia 21/09/2018 às 09 h., no Auditório da Câmara Municipal, sito a Rua Seis de Agosto, centro – Reserva do Cabaçal-MT.

Reserva do Cabaçal-MT, 18 de setembro de 2018

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
PORTARIA N°. 139/2018 NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n°. 139/2018

DATA: 12 DE SETEMBRO DE 2018

"NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **SIDIVAN RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº 16555279 SJSP/MT, e inscrito no CPF nº 013.294941-56, residente e domiciliado nesta cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo **DIRETOR DE DEPARTAMENTO,** desta prefeitura conforme Anexo III – Item I, da n. 673/13 de 17 de dezembro de 2013, junto ao Departamento de Terras conforme Lei 685/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 12 DE SETEMBRO DE 2018.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PREVIRB
PORTARIA N.º 16/2018. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE DO SERVIDOR EFETIVO SR. JOSÉ ROSA ALVES."

PORTARIA N.º 16/2018.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Idade** do servidor efetivo **Sr. José Rosa Alves**."

A Secretária Municipal de Planejamento do Município de Rio Branco, **Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, § 1º incisos III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c Art. 12 incisos III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 396 de 04 de janeiro de 2006, que rege a previdência municipal, Lei nº 668 de 09 de junho de 2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco/ MT, e Decreto nº 02 de 02 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e sua política de valorização de longo prazo;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, **ao Sr. José Rosa Alves,** brasileiro, portador do RG n.º º 303.091 SSP/MT e do CPF n.º 365.361.566-68, servidor efetivo, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - com carga horária de 40 horas semanais, nível "06", classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Administração, devidamente matriculado sob o n.º 23, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contando com 26 (vinte e seis) anos, 05 (cinco) meses e 09 (nove) dias de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição,** conforme processo administrativo do PREVIRB, n.º **2018.02.00022P**, a partir **de 01 de setembro de 2018** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de setembro de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rio Branco - MT, 19 de setembro de 2018.

ROSA MARIA DE JESUS

Secretária Municipal de Planejamento

Homologo:

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 08/2018

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR N. 08/2018

A Prefeitura Municipal de Rio Branco e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n. 001/2018, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDOa Homologação da Relação Geral de Candidatos Inscritos do Edital Complementar n. 07/2018 do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Branco,

RESOLVEM

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Abertura do Concurso Público n. 001/2018, **Item 4**, "**J**", da Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, divulgar o **LOCAL E HORÁRIO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS**, conforme segue:

ESCOLA MANOEL TAVARES DE MENEZES

RUA ESPIRITO SANTO, BAIRRO VILA MARIA, RIO BRANCO - MT

AO LADO DO ESTÁDIO MUNICIPAL

HORÁRIO DE APLICAÇÃO DAS PROVAS - MATUTINO:

DATA: 23 de Setembro de 2018

ÍNICIO: 08:00 horas

TÉRMINO: 12:00 horas

Os portões serão abertos as 07:00 horas e fechados pontualmente as 08:00 horas.

2º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Abertura do Concurso Público n. 001/2018, **Item 4**, "**J**", da Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, **ALOCAÇÃO DOS CANDIDATOS POR SALA**, conforme segue:

a) ANEXO I - ALOCAÇÃO DOS CANDIDATOS POR SALA

3º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, e no endereço eletrônico: **www.riobranco.mt.gov.br,** a partir desta data.

Rio Branco – MT, 19 de Setembro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA

Secretária

VANDERLEIA ALVES

Membro

ANEXO I

ALOCAÇÃO DOS CANDIDATOS POR SALA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018					
SALA 01					
Nº Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**ID**	**Data de nascimento**	**Cargo**
214	BRUNA POQUIVIQUI FIALHO DE JESUS	032.473.981-80	25044745-SSP -MT	31/10/1997	AGENTE ADMINISTRATIVO
354	DELCLESIA GOMES VICENTE	025.009.391-03	19768893-Ssp -MT	24/04/1989	AGENTE ADMINISTRATIVO
201	DOUGLAS MARTINS CARDOSO	4816483136	24169293-Ssp -MT	26/04/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
139	ELIANE OLIVEIRA DE SOUZA	6974952643	14299677-Ssp -MG	12/08/1979	AGENTE ADMINISTRATIVO
153	ESIANE MARTINS CÂNDIDA DE MIRANDA	4136903189	24167372-Rio Branco-MT	15/11/1991	AGENTE ADMINISTRATIVO
176	FELIPE MAIA LEMES CHAVES	025.920.441-24	184322700-ssp -MT	16/05/1990	AGENTE ADMINISTRATIVO
69	GLEICIELY FERNANDES DE ASSIS	047.823.251-93	22884386-SSP -MT	23/02/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
427	HEMANUELE OLIVEIRA DE SOUZA	040.350.476-78	MG-18.489.556-SSP-MG -MG	04/11/2000	AGENTE ADMINISTRATIVO
47	JESSICA BRANDAO DOS SANTOS	052.342.371-33	25239740-SEJUSP -MT	09/03/1995	AGENTE ADMINISTRATIVO
435	JULIA DOS REIS LOPES PINHEIRO	059.268.061-43	27814351-SSP -MT	09/08/1997	AGENTE ADMINISTRATIVO
199	LAUDENIR LINS SIQUEIRA	048.173.841-07	1792115-5-SJSP -MT	25/03/1992	AGENTE ADMINISTRATIVO
224	LEIDIANE FERREIRA ALMEIDA	2253454125	16306830-ssp -MT	24/03/1987	AGENTE ADMINISTRATIVO
436	LEONARDO RUAN GOMES OLEONE	050.164.351-62	22280286-SSP -MT	16/02/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
5	MARTA DE JESUS SILVA	5591913164	2622231-SSP -MT	05/08/1995	AGENTE ADMINISTRATIVO
125	RAFFAEL COELHO DA CRUZ	056.443.241-50	2631537-SSP -MT	19/06/2000	AGENTE ADMINISTRATIVO
117	SANDRA ALVES DA COSTA	042.823.181-04	23291630-SSP -MT	10/07/1993	AGENTE ADMINISTRATIVO
428	TAYNARA CAROLINE DE MENEZES FARIA ANDRADE	040.648.201-26	22884084-ssp -MT	08/12/1991	AGENTE ADMINISTRATIVO
321	TULIANA NUNES FONZAR	057.553.121-50	25512609-ssp -MT	01/10/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
246	VALQUIRIA VERONEZ	016.185.911-93	16077652-ssp -MT	02/01/1986	AGENTE ADMINISTRATIVO
108	VICENTE PAULO GRACIANO JUNIOR	353.425.888-63	452107544-SSP -SP	27/02/1997	AGENTE ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018					
SALA 02					
Nº Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**ID**	**Data de nascimento**	**Cargo**
94	BRUNO BARBOSA DIAS	038.867.021-54	22517693-SSP -MT	09/05/1991	CONTADOR
149	DANIELLI BANDEIRA SALAMAO DE MORAES	016.803.521-99	18018513-SESP -MT	06/12/1987	CONTADOR
209	DOUGLAS FERREIRA MELO	035.521.041-00	415034590-SSP -SP	07/04/1994	CONTADOR
227	ELAINE SOUZA DOS SANTOS	000.883.372-94	1101263-SSP -RO	28/05/1989	CONTADOR
395	GERALDA LAET	396.551.561-68	485161-SSP -MT	25/11/1966	CONTADOR
115	JEFESSON DA SILVA RODRIGUES	689.985.381-72	11023899-SJ -MT	06/05/1979	CONTADOR
432	JOSELAINE STEFANELLO MEQUIAS	630.189.181-34	941894-6-SSP -MT	20/03/1977	CONTADOR
106	MAICON FURQUIM DA SILVA	3601732173	21461422-SSP -MT	01/11/1990	CONTADOR
372	NÚBIA BATISTA SALVADOR	030.460.581-60	19049218-ssp -MT	13/03/1996	CONTADOR
141	PAMMELA DE SOUZA BATINGA MONTEIRO	018.338.851-80	17340357-SSP -MT	12/03/1989	CONTADOR
397	THAIS SOUZA SILVA	026.366.741-36	20061374-SSP -MT	22/09/2018	CONTADOR
16	WELLINGTON RODRIGUES DA COSTA	047.818.591-00	19186819-SEJSP -MT	28/04/1991	CONTADOR
284	WELTON ARAUJO PACHECO	964.770.321-04	11106344-SESP -MT	15/09/1981	CONTADOR
403	WICTOR LUIZ DEL MOURA TRINDADE	046.240.691-10	21718377-SSP -MT	06/03/1993	CONTADOR
33	ADÃO JAIR DE OLIVEIRA PEREIRA	942.951.741-49	14210053-ssp -MT	05/04/1981	DENTISTA
384	ANA PAULA LAET PINHEIRO	045.123.771-40	19300654-ssp -MT	28/02/1992	DENTISTA
315	CARLOS ERINALDO BATISTA CAMACHO	029.309.631-74	19432720-SSP -MT	16/06/1989	DENTISTA
39	DIENIFFER CRISTINA MANASSES DE SOUZA	061.583.931-26	22896716-ssp -MT	25/01/1997	DENTISTA
263	KELLO AMARAL GOMES	2582329606	7003230-SSP -MG	06/05/1975	DENTISTA
63	VICTOR COLUMBANO FANTACCI COSTA	016.200.901-12	19356811-SSP -MT	25/09/1987	DENTISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018					
SALA 03					
Nº Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**ID**	**Data de nascimento**	**Cargo**
136	AILSON DA SILVA SOUZA	889.553.201-59	377938233-SSP -SP	15/03/1981	CONTROLE INTERNO
282	CARLOS LUZIEMERSON DE MORAES PINTO	329.033.671-91	461745-ssp -MT	19/08/1964	CONTROLE INTERNO
92	CRISTIANA INÁCIO DA SILVA	057.835.401-29	26695952-Ssp -MT	05/12/1994	CONTROLE INTERNO
226	DAVID ALLEF BANDEIRA LEAL	4406764100	22595244-ssp -MT	21/01/1994	CONTROLE INTERNO
162	DIEGO MENDES DE OLIVEIRA	030.997.101-21	2096665-2-SSP -MT	19/12/1990	CONTROLE INTERNO
97	DIEGO PARANHOS CORREIA	3367806137	1868281-2-SSP -MT	07/11/1992	CONTROLE INTERNO
190	ELBA GISLAINE CAMPOS FEITOSA	009.159.891-58	1256035-9-SSP -MT	19/08/1982	CONTROLE INTERNO
458	ELINEIA GOMES DA SILVA	013.323.481-90	17367573-SSP -MT	17/01/1987	CONTROLE INTERNO
386	ELSON VICENTE DE CAMPOS	34007571104	0519533-0-SSP -MT	31/05/1965	CONTROLE INTERNO
409	ESTEFANY CRISTINA DO CARMO OLIVEIRA	4842853190	26752492-Sejsp -MT	12/04/1996	CONTROLE INTERNO

100	FLAVIA TAVARES DE MENEZES	015.757.631-09	16887123-ssp -MT	01/10/1986	CONTROLE INTERNO
383	JOAO BATISTA VIEIRA	191.143.462-49	170095-SSP -RO	19/07/1963	CONTROLE INTERNO
30	JOELSON LUIZ DOS SANTOS	042.211.711-03	21128839-SSP -MT	01/11/1992	CONTROLE INTERNO
182	KARINA MARTINS SALAZAR	054.618.331-01	25045709-SSP -MT	21/06/1994	CONTROLE INTERNO
392	KELEN CRISTINA VITTORAZZI VIEIRA	001.669.971-88	13947362-SSP -MT	01/05/1981	CONTROLE INTERNO
398	KENYA KARLA DE OLIVEIRA DUARTE	000.725.781-30	1218927-8-SSP -MT	03/04/1983	CONTROLE INTERNO
341	LUCAS SEBALHOS	054.801.801-42	15931415-SESJP -MT	21/10/1996	CONTROLE INTERNO
173	NELCI ANTUNES CAMPOS SOBRINHO	869.755.281-87	12161012-SJUSSP -MT	17/06/1978	CONTROLE INTERNO
230	PEDRO JOSÉ DO VAL	570.735.111-68	09156208-SSP -MT	30/11/1975	CONTROLE INTERNO
184	RODRIGO DA SILVA FERRARI	042.942.261-02	2014968-9-SSP -MT	03/03/1993	CONTROLE INTERNO
109	STELLA PAULA OLIVEIRA DA SILVA	98627929149	14681773-SSP -MT	07/06/1983	CONTROLE INTERNO
351	VALDECY SERGIO DE OLIVEIRA	036.658.661-03	21953767-SSP -MT	01/07/1989	CONTROLE INTERNO
248	WANESSA MARIANO CABRAL DE CARVALHO	026.172.391-01	17839360-Ssp -MT	25/03/1991	CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

SALA 04

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
215	BRUNO CARDOSO DE JESUS	043.497.961-93	20399359-SSP -MT	04/05/1992	FISCAL DE TRIBUTOS
130	FABIO CEZAR DA SILVA	3110522152	12189430-SJ -MT	24/09/1988	FISCAL DE TRIBUTOS
455	FLAVIO AURELIO DA FONSECA	1719871108	18537138-ssp -MT	12/11/1988	FISCAL DE TRIBUTOS
450	HEBER GLEISON PEREIRA DA SILVA	1885259123	17655960-Ssp -MT	27/03/1987	FISCAL DE TRIBUTOS
131	JOSE JULIANO BARBOSA	011.574.121-65	16957032-SSP -MT	04/11/1989	FISCAL DE TRIBUTOS
422	MAÍRA MARTINS FANTI	016.430.551-35	26971690-SSP -MT	01/02/1991	FISCAL DE TRIBUTOS
36	MARIANE SOUZA CASTRO DE ABREU	017.561.831-39	1618154-9-ssp -MT	15/04/1987	FISCAL DE TRIBUTOS
154	MONALIZA DOS SANTOS SANTANA	051.226.831-23	2061366-0-SSP -MT	10/03/1995	FISCAL DE TRIBUTOS
37	RENATO LUÍS MAXIMIANO	052.398.161-90	23340703-ssp -MT	02/05/1992	FISCAL DE TRIBUTOS
112	ROMILDO GOMES RIBEIRO	037.591.531-19	2207052-4-ssp/mt -MT	26/03/1989	FISCAL DE TRIBUTOS
107	ROSENILDA VENANCIA SIQUEIRA DA SILVA	039.609.991-27	22091041-SJSP -MT	28/05/1991	FISCAL DE TRIBUTOS
452	GUSTAVO SIQUEIRA RAMOS GALVÃO	020.447.981-90	18701990-Ssp -MT	22/08/1989	MÉDICO CLINICO GERAL
425	MAURÍCIO AKIRA KIMURA NAKAMURA	025.084.631-40	2483600-SSP -DF	27/09/1987	MÉDICO CLINICO GERAL
364	PAULA FRANCIENE BATTAGLINI	017.547.901-19	17122309-SSP -MT	02/10/1986	MÉDICO CLINICO GERAL
75	RIDRES DE OLIVEIRA NOVATO	032.998.771-27	15465764-ssp -MT	31/10/1989	MÉDICO CLINICO GERAL
133	SARA ALVES ESPÍNDOLA	036.540.021-10	22894373-ssp -MT	21/05/1992	MÉDICO CLINICO GERAL
388	THAIS MONTE DA UZ	018.393.711-29	17309859-SSP -MT	28/03/1988	MÉDICO CLINICO GERAL
205	THIAGO OLIVEIRA FREITAS BECKER	042.951.731-93	5676612-SSP -GO	07/01/1994	MÉDICO CLINICO GERAL
356	VANESSA ARAUJO DA COSTA	012.958.571-89	15254569-ssp -MT	31/12/1985	MÉDICO CLINICO GERAL
21	VANESSA PEREIRA DA ROCHA	014.935.601-31	15567052-SSP -MT	26/06/1986	MÉDICO CLINICO GERAL
387	ANGÉLICA VILLERÁ SILVEIRA RUZA	016.106.871-59	14798913-SSP -MT	30/01/1987	NUTRICIONISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

SALA 05

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
402	ALAN MACHADO SANTOS	95159851100	02431178648-DETRAN - MT	16/12/1982	PROCURADOR MUNICIPAL
255	ALESSANDRO SANTOS CARNEIRO	14857144786	3535703-SSP -ES	24/06/1995	PROCURADOR MUNICIPAL
23	ALEX JUNIOR ALVES DA SILVA	2566495106	17494931-SSP -MT	11/12/1990	PROCURADOR MUNICIPAL
247	AMÓS MEDEIROS DOS SANTOS	957.717.271-72	14448556-SSP -MT	19/01/1982	PROCURADOR MUNICIPAL
99	ANDRE DA CONCEIÇÃO PAIVA	012.454.791-56	17010373-SSP -MT	13/07/1986	PROCURADOR MUNICIPAL
421	ANNE DE FATIMA PEDROSA DE ARAUJO	013.487.891-40	16991532-SSP -MT	14/11/1986	PROCURADOR MUNICIPAL
213	CICERO ASSIS ANCHIETA	331.308.090-15	7017687761-SSP -RS	12/02/1961	PROCURADOR MUNICIPAL
81	DAIANE SOUZA MARTINS	044.509.461-38	20589484-SSP -MT	18/04/1995	PROCURADOR MUNICIPAL
381	DENISE DE MOURA FERREIRA	4448349152	22073582-SSP -MT	28/05/1992	PROCURADOR MUNICIPAL
310	DIONNE APARECIDA CARRIJO DE SOUZA	62259806104	778581-0-SSP -MT	01/10/1974	PROCURADOR MUNICIPAL
129	GUILHERME HENRIQUE MORAES	039.565.521-80	381909669-SSP -SP	03/07/1992	PROCURADOR MUNICIPAL
31	ISABELA CAROLINE FERREIRA MACHADO	025.912.641-12	17340551-SJS -MT	22/08/1993	PROCURADOR MUNICIPAL
254	JESSE RODRIGUES DE OLIVEIRA	012.467.911-02	19082673-SSP -MT	15/06/1984	PROCURADOR MUNICIPAL
314	JOÃO FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS	036.870.411-40	22008764-SSP -MT	05/05/1994	PROCURADOR MUNICIPAL
464	JOSE NILSON VITAL JUNIOR	869.707.551-34	32724330-2-SSP -SP	19/09/1981	PROCURADOR MUNICIPAL
65	KHRISTIAN SANTANA RAMOS	792.897.971-34	991025-SSP -MT	03/05/1976	PROCURADOR MUNICIPAL
273	LUCIANO SILVA ALVES	825.598.131-49	1146020-2-SJ -MT	07/06/1979	PROCURADOR MUNICIPAL
281	LUIZ ALFREDO GOMES DE SEIXAS	052.355.091-02	22202161-SSP -MT	03/09/1995	PROCURADOR MUNICIPAL
401	MANOEL ALVARES CAMPOS JUNIOR	930.458.671-20	12930059-SSP -MT	17/04/1981	PROCURADOR MUNICIPAL

276	MARIÁH CARVALHO LIMA OLIVEIRA	027.032.291-43	19937440-SESP -MT	22/02/1994	PROCURADOR MUNICIPAL
80	SARA CRISTINA MARTINS DA SILVA	014.579.521-73	25636499-SSP -MT	25/12/1996	PROCURADOR MUNICIPAL
411	UILIAM ALVES STOPA	210784245	000978926-Sesdc -RO	06/02/1989	PROCURADOR MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

SALA 06

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
54	ANA PAULA ESPERANÇA DA COSTA	2515798160	18622720-SSP -MT	01/07/1988	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
179	ANDRÉIA ALVES MIRANDA	058.639.781-71	22713239-ssp -MT	06/07/1994	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
365	CÁSSIO SILVESTRE NUNES DA SILVA	030.738.541-85	18566529-ssp -MT	19/02/1990	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
231	CLEVERSON EDUARDO VIANA DA SILVA	041.244.081-45	22843051-SEJSP MT -MT	08/09/1992	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
396	DOUGLAS SAMPAIO PERREIRA	033.133.531-00	19592574-ssp -MT	10/06/1992	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
343	EDNARDO GARCIA DO SACRAMENTO	886.045.781-53	12561908-ssp -MT	02/05/1982	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
42	EMERSON DAMASCENO	2278803158	17781523-SSP -MT	17/05/1986	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
375	FAGNER JUNIOR BARROS POLTRONIERI	059.044.291-00	24624861-SSP -MT	24/05/1995	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
256	KELLY REGINA DE SOUZA MATOS	977.923.811-53	15677303-SSP -MT	18/05/1983	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
446	LAURINHA PEREIRA DE OLIVEIRA	021.875.481-71	19238577-13102004 -MT	17/02/1988	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
465	NORMA DOS SANTOS FEITOSA	482.266.371-04	6198244-ssp -MT	06/10/1969	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
265	PATRICIA ELIANE RODRIGUES DA SILVA	015.029.491-30	16584406-SSP -MT	14/12/1988	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
342	ROSILAINE RAMOS RODRIGUES	020.816.201-11	23286083-SEJUSP -MT	24/08/1993	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
20	SUSANNA AMORIM ESPINDOLA	1399230123	13940384-ssp -MT	03/05/1984	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
207	VANDILSON DE FREITAS GOULARTH	570.538.711-34	889829-SSP -MT	24/10/1990	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
414	WITHEN ALVES DOS SANTOS	031.298.421-95	19855150-SSP -MT	10/07/1989	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
433	ADRIANA DA SILVA MONTEIRO LIMA	977.924.111-68	14824710-SSP -MT	08/02/1982	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
346	AGNRLO CAMPOS SILVA	603.943.401-59	906048-ssp/mt -MT	17/11/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
335	ALESSANDRA SANTIAGO COSTA	013.165.057-23	08732390-3-IFP -RJ	09/10/1971	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
358	ALESSANDRA SOUZA SILVA	002.770.161-18	15396738-SSP -MT	25/03/1983	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
459	ANDREA ABE RIBEIRO	021.103.991-80	1324963-0-ssp -MT	01/11/1979	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
235	BRUNA MARQUES CALOI	877305102	15290514-SSP -MT	04/11/1985	PROFESSOR DE PEDAGOGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

SALA 07

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
379	CÁTIA OLIVEIRA FERNANDES PERES	933.992.781-87	14012570-SSP -MT	04/06/1983	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
128	CLAUDIANE DE SOUZA	2103375165	19137397-SSP -MT	30/05/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
211	CLEIDE DOS SANTOS LARA	018.504.441-70	1708537-3-SSP -MT	13/09/1986	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
300	CLERIA APARECIDA COSTA CARDOSO	801.809.141-20	09994572-SSP -MT	13/02/1975	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
143	DIVINA BALDUINA ROCHA	385783601-68	537626-2-SSP -MT	07/10/1964	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
60	EDER FRANCISCO DA SILVA	015.160.201-89	17657440-ssp -MT	02/05/1985	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
426	EDILENE MARTINS SILVA	62933132168	1070612-7-SJ -MT	10/03/1974	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
361	EDINEIA DALBEM CLARINDO	842.746.201-82	1218845-0-ssp -MT	02/09/1977	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
437	ELISANGELA SERAFIM DOS SANTOS CARLOS	001.385.591-39	15276163-SSP -MT	27/07/1980	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
412	FERNANDA FERREIRA MARTINS	020.921.991-29	18926487-SSP -MT	11/02/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
135	GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA ANDRADE	1824811152	16997824-SSP -MT	16/11/1986	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
373	HERIKA HELENA SILVA DE URZEDO	913.435.931-15	12671541-SSP -MS	16/01/1981	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
424	IRANI MENDES DE JESUS	004.666.931-09	12105406-SSP -MT	11/03/1980	PROFESSOR DE PEDAGOGIA

27	ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES	031.420.201-36	18644350-ssp -MT	14/10/1989	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
440	JANAINA VETORETI GOLONI	024.750.191-31	20067429-ssp -MT	28/10/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
448	JOANA DARC PEREIRA DE ARAUJO	352.723.171-49	368651-SSP -MT	03/05/1963	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
434	JOSÉLIA FERNANDES DE ASSIS	629.428.241-15	08013004-SSP -MT	02/10/1970	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
41	JUSCELINO SILVESTRE DE CASTRO	46065172120	0463394 6-Ssp -MT	15/10/1970	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
336	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	007.903.881-62	1514732-0-SSP -MT	29/08/1982	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
406	LUCINÉIA DE JESUS PEREIRA	027.526.421-13	1975455-8-SSP-MT -MT	02/09/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
28	MARALICE VASCONCELOS DE SOUZA	046.079.991-64	24012416-Sejusp/MT - MT	09/10/1992	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
337	MARCELO DANIEL DA SILVA	536.213.601-15	874 353-ssp/mt -MT	07/02/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
390	MARCIA DE SOUZA OLIVEIRA	861.657.471-91	12127710-ssp -MT	23/07/1976	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
3	MARCOS FERNANDES PEREIRA	04700972130	24208710-SSP -MT	05/08/1994	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
419	MARIA DAS DORES MARTINS FERRARI	935.939.881-00	12127779-ssp -MT	19/03/1979	PROFESSOR DE PEDAGOGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018					
SALA 08					
Nº Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**ID**	**Data de nascimento**	**Cargo**
140	MARIA HELIAN DE OLIVEIRA	329.654.431-34	13236725-SSP -MT	23/05/1961	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
169	MARILENE FERREIRA DE LAET MOREIRA	546.590.601-44	07187483-SSP -MT	07/04/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
438	MARLICE DOS SANTOS MELLO	696.983.841-20	1279179-2-SSP -MT	20/11/1978	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
327	MICHELI XAVIER DE MATOS	1483795160	17733642-Ssp -MT	07/01/1985	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
370	MIRIAM LIBERINA VENDRAMINI	927.568.751-04	10343350-SSP -MT	26/08/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
57	MIRIAN TIAGO DA SILVA	054.755.451-62	25064282-sejusp -MT	01/06/1994	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
212	PATRICIA CRISTINA CAETANO DALBEM	008.203.431-10	1546682-5-SSP -MT	10/12/1982	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
25	PATRICIA RODRIGUES SILVA	057.932.611-09	26737949-SSP -MT	17/02/1995	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
56	POLIANA DA SILVA MARINHO	039.238.821-90	24847224-SEJSP -MT	23/11/1991	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
332	PRISCILA COSTA RODRIGUES	041.140.331-14	2506767-2-SJSP -MT	26/11/1993	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
451	QUESIA MEIRA DA COSTA DOS SANTOS	029.169.601-55	2061351-2-SESP -MT	30/10/1987	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
82	RENATA GOMES DA SILVA	032.982.071-01	18321550-SSP -MT	04/11/1989	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
249	ROSA PEREIRA DA SILVA ARRUDA	926.180.491-87	13754904-SSP -MT	09/05/1977	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
206	ROSANGELA COELHO FERRARI	81275579191	11399481-SJ -MT	01/06/1976	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
357	ROSELY MARIA DA SILVA ALVES	960.764.961-34	12529818-SSPMT -MT	21/06/1971	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
105	ROSILAINE VENÂNCIO DA SILVA	058.397.251-96	26745186-SSP -MT	06/07/1997	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
159	RUBENILZA RODRIGUES DUTRA	621.766.411-91	0529773-7-SSP -MT	30/05/1968	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
447	SILVANY SOUSA DE OLIVEIRA	627.578.731-72	09908625-SEJSP -MT	26/11/1973	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
111	SIMONE DUARTE SILVA	029.648.041-09	20237340-SSP -MT	11/11/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
77	SIMONE PORTERA DA SILVA PEREIRA	013.476.611-31	1667602-5-SJESP -MT	11/08/1986	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
413	TIAGO BORGES DA SILVA	028.877.151-60	20542909-SSP -MT	24/11/1990	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
339	VALDIRENE JUSTINO DOS REIS ARAUJO	942.646.941-91	1404903-1-ssp -MT	19/11/1981	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
328	VANUZIA DE PAULA VIANA	914.106.811-49	12161438-ssp -MT	20/01/1980	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
259	VICTOR HUGO DE OLIVEIRA HENRIQUE	020.948.371-73	1983937-5-SEJSP -MT	31/01/1992	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
374	WILDA SANTOS SILVA	988.394.891-34	1091144-8-SSP -MT	11/08/1978	PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Rio Branco – MT, 19 de Setembro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA

Secretária

VANDERLEIA ALVES

Membro

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 07/2018

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR N. 07/2018

A Prefeitura Municipal de Rio Branco e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n. 001/2018, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o encerramento do prazo para recurso do Edital Complementar n. 06/2018 que divulgou a Relação Geral de Candidatos Inscritos de acordo com o Item 4, “H” do Cronograma do Edital de Abertura n. 001/2018 do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Branco,

RESOLVEM

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Abertura do Concurso Público n. 001/2018, **Item 4**, "**I**", da Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, **HOMOLOGAR** a Relação Geral de Candidatos Inscritos conforme segue:

a) ANEXO I - RELAÇÃO GERAL DE CANDIDATOS INSCRITOS - HOMOLOGAÇÃO

2º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, e no endereço eletrônico: **www.riobranco.mt.gov.br,** a partir desta data.

Rio Branco – MT, 19 de Setembro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA

Secretária

VANDERLEIA ALVES

Membro

ANEXO I

RELAÇÃO GERAL DE CANDIDATOS INSCRITOS

HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018					
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL					
Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
214	BRUNA POQUIVIQUI FIALHO DE JESUS	032.473.981-80	25044745-SSP -MT	31/10/1997	AGENTE ADMINISTRATIVO
354	DELCLESIA GOMES VICENTE	025.009.391-03	19768893-Ssp -MT	24/04/1989	AGENTE ADMINISTRATIVO
201	DOUGLAS MARTINS CARDOSO	4816483136	24169293-Ssp -MT	26/04/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
139	ELIANE OLIVEIRA DE SOUZA	6974952643	14299677-Ssp -MG	12/08/1979	AGENTE ADMINISTRATIVO
153	ESIANE MARTINS CÂNDIDA DE MIRANDA	4136903189	24167372-Rio Branco-MT	15/11/1991	AGENTE ADMINISTRATIVO
176	FELIPE MAIA LEMES CHAVES	025.920.441-24	184322700-ssp -MT	16/05/1990	AGENTE ADMINISTRATIVO
69	GLEICIELY FERNANDES DE ASSIS	047.823.251-93	22884386-SSP -MT	23/02/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
427	HEMANUELE OLIVEIRA DE SOUZA	040.350.476-78	MG-18.489.556-SSP-MG - MG	04/11/2000	AGENTE ADMINISTRATIVO
47	JESSICA BRANDAO DOS SANTOS	052.342.371-33	25239740-SEJUSP -MT	09/03/1995	AGENTE ADMINISTRATIVO
435	JULIA DOS REIS LOPES PINHEIRO	059.268.061-43	27814351-SSP -MT	09/08/1997	AGENTE ADMINISTRATIVO
199	LAUDENIR LINS SIQUEIRA	048.173.841-07	1792115-5-SJSP -MT	25/03/1992	AGENTE ADMINISTRATIVO
224	LEIDIANE FERREIRA ALMEIDA	2253454125	16306830-ssp -MT	24/03/1987	AGENTE ADMINISTRATIVO
436	LEONARDO RUAN GOMES OLEONE	050.164.351-62	22280286-SSP -MT	16/02/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
5	MARTA DE JESUS SILVA	5591913164	2622231-SSP -MT	05/08/1995	AGENTE ADMINISTRATIVO
125	RAFFAEL COELHO DA CRUZ	056.443.241-50	2631537-SSP -MT	19/06/2000	AGENTE ADMINISTRATIVO
117	SANDRA ALVES DA COSTA	042.823.181-04	23291630-SSP -MT	10/07/1993	AGENTE ADMINISTRATIVO
428	TAYNARA CAROLINE DE MENEZES FARIA ANDRADE	040.648.201-26	22884084-ssp -MT	08/12/1991	AGENTE ADMINISTRATIVO
321	TULIANA NUNES FONZAR	057.553.121-50	25512609-ssp -MT	01/10/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO
246	VALQUIRIA VERONEZ	016.185.911-93	16077652-ssp -MT	02/01/1986	AGENTE ADMINISTRATIVO
108	VICENTE PAULO GRACIANO JUNIOR	353.425.888-63	452107544-SSP -SP	27/02/1997	AGENTE ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018					
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL					
Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
94	BRUNO BARBOSA DIAS	038.867.021-54	22517693-SSP -MT	09/05/1991	CONTADOR
149	DANIELLI BANDEIRA SALAMAO DE MORAES	016.803.521-99	18018513-SESP -MT	06/12/1987	CONTADOR
209	DOUGLAS FERREIRA MELO	035.521.041-00	415034590-SSP -SP	07/04/1994	CONTADOR
227	ELAINE SOUZA DOS SANTOS	000.883.372-94	1101263-SSP -RO	28/05/1989	CONTADOR
395	GERALDA LAET	396.551.561-68	485161-SSP -MT	25/11/1966	CONTADOR

115	JEFESSON DA SILVA RODRIGUES	689.985.381-72	11023899-SJ -MT	06/05/1979	CONTADOR
432	JOSELAINE STEFANELLO MEQUIAS	630.189.181-34	941894-6-SSP -MT	20/03/1977	CONTADOR
106	MAICON FURQUIM DA SILVA	3601732173	21461422-SSP -MT	01/11/1990	CONTADOR
372	NÚBIA BATISTA SALVADOR	030.460.581-60	19049218-ssp -MT	13/03/1996	CONTADOR
141	PAMMELA DE SOUZA BATINGA MONTEIRO	018.338.851-80	17340357-SSP -MT	12/03/1989	CONTADOR
397	THAIS SOUZA SILVA	026.366.741-36	20061374-SSP -MT	22/09/2018	CONTADOR
16	WELLINGTON RODRIGUES DA COSTA	047.818.591-00	19186819-SEJSP -MT	28/04/1991	CONTADOR
284	WELTON ARAUJO PACHECO	964.770.321-04	11106344-SESP -MT	15/09/1981	CONTADOR
403	WICTOR LUIZ DEL MOURA TRINDADE	046.240.691-10	21718377-SSP -MT	06/03/1993	CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
136	AILSON DA SILVA SOUZA	889.553.201-59	377938233-SSP -SP	15/03/1981	CONTROLE INTERNO
282	CARLOS LUZIEMERSON DE MORAES PINTO	329.033.671-91	461745-ssp -MT	19/08/1964	CONTROLE INTERNO
92	CRISTIANA INÁCIO DA SILVA	057.835.401-29	26695952-Ssp -MT	05/12/1994	CONTROLE INTERNO
226	DAVID ALLEF BANDEIRA LEAL	4406764100	22595244-ssp -MT	21/01/1994	CONTROLE INTERNO
162	DIEGO MENDES DE OLIVEIRA	030.997.101-21	2096665-2-SSP -MT	19/12/1990	CONTROLE INTERNO
97	DIEGO PARANHOS CORREIA	3367806137	1868281-2-SSP -MT	07/11/1992	CONTROLE INTERNO
190	ELBA GISLAINE CAMPOS FEITOSA	009.159.891-58	1256035-9-SSP -MT	19/08/1982	CONTROLE INTERNO
458	ELINEIA GOMES DA SILVA	013.323.481-90	17367573-SSP -MT	17/01/1987	CONTROLE INTERNO
386	ELSON VICENTE DE CAMPOS	34007571104	0519533-0-SSP -MT	31/05/1965	CONTROLE INTERNO
409	ESTEFANY CRISTINA DO CARMO OLIVEIRA	4842853190	26752492-Sejsp -MT	12/04/1996	CONTROLE INTERNO
100	FLAVIA TAVARES DE MENEZES	015.757.631-09	16887123-ssp -MT	01/10/1986	CONTROLE INTERNO
383	JOAO BATISTA VIEIRA	191.143.462-49	170095-SSP -RO	19/07/1963	CONTROLE INTERNO
30	JOELSON LUIZ DOS SANTOS	042.211.711-03	21128839-SSP -MT	01/11/1992	CONTROLE INTERNO
182	KARINA MARTINS SALAZAR	054.618.331-01	25045709-SSP -MT	21/06/1994	CONTROLE INTERNO
392	KELEN CRISTINA VITTORAZZI VIEIRA	001.669.971-88	13947362-SSP -MT	01/05/1981	CONTROLE INTERNO
398	KENYA KARLA DE OLIVEIRA DUARTE	000.725.781-30	1218927-8-SSP -MT	03/04/1983	CONTROLE INTERNO
341	LUCAS SEBALHOS	054.801.801-42	15931415-SESJP -MT	21/10/1996	CONTROLE INTERNO
173	NELCI ANTUNES CAMPOS SOBRINHO	869.755.281-87	12161012-SJUSSP -MT	17/06/1978	CONTROLE INTERNO
230	PEDRO JOSÉ DO VAL	570.735.111-68	09156208-SSP -MT	30/11/1975	CONTROLE INTERNO
184	RODRIGO DA SILVA FERRARI	042.942.261-02	2014968-9-SSP -MT	03/03/1993	CONTROLE INTERNO
109	STELLA PAULA OLIVEIRA DA SILVA	98627929149	14681773-SSP -MT	07/06/1983	CONTROLE INTERNO
351	VALDECY SERGIO DE OLIVEIRA	036.658.661-03	21953767-SSP -MT	01/07/1989	CONTROLE INTERNO
248	WANESSA MARIANO CABRAL DE CARVALHO	026.172.391-01	17839360-Ssp -MT	25/03/1991	CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
33	ADÃO JAIR DE OLIVEIRA PEREIRA	942.951.741-49	14210053-ssp -MT	05/04/1981	DENTISTA
384	ANA PAULA LAET PINHEIRO	045.123.771-40	19300654-ssp -MT	28/02/1992	DENTISTA
315	CARLOS ERINALDO BATISTA CAMACHO	029.309.631-74	19432720-SSP -MT	16/06/1989	DENTISTA
39	DIENIFFER CRISTINA MANASSES DE SOUZA	061.583.931-26	22896716-ssp -MT	25/01/1997	DENTISTA
263	KELLO AMARAL GOMES	2582329606	7003230-SSP -MG	06/05/1975	DENTISTA
63	VICTOR COLUMBANO FANTACCI COSTA	016.200.901-12	19356811-SSP -MT	25/09/1987	DENTISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
215	BRUNO CARDOSO DE JESUS	043.497.961-93	20399359-SSP -MT	04/05/1992	FISCAL DE TRIBUTOS
130	FABIO CEZAR DA SILVA	3110522152	12189430-SJ -MT	24/09/1988	FISCAL DE TRIBUTOS
455	FLAVIO AURELIO DA FONSECA	1719871108	18537138-ssp -MT	12/11/1988	FISCAL DE TRIBUTOS
450	HEBER GLEISON PEREIRA DA SILVA	1885259123	17655960-Ssp -MT	27/03/1987	FISCAL DE TRIBUTOS
131	JOSE JULIANO BARBOSA	011.574.121-65	16957032-SSP -MT	04/11/1989	FISCAL DE TRIBUTOS
422	MAÍRA MARTINS FANTI	016.430.551-35	26971690-SSP -MT	01/02/1991	FISCAL DE TRIBUTOS
36	MARIANE SOUZA CASTRO DE ABREU	017.561.831-39	1618154-9-ssp -MT	15/04/1987	FISCAL DE TRIBUTOS
154	MONALIZA DOS SANTOS SANTANA	051.226.831-23	2061366-0-SSP -MT	10/03/1995	FISCAL DE TRIBUTOS
37	RENATO LUÍS MAXIMIANO	052.398.161-90	23340703-ssp -MT	02/05/1992	FISCAL DE TRIBUTOS
112	ROMILDO GOMES RIBEIRO	037.591.531-19	2207052-4-ssp/mt -MT	26/03/1989	FISCAL DE TRIBUTOS
107	ROSENILDA VENANCIA SIQUEIRA DA SILVA	039.609.991-27	22091041-SJSP -MT	28/05/1991	FISCAL DE TRIBUTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
452	GUSTAVO SIQUEIRA RAMOS GALVÃO	020.447.981-90	18701990-Ssp -MT	22/08/1989	MÉDICO CLINICO GERAL
425	MAURÍCIO AKIRA KIMURA NAKAMURA	025.084.631-40	2483600-SSP -DF	27/09/1987	MÉDICO CLINICO GERAL
364	PAULA FRANCIENE BATTAGLINI	017.547.901-19	17122309-SSP -MT	02/10/1986	MÉDICO CLINICO GERAL
75	RIDRES DE OLIVEIRA NOVATO	032.998.771-27	15465764-ssp -MT	31/10/1989	MÉDICO CLINICO GERAL
133	SARA ALVES ESPÍNDOLA	036.540.021-10	22894373-ssp -MT	21/05/1992	MÉDICO CLINICO GERAL
388	THAIS MONTE DA UZ	018.393.711-29	1709859-SSP -MT	28/03/1988	MÉDICO CLINICO GERAL
205	THIAGO OLIVEIRA FREITAS BECKER	042.951.731-93	5676612-SSP -GO	07/01/1994	MÉDICO CLINICO GERAL
356	VANESSA ARAUJO DA COSTA	012.958.571-89	15254569-ssp -MT	31/12/1985	MÉDICO CLINICO GERAL
21	VANESSA PEREIRA DA ROCHA	014.935.601-31	15567052-SSP -MT	26/06/1986	MÉDICO CLINICO GERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
387	ANGÉLICA VILLERÁ SILVEIRA RUZA	016.106.871-59	14798913-SSP -MT	30/01/1987	NUTRICIONISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
402	ALAN MACHADO SANTOS	95159851100	02431178648-DETRAN - MT	16/12/1982	PROCURADOR MUNICIPAL
255	ALESSANDRO SANTOS CARNEIRO	14857144786	3535703-SSP -ES	24/06/1995	PROCURADOR MUNICIPAL
23	ALEX JUNIOR ALVES DA SILVA	2566495106	17494931-SSP -MT	11/12/1990	PROCURADOR MUNICIPAL
247	AMÓS MEDEIROS DOS SANTOS	957.717. 271-72	14448556-SSP -MT	19/01/1982	PROCURADOR MUNICIPAL
99	ANDRE DA CONCEIÇÃO PAIVA	012.454. 791-56	17010373-SSP -MT	13/07/1986	PROCURADOR MUNICIPAL
421	ANNE DE FATIMA PEDROSA DE ARAUJO	013.487. 891-40	16991532-SSP -MT	14/11/1986	PROCURADOR MUNICIPAL
213	CICERO ASSIS ANCHIETA	331.308. 090-15	7017687761-SSP -RS	12/02/1961	PROCURADOR MUNICIPAL
81	DAIANE SOUZA MARTINS	044.509. 461-38	20589484-SSP -MT	18/04/1995	PROCURADOR MUNICIPAL
381	DENISE DE MOURA FERREIRA	4448349152	22073582-SSP -MT	28/05/1992	PROCURADOR MUNICIPAL
310	DIONNE APARECIDA CARRIJO DE SOUZA	62259806104	778581-0-SSP -MT	01/10/1974	PROCURADOR MUNICIPAL
129	GUILHERME HENRIQUE MORAES	039.565. 521-80	381909669-SSP -SP	03/07/1992	PROCURADOR MUNICIPAL
31	ISABELA CAROLINE FERREIRA MACHADO	025.912. 641-12	17340551-SJS -MT	22/08/1993	PROCURADOR MUNICIPAL
254	JESSE RODRIGUES DE OLIVEIRA	012.467. 911-02	19082673-SSP -MT	15/06/1984	PROCURADOR MUNICIPAL
314	JOÃO FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS	036.870. 411-40	22008764-SSP -MT	05/05/1994	PROCURADOR MUNICIPAL
464	JOSE NILSON VITAL JUNIOR	869.707. 551-34	32724330-2-SSP -SP	19/09/1981	PROCURADOR MUNICIPAL
65	KHRISTIAN SANTANA RAMOS	792.897. 971-34	991025-SSP -MT	03/05/1976	PROCURADOR MUNICIPAL
273	LUCIANO SILVA ALVES	825.598. 131-49	1146020-2-SJ -MT	07/06/1979	PROCURADOR MUNICIPAL
281	LUIZ ALFREDO GOMES DE SEIXAS	052.355. 091-02	22202161-SSP -MT	03/09/1995	PROCURADOR MUNICIPAL
401	MANOEL ALVARES CAMPOS JUNIOR	930.458. 671-20	12930059-SSP -MT	17/04/1981	PROCURADOR MUNICIPAL
276	MARIÁH CARVALHO LIMA OLIVEIRA	027.032. 291-43	19937440-SESP -MT	22/02/1994	PROCURADOR MUNICIPAL
80	SARA CRISTINA MARTINS DA SILVA	014.579. 521-73	25636499-SSP -MT	25/12/1996	PROCURADOR MUNICIPAL
411	UILIAM ALVES STOPA	210784245	000978926-Sesdc -RO	06/02/1989	PROCURADOR MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
54	ANA PAULA ESPERANÇA DA COSTA	2515798160	18622720-SSP -MT	01/07/1988	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
179	ANDRÉIA ALVES MIRANDA	058.639. 781-71	22713239-ssp -MT	06/07/1994	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
365	CÁSSIO SILVESTRE NUNES DA SILVA	030.738. 541-85	18566529-ssp -MT	19/02/1990	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
231	CLEVERSON EDUARDO VIANA DA SILVA	041.244. 081-45	22843051-SEJSP MT - MT	08/09/1992	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
396	DOUGLAS SAMPAIO PERREIRA	033.133. 531-00	19592574-ssp -MT	10/06/1992	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
343	EDNARDO GARCIA DO SACRAMENTO	886.045. 781-53	12561908-ssp -MT	02/05/1982	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
42	EMERSON DAMASCENO	2278803158	17781523-SSP -MT	17/05/1986	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
375	FAGNER JUNIOR BARROS POLTRONIERI	059.044. 291-00	24624861-SSP -MT	24/05/1995	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
256	KELLY REGINA DE SOUZA MATOS	977.923. 811-53	15677303-SSP -MT	18/05/1983	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
446	LAURINHA PEREIRA DE OLIVEIRA	021.875. 481-71	19238577-13102004 - MT	17/02/1988	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
465	NORMA DOS SANTOS FEITOSA	482.266. 371-04	6198244-ssp -MT	06/10/1969	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
265	PATRICIA ELIANE RODRIGUES DA SILVA	015.029. 491-30	16584406-SSP -MT	14/12/1988	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
342	ROSILAINE RAMOS RODRIGUES	020.816. 201-11	23286083-SEJUSP -MT	24/08/1993	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
20	SUSANNA AMORIM ESPINDOLA	1399230123	13940384-ssp -MT	03/05/1984	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA
207	VANDILSON DE FREITAS GOULARTH	570.538. 711-34	889829-SSP -MT	24/10/1990	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

414	WITHEN ALVES DOS SANTOS	031.298.421-95	19855150-SSP -MT	10/07/1989	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº Inscrição	Candidato	CPF	ID	Data de nascimento	Cargo
433	ADRIANA DA SILVA MONTEIRO LIMA	977.924.111-68	14824710-SSP -MT	08/02/1982	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
346	AGNRLO CAMPOS SILVA	603.943.401-59	906048-ssp/mt -MT	17/11/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
335	ALESSANDRA SANTIAGO COSTA	013.165.057-23	08732390-3-IFP -RJ	09/10/1971	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
358	ALESSANDRA SOUZA SILVA	002.770.161-18	15396738-SSP -MT	25/03/1983	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
459	ANDREA ABE RIBEIRO	021.103.991-80	1324963-0-ssp -MT	01/11/1979	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
235	BRUNA MARQUES CALOI	877305102	15290514-SSP -MT	04/11/1985	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
379	CÁTIA OLIVEIRA FERNANDES PERES	933.992.781-87	14012570-SSP -MT	04/06/1983	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
128	CLAUDIANE DE SOUZA	2103375165	19137397-SSP -MT	30/05/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
211	CLEIDE DOS SANTOS LARA	018.504.441-70	1708537-3-SSP -MT	13/09/1986	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
300	CLERIA APARECIDA COSTA CARDOSO	801.809.141-20	09994572-SSP -MT	13/02/1975	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
143	DIVINA BALDUINA ROCHA	385783601-68	537626-2-SSP -MT	07/10/1964	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
60	EDER FRANCISCO DA SILVA	015.160.201-89	17657440-ssp -MT	02/05/1985	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
426	EDILENE MARTINS SILVA	62933132168	1070612-7-SJ -MT	10/03/1974	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
361	EDINEIA DALBEM CLARINDO	842.746.201-82	1218845-0-ssp -MT	02/09/1977	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
437	ELISANGELA SERAFIM DOS SANTOS CARLOS	001.385.591-39	15276163-SSP -MT	27/07/1980	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
412	FERNANDA FERREIRA MARTINS	020.921.991-29	18926487-SSP -MT	11/02/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
135	GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA ANDRADE	1824811152	16997824-SSP -MT	16/11/1986	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
373	HERIKA HELENA SILVA DE URZEDO	913.435.931-15	12671541-SSP -MS	16/01/1981	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
424	IRANI MENDES DE JESUS	004.666.931-09	12105406-SSP -MT	11/03/1980	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
27	ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES	031.420.201-36	18644350-ssp -MT	14/10/1989	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
440	JANAINA VETORETI GOLONI	024.750.191-31	20067429-ssp -MT	28/10/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
448	JOANA DARC PEREIRA DE ARAUJO	352.723.171-49	368651-SSP -MT	03/05/1963	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
434	JOSÉLIA FERNANDES DE ASSIS	629.428.241-15	08013004-SSP -MT	02/10/1970	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
41	JUSCELINO SILVESTRE DE CASTRO	46065172120	0463394 6-Ssp -MT	15/10/1970	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
336	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	007.903.881-62	1514732-0-SSP -MT	29/08/1982	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
406	LUCINÉIA DE JESUS PEREIRA	027.526.421-13	1975455-8-SSP-MT -MT	02/09/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
28	MARALICE VASCONCELOS DE SOUZA	046.079.991-64	24012416-Sejusp/MT -MT	09/10/1992	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
337	MARCELO DANIEL DA SILVA	536.213.601-15	874 353-ssp/mt -MT	07/02/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
390	MARCIA DE SOUZA OLIVEIRA	861.657.471-91	12127710-ssp -MT	23/07/1976	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
3	MARCOS FERNANDES PEREIRA	04700972130	24208710-SSP -MT	05/08/1994	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
419	MARIA DAS DORES MARTINS FERRARI	935.939.881-00	12127779-ssp -MT	19/03/1979	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
140	MARIA HELIAN DE OLIVEIRA	329.654.431-34	13236725-SSP -MT	23/05/1961	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
169	MARILENE FERREIRA DE LAET MOREIRA	546.590.601-44	07187483-SSP -MT	07/04/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
438	MARLICE DOS SANTOS MELLO	696.983.841-20	1279179-2-SSP -MT	20/11/1978	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
327	MICHELI XAVIER DE MATOS	1483795160	17733642-Ssp -MT	07/01/1985	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
370	MIRIAM LIBERINA VENDRAMINI	927.568.751-04	10343350-SSP -MT	26/08/1972	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
57	MIRIAN TIAGO DA SILVA	054.755.451-62	25064282-sejusp -MT	01/06/1994	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
212	PATRICIA CRISTINA CAETANO DALBEM	008.203.431-10	1546682-5-SSP -MT	10/12/1982	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
25	PATRICIA RODRIGUES SILVA	057.932.611-09	26737949-SSP -MT	17/02/1995	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
56	POLIANA DA SILVA MARINHO	039.238.821-90	24847224-SEJSP -MT	23/11/1991	PROFESSOR DE PEDAGOGIA

332	PRISCILA COSTA RODRIGUES	041.140.331-14	2506767-2-SJSP -MT	26/11/1993	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
451	QUESIA MEIRA DA COSTA DOS SANTOS	029.169.601-55	2061351-2-SESP -MT	30/10/1987	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
82	RENATA GOMES DA SILVA	032.982.071-01	18321550-SSP -MT	04/11/1989	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
249	ROSA PEREIRA DA SILVA ARRUDA	926.180.491-87	13754904-SSP -MT	09/05/1977	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
206	ROSANGELA COELHO FERRARI	81275579191	11399481-SJ -MT	01/06/1976	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
357	ROSELY MARIA DA SILVA ALVES	960.764.961-34	12529818-SSPMT -MT	21/06/1971	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
105	ROSILAINE VENÂNCIO DA SILVA	058.397.251-96	26745186-SSP -MT	06/07/1997	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
159	RUBENILZA RODRIGUES DUTRA	621.766.411-91	0529773-7-SSP -MT	30/05/1968	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
447	SILVANY SOUSA DE OLIVEIRA	627.578.731-72	09908625-SEJSP -MT	26/11/1973	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
111	SIMONE DUARTE SILVA	029.648.041-09	20237340-SSP -MT	11/11/1988	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
77	SIMONE PORTERA DA SILVA PEREIRA	013.476.611-31	1667602-5-SJESP -MT	11/08/1986	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
413	TIAGO BORGES DA SILVA	028.877.151-60	20542909-SSP -MT	24/11/1990	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
339	VALDIRENE JUSTINO DOS REIS ARAUJO	942.646.941-91	1404903-1-ssp -MT	19/11/1981	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
328	VANUZIA DE PAULA VIANA	914.106.811-49	12161438-ssp -MT	20/01/1980	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
259	VICTOR HUGO DE OLIVEIRA HENRIQUE	020.948.371-73	1983937-5-SEJSP -MT	31/01/1992	PROFESSOR DE PEDAGOGIA
374	WILDA SANTOS SILVA	988.394.891-34	1091144-8-SSP -MT	11/08/1978	PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Rio Branco – MT, 19 de Setembro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA

Secretária

VANDERLEIA ALVES

Membro

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 09/2018

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR N. 09/2018

A Prefeitura Municipal de Rio Branco e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n. 001/2018, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a necessidade de retificação de determinadas informações no Edital de Abertura do Concurso Publico n. 001/2018 da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, amparados conforme o disposto no Item 18. 5, objetivando maior clareza nas informações.

RESOLVEM

1º - RETIFICAR PARCIALMENTE o Item "**11 - DOS CRITÉRIOS DE:** 11. 1. **Aprovação"**, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

11.1. **Aprovação:** Serão considerados **aprovados**, pela ordem decrescente, os candidatos que cumprirem todas as etapas de provas que o cargo exigir, observando os requisitos do item 2.3.1.1 e demais regras deste Edital, onde a pontuação final se formará mediante ao somatório da pontuação total obtida no conjunto das prova objetivas, práticas e de títulos, respeitando os limites de vagas dispostas no Item 2.1.

Leia – se:

11.1. **Aprovação:** Serão considerados **aprovados**, pela ordem decrescente, os candidatos que cumprirem todas as etapas de provas que o cargo exigir, observando os requisitos do item 2.3.1.1 e demais regras deste Edital, onde a pontuação final se formará mediante ao somatório da pontuação total obtida no conjunto da prova objetiva, respeitando os limites de vagas dispostas no Item 2.1.

Rio Branco – MT, 19 de Setembro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA

Secretária

VANDERLEIA R ALVES

Membro

DECRETO N° 62, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

"Estabelece a REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais para o Município de Rio Branco/MT e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor **ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO**, no uso das atri-

buições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO as vantagens de se trabalhar com uma lista de medicamentos essenciais, selecionados por critérios embasados em evidências científicas, entre elas a melhoria da qualidade de atenção à saúde, mais eficácia na gestão dos medicamentos e prescrições médicas com qualidade.

CONSIDERANDO a Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 que Regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, que Estabelece Normas de Finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 que Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Leinº 12.401, de 28 de abril de 2011- que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, em seu artigo 19 P, inciso III, que regulamenta no âmbito de cada Município, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores municipais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada no Conselho Municipal deSaúde;

CONSIDERANDO a Lei nº 7.968, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006 - que dispõe sobre o fornecimento de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e o monitoramento da glicemia capilar;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.583/GM, de 10 de outubro de 2007 - que define o elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei nº 11.347, de 2006, aos usuários portadores de diabetes mellitus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.897 de 26 de julho de 2017, que estabelece a relação nacional de medicamentos essenciais (RENAME 2017) no âmbito do sistema único de saúde (SUS), por meio da atualização do elenco dos medicamentos e insumos da relação nacional de medicamentos essenciais – RENAME/2014;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 3.916/MS/GM de 30 de Outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores Federal, Estadual e Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Portarian nº698/GM de 30 de março de 2006, que define que o custeio das ações de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica doSUS.

CONSIDERANDO a Portaria nº 699/GM de 30 de Março de 2006, que regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 - Dispõe sobre os direitose deveres dos usuários da saúde.

CONSIDERANDO a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito doSUS;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.982 de 26 de novembro de 2009 - Aprova as normas de execução e de financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto do Ministério da Saúde nº 5813, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

CONSIDERANDO a Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que aprova o Regulamento Técnicos o de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial;

CONSIDERANDO a Resolução RDC nº 20, de maio de 2011, que dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/MT n.º 245 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a homologação da Resolução CIB/MT “Ad Referendum” n.º 06 de 27 de novembro de 2013, referente ao elenco de medicamentos da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica para o Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO a Portaria nº 140/2015/GBSES, que estabelece a Relação Estadual de Medicamentos - RESME 2015 no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do estado de Mato Grosso por meio da atualização do elenco da Portaria Estadual nº225/2004, análise das demandas da Portaria GBSES nº172/2010 e judicial.

CONSIDERANDO a Portaria SES/MT nº 139/2015 que atualiza a Lista de Medicamentos e Insumos contemplados na Portaria nº 225/2004, e seus Pareceres Técnicos.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº43 , de 03 de julho de 2018, que “Cria a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da Secretaria de Rio Branco/MT, e dá outras providências”.

CONSIDERANDO a Portaria nº 220, de 09 de Julho de 2018, que “Nomeia membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da Secretaria de Saúde de Rio Branco/MT, e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o disposto na Portarian nº 1.555, de 30 de julho de 2013,que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde(SUS);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.554, de 30 de Julho de 2013, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde(SUS);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.021 de 08 de Agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

CONSIDERANDO a Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras Providências.

CONSIDERANDO o Decreto nº 85.878 de 7 de abril de 1981, que estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução nº 596 de 21 de fevereiro de 2014, que Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.

CONSIDERANDO a Resolução nº 578 de 26 de julho de 2013, que Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do Farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.660, de 22 de julho de 2.009, que Institui o Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária - VIGIPOS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, como parte integrante do Sistema Único de Saúde - SUS.

CONSIDERANDO a Lei Federal n° 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de diabetes.

CONSIDERANDO a Portaria MS nº 2.583 de 10 de outubro de 2007, que define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo SUS aos portadores de Diabetes mellitus.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.646 de 02 de outubro de 2015, que Institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

CONSIDERANDO que, segundo a OMS, "medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades sanitárias da maioria da população e, devem estar disponíveis com regularidade, em quantidades adequadas e em dosagens e formas farmacêuticas apropriadas".

CONSIDERANDO que os Municípios são responsáveis pela seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle de estoques e prazos de validade, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos do componente básico da Assistência Farmacêutica, constantes na RENAME vigente.

CONSIDERANDO a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva.

CONSIDERANDO a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade.

CONSIDERANDO que a Comissão de Farmácia e Terapêutica é a instância multiprofissional, consultiva, deliberativa e educativa dentro de hospitais e outros serviços de

saúde, responsável pela condução do processo de seleção, utilização, acompanhamento e avaliação do uso dos medicamentos e produtos para saúde, tendo atribuições e responsabilidades definidas em Regimento Interno.

CONSIDERANDO a importância da Comissão de Farmácia e Terapêutica para a promoção do uso racional de medicamentos.

CONSIDERANDO a existência de uma Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) de Rio Branco/MT, que elaborou a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) utilizando-se da medicina baseada em evidência;

CONSIDERANDO A Resolução 002/2018 do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco-MT, que aprovou a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais da Farmácia Básica Municipal de Rio Branco-MT;

RESOLVE:

Art.1º. Estabelecer a Lista REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais que devem ser selecionados, adquiridos e distribuídos pelo município de Rio Branco/MT, anexo I.

Parágrafo Único. A REMUME é composta pelo Componente Básico da Assistência Farmacêutica definidos em Portaria do Ministério da Saúde.

Art.2º.A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais–REMUME compreende a seleção e a padronização de medicamentos e insumos indicados para o atendimento de doenças ou de agravos na Atenção Básica no âmbito do SUS, no Município de Rio Branco/MT.

Parágrafo Único: A REMUME poderá ser acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional – FTN e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT do Ministério da Saúde ou da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, que subsidiará a prescrição e a dispensação e o uso de seus medicamentos.

Art.3º. O Elenco da Lista REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais da Atenção Básica deverão ser adquiridos com Recursos Próprios, Recursos vinculados do Bloco de Assistência Farmacêutica, e dispensados pelo município de Rio Branco/MT através da Farmácia Básica Municipal;

Art.4º. A Lista REMUME deverá ser atualizada continuamente, a cada 02 anos, pela CFT - Comissão de Farmácia e Terapêutica do Município de Rio Branco/MT, utilizando o Formulário de Solicitação de Inclusão, Exclusão ou Substituição de Medicamentos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME – SMS)**;**

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco/MT, 27 de Julho de 2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CHEFE DE GABINETE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Processo Administrativo nº 113/2018.

Dispensa de Licitação nº 036/2018

Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATENDER NECESSIDADES DE FESTIVIDADE DO DIA DAS CRIANÇAS NO ANO DE 2018, COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS*

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, alicerçado no parecer jurídico de fls. , confirmo a **adjudicação** do objeto da licitação com fulcro no inciso II do art. 24 da Lei nº 8. 666/93 e suas alterações em favor de:

R S DA SILVA RITMOS DO CORPO-ME, CNPJ 21.729.737/0001-10**,** pelo valor total e global de **R$ 17.050,00 (dezessete mil e cinquenta reais).**

HOMOLOGO a Dispensa de Licitação nº 036/2018 - Processo Administrativo nº 113/2018, confirmando todos os atos praticados no procedimento licitatório**.**

À SEMFAZ para empenho da despesa.

Dê ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia , 19 de setembro de 2018.

RONALDO GARCIA DE BESSA

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Processo Administrativo nº 113/2018.

Dispensa de Licitação nº 036/2018

Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATENDER NECESSIDADES DE FESTIVIDADE DO DIA DAS CRIANÇAS NO ANO DE 2018, COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS*

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, alicerçado no parecer jurídico de fls. , confirmo a **adjudicação** do objeto da licitação com fulcro no inciso II do art. 24 da Lei nº 8. 666/93 e suas alterações em favor de:

R S DA SILVA RITMOS DO CORPO-ME, CNPJ 21.729.737/0001-10**,** pelo valor total e global de **R$ 17.050,00 (dezessete mil e cinquenta reais).**

HOMOLOGO a Dispensa de Licitação nº 036/2018 - Processo Administrativo nº 113/2018, confirmando todos os atos praticados no procedimento licitatório**.**

À SEMFAZ para empenho da despesa.

Dê ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia , 19 de setembro de 2018.

RONALDO GARCIA DE BESSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2018

DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018.

PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.FIRMADO ENTRE A PREFEITURA E A EMPRESAC E CARVALHO COMERCIAL - ME.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018.

PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018.

Validade: 12 (doze) meses

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Otavio Costa, S/N – Santo Antonio - Rosário Oeste – MT, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o Sr. João Antônio da Silva Balbino, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, denominado de CONTRATANTE e a empresa **C E CARVALHO COMERCIAL - ME,** inscrita no CNPJ Nº 24.864. 422/0001-73, Situada na **Av Duque De Caxias, 185, Térreo b, Centro, Lunardelli, PR, CEP 86935-000** representada neste ato pelo seu procurador Sr. **CARLOS EDUARDO CARVALHO**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 77933239 SSP/PR e inscrito no CNPF/MF sob nº. 007.976.549-17, residente à Avenida Duque de Caxias nº.185, Centro, CEP: 86.935-000, Lunardelli/PR, denominada simplesmente de CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente **PREGAO ELETRONICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2018.** Nas condições em que segue:

1. OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para o AQUISIÇÃO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.** Conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2018.**

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDD	MARCA MODELO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
03	***Oxímetro de pulso portátil com Tela LCD colorido e onda pletismográfica- Visor LCD colorido de alta resolução Tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal Indicação da SpO2 , frequência cardíaca, força de pulso, onda pletismográfica e tabela de tendências Alarmes visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis Memória interna dos eventos e conexão USB para computador Software em Português permite armazenar, visualizar e compartilhar eventos Capa protetora com suporte para acomodar em superfícies planas Alimentação bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado Aplicável para pacientes adulto, pediátrico e neonatal Sensor de SpO2 Certificado pelo INMETRO SpO2 : Intervalo: 0-100% Precisão : ± 2% em 70-100% Resolução: 1% Pulsação : 30-250bpm Precisão: ± 2bpm Resolução: 1% Dimensões: 13,5 x 7,5 x 2,8 cm 260 gramas.***	02	GENERAL MEDITHECH G1B	R$ 1. 500,00	R$ 3. 000,00

Valor Global da Ata R$ 3.000,00 (TREIS MIL REAIS).

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preço 013/2018, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018** ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSARIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

1.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2018.** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 15 (Quinze dias) após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.7**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.8. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSARIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSÁRIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 15 (Quinze dias), sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a

proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2**.** A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

9.2.1**.** a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3**.** a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro

de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6**.** por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4.A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1.A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.5. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.6. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.7. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.8. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratada a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

ROSÁRIO OESTE, 19 de Setembro de 2018.

_____

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

_____

C E CARVALHO COMERCIAL – ME

CNPJ Nº 24.864.422/0001-73

CARLOS EDUARDO CARVALHO

RG n.º 77933239 SSP/PR

CNPF/MF sob nº. 007.976.549-17

CONTRATADA

_____

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Pregoeiro Oficial

_____

DELMA BOTELHO DA SILVA

Equipe de Apoio

_____

EVA JACOB DE ALMEIDA

Equipe de Apoio

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2018

DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018.

PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.FIRMADO ENTRE A PREFEITURA E A EMPRESA LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018.

Validade: 12 (doze) meses

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Otavio Costa, S/N – Santo Antonio - Rosário Oeste – MT, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o Sr. João Antônio da Silva Balbino, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1. 068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, denominado de CONTRATANTE e a empresa **LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no C.N.P.J sob o n.º **04.187.384/0001-54**, domiciliada na Rua **RUA JOÃO ROPELATTO**, BAIRRO NEREU RAMOS CEP. **89.265-520**, **JARAGUA DO SUL /SC**, representada neste ato pelo Srº **MARCELO JAVIER FERNANDEZ**, portador**a** da carteira de identidade RG nº **V421840-X CGPI**, inscrito no CPF nº **831.651.180-00, denominada simplesmente de CONTRATADA,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2018.** Nas condições em que segue:

1. OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para o AQUISIÇÃO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.** Conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2018.**

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDD	VALOR	VALOR TOTAL
02	**RESPIRADOR PULMONAR (MECÂNICO), ADULTO E PEDIÁTRICO Fluxo (Ti) Tempo Expiratório (Freqüência) Pressão Inspiratória (Volume) Esforço para Ventilação Assistida Ciclo Manual Válvula Liga/Desliga FiO2 PEEP Dimensões do Equipamento: 19 x 12x25cm; Peso Líquido: 1,8 kg; Dimensões da Embalagem: 23 x 44 x 33 cm Peso Bruto: 3,2 kg; Mecanismo: Pneumático; Fonte propulsora: Oxigênio medicinal podendo variar de 3,5 a 5,0 kgf/cm2 Ciclagem: A pressão da fase INS para EX e a tempo da fase EX para INS; Modo de Ventilação: CMV (controlada), AMV (assistida), CMV+AMV e Manual; PEEP: Ajustável de 0 a 20 cm de H2O; Tempo Expiratório: 0,5 a 15 segundos; Intervalo de frequência: 6 a 60 ciclos por minuto (cpm) (FiO2 a 40%); Relação I/E: ajustável para uma grande variedade de relações; Fluxo Máximo: 60l/min (oxigênio a 100%) ou 90l/min (FiO2 40%); Pressão Inspiratória: 10 a 70 cm de H2O FiO2: 40% (sem carga a jusante) ou 100%; Geradores: Fluxo (oxigênio a 100%) e pressão (FiO2 a 40%); Resistência Expiratória: 2cm de H2O a 50l/min; Válvula de Segurança: Regulada em 85 cm H2O; Faixa Etária: Pediátricos (acima de 10kg) e adultos.**	**02**	**7. 900,00**	**15. 800,00**

Valor Global da Ata **R$ 15.800,00** (QUINZE MIL E OITOCENTOS REAIS).

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preço 012/2018, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018** ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSÁRIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para

tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

1.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2018.** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 15 (Quinze dias) após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.7**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.8. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSARIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSARIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 15 (Quinze dias), sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a

proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2**.** A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

9.2.1**.** a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3**.** a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro

de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6**.** por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas)**

vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4.A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1.A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.5. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.6. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.7. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.8. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratada a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

ROSÁRIO OESTE, 19 de Setembro de 2018.

_____

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

_____

LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA,

C.N.P.J sob o n.º **04.187.384/0001-54**

MARCELO JAVIER FERNANDEZ

RG nº **V421840-X CGPI**,

CPF nº **831.651.180-00**

CONTRATADA

_____

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Pregoeiro Oficial

_____

DELMA BOTELHO DA SILVA

Equipe de Apoio

_____

EVA JACOB DE ALMEIDA

Equipe de Apoio

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 087/2015 - EMP. PAULO M. DE CARVALHO

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 087/2015 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E DO OUTRO A EMPRESA PAULO M. DE CARVALHO ARAÚJO-EPP, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

A PREFEITURA MUNICIPALD E ROSARIO OESTE - MT, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Otaviano Costa, S/N, Centro, em Rosário Oeste – Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ-03.180.924/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor. **JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a **PAULO M. DE CARVALHO ARAÚJO-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J sob o n. 17.508.424/0001-64, com sede na Rua Três, nº 03, Setor Centro Norte, sala 01, Bairro: Morada do Ouro - Cuiabá/MT, representada nesta ato pelo Sr. **Paulo Márcio de Carvalho Araújo**, inscrito no RG nº 932.185 SSP/MT, CPF nº 769.000.531-49, residente e domiciliado em Cuiabá/MT, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem as Partes têm justo e acertado o presente termo aditivo do contrato, que tem por finalidade prorrogar o prazo de duração do Contrato Original, tudo de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 1.1 O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação de prazo da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT, conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº 087/2015.

1.2

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

2.1 O prazo de vigência do presente termo aditivo é até 31/12/2018.

2.2 As demais clausulas previstas em lei permanecerão inalteradas.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE	PAULO M. DE CARVALHO ARAÚJO-EPP C.N.P.J sob o n. 17.508.424/0001-64 P**aulo Márcio de Carvalho Araújo**

CONTRATANTE	RG nº 932.185 SSP/MT, CPF nº 769. 000.531-49 CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011/2018

DO PREGAO ELETRONICO Nº 006/2018.

PROCESSO LICITATRIO Nº33/2018

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.FIRMADO ENTRE A PREFEITURA E A EMPRESA ALFA MED SISTEMA MÉDICOS LTDA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018.

PROCESSO LICITATÁRIO Nº33/2018.

Validade: 12 (doze) meses

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Otávio Costa, S/N – Santo Antonio - Rosário Oeste – MT, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o Sr. João Antônio da Silva Balbino, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1. 068.015-2 SSP/MT, e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, denominado de CONTRATANTE e a empresa ALFA MED SISTEMA MÉDICOS LTDA, inscrita no C.N.P.J sob o n.º **11.405.384/0001-49**, INSC. EST. **001518170098**, domiciliada na Rua **HUM BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL**, CEP. **33.400-000**, **LAGOA SANTA MG**, representada neste ato pelo Srº **LEDIANE ALVES PINHEIRO**, portador**a** da carteira de identidade RG nº **M4913585 SSP/ MG**, inscrito no CPF nº **004.012.496-70**, denominada simplesmente de CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011/2018.** Nas condições em que segue:

1. OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para o AQUISIÇÃO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.** Conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011/2018.**

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDD	VALOR	VALOR TOTAL
01	***monitor multiparâmetros* – Com tela de 15 polegadas, com sensibilidade ao toque;Acesso rápido a todos os menus da configuração; Com alta conectividade, com opções de entradas USB, VGA e cartão SD;Impressora térmica;Sincronismo com desfibrilador;Comunicação com o protocolo HL7; Com análises de diversos tipos de arritmias e permite dados de revisão;Com capacidade de análise do segmento ST; análise de cálculos de medicamentos;Análises de parâmetros ventilatórios e hemodinâmicos;Análises renais e da oxigenação; Memória com alta capacidade de armazenamento;Armazena medidas de PNI;Sinaliza alarmes e arritmias.**	*03*	*10. 000,00*	*30. 000,00*
04	**ELETROCARDIÓGRAFO – PORTÁTIL, CONECTIVIDADE E DE REDE ESCALÁVEIS, ALGORITMO, ACESSO RAPIDO AS LISTAS DE TRABALHOS E DADOS DEMOGRAFICOS DOS PACIENTES COM REDE SEM FIO, EXPORTAÇÃO DOS DADOS ATRAVÉS PADRÕES XML,PDF,HL7E DICOM , ARMAZENE OS ECGs DE SEU PROVEDOR DICOM EM SEUS PACS EXISTENTES,TELA SENSÍVEL AO TOQUE 1 – 2 -3 INTUITIVA, 12 DERIVAÇÕES , EXTREMAMENTE LEVE E COM UMA ALÇA CONVENIENTE PARA FACILITAR SEU USO, FLUXO DE TRABALHO AUTOMATIZADO.**	**03**	**5. 000,00**	**15. 000,00**

Valor Global da Ata **R$ 45.000,00** (QUARENTA E CINCO MIL REAIS).

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preço 011/2018, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018** ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir da data da assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ROSARIO OESTE não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

1.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2018. ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011/2018.**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos serão 15 (Quinze dias) após o recebimento da Autorização de fornecimento.

3.2. Os produtos adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade solicitada pelo departamento competente, no local indicado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.

3.3. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer produto mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta ata.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento.

3.5. A entrega dos produtos requisitados será acompanhada da Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.7**.** Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.8. Se, durante o prazo de validade da ata, a entrega apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE/MT, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. A licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

4.2. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos, nos preços , com os descontos previstos nas propostas;

4.3. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

4.4 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

4.5. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

4.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

4.8. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

4.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de ROSÁRIO OESTE - MT.

4.11. Quando ocorrer atraso na entrega do item, por força maior, a prorrogação que vier a ser concedida não terá efeito para reajuste de preços, mas tão somente para não aplicabilidade de multa.

4.12. O Município de ROSÁRIO OESTE – MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução da entrega e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia do produto.

4.13. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar o produto no prazo de 15 (Quinze dias), sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preço.

4.14. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega será as expensas da Licitante Vencedora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

5.1 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

5.1.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

6.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

6.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;

6.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

6.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.

6.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.

6.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

6.6.1. Multa nos termos deste edital;

6.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,

6.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.

6.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de ROSARIO OESTE (MT).

6.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.

6.10. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a

proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, fi-

cará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

6.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a entrega do produto, total do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com os produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço do veiculo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado a qualquer momento.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2**.** A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

9.2.1**.** a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3**.** a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro

de preços;

9.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6**.** por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

9.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4.A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1.A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de ROSARIO OESTE/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.5. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.6. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro.

11.7. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.8. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

ROSÁRIO OESTE, 19 de Setembro de 2018.

_____

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

_____

ALFA MED SISTEMA MÉDICOS LTDA

C.N.P.J sob o n.º **11.405.384/0001-49**,

INSC. EST. **001518170098**

LEDIANE ALVES PINHEIRO,

RG nº **M4913585 SSP/ MG**,

CPF nº **004.012.496-70**

CONTRATADA

_____

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Pregoeiro Oficial

_____

DELMA BOTELHO DA SILVA

Equipe de Apoio

_____

EVA JACOB DE ALMEIDA

Equipe de Apoio

_____

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Pregoeiro Oficial

_____

DELMA BOTELHO DA SILVA

Equipe de Apoio

_____

EVA JACOB DE ALMEIDA

Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: "Contratação de Empresa e/ou Pessoa Física Especializada Para Prestação de Serviços de Médico (Clinico Geral) para atender na Unidade de Saúde (PSF II E HOSPITAL) no Município de Salto do Céu – MT", por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00min, do dia 03/10/2018**. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 19 de Setembro de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LEI MUNICIPAL 718/GP/2018

LEI MUNICIPAL 718/GP/2018

DE 19 de Setembro de 2018

"Altera a redação do inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n. 525, de 23 de dezembro de 2.010, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Terezinha/MT e, dá outras providências"

EUCLESIO JOSE FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n.º 525 de 23 de dezembro de 2.010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 16,49% (dezesseis inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 11,13% (onze inteiros e treze centésimos por cento) relativo ao custo normal e 5,36% (cinco inteiros e trinta e seis centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MAIO/2018.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Santa Terezinha/MT, 19 de Setembro o de 2018.

EUCLESIO JOSE FERRETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

CONTRATO 089/2018 - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL 010/2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CONTRATO Nº 089/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 110/2018

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL 010/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no

CNPJ/MF sob o nº. 04.217.362/0001-90, com sede administrativa na Rua A, n° 367, Bairro Jardim Santa Inês, CEP: 78.628-000, Santo Antônio do Leste – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427. 577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53,doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a **EMPRESA REAVEL VEICULOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob número 30.260.538/0001-04, com sede na Rua 3, nº 1022, quadra C8, lote 93/99, sala 802, condomínio West office, bairro: Setor Oeste – Goiânia/GO – CEP: 74115-050. Neste ato representado pelo seu proprietário Sinomar Vaz de Oliveira Júnior, brasileiro, casado, portador da CIRG sob o n. ° 4901708 SSP/GO e inscrita no CPF sob o n.° 039.457.331-54, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Processo Licitatório N° 110/2018, adesão a ata de registro de preços 006/2018 do pregão presencial nº 010/2018 – Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. **Aquisição de veículo tipo ambulância (simples remoção) 2 portas, ano correspondente ao da emissão da nota fiscal ou ano e da linha de produção correspondente, zero km, montada em veículo tipo pickup motorização de no mínimo 2.8, ar condicionado no compartimento do motorista e do paciente, movido a diesel**,

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para adquirir o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório de adesão a ata de registro de preços 006/2018 do pregão presencial nº 010/2018 – Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Miguel José Brunetta.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

3.1 - Este Contrato vigorará a partir do dia 19 de setembro de 2018 até o dia 19 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS POR ITEM

4.1. Pela execução do objeto do presente contrato, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, fica contratado o preço de R$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais),

4.2. A Contratada ficará obrigada a aceitar os aumentos e supressões, a qualquer época, tendo em vista que as quantidades estimadas poderão sofrer alterações no decorrer do exercício, respeitando-se o exposto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

4.3. O valor contrato será fixo e irreajustável até a vigência do presente instrumento, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

4.4. As quantidades constantes acima representam apenas estimativas efetuadas pelo Município, o qual não estará obrigado a pagar as referidas quantidades, podendo demandar quantidades menores, sem que a licitante vencedora detentora do Contrato possa pleitear qualquer custo.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Serão de responsabilidade da CONTRATADA:

a) O pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referente ao fornecimento das mercadorias mencionadas, inclusive licença em repartições públicas e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessários.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1.1. Modificar unilateralmente o contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse público, sendo respeitados sempre os direitos da CONTRATADA:

6.1.2. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93.

6.1.3. Alterar unilateralmente o contrato quando houver modificação do objeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

6.1.4. Quando necessárias à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do seu objeto;

6.1.5. Cumprir fielmente todas as cláusulas avençadas e as normas desta lei, respondendo pela inexecução total ou parcial da aquisição dos equipamentos e materiais permanentes;

6.1.6. Ter reservado o direito de não mais adquirir as mercadorias/objetos da contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei n. 8.666/93;

6.1.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pela aquisição das mercadorias de acordo com as disposições do presente contrato;

6.1.8. Enviar à contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Compra;

6.1.9. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

6.1.10. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei n.

8.666/93;

6.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

6.2. O regime jurídico deste Contrato confere a CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no art. 58 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. A Contratada se compromete a realizar a entrega dos veículos conforme descritos na clausula primeira, *in loco* (sede do Município) no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da ordem de compra, preferencialmente embarcado, em observância ao que prescreve o instrumento convocatório/edital, o anexo I – Termo de Referência, a Lei Federal nº: 8.666/93 e suas alterações e demais legislação pertinente dentre elas o Código de Defesa do Consumidor, e de acordo com os valores descritos na proposta de preços reformulada pós lances, instrumentos estes que fazem parte deste contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

6.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, em decorrência do fornecimento/entrega dos veículos ora contratados.

6.5. Dar garantia da parte mecânica (motor e caixa) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, em conformidade com o fabricante, avocando para si eventuais custas decorrentes de substituição de peças e ou mão de obra decorrente.

CLÁUSULA SETIMA DO PRAZO DE FORNECIMENTO DAS MERCADORIAS

7.1. A CONTRATADA observará o prazo de 30 (trinta) dias corridos do contrato, para o fornecimento dos equipamentos/materiais, promovendo, então, sua entrega em perfeita condição. Só se admitirá a prorrogação deste prazo quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal andamento da entrega dos equipamentos e materiais permanentes decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atentados e reconhecidos pela Administração Municipal.

7.2. O item que integra o objeto contrato deverá ser entregue na sede do município de Santo Antônio do Leste-MT, mediante acompanhamento do responsável pelo Setor de Compras.

CLÁUSULA OITAVA DO PREÇO POR ITEM

8.1. Pela entrega do objeto a Secretaria Municipal de Saúde, fica contratado preço global de R$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais, quando feita à conferência pela Secretaria competente do Município, autorizará a Secretaria Municipal de Finanças juntamente com a Tesouraria a efetuar o pagamento em até 30 dias úteis, após e conforme a etapa de entrega do objeto e da nota fiscal/fatura.

8.2. A Contratada ficará obrigada a aceitar os aumentos e supressões, a qualquer época, tendo em vista que as quantidades estimadas poderão sofrer alterações no decorrer do exercício, respeitando-se o exposto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.3. O valor contrato será fixo e irreajustável até a vigência do presente instrumento, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Ficha 526

02.05.02.10.302.5006.1119.4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados conforme efetiva entrega dos equipamentos/materiais mediante autorização e encaminhamento das referidas Notas Fiscais originais ao Setor Contábil, e findado todo o processo de empenho e liquidação, e emissão da ordem de pagamento pelo financeiro até o 15º dia útil do mês subsequente.

10.2. Não será efetuado pagamento antecipado.

10.3. Fica vedado à emissão de boletos bancários.

10.4. Os pagamentos serão efetuados nas modalidades de depósito bancário devendo a Contratada indicar o número de sua conta corrente, agência, e banco correspondente ou receber na tesouraria da Prefeitura. Caso gere "doc", fica a cargo da Contratada às despesas bancárias que a operação vier a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

11.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento a presente Contrato;

11.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

11.1.3. Vinculam-se a este Contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 010/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

11.1.4. É vedado caucionar ou utilizar a presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

12.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste/MT providenciará, caso necessário, a publicação do seu extrato no Diário Oficial de Contas TCE/MT e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste/MT, 19 de setembro de 2018.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

REAVEL VEICULOS EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 455 /2018. DE: 18 DE SETEMBRO DE 2018.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MARLI ARTUZO BRUNETTA**, DO CARGO DE SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, do Cargo de SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL, desta Prefeitura Municipal, a servidora pública MARLI ARTUZO BRUNETTA.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE SETEMBRO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

TERMO DE RATIFICAÇAO - DISPENSA DE LICITAÇAO 053/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 053/2018

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 2.632,50 (dois mil seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos). Tendo como objeto a **aquisição de kits natalidade que tem a função de contribuir com benefícios eventuais para mães gestantes em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitário**. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **RANY GHAFFAR – CNPJ: 01.220.891/0001-54**, com sede na Rua Piracicaba, nº 1110 – Centro – Primavera do Leste/MT, CEP: 78850-000**.**

e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8. 666/93.

_____

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇAO 054/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2018

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 10. 270,00 (dez mil duzentos e setenta reais). Tendo como objeto a **prestação de serviços ao day use e alimentação no intercâmbio Inter geracional com idosos que tem como objetivo trabalho de caráter continuado que visa o serviço de fortalecimento de vínculo e função de proteção familiar**. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **GR HOTELARIA LTDA – CNPJ: 20.062.868/0001-23-60**, com sede na AL Aguas Quentes, nº 1000 – Remanescente – Barra do Garças/MT, CEP: 78600-000**.**

e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8. 666/93.

_____

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº 456/2018 DE: 18 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de Agente de Desenvolvimento Local e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo. 1º- Nomear a Servidora Sandra Mateus Bagetti da Silva, como Agente de Desenvolvimento Local do Município de Santo Antônio do Leste **- MT.**

Artigo. 2º- O Agente de Desenvolvimento Local é parte indispensável para efetivação no município da Implementação da Lei nº **123/2006 – Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.**

Artigo 3º- Das ações do Agente de Desenvolvimento Local:

I - Organizar um plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Município.

II - Montar grupo de trabalho com os principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial.

III - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empresários e empreendedores do município.

IV - Manter registro organizado de todas as suas atividades.

V - Auxiliar o poder público municipal no cadastramento engajamento dos empreendedores individuais.

Artigo 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 18 DE SETEMBRO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 102/2018

CONTRATO (A): MOVEIS E CIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA-ME

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de compra direta n°744/2018, cotação n. 199/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a prestação dos serviços abaixo listados:

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
LONGARINA AEROPORTO CADEIRA AÇO 3 LUGARES	02 UND	R$ 1. 134,00	R$ 2. 268,00
CADEIRA – GIRATORIA, BASE COM 5 PES EM AÇO, COM RODIZIO, RETANGULAR COM APOIO, FERRO, ESTRUTURA EM AÇO, MECANISMO DE REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO EM 3 POSIÇÕES, REGULAGEM DE ALTURA DO ENCOSTO COM 5 POSIÇÕES, COM BASE GIRATORIA, COM 05 HASTES CONTRA ENCOSTO EM PVC, PINTURA ELETROSTATICA, EM TECIDO 100% POLIESTER, COR AZUL, COM ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA REVESTIDA COM ALMOFADA EM ESPUMA DE POLIURETANOINJETADA, ENCOSTO FIXADO NO SUPORTE ATRAVES DE DOBRADIÇA E COXINS DE BORRACHA, ESPALDAR MEDIO, MODELO REMBUS – 54L66S4200	1 UND	R$ 650,00	R$ 650,00
MESA EM L ESTAÇÃO DE TRABALHO ESCRITORIO 120X120 COM 2 GAVETAS	1	R$ 495,00	R$ 495,00
Preço Total:			**R$ 3. 413,00**

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **3.413,00**(três mil quatrocentos e treze reais).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 17 de Setembro de 2018 à 31 de Dezembro de 2018, sem prejuízo da contagem do prazo da garantia dos produtos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/2018.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/2018** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTEÇÃO INSTALAÇÃO E RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESDE MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I. DESTE EDITAL.**

NO Dia 02 de Outubro de 2018 às 13h30min. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE***, SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAOJOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT19/09/2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA IRANDI DUARTE

PRESIDENTE C/ DE LICITAÇÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº. 4/2018

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **2/2018**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: SEGER SERVICO DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SPE LTDA - EPP , CNPJ nº 24.250.332/0001-92, no valor TOTAL DOS ITENS e de R$ 81.000,00 (Oitenta e Um Mil Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 19 de Setembro de 2018.

Arivaldo Medeiros de Santana

Prefeito Municipal de São Jose do Povo-MT.

Maria Irandi Duarte

P/comissão de Licitação

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 042/2018 - DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre designar Engenheiro para Fiscalizar a Obra de Ampliação da Feira Livre deste Municipio.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear a Srtª. GABRIELLE DE SOUZA COSTA , portadora do RG: 2307999-1 SSP/MT, CPF 045.020.701-30, Engenheira Civil CREA: MT 037424, para Fiscalizar ampliação da feira livre,, obra a ser executada por esta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 19 de Setembro de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 100/2018

CONTRATO (A): *TRINDADE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-EPP*

OBJETO - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de mão de obra, para ampliação da Feira Livre Honorato de Paula, no município de São José do Povo-MT.

PROPOSTA DE PREÇO VENCEDORA					
CÓDIGO	**DESCRIÇÃO**	**UN**	**QTD**	**VLR. UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120	R$ 80,00	R$ 12.000,00
	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	320	R$ 17,00	R$ 6.800,00
	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	320	R$ 17,00	R$ 6.800,00
	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	320	R$ 13,00	R$ 5.200,00
	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS				**R$ 30.800,00**

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **30.800,00** (trinta mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 18 de setembro de 2018 a 18 de novembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 101/2018

CONTRATO (A): GAZIN IND. E COM. DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA.

OBJETO - 1 O presente contrato decorre do processo de compra direta n°743/2018, cotação n. 202/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a prestação dos serviços abaixo listados:

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
TELEVISOR LED 24 POLEGADAS PTV24N92D HD COM CONVERSOR DIGITAL 1 HDMI 1 USB SLEEP TIMER – 60HZ	01 UND	R$ 1. 199,00	R$ 1. 199,00
VENTILADOR DE PAREDE 60CM NEW GR AÇO 127V PRETO	1 UND	R$ 229,00	R$ 229,00
Preço Total:			**R$ 1. 428,00**

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **1.428,00**(um mil quatrocentos e vinte e oito reais).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 17 de Setembro de 2018 à 31 de Dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 042/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 042/2018. ASS: 19/09/2018; VCT: 19/09/2019; Fornecedor T.T.D VASSOLER TRANSPORTES LTDA Objeto: Contratação de empresa para o transporte de Pedras britas, e Pó de Pedra para o Município de São José do Rio Claro-MT. Valor: R$ 660.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 64/2018, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores MARLI MARI BOTH e SIMONE APARECIDA SANTOS OLIVEIRA, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 057/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 23 de agosto de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 59/2018, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 055/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores EDER FÁBIO MAGRI e GILBERTO MARCOS ZIELINSKI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 055/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 6 de agosto de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Obs.: Fica revogada a publicação da matéria "PORTARIA SECAD Nº 59/2018 DE 6 DE AGOST DE 2018", realizada em 23/8/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (diariomunicipal.org/mt/amm), página 241, Edição 3.049, por conter erro material.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 048/2018. ASS: 19/09/2018, VCT: 31/12/2018, Contratado**CENTRO OESTE ASFALTOS S/A**. Objeto:Aquisição de Emulsão Asfáltica RR-2C, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Acréscimo de 11,89% passando de R$ 1.962,50 para R$ 2.195,88 por tonelada.

Valdomiro Lachovicz – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 043/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 043/2018. ASS: 19/09/2018; VCT: 19/09/2019; Fornecedor: O.G COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA. Objeto: Aquisição de Combustíveis e Reagentes Arla 32 para atender a frota de veículos do Município de São José do Rio Claro-MT. Valor: R$ 3.577.130,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 20/2018, DE 2 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 018/2015.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores MARLI MARIA BOTH e ADELVINA LUIS VINHAL, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 018/2015**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral, São José do Rio Claro/MT, 2 de abril de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Obs.: Fica revogada a publicação da matéria "PORTARIA SECAD Nº 20/2018 DE 2 DE ABRIL DE 2018", realizada em 17/4/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (diariomunicipal.org/mt/amm), página 262, Edição 2.959, por conter erro material.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 65/2018, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 058/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores MARLI MARI BOTH e SIMONE APARECIDA SANTOS OLIVEIRA, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 058/2018**, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES CONSTITUÍDOS DE CONJUNTO ALUNO, MESA ACESSÍVEL E CONJUNTO PROFESSOR, EM ATENDIMENTO ÀS ENTIDADES EDUCACIONAIS DA PÚBLICA DE ENSINHO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 27 de agosto de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 028/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 028/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **DANIEL NEVES DA SILVEIRA**, residente e domiciliado(a) **no Distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2402453-8 SEJSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **052.302.971-31**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em 17 de Janeiro de 2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 015/2017

1º TERMO DE PRORRAGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 015/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr . LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **DIEGO RIBEIRO DA SILVA**, residente e domiciliado(a) **Av. Domitilia Gomes de Oliveira, nº 111,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2028842-5 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **741.444.641-72**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em 16 de Outubro de 2017.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 036/2018

1° TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 036/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 42453069 SSP/SP e do CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **CLEIDIANE DAMAZIO**, residente e domiciliado(a)residente e domiciliado na Av. Juranes Pereira Sales, nº 49, Município de São José do Xingu – MT, portador(a) do RG 2232096-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº 037.799.111-24, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **21 de JUNHO de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 034/2017

1º TRMO DE PRORRGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 034/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.

317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **JULIANA VALQUIRIA ALVES DE LIRA**, residente e domiciliado(a) **na Av. Juranes Pereira Sales, s/n,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2186586-8 SESP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **039.349.641-41**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **24 de ABRIL de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 de 27/06/2017

(Lei de Contratos Temporários).

.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 033/2017

1° TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 033/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **GLEYCE MARQUES PINHEIRO**, residente e domiciliado(a) **na Av. Juranes Pereira Sales, s/n,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 5566849 2ª via SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **048.859.421-95**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **18 de ABRIL de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro**

de 2018, será prorrogado até 30 de Setembro de 2018 de acordo com a Lei 707/2017 de 27/06/2017

(Lei de Contratos Temporários).

.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 021/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 021/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **CLAYTON TEIXEIRA DOS SANTOS**, residente e domiciliado(a) **Rua 07, nº 02, distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 0959768-9 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **594.977.181-87**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **05 de Outubro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, e será prorrogado até 05 de Setembro DE 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, 06 de Setembro de 2018.

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 001/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 001/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **JORGIANE BARROS DE SANTANA**, residente e domiciliado(a) **Rua Rubens Pereira de Araujo Filho,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 1682081-9 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **011.409.511-65**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de Outubro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, e será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 040/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 040/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 42453069 SSP/SP e do CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **EDUARDO MENDES DE SOUSA**, residente e domiciliado (a) na Rua Francisco Eloi da Silva, nº 96, Centro, Município de São José do Xingu – MT, portador do RG 18378471 SSP/MT e inscrito no CPF nº 018.122.

311-21, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em ***13 de Junho de 2018.***

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 003/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 003/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **EDILANGE COSTA MACEDO**, residente e domiciliado(a) **Av. Principal, S/N** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 5676559 SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **043.558.891-48**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **09 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro**

de 2019 de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 004/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 004/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **ROBERTA PEREIRA GONZAGA**, residente e domiciliado(a) **Rua P.A YAMIN, S/N** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2403559-9 SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **046.902. 841-64,** doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **09 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 023/2017

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 023/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **GERALDA DIAS DOS SANTOS**, residente e domiciliado(a) **rua Francisco Eloi da Silveira,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 4642262 DGPC/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **004.173.371-16**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **25 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 027/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 027/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37. 465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **LEIA PEREIRA RODRIGUES**, residente e domiciliado(a) **no Distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 1614571-2 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **013.356.251-43**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **15 de Janeiro de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em ***05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019*** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 023/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: JOSE NILTON DE FREITAS E CIA LTDA

VALOR GLOBAL: R$ 127.680,00 (CENTO E VINTE SETE MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03/09/2018 a 03/09/2019

OBJETO AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET NUM TOTAL DE 456 MB/MES, POR MEIO DE TRANSMISSÃO DE RADIO COM LINK DEDICADO FULL- DUPLEX, COM IP FIXO FREQUENCIA MINIMA DE 8.5 GHZ. COM FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS - (ANTENA) EM COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MT.

DATA: 03/09/2018

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 004/2017

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 005/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **FRANTHIELLE VIANA**, residente e domiciliado(a) **Estrada Rural, Fazenda Pirraça,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 4053163 SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **862.112. 81-91**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **02 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

–

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 002/2017

1º - TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 002/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **GEZILEANY DE JESUS MELO**, residente e domiciliado(a) **Rua Humberto Nunes Resende** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 6114399 PC/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **054.548. 611-46**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **09 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar **em 05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 006/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 006/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **EDNA MARCIA NEVES LIMA**, residente e domiciliado(a) **Av. Juranes Pereira Sales, nº 159,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 1271796-7 SEJSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **869.963.981-34**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **03 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 026/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 026/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **DOUGLAS PEREIRA CARNEIRO**, residente e domiciliado(a) **no Distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 1003197 SSP/TO** inscrito(a) no CPF sob o nº **044.484.531-38**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **05 de Dezembro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar **em 05 de Setembro de 2018 , será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018**

EDITAL DE CONVOCACAO 030/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2018

São Jose do Xingu-MT, 12 de Setembro de 2018

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DOS

CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE

DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o disposto nos arts. 247 e 248 da Lei Complementar nº 007/2004 e a Lei Municipal nº 707/2017 de 27 de Junho de 2017, convoca:

Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, abaixo relacionados, deverão comparecer até o dia 14 (Sexta

-feira) de Setembro de 2018, no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, no horário das 07:00h às 13:00h para assumir suas funções, apresentando a documentação constante neste Edital.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado de que se trata este Edital será contratado até o limite estabelecido para o cargo pelo qual optou por concorrer, desde que atendida às seguintes exigências:

a) Ter sido classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado que tenha adquirido a igualdade direito e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n° 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art.12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional n° 19, de 04/06/1998- art.3°);

c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (sexo masculino);

e) Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

f) Ter nível compatível com a exigida para o cargo;

g) Ter, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos;

h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades devidamente comprovada por meio de exame;

i) Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação;

j) Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral, conforme preceitua a lei específica para cada cargo.

1ª FASE:

k) **Apresentar cópias autenticadas** com seus respectivos originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Titulo Eleitoral com o comprovante da última votação, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos (se tiver), Carteira de Trabalho, PIS/PASEP, Carteira de Reservista (somente para homens até 45 anos), Diploma ou Certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vinculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Comprovante de endereço;

n) Certidão Negativa de Débito Municipal;

o) Certidão Negativa Cíveis e Criminal da Justiça Federal e Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;

p) Declaração de não acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, Sociedades de Economia Mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

q) Declaração de Bens Patrimoniais.

r) 1 – Foto 3x4

s) Certificado Militar (se Homem)

t) Conta Bancaria Banco do Brasil

u) Exame de admissão, assinado por profissional da área de medicina do trabalho.

2ª FASE:

SEGUE ABAIXO A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO:

Secretaria Mun. de Gestão social – Sede (Conselho Tutelar)

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	COLOCAÇAÕ	LOTAÇÃO
661402	ELOISIO MACHADO	MOTORISTA/ CNH D	4º	Secretaria Mun. de gestão Social

OBS: o não comparecimento do(a) convocado no prazo de 02 (dois) dias, a partir da data especificada, e a apresentação da documentação completa prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à administração o direito de convocar outro candidato.

São José do Xingu, 12 de Setembro de 2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 031/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031/2018

São Jose do Xingu-MT, 18 de Setembro de 2018

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DOS

CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE

DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o disposto nos arts. 247 e 248 da Lei Complementar nº 007/2004 e a Lei Municipal nº 707/2017 de 27 de Junho de 2017, convoca:

Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, abaixo relacionados, deverão comparecer até o dia 20 (Quinta-feira) de Setembro de 2018, no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, no horário das 07:00h às 13:00h para assumir suas funções, apresentando a documentação constante neste Edital.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado de que se trata este Edital será contratado até o limite estabelecido para o cargo pelo qual optou por concorrer, desde que atendida às seguintes exigências:

a) Ter sido classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado que tenha adquirido a igualdade direito e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n° 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art.12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional n° 19, de 04/06/1998- art.3°);

c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (sexo masculino);

e) Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

f) Ter nível compatível com a exigida para o cargo;

g) Ter, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos;

h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades devidamente comprovada por meio de exame;

i) Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação;

j) Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral, conforme preceitua a lei específica para cada cargo.

1ª FASE:

k) **Apresentar cópias autenticadas** com seus respectivos originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Titulo Eleitoral com o comprovante da última votação, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos (se tiver), Carteira de Trabalho, PIS/PASEP, Carteira de Reservista (somente para homens até 45 anos), Diploma ou Certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vinculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Comprovante de endereço;

n) Certidão Negativa de Débito Municipal;

o) Certidão Negativa Cíveis e Criminal da Justiça Federal e Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;

p) Declaração de não acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, Sociedades de Economia Mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

q) Declaração de Bens Patrimoniais.

r) 1 – Foto 3x4

s) Certificado Militar (se Homem)

t) Conta Bancaria Banco do Brasil

u) Exame de admissão, assinado por profissional da área de medicina do trabalho.

2ª FASE:

SEGUE ABAIXO A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO:

Secretaria Mun. de Saúde – Distrito de Santo Antônio do Fontoura

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	COLOCAÇAÕ	LOTAÇÃO
664886	BRUNA RODRIGUES OLIVEIRA	BIOQUIMICA	1º	Secretaria Mun. de saúde

OBS: o não comparecimento do(a) convocado no prazo de 02 (dois) dias, a partir da data especificada, e a apresentação da documentação completa prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à administração o direito de convocar outro candidato.

São José do Xingu, 18 de Setembro de 2018.

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 041/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 041/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 42453069 SSP/SP e do CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **SHAENNI MAINARA MARINHO RODRIGUES**, residente e domiciliado (a) na Rua Mauro Pires Gomes, Centro, Município de São José do Xingu – MT, portador(a) do RG 2341752-8 SSP/MT e inscrito(a) no CPF nº 043721.181-98, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **09 de Julho de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, e será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 007/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 007/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **VIVIANE SANTIAGO DA COSTA**, residente e domiciliado(a) **Av. Humberto Nunes Resende, nº 059,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 3801076 2ºvia PC/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **701.157.021-72**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **09 de Outubro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018 .**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 039/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 039/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 42453069 SSP/SP e do CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **DENISE ALVES DOS SANTOS**, residente e domiciliado (a) no Rua 02, setor COHAB, Município de São José do Xingu – MT, portador do RG 26187345 SSP/MT e inscrito(a) no CPF nº 058.418.051.93, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **21 de Junho de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, e será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 009/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 009/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **JORQUEANE APARECIDA SOUZA COSTA**, residente e domiciliado(a) **Rua São José,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 4508405 DGPC/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **862.112. 851-91**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

--O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **03 de Outubro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 010/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 010/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **CYNTHIA FERREIRA MARTINS**, residente e domiciliado(a) **Av. Juranes Pereira Sales,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2240389-2 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **026.851.371-92**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **10 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 037/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 037/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 42453069 SSP/SP e do CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **MICHELI FERNANDES PEREIRA**, residente e domiciliado (a) no Rua 01, nº 10, Município de São José do Xingu – MT, portador (a) do RG 24321877 SSP/MT, e do CPF nº 047.520.701-70, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **13 de Junho de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, e será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 011/2017

1º TERMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 011/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **ETELYN LUANA DA COSTA BARBOSA**, residente e domiciliado(a) **Sitio Buriti Alegre,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 1804412-3 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **021.430.021-81,** doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **10 de Outubro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários)

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 035/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 035/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 42453069 SSP/SP e do CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **TIAGO DA SILVA LIMA**, residente e domiciliado(a)residente e domiciliado na Rua Humberto Nunes Resende, Município de São José do Xingu – MT, Portador (a) do RG 6306271 SSP/GO, Portador do CPF nº 016.182. 321-18, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **13 de Junho**

de 2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, e será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 012/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 012/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **VALMIR MOREIRA DA SILVA**, residente e domiciliado(a) **Rua Francisco Eloi da Silva, s/n,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2037910 2ªvia DGPC/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **486.364.361-68**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **05 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 013/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 013/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **MARCIA PEREIRA BERNARDES**, residente e domiciliado(a) **Rua Vila Rural, s/n, distrito de Santo antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 393.675 SEJSP/TO** inscrito(a) no CPF sob o nº **957.075.651-91**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, **que deveria terminar em 05 de SETEMBRO de 2018**, será prorrogado até **05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 014/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 014/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **CARLAN RODRIGUES DE RESENDE**, residente e domiciliado(a) **Rua 02, n 02, distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 757307 SSP/TO** inscrito(a) no CPF sob o nº **125.291.477-60**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em *05 de OUTUBRO de 2017.*

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 017/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 017/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **OSETHE BARBOSA SANTOS BARROS**, residente e domiciliado(a) **Rua Jose Gomes Filgueira,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 1560357-1 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **954.336.941-00**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em 10 de OUTUBRO de 2017.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em 05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019 de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 018/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 018/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **ELEUZA ALVES RODRIGUES PEREIRA**, residente e domiciliado(a) **Rua Xingu,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2146958-0 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **039.636.291-50**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **19 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018 .**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 019/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 019/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **MONICA PEREIRA DA SILVA**, residente e domiciliado(a) **Rua Carlos Gomes de Abraão,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2232091-1 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **028.002.471-18**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **09 de OUTUBRO de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 022/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 022/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **DIANE ELIAS PARENTE**, residente e domiciliado(a) **Rua Vila Rural, distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2098480-4 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **022.694.011-07**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **24 de Outubro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 024/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 024/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **DANIELA DE SOUZA RIBEIRO**, residente e domiciliado(a) **RUA 03, Nº 01 distrito de Santo Antônio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2402544-5 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **076.608.221-01**, doravante denominado(a) **CONTRATA-**

DO(A), tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **05 de Outubro de 2017.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 025/2017

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 025/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **ANNA CLAUDIA ALVES DA SILVA**, residente e domiciliado(a) **AVENIDA JURANES PEREIRA SALES, 165, BAIRRO CENTRO,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 6090172 SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **049.244.961-97**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de Novembro de 2017**.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 029/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 029/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **ROSIMAR GUIMARAES DE SOUZA DO CARMO**, residente e domiciliado(a) **no Distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 6683160 PC/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **941.513.181-00**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **01 de Março de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de SETEMBRO de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 030/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 030/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37. 465.317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **ANA PAULA CARNEIRO LEITE**, residente e domiciliado(a) **no Distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 2101741-7 SSP/MT** inscrito(a) no CPF sob o nº **031.347.371-40**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **01 de Março de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro, de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 032/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 032/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sra. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **DIVINO SANTIAGO DOS SANTOS**, residente e domiciliado(a) **no Distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 1.748.934 SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **419.650.861-87**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de Março de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, e será prorrogado até 05 de Setembro DE 2019** de acordo com a Lei 707/2017 (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 031/2018

1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 031/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 4245306 SSP/SP, CPF nº. 534.469.258-72 de agora em diante denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado o(a) sr(a) **LEANDRA LAURA DAS NEVES**, residente e domiciliado(a) **no Distrito de Santo Antonio do Fontoura,** Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº 5125763 2ª via SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **016.863.821-54**, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de trabalho por tempo determinado, inicialmente celebrado pelas partes em **06 de Março de 2018.**

Fica estabelecido que o contrato de trabalho por tempo determinado, que deveria terminar em **05 de Setembro de 2018, será prorrogado até 05 de Setembro de 2019** de acordo com a Lei 707/2017, art. 2º (Lei de Contratos Temporários).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho por tempo determinado inicialmente firmado entre as partes.

São José do Xingu - MT, **06 de Setembro de 2018.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2018

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA O CONSUMO DA MERENDA ESCOLAR**. nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **03 de Outubro de 2018- 09:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br. Informações: tel. (0**66)3418-1500.São Pedro da Cipa, 20 de Setembro de 2018. **Marciana da Silva Cherubim Pregoeira**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2018

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: BRUBRINQ IND E COM DE BRINQUEDOS LTDA.

Objeto: Registro de Preços visando eventual aquisição e instalação de PARQUE INFANTIL, COLORIDO, EM MADEIRA PLÁSTICA, FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATÓXICO, bem como de PISO ANTIDERRAPANTE BORRACHA RECICLADA, para atender as unidades escolares públicas que ofertam Educação Infantil, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

PRAZO:60 (sessenta) dias

V**ALOR: R$** 20.400,00 (**00 (vinte mil e quatrocentosreais)**

ASSINATURA: 21 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 3.668/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - DESIGNAR o Senhor **ELIAS CRISTINO DE PAULA,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 410, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento**, para exercer atribuições do Cargo de Técnico em Saúde I – Fiscal de Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/09/2018, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Setembro de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 3.667/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - DESIGNAR o Senhor **TIAGO DOS SANTOS,** servidor efetivo, no cargo de **Agente de Saúde I - Agente de Combate as Endemias**, com matricula no RH nº. 1249, para exercer atribuições do Cargo de Técnico em Saúde I – Fiscal de Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/09/2018, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Setembro de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1098, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1098, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 90 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 à servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura relacionada a seguir:

Mat.	Servidores	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período da Licença		Total
				Inicio	Final	Dias

101630	SANDRA MARA RODRIGUES	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	FILHO OTÁVIO BRUNO RAMOS	30/07/2018	30/07/2018	01

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

SEPLAN/COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTOS
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2019

O Poder Executivo, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Senhor Prefeito Municipal **Prof. Fábio Martins Junqueira**, em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único; Artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **CONVIDA** os cidadãos Tangaraenses para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA da LOA – Lei Orçamentária Anual que estima a receita e fixa a despesa do município de Tangará da Serra para o Exercício Financeiro 2019**, a ser realizada no Centro Cultural Pedro Alberto Tayano Filho, localizado na Av. Brasil, 376-E, Centro - Tangará da Serra – MT, **no dia 20 de setembro do corrente ano, com início às 15h00.**

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal de Tangará da Serra

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1076, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1076, DE 28 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º EXONERAR a pedido, a partir de 28/08/2018**, o Senhor **ADEMIR APARECIDO ANIBALE**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 36269774 SSP/PR matricula **nº 105953**, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, nomeado em 17/11/2017 pela Portaria nº 1135 de 16/11/2017, onde exercia a função comissionada de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES,** de acordo com a Lei nº 141/2009 de 01 de setembro de 2009.

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1077, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Senhora Secretária Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARIA DAS GRAÇAS SOUTO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1077, DE 28 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º Estabelecer** Escala de Férias dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DO GOZO	
					INICIO	FINAL
102114	GILMAR RODRIGUES DOS SANTOS	MOTORISTA	02/03/2017	01/03/2018	10/12/2018	08/01/2019
105057	GILVANE MENDONÇA DE LIMA	COORD. E PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	03/03/2017	02/03/2018	05/11/2018	04/12/2018
105215	GILBERTO COSTA DO NASCIMENTO	COORD. DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	06/06/2017	05/06/2018	26/12/2018	24/01/2019
001510	ELAYNE MENDES DE MATOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II	09/07/2017	08/07/2018	17/12/2018	15/01/2019
101547	GABRIEL NEIA EBERHARDT	BIÓLOGO	01/08/2017	31/07/2018	06/05/2019	04/06/2019
104621	EDEMAR DA SILVA BROL	COORD. DE PARQUES E VIVEIROS	03/08/2017	02/08/2018	01/07/2019	30/07/2019

SIGNATÁRIOS: MAGNO CÉSAR FERREIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1078, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1078, DE 30 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º- NOMEAR**, a partir de 13/08/2018 a senhora **LUCIENE FERREIRA SEGUNDO,** portadora do RG nº 1288573-8 SSP/MT, eleita em 8º lugar no pleito eleitoral do Processo Seletivo nº 004/2015, conforme Edital Complementar nº 001/2016 de 21 de dezembro de 2016, convocada através do Edital Complementar 001/2016 datado em 21/12/2016, para exercer a função comissionada de **Conselheiro Tutelar Suplente,** em substituição às conselheiras Marcia Regina Ribeiro e Reilly Pereira Melo,símbolo DAI-II, de acordo com a Lei nº 3812/2012 de 09/05/2012, concedendo-lhe 30% de Comissão, calculados sobre os vencimentos básicos, de acordo com artigo 40 § 2º, da Lei nº 2.099, de 29-12-03, com jornada diária de 08(oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1079, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

A Senhora Secretária Municipal de Saúde em Substituição de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1079, DE 29 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º Estabelecer** Escala de Férias dos servidores lotados na Vigilância Ambiental, relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE USUFRUTO	
103894	LUCIMAR DA SILVA DIFRANCESCHI	AG. DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103863	FILIPE RODRIGUES FRANKE	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103856	IZAINE ARAUJO DE O. RIBEIRO	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103864	ELD RODRIGUES BRANDAO	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103900	VALQUIRIA SILIRIO DOS SANTOS	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103866	VANUSA ROSA DA C. DOS SANTOS	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103865	ACIMAR GRECIO REZENDE	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103875	AILTON ROCHA DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103855	CLARINDA MATOS HERRERA	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019

103888	DIVA DANTAS	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103878	ELIEZER RABASCO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103883	DULCINEIA DESIDERIO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103919	HUGO VINICIUS F. DUARTE	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	19/01/2017	18/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
104242	KATIA APARECIDA A. DA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	10/03/2017	09/03/2018	03/12/2018	01/01/2019
103860	LEIDIANE A. P. DO NASCIMENTO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103869	LUCIANA LEMES DA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103884	LUCIMAR DE MOURA CORREIA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103853	ROSA MARTINS DE LANA SCALCO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
103890	ROSINEIDE BEZERRA DA CRUZ	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	03/12/2018	01/01/2019
104243	RUBIA MARA CECHETTI	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	10/03/2017	09/03/2018	03/12/2018	01/01/2019
103886	ELIAS DUARTE LUIZ	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	10/12/2018	08/01/2019
103872	ALICE QUINTANILHA DOS ANJOS	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/01/2017	05/01/2018	10/12/2018	08/01/2019

SIGNATÁRIOS: DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1080, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1080, DE 29 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º Estabelecer** Escala de Férias dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE USUFRUTO	
4374	ELAINE CRISTINA SENA MORAES GOMES	ENGENHEIRO CIVIL	15/05/2016	14/05/2017	01/01/2019	30/01/2019
1093	ELIO PEREIRA	MARCENEIRO	15/09/2017	15/09/2018	02/01/2019	31/01/2019
2103	EULER OLIVEIRA DA CUNHA	AG. ADMIN. II	10/02/2016	10/02/2017	01/11/2018	30/11/2018
2103	EULER OLIVEIRA DA CUNHA	AG. ADMIN. II	10/02/2017	10/02/2018	01/12/2018	30/12/2018
1610	GILMAR ALVES DO NASCIMENTO	AG. ADMIN. II	02/01/2016	01/01/2017	03/09/2018	02/10/2018
2099	JATINIEL DANTAS	AG. ADMIN. II	10/02/2017	10/02/2018	17/12/2018	15/01/2019
105876	JESSICA JACOVAS	CHEFE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	12/09/2017	11/09/2018	01/09/2018	30/09/2018
1912	JOSE MAURICIO DE MATOS	DESENHISTA TECNICO	16/05/2016	15/05/2017	01/01/2019	30/01/2019
6184	MARIA CILENE ROSENDO ALVES	RECEPCIONISTA	06/02/2017	05/02/2018	01/12/2018	30/12/2018
104388	SERGIO ALVES CABRAL	AJUD. DE SERVIÇOS GERAIS	14/04/2017	13/04/2018	01/09/2018	30/09/2018

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1081, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n. º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1081, DE 28 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** à Senhora **MARIA EDNAURA ANDRADE VITORINO**, servidora efetiva no cargo de Professor dos Anos Iniciais 1° ao 5° Ano, Matrícula **nº 106143**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar n°. 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, conforme atestado médico emitido pelo Dr. Fernando Oliveira Prado CRM-MT 5607, no período de **24/08/2018 à 19/02/2019.**

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1082, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1082, DE 29 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** à Senhora **JULIANA APARECIDA BATISTA**, servidora efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula **nº 104663**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Licença Maternidade de 30 (trinta) dias**, conforme atestado médico emitido pelo Dr. Gervasio Lima Brito CRM-MT 3139, **no período de 11/08/2018 à 09/09/2019,** nos termos do artigo 92, § 3°, da Lei Complementar n°. 006/94 de 21 de junho de 1994, onde a servidora, decorridos 30 dias da concessão da licença, se submeterá a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício**.**

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1083, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Serviços de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **WELLINGTON ROSSITER BEZERRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1083, DE 30 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º Estabelecer** Escala de Férias dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços, relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE USUFRUTO	
103686	RUBENS EDUARDO KLOECKNER	AG. ADMIN. II	20/08/2017	19/08/2018	15/10/2018	15/11/2018
103066	SUELEN LARISSA CARDOSO	RECEPCIONISTA	22/01/2017	19/08/2018	19/11/2018	18/12/2018

SIGNATÁRIOS: WELLINGTON ROSSITER BEZERRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1088, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições

legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1088, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 78 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura relacionados a seguir:

Mat.	Servidores	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período da Licença		Total
				Inicio	Final	Dias
103384	ANA PAULA SILVA APOLINÁRIO	TÉC. DE APOIO INFANTIL	FILHA ANA BEATRIZ S. DA CRUZ APOLINÁRIO	05/07/2018	11/07/2018	07
106186	DALVA LUCIA BRITO DO NASCIMENTO EUZEBIO	AUX. DE DESENV. INFANTIL	FILHA ANA MEL NASCIMENTO EUZÉBIO	05/07/2018	06/07/2018	02
6503	ELISSANDRA DE OLIVEIRA SILVA	AUX. DE DESENV. INFANTIL	FILHA MARIA VITÓRIA DE OLIVEIRA SILVA	08/07/2018	17/07/2018	10
6179	GIZELIA MARIA DA SILVA	AUXILIAR DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL	FILHO JOÃO PAULO DA SILVA MOURA	04/07/2018	06/07/2018	03
106215	IVANI NOGUEIRA DE SOUZA	AUXILIAR DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL	FILHO GABRIEL NOGUEIRA DE ARAÚJO	13/07/2018	13/07/2018	01
103342	SILVANA DE OLIVEIRA MARCELO MAGRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	PAI PEDRO PEREIRA MARCELO	20/07/2018	20/07/2018	01

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1089, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário (a) Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **SELTON JOSÉ VIEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1089, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 90 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 ao servidor lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura relacionado a seguir:

Mat.	Servidores	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período da Licença		Total
				Inicio	Final	Dias
001117	EDIMAR DE MELO ALVES	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	MÃE IRANI DE MELO ALVES	05/07/2018	05/07/2018	11
				10/07/2018	10/07/2018	
				12/07/2018	12/07/2018	
				17/07/2018	19/07/2018	
				25/07/2018	27/07/2018	
				30/07/2018	31/07/2018	
6416	JOSEILDO VERAS NUNES	AG. DE FISCALIZ. DE TRÂNSITO	PAI CELESTINO VIEIRA NUNES	14/06/2018	14/06/2018	01

SIGNATÁRIOS: SELTON JOSÉ VIEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1084, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A Senhora Secretária Municipal de Saúde em Substituição de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1084, DE 30 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1° RETIFICAR** a **Portaria nº 241/GP/2009** de **10/09/2009**, passando a vigorar da seguinte forma:

***"*CONCEDER,** à servidora efetiva, no cargo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, senhora **Elza Mendes Moreira,** Licença-Prêmio por assiduidade de 03 (três) meses referente ao quinquênio de **02/09/2001 à 01/09/2006** nos termos do artigo 102 da Lei Complementar n° 006/94, de 21 de junho do ano de 1.994, acordo teor do requerimento protocolado em 04/12/2013, sendo no período de **01/09/2009 a 29/11/2009."**

SIGNATÁRIOS: DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1090, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **AGUINALDO GARRIDO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1090, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 90 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 a servidora lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, relacionada a seguir:

Mat.	Servidora	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período da Licença		Total
				Inicio	Final	Dias
103679	Marisa Márcia Monticelli Comim	Coordenador de Albergue Municipal	Esposo Luiz Carlos Comim	12/07/2018	12/07/2018	01

SIGNATÁRIOS: AGUINALDO GARRIDO / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1091, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Fazenda de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são p conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1091, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 ao servidor Secretaria Municipal de Fazenda relacionado a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO DA LICENÇA		TOTAL
			INICIO	FINAL	DIAS
000502	MAURILIO DE ARAUJO	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO II	22/08/2018	05/09/2018	15

SIGNATÁRIOS: VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1092, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **HÉLIO CLEMENTINO DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1092, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO DA LICENÇA		TOTAL DIAS
			INICIO	FINAL	
001913	MAGNIVALDO ALVES RIBEIRO	INSTALADOR DE REDE – SAMAE	20/08/2018	03/09/2018	15
004212	VIVIANE LUCIA DE QUADROS	ARQUITETO	21/08/2018	04/09/2018	15

SIGNATÁRIOS: HELIO CLEMENTINO DOS SANTOS / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1093, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1093, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 70 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO DA LICENÇA		TOTAL
			INICIO	FINAL	DIAS
104663	JULIANA APARECIDA BATISTA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL	08/08/2018	22/08/2018	15
001208	SERGIO JOSE BOTH	PROFESSOR DAS SERIES FINAIS	07/08/2018	01/09/2018	26
001637	LUCIA HELENA GONÇALVES PERASSOLO	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS	13/08/2018	13/09/2018	32
101841	ROSANE CRISTINA VARASCHIN BARBOSA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL	28/07/2018	26/08/2018	30
001646	SOMAIR DE LOURDES BARBIERI	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS	16/08/2018	30/08/2018	15
104620	CLAUDIA REGINA DELARCOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL	16/08/2018	14/10/2018	60
005268	JOELI DO SOCORRO APARECIDA SIQUEIRA	PROFESSOR DAS SERIES FINAIS	02/08/2018	19/08/2018	18
003930	FABIULA ANSELMO DESZCZYNSKI	PROFESSOR DAS SERIES FINAIS	04/08/2018	31/12/2018	150
001638	MARIA ANTONIA BARBOSA CAMACHO	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS	01/08/2018	30/08/2018	30
106333	PATRICIA DANTAS DINIZ CARVALHO	AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL	07/07/2018	09/07/2018	03
106321	YARA MARIA MARTINY	AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL	17/08/2018	31/08/2018	15
003976	ELZIRA DE FATIMA SAVIOLI	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL	23/08/2018	06/09/2018	15

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1094, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1094, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO DA LICENÇA		TOTAL
			INICIO	FINAL	DIAS
001732	ALEXANDRA REGINA GOMES DE LIMA FORTUNATO	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	08/08/2018	09/09/2018	32
001221	HELENICE NUNES DOS SANTOS	ZELADOR	14/08/2018	28/08/2018	15
001847	DIRCEU DA SILVA MARTIN	VIGIA	03/08/2018	01/09/2018	30
001583	ANTONIO MARQUES DA PAZ	MOTORISTA	07/08/2018	27/08/2018	21

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1085, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A Senhora Secretária Municipal de Fazenda de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são p conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1085, DE 30 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º Estabelecer** Escala de Férias dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Fazenda, relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE USUFRUTO	
002021	AFONSO DE SOUZA	GARI	15/07/2017	14/07/2018	01/06/2019	30/06/2019
668	AGNALDO FERREIRA DA SILVA	AG. DE FISCALIZ. II	02/01/2017	01/01/2018	15/08/2018	15/09/2018
103652	ANGELA NASCIMENTO DA SILVA	CONTADOR	11/08/2017	10/08/2018	01/04/2019	30/04/2019
43	ANIZIO ONOFRE DE SOUZA	AG. ADMIN. II	19/02/2017	18/02/2018	01/12/2018	30/12/2018
194	CARLOS AUGUSTO GEROLIN	AG. ADMIN. II	03/08/2017	02/08/2018	01/09/2018	30/09/2018
105169	CAROLINE DE FATIMA GUTIERES	AG. ADMIN. II	10/05/2017	09/05/2018	01/01/2019	30/01/2019
4479	CASSIA CRISTINA JACINTO SIQUEIRA	AG. DE FISCALIZ. II	18/09/2016	17/09/2017	01/09/2018	30/09/2018
4479	CASSIA CRISTINA JACINTO SIQUEIRA	AG. DE FISCALIZ. II	18/09/2017	17/09/2018	01/03/2019	30/03/2019
1180	DEVANIRA LOPES DE CARVALHO	AG. ADMIN. II	03/07/2017	02/07/2018	01/06/2019	30/06/2019
1888	EDILAINE DE MORAES FRANCA	AG. ADMIN. II	16/05/2017	15/05/2018	15/08/2018	15/09/2019
1627	EDIVANIA CRISTINA ALVES DE SOUZA RIBEIRO	AG. ADMIN. II	14/02/2017	13/02/2018	CEDIDA JUSTIÇA ELEITORAL	
5950	EVANDRO LADEIA TRETTEL	AG. DE FISCALIZ. II	19/09/2017	18/09/2018	A concluir	

101543	FLAVIO AMARAL OLIVEIRA	CONTADOR	01/08/2017	31/07/2018	01/02/2019	02/03/2019
2062	GENECI FERNANDES DOS SANTOS	AG. ADMIN. II	07/10/2015	06/10/2016	01/09/2018	30/09/2018
2062	GENECI FERNANDES DOS SANTOS	AG. ADMIN. II	07/10/2016	06/10/2017	01/10/2018	30/10/2018
1675	IVETE SANCHES RODRIGUES	FISCAL DE TRIBUTOS	18/03/2016	17/03/2017	01/10/2018	30/10/2018
1675	IVETE SANCHES RODRIGUES	FISCAL DE TRIBUTOS	18/03/2017	17/03/2018	01/12/2018	30/12/2018
102785	JOCELI MIRIAM SCHIRMER REICHERT	CORD. DE TESOURARIA	20/03/2017	19/03/2018	01/02/2019	02/03/2019
102976	JOSE APARECIDO BELTRAME	FISCAL DE TRIBUTOS	19/09/2017	18/09/2018	A concluir	
42	JOSE JUNIOR PIMENTA DE SOUSA	TRIBUTADOR	01/03/2016	28/02/2017	01/10/2018	30/10/2018
42	JOSE JUNIOR PIMENTA DE SOUSA	TRIBUTADOR	01/03/2017	28/02/2018	01/01/2019	30/01/2019
1734	JOSE ROBERTO FROIO	AG. ADMIN. II	18/03/2017	17/03/2018	01/11/2018	30/11/2018
606	JOSE SAMPAIO DA SILVA	AG. DE FISCALIZ. II	10/09/2017	09/09/2018	A concluir	
2464	LINDOMAR GIMENES DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS	14/04/2017	13/04/2018	01/02/2019	02/03/2019
2503	LUZIA CELIA SILVA	AG. ADMIN. II	22/04/2017	21/04/2018	01/03/2019	30/03/2019
2104	MARIA DO SOCORRO RODRIGUES	AJ. DE SERV. GERAIS	05/02/2017	04/02/2018	01/12/2018	30/12/2018
502	MAURILIO DE ARAUJO	AG. DE FISCALIZ. II	09/04/2017	08/04/2018	01/12/2018	30/12/2018
208	OLIVIO VERONEZ	AG. DE FISCALIZ. II	20/07/2017	19/07/2018	01/10/2018	30/10/2018
101293	RODRIGO GONÇALVES	AG. ADMIN. II	17/05/2017	16/05/2018	02/01/2019	30/01/2019
1670	ROGERIO DO NASCIMENTO LACERDA	AG. ADMIN. II	01/03/2017	28/02/2018	01/02/2019	02/03/2019
4888	ROSANE DENISE POLETTO	AG. DE FISCALIZ. II	03/04/2017	02/04/2018	Em tratamento de saúde	
104486	ROSINEI CALSAVARA	AG. ADMIN. II	16/07/2017	15/07/2018	01/01/2019	30/01/2019
1624	TATIANE GARCIA DAVILA COUTO	AG. ADMIN. II	14/02/2017	13/02/2018	02/01/2019	30/01/2019
2546	VALMIR MARINHO DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS	02/05/2017	01/05/2018	01/12/2018	30/12/2018
102452	VALNICEIA MARIA PICOLI BARBOSA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA	02/01/2017	01/01/2018	MEMO 148/2018/SEFAZ	

SIGNATÁRIOS: VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1095, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Saúde de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **ITAMAR MARTINS BONFIM,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1095, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde relacionados a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO DA LICENÇA	TOTAL DIAS
			INICIO	FINAL	
004390	JANICE BARRETO COSTA	NUTRICIONISTA	07/08/2018	21/08/2018	15
001691	ROSIMEIRE GIMENEZ PEREIRA DOS SANTOS	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/08/2018	14/10/2018	75
101347	ERENICE DIAS DOS SANTOS	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/08/2018	15/08/2018	15
103820	ANA PAULA ALVES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	14/08/2018	27/10/2018	75
101548	MARIA RODRIGUES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	15/08/2018	13/09/2018	30
004390	JANICE BARRETO COSTA	NUTRICIONISTA	22/08/2018	04/11/2018	75
103887	MARTA MARTINS LANA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	06/08/2018	03/12/2018	120
101297	MARILDA SOARES DA SILVA	ENFERMEIRO	10/08/2018	24/08/2018	15
001014	NILZA APARECIDA DE OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	10/08/2018	05/02/2019	180
004307	LOURDES DIAS PIAU	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	07/08/2018	10/09/2018	35
104243	RUBIA MARA CECHETTI	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	07/08/2018	21/08/2018	15
102171	MARINA SENEM DE ARAUJO	NUTRICIONISTA - 20 H	07/08/2018	06/09/2018	31
001497	MARIA DAISE PIRES GARCIA	AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA	27/07/2018	08/01/2019	166
004483	MAGDA SILVIA DARINI SILVA	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	14/08/2018	12/10/2018	60

SIGNATÁRIOS: ITAMAR MARTINS BONFIM / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1086, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário (a) Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **ITAMAR MARTINS BONFIM,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1086, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 90 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relacionados a seguir:

Mat.	Servidores	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período da Licença		Total
				Inicio	Final	Dias
103390	BENEDITA MONICA LEMES	AUX. DE SAÚDE BUCAL	ESPOSO RONALDO SANTOS SILVA	09/07/2018	09/07/2018	01
103059	CLAUDIO JOSE SOBRINHO	MOTORISTA	ESPOSA MERIELE DA S. FRANCISCO	05/06/2018	07/06/2018	03
105862	FERNANDA DE PAULA MARQUES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	MÃE REGINA DE BRITO PAULA	25/07/2018	26/07/2018	02
106364	GISELLE GRIPP DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	FILHA FERNANDA GRIPP ENDRINGER	04/06/2018	30/06/2018	02
103881	ILDA RODRIGUES DA S. FRANKE	AG. DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	MÃE MARIA ROSA DA SILVA	27/07/2018	24/09/2018	60
103819	IRENILDA DOS SANTOS SILVA COSSOLIN	AG. COMUNIT. DE SAUDE	FILHA CINDY SILVA COSSOLIN	24/07/2018	22/08/2018	30

103658	KATIUSCIA OLIARE VIEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FILHO VINÍCIUS DELCARO	26/07/2018	26/07/2018	0,5
1954	LEONICE FERNANDES DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MÃE LINDINALVA FERREIRA DA SILVA	22/06/2018	22/06/2018	02
				03/07/2018	03/07/2018	
1037	MARIA LIZABETE FOCHI MORAES	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	MÃE IOLANDA CATHARINA FOCHI	06/07/2018	20/07/2018	15
101548	MARIA RODRIGUES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FILHO HARIEL KAYKY R. DA SILVA	05/06/2018	06/06/2018	02
101477	MIRIELE DAIANE PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FILHO JOHN WESLEY P. DOS SANTOS	06/06/2018	06/06/2018	01
101643	NILZA APARECIDA B. DE SOUZA	AJ. DE SERV. GERAIS	ESPOSO PAULO CESAR GOMES DE SOUZA	27/07/2018	27/07/2018	01
4373	RONALDO PEREIRA DINIZ NETO	ENGENHEIRO CIVIL	FILHA CECÍLIA PIETRA AVELAR DINIZ	18/07/2018	24/07/2018	07
1181	RONILCE CORREA	RECEPCIONISTA	ESPOSO ANTONIO RAMAO OCAMPOS	24/07/2018	04/08/2018	12
101499	ROSALINA VALERIO DA SILVA ARAUJO	AJ. DE SERV. GERAIS	FILHA LETÍCIA DA SILVA ARAUJO	09/07/2018	12/07/2018	04
	ROSELIA LUZIA PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PAI JOSÉ LUIZ PEREIRA	04/06/2018	04/06/2018	06
				11/06/2018	11/06/2018	
				15/06/2018	15/06/2018	
				18/06/2018	18/06/2018	
				25/06/2018	25/06/2018	
				29/06/2018	29/06/2018	
103701	ROSIMEIRE COELHO DE SOUZA	AJ. DE SERV. GERAIS	ESPOSO JOSIAS GARCIA PINHEIRO	23/07/2018	23/07/2018	01
103767	ROSIRAN DE LIMA DOS SANTOS	AG. COMUNITÁRIO DE SAUDE	MÃE SINÉSIA SOARES DE LIMA	03/07/2018	03/07/2018	2d 5h
				04/07/2018	04/07/2018	
				17/07/2018	17/07/2018	
				23/07/2018	23/07/2018	
				25/07/2018	25/07/2018	
				26/07/2018	26/07/2018	
				30/07/2018	30/07/2018	
106416	WILLIS LONGARETTI SARRY	AUX. ADMINISTRATIVO	PAI JOÃO GARCIA SARRY	25/07/2018	27/07/2018	03

SIGNATÁRIOS: ITAMAR MARTINS BONFIM / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1087, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Fazenda de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são p conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018.

PORTARIA Nº 1087, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 90 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Fazenda, relacionados a seguir:

Mat.	Servidores	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período da Licença		Total
				Inicio	Final	Dias
59	LIANI GOERCK	AG. ADMINISTRATIVO II	MÃE NOILI GOERCK	11/07/2018	11/07/2018	01
1624	TATIANE GARCIA DAVILA COUTO	AG. ADMINISTRATIVO II	MÃE MARCIA APARECIDA G. DAVILA	30/07/2018	20/07/2018	01

SIGNATÁRIOS: VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1096, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **AGUINALDO GARRIDO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1096, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 80 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 a servidora lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social relacionada a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO DA LICENÇA		TOTAL DIAS
			INICIO	FINAL	
102969	DELSIMARY TEIXEIRA DE SOUZA	COORD. DO CENTRO DE REF. DA ASSIT. SOCIAL	01/08/2018	15/08/2018	15

SIGNATÁRIOS: AGUINALDO GARRIDO / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 158/2018

TERMO ADITIVO 158/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº 207**/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARCELO APARECIDO ALVES DE ALMEIDA

Objeto: Será alterada a carga horária de 32 para 40 horas aulas semanais à partir de **06/06/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de queASSUMIU 8H/A EM SUBSTITUIÇÃO AO PROF. ELVIS ZAVISTOSKI(READAPTAÇÃO) NO CME ULISSES GUIMARÃES.

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0028.2223 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – ENSINO FUNDAMENTAL).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **MARCELO APARECIDO ALVES DE ALMEIDA**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 157/2018

TERMO ADITIVO 157/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **156/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LUCIANA GOMES BUENO

Objeto: Será alterada a carga horária de 37 para 30 horas aulas semanais à partir de **01/06/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de queDEIXOU 7H/A RETORNO DAPROF. SIMONI WEBER(LICENÇA PRÊMIO) NO CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS

Carga Horária: 30 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0119000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHE - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **LUCIANA GOMES BUENO**

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 121/2018 PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 121/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 20/09/2018 às 08h00min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
47	4505	SUELENE FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA	03/01/1983	20	60	6,00	66,00	Classificado

Cargo.:	654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
20	4679	JAILSON MARINO PACHECO	06/04/1992	17	51	0,00	51,00	Classificado
21	2994	LUCAS EDWARD SANTOS VALERIO	07/08/1995	17	51	0,00	51,00	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 20/09/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 21/09/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 19 de setembro de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1061, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1061, DE 22 DE AGOSTO DE 2018; **1º DESIGNAR** a partir de **10/08/2018**, o senhor **ANIZIO ONOFRE DE SOUZA**, servidor efetivo no cargo de **Agente administrativo II**, lotado na **Secretaria Municipal de Fazenda**, matrícula **nº 000043** para exercer a função comissionada de **Coordenador de Cadastro Imobiliário**, símbolo DAI-II de acordo com a Lei nº. 3476/2010, de 08/12/2010, com comissão de cargo de 35% calculadas sobre os vencimentos básicos, de acordo com o artigo 40 § 2° da Lei n° 2099, de 29/12/2003 com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1062, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1062, DE 23 DE AGOSTO DE 2018 **Art. 1º ATENDER a partir de 13/08/2018,** ao pedido dedemissão da servidora Pública Municipal Senhora **MARIA SALETE SIMON,** portadora do RG nº 1613148-7 SSP/MT, efetiva no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, matrícula nº 004313, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude da concessão do benefício de **Aposentadoria por Idade**, com

proventos proporcionais, conforme processo administrativo do SERRAPREV - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra - MT, **nº 2018.02.00092P**.

SIGNATÁRIOS: Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / ADRIANO ALVES FERNANDES / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1063, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1063, DE 23 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º ATENDER a partir de 02/08/2018,** ao pedido dedemissão da servidora Pública Municipal Senhora **ZILDA DE FATIMA DE SOUZA BATISTA,** portadora do RG nº 4306816-4 SSP/PR, efetiva no cargo de Agente Administrativo II, matrícula nº 000746, lotada na Secretaria Municipal de Administração, em virtude da concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, com **proventos integrais**, conforme processo administrativo do SERRAPREV - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra - MT, **nº 2018.04.00095P**.

SIGNATÁRIOS: Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / ADRIANO ALVES FERNANDES / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1064, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1064, DE 23 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º AFASTAR PREVENTIVEMENTE com efeito retroativo a partir de 16/07/2018,** o Senhor **KLEBER GONÇALVES MADUREIRA,** servidorefetivo no cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº. 103678, por prazo indeterminado, sem a perda da sua remuneração, conforme o Artigo 231 da Lei Complementar nº 006/1994 de 21 de junho de 1994.

SIGNATÁRIOS: Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 164/2018

TERMO ADITIVO 164/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº 298**/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SALATIEL NEZOKEMAZOKAI

Objeto: Será alterada a carga horária de 33 para 40 horas aulas semanais à partir de **06/06/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de queASSUMIU 7H/A NO 6º ANO e 9º ANO EMI KONAHETE.

Cargo: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGINA

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0028.2225 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGINA - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – EDUCAÇÃO INDÍGINA).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **SALATIEL NEZOKEMAZOKAI**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 165/2018

TERMO ADITIVO 165/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **253/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SIRLEI NOGUEIRA LOPES

Objeto: Será alterada a carga horária de 36 para 33 horas aulas semanais à partir de **01/08/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que , DEIXOU 3H/A RETORNO DA PROF. SIMONI WEBER(LICENÇA PRÊMIO) NO CME DIVA MARTISN JUNQUEIRA.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS

Carga Horária: 33 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHE - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **SIRLEI NOGUEIRA LOPES**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
7º TERMO ADITIVO ARP Nº 006/2018 DO PP Nº 009/2018

7º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018- PREGÃO PRESENCIAL Nº 009 /2018- O **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S-10 E ARLA 32) PARA ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital do Pregão Presencial nº **009/2018.** Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, RESOLVE REEQUILIBRAR o preço da Empresa **AUTO POSTO FAVETTI LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.666.280/0001-95. Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2018, no sub item Seção 5.2, conforme a seguir:

Item	Descrição	Quant. Máx.	Unid.	Valor Unit. Registrado (R$)	Valor Unit. Realinhado (R$)
004	ÓLEO DIESEL S10	915.900	LTS	3,97	**4,17**

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 19 de Setembro de 2018. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe do Departamento de Licitações.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 166/2018

TERMO ADITIVO 166/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **434/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DOUGLAS SILVA CAMPOS

Objeto: Será alterada a carga horária de **40 para 40** horas semanais à partir de **14/08/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que, APRESENTAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO EXIGIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3682/2011.

Cargo: MOTORISTA

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2215 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL - 3.1.90.04.00.00 0101000000 – ENSINO FUNDAMENTAL – TRANSPORTE ESPORTE ESCOLAR - CONTRATOS

Data da Assinatura: 14/08/2018

Vigência: 14/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **DOUGLAS SILVA CAMPOS**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1065, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

A Senhora Secretária Municipal de Saúde em Substituição de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1065, DE 24 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** à servidora **IVONE CELIS PEREIRA** efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem - 30 horas, admitida em 05/09/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula **nº 101642, Licença Prêmio por Assiduidade** de **03 (três) meses,** correspondente ao quinquênio de **05/09/2011 à 04/09//2016**, nos termos do art. 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de **20/08/2018 à 17/11/2018.**

SIGNATÁRIOS: DIENEFER JAQUELINE MAGALHAES FEIX / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1066, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1066, DE 24 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º ALTERAR com efeito retroativo** a partir de **13/08/2018,** a comissão composta pelos servidores efetivos abaixo relacionados para responder pela coordenação das atividades relacionadas ao Sistema **APLIC** – Auditoria Pública Informatizada de Contas e centralizar o relacionamento com o **TCE/MT** – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, de acordo com o art. 9º da Instrução Normativa nº 02/2005 do TCE/MT, conforme segue:

SERVIDOR RESPONSÁVEL		RESPONSABILIDADE
1	Fernanda Sobral de Araújo	Responsável Geral das Atividades e Envio do APLIC.
2	Flávio Amaral Oliveira	Transferência de Recursos a Entidades e Prestação de Contas.
3	Ângela do Nascimento da Silva	Despesas.
4	Rosinei Calsavara	Tributação.
5	Estela Mares de Toledo Rosa	Dívida Ativa
6	Devanira Lopes de Carvalho	Financeiro.
7	Luzia Celia da Silva	Caução e Baixa de Caução Contratos.
8	Geneci Fernandes dos Santos	Receita.
9	Adelson Kaduch	Financeiro.
10	Rogério do Nascimento Lacerda	Contabilidade/ Dívida Passiva.
11	Lorena Danielle Santos Silva	Responsável pela alimentação de informações pertinentes a Conciliação Bancária.
12	Alcinira de Oliveira Campos	Licitação/Pregão/Adesão/Concorrência e Credenciamento.
13	Lenice Batista dos Santos	Licitação/CPL/Tomada de preço e dispensa
14	Wanderley Cardoso dos Santos Duarte	Patrimônio.
15	Wanderley Cardoso dos Santos Duarte	Controle de Veículos.
16	Edmar Alves Batista	Almoxarifado.
17	Olaurinda Barbosa de Souza	Contratos / Convênios.
18	Ranieri Oliveira Quirino Costa	Pessoal documento.
19	Luciene Benedito da Silva	Contratos Temporários de Pessoal.
20	Maycon César Rocha Pereira	Atos de Pessoal.
21	Franciane Oliveira Pereira Macedo	Admitidos/Demitidos, Folha de pagamento e Folha de pagamento previdência.
22	Simone Pereira da Silva Deluqui	Cargo/função, Remuneração de Pessoal, Dependente e Cedência de Pessoal.
23	Marli Mott Boligon Vieira	Arquivos Tempestivos, Processos Seletivos, Editais de Convocação e Aprovados sem posse.
24	Mara Lúcia Boligon Medeiros	PPA, LDO, LOA.
25	Matheus do Berço Silva	Responsável Geral das Atividades de Convênios Estaduais e Federais Geo-Obras.
26	Nicole Venâncio Cezário	Legislação

SIGNATÁRIOS: Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1067, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1067, DE 24 DE AGOSTO DE 2018; Art. 1º ALTERAR, horas aulas excedentes, de acordo com o Processo de Atribuição de Classe/Aulas (Instrução Normativa nº 010/2017) realizado pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para os professores abaixo relacionados:

Mat.	Nome	De	Para	Local	Justificativa	Período
001268	MARIA HILDA FRANCISCA DOS SANTOS	2	0	C.M.E Silvio Paternez	Deixou 02 h/a excedentes devido estar em desvio de função no C.M.E Silvio Paternez, conforme Portaria n° 545 de 16/04/2018, a partir de 19/02/2018, a partir de 01/08/2018.	19/02/2018 à 15/12/2018

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / ADRIANO ALVES FERNANDES / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1068, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1068, DE 24 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1° ALTERAR, a partir de 20 de agosto de 2018,** as alíneas "a" e "b" do art. 1º, da Portaria 730/GP/2016 de 29/12/2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES I: Atenderá as solicitações do gabinete do Prefeito, SEMEC, SMS, SAD, SEPLAN e SME:

Presidente: Marcio de Oliveira Lopes Membros-Técnicos: Elaine Cristina Sena Moraes Gomes

Ricardo Nabor Vespucio

Alex Campos Fernandes

Membros-Administrativos: 1º - Lenice Batista dos Santos

2º - Marlon Diego Alves de Sousa

3º - Geizeane Almeida Marques Souza

4º - Eric Jonathan Calixto Guero

Membros-Serviços Elementares e Auxiliares: Jociane Cristina de Lima

Águida Aparecida Gomes Pereira

b) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES II: Atenderá as Solicitações a SEFAZ, SEMAS, SINFRA, SEAPA, SICS, SEMMEA e SETUR:

Presidente: Dalila Cristian Fernandes da Paz Membros-Técnicos: Elaine Cristina Sena Moraes Gomes

Ricardo Nabor Vespucio

Alex Campos Fernandes

Membros-Administrativos: 1º - Alcinira de Oliveira Campos

2º - Joyce Keilly Gonçalves

3º - Geizeane Almeida Marques Souza

4º - Eric Jonathan Calixto Guero

Membros-Serviços Elementares e Auxiliares: Laídes Glovacki

Márcia Dourado Ferreira"

Art. 2º Incluir o §5º no art. 1º, da Portaria 730/GP/2016 de 29/12/2016, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º(...)

(...)

***§5º** O servidor membro-administrativo Eric Jonathan Calixto Guero, sem prejuízo de outras atribuições do cargo efetivo, será responsável:*

a) controlar o prazo de vigência dos instrumentos contratuais que tramitam perante o Departamento de Licitações e Contratos;

b) encaminhar o Processo Administrativo de solicitação de prorrogação e de aditivos contratuais à Procuradoria Geral do Município, para emissão de parecer jurídico, (quando for o caso);

c) verificar se o fiscal do contrato ou congênere relatou eventuais ocorrências nos atestados, termos de recebimento, termo de constatação ou relatórios quadrimestrais e anuais, numa clara demonstração de que tais documentos representam a fiel observância das condições contratuais;

d) cobrar, dentro dos prazos regulamentares, dos fiscais os relatórios de acompanhamento e fiscalização dos contratos e congêneres;

e) comunicar às Secretarias competentes, formalmente, irregularidades observadas nos documentos citados nas alíneas "c" e "d";

f) solicitar às Secretarias competentes esclarecimentos de dúvidas relativas aos contratos e congêneres em trâmite e em vigor;

g) estabelecer prazo para protocolo das solicitações de prorrogações e celebração de termos aditivos;

h) notificar as Secretarias competentes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias acerca do término dos prazos contratuais;

i) realizar juízo de admissibilidade para eventual devolução às Secretarias de solicitações que não preencham os requisitos necessários, apontando a falta para correção;

j) acompanhar a confecção das minutas contratuais que farão parte integrante dos processos de licitação e que, posteriormente, se converterão em contratos ou congêneres, sugerindo eventuais correções.

l) outras atribuições correlatas à gestão dos contratos e congêneres."

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1069, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1069, DE 27 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º EXONERAR,** a partir de 31/08/2018, o Senhor **ERIS ALVES PONDE**,portador do RG n° 16811771 SSPMT, lotado no Gabinete do Prefeito, nomeado através do ATO 229/GP/2015 de 04/05/2015, para exercer a função comissionada de **Superintendente de Governo,** símbolo DAS-I, de acordo com a Lei complementar nº. 141/2009 de 01/09/2009, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1070, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **ADRIANO ALVES FERNANDES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1070, DE 24 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** a Senhora **LUCIANA APARECIDA DO NASCIMENTO SOUZA**, servidora efetiva no cargo Técnico de Apoio Infantil, Matrícula **nº 105144**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar n°. 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, conforme atestado médico emitido pelo Dr. Fernando de Oliveira Prado CRM-MT 5607, no período de **20/08/2018 à 15/02/2019.**

SIGNATÁRIOS: ADRIANO ALVES FERNANDES / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1071, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário (a) Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **SELTON JOSÉ VIEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1071, DE 24 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER,** ao Senhor **JOSEILDO VERAS NUNES,** servidor no cargo de Agente de Fiscalização de Transito, matricula **nº 006416**, lotado na SecretarioMunicipal de Infraestrutura, **Licença Paternidade de 07 (sete) dias**, nos termos do Art. 95 da Lei Complementar n°. 006/1994 de 21 de junho de 1994, conforme Registro Civil, **no período de 20/08/2018 à 24/08/2018.**

SIGNATÁRIOS: SELTON JOSÉ VIEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1072, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1072, DE 27 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º EXONERAR a partir de 27/08/2018**, o Senhor **ADRIANO ALVES FERNANDES,** portador do RG n°. MG -11637406 SSP/MG, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nomeado em 12/01/2016, pelo Ato nº 021/GP/2016 DE 12/01/2016 para exercer a função comissionada de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, em acordo com a Lei nº 2.218/2004 de 27 de setembro de 2004.

SIGNATÁRIOS: Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1073, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 1073, DE 27 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º NOMEAR a partir de 27/08/2018**, o Senhor **GILMAR UTZIG**, portador do RG n°2914846-4 SSP/MT, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercer o cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, em acordo com a Lei nº. 2.218/2004 de 27 de setembro de 2004.

SIGNATÁRIOS: Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1074, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n. º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1074, DE 27 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** a Senhora **KATIA MARIA SEGURA MORAES**, servidora efetiva no cargo Professor dos Anos Iniciais - SIEF - 40 horas, Matrícula **nº 104571**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar n°. 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, conforme atestado médico emitido pelo Dr. Fernando de Oliveira Prado CRM-MT 5607, no período de **27/08/2018 à 22/02/2019.**

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1097, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

A Senhora Secretária Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARIA DAS GRAÇAS SOUTO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n.º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.º 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1097, DE 31 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** licença para tratamento de saúde, nos termos, do artigo 80 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Administração relacionado a seguir:

MAT.	SERVIDORES	CARGO	PERÍODO DA LICENÇA		TOTAL DIAS
			INICIO	FINAL	
001681	LAIDES GLOVACKI	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	23/07/2018	27/07/201/8	05

SIGNATÁRIOS: MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 156/2018

TERMO ADITIVO 156/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **244/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LINO ZOKEZOKEMAI

Objeto: Será alterada a carga horária de 30 para 40 horas aulas semanais à partir de **01/08/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de queASSUMIU 10H/A NO 1º ANO 5º ANO EMI FELICIDADE.

Cargo: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGINA

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação02.023.0.0.12361.0028.2225 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGINA - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – EDUCAÇÃO INDÍGINA).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **LINO ZOKEZOKEMAI**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 155/2018

TERMO ADITIVO 155/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **060/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LILIAN STRAPASSON

Objeto: Será alterada a carga horária de 40 para 20 horas aulas semanais à partir de **01/08/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que DEIXOU 20H/A NO PRÉ II A EM SUBSTITUIÇÃO A PROF. MARIA DE FATIMA ALVES BRITO(COORDENAÇÃO SEMEC) E A PROF. MARTA(DIREÇÃO) NO CME JOANA D'ARC.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 20 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2226 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0119000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – PRÉ ESCOLA - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/0082018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **LILIAN STRAPASSON**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DA PORTARIA Nº 1075, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O Senhor Secretário Municipal de Educação e Cultura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **GILMAR UTZIG,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto n. º 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

PORTARIA Nº 1075, DE 28 DE AGOSTO DE 2018; **Art. 1º CONCEDER** à Senhora **DAYANE SANTOS DA SILVA OLEGARIO**, servidora efetiva no cargo de Técnico de Apoio Infantil, Matrícula **nº 105252**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar n°. 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, conforme atestado médico emitido pela Dra. Angela M. V. Rahman CRM 3263, no período de **20/08/2018 à 15/02/2019.**

SIGNATÁRIOS: GILMAR UTZIG / MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 154/2018

TERMO ADITIVO 154/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **010/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DAYANE GRACIELLE GALEANO LIMA

Objeto: Será alterada a carga horária de **31 para 10** horas aulas semanais à partir de **01/08/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que DEIXOU 21H/A DE MATEMATICA NO 6º ANO C, 7º ANO A E B NO 9º ANO B e 01 AULA NO ENSINO RELIGIOSO NO CME JOANA D'ARC.

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS

Carga Horária: 10 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0028.2223 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – ENSINO FUNDAMENTAL).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 153/2018

TERMO ADITIVO 153/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **447/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CLEIA PEREIRA BARBOSA

Objeto: Será alterada a carga horária de 20 para 40 horas aulas semanais à partir de 01/08/2018. O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que ASSUMIU 20H/A NO PRÉ II EM SUBSTITUIÇÃO A PROF. MARIA DE FATIMA ALVES BRITO(COORDENAÇÃO SEMEC) E A PROF. MARTA(DIREÇÃO) NO CME JOANA D'ARC.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0119000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHES-CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **CLEIA PEREIRA BARBOSA**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 152/2018

TERMO ADITIVO 152/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **303/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ALESSANDRA ZEZEZOKENAZOKERO

Objeto: Será alterada a carga horária de **20 para 40** horas aulas semanais à partir de **01/08/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que, ASSUMIU 20H/A NO 1º ANO DO 2º SEGMENTO EJA 2º ANO DO 2º SEGMENTO NO EMI ZOZOITERO

Cargo: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGINA

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0028.2225 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGINA - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – EDUCAÇÃO INDÍGINA).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **ALESSANDRA ZEZEZOKENAZOKERO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 163/2018

TERMO ADITIVO 163/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **442/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSANA MIRIAM DE SANTANA

Objeto: Será alterada a carga horária de 27 para 37 horas aulas semanais à partir de **01/06/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de queASSUMIU 10H/A EM SUBSTITUIÇÃO A PROF. MARCIA APARECIDA DA SILVA(RESCISÃO) NO CME MARIA ARLENE NEVES.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 37 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHE - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **ROSANA MIRIAM DE SANTANA**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 162/2018

TERMO ADITIVO 162/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **440/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RENATO PIRES SOBRINHO

Objeto: Será alterada a carga horária de 30 para 40 horas aulas semanais à partir de **01/08/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de queASSUMIU 20H/A EM SUBSTITUIÇÃO A PROF. EVENIZE AP. DIAS SAMPAIO(LICENÇA MATERNIDADE) NO CME I. M. STELLA

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHE - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência:01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **RENATO PIRES SOBRINHO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 161/2018

TERMO ADITIVO 161/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **504/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PATRICIA VENTURA MIRANDA

Objeto: Será alterada a carga horária de 20 para 38 horas aulas semanais à partir de **01/08/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que ASSUMIU 18H/A NO PRÉ I A E PRÉ I D EM SUBSTIUIÇÃO A PROF. MARCIA APARECIDA MAGALHÃES(REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA) NO CME TANIA ARANTES.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 38 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2226 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – PRÉ ESCOLA - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/0082018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **PATRICIA VENTURA MIRANDA**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 160/2018

TERMO ADITIVO 160/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **439/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PATRICIA SANTOS NERES,

Objeto: Será alterada a carga horária de **20 para 40** horas aulas semanais à partir de **01/08/2018. .** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que ASSUMIU 20H/A NO PRÉ II EM SUBSTITUIÇÃO A PROF. MARCIA REGILAINE DE ANDRADE(REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA) NO CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHE - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/08/2018

Vigência: 01/08/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **PATRICIA SANTOS NERES,**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL 159/2018

TERMO ADITIVO 159/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **052/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARCIA APARECIDA MAGALHÃES

Objeto: Será alterada a carga horária de 38 para 20 horas aulas semanais à partir de **01/08/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo fato de que DEIXOU 18H/A NO PRÉ I A, PRÉ I D, PRÉ II B(AULAS LIVRES) NO CME TANIA ARANTES.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga Horária: 20 Horas Semanais

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHE - CONTRATOS).

Data da Assinatura: 01/06/2018

Vigência: 01/06/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; **MARCIA APARECIDA MAGALHÃES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 229/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 229/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: LORENZO CLINICA MEDICA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS .

VALOR: 12.400,00

VIGÊNCIA: 19/09/2018 até 19/10/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 388

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 226/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 226/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **F. VACHILESKI &CIA LTDA**

***OBJETO* :O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS**

VALOR: 7.160,00

VIGÊNCIA: 19/09/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 258

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 227/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 227/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:SOLANGE A. SANCHES – ME

OBJETO: SERVIÇOS DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO NA CONFECÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA.

VALOR: R$ 7.500,00

VIGÊNCIA: 19/09/2018 ATE 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 366

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 228/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 228/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: JOÃO BOSCO NOGUEIRA DE PINTO E CIA LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS SEMANAL PARA ATENDIMENTO NO POSTO DE SAUDE SÃO PEDRO.

VALOR: R$ 11.000,00

VIGÊNCIA: 19/09/2018 até 19/10/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 366

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
PROCESSO NÚMERO 889/2018 ESPÉCIE: PEDIDO DE RESCISÃO DE CONTRATO LICITATÓRIO

PROCESSO NÚMERO 889/2018

ESPÉCIE: PEDIDO DE RESCISÃO DE CONTRATO LICITATÓRIO

BR CARRARA CONSTRUÇÕA LTDA-ME

NOTIFICAÇÃO

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**, Sr. Valter Kuhn,** sirvo-me do presente para Notificar Vossa Senhoria do inteiro teor da decisão que segue abaixo transcrita, podendo dela manifestar-se no prazo legal.

DECISÃO Considerando a Manifestação da concordância da Empresa em Rescindir o Contrato nº 89/2015 em razão de não possuir condições de finalizar o contrato; Considerando o Parecer Jurídico, que concluiu pela legalidade da rescisão amigável, reduzida à termo no processo de licitação, conforme permissivo legal do artigo 79, II, da Lei Federal 8.666/93;**DETERMINO** que se proceda a rescisão amigável do contrato de prestação de serviços, e em caráter de URGÊNCIA, bem como que se confeccione Termo de Rescisão de Contrato Amigável. Nesse ponto, entendo por bem que a rescisão do Contrato nº 89/2015, seja feita de forma amigável, sem aplicação de qualquer penalidade ao contratado, uma vez, que o contratante requer a rescisão contratual justificando que não há possibilidade em continuar com o serviço contratado, pelo motivo de que esta empresa não possui condições financeiras para conclusão da obra**. Cumpra-se; Notifique-se; Registre-se; Publique-se.**

Terra Nova do Norte/MT, 18 de setembro de 2018.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Presidente da CPL

Ciente em: ____/_____/2018

Nome:

_____
_____

Nº Identidade: _____

CPF/CNPJ nº: _____

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL Nº 08/2018

CONTRATO Nº 89/2015

O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 101, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALTER KUHN**, agente político, brasileiro, casado, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na Rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, como **CONTRATADA**, e assim denominado no presente instrumento, a empresa **BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME** CNPJ 11.379.894/0001-99 , com sede na, Avenida Brasil, nº 73, Centro, Nova Santa Helena/MT ora representada na forma de seus atos constitutivos pelo (a) Sr. **Roque Carrara ,** inscrito no CPF sob nº 363.043.361-87, residente e domiciliado na cidade de Nova Santa Helena/MT.

As partes, assim nomeadas e qualificadas, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, têm, entre si, ajustado o presente, subordinado à Lei Federal n.º. 8.666/93 e 8.883/94.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste Termo é a rescisão do Contrato nº 89/2015, o qual previa o seguinte: Execução de obra de pavimentação asfáltica passeio publico e sinalização viária, em vias urbanas do município de Terra Nova do Norte –MT,

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Conforme documentos juntados ao **Processo nº 889/2018**, verificou-se que a empresa não possui condições financeiras para conclusão da obra.

Devidamente justificado, a Administração entendeu por bem a rescisão do **Contrato nº 89/2015**, de forma amigável, sem aplicação de qualquer penalidade ao contratado, uma vez, que o contratante requereu a rescisão contratual justificando que não há possibilidade em continuar com o serviço contratado.

Assim, com base nos permissivos legais previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93, as partes amigavelmente rescindem o **Contrato nº 89/2015**, sem a aplicação de qualquer sanção à qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Terra Nova do Norte MT para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independentemente de outro mais privilegiado.

E por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Terra Nova do Norte/MT, 19 de setembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 026/2018 – EXCLUSIVO PARA MPE

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2018 de 02 de Janeiro de 2018, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações; da Lei Complementar Federal nº 123 de 2006 e Lei Complementar Municipal nº 011 de 2009 e alterações posteriores, e dos Decretos Municipais nºs 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018 - REGISTRO DE PREÇOS – EXCLUSIVO PARA MPE, relativo ao Processo de Licitação sob nº 026/2018, emitido em 05/09/2018, aberto e julgado em 19/09/2018, cujo objeto refere-se à Registro de Preços visando eventuais e futuras aquisições de medicamentos com fórmulas exclusivamente manipuladas (medicamentos manipulados), a fim de suprir a farmácia básica para atendimento à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde), junto às Unidades de Saúde do PSF-I, PSF-II e Unidade de Urgência e Emergência, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - (Termo de Referência) do Edital, sagrou-se vencedora deste certame e registrou seus preços conforme o mapa da licitação a proponente: ZUANAZZI & CIA. LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob Nº 05.968.651/0001-93, com os 25 (vinte e cinco) itens, totalizando R$ 85. 331,80 (oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta centavos), sob o critério de menor preço por item.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 19 de setembro de 2018.

CESAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ**, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/MT e do CPF nº 784.082. 539-72, residente e domiciliado neste município, e a Empresa **ZUANAZZI & CIA. LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.968.651/0001-93, estabelecida à Avenida das Embaúbas nº 640, bairro Setor Comercial, Cidade de Sinop/MT, neste ato representada pelo Sra. DIRCE ALVES MOURA, brasileiro, maior, portador do RG nº 02355809 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 856.433.781-91, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 026/2018, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018 – REGISTRO DE PREÇOS – Exclusivo para Micro e Pequenas Empresas (MPE), as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para eventuais e futuras aquisições de medicamentos manipulados, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata, o Registro dos Preços, por parte da empresa acima identificada, visando eventuais e futuras aquisições de medicamentos com fórmulas exclusivamente manipuladas (medicamentos manipulados), a fim de suprir a farmácia básica para atendimento à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde), junto às Unidades de Saúde do PSF-I, PSF-II e Unidades de Urgência e Emergência, de conformidade com a descrição dos produtos e respectivos preços, na forma do demonstrativo abaixo:

MEDICAMENTOS MANIPULADOS:

ITEM	QTDE.	UNID	CÓD	DESCRIÇÃO	Marca	R$ Unit.	R$ Total
1.	3.000	UNID	20296	CIPROFIBRATO 100MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,80	R$ 5. 400,00
2.	1000	UNID	20288	ESCITALOPRAM, OXALATO 10MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,58	R$ 1. 580,00
3.	2.000	UNID	20289	ESCITALOPRAM OXALATO 15MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,92	R$ 3. 840,00
4.	3.000	UNID	20302	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG	Homogênea	R$ 1,70	R$ 5. 100,00
5.	2.000	UNID	20303	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,325MG	Homogênea	R$ 1,10	R$ 2. 200,00
6.	50	UNID	20294	PAPAINA, 2%, CREME, 60 GRAMAS	Homogênea	R$ 41,90	R$ 2. 095,00
7.	2.000	UNID	20284	PAROXETINA 15MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,42	R$ 2. 840,00
8.	1.000	UNID	22300	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM TRAMADOL CLORIDRATO, 325MG+37,5MG.	Homogênea	R$ 2,15	R$ 2. 150,00
9.	1500	UNID	23412	PIRIDOXINA 250MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,69	R$ 2. 535,00
10.	5.000	UNID	20291	SERTRALINA, CLORIDRATO 25MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,20	R$ 6. 000,00
11.	700	UNID	26005	CICLOBENZAPRIMA 3MG+MELOXICAN 10MG+PARACETAMOL 500MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,30	R$ 910,00

12.	1.000	UNID	20312	TIBOLONA 1,25MG CAPSULA, APRESENTAR DOCUMENTO DO PAÍS DE ORIGEM TRADUZIDO POR TRADUTOR OFICIAL.	Homogênea	R$ 1,38	R$ 1.380,00
13.	1.000	UNID	26036	LEVOTIROXINA 150MG FORMULAÇÃO ESPECIALMENTE MANIPULADA	Homogênea	R$ 0,89	R$ 890,00
14.	40	UNID	23810	UREADIN 10 CREME, 100 GRAMAS	Homogênea	R$ 48,90	R$ 1.956,00
15.	1200	UNID	26006	CARBONATO DE LITIO 450MG CAPSULA	Homogênea	R$ 3,85	R$ 4.620,00
16.	390	UNID	26007	PIROXICAN 15MG + CICLOBENZAPRIMA 5MG + AMITRIPTILINA 25MG + RANITIDINA 7,5MGA	Homogênea	R$ 1,42	R$ 553,80
17.	800	UNID	26008	TOPIRAMATO 50MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,72	R$ 1.376,00
18.	1000	UNID	26037	PAROXETINA 10MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,65	R$ 1.650,00
19.	2000	UNID	26031	OMEGA 3 / 1G CAPSULA	Homogênea	R$ 0,94	R$ 1.880,00
20.	840	UNID	12413	CLINDAMICINA 300 MG - CAPSULA	Homogênea	R$ 9,85	R$ 8.274,00
21.	1400	UNID	26032	DOXICICLINA HICLATO 100MG CAPSULA	Homogênea	R$ 1,73	R$ 2.422,00
22.	900	UNID	26033	PANTOPRAZOL 40 MG CAPSULA	Homogênea	R$ 2,55	R$ 2.295,00
23.	2000	UNID	20301	DIOSMINA E HEPIRIDINA 450 / 50 MG	Homogênea	R$ 2,55	R$ 5.100,00
24.	25	UNID	26034	PODOFILINA 25 MG/M SOLUCAO	Homogênea	R$ 105,00	R$ 2.625,00
25.	1800	UNID	26035	ERITROMICINA ESTOLATO 500MG CAPSULA	Homogênea	R$ 8,70	R$ 15.660,00

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 85.331,80 (oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos medicamentos.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. Os produtos serão previamente requisitados pelo órgão participante da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja executado dentro do prazo estabelecido no Edital.

3. A entrega dos produtos deverão estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos serviços de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito Previdenciário (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1- A empresa vencedora do certame (Detentora da Ata) obriga-se a:

a) Atender a ordem de fornecimento, efetuando a entrega dos produtos (medicamentos) constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas na Cláusula I desta ata, em no máximo até 72 (setenta e duas horas) horas após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas;

b) Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

c) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

d) Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para a execução do objeto deste edital;

f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

g) Disponibilizar os produtos da Cláusula I desta ata, devidamente embalados conforme recomendação da ANVISA, na embalagem deverá conter as seguintes descrições “Venda Proibida pelo Comercio”, e de acordo com a RDC nº 67 de 08 de Outubro de 2007.

g) Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das ordens de fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item “1” desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea “b” do item “3”.

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas contratações do objeto (medicamentos manipulados), quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO Nº 018/2018 – REGISTRO DE PREÇOS (Exclusivo para MPE).

CLÁUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o Foro da Comarca de CLÁUDIA/MT, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba, nº 94 – centro - CEP 78.543-000 – Fone: (66) 3540-1283-União do Sul/MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 19 de Setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

ZUANAZZI & CIA. LTDA.

(Empresa Detentora da Ata)

Dirce Alves Moura – Sócia Proprietária

Testemunhas:

Nome: Cesar Itamar Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

Nome: Cleber José de Souza

CPF: 020.365.951-11

LEI Nº 691, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2019E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Art. 1º -São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, combinado com o Art. 154, II e Art. 156 da Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2019.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública

Art. 2º -As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as especificadas no documento **"Anexo de Metas e Prioridades para 2019" (Anexo I),** que integra esta lei, a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2018-2021, devendo obedecer aos seguintes macro-objetivos estabelecidos no Plano Plurianual:

1)Garantir o acesso e qualidade dos serviços nas ações de saúde e educação e assistência social;

2)Fortalecer a produção, industrialização e comercialização do município, garantindo geração de emprego e renda e redução do déficit habitacional;

3)Melhorar a Qualidade de Vida da População através de programas de esporte, lazer e cultura;

4) Garantir o desenvolvimento urbano de forma ordenada e a infraestrutura no município;

E obedecer às seguintes estratégias:

I – garantir a excelência nos serviços prestados;

II – garantir a transparência, o acesso à informação, capacitação e valorização dos servidores;

III – elevar a arrecadação municipal e ampliar a captação de recursos oriundos de outras esferas de governo;

IV – As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

V – As despesas com pagamento de dívidas públicas e de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

§ 1º - As metas e as prioridades do anexo a que se refere o *caput* integrarão o projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2019.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme **Anexo de Metas Fiscais - Anexo II, e Anexo de Riscos Fiscais - Anexo III**, que integram a presente lei.

§ 3º - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo de metas e prioridades a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 4º - O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 5º - Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 6º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 7º - O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO III Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa obedecendo a classificação funcional programática por categoria de programação, ou seja, projeto/atividade, indicando-se, pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

I – o orçamento a que pertence, e,

II – a natureza da despesa classificada conforme a Lei nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão; Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001; Portaria Interministerial nº 325 de 27 de agosto de 2001; Lei 11.494 de 20 de Junho de 2007 que dispõe sobre o FUNDEB, e a Consolidação das alterações de acordo com a Portaria Conjunta nº 03, de 14 de Outubro de 2008, que consolida o Manual de Receitas e Despesas, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.121, de 28 de março de 2008, que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, e Portaria STN nº 275, de 13 de maio de 2016, que aprova a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais para o exercício de 2017, e alterações posteriores.

Parágrafo Único - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 6º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, quando houver;

II – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído dos anexos a que se refere o art. 22, inciso III, da lei 4.320/64, que são os seguintes:

I – Mensagem;

II – Texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa referente aos três últimos exercícios, de acordo com a classificação constante do Anexo III da lei nº 4.320/64, e suas alterações.

§ 1º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I – Situação Econômico-Financeira do Município;

II – Demonstrativo da Divida Fundada e Flutuante, saldos de Créditos Especiais, Restos a Pagar e Outros Compromissos Exigíveis;

III – Exposição da Receita e da Despesa;

§ 2º - Integrarão a lei orçamentária anual, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei nº 4.320/64;

III – Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgão do governo e da administração, Anexo 6 da Lei 4.320/64;

IV – Quadro Demonstrativo de Função, Sub-Função e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V – Quadro Demonstrativo de Função, Sub-Função e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;

VI – Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4. 320/64;

VII – Quadro Demonstrativo da Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei nº 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e Respectiva Legislação;

X – Sumario Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro Detalhamento de Despesas.

§ 3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e da Lei Federal nº 11.494/2007, de 20 de maio de 2007 - FUNDEB;

II – programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8º - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019 as receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, conforme determina o Art. 12 da Lei complementar nº 101/2000. As despesas fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, de dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 31 de agosto de 2018, considerando-se ainda os projetos protocolados em 2018 e que até o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2019 não tenham sido liberados, bem como os saldos de convênios de exercícios anteriores ainda não liberados integralmente.

Art. 9º - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, utilizando-se como parâmetro o período de até 31 de agosto de 2018.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes.

§ 2º - As taxas de fiscalização pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso.

Art. 10 – A lei orçamentária dispensará, na estimativa da receita e na fixação da despesa atenção aos seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III – equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

IV – austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 11 – A proposta orçamentária para 2019 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes especiais:

I - as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – as despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III – a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhada de:

1 – estimativa de impacto orçamentário-financeiro em que deva entrar em vigor e nos dois anos seguintes;

2 – declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV – o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que

atendido os requisitos do Artigo 14, da Lei Complementar Federal 101/2000.

V – autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, e para transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 30% (trinta por cento) da proposta orçamentária para 2019, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal.

VI – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

VII – Fica o Poder executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% do excesso de arrecadação apurado por fontes de recursos constantes nas normas que regulam o APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas do TCE-MT.

VIII – O Poder Executivo Municipal também fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento até o limite apurado no superávit financeiro, que levará em consideração as fontes de recursos constantes das normas que regulam o APLIC -Auditoria Pública Informatizada de Contas do TCE-MT.

Art. 12 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de julho de 2018, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 14 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham os seguintes requisitos:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III – sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

V - No caso de Entidades sem fins lucrativos deverá ser cumprido o disposto no Artigo 26, da Lei Complementar 101/00 e as exigências contidas na Instrução normativa nº 001/97 – STN e alterações posteriores.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2019, além de certidões das esferas Federal, Estadual e Municipal válidas.

§ 2º Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 15 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, bem como apoiar Outras Esferas de Governo, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias, nos casos de relevante interesse público municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16 - O município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos artigos 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 17 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18 - O controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, ou de outros itens de controle, conforme determina o Art. 4º, I, “e” da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto, no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de gastos, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 19 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios, avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, “e”, da lei Complementar 101/2000.

Art. 20 – A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor correspondente de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 21 – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2018, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Número de processos;

C) Número do Precatório;

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPÍTULO V Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 22 – Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 23 - Na criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como em situações excepcionais para contratação de hora extra, deverão ser observados os critérios e limites dispostos na Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único - Na execução orçamentária de 2019, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica vedada a contratação de horas extras, excetuadas aquelas no âmbito dos setores da educação e saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 24 – Na fixação das despesas com pessoal serão alocadas dotações especificas para atender a despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto no inciso I, do Art. 44 da Lei Orgânica Municipal, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Art. 25 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2019, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste para os vencimentos dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no Art. 71, e art. 16 quando aplicável, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, bem como a realizar alteração na estrutura organizacional e administrativa e a realizar concurso público, se necessário, ou qualquer outra forma de processo seletivo simplificado ou público, que melhor lhe convier, para prover os cargos necessários.

§ 1º - Fica autorizado para o Poder Legislativo o reajuste de vencimentos mencionado no *caput*, respeitados os limites da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a realização de Concurso Público, se necessário, ou processo seletivo simplificado ou público para provimento de cargos.

§ 2º - A apuração do índice de reajuste para os vencimentos dos servidores municipais poderá ocorrer mediante a constituição de uma Comissão Mista de servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, aos quais caberá realizar a revisão geral anual dos vencimentos desses servidores.

§ 3º - Os projetos de leis de transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

§ 4º - Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo art. 17 da Lei Complementar 101/00.

Art. 26 – As despesas decorrentes de aperfeiçoamento da ação governamental classificam-se em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único – Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa da licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Municipal nº 565 de 17 de abril de 2015, e como irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor máximo da dispensa de licitação das citadas leis.

CAPÍTULO VI Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 27 – O município poderá rever e atualizar sua Legislação tributária anualmente.

Art. 28 – Ocorrendo alterações na legislação tributária, bem como nos índices inflacionários da política monetária nacional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários na mesma proporção.

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do município, mediante abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII Das Disposições Finais

Art. 29 – O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 15 de outubro de 2018, o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2019 à Câmara Municipal, para apreciação e conclusão da votação, nos termos do Art. 267 da Lei Orgânica do Município de União do Sul (redação da Emenda nº 1, à Lei Orgânica Municipal de 16 de dezembro de 1998).

Art. 30 – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações ao presente Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2019, e à Lei do Plano Plurianual em vigor, em conformidade com o parágrafo 5º, do Art. 166, da Constituição Federal.

Art. 31 – Para os casos de renúncia de receita e condições para concessão de benefícios fiscais, será elaborado estimativa de impacto orçamentário-financeiro, independentemente de seu valor, e deverá ainda, ser incluso recursos para instituição de normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas, bem como dependerão de lei especifica, em cumprimento ao artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação ás despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais, sendo este elaborado pela administração direta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º - Até o final dos meses de julho de 2019 e janeiro de 2020, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 33 – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2019, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de que trata o § 2º do artigo 2º desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras” de cada Poder.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 34 – Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2018 o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2019 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 35 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 19desetembrode 2018.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: I Termo Aditivo aoContrato de Rateio sob nº 005/2018.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 008 de 30/01/1997 e Lei Municipal nº 672 de 19/12/2017.

Consorciado: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Consorciante: Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

CNPJ: 23.019.551/0001-00.

Da Alteração: Altera o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda do Contrato – "Do Valor" – para o fim de aditivar em R$ 4.552,84 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), o valor a ser repassado a título de rateio de Despesas Administrativas, para fazer frente às despesas com a contratação de serviços médicos de infectologista para atendimento no SAE e MH/TB em Sinop-MT, os quais serão acrescidos ao valor constante do Contrato Originário. O valor do presente aditivo será pago juntamente com as parcelas mensais do contrato original, em 03(três) parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R$ 1.517,61 (um mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) cada, sendo a primeira parcela com vencimento para 10/10/2018.

Da Ratificação: Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas contratuais constantes do Contrato Originário sob nº 001/2018, que não tenham sido modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do I Termo Aditivo: 20/09/2018.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Pelo Consorciado

ARI GENÉSIO LAFIN

Pelo Consorciante

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

DECRETO N°50/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, MT, no uso das atribuições de seu cargo,

Considerando o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado, aos quais adolescentes autores de ato infracional têm direito;

Considerando que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

Considerando que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados á execução das medidas socioeducativa em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas juntos às famílias dos adolescentes socioeducandos;

Considerando que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

Considerando que o SINASE estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quando coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir a suas responsabilidades para com esta importante demanda;

Considerando que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

Considerando que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes – Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

Considerando que não é correto delegar exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do Plano, quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma comissão intersetorial encarregada de elaborar um esboço de Plano Municipal;

Considerando que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige a definição de uma comissão intersetorial que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

I – EUZI FERREIRA MARTINS e CRISTIANE VIEIRA DE ARAÚJO, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – ROSIMEIRE DA SILVA BARBOSA DE FREITAS e RITA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA, representando a Secretaria Municipal de Educação;

III – ANA CAROLINA FERRARI E JONY PIMENTA DE OLIVEIRA, representando a Secretaria Municipal de Saúde;

IV – LUCAS STEFANO FONSECA VIEIRA, representando Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

V - SÔNIA DE PAULA E SILVA GARCIA e SÔNIA RÚBIO DA ROCHA, representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-CMDCA;

VI – JESSICA NOGUEIRA RAMOS e LUCINEIA SOARES DA SILVA, representando o Conselho Tutelar;

VII – FÁBIO DOS SANTOS BEZERRA e VALMIRO BORGES GONÇALVES, representando o Poder Legislativo.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Paragrafo Único: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº50/2018, de 17 de Setembro de 2018.

Vale de São Domingos/MT, 17 de Setembro de 2018.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 49/2018

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT – CONTRATADA: K. ALISSON VARDOSO -ME, CNPJ: 28.032.542/0001-65. OBJETO: Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) TIPO 1, na sede do município de Vale de São Domingos-MT, contemplando fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e outros serviços afins e correlatos previsto em projeto básico e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final das mesmas, localizadas no município de Vale de São Domingos, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos: memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, na forma e condições constantes do edital deste Regime Diferenciado de Contratação – RDC Presencial N° 001/2018. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato até 22/01/2019. Vale de São Domingos – MT, 19 de Setembro de 2018. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal.

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT

VALE DE SÃO DOMINGOS-MT

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

REALIZAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.**

SECRETÁRIA

EUZI FERREIRA MARTINS

ELABORAÇÃO DO PLANO

THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB-MT N° 4.552

EQUIPE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EUZI FERREIRA MARTINS

CRISTIANE VIEIRA DE ARAÚJO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ROSIMEIRE DA SILVA BARBOSA DE FREITAS

RITA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANA CAROLINA FERRARI

JHONY PIMENTA DE OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

LUCAS STEFANO FONSECA VIEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

SÔNIA DE PAULA E SILVA GARCIA

SÔNIA RUBIO DA ROCHA

CONSELHO TUTELAR

JESSICA NOGUEIRA RAMOS

LUCINEIA SOARES DA SILVA

PODER LEGISLATIVO

VALMIRO BORGES GONÇALVES

FÁBIO DOS SANTOS BEZERRA

APRESENTAÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 colocaram na agenda pública a questão do adolescente envolvido com a prática do ato infracional, e adotaram no campo da norma a premissa da doutrina da Proteção Integral representando um avanço em termos de proteção aos direitos fundamentais (à vida, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária).

A Resolução 119/2006 e a Lei Federal n. 12.594/12 conhecida como Lei de Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), trouxeram a necessária implementação em todo território nacional dos princípios consagrados nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude e para a proteção dos Jovens com restrição de liberdade, na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, referentes à execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional.

Após 25 anos da promulgação do ECA e da pouca efetividade das políticas públicas no campo do atendimento ao adolescente envolvido com a prática do ato infracional, a Lei do SINASE apresentou novas perspectivas para o alinhamento conceitual, a estruturação, qualificação e funcionamento do Sistema Socioeducativo.

Visando a promoção e garantia dos direitos humanos e a inclusão social de adolescentes com envolvimento em atos infracionais, apresentamos o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo do município de Vale de São Domingos-MT, definindo objetivos que irão nortear a Gestão da Política de Atendimento Socioeducativo na cidade nos próximos 10 anos.

Conforme o ECA nos incisos I e III do art. 88 quanto as diretrizes da Política de Atendimento a crianças e adolescentes, a municipalização e descen-

tralização político-administrativa dos serviços ofertados devem observar a realidade de cada município. Portanto, busca-se a articulação e comprometimento das políticas intersetoriais (como Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Cultura, Lazer, Segurança Pública), reconhecendo-se a incompletude e a complementaridade entre eles visando assegurar um atendimento que promova o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, e ainda, a efetiva participação deles no desenvolvimento da sua medida.

Sendo assim, em consonância com as diretrizes do SINASE, este Plano é um instrumento de Gestão que busca garantir o atendimento intersetorial aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional.

INTRODUÇÃO

Os artigos 227 da Constituição Federal e 4° **do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente** estabelece a co-responsabilidade de família, comunidade, sociedade em geral e poder público em assegurar, por meio de promoção e defesa, os direitos da criança e adolescentes. Pra cada um desses atores social existem atribuições deve ser contínuo e recíproco, ou seja, família, comunidade, sociedade em geral e Estado não podem deixar de interagir com os outros e de responsabilizar-se.

Os papéis atribuídos a esses atores sociais conjugam-se e se entrelaçam:

1 - À sociedade e ao poder público competem cuidar para que as famílias possam se organizar e se responsabilizar pelo cuidado e acompanhamento de seus adolescentes, evitando a negação de seus direitos, principalmente quando se encontram em situação de cumprimento da medida socioeducativa;

2 – À família, à comunidade e à sociedade em geral cabem zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando e acompanhando o atendimento socioeducativo reivindicando as melhorias das condições do tratamento e a prioridade para esse público especifico (inclusive orçamentária).

A co-responsabilidade, implica em fortalecer as redes sociais de apoio, especialmente para a promoção daqueles em desvantagem social, conjugar esforços para garantir o comprometimento da sociedade, sensibilizando, mobilizando e conscientizando a população em geral sobre as questão que envolvem a atenção ao adolescente em conflito com a lei e, sobretudo, superar praticas que se aproximem a uma cultura predominante assistencialista e/ou coercitiva.

A situação do adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação do principio constitucional de prioridade absoluta, de modo que compete ao Estado, à sociedade e a família dedicar a máxima atenção a esse publico, principalmente àqueles que se encontram numa condição de risco ou de vulnerabilidade pessoal e social.

Assim, todos os direitos garantidos pelo **ECA - Estatuto da Criança e Adolescente**, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capitulo I); o direito à liberdade, ao respeito e a dignidade (Capitulo II); o direito a convivência familiar e comunitária (Capitulo III); o direito à educação, a cultura, ao esporte ao lazer (Capitulo IV) e o direito a profissionalização e proteção no trabalho (Capitulo V) devem constar na elaboração politicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

O principio da prioridade absoluta às crianças e adolescentes (artigo 227 da Constituição Federal de 4 ° do **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**), determina a destinação privilegiada de recursos públicos para a área. Tal destinação inclui, os programas de atendimento das medidas socioeducativas. Cabe destacar que, em decorrência da descentralização politico-administrativa prevista na Constituição Federal, a responsabilidade pelo financiamento é compartilhada por todos os entes federativos (União, Estado, Distrito Federal e Município).

O **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Vale de São Domingos** dá cumprimento ás indicações do **SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** que reconhece a necessidade de rever a estrutura e a funcionalidade dos serviços de atendimento face á realidade do município, bem como a sistematização das ações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, para execução no período de 2018 a 2028, com revisão anual e com o objetivo de disponibilizar a proteção integral aos adolescentes, por meio da execução de metas e ações nos eixos:

1) Atendimento inicial;

2) Atendimento aos adolescentes e às Famílias;

3) Medida Socioeducativa: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida;

4) Capacitação Profissional;

5) Sistema de Informação.

Os dados da realidade local, o perfil e as necessidades dos adolescentes e a rede de serviços existentes, servirão de base para a promoção de iniciativas voltadas a diminuição dos fatores de risco e a promoção dos fatores de proteção dos adolescentes do município.

A proposta deste **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Vale de São Domingos** é desenvolver ações integradas com a rede de atendimento à criança e ao adolescente em parceria, nas áreas: educação, saúde, assistência social, trabalho, justiça e segurança pública, com o objetivo de proporcionar a efetivação dos direitos fundamentais consagrados ao adolescente na Constituição Federal em seu art. 227 e no **ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente** em seu art.4º, garantindo sua condição de cidadão. Desta forma, as ações implementadas visam promover a melhoria, a otimização dos recursos disponíveis, a consolidação de uma rede articulada e integrada de atendimento ao adolescente e a implementação de ações sociais eficazes de prevenção da violência.

Vale ressaltar que, o **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Vale de São Domingos** se concretizará pela ação articulada dos sistemas, órgãos e organizações estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos dos adolescentes no assegurando de um atendimento que promova o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes.

Sendo assim, o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vale de São Domingos**, responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e adolescência – pautado no princípio da democracia participativa – apresenta o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Vale de São Domingos ao Poder Público Municipal, a ser implantado no município a partir do primeiro semestre de 2019.

I – MARCO SITUACIONAL

No Brasil, até o início do século XX, não se observavam ações estatais com vistas à proteção de crianças e adolescentes. As ações desenvolvidas junto às populações carentes, doentes e crianças abandonadas eram provenientes da Igreja Católica, conforme indica Leite (2009, p. 20). Um equipamento muito comum à época presente nas instituições católicas era o Sistema de Rodas ou Rodas dos Expostos. Nestas eram entregues crianças cujas mães não podiam assumi-las publicamente, em decorrência dos austeros costumes da época ou não tinha condições de mantê-las.

Em 1912, um projeto de lei apresentado pelo então deputado João Chaves permitiu a criação do primeiro Juizado de Menores, tendo como Juiz Mello Mattos, destinado a julgar as causas dos “materialmente abandonados; moralmente abandonados; mendigos e vagabundos até a idade de 18 anos, e os que tiverem delinquido, até a idade de 16 anos". (RANGEL e CRISTO, p. 3).

Essa regulamentação foi sendo revisada e consolidou-se em 1927, na promulgação do Código de Menores, também conhecido como Código Melo Mattos, com objetivo de atender o menor, com menos de 18 anos, de ambos os sexos, em situação de delinquência e abandono, porém ao mesmo tempo em que na perspectiva caritativa e assistencialista abre espaço para o atendimento a crianças e adolescentes abandonados, continua na

intenção de “limpeza” da sociedade, de reajuste dos desagregados, como afirma Rangel e Cristo (p. 3-4):

Por este motivo, a ambiguidade se fez presente em todos os capítulos do Código de 1927. O Capítulo IX, por exemplo, proibia o trabalho aos menores de 12 anos e impunha restrições aos locais, horários e jornada diária dos trabalhadores menores de 18 anos, trazendo para o Código regras regulamentadas, até então, por decreto, desde 1891. Era vedado aos meninos até 14 anos, e às mulheres solteiras até 18 anos, qualquer tipo de trabalho nas ruas, praças e lugares públicos. Normas regulamentadoras de direitos, como estas, visavam, também, objetivos menos nobres, excludentes.

Em 1942, na ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, um órgão pertencente ao ministério da Justiça que possuía atuação corretiva e repressiva e dispensava tratamento diferenciado aos adolescentes infratores e aos abandonados:

Tratava-se de um órgão do Ministério da Justiça e que funcionava como um equivalente do sistema Penitenciário para a população menor de idade. Sua orientação era correcional repressiva. O sistema previa atendimento diferente para adolescente autor de ato infracional e para o menor carente e abandonado [...] (LORENZI, 2007).

Além do SAM, foram criados à mesma época programas a nível federal, de cunho assistencialista, como a Legião Brasileira de Assistência – LBA com liderança da primeira dama.

Nas décadas seguintes, até 1964, o país passou por um processo de redemocratização e iniciação da mobilização popular que propiciou a visualização da sociedade em relação ao Serviço de Assistência ao Menor – SAM como altamente repressivo, punitivo e desumanizante, ganhando até o vulgo nome de “universidade do crime” (LORENZI, 2007).

Na segunda metade da década de 1960, Serviço de Assistência ao Menor se torna Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, através da Lei 4.513 de 1/12/64, porém não simboliza mudanças na forma de visão e atuação do SAM, bem como instalações e pessoal.

No fim da década de 1970, é promulgado um novo Código de Menores, na vigência do período ditatorial militar. Foi uma revisão do Código de Menores de 1927 que também não apresentava mudanças contundentes no trato de crianças e adolescentes, mas que conferia a autoridade judiciária ilimitados poderes nas decisões relacionadas a esse segmento, como explana Arantes (1999, p. 258 in MORAIS, 2009):

Código de Menores, particularmente em sua segunda versão, todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos (por exemplo: abandonado, carente, infrator, apresentando conduta dita antissocial, deficiência ou doente, ocioso, perambulante) eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. Na prática isto significa que o Estado podia, através do Juiz de Menor, destituir determinados pais do pátrio poder através da decretação de sentença de "situação irregular do menor". Sendo a "carência" uma das hipóteses de "situação irregular", podemos ter uma ideia do que isto podia representar em um país, onde já se estimou em 36 milhões o número de crianças pobres. (ARANTES, 1999, p. 258).

Após o período de ditadura militar, na segunda metade da década de 1980, começa o processo de redemocratização e pré-constituinte, espaço propício para incorporação de novas discussões sobre as crianças e os adolescentes no país.

É neste contexto que surgem basicamente dois grupos organizados na sociedade em torno da discussão: um defendia a reafirmação do Código de Menores enquanto que o outro lutava para que as premissas da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, que abordava a criança e o adolescente como sujeito de direito, fossem incorporadas a nova Constituição e assim significasse um grande avanço nas discussões em torno do assunto:

Para os movimentos sociais pela infância brasileira, a década de 80 representou também importantes e decisivas conquistas. A organização dos grupos em torno do tema da infância era basicamente de dois tipos: os menoristas e os estatutistas. Os primeiros defendiam a manutenção do Código de Menores, que se propunha a regulamentar a situação das crianças e adolescentes que estivessem em situação irregular (Doutrina da Situação Irregular). Já os estatutistas defendiam uma grande mudança no código, instituindo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeito de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral. O grupo dos estatutistas era articulado, tendo representação e capacidade de atuação importantes. (LORENZI, 2007).

Em 1988 foi promulgada a nova Carta Constituinte Brasileira. O grupo que obteve êxito em seus argumentos foi o que lutava por mudanças profundas em relação ao Código de Menores. Como afirma Lorenzi (2007):

Na Assembleia Constituinte organizou-se um grupo de trabalho comprometido com o tema da criança e do adolescente, cujo resultado concretizou-se no artigo 227, que introduz conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo os avanços da normativa internacional para a população infanto-juvenil brasileira.

Deste modo, o referido artigo representou um avanço extremamente significativo para a proteção de crianças e adolescentes garantindo dentre outros direitos fundamentais a proteção especial em casos extremos como a negligência, a opressão e a exploração.

Mas a consolidação desses direitos afirma-se com a promulgação da Lei nº 8069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA incorpora ao aparato jurídico brasileiro a regulamentação do art. 227 da Carta Magna contemplando as premissas da doutrina de Proteção Integral e o princípio de prioridade absoluta.

O ECA apresenta duas propostas basilares, conforme indica Neto (in DIGIÁCOMO e DIGIÁCOMO, 2013, p. 2). A primeira visa:

[...] a) garantir que as crianças e adolescentes brasileiros, até então reconhecidos como meros objetos de intervenção da família e do Estado, passem a ser tratados como sujeitos de direitos; [...]

Assim, contrapondo-se aos conceitos que embasavam as ações voltadas à infância e juventude até o advento do ECA, crianças e adolescentes passam a ser vistos como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, dadas as particularidades da adolescência e a condição de sujeitos de direitos a qual implica a participação nas discussões e decisões pertinentes à sua convivência social e familiar.

Nessa perspectiva muitos aspectos contidos no Estatuto do Menor foram superados, um em especial, que dispõe sobre os poderes ilimitados que o Estado possuía sobre os adolescentes, como dispõe Lorenzi (2007):

Como exemplo disto pode-se citar a restrição que o ECA impõe à medida de internação, aplicando-a como último recurso, restrito aos casos de cometimento de ato infracional.

Sobre a prática de atos infracionais e as respectivas indicações legais de responsabilização e atendimento, o ECA apresenta o Livro II – Parte Especial, Título III, englobando os artigos 103 a 128. Tais artigos estão organizados em cinco capítulos que indicam: Disposições Gerais, Direitos Individuais, Garantias Processuais, as Medidas Socioeducativas e a Remissão.

O art. 112, mediante a constatação de cometimento do ato infracional, apresenta as definições das medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes, sendo estas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional e qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Porém, apesar dos avanços, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda apresentava muitos desafios a serem transpostos, especialmente no que tangia a apuração de atos infracionais e a aplicação efetiva das medidas

socioeducativas, as quais traduziam o intuito de superação da prática do ato infracional e a adequação à responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei.

Para regulamentar os artigos pertinentes à medida socioeducativa dispostos no ECA, em 2006 elaborou-se o projeto de lei que apresentava o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, o qual foi discutido e posteriormente aprovado em 18 de janeiro de 2012, tornando-se a Lei n° 12.594.

A lei 12.594/2012, além de instituir em âmbito nacional um sistema para o atendimento socioeducativo regulamenta a execução das medidas socioeducativas e altera o ECA e outras leis que regiam o trato com crianças e adolescentes, definido como:

[...] um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipal, bem como todas as políticas, planos e programas específicos e atenção a esse público. (BRASIL, 2006, p. 22).

Ao incluir os sistemas estaduais, distrital e municipal consolida a descentralização político-administrativa. Nesse sentido, concebe-se a esfera política sendo a distribuição de competências na formulação de políticas entre os entes federados, na qual cada um dos entes exerce atribuições próprias que independem de concessões ou transferências. No que concerne à esfera administrativa, entende-se como a forma de administrar e implementar as políticas públicas formuladas, em cooperação com organizações não governamentais. (BRASIL, 2006, p. 30).

Assim, situando-se no contexto do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o SINASE implica na articulação com seus diferentes subsistemas: educação, saúde, assistência social, justiça e segurança pública.

Nesse sentido, relembrando as afirmações de Neto ((in DIGIÁCOMO e DIGIÁCOMO, 2013, p. 2) inclui-se a segunda proposta do ECA:

[...] b) o desenvolvimento de uma nova política de atendimento à infância e juventude, informada pelos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa (com a consequente municipalização das ações) e da participação da sociedade civil.

O desenvolvimento desta nova política de municipalização das medidas socioeducativas busca, também, a adequação de diretrizes nacionais para a realidade local onde o programa referencial está instalado e o adolescente é atendido.

No caso das medidas de meio aberto – Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) – o seu cumprimento ocorre no local de origem do adolescente e no uso dos equipamentos sociais do município o que favorece a responsabilização da comunidade local pelos seus adolescentes e maior efetividade no processo de inserção e participação social dos mesmos.

Assim, a seguir, apresenta-se o contexto de municipalização das medidas socioeducativas de LA e na Cidade de Vale de São Domingos, indicando definições e um breve histórico do atendimento destinado aos adolescentes em conflito com a lei no município.

II- CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O modelo nasce da necessidade de um atendimento com qualidade eficaz, que pressupõe assegurar ao adolescente a autor de ato infracional o direito a ser escutado, seu contexto analisado, envolvendo a família e a comunidade e, sempre que possível, a vítima, para que as autoridades tenham condições de definir o melhor encaminhamento, orientação ou medida.

Pelo caráter pedagógico atribuído as medidas Socioeducativas estas devem ser compreendidas como um período que possa contribuir para construção do projeto de vida pessoal e social do adolescente e formação de um jovem autônomo, competente e capaz de vencer os desafios do seu cotidiano. Atender o adolescente autor de ato infracional exige conhecimentos jurídicos, psicossociais, culturais, entre outros, em face da complexidade desses agir interinstitucional. Por isso, incluem-se neste documento conceitos fundamentais norteadores.

III-PRINCÍPIO NORTEADOR

Os princípios aqui expressos norteiam as relações entre os diversos integrantes do Sistema Socioeducativo e destes com os adolescentes, famílias, comunidades e parceiros.

•Respeito aos Direitos Humanos;

•Prioridade absoluta;

•Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento e sujeito de direitos, com capacidades e responsabilidades;

•Interesse superior do adolescente;

•Responsabilidade solidária da família, sociedade e estado pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes;

•Complementaridade;

•Municipalização do atendimento;

•Estímulo à participação do adolescente, jovem e família;

•Não discriminação;

•Estímulo a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas.

IV-MUNICIPALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.

O Município é o lugar onde se evidenciam necessidades, conflitos e soluções. Portanto, é o espaço onde as políticas públicas devem funcionar para atender as demandas individuais e coletivas.

A municipalização, prevista constitucionalmente é, pois, peça fundamental para a concretização dos direitos humanos.

Nela o município mantém, coordena, planeja, executa, acompanha, controla e avalia as políticas públicas viabilizadas em seu território, com a cooperação técnica e financeira do Estado e da União. A Municipalização do atendimento (artigo 88, inciso I do ECA), no âmbito do Sistema Socioeducativo considera que tanto as medidas socioeducativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser realizados dentro ou próximo dos limites geográficos do município de modo a fortalecer o contato com a comunidade, a família e os adolescentes atendidos.

Ao adolescente que praticar ato infracional poderão ser aplicadas seis medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Além destas, poderão ser aplicadas pelo juiz ao adolescente que cometeu ato infracional e pelos Conselheiros Tutelares às crianças que cometeram o mesmo ato medidas de proteção previstas no artigo 101, incisos I a VI, do ECA.

Aqui vamos tratar apenas das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, uma vez que a diretriz prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente é a municipalização.

Liberdade Assistida-será adotada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, comprazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, Ministério Público e o defensor, artigo118 do ECA.

Prestação de Serviço à Comunidade - consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente às eis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas são atribuídas conforme aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sába-

dos, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência escolar ou a jornada normal de trabalho.

V- SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo pode ser compreendido como um conjunto integrado e articulado de ações, desde a apreensão do adolescente em conflito com a lei até a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. A ideia é que funcione com ações interligadas dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos dos eixos de Proteção, Promoção e Defesa dos direitos de criança e adolescentes, incluindo Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Juizados da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e órgãos das políticas de assistência social, saúde, educação, trabalho, profissionalização, previdência social, cultura, habitação, esporte e lazer e segurança pública. Em caráter complementar, ações desenvolvidas por organizações não governamentais devem ser parceiras no atendimento de demandas específicas.

Gráfico Representativo do Sistema de Garantia de Direitos

Sistema de atendimentos socioeducativos em meio aberto – competências.

VI- DIAGNOSTICO SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.

Vale de São Domingos, município criado através da Lei Estadual nº 7.231, de 28 de dezembro de 1999, de autoria do deputado estadual José Lacerda, com território desmembrado de Pontes e Lacerda. O município de Vale de São Domingos, limita-se ao norte com Tangará da Serra, a Oeste com Pontes e Lacerda a Leste com Jauru.

POPULAÇÃO	
População estimada [2018]	3.128 pessoas.
População no último censo [2010]	3.052 pessoas.
Densidade demográfica [2010]	1,58 hab/km².

TERRITÓRIO E AMBIENTE	
Área da unidade territorial [2017]	1.887,669 km².
Esgotamento sanitário adequado [2010]	0,2 %.
Arborização de vias públicas [2010]	71,4 %.

ECONOMIA	
PIB per capita [2015]	16.597,41 R$.
Percentual das receitas oriundas de fontes oriundas de fontes externas [2015]	93,9 %.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0.656.
Total de receitas realizadas [2017]	16.667,00 R$ (×1000).
Total de despesas empenhadas [2017]	12.372,00 R$ (×1000).
TRABALHO E RENDIMENTO	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2016]	2,0 salários mínimos.
Pessoal ocupado [2016]	301 pessoas.
População ocupada [2016]	9,9 %.
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	40,1 %.

• Na área de Assistência Social: O Município conta com Programas, Projetos e Serviços direcionados aos adolescentes com objetivo de desenvolver as relações interpessoais, potencialidades, habilidades, proporcionar experiências lúdicas, esportivas, estimulando a autonomia dos mesmos, através das atividades realizadas nos **CRAS- Centro de Referência da Assistência Social, correlacionadas ao Espaço Criança.**

• Na área da Saúde: A assistência de saúde está organizada para prestar a essa faixa etária um atendimento dentro dos princípios da atenção integral e humanizada, traduzindo-se nas estratégias de ações continuadas, multidisciplinares e integradas dirigidas a essa clientela.

As ações integradas na adolescência fazem parte do Sistema de Serviços de Saúde, que busca acompanhar continuamente o cidadão que entra no Sistema Único de Saúde pela Unidade Básica de Saúde ou pelo Programa de Saúde da Família preenchendo o vazio existente nos cuidados com os nossos jovens.

• Na área da Educação: Existe a disponibilidade de vagas para a inserção do adolescente nas escolas municipais e estaduais, Programa Mais Educação com projetos culturais, musica, pintura em tecido, artesanato, instrumentos musicais, dança entre outros. Diante da pesquisa realizada em algumas escolas, pode-se observar que atualmente os problemas mais frequentes existentes na rede de ensino são dentre outros a não permanência do adolescente na escola; defasagem entre a idade do adolescente e série a ser cursada; ausência da família na escola; uso de drogas na escola. No entanto, observa-se também que, as escolas mesmo tendo disponibilidade de vagas apresentam resistência para a realização da matrícula escolar, principalmente quando se refere à adolescente em conflito com a lei.

•Quanto à profissionalização: uma parceria entre Secretaria Municipal de Assistência Social e Pronatec oferece ao adolescente que estão na faixa etária abrangida pela Lei Nacional da Aprendizagem, a oportunidade de adquirirem habilidades, e de introdução ao mercado de trabalho.

•Referente às instâncias de Garantias: compõem o Sistema de Garantia dos Direitos e dos adolescentes, consta:

• Conselho Tutelar;

• Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

• Conselho Municipal de Assistência Social;

• Outros Conselhos de Políticas Setoriais, como Saúde e Educação.

• Promotoria da Infância;

• Defensoria Pública;

• Batalhão de Polícia Militar;

• Delegacia Regional de Polícia Civil;

• Secretaria Municipal de Saúde;

• Secretaria Municipal de Assistência Social Cidadania e Cultura;

•Secretaria Municipal de Educação.

Referente ao Sistema de Atendimento Socioeducativo: o Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta um conjunto de medidas que são aplicadas mediante a autoria de um ato infracional. Tais medidas são diferenciadas para criança e adolescente. Para crianças (pessoas até 12 anos incompletos), cabe ao Conselho Tutelar tomar providencias e encaminhamentos, aplicando medidas de proteção e para o adolescente (pessoas entre 12 e18 anos de idade) após ser efetuada a apresentação do Ministério Público será aplicado pelo Juiz à medida socioeducativa mais adequada considerando a capacidade de cumprimento do adolescente, a gravidade, as circunstâncias do ato e a disponibilidade de programas e serviços.

Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida é aplicada aos adolescentes que praticam atos infracionais de baixa gravidade e que não houve riscos a terceiros e vem sendo executada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através do CRAS pela equipe técnica que é composta por uma Assistente Social e um Psicólogo. O trabalho visa a (re) inserção no meio social, buscando estabelecer a possibilidade de interação do adolescente com a comunidade, contribuir para a melhoria do conhecimento, na elevação da autoestima e na (re) inserção social. Desta forma, os adolescentes em cumprimento de mediadas socioeducativas, passam a receber acompanhamento escolar; atendimento na área de saúde; participação em oficinas; cursos de capacitação; cursos profissionalizantes; participação de atividades de cultura e lazer.

VII- DADOS RELEVANTES DO DIAGNOSTICO LOCAL.

Os dados coletados sobre os adolescentes, seu contexto e ocorrências de eventos violentos no município encontram-se nos documentos em anexo a

este Plano. Vale lembrar que nem todos os órgãos que compõem o Sistema de Direitos em sua representação local forneceram dados para a elaboração do diagnóstico como se não existissem problemas em sua unidade. Ainda assim, consideramos que as informações colhidas possibilitam uma análise de diferentes faces do problema e permitem indicar caminhos para a melhoria do sistema de atendimento socioeducativo.

Os dados principais indicam que: Há registro de violência nas escolas, sendo predominantes aqueles que envolvem desordem, ameaça e desacato à autoridade; Os boletins de ocorrências e os dados de atendimento do Conselho Tutelar apontam para um crescimento de ocorrências delitivas nas escolas; Os delitos mais graves em que motivam maior parte das apreensões de adolescentes são drogas, furtos, infração de transito; Informações sobre a idade que se envolvem em práticas delitivas mostram que a situação se agrava entre os 14 e 17 anos; Refletindo a boa situação habitacional do município, a maioria dos adolescentes que comentem delitos vivem em bairros urbanizados e em moradias razoavelmente adequada.

VIII- PÚBL ICO ALVO:

Adolescentes de 12 a 17 anos 11meses e 29 dias, autores de ato infracional, residentes no município de Vale de São Domingos e suas respectivas famílias.

IX - OBJETIVOS:

Objetivo Geral

Sistematizar o atendimento socioeducativo no Município de Vale de São Domingos, adotando estratégias protetivas, em consonância com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e com o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, no sentido de proporcionar um atendimento socioeducativo de qualidade, reforçando parceiras e intensificando ações.

Objetivo Específico

Subsidiar a implantação do Serviço de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, em meio aberto;

Garantir a manutenção e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela rede de atendimento socioeducativo;

Conscientizar às famílias de sua importância na socialização do adolescente;

Promover ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações;

Manutenção e qualificação dos serviços de atendimento socioeducativo aos adolescentes em cumprimento de medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida;

Proporcionar conhecimentos aos técnicos e orientadores, sobre execução das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme os parâmetros e diretrizes do **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**;

Fortalecer a rede de atendimento socioeducativo do Município;

Fomentar ações, políticas e programas na área de adolescentes em conflito com a lei;

Garantir nas dotações orçamentárias, recursos, para a execução das ações previstas no Plano.

Conscientizar empresários da cidade e região da possibilidade direcionarem recursos para projetos sociais e culturais, com dedução no Imposto de Renda, conforme Lei Federal.

Conscientizar Executivo e Legislativo municipal da importância de criar uma política de promoção de oportunidades aos jovens desta cidade, evitando o ócio e as drogas, incentivando o trabalho e os estudos.

X – ESTRATÉGIAS.

Implantação do serviço de atendimento ao adolescente

• **Criar resolução normativa**, contendo o Plano de Atendimento Socioeducativo, encaminhar ao Prefeito Municipal, com a finalidade de executá-lo integralmente no município de Vale de São Domingos.

• **Publicar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Vale de São Domingos** na sede da Prefeitura e no diário oficial de Cuiabá.

Atendimento aos Adolescentes e às Famílias.

• **Fiscalizar a execução das medidas socioeducativas** em meio aberto mediante programa socioeducativo para liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade;

•**Estimular a articulação** e interface com as políticas públicas, estabelecendo prioridade absoluta de atendimento para a política municipal de saúde ao atendimento das crianças e adolescentes;

• **Estimular a participação** da família no acompanhamento escolar do adolescente;

XI-ESTRATÉGIAS DO TRABALHO EDUCATIVO

Individual: Ações que acolham os jovens em suas necessidades individuais, apoiando-os em suas dificuldades pessoais, promovendo a melhoria de sua autoestima e ampliando suas potencialidades. Protagonismo e participação dos adolescentes nas decisões e na corresponsabilização sobre sua conduta.

Grupal: O trabalho em grupo como estratégia privilegiada de atendimento e de solução de conflitos, promovendo reciprocidade, consistência e pertencimento.

Evolutivo: Condições para evolução gradativa, com desafios que valorizem o esforço para o alcance dos objetivos propostos. Desenhos e instrumentos para um projeto de vida.

Familiar e comunitária: A família como agente importante do processo de educação e a comunidade como uma rede de apoio, com engajamento em ações sociais comunitárias e vinculação a modelos positivos.

XII-MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

O monitoramento e avaliação do **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Vale de São Domingos** será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, contando com a participação fundamental do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social** e demais instâncias de controle social.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação será realizado num processo sistemático e contínuo em todas as ações, onde possibilitará a mensuração dos indicadores de processo e resultados, por meio dos relatórios confeccionados mensalmente, onde são registradas as ações desenvolvidas no período, e que, justificam as ações previstas e não realizadas, bem como, relatório semestral de avaliação, que objetiva informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das ações em relação aos objetivos propostos, e, difundir os principais resultados obtidos no trimestre.

Como este é um plano decenal, contendo ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos (2018 a 2028), este será revisado anualmente, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário caso haja necessidade.

Este plano entra em vigor na data de sua aprovação.

VALE DE SÃO DOMINGOS-MT 18 de Setembro de 2018.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL.

_____

EUZI FERREIRA MARTINS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SÔNIA DE PAULA E SILVA GARCIA

PRESIDENTE DO CMDCA

THUCYDIDES FRANCISCO DA CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

OAB-MT Nº4.552

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 150/2018/SMECEL/VG

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017, e,4.335/2018 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e dá outras providências":

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas e em razão de determinação judicial dos autos: 20977-44.2011.811.0002, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
CARMELINA JULIA DOS SANTOS	Tec. de Sup. Adm. Ed – serviços Gerais - elementar	Tec. de Sup. Adm. Ed – serviços Gerais - elementar	29/11/1993	-	30H	B – 09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2018.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 14 de Setembro de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 10/2018

Processo nº 531649/2018. Objeto: Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Conserto de ventiladores Pulmonares, Monitores Multiparâmetros e Painel de Incubadora das marcas: Magnamed, Alfamed e Fanem, com Reposição de Peças, para Atender as Necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT, em nome de **MEDLAB ASSISTENCIA TECNICA E COMERCIO DE PEÇAS PARA ESQUIPAMENTOS - EIRELI** - **CNPJ**: 14.995.486/0001-50, com o valor Global deR$ 106.031,57 (Cento e seis mil trinta e um reais e cinquenta e sete centavos), pelo período de 90 (noventa) dias. Publique-se e cumpra-se. O presente documento encontra-se disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br .Várzea Grande-MT, 18 de Setembro de 2018.**DIÓGENES MARCONDES -** Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 1066/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Tornar **sem efeito** a **Portaria nº 948/2018, somente com relaçãoà** servidora **SOELY APARECIDA DIAS PAES,**matrícula 43858, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor I a IV, **03 (três) meses** de **Licença Prêmio**, referente ao qüinqüênio **20.02.2010/2015**, a vigorar no período de **06.09.2018** à **04.12. 2018,** tendo em vista acúmulo de trabalho na unidade escolar.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Setembro de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA 171/2018

Dispõe sobre a Retificação da Portaria de férias nº 169/2018 da servidora **FABIOLA JOSSELY DA SILVA ASSUNÇÃO ALMEIDA** e dá outras providências.

A Presidente Interina do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de sua atribuição legal;

RESOLVE:

Art. 1° - Retificar a Portaria nº 169/2018, a fim de que, onde se lê: ¨período aquisitivo **2016/2017**¨, leia-se: ¨período aquisitivo **2017/2018**¨.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 19 de setembro de 2018.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.52/2017 REGISTRO DE PREÇOS

Processo n. 477125/2017 O Fundo Municipal de Saúde de Várzea Grande, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato sendo representada pelo Secretário Sr. **Diógenes Marcondes,** torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico n. 52/2017 que tem objeto **ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARZEA GRANDE, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO/MENOR PREÇO POR ITEM/LICITAÇÃO COTA RESERVADA, CONFORME CONDIÇOES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO EDITAL.** Foi **ADJUDICADO** e **HOMOLOGADO** em 19/12/2017, sagrando-se vencedora a seguinte empresa abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 118/2018

Validade: 12 (doze) meses.

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA – ME CNPJ sob nº 12.889.035/0001-02							
ITEM	**DESCRITIVO**	**Código TCE**	**Unidade**	**Marca**	**CONSUMO ANUAL**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
21	**COTA PRINCIPAL – 80%** AZITROMICINA 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL. **FRASCO 15 ML**	**197266-9**	FRASCO	PRATI	33.750	5,53	186.637,50
VALOR TOTAL R$ 186.637,50 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)							

Várzea Grande/MT, 17 de Setembro de 2018.

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde

CONTRATADA:

Inovamed Comercio De Medicamento Ltda – Me

CNPJ sob nº 12.889.035/0001-02

PORTARIA Nº. 170/2015.

*"Dispõe sobre a nomeação da servidora **TATIANNE KATYUCIA AMORIM SILVA** e dá outras providências".*

A Presidente interina do PREVIVAG - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE – MT, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º - **Nomear** a **Sra. TATIANNE KATYUCIA AMORIM SILVA** para exercer o cargo de Coordenadora do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, em substituição à titular do mesmo, que se encontra de férias, a partir de **14/09/2018, pelo prazo de 15 (quinze) dias**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 18 de setembro de 2018.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Previvag

PORTARIA Nº 1067/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 1045/2018,** somente com relação à servidora, **ROSILANG MARIA DA COSTA,** matrícula nº **41483,** exercendo o cargo de Técnico Desenvolvimento Infantil,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que concedeu 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, referente ao qüinqüênio **30.04.2007/2012**, período de gozo a partir de **23.10.2018 à 21.12.2018** conforme descrito abaixo:

Onde se lê: 90 (noventa) dias;

Leia-se: 60 (sessenta) dias.

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1068/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 1037/2018,** somente com relação à servidora, **DIOLENA SGUAREZI,** matrícula nº **10834,** exercendo o cargo de Odontólogo,lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que concedeu 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, referente ao qüinqüênio **27.09.2012/2017,** período de gozo a partir de **12.04.2017 à 11. 70.2017.**

Onde se lê: período de gozo 17.07.2018 à 14.10.2018;

Leia-se: período de gozo 28.09.2017 à 27.12.2017

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Setembro de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1065/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Tornar **sem efeito** a **Portaria nº 989/2018,** somente com relaçãoà servidora **MARA ROSANE BATIROLA DA SILVA,**matrícula 30598, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor I a IV, **03 (três) meses** de **Licença Prêmio**, referente ao qüinqüênio **23.07.2004/2009**, a vigorar no período de **21.09.2018** à **20. 12.2018,** tendo em vista a não autorização da Secretaria por estar em cooperação técnica.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Setembro de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 50/2018 REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 526970/2018 O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designado pela portaria n. 867/2018**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará **realizar** licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, tendo**

como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFECÇÃO DE QUADROS COM MOLDURA E IMPRESSÃO DE FOTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT.** A realização está prevista para o dia **04 de Outubro** de **2018**, às **10:30hs** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados gratuitamente nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 19 de Setembro de 2018, **Pablo Gustavo Moraes Pereira** Secretario Municipal de Administração

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 154, DE 18 DE SETEMBRO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 055/2015 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr, **LUCIO BENEDITO MAGALHÃES**, brasileiro, Gerente do CAPS INFANTIL, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1005986-5 SJ/MT e inscrito no CPF sob nº 826.048.601-63, Matrícula nº 110017, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 055//2015, firmado com o LOCATÁRIO, a Senhora, **ZULEICA CATARINA DE DEUS FONTES,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº328546-4SSP/MT, e inscrita sob o CPF nº 292.758.651-91, cujo objeto a Locação de um Imóvel urbano, localizado no loteamento Jardim Imperador, Rua: Rui Barbosa, n°. 117, Quadra 04, lote 03, no Município de Várzea Grande-MT, destinada única e exclusivamente para funcionamento do CAPS. INFANTIL do Município de Várzea Grande/MT.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 18 de setembro de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 155, DE 18 DE SETEMBRO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 113/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **JADERSON DIEGO FIGUEIREDO**, brasileiro, Superintendente de Obras e Projetos, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1776382 SSP/MT, e inscrito no CPF sob nº 021.982.971-32, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 113/2018, firmado com a empresa, **AMPLA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 02.435.014/0001-63, sob o NIRE nº 130353175, cujo objeto é a contratação de empresa no ramo de Engenharia destinada a retomada da construção da Unidade Básica de Saúde, denominada, **AURILIA SALES** (Lote 06), em conformidade com as planilhas de quantitativos, o cronograma físico-financeiro, os projetos arquitetônicos, os projetos complementares, e memoriais descritivos, das respectivas unidades, a partir de 17/09/2018.

Art. 2º - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 18 de setembro de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2018

PROCESSO Nº 540080/2018. O Município de Várzea Grande, através da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**, por meio da autoridade competente torna-se público para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, decide **REVOGAR** o **PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2018** do tipo **menor preço por item**, cujo objeto **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Caminha Empilhável para Atender a Demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT.** Certame foi realizado em **11 de Setembro de 2018**, **às 10h00min** – horário de Brasília. Consubstanciado no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e item 25.13.1 do Edital. A decisão com fundamentação e razões se encontra sitio institucional www.varzeagrande.mt.gov.br e www.bllcompras.org.br. Várzea Grande-MT, 19 de Setembro de 2018. **Silvio Aparecido Fidelis.** Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 152 /2018/SMECEL/VG

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4. 007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017, e,4.335/2018 que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e dá outras providências":

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas e em razão de determinação judicial dos autos: 20977-44.2011.811.0002, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
JANDIRA FERREIRA DA SILVA DIAS	Professor – Nível Médio – Ia IV	Professor – Nível Médio – Ia IV	14/02/1992	-	25H	C – 09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2018.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 17 de Setembro de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.263/2018

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **GISANE DE SANTANA**, portadora do **RG: 14865300 SSP/MT e CPF: 992.398.681-00**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º do presente Decreto tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2018, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.265/2018

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **NILVA SANTOS DE CARVALHO,** solteira, brasileira, residente e domiciliada na Av. Martiniano Ribeiro da Fonseca, Bairro Jardim Aeroporto, no município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade **n. 0719494-3 SSP/MT e CPF n. 567.121.972-87**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º do presente Decreto tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2018, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N. 267/2018

"Altera a redação do caput do art. 1º da Portaria n. 228/2018, de 13 de agosto de 2018, e dá outras providências".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, P****refeito de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1°. O *caput* do art. 1º da Portaria n. 228/2018, de 13 de agosto de 2018, passa a ter a seguinte redação:

"*Art. 1º.* *Conceder à servidora, Sra.* ***MARIA DAS DORES LEITE DE ASSUNÇÃO****,portadora do* ***RG: 0740953-2 SSP/MT e CPF: 486.856.151-00****, efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem,* ***GRATIFICAÇÃO*** *de* ***30% (trinta por cento)*** *sobre seu vencimento****,*** *nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99*."

Art. 2°. Ficam mantidas as demais disposições constantes da Portaria n. 228/2018, de 13 de agosto de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N.266/2018

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **FRANCILEYDE NERIS DA PENHA,** união estável, brasileira, residente e domiciliada na Rua Conde de Azambuja, s/n centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade **n. 160628-09 SSP/MT e CPF n. 925.637.241-04**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º do presente Decreto tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2018, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N. 259/2018.

"Dispõe sobre a concessão do benefício ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *a servidora Sra****. Dimas da Cruz Crema****."*

O Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 3º incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº. 47/2005 c/c art. 80 –A da Lei Municipal n.º 688 de 30/09/2005 que rege a previdência municipal com redação dada pela Lei nº 763/2007, e ainda a Lei Complementar n.º 066 de 15 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Pública do Município de Vila Bela – MT, e o Decreto nº 005 de 17 de janeiro de 2018 que dispõe sobre o reajuste anual dos servidores do poder executivo;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, .a **Sra. DIMAS DA CRUZ CREMA**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 0239772-2 SEJUSP/MT e do CPF n.º 274.248.391-87, residente e domiciliada neste município, servidora Efetiva, no cargo de Técnico Administrativo Educacional Não Profissionalizado, Classe ''A'', Nível ''06'', 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 106, contando com **30 anos e 03 meses**, **com proventos Integrais**, conforme processo administrativo do PREVILA, n.º **2018. 04.00059P**, a partir de **01/09/2018** data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de setembro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de setembro de 2018

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Homologo:

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 050-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 068-2018 PROCESSO: 153/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT , DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 18 de setembro de 2018.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR GLOBAL
B & M COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	37.488.012/0001-17	R$ 237.000,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de setembro de 2018.

PORTARIA N.260/2018.

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **JANAÍNA RODRIGUES DE LARA,** brasileira, residente e domiciliada no bairro jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1088704-0 SSP/MT e CPF n. **882.161.951-68,** para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e aditivos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 134/2018.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 258 /2018.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sr. Dimas da Cruz Crema**, servidora pública efetiva deste município."*

A Secretária Municipal de Administração e Fazenda de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar nesta Prefeitura para fins de Aposentadoria o Tempo de Contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sr. Dimas da Cruz Crema**, portador do RG. nº 0239772-2 SEJUSP/MT, e inscrita no CPF nº. 274.248.391-87, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS n° 1001240.1.00006/16-8, perfazendo o total de 02 (dois) anos, 11 (onze) meses e 17 (dezessete) dias**.**

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

Vila Bela/MT, 18 de setembro de 2018.

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 075/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviços de cerimonial e receptivo para atender ao projeto "sonho de princesa", opina em efetuar a contratação da empresa:**SILBENE MELO MOREIRA & CIA LTDA, CNPJ: 06.865.974/0001-14**, com valor de: **R$ 3.500,00** (três mil quinhentos e quinhentos reais) termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 19 de setembro de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PORTARIA N.261/2018

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **REGINA RIBEIRO DE SOUZA,** casada, brasileira, residente e domiciliada na Rua Municipal, s/n centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade n. **0719494-3 SSP/MT e CPF n. 567.121.972-87**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º do presente Decreto tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2018, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.262/2018

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor, Sr. **ELOILDO DOS SANTOS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 822758 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 545.591.541-04, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º do presente Decreto tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pelo servidor, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocado para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2018, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.264/2018

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **AIRA BONFIM DE MORAES**, solteira, brasileira, residente e domiciliada na rua Oscar Soares, Bairro centro, no município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT portadora do **RG: 1984628-2 SSP/MT e CPF: 036.132.441-36**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º do presente Decreto tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

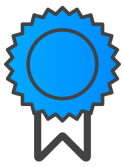
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2018, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Sep 19 22:31:51 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)